

MARIA TERESA GOMES DE OLIVEIRA RIBAS

**A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
NA PRODUÇÃO DA CIDADE
REFLEXÕES A PARTIR DO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA (CURITIBA/PR)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Geografia, Curso
de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências
da Terra, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Mendonça

**CURITIBA
2005**

**MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**



PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pela candidata **MARIA TERESA GOMES DE OLIVEIRA RIBAS**, intitulada: "**A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PRODUÇÃO DA CIDADE: REFLEXÕES A PARTIR DO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA (CURITIBA-PR)**", para obtenção do grau de **Mestre** em Geografia, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Área de Concentração **Produção do Espaço Urbano - Regional**.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido a candidata, são de parecer pela **APROVAÇÃO COM MENÇÃO DISTINÇÃO E LOUVOR COM INDICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO** da Dissertação.

Curitiba, 02 de setembro de 2005.

Prof. Dr. Francisco de Assis Mendonça
(Orientador e Presidente da Banca)

Prof. Dr. Aldo Aloísio Dantas da Silva

UFRN

Prof. Dr. Paulo Bataglin Machado
UNICENP

À **Celestina Itália**, avó, mãe, irmã, referência ancestral, que guarda no próprio nome, o lugar da memória e da saudade de seus pais imigrantes... e que hoje é energia essencial, habitante de todos os espaços.

A todos os sujeitos que ofereceram suas falas e memórias à construção desse conhecimento e que, com suas histórias sem par produzem um espaço de singularidade. Um lugar de sofrer e de se alegrar... de viver a vida de todos os dias...

AGRADECIMENTOS

Aos amigos geógrafos Prof. Dr. Leonardo José dos Santos e Sônia do Amaral, pela crença na conexão Geografia-Nutrição.

Aos Profs. Drs. Júlio Cezar Suzuki e Luis Lopes Diniz Filho, pelo suporte nas reflexões iniciais do projeto de pesquisa.

À Joana D’Arc dos Santos, autoridade sanitária local e equipe de Agentes Comunitários de Saúde da Unidade Iracema, pelo apoio ao desenvolvimento da pesquisa.

À estagiária Elaine Bastos, do Curso de Nutrição da PUCPR, pelo dedicado auxílio na coleta de dados do sistema de informação da Unidade de Saúde do bairro.

Aos colegas Alexandre Pedrozo e Eduardo Vedor de Paula pela solidariedade e competência, partilhadas nas tecnologias que subsidiaram as análises espaciais da pesquisa.

Às amigas Schirley Mochi e Silvia Rigon, pela generosidade e pelo profissionalismo no campo da Nutrição, que deram suporte a esse trabalho em seu conjunto quali-quantitativo.

Ao Prof. Dr. Francisco Mendonça, pelo acolhimento à orientação da pesquisa e pelo equilíbrio entre rigor e sensibilidade, dimensões fundamentais da ética nas relações humanas.

A meu pai, espiritualidade permanente.

À minha mãe e irmãos, porto-família, lugar de tantos retornos.

A Gabriel e Felipe, sintonia com o essencial da vida.

A Luiz Antônio, presença nas necessárias proximidade e distância;
amor constante...

...Ressuscita-me
ainda que mais não seja,
porque sou poeta e ansiava o futuro
.... Ressuscita-me
lutando contra as misérias do cotidiano
Ressuscita-me por isso
... Ressuscita-me
quero acabar de viver o que me cabe, minha vida
para que não mais existam amores servis
... Ressuscita-me
para que ninguém mais tenha de sacrificar-se
por uma casa, um buraco
... Ressuscita-me
para que a partir de hoje,
a família se transforme
e o Pai seja pelo menos o Universo
e a Mãe seja no mínimo a Terra
V. Maiakovski

RESUMO

A relação entre o processo de urbanização e a questão alimentar-nutricional no Bairro Capão da Imbuia (zona leste de Curitiba-PR), enfocada segundo o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e elaborada na perspectiva geográfica, está no centro da abordagem do presente trabalho. A questão alimentar se refere a aspectos do acesso aos alimentos em sua mediação pelos processos de produção e comercialização. A questão nutricional diz respeito às práticas alimentares declaradas por habitantes do bairro, mediante grupos focais e entrevistas, como subsídios explicativos do desfecho nutricional orgânico. A perspectiva metodológica da pesquisa reflete aspectos do princípio dialético, envolvendo uma abordagem histórica do problema, com suporte complementar analítico numa vertente científica humanista. Considerou-se que a problemática alimentar-nutricional no bairro tem sua origem e transformação mediante conexões com outros sistemas (sócio-culturais, políticos, econômicos), numa dinâmica processual permeada por conflitos e contradições, a partir das forças que historicamente os determinam nas relações sociais estabelecidas em diferentes escalas espaciais. Produziu-se uma análise combinada das perspectivas dos atores em seu espaço vivido com um arcabouço teórico sistematizador do contexto social do cotidiano, onde se configuram as experiências alimentar e nutricional. Processos (economias pecuária e da erva mate, imigração estrangeira) e agentes sociais (boiadeiros, ervateiros e colonos) da conjuntura regional e local foram mencionados como conteúdos da biografia do lugar e nos fragmentos das histórias de vida, evidenciando a intrínseca relação destes fenômenos com a configuração do cotidiano alimentar em diferentes temporalidades. A reconstrução deste cotidiano desde 1950-60 até o tempo atual revelou esfacelamento do papel da alimentação no gasto do tempo e nos rituais do dia-a-dia, o desaparecimento da produção alimentar no entorno doméstico, com a submissão do acesso aos alimentos à dependência das relações de mercado e às exigências da lógica temporal do espaço urbano. Como processo ilustrativo do desfecho nutricional no espaço vivido, analisou-se hipertensos ($n=628$) ativos em programa específico da unidade básica de saúde local. A predominância da hipertensão ocorreu no gênero feminino, na faixa etária entre 50 e 69 anos (média = 60,8 anos), com escolaridade inferior a 3 anos de estudo formal e em situação de renda inferior a 2 salários mínimos. 33% apresentaram IMC superior a 30 kg/m². 60% ingressam no programa em estágio moderado de hipertensão, tendo sido registrados casos já a partir da segunda década de vida. Houve diferença significativa ($p<0,05$) entre as frequências da hipertensão e da obesidade segundo posição dos sujeitos na ocupação (35% dos hipertensos eram aposentados e 31% dos hipertensos obesos estavam na categoria sem ocupação, na maioria mulheres donas de casa). Os valores médios do IMC situaram-se em torno de 29 kg/m² em todas as categorias de posição na ocupação, atingindo valores máximos superiores a 50 kg/m² nos empregados e sem ocupação. Ampliações de espaços de atenção em saúde e de lazer figuraram como principais conteúdos referentes ao ideal de espaço vivido dos sujeitos, tendo estreita relação com a qualidade de vida, em termos do impacto nutricional. Nas atividades cotidianas, estratégias de cultivo em espaços minúsculos e práticas que envolvem alimentos e ervas na gestão doméstica da doença como experiência vivencial, se revelam como necessidade permanente do resgate da integralidade na relação homem-natureza, no espaço urbano.

Palavras-chave: Geografia Humana/da Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional; Urbanização; Curitiba/Bairro Capão da Imbuia

ABSTRACT

The relationship between the urbanization process and the Nutritional – Food issue in the Capão da Imbuia district (Curitiba's East Side), focused on the perspective of the Food and Nutritional Security concept, and elaborated on the geographic perspective, is the chore subject in this work. The Food topic refers to the aspects regarding access to foodstuffs through the processes of production and commercialization, whereas the Nutritional one regards the eating practices of the district's inhabitants according to focused groups and interviews, as explanatory subsidies for the organic nutritional impact. The research's methodological perspective reflects aspects of the dialectic principle, involving a historical approach of the problem, with additional analytic support in a humanistic scientific line. It has been considered that the food and nutrition question in the said district has its roots and changes bound to connections with other systems (social, cultural, political and economic ones), in a dynamic process permeated by conflicts and contradictions arising from the forces that have historically determined them in social relations established in different spatial scales. A combined analysis of the subjects' standpoint in their living space within a theoretic scope systematizing the daily social context was produced, where the food and nutritional experiences are configured. Processes (cattle and mate-herb driven economies, foreign immigration), and social agents (cowhands, mate producers and colonizers) of regional and local conjuncture were mentioned as contents of local biography and in the fragments of life experiences highlighting the intrinsic relation of such phenomena and the configuration of eating practices at different temporalities. The reconstruction of such day-to-day eating practices, from the 50s and 60s to our days, revealed a fragmentation of the role played by eating practices in terms of time expenditure and daily rituals, the disappearing of domestic food production, with the submission of the access to foodstuffs to a dependence on market relations and the logic temporal demands of urban spaces. To illustrate the nutritional impact, we have analyzed hyper tense individuals ($n=628$) enrolled in a specific program of the local health care unit. The predominance of hypertension occurred among individuals between 50 and 69 years of age, (average = 60,8 years), mostly women, with less than 3 years of formal schooling and with an income of less than two minimum wages. 33% presented a Body Mass Index superior to 30 kg/m^2 . 60% joined the program while in a moderate stage of hypertension, and in some cases the individuals were still in their 20s. There was a significant difference ($p<0,05$) between the frequencies of obesity and hypertension according to the individuals' occupational category (35% of individuals with hypertension were retired and 31% of obese hyper tense subjects were unemployed, and were mostly housewives). The mean BMI values range around 29 kg/m^2 in all occupational categories, and reach up to 50 kg/m^2 among employed subjects or subjects without occupation. Larger and better equipped leisure and health care facilities in their living areas figured as the subject's ideal concept of a living space, which relates to their quality of life in terms of nutritional impact. In daily activities, strategies for closed-quarters cultivation and practices involving a domestic approach to utilizing foodstuffs and herbs with which to handle diseases as a living experience, revealed themselves as permanent necessities in order to reestablish the wholesomeness of the man-nature relationship in urban spaces.

Key Words: Human Geography/Geography of Health; Food and Nutritional Security; Urbanization; Curitiba/Capão da Imbuia District.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	11
FIGURA 2 - ESQUEMA METODOLÓGICO.....	14
FIGURA 3 - MÉTODO DE ANÁLISE DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	17
FIGURA 4 - MAPA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA (1915).....	53
FIGURA 5 - DETALHES DO MAPA: CONVENÇÕES E ÁREA DO CAJURU.....	54
FIGURA 6 - CROQUIS DE POSIÇÃO DAS CHÁCARAS DOS PRIMEIROS COLONOS.....	62
FIGURA 7 - MAPA DO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA (2002).....	89
FIGURA 8 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO SEGUNDO SEXO E SETORES CENSITÁRIOS.....	259
FIGURA 9 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE CRIANÇAS DA ÁREA DE ESTUDO SEGUNDO SETORES CENSITÁRIOS.....	260
FIGURA 10 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE ADOLESCENTES, ADULTOS E IDOSOS DA ÁREA DE ESTUDO SEGUNDO SETORES CENSITÁRIOS.....	261
FIGURA 11 - ESPACIALIZAÇÃO DAS FAIXAS DE RENDA POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO NÚMERO DE RESPONSÁVEIS DOMICILIARES.....	262
FIGURA 12 - ESPACIALIZAÇÃO DOS GRAUS DE ESCOLARIDADE POR SETORES CENSITÁRIOS, SEGUNDO NÚMERO DE RESPONSÁVEIS DOMICILIARES.....	263
FIGURA 13 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS DA ÁREA DE ESTUDO SEGUNDO CONDIÇÃO DE ACESSO E SETORES CENSITÁRIOS.....	264
FIGURA 14 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS DA ÁREA DE ESTUDO SEGUNDO TIPO E SETORES CENSITÁRIOS.....	265
FIGURA 15 - DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIO DA ÁREA DE ESTUDO SEGUNDO SEXO, GRUPO ETÁRIO E SETORES CENSITÁRIOS.....	267
FIGURA 16 - FREQUÊNCIA DOS CASOS DE HIPERTENSÃO ESTUDADOS, PREVALÊNCIA NA POPULAÇÃO ADULTA E TOTAL DA ÁREA DE ESTUDO, SEGUNDO SETORES CENSITÁRIOS.....	271
FIGURA 17 - VALORES MÉDIOS DA PRESSÃO ARTERIAL (PA) E DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL (IMC) DOS CASOS DE HIPERTENSOS ESTUDADOS, SEGUNDO SETORES CENSITÁRIOS.....	275
FIGURA 18 - ESPACIALIZAÇÃO DO PERFIL NUTRICIONAL DOS HIPERTENSOS ESTUDADOS, SEGUNDO SETORES CENSITÁRIOS.....	278
FIGURA 19 - DISTRIBUIÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL HIPERTENSOS ESTUDADOS COM REFERÊNCIA À OBESIDADE, SEGUNDO SETORES CENSITÁRIOS.....	279
FIGURA 20 - DISTRIBUIÇÃO DOS HIPERTENSOS ESTUDADOS, SEGUNDO ESTÁGIO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL E SETORES CENSITÁRIOS.....	280

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 - CHÁCARAS DA REGIÃO DO CAJURU E PINHAIS.....	63
FOTOGRAFIA 2 - ANTIGAS INSTALAÇÕES DA COOPERATIVA DE PRODUTORES DE MATE.....	69
FOTOGRAFIA 3 - DETALHE DO MARCO INAUGURAL.....	69
FOTOGRAFIA 4 - CONSTRUÇÕES DA ANTIGA COOPERATIVA DE PRODUTORES DE MATE.....	70
FOTOGRAFIA 5 - CONSTRUÇÕES DA ANTIGA COOPERATIVA DE PRODUTORES DE MATE.....	70
FOTOGRAFIA 6 - CAPÃO DA IMBUIA. FOTOGRAFIA AÉREA, 1953.....	82
FOTOGRAFIA 7 - PLANTA NOSSA SENHORA APARECIDA - CONSTRUÇÕES INICIAIS, 1991.....	100
FOTOGRAFIA 8 - PLANTA NOSSA SENHORA APARECIDA – PAISAGEM ATUAL, 2004.....	100
FOTOGRAFIA 9 - VISTA PARCIAL DO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA, 2004.....	118
FOTOGRAFIA 10 - MORADIAS ÀS MARGENS DO CÓRREGO DO CAPÃO DA IMBUIA.....	119
FOTOGRAFIA 11 - TORNEIO DO TRABALHADOR, 1971.....	149
FOTOGRAFIA 12 - TIME DE FUTEBOL GRÊMIO ESPORTIVO CAPÃO DA IMBUIA, 1970.....	149
FOTOGRAFIA 13 - CULTIVOS DOMÉSTICOS (CALÇADAS).....	164
FOTOGRAFIA 14 - CULTIVOS DOMÉSTICOS (FLOREIRAS).....	164

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES DOS GRUPOS FOCAIS E ENTREVISTAS, SEGUNDO CATEGORIAS DE HABITANTES DO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA, 2004.....	43
QUADRO 2 - DADOS DEMOGRÁFICOS E INDICADORES SÓCIO- ECONÔMICOS E AMBIENTAIS DO BCI, 2004.....	114
QUADRO 3 - EQUIPAMENTOS DOS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO, ATENÇÃO À CRIANÇA, SAÚDE E ABASTECIMENTO ALIMENTAR DO BCI, 2004.....	117
QUADRO 4 - URBANIZAÇÃO E MODO DE VIDA NA HISTÓRIA DE CURITIBA.....	123
QUADRO 5 - PROCESSOS SÓCIOPOLÍTICO-ECONÔMICOS, ALIMENTAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA AO LONGO DA HISTÓRIA DA CIDADE.....	125
TABELA 1 - HIPERTENSOS PARTICIPANTES DO ESTUDO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS, 2004.....	269
TABELA 2 - PERFIL CLÍNICO-NUTRICIONAL DOS HIPERTENSOS PARTICIPANTES DO ESTUDO, SEGUNDO SEXO, 2004.....	270

TABELA 3 - PERFIL CLÍNICO E SÓCIO-DEMOGRÁFICO DOS HIPERTENSOS PARTICIPANTES DO ESTUDO, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, 2004.....	282
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS DE COMÉRCIO DE ALIMENTOS, SEGUNDO CATEGORIAS DE ESTABELECIMENTOS. BCI, JUL., 2004.....	190
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO TEMPORAL DA INSTALAÇÃO DE PONTOS DE COMÉRCIO DE ALIMENTOS ATUALMENTE ATIVOS. BCI, JUL., 2004.....	191
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO TEMPORAL DA INSTALAÇÃO DE PONTOS DE COMÉRCIO DE ALIMENTOS ATUALMENTE ATIVOS SEGUNDO CATEGORIAS DE ESTABELECIMENTOS. BCI, JUL., 2004.....	193
GRÁFICO 4 - MÉDIAS DOS NÍVEIS DE PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA (PAS) E PRESSÃO ARTERIAL DIASTÓLICA (PAD), DOS HIPERTENSOS PARTICIPANTES DO ESTUDO, SEGUNDO SEXO, 2004.....	272
GRÁFICO 5 - MÉDIAS DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL (IMC) DOS HIPERTENSOS PARTICIPANTES DO ESTUDO, SEGUNDO SEXO E FAIXA ETÁRIA, 2004.....	277
GRÁFICO 6 - VALORES MÉDIOS DA PRESSÃO ARTERIAL DIASTÓLICA (PAD) E PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA (PAS) DOS HIPERTENSOS PARTICIPANTES DO ESTUDO, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, 2004.....	283
GRÁFICO 7 - VALORES MÍNIMO, MÉDIO E MÁXIMO DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL (IMC) DOS HIPERTENSOS PARTICIPANTES DO ESTUDO, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, 2004.....	284
GRÁFICO 8 - PERFIL ETÁRIO DO SUBGRUPO DE HIPERTENSOS PARTICIPANTES DO ESTUDO (ANÁLISE DO DESFECHO NUTRICIONAL), 2004.....	287
GRÁFICO 9 - PROPORÇÃO DO SUBGRUPO DE HIPERTENSOS PARTICIPANTES DO ESTUDO (ANÁLISE DO DESFECHO NUTRICIONAL), PORTADORES DE VALORES AUMENTADOS DE PRESSÃO ARTERIAL, GLICEMIA DE JEJUM, COLESTEROL TOTAL, LDL-COLESTEROL, TRIGLICERÍDIOS E ÍNDICE DE MASSA CORPORAL, 2004.....	287
GRÁFICO 10 - CONTRIBUIÇÃO DE PARÂMETROS CLÍNICOS E BIOQUÍMICOS AUMENTADOS NO ACÚMULO DE RISCOS ASSOCIADOS À HIPERTENSÃO ARTERIAL EM UM SUBGRUPO DE HIPERTENSOS PARTICIPANTES DO ESTUDO, 2004.....	288

LISTA DE SIGLAS

BCI	- Bairro Capão da Imbuia
BMI	- Body Mass Index
COHAB	- Companhia da Habitação
COL	- Colesterol Total
CONSEA	- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
GLI	- Glicemia
HDL	- High Density Lipoprotein
IBC	- Instituto Brasileiro do Café
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMC	- Índice de Massa Corporal
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento de Curitiba
LDL	- Low Density Lipoprotein
PAD	- Pressão Arterial Diastólica
PAS	- Pressão Arterial Sistólica
SAN	- Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SMS	- Secretaria Municipal de Saúde
SUDERHSA	- Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental do Paraná
SUS	- Sistema único de Saúde
TG	- Triglicerídios
US	- Unidade de Saúde

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE FOTOGRAFIAS	ix
LISTA DE QUADROS E TABELAS	ix
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE SIGLAS	xi
INTRODUÇÃO	1
PROBLEMATIZAÇÃO E PROESSUPOSTOS DA PESQUISA	4
PERSPECTIVA METODOLÓGICA DA PESQUISA	10
CAPÍTULO I - ESPAÇO, LUGAR E A QUESTÃO ALIMENTAR NO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA	22
I.1 A CIDADE E AS DIMENSÕES DO MODO DE VIDA URBANO.....	22
I.2 BAIRRO: ESPAÇO E LUGAR DO VIVER URBANO.....	32
I.3 CAPÃO DA IMBUIA: PRODUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO BAIRRO NA HISTÓRIA DE CURITIBA.....	40
I.3.1 Ocupação do território fundante da cidade.....	44
I.3.2 A pecuária e o novo “gênero de vida” na vila que deseja ser cidade: traços da identidade territorial do bairro.....	47
I.3.3 Alimentação como demanda da urbanização: a inserção do trabalho imigrante na paisagem do bairro.....	58
I.3.4 A erva mate e o início da industrialização de Curitiba: o impulso urbano em direção ao bairro.....	65
I.3.5 O bairro na cidade-capital.....	73
I.3.6 Alguns aspectos da metropolização da cidade na vida do bairro.....	92
CAPÍTULO II - "COMER, BEBER, VIVER": PRÁTICAS ALIMENTARES NUM CENÁRIO URBANO	126
II.1 COTIDIANO E PRÁTICAS ALIMENTARES.....	127
II.2 HISTORICIDADE DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA NO COTIDIANO ALIMENTAR DO CAPÃO DA IMBUIA.....	136
II.2.1 Cotidiano e alimentação no bairro – décadas de 1950-1960.....	138
II.2.2 Cotidiano e alimentação no bairro – décadas de 1970-1980.....	150
II.2.3 Cotidiano e alimentação no bairro – década de 1990 ao período atual.....	158
II.2.4 Alimentação e relações de vizinhança no bairro.....	166
CAPÍTULO III - UMA GEOGRAFIA NUTRICIONAL NO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA: ELEMENTOS PARA UMA LEITURA DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	171
III.1 A QUESTÃO ALIMENTAR-NUTRICIONAL NA RELAÇÃO ESPAÇO-SAÚDE.....	171
III.2 O ESPAÇO SOCIAL ALIMENTAR NO FOCO DO BAIRRO.....	179
III.2.1 Acesso alimentar mediado pelo mercado na dimensão espaço-tempo.....	179
III.2.2 Práticas alimentares cotidianas atuais.....	205
III.3 QUESTÕES SOBRE IMPACTO NUTRICIONAL NO ESPAÇO VIVIDO.....	226
III.3.1 Modo de vida, alimentação e saúde na perspectiva dos habitantes do bairro: o espaço das práticas.....	229
III.3.2 Hipertensão arterial e nutrição: um ensaio de abordagem da relação espaço-saúde.....	248
CONCLUSÃO	299
CONSIDERAÇÕES FINAIS	306
REFERÊNCIAS	314
ANEXOS	325

INTRODUÇÃO

A alimentação e nutrição humanas têm-se colocado na pauta das reflexões de políticas intersetoriais mundiais por duas razões fundamentais. Uma delas, diz respeito à urgência na promoção de padrões de consumo que minimizem os estados mórbidos associados a práticas alimentares e aos modos de vida, portanto, o seu impacto nutricional orgânico. A outra, originária no contexto da crise da modernidade - como resultante de seu projeto de desenvolvimento - refere-se à necessidade de modelos de produção que reduzam as pressões ambientais e as injustiças sociais e resgatem o horizonte ético de sua realização: o atendimento a um direito fundamental à vida.

A persistência das doenças carenciais globais ou específicas, diretamente associadas à pobreza, bem como a prevalência crescente do sobrepeso e da obesidade nas sociedades ocidentais têm caracterizado hoje, no plano biológico, o quadro complexo da insegurança alimentar e nutricional em escala mundial.

Tem-se assim, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como uma temática estratégica de interesse mundial, tanto no âmbito das discussões sobre políticas sociais, econômicas e de direitos humanos, como também no espaço das sociedades, seja no nível nacional ou local (VALENTE, 2001, p. 7; MENEZES, 1998, p. 59-60; IPEA, 1996, p. 15).

A partir do consenso estabelecido nacionalmente¹ e, de acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2004, p. 1)², SAN significa

“a realização do direito humano de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam, social, econômica e ambientalmente sustentáveis.”

Também é reconhecido que uma política de SAN atua sobre as esferas da produção e disponibilidade de alimentos; do abastecimento e do acesso alimentar; da alimentação e nutrição, sendo estas dimensões, a expressão dos dois componentes básicos imanescentes à noção de segurança alimentar e nutricional e de sua concretização no âmbito da ação pública: o componente **alimentar**, relacionado à disponibilidade, produção,

¹ Este consenso foi produzido a partir de reuniões técnicas para a constituição do Relatório Brasileiro à World Food Summit (Cúpula Mundial de Alimentação), realizada em Roma, 1996. (IPEA, 1996, p. 22)

² Conceito defendido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, constante no documento aos participantes da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional", Olinda, 17 a 20 de março, 2004.

comercialização e acesso ao alimento; o componente **nutricional**, referente às práticas alimentares, ou seja, aos locais, processos e temporalidades presentes na alimentação dos sujeitos, bem como suas escolhas, modos de elaboração e consumo. Além disso, envolve a utilização biológica do alimento pelo organismo, o que, em última instância, determina o estado nutricional individual (MENEZES; BURLANDY; MALUF, 2004, p. 4)

Em sua concepção, os pressupostos filosóficos que orientam a SAN partem da noção do acesso à alimentação como um direito humano fundamental à vida que, por sua vez, tem em sua promoção, um valor ético universal. Ou seja, o acesso de todo o ser humano à alimentação adequada deve ser um direito prioritário, acima de qualquer motivação econômica ou política, passível de ser justificativa à sua negação (LE BIHAN; DELPUCH; MARIE, 2003, p. 65-67; CONSEA, 2004, p. 12-15)

Enfatiza-se ainda, que o caráter universal desta estratégia perpassa tanto a corresponsabilidade entre Estado e sociedade para a sua realização, como o entendimento da necessidade de políticas específicas que a contemplem e sejam dirigidas ao conjunto global dos segmentos sociais, e não simplesmente no contexto dos grupos humanos que vivem em situação de pobreza - apesar da evidência de prioridade que estes demandam (IPEA, *op.cit.*, p. 27-28).

Neste sentido, dentre os fundamentos da abordagem da Nutrição na dimensão coletiva das sociedades, situa-se a definição de políticas públicas que relacionem a consecução do bem-estar nutricional da população às preocupações ambientais e de justiça social, sob o prisma do direito humano a uma alimentação adequada.

No conjunto dessas ações, cabe destaque à busca pela potencialização de estratégias de mobilização social dos cidadãos e suas organizações, na luta pela democratização das informações acerca do contexto alimentar e seu impacto nutricional. Outra estratégia, diz respeito ao fortalecimento de ações pela transformação dos modelos de produção, buscando meios que garantam sistemas alimentares sustentáveis e um mercado justo, favorecendo no limite e, de modo universal, a nutrição e modos de vida saudáveis (LE BIHAN; DELPEUCH; MARIE, *op. cit.*, p. 27).

A partir da década de 1990, os fóruns de reflexão sobre a SAN passam a reconhecer a importância fundamental do “componente nutricional” na leitura e compreensão da problemática alimentar. Neste sentido, parte-se do entendimento de que há várias nuances

de risco nutricional aos grupos humanos em diferentes contextos, além da fome aguda e aparente, manifestada em seu atrelamento à pobreza.

Destaca-se, no foco da formulação de políticas públicas, a ênfase dada à preocupação quanto à qualidade de alimentação, nutrição e saúde da população, no cenário urbano. Ou seja, tem sido consensual, a partir de diferentes campos científicos, o reconhecimento de que as metrópoles representam o espaço acumulador dos efeitos mais dramáticos da crise social brasileira, manifestados, entre tantos problemas, na superpopulação, na pobreza, em doenças emergentes e reemergentes que afetam a nutrição e a qualidade de vida de seus habitantes.

Desse modo, os esforços na esfera da pesquisa científica, têm sido reconhecidos como uma necessidade em direção à produção de subsídios para a discussão da problemática alimentar e nutricional das grandes cidades, bem como à formulação de estratégias para o seu enfrentamento. Merece ênfase, que sua condução também não pode deixar de valorizar as culturas alimentares manifestas na prática cotidiana dos sujeitos, como elementos imprescindíveis e intrinsecamente relacionados à leitura compreensiva da questão.

Tozi (2003, p. 497) destaca, entretanto, a partir das reflexões de Bosi³, que a preocupação central do discurso científico da nutrição, ainda tem-se voltado preponderantemente ao indivíduo e aos efeitos da alimentação no organismo humano, "separada da organização socioterritorial necessária para que este alimento exista, das *qualidades dos lugares* [grifo nosso] e das classes dos indivíduos e das sociedades famintas, ou mesmo abstraindo as razões pelas quais muitos não se podem alimentar".

De modo complementar, Gatrell (2002, p. 3) enfatiza que os locais ocupados pelos seres humanos ao longo de suas vidas constituem tanto a própria biografia, como também representam "geografias" pessoais. Essas, por sua vez, estão "inextricavelmente ligadas" à condição de saúde humana, uma vez que os espaços onde se vive oferecem riscos diferenciais a doenças, bem como capacidades diferenciadas de diagnóstico e tratamento, além de afetarem a disponibilidade existente de recursos e o acesso que se tem a eles. Estes recursos básicos, salienta o autor, envolvem primordialmente uma alimentação suficiente e

³ O autor faz menção às concepções da nutricionista Maria Lucia Bosi, em sua obra reflexiva acerca da prática da ciência da nutrição, intitulada "*A face oculta da nutrição: ciência e ideologia*", publicada pela UFRJ, em 1988.

de qualidade, água limpa, moradia digna e trabalho remunerado, condições essas, que são geograficamente diferenciadas.

Assim, a partir do panorama exposto, destaca-se a relevância do espaço como elemento da dimensão analítica no processo saúde-doença, especialmente sob o foco das condições sócio-espaciais na produção do acesso e das práticas alimentares, bem como do estado nutricional humano.

Neste contexto, a perspectiva desta pesquisa liga-se à problemática alimentar-nutricional urbana, e tem como recorte espacial uma área pericentral da cidade de Curitiba - o Bairro Capão da Imbuia.

Este estudo, mediante as demarcações teórico-metodológicas adotadas, tem como propósito a produção de elementos que contribuam para a leitura relativa à segurança alimentar e nutricional na produção do espaço urbano dentro do contexto da sociedade brasileira, na perspectiva de uma abordagem geográfica. Em seus objetivos específicos visa levantar elementos da construção histórica da produção sócio-espacial do bairro, bem como das transformações das práticas alimentares na perspectiva dos atores sociais, e produzir uma análise geográfica do perfil nutricional de um grupo populacional atendido na Unidade de Saúde local.

Neste sentido, apresenta-se no Capítulo 1, um panorama exploratório relativo aos processos sócio-políticos e econômicos predominantes no cenário de Curitiba e as extensões destes na produção social do Bairro Capão da Imbuia, centrando a análise no seu impacto sobre a alimentação da população. No Capítulo 2 trata-se da reconstrução do cotidiano alimentar no bairro com foco na historicidade da relação sociedade natureza, a partir dos anos de 1950 e, finalmente, no Capítulo 3, discute-se a questão alimentar-nutricional na relação espaço-saúde, considerando estratégias e táticas alimentares dos sujeitos no contexto do processo saúde-doença.

PROBLEMATIZAÇÃO E PROESSUPOSTOS DA PESQUISA

“As metrópoles, por sua própria composição orgânica do capital e do espaço”, constituem-se num persistente *locus* de acolhimento a grupos da população em situação de extrema pobreza (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 209), com renda abaixo do mínimo

necessário a uma alimentação básica suficiente ou ainda, sem renda, e que vivem em risco quanto a sua segurança alimentar e nutricional.

Neste cenário, os grupos de maior risco constituem-se na população “sem teto” que vive nas ruas das grandes cidades e nos que residem em áreas periféricas, de favelas e de ocupações, em estruturas precárias e improvisadas de habitação. (MENEZES, *op. cit.*, p. 62).

Sob outro foco do problema, tem-se que a diretividade econômica dos setores agrícola e industrial alimentar, mantém uma produção desvinculada da reflexão crítica acerca de suas conseqüências à saúde humana e ao ambiente, em longo prazo (LE BIHAN; DELPEUCH; MAIRE, *op. cit.*, p.24). Este processo relaciona-se fortemente ao aumento do contingente de transtornos nutricionais que vêm afetando diversos grupos sociais, apresentando-se consorciados a modos de vida que não contemplam práticas promotoras de saúde.

Assim, como anteriormente mencionado, a insegurança alimentar e nutricional também se manifesta no crescente número de pessoas afetadas por doenças crônicas, como obesidade, sobrepeso e comorbidades (hipertensão arterial, diabetes, doenças cardio-circulatórias), associadas a práticas alimentares inadequadas e ao sedentarismo (VALENTE, 2002a).

No setor econômico, pesquisas nacionais⁴ demonstram que, embora a proporção das populações abaixo da linha de pobreza tenha sido maior nas áreas rurais, também no meio urbano as taxas de indigência⁵ estão presentes de modo expressivo.

O estudo mais atual acerca da pobreza no Estado do Paraná (IPARDES, 2003, p. 10-21), com base em dados desagregados do Censo Demográfico de 2000, aponta um contingente de 2,1 milhões de pessoas em situação de pobreza⁶, sendo destes, 67% residentes em áreas urbanas. Ressalta-se que do total de famílias pobres do Estado, 21,8% (126.801 famílias) concentram-se na meso-região metropolitana de Curitiba.

Portanto, ainda que por um lado, Curitiba protagonize uma centralidade regional em termos de sua produção econômica e, mais especificamente, em face de sua especialização

⁴ PELIANO, A . M.T.M. (coord). **O mapa da fome II. Informações sobre a indigência por municípios da federação.** Brasília : IPEA, 1993

⁵ A indigência é considerada quando a renda familiar corresponde no máximo ao valor da aquisição da cesta básica .

⁶ Segundo o parâmetro de renda *per capita* inferior a meio salário mínimo, que caracteriza a definição de pobreza conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

em serviços de saúde, com impactos positivos sobre a esperança de vida ao nascer⁷ e sobre a mortalidade infantil⁸ (MENDES; PEDOTTI, 2000, p. 19), por outro, a insegurança alimentar permanece manifesta de modo expressivo, no perfil nutricional da população. Conforme apontado pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional de Curitiba (SISVAN), no período entre 2001 e 2004, esta problemática mantém na cidade, um padrão bastante heterogêneo tanto no que se refere aos distintos problemas nutricionais encontrados (baixo-peso e sobrepeso/obesidade em prevalências que apontam concentração excessiva de casos em relação ao esperado numa população saudável), quanto aos diferentes grupos populacionais afetados (gestantes, pré-escolares, adolescentes adultos e idosos) e ainda, quanto à sua distribuição geográfica em termos da dimensão intra-urbana (CURITIBA, 2001; CURITIBA, 2002; CURITIBA, 2003; CURITIBA, 2004).

Conforme já mencionado, o recorte espacial eleito para o estudo é o Bairro Capão da Imbuia, na zona leste de Curitiba. A escolha se fez frente à observação da complexidade do perfil nutricional da população adstrita ao território de abrangência da unidade de saúde local a partir dos indicadores da vigilância nutricional.

No ano de 2004, foram detectados pelo SISVAN Curitiba na população local de gestantes captadas (n = 226) , 30,53% de casos de baixo peso e 7,98% de obesidade. Na população de crianças menores de cinco anos (n= 1300), foram encontrados nove casos de muito baixo peso e 5,62% de sobrepeso enquanto que em adolescentes (n = 621) essa proporção foi de 4,19% e de 6,6% para o baixo peso. Na população de adultos (n = 2829) a proporção de obesidade encontrada foi de 20,78% (CURITIBA, 2004). Ou seja, os indicadores antropométricos apontam na área de estudo, uma polarização dos déficits e excessos de peso, em ocorrência simultânea, e que podem estar sendo fomentados por uma interconexidade do impacto nutricional em diferentes fases do ciclo da vida, a partir do estado nutricional gestacional.

Também no bairro, a partir de um levantamento atualizado, obteve-se que para uma população local de 23.540 de habitantes (a partir do censo 2000), aproximadamente 5% se

⁷ Em 1991, era de 65 anos para homens e 73 anos para mulheres. Em 1996 passa a ser 68 anos para homens e 75,6 anos para mulheres

⁸ Em 1980 morriam 42,7 crianças menores de 1 ano a cada mil nascidas vivas. Em 1999 este índice cai para 14,19.

encontram cadastrados no Programa de Hipertensos e 2% inscritos no Programa de Diabéticos desenvolvidos pela Unidade de Saúde do SUS do respectivo território⁹.

Nesse contexto, a identificação de grupos populacionais vivendo sob um maior risco de sofrer enfermidades ou morrer por determinados agravos constitui-se numa das principais estratégias para a promoção de ações de prevenção em saúde. Na concepção apontada por Carvalho; Pina; Santos (2000, p. 20), “o enfoque de risco passa necessariamente pelo entendimento de que sua existência envolve tanto atributos individuais como aspectos sócio-ecológicos”, e, neste sentido, as cidades têm sido estudadas em termos da ecologia urbana de doenças.

Entretanto, conforme atesta Tozi (2003, p. 496),

o uso dos indicadores utilizados pela ciência da nutrição permite uma interpretação quantitativa da fome [e dos demais transtornos nutricionais] a partir de seus processos biológicos, orgânicos. Há dessa maneira, uma grande contribuição dos estudos nutricionais para a compreensão da situação alimentar brasileira, mas também uma grande lacuna: sem desconsiderar a contribuição dessas pesquisas, temos de enfrentar o fato de que as análises majoritariamente biológicas do problema reduzem os aspectos socioterritoriais envolvidos.

Diante destas demandas, observa-se que abordagens capazes de integrar objetivamente diferentes campos de análise, no sentido de caracterizar o espaço - e os processos de sua produção social - quanto ao seu potencial gerador de insegurança alimentar e nutricional à população, têm representado um campo insuficiente na investigação da complexidade e dinâmica da problemática nutricional que atualmente se apresenta na sociedade brasileira. Tal constatação reforça uma necessidade demandada nesta área e justifica a relevância do desenvolvimento de estudos para a sua compreensão, bem como para a focalização de estratégias para a segurança alimentar e nutricional no âmbito das políticas públicas.

No momento atual, as informações sobre o perfil nutricional da população ainda permanecem restritas a dados intra-setoriais - o estado nutricional é avaliado essencialmente por indicadores antropométricos¹⁰ - desagregadas de quaisquer outros indicadores econômico-sociais ou ambientais em função da concepção biocêntrica do SISVAN como estratégia de vigilância epidemiológica, dentro das atribuições do setor

⁹ Conforme "Listagem de Usuários em Programa - UMS Iracema", PMC, SMS, jan., 2004

¹⁰ O diagnóstico nutricional individual, como ação da vigilância nutricional, é realizado a partir de indicadores produzidos mediante a tomada de medidas corporais, particularmente o peso e a estatura, comparados a medidas de referência consideradas como padrão internacional, segundo idade e sexo.

saúde. Neste campo, se reconhece um dos mais marcantes aspectos da subutilização do potencial deste sistema de informação em saúde, como ação estratégica para a segurança alimentar e nutricional da população em diferentes contextos sócio-espaciais.

Dentro da complexidade inerente ao processo exposto, considera-se pertinente para explicitar a construção do objeto deste estudo, indicar os caminhos de aproximação do pesquisador ao foco do problema de pesquisa, mediante a experiência vivida em relação ao fenômeno.

Na vivência profissional, a partir da formação e atuação na área de Nutrição em Saúde Pública¹¹, sempre houve interesse em descrever e analisar as tendências evolutivas dos perfis epidemiológicos nutricionais nas diferentes comunidades trabalhadas, como uma tarefa inerente ao SISVAN, dentro das ações gerenciais do SUS para a área.

Entretanto, a partir da década de 1990, o enfoque de trabalho do pesquisador, agora na área de assessoria técnica e docência em Nutrição e Saúde Pública, passa a voltar-se ao desenvolvimento de estratégias para a construção da segurança alimentar e nutricional de grupos populacionais urbanos, no âmbito da gestão local. Com o olhar atento à dinâmica da sociedade em suas práticas; à complexificação crescente do quadro dos transtornos nutricionais coexistentes em espaços das mais diversas escalas e, finalmente, às limitações e insuficiências postas pela biocentralidade da abordagem do problema pelas políticas públicas em curso, ampliou-se o desejo de discutir nesse contexto, a dinâmica das relações envolvidas no problema em tela. Assim, houve o interesse em compreender como este entrelaçamento sócio-cultural, político, econômico se materializa espacialmente no cenário urbano produzindo impactos sobre o modo de vida e as condições de alimentação e nutrição das pessoas nos lugares onde vivem.

O interesse sobre o fenômeno alimentar-nutricional foi dado mediante a vivência do pesquisador na área de estudo desde o ano 2000, como supervisor docente da Capacitação Prática em Saúde Pública, Programa de Aprendizagem que compõe o elenco de disciplinas do Curso de Nutrição da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

A partir destas considerações, o problema de pesquisa se configura em questionamentos referentes a:

¹¹ Atuação na gestão de ações de alimentação e nutrição num município da Região Metropolitana de Curitiba e na capacitação de recursos humanos para esta área específica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- Como o bairro é socialmente produzido ao longo do processo de urbanização da cidade?
- Como se dão historicamente os modos de acesso à alimentação cotidiana dos sujeitos em relação ao macro espaço (mundo/sistema externo) e ao micro espaço (mundo vivido)?
- Como se transformam as práticas alimentares cotidianas dos sujeitos no espaço vivido, mediante o contexto histórico-geográfico?
- Como a urbanização local (processos, agentes, instituições) influencia o modo de vida e as práticas alimentares cotidianas dos sujeitos no espaço vivido, produzindo o desfecho nutricional atual? (ênfatizando, na dinâmica das transformações sócio-espaciais ocorridas ao longo do tempo, quais fenômenos têm produzido impacto na situação alimentar e nutricional das pessoas que vivem no lugar)

A problematização levantada remete a uma abordagem geográfica do problema de pesquisa a partir dos seguintes pressupostos:

- a configuração da questão alimentar e nutricional atual do bairro reporta-se ao processo de urbanização da cidade, na ótica dos processos, instituições e agentes e a ele inerentes, e que se materializam espacialmente;
- o processo de urbanização imprime demarcações sócio-ambientais¹² e culturais ao modo de vida e, conseqüentemente às práticas alimentares dos sujeitos;
- as escolhas alimentares têm repercussões sobre a saúde e a manutenção da qualidade de vida dos sujeitos, que se configuram em situações de insegurança alimentar e nutricional.

Desse modo, a pesquisa apóia-se na compreensão e reflexão do problema sobre a ótica própria dos sujeitos acerca de suas práticas cotidianas, sem desconsiderar a dinâmica de articulação, determinação e, especialmente, a contribuição destas, no âmbito dos processos sócio-históricos gerais.

¹² Estas, entendidas numa abordagem dual, que contempla tanto a compreensão da importância dos elementos da natureza na constituição da sociedade, quanto o impacto ambiental dado pela influência da sociedade sobre os elementos naturais, que se situa num conjunto específico da ciência geográfica contemporânea, sintetizado na denominação Geografia Socioambiental, conforme MENDONÇA (2002, p. 121-144).

PERSPECTIVA METODOLÓGICA DA PESQUISA

O presente estudo visa, a partir de uma abordagem geográfica, analisar a relação entre o processo de urbanização e a questão alimentar-nutricional no Bairro Capão da Imbuia (Curitiba-PR) – **FIGURA 1**, na perspectiva do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Como componentes conceituais da SAN, aborda-se a questão alimentar, quanto a aspectos do acesso aos alimentos em sua mediação pelos processos de produção e comercialização. A questão nutricional diz respeito às práticas alimentares¹³ declaradas¹⁴ pelos sujeitos como subsídios explicativos do impacto nutricional orgânico (CONSEA, 2004, p. 4).

Pelos conteúdos presentes a esse conceito, evidencia-se o caráter bio-social inerente às temáticas da ciência da Nutrição. Isso requer a consideração de que a vida humana, na dimensão biológica, dialeticamente se constrói, submete e determina a partir da vida social, plano em que deve se sustentar a abordagem metodológica do processo saúde-doença nas coletividades.

Na tradição do campo da saúde coletiva, “o processo saúde-doença assume um sentido ampliado de híbrido biológico-social”, exigindo a partir de sua complexidade epistêmica, uma atitude de investigação compreensiva como categoria metodológica que potencialize o desvelamento dos significados, das necessidades, das articulações entre os processos, as mudanças, as contradições, o movimento e as transformações da natureza e da realidade social (MINAYO, 2002, p. 83-84).

Já no pensamento geográfico relativo às questões da saúde, tem-se encontrado a reflexão sobre a natureza social, econômica e cultural da causação das doenças e seus diferenciais de desfecho individual e coletivo, segundo modo de vida, incluindo a renda e o desgaste pelo trabalho. Ou seja, interessa à análise geográfica da saúde a condição do homem em seu meio, o espaço vivido (SILVA, 2003, p. 107).

¹³ No âmbito conceitual de “práticas alimentares” como componente nutricional da SAN, são relacionados locais, temporalidades e formas de escolha, preparo e consumo alimentar, bem como a utilização biológica do alimento pelo organismo, que determina em última instância, o seu estado nutricional (CONSEA, 2004, p. 4)

¹⁴ Destaca-se que na abordagem do problema de pesquisa as práticas alimentares são desveladas a partir do discurso dos sujeitos entrevistados, associando-se portanto ao conteúdo das representações sociais sobre a alimentação. Assim, o foco de interesse recai sobre como os sujeitos se organizam em torno destas práticas cotidianas, numa intenção compreensiva sobre os seus nexos (POULAIN; PROENÇA, 2003).

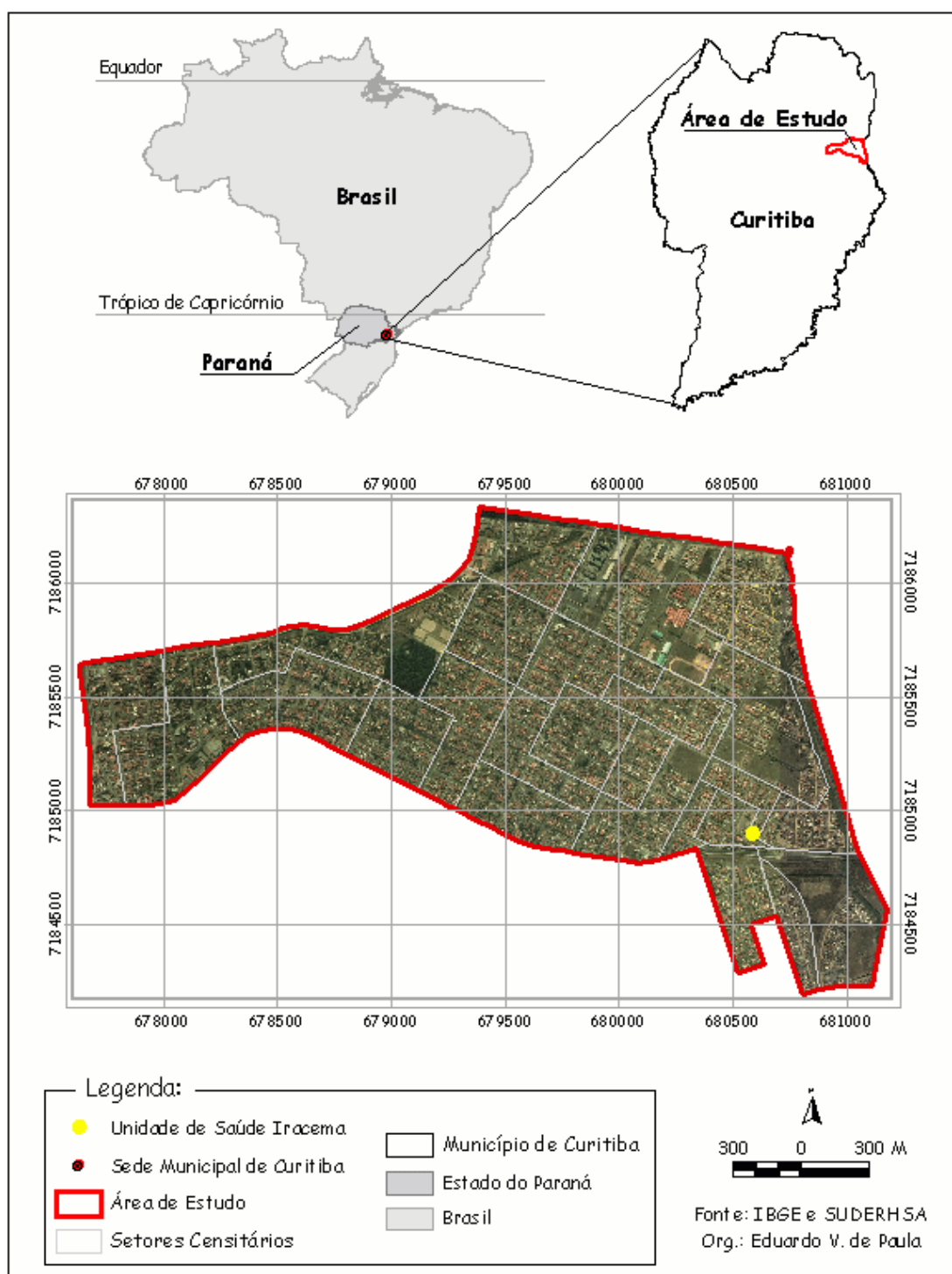


FIGURA 1 – Localização da área de estudo

No caminho do pensamento traçado para se chegar à abordagem do problema de pesquisa, destacam-se os elementos que compuseram um quadro teórico-conceitual de referência. Como demarcações primordiais relativas ao estudo foram caracterizados :

- **a concepção do bairro como um espaço urbano-metropolitano, conteúdo da realidade sócio-histórica de uma cidade produzida espacialmente no contexto de um país capitalista periférico;**
- **a necessidade de recorrer a um olhar histórico, para compreender a materialização na dimensão espacial local dos processos sociais, econômicos e culturais dados no cenário da cidade e sua relação com o modo de vida e as práticas alimentares de sujeitos habitantes do bairro na configuração de seu estado nutricional;**

Nesse sentido a perspectiva metodológica da pesquisa reflete aspectos do princípio dialético e envolve, portanto, uma abordagem histórica do problema em tela.

A análise desenvolvida no trabalho foi realizada buscando uma proximidade com a perspectiva do materialismo histórico. Ou seja, considerando que os fatos humanos primordiais dizem respeito à relação entre homem e natureza, no sentido da luta pela sobrevivência humana, sendo portanto mediados pelo trabalho. Desse processo transcorre a origem das primeiras instituições sociais e cuja manutenção das relações é sustentada pela criação de instituições de poder e pela criação de valores, símbolos e sentimentos que as legitimam (CHAUÍ, 2001, p. 275).

Como princípio fundamental, o método histórico parte da concepção de que os modos de vida, as instituições e os costumes se originam de processos construídos historicamente, sendo a investigação dos acontecimentos em seus agentes, processos e instituições apoiada na reconstituição temporal, o caminho que “assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos”. Ou seja, o estudo deve remontar aos processos temporais relativos à configuração e à modificação do fenômeno, identificando seus agentes de transformação, inseridos no contexto histórico de cada período para a compreensão de sua manifestação na realidade atual (LAKATOS; MARCONI, 2004, p. 91-92).

A partir da abordagem geográfica, é possível pensar o espaço na perspectiva histórica analisando-o mediante suas múltiplas formas organizacionais que o concretizam,

mas que constroem representações que o identificam enquanto espaço de história. Ou seja, evidenciados pelas marcas das relações sociais construídas historicamente, constituem-se os espaços nos desenhos de sua singularidade (FERRARA, 2003, p. 122-123). Na perspectiva das configurações espaciais e suas transformações, tem-se uma compreensão da realidade buscando a conexão de suas determinações natural, econômica, histórica, social, política (SILVA, *op. cit.*, p. 102).

Pela dialética, tem-se a lógica do pensamento aplicada à compreensão do processo histórico das mudanças e dos conflitos sociais (GIL, 1995, p. 31-32) mediante dois princípios fundamentais: a conexão universal dos objetos e fenômenos em mútua determinação e o movimento e desenvolvimento permanentes a partir das contradições internas de um objeto ou fenômeno (RICHARDSON, 1999, p. 46-48). Ou seja, na perspectiva dialética, os fenômenos e objetos da natureza e da sociedade são compreendidos como um conjunto de processos em movimento, sempre em via de transformação, de desenvolvimento, na mediação da ação recíproca, da dinâmica da mudança quanti-qualitativa e da contradição (LAKATOS; MARCONI, *op. cit.*, p. 87-88).

Com suporte nessas concepções, considera-se que os problemas nutricionais como desfecho da questão alimentar no bairro têm sua origem, desenvolvimento e transformação em conexões com outros sistemas (sócio-culturais, políticos, econômicos), num movimento dinâmico de processos permeados por conflitos e contradições a partir das forças que historicamente os determinam nas relações sociais estabelecidas em diferentes escalas espaciais.

Assim, na abordagem geográfica do problema de pesquisa, focaliza-se a releitura da articulação dos processos sócio-culturais, políticos e econômicos e seus respectivos agentes e instituições, no olhar histórico da produção social do espaço em seus vínculos com a questão alimentar-nutricional local atual (**FIGURA 2**).

Como instrumento metodológico da dialética, dentro das possibilidades e potenciais das informações recolhidas e partilhadas com os sujeitos da pesquisa, parte-se da opção por um trânsito bidirecional entre o individual (sujeitos), o particular (bairro) e o geral (cidade-país-mundo), mantendo o foco da compreensão da unidade dos fenômenos relativos ao problema de pesquisa (RICHARDSON, *op. cit.*, p. 49-50) (**FIGURA 2**).

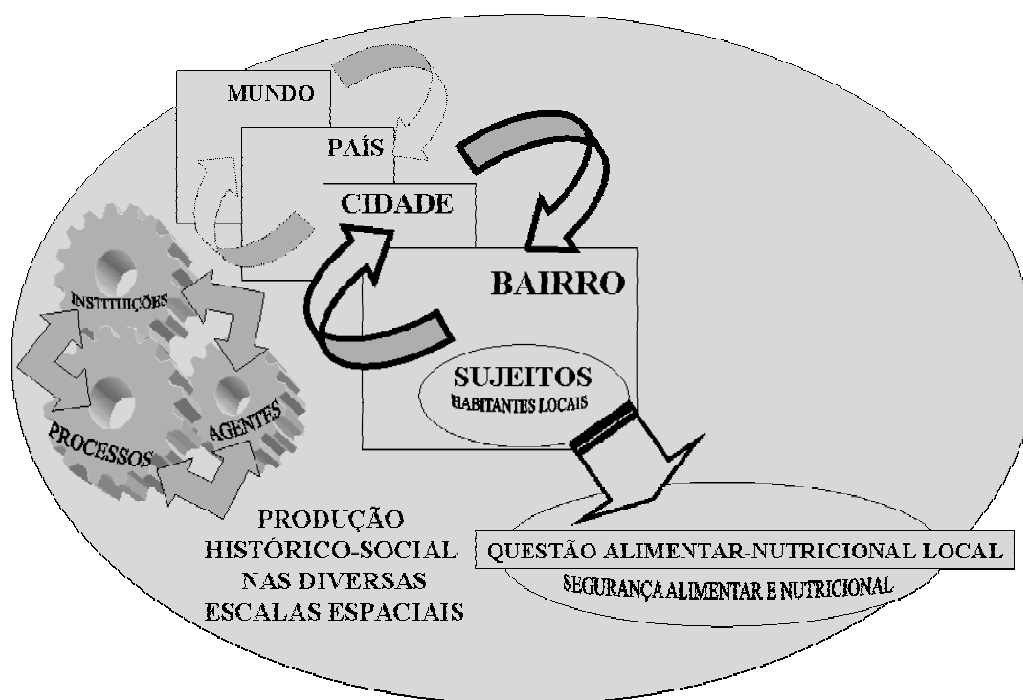


FIGURA 2 – Esquema Metodológico

Sob este critério, no levantamento relativo aos principais processos envolvidos na produção sócio-espacial da cidade e suas extensões na escala do bairro, a temporalidade se foca predominantemente no período compreendido entre a segunda metade do século XX e a atualidade, no sentido de se analisar as forças que os determinaram e seus nexos para a compreensão da questão alimentar-nutricional local. A ênfase é dada a esse recorte temporal, quando as dinâmicas do processo de urbanização e metropolização da cidade remetem a transformações sócio-espaciais mais marcadas no bairro.

No âmbito da questão alimentar demarcou-se:

- a concepção da alimentação como prática sócio-cultural, inserida no cotidiano vivido, no aporte e mediação do cenário histórico, como decisão por uma abordagem analítica focada na perspectiva dos atores sociais;
- a valorização da ótica própria dos sujeitos, habitantes locais, em suas formas de fazer cotidianas relativas à prática alimentar em relação às suas memórias acerca das transformações do espaço vivido.

A perspectiva geográfica presente no propósito da pesquisa se insere na análise da relação urbanização – questão alimentar-nutricional. No foco de sua abordagem, remete a refletir que o nível de urbanização, o arranjo espacial urbano e as manifestações das necessidades não atendidas da população requerem um entendimento a partir dos nexos que os processos históricos de ordem econômica, política, social e cultural, e suas manifestações na produção do espaço, mantêm ao longo do tempo.

Assim sendo, como método de análise do problema de pesquisa, recorreu-se à teorização e elaborações conceituais de alguns autores sobre os elementos que se complementam no encadeamento das relações entre urbanização, modo de vida e práticas alimentares cotidianas como categorias que subsidiam a leitura compreensiva da questão nutricional local.

Nesse ponto, o fio condutor do trabalho baseia-se fundamentalmente em princípios do pensamento de Henri Lefebvre (1983,1991) e de Michel de Certeau (2000, 2002) e em autores que se apóiam nas concepções por eles produzidas, tanto no campo das ciências geográfica e social, como da saúde.

Na concepção teórica da relação dialética entre espaço e sociedade proposta por Lefebvre, num contexto de crítica ao capitalismo, a produção do espaço¹⁵ é mediadora da reprodução da sociedade, mediante o arranjo espacial e a distribuição territorial das relações estruturais que a sustentam (MOREIRA, 2002, p. 49). É portanto, mediante a dialética¹⁶ que se desvelam as oposições e contradições do problema, ampliando-se a visão numa direção mais compreensiva (SPÓSITO, 2002, p. 70)

Cabe destacar a partir de Haguette (1987, p. 13-15) que o materialismo histórico, no contexto da corrente marxista ortodoxa do pensamento, enfatiza as condições materiais da existência sobre a consciência do homem, o que sob um aspecto é relevante à medida que remete à produção científica a reconstrução e explicação da realidade na perspectiva histórica dos processos e suas relações. Entretanto, tal concepção renuncia aos sujeitos e suas diversas formas de agrupamentos como conteúdo de análise, considerando sua expressão apenas como unidades de uma classe social, de determinação econômica.

Nesse sentido, as concepções de Lefebvre avançam na visão marxiana, considerando na explicação da realidade, “a abordagem de microprocessos sociais”. Ou

¹⁵ LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris : Anthropos, 1974.

¹⁶ Conforme a obra “Lógica formal – lógica dialética” (Rio de Janeiro, 1983)

seja, se estabelece um caminho de superação do “determinismo paralisante” das macroestruturas sobre as micro, abrindo a perspectiva analítica à ação dos indivíduos como “protagonistas da história” em seus espaços vividos (*Idem*, p. 15). Particularmente, suas concepções rejeitam o “economicismo” da tradição marxista, superando a noção da natureza reflexiva do espaço em relação à sociedade, ao incorporar a ele componentes culturais e subjetivos num direcionamento humanista (SOUZA, 1989, p. 147)

Para Lefebvre, (1991, p. 1), o fenômeno urbano, consubstanciado na cidade, “numa escala colossal e completamente isolada da natureza” comporta uma enormidade desconcertante, seja no campo da reflexão teórica como no da ação prática e exige reconsiderar sua abordagem científica a partir da renúncia à sua especificidade. Requer também um direcionamento do conhecimento no sentido da reflexão sobre o direito à vida urbana, a partir de um humanismo renovado. Ou seja, ao discorrer sobre a vida é imprescindível considerar o vivo, em sua concretude (*Idem*, 1983, p. 8).

Conforme Lencioni (1999, p. 151-153), encontra-se na corrente humanista da Geografia uma crítica severa à depreciação do vivido, questionando a ausência da dimensão subjetiva nas abordagens até então predominantes. Desse modo, busca a superação da perspectiva do espaço em sua dimensão abstrata, tomando como referência o espaço vivido, entendido como produção social, percebido e interpretado pelos sujeitos e revelador das práticas sociais.

No contexto da análise geográfica da saúde, tem-se considerado a noção de espaço vivido como a experiência do espaço da vida dos sujeitos, permitindo compreender o homem/habitante em suas relações com o território, viabilizando o entendimento da doença como manifestação bio-sócio espacial (SILVA, *op. cit.*, p. 106-107)

Nesse sentido, compreende-se o Bairro Capão da Imbuia em sua relação com a cidade, como o espaço vivido dos sujeitos envolvidos na pesquisa, envolvendo os lugares de referência do grupo, em suas relações sociais e subjetivas (**FIGURA 3**).



FIGURA 3 – Método de análise do problema de pesquisa

Nas teorizações de Lefebvre (1991, p. 6-12) evidencia-se que a problemática urbana se relaciona ao processo de industrialização, um dos fenômenos caracterizadores da sociedade moderna e do nascimento do capitalismo concorrencial, com a burguesia industrial. No processo relacional urbanização-industrialização o fenômeno urbano se estende pelos territórios conformando um tecido urbano que não se limita à dimensão morfológica. Trata-se do suporte a um “modo de vida”, que associa à base econômica do tecido urbano fenômenos relativos à vida social e cultural. Esse modo de viver comporta sistemas de objetos (infra-estruturas, equipamentos, utensílios, mobiliários, como exigência às novas demandas de serviços) e de valores (modas, costumes, lazeres que sintetizam uma racionalidade tipificada e divulgada pela cidade).

Nesse sentido, uma leitura compreensiva da questão alimentar-nutricional no Bairro Capão da Imbuia focaliza as situações de insegurança alimentar e nutricional como manifestações biológicas do impacto das transformações no modo de vida, a partir do processo de urbanização. Ou seja, a caracterização acerca das questões pertinentes ao modelo de desenvolvimento da cidade e suas resultantes sobre o modo de vida, o acesso à

alimentação e as práticas alimentares cotidianas, são levantados como categorias analíticas para a compreensão do desfecho nutricional (**FIGURA 3**).

Dentro da perspectiva geográfica, elege-se a categoria cotidiano como foco de análise das práticas alimentares, por se reconhecer que representa o espaço da experiência vivida contextualizada partir dos instrumentos sócio-culturais que lhe são relativos (RELPH¹⁷, apud GOMES, 2000, p. 327) e, portanto, aporte fundamental do desvelamento das “micrológicas” das atitudes humanas (PETERSEN, 1995, p. 49) frente à alimentação e à nutrição. Ou seja, o cotidiano, em sua estreita e complexa vinculação com os processos de construção e organização da sociedade impõe uma concertação entre as atividades do dia-a-dia (LEFEBVRE¹⁸, apud BALBIM, 2003, p. 156), dentre as quais, às relativas à alimentação e representa uma base para a análise compreensiva do movimento de produção da própria vida, pelo ser humano (LEFEBVRE¹⁹, apud PETERSEN, *op. cit.*, p. 62) – **FIGURA 3**.

Com relação às práticas alimentares, a análise se volta às categorias “estratégias” e “táticas” propostas por CERTEAU (2002, p. 98-102) como conceitos para a leitura da formalidade da prática de consumo, a partir de lógicas diferenciais de ação (**FIGURA 3**). A estratégia, tem por base um lugar próprio que dá suporte para gerir as relações com uma exterioridade de caráter estranho. Ou seja, parte de um lugar que permite transformar as forças estranhas em conteúdos que se possa controlar, pela observação, mensuração e, portanto, viáveis de inclusão. É uma ação prática que torna o incerto apropriável, num campo próprio. A tática se realiza sem lugar próprio. É a astúcia que habilita o movimento no terreno do outro, tal qual este se organiza como força estranha. É o senso de ocasião que surpreende uma dada ordem.

Elegeu-se esse arcabouço teórico não somente pela possibilidade de desvelamento dos modos de operação relativos às práticas alimentares, bem como por sua interface com a abordagem geográfica na viabilidade de leitura dessas práticas em seus espaços de ação.

Desse modo, ao entender as práticas alimentares como um reflexo da estrutura da sociedade em termos dos padrões diferenciados de acesso e escolha dos alimentos pelas

¹⁷ RELPH, E. An inquiry into the relations between phenomenology and geography. *The Canadian Geographer*, 1970, v. XIV, n.3, p. 197

¹⁸ LEFEBVRE, H. *Critique de la vie quotidienne*. III – De la modernité au modernisme (pour une métaphilosophie du quotidien). L’Arche Éditeur : Paris, 1981

¹⁹ LEFEBVRE, H. *Le quotidien*. In: CORTEAU, A. et al. *La radicalité du quotidien*. Quebec : VLB, 1987

diversos grupos sociais, e, ao mesmo tempo, como uma manifestação do cotidiano humano no plano individual-familiar, a pesquisa busca suporte complementar analítico numa vertente científica humanista.

A necessidade do aporte humanista fica estabelecida não somente como exigência da complexidade do processo de urbanização (LEFEBVRE, 1991, p. 1), mas também quanto ao funcionamento do estágio atual do capitalismo em termos das relações entre Estado, mercado e sociedade (DINIZ FILHO, 2002, p. 104-105). Ou seja, acredita-se que como problema de pesquisa, a questão alimentar-nutricional no contexto urbano requer necessariamente uma análise que considere as representações sociais, no conjunto das simbologias, valores e atitudes humanos, como subjetividades presentes às decisões cotidianas referentes à alimentação e sua relação com a saúde.

A partir da base histórica delineada na produção social do espaço, a vertente humanista na geografia, apoiada numa reflexão da individualidade, no contexto do “mundo vivido e o intermundo”²⁰ dos sujeitos, permite considerar o saber dos indivíduos e grupos sociais, a ambigüidade do mundo, os valores pessoais e coletivos, os sentimentos, as intenções, enfim, a condição humana existencial, a partir das experiências dos homens que criam, atuam e vivem num determinado espaço (MELO, 1990, p. 91-114). Essa ótica da abordagem geográfica propicia o contato com os significados atribuídos pelos seres humanos aos espaços e lugares desde os aspectos presentes no do cotidiano até a dimensão dos conflitos sócio-espaciais, contribuindo no entendimento acerca da relação entre acesso/consumo alimentar e seu respectivo impacto nutricional no espaço vivido.

Assim, na construção das abordagens analíticas, é dada a palavra aos moradores antigos do bairro empregando-se o seu discurso, bem como imagens fotográficas de acervos pessoais ou produzidas no contexto do desenvolvimento da pesquisa, como roteiro fundamental da caracterização e análise da produção do espaço local, e, da compreensão, a partir da experiência vivida, acerca dos elementos dados na dimensão espacial, relacionados às práticas alimentares e seu desfecho nutricional. **(FIGURA 3)**

²⁰ O “mundo vivido” representa a consciência e meio ambiente íntimo de cada um (emocionalmente modelado e revestido de eventos, relações, ambigüidades, envolvimento, valores e significados) onde o ser humano é compreendido em toda a sua ação, interesses, trabalhos e sofrimentos. É composto de um estoque de experiências próprias e de outros indivíduos, que lhe transmitem conhecimentos do passado, do presente e que, permite de certa maneira, antecipar o futuro. O “intermundo” é a categoria que compreende o mundo comum, partilhado entre diferentes pessoas, cenário das ações e interações dos seres humanos (MELO, 1999, p. 91-114).

Considera-se que esta intenção de pesquisa demandou a opção por uma abordagem qualitativa do problema, ou seja, uma perspectiva despreocupada com a mensuração de categorias homogêneas, mas interessada em viabilizar a compreensão em maior profundidade da natureza de um fenômeno bio-socio-espacial (RICHARDSON, *op. cit.*, p. 79) considerando a perspectiva dos sujeitos em seu mundo vivido. No entanto, frente a sua dinâmica complexa, a questão alimentar requer a exploração dos contornos de suas especificidades dadas localmente no cotidiano da população em articulação àqueles processos configurados mediante externalidades de outras escalas. Neste sentido, assume-se a valorização das subjetividades como componente complementar e explicativo do problema, inseridas nos processos sócio-históricos de suas construções.

Quanto à questão nutricional, considerou-se :

- **o reconhecimento da necessidade de uma abordagem geográfico-epidemiológica dos transtornos nutricionais evidenciados em um grupo de habitantes locais, posto que a variabilidade na sua frequência de distribuição populacional ocorre relacionada a variáveis sócio-ambientais e populacionais, ligadas a referenciais de tempo e espaço (ALMEIDA FILHO e ROUQUAYROL, 2002, p.5), evidenciando a relação espaço-saúde na análise do problema de pesquisa.**

Ainda no enfoque dialético, o estudo está voltado à compreensão da natureza da questão alimentar-nutricional como um fenômeno social que se traduz em uma situação de insegurança alimentar e nutricional. Entende-se que esse fenômeno, em sua aparência, fica evidenciado, por transtornos no estado nutricional manifestados nos sujeitos na sua dimensão biológica (baixo peso, sobrepeso, obesidade), em sinergia a processos de alteração da saúde (comorbidades) dados na dimensão coletiva da população.

Nesse sentido, adota-se o método estatístico como procedimento para reduzir a questão alimentar-nutricional a termos quantitativos, o que permite analisar as relações dos seus fenômenos relativos, produzindo inferências sobre sua descrição, ocorrência e significado (LAKATOS; MARCONI *op. cit.*, p. 93)

A opção pela complementaridade entre as abordagens quantitativa e qualitativa objetivou viabilizar uma compreensão da problemática nutricional pautada pela concepção do processo saúde-doença como processo social, articulado a outros processos sociais, o que lhe confere um caráter histórico de determinação (LAURELL, 1983, p. 136). Nesta

perspectiva metodológica, as variáveis quantitativas reforçam a mensuração qualitativa do problema de pesquisa em conjunto aos discursos dos sujeitos, oferecendo assim, elementos para uma leitura da organização social no horizonte da relação entre os processos da produção material do espaço, de saúde-doença e da questão alimentar-nutricional, inseridos no contexto histórico local.

Assim, quanto ao desfecho nutricional, condicionado pela questão alimentar, o foco foi direcionado a sujeitos residentes no espaço de abrangência da Unidade de Saúde bairro, portadores de hipertensão arterial analisando questões do processo saúde-doença em relação ao perfil sócio-econômico e ao diagnóstico do seu estado nutricional mediante uma abordagem espacial (**FIGURA 3**).

Esse ensaio de espacialização da hipertensão arterial no foco de sua relação com a questão nutricional se dirige a um esforço de compreensão da produção e distribuição diferencial da saúde-doença no meio urbano, na perspectiva da relação espaço-saúde, ou seja, “da expressão territorial dos processos saúde-doença coletivos”, privilegiando a análise da relação entre condições de vida e saúde (BLANCO GIL; SÁENZ ZAPATA, 1994, p. 20-21)

Numa perspectiva qualitativa de abordagem da geografia da saúde, são consideradas as percepções dos sujeitos sobre a relação espaço-saúde (GATRELL, 2002, p. 9), bem como as condições materiais do modo de vida na cidade, como um ambiente particular, em suas potencialidades patógenas (BERLINGUER²¹, *apud* BLANCO GIL; SÁENZ ZAPATA, *op. cit.*, p. 27; MENDONÇA, 2003, p. 218).

Em síntese, quanto ao seu delineamento, o estudo é produzido mediante uma pesquisa empírica, de caráter descritivo-explicativo, à medida que objetiva levantar e evidenciar uma análise geográfica da questão alimentar-nutricional de um determinado grupo populacional, sob o prisma da inserção do bairro no processo de urbanização da cidade. Tal análise concebeu o problema de pesquisa em sua articulação a determinados macro processos sociais numa relação dialógica com as perspectivas dos sujeitos em seu espaço vivido, declarada em seus discursos. O fenômeno estudado se insere no processo de produção, não somente no que se refere às materialidades (produção do espaço pela urbanização), como abarcando também as relações sociais (na dimensão de seus agentes,

²¹ BERLINGUER, G. *Malaria urbana. Enfermedad urbana. Patología de la metrópoli*. Madrid : Editorial Villalar, 1978.

processos e instituições), entendidas como produtos, ou seja, com possibilidade de serem reproduzidos (LEFEBVRE, 1983, p. 27) – **FIGURA 3**.

Finalmente, destaca-se que os detalhes dos procedimentos relativos a métodos e técnicas serão apresentados à medida que o trabalho avança na averiguação da realidade, nos capítulos posteriores.

CAPÍTULO I : ESPAÇO, LUGAR E A QUESTÃO ALIMENTAR NO PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA

Nesse capítulo, pretende-se discutir a produção sócio espacial da área de estudo a partir de reflexões teóricas relativas às perspectivas de análise geográfica da cidade, sob o foco do modo de vida urbano. Nesse sentido, a ênfase é dada ao bairro como espaço particularizado, como o lugar do viver no cenário da cidade.

I.1 A CIDADE E AS DIMENSÕES DO MODO DE VIDA URBANO

“Nosso conceito de cidade liga-se a uma forma de vida. Esta, contudo, se transformou a tal ponto que o conceito dela derivado já não logra alcançá-la (...) As aglomerações urbanas emanciparam-se do velho conceito de cidade, ao qual no entanto, se apegam nosso coração.”
Jürgen Habermas²²

Pode-se dizer que a valoração da abordagem geográfica dos fenômenos (em especial, o urbano), se relaciona à necessidade de compreensão das situações vividas num mundo cada vez mais acelerado, denso, complexo e sistêmico (SOUZA, 1997, p. 32).

Contemporaneamente, essas análises têm sido conduzidas a uma apreensão do espaço geográfico pela articulação dos recortes analíticos consolidados no seu método científico - território, lugar, paisagem, região - como forma de obter uma hierarquia analítica que permita entender as contradições presentes entre o total e o geral, entre o específico e o particular (GOMES, 2003, p. 484-485).

A questão do urbano, no âmbito das escalas geográficas, tem em Peter Taylor²³ (citado por DORFMAN, 1995, p. 103-104) uma inserção num enfoque holístico, numa

²² HABERMAS, J. **Arquitetura moderna e pós moderna**. Novos Estudos Cebrap, 18. São Paulo, set. 1987, p. 123, citado por GONÇALVES (1997, p. 201)

estrutura espacial de relação vertical, como um dos três níveis de interpretação da sociedade mediante uma fundamentação analítica materialista, que se articula à concepção de economia-mundo.

Para Taylor, o urbano, em relação ao estado-nação (escala da ideologia) e à economia-mundo (estrutura espacial absoluta que contém e define as demais escalas) representa a “escala da experiência”, que envolve todas as necessidades básicas da vida humana, dentre as quais a habitação, o trabalho e a alimentação. O autor argumenta que o cotidiano vivido não se restringe ao local, posto que se encontra imerso num “sistema-mundo”. Assim, para ele, os eventos essenciais que estruturam a vida de todos os dias têm efeito a partir de numa escala global, dada na ordenança de um mercado mundial impositor dos valores a serem incorporados às comunidades locais. Ressalta, entretanto que esta não é uma relação direta, mas sofre a filtragem de “agregados particulares de comunidades locais, os estados-nação”.

Nesta concepção, o urbano representa em síntese, o plano onde são definidas as oportunidades de acesso aos bens e serviços, que são experimentados de modo diferencial, no contexto do modelo econômico de produção da sociedade global e, portanto, é o *locus* determinante da qualidade de vida.

No parecer de Dorfman (*op. cit.*, p. 104), sob o olhar focado nas escalas de análise, há críticas a esta proposta, quanto a um viés determinista, que assente a primazia de uma escala sobre as demais. Assim, a autora, afirmando-se em Bertha Becker²⁴, considera a necessidade do reconhecimento de uma perspectiva multidimensional do poder, inerente a todos os atores sociais e presente nos diversos níveis espaciais.

Na concepção geopolítica de Becker, a escala local é objeto das determinações de todas as demais territorialidades (espaço cósmico; espaço global; estado-nação; região), através de relações de poder que implicam em conflitos e na superação destes. O local, mundo vivido que se caracteriza pelo uso cotidiano do espaço, é o lugar de origem das

²³ Adriana Dorfman tece comentários acerca das proposições de Peter TAYLOR em *Geographical scales within the world - economy approach*. **Review**, Nova Iorque: Sage, v.1, p. 3-11, 1981; Um contexto materialista para la geografia política, In: GARCIA RAMON, M. D. **Teoría y método em la geografia anglosajona**. Barcelona : Ariel, 1985, p. 178-206; e **Political geography: world-economy, nation-state and locality**. Cingapura : Longman, 1985.

²⁴ BECKER, B. A geografia e o resgate da geopolítica, **Revista Brasileira de Geografia**, n. 50, t.2, p. 99-125, 1988.

resistências, é onde se tem a visibilidade das práticas dos diferentes atores, em suas estratégias. É onde os conflitos aparecem de modo mais concreto, material.

Ou seja, a despeito das divergências quanto às dimensões do poder e da hierarquia das escalas geográficas na dinâmica das relações da sociedade mundializada, ambas as concepções correspondem quanto à multidimensionalidade escalar da determinação do modo de vida e, portanto, da qualidade do viver no cotidiano do lugar, em especial, no espaço urbano.

Sobre esse último aspecto, dentre os campos diversos de olhares acerca da cidade e de seu conteúdo urbano, não se pode deixar de mencionar a contribuição, numa perspectiva sociológica, de Henri Lefebvre²⁵. Como idéia força de seu pensamento, está primeiramente enfatizada a exigência da interdisciplinaridade e o reconhecimento do papel político do conhecimento científico para a compreensão do fenômeno urbano. Um conhecimento que, para ele, precisa estar comprometido com a prática do “direito à cidade”, entendido como o direito à vida urbana, sendo estritamente relacionado a uma ressignificação do humanismo e da democracia (LEFEBVRE, 1991, p. 1-2).

Num segundo foco de análise, acerca de sua teoria geral sobre os conteúdos do processo de urbanização, o autor apóia sua argumentação no impacto do conflito entre valor de uso e valor de troca sobre a realidade urbana. Ou seja, aponta a subordinação da cidade e da realidade urbana ao valor de troca e à generalização da mercadoria pela industrialização, processo marcante da passagem do capitalismo comercial e bancário para o capitalismo concorrencial. Assim, a industrialização é nomeada como elemento caracterizador da sociedade moderna e como ponto de partida ou processo indutor da urbanização e da problemática urbana. (*Ib idem*, p. 3-6)

Para Vasconcelos (1999, p. 317-321), o pioneirismo das idéias de Lefebvre, envolvendo abordagens das correntes marxista e fenomenológica, imprime significativo avanço à leitura sobre o urbano especialmente a partir de meados da década de 1960²⁶. Em sua proposta de inter-relação espaço-sociedade, insere a categoria “tecido urbano” como “suporte de uma maneira de viver”, ou seja, como o território da sociedade urbana, sendo

²⁵ Para CARLOS (2004, p. 18), apoiada no pensamento de Maurício de Abreu, Lefebvre é um teórico marxista singular (“uma corrente marxista-Lefebvrina”); para SOUZA (1989, p. 147), o autor aparece sob o qualificativo de “marxista heterodoxo” por seu posicionamento de abertura à subjetividade e à cultura, em rejeição ao purismo economicista.

²⁶ O autor se refere à publicação da obra “*Le droit à la ville*”, em 1968, como um marco para a sociologia urbana.

cada cidade, possuidora de uma história específica de sua produção, acompanhada da produção de cultura, de conhecimentos e de materialidades.

Neste sentido, Lefebvre (*op. cit.*, p. 11) evidencia o aparecimento do fenômeno da vida social e cultural, na base econômica do tecido urbano, caracterizando um modo de viver específico, dotado de sistemas de objetos e de valores.

Numa mesma linha de pensamento, Carlos (2004a, p. 1-3) aponta que a reflexão sobre a problemática do urbano e da cidade nos dias de hoje não pode prescindir do fato de que a realidade urbana se generaliza no espaço, como tendência “explosiva”, inserida no processo de expansão global do modo de produção capitalista. Assim, “a extensão do fenômeno urbano produz novas formas, funções e estruturas” sem, no entanto, deixar desaparecerem totalmente as antigas e revelando a necessidade, no escopo da análise geográfica, do desvendamento dos conteúdos do processo de urbanização no cenário atual.

Como elemento constituinte fundamental da crise da cidade, a autora se remete ao processo pelo qual se efetiva o modo de produção capitalista na sociedade, gerando nela um caráter produtivista e que imprime uma racionalidade no mundo, baseada no mercado, num desenho de contexto social manipulado pelas forças econômico-políticas. Ou seja, a cidade se configura como um produto econômico de uma ideologia (CARLOS, 2004b).

No que se refere ao processo de urbanização, com a complexificação das relações sociais e de produção, cada vez mais, as práticas espaciais espontâneas sofrem a intervenção de normas mediante agentes e processos (Estado, planos de desenvolvimento, mercado imobiliário, etc.) que imprimem transformações no espaço e no caráter de sociabilidade e, portanto, no modo de vida das pessoas. A cidade de hoje, no seu contexto de produção referido, revela-se como um produto de apropriação/dominação, ou seja, como um conteúdo que se distancia da natureza, à medida da dominação do homem sobre o meio natural, e que guarda um processo de apropriação (*Ib idem*).

A autora ainda admite ser a industrialização - como processo inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista - imprescindível ao entendimento do conteúdo da urbanização da sociedade. É o fato que ocasiona a “explosão” da cidade, marcando o crescimento da periferia, ao mesmo tempo em que representa o fenômeno de negação da cidade enquanto realização humana. Ou seja, o crescimento industrial e a conseqüente expansão da produção criam o mundo da mercadoria, não mais voltada

unicamente às necessidades da população, mas como função necessária à reprodução do capitalismo. Nesse estágio de desenvolvimento passa a voltar-se à produção de público consumidor nas diferentes classes sociais, imprimindo relações mediadas pelo consumo.

Ainda sobre o aspecto da relação industrialização-urbanização, Lefebvre (*op. cit.*, p. 10) faz uma ressalva quanto às situações em que há “uma ampliação maciça da cidade e uma urbanização com pouca industrialização”. Nesta condição, o autor situa o contexto das cidades da América do Sul, marcado pela dissolução das estruturas agrárias ancestrais, o que alavanca a migração dos camponeses expropriados para os centros urbanos em busca de trabalho para sua subsistência. Ainda assim, o autor situa esse fenômeno como dependente da industrialização, uma vez que a determinação dos preços mundiais se vincula fortemente à capacidade industrial dos países, processo ao qual nomeia como foco do desaparecimento das relações de exploração do trabalho camponês.

Carlos (2004b)²⁷ salienta ser justamente neste período de superação do capitalismo industrial, como condição para a sua reprodução, que se produz o fato urbano, mediante a criação de um “modo de vida” específico que se institui no cotidiano das cidades, tendo como elemento principal a transformação da relação tempo-espço. Ou seja, ocorre uma redefinição do tempo cíclico das relações sócio-espaciais cotidianas para um tempo efêmero - acelerado, para dar realização a mais valia da produção, bem como se dá a predominância do caráter abstrato do espaço - dominado pela dinâmica do tempo e assim transformado em passagem, em distância. Por fim, nesse modo de vida a condição de cidadania é dada pela condição de consumidor, produzida num processo de geração de desigualdades e conflito e forjada no cenário da hegemonia ideológica do capital.

Na perspectiva do humano vivido e de suas construções simbólicas, a partir de Silva (1995, p. 94), encontra-se um referencial de teorização a respeito da construção do conteúdo urbano na produção sócio-espacial e do imaginário da cidade. Segundo o autor, as transformações físicas materializadas na cidade produzem efeitos sobre a vida social - portanto, sobre o modo de viver urbano - sobre o simbólico e sobre as representações dos sujeitos que nela vivem. Do mesmo modo, as representações que são feitas sobre o urbano, afetam e conduzem o seu uso social, além do que, modificam a concepção do espaço

²⁷ CARLOS, A.F.A.. Anotações de aula na temática “A cidade e o urbano”, do Curso “Gestão urbana e políticas participativas”, ministrado no IPARDES, Curitiba, 14 jul. 2004(b).

urbano. Ele exemplifica, partindo da ocorrência de um novo espaço construído (centro comercial) como um evento que transforma uma cidade, a partir da oferta de serviços ou de espaços de lazer e cultura e da oferta de novos horários de atendimento, o que altera então, a prática habitual local para a satisfação dessas necessidades. Em consequência, o novo espaço vai-se convertendo em referência para um setor de habitantes da cidade, como local de encontro e, portanto de viabilização de valores de intimidade. Gradativamente, o espaço se torna centro de determinadas representações e a cidade o vai assimilando como um de seus “lugares”. Ou seja, não mais se trata de um espaço usado, mas “um espaço identificador, um lugar da expressão urbana”. Este evento e/ou sua multiplicação no espaço urbano, trazem consigo o nascimento de novas rotas pelas quais transitam os sujeitos, o deslocamento das atividades estratégicas do centro urbano e, com isso, acompanham-se mudanças no modo de representar e de percorrer a cidade.

Assim, segundo sua concepção, uma cidade, do ponto de vista da construção do seu conteúdo, de sua imagem e, portanto, do imaginário urbano, se reconhece pelas suas condições físicas naturais (paisagem urbana) e físicas construídas (em suas formas e estilos); se faz por suas expressões, ou seja, pela construção de uma mentalidade urbana, marcada por todo um ritmo, um tempo próprio, por imagens, pela tecnologia, pelos espaços reais permeados de espaços de ficção simulados pelas mídias (anúncios de rua, luminosos, *outdoors*, *graffiti* e outros).

Em concordância, Moreira (1997, p. 51) argumenta em sua reflexão sobre paisagem e cotidiano, que a mídia difunde imagens simbólicas no sentido de materializá-las “como um campo paisagístico” em nosso entorno, na vida de todos os dias. O fenômeno ocorre de tal forma a “confundir-se o imaginário e a paisagem geográfica num mesmo campo sógnico”, e se dá no sentido de “pôr em nossa mente uma indisfarçável inculcação consumista”.

Neste sentido, retornando à idéia do urbano como escala espacial, mas também articulada às dimensões de poder na organização da sociedade moderna, tem-se que autores como Pierre Bourdieu²⁸, Michel Foucault²⁹ e Jürgen Habermas³⁰, tratam, ainda que em diferentes contextos, da perspectiva de um horizonte normativo, de potencial regulador,

²⁸ BURDIEU, P. *La distinzione. Critica sociale del gusto*. Bologna : Il Mulino, 1983.

²⁹ FOULCAULT, M. *Nascita della clinica*. Torino : Einaudi, 1969

³⁰ HABERMAS, J. Modern and post-modern architecture .In: **The new conservatism**. Cambridge, Mass: Cambridge University Press, 1989.

como um “conjunto de dispositivos que veiculam um regime de práticas e tecnologias sociais vinculadas à prescrição de um *modo de vida* [grifo nosso]” (LEITE, 2003, p. 175).

Habermas destaca que a revolução industrial teve como um dos efeitos importantes ao cenário das cidades, a mobilização capitalista de todas as condições urbanas de vida, imprimindo pressões, mediante o mercado e desafiando planos de administração e desenvolvimento urbano. O fenômeno culmina com o fato de que a complexificação das relações sociais modernas extrapolou os limites de condições de vida capazes de serem imaginados pelos projetistas, frustrando os planos modernistas da possibilidade de uma cidade humana, inserindo-a em sistemas abstratos de organização e conferindo-lhe uma totalidade incompreensível. Nesta indecifrábilidade em que se converteu a cidade moderna, o autor refere a influência de planos sistêmicos, produzidos pelo olhar normativo da sociedade (*Idem*, p. 178-179).

Ainda no sentido de identificar elementos para a inteligibilidade do espaço e do conteúdo urbano, Ferrara (1990, p. 36), aponta que as transformações sociais decorrentes da repartição desigual da riqueza e do produto do trabalho humano teoricamente seriam expressas na realidade da condição de vida nas diferentes classes sociais. No entanto, numa perspectiva semiótica do espaço urbano, salienta que a imagem do espaço social tem revelado menos uma luta e muito mais um trânsito de valores, usos e hábitos num sentido unificador cultural das classes econômicas.

Postas estas considerações, e, a partir da análise da constituição do modo de vida urbano, vislumbra-se a cidade como um campo estratégico - num sentido de resposta à acumulação do capital - para a imposição de símbolos no contexto da introdução de "inovações" alimentares ao cotidiano dos sujeitos, atrelados à difusão de valores acerca de um modo de vida específico.

Mas, se por um lado o viver urbano está submetido a um horizonte normativo, por outro, também a cidade se autodefine pelos próprios sujeitos que nela vivem.

Carlos (2004b) resgata que a cidade remete ao tempo longo da história, como uma obra da civilização humana, onde as relações sociais se realizam enquanto relações espaciais, mediante trocas que viabilizam a sociabilidade. Em especial, a paisagem do espaço vivido, dos lugares, cria na memória dos sujeitos relações de identidade, sendo esta dada pelos momentos da vida cotidiana, pelas relações sociais dadas no espaço. Nas

relações do cotidiano se constroem os laços de comunidade, que acontecem num tempo cíclico, tempo da vida. Nessa prática espacial o espaço se revela, apontando para uma realização das relações sociais. Assim, tem-se que a cidade se objetiva no plano do vivido, na escala cotidiana, mas também se subjetiva, no processo de produção da identidade social.

Estas representações, numa dinâmica dual com relação ao físico em sua transformação temporal vão configurando uma racionalidade urbana, vão desenhando o modo de viver “a” e “na” cidade.

Portanto, a compreensão da imagem da cidade, em sua mentalidade urbana, em seu conjunto de representações que delineiam o modo urbano de viver, não pode prescindir da participação cidadã na sua construção simbólica. Ou seja, o entendimento do modo pelo qual os sujeitos acessam a cidade, e como percebem que ela se fragmenta para mostrar-se e oferecer-se àqueles que nela vivem ou por ela transitam temporariamente. Em síntese, no dizer de Silva (*op. cit.* p. 96-97), este caminho

conduce a un encuentro de especial subjetividad con la ciudad: ciudad vivida, interiorizada y proyectada por grupos sociales que la habitan y que en sus relaciones de uso con la urbe no sólo la recorren, sino la interfieren dialógicamente, reconstuyéndola como imagen urbana. (...) La ciudad-vivida-intercomunicada por modos territoriales, o a través de algunos impulsos hacia desterritorializaciones, por efectos planetarios, es creada, construida, por aquellos que la proyectan suya.³¹

Neste sentido, insere-se à abordagem da alimentação como prática do cotidiano da vida urbana, valorizando a compreensão deste modo de viver particular, em seus nexos, a partir dos cidadãos no lugar onde habitam, em seu mundo vivido.

Entretanto, não se deixa de considerar que o modo de vida destes sujeitos - incluindo o seu cotidiano alimentar - é resultante de práticas sociais que se configuram e normatizam inseridas num processo de urbanização específico que se dá com extensões e impressões sobre o espaço vivido. Um urbano que, em seu processo de produção, é

³¹ conduz a um encontro de especial subjetividade com a cidade: cidade vivida, interiorizada e projetada por grupos sociais que nela habitam e que em suas relações de uso com a urbe não somente recorrem a ela, como nela interferem dialogicamente, a reconstruindo como imagem urbana. (...) A cidade-vivida-intercomunicada por modos territoriais, ou através de alguns impulsos em direção a desterritorializações, por efeitos planetários, é criada, construída, por aqueles que a projetam sua.

entendido como uma expressão histórica concreta e particular do desenvolvimento e da mudança social, organizada no espaço (GONÇALVES, 1989, p. 67-68).

Em síntese, o modo de vida urbano pode ser entendido como o conjunto de processos pelos quais a cidade - mediante as atividades sociais em que os sujeitos são participantes ou são expostos - ao mesmo tempo reproduz a sociedade e a cultura nacionais em seus diferenciais dentre os grupos da sociedade e confirma a sua especificidade urbana.

A esse respeito, merecem ser resgatadas as reflexões de Sorre (1984, p. 42-44) sintetizadas ainda nos anos de 1950, mas dotadas de componentes extremamente atuais no sentido de uma visão holística de ciência e que se referem ao “complexo social” como elemento do meio vivido, numa perspectiva ecológica da abordagem geográfica. Ou seja, em sua idéia principal, o autor defende a dinâmica e complexidade do meio no qual o homem se insere, bem como a relação entre o meio e a psicologia humana, reunindo componentes de domínio fisiológico e social, numa concepção interativa entre natureza e sociedade, como elementos construtivos do modo de vida.

Como traços que caracterizam o meio social são identificados a composição étnica dos grupos (“um complexo de traços culturais e características somáticas constituído ao longo de séculos pela história, num meio geográfico determinado”); o conjunto de atividades humanas; as estruturas sociais e a forma de distribuição dos homens sobre o território do grupo, destacando em sua ação sinérgica, justamente o conceito e o caráter de “complexo”.

Nas formas diferenciais dos estabelecimentos humanos sobre o espaço, configurando os territórios dos grupos (casas isoladas, aldeias, grandes cidades ou metrópoles) e constituídas a partir dos conjuntos acima descritos, é que se estabelecem ou se especializam diferentes modos de vida. Para Sorre (*op. cit.*, p. 44-45), na cidade há um “entrelaçamento de grupos entre os quais existem relações muito ricas”, que se dão num habitat concentrado, num ambiente de grandes aglomerações, onde os grupos humanos são marcados por um conjunto de condições de vida específicos que envolvem o “clima urbano, alimentação, alojamento, profissão, participação em algum grupo social”. Este complexo determina o “modo de vida urbano”, que contrasta ao rural e, embora havendo uma tendência ao seu desaparecimento no tempo, “a oposição subsiste e é origem de diferenciações psicológicas”.

A despeito da relevância desta perspectiva ecológica, ainda é importante ressaltar que o viver cotidiano na cidade, no contexto da urbanização brasileira, “implica não só reconhecer a sua natureza capitalista e periférica, mas além disso, a natureza da urbanização contemporânea, mergulhada no entrecruzamento de fluxos de informações e de mercados que interligam o mundo de hoje” (GONÇALVES, 1997, p. 200-201).

Assim, diante dessa desigualdade que fundamenta a produção das cidades capitalistas, ratifica-se o pensamento de Carlos (2004, p. 2), ao considerar que contemporaneamente revigora-se a questão do “direito à cidade”, argumentado por Lefebvre, mediante a necessidade premente de deslocar-se a temática de uma perspectiva restrita “à condição de reprodução do capital, ou da dominação do Estado”, para uma abordagem voltada ao sentido humano da cidade, de reprodução da vida .

Sobre este foco, também se situa a questão do acesso universal à alimentação adequada como direito humano que tem como objetivo último o alcance do bem-estar nutricional, em conflito à globalização da economia (VALENTE, 2002b, p. 116), entendendo-se que “o alimento nunca deve ser usado como instrumento de pressão política e econômica” (*Idem*, p. 195).

Neste contexto, a questão da qualidade de vida tem sido objeto do interesse de estudos voltados ao entendimento das iniquidades intra-urbanas. Como categoria que sintetiza a relação entre o biológico e o social na vida humana, sua análise deve permear justamente componentes de diferentes escalas, que estão presentes na conformação do modo de vida dentro de uma sociedade:

condições materiais, [como] condições primárias e fundamentais da vida humana; as forças materiais de produção e transformação das condições materiais; o modo de produção da estrutura global e regional (econômica, jurídica, política e ideológica) e a formação social (divisão do trabalho, desenvolvimento de forças produtivas, relações sociais de produção, classes sociais básicas e luta de classes); as formas de produção, circulação e consumo de bens; [estrutura da] população e migrações; [a relação] Estado e o desenvolvimento da sociedade civil; as relações nacionais e internacionais de comércio" (ROCHA et al., 2000, p. 63-64)

Minayo; Hartz e Buss (2000, p. 8-9), definem “qualidade de vida” como uma noção polissêmica e eminentemente humana, relativa ao “grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial”, enfatizando que se trata de uma construção social, marcada pela relatividade cultural. Entretanto, para os autores, numa sociedade globalizada mediante um modelo hegemônico de significado

planetário, qualidade de vida tem-se referido de modo geral, às preconizações pautadas por valores do mundo ocidental, rico e urbanizado e que envolvem: “conforto, prazer, *boa mesa* [grifo nosso], moda, utilidades domésticas, viagens, carro, televisão, telefone, computador, uso de tecnologias que diminuem o trabalho manual, consumo de arte e cultura, entre outras comodidades e riquezas”.

Discute-se que valores imateriais como amor, liberdade, felicidade, realização pessoal e inserção social também são componentes da concepção da qualidade de vida. Entretanto, além dos valores subjetivos e culturais, sua construção requer parâmetros materiais mínimos à satisfação das necessidades básicas da vida humana de todos os dias, dentre os quais se destaca, por seu caráter essencial, o acesso à alimentação segura e saudável. Assim, particularmente nos países periféricos e especialmente no cenário das grandes cidades, a fome associada à miséria – e aqui se acrescenta também as doenças crônicas associadas ao sobrepeso e à obesidade - bem como a violência e o desemprego, como expressões de exclusão social, podem objetivamente ter reconhecimento como negação da qualidade de vida (*Idem*, p. 10).

Por fim, encontra-se em Carlos (2004a, p. 2), a afirmação de que cabe à ciência geográfica produzir conhecimento sobre a cidade numa perspectiva teórica “da prática sócio-espacial urbana, no sentido de desvendar a realidade urbana em sua totalidade, e das possibilidades que se desenham no horizonte para a vida cotidiana da cidade”. Para a autora, “não há teoria deslocada da realidade, o que significa que não é possível separar a produção social da cidade da produção de um pensamento sobre a cidade”.

I.2 BAIRRO: ESPAÇO E LUGAR DO VIVER URBANO

"Espaço e lugar (...) indicam experiências(...). O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria."
Yi Fu Tuan³²

No dizer de Castro (1997, p. 58), “a crescente importância da escala planetária na organização da economia, das finanças, das redes de poder tem, paradoxalmente, reforçado a importância das decisões em escalas regionais e locais”.

³² TUAN, Y. *Espaço & lugar. A perspectiva da experiência*. São Paulo : DIFEL, 1983, p. 3

Assim, conforme Queiroga (2003, p. 130), no escopo de uma realidade pautada pelo processo de globalização³³, se reconhece “o embate dialético entre diferentes racionalidades, globais e locais, sistêmicas e cotidianas” na caracterização dos espaços.

Neste sentido, reafirmando as idéias de Habermas³⁴, Queiroga (*Ib idem*) considera a operação dialética de duas formas de razão, no mundo contemporâneo: uma sistêmica (instrumental, praticada cada vez mais em nível global) e outra comunicativa, intersubjetiva (presente no mundo vivido). A primeira interage com o espaço a partir de redes e relações de verticalidade, impondo uma normatização de interesse dos atores globais; uma solidariedade no plano organizacional. Por seu caráter de externalidade (extraterritorial), se encontra com outras racionalidades e temporalidades (da razão comunicativa) em sua concretude dada na realidade espacial no cotidiano dos lugares, confrontando-se aí, com as solidariedades orgânicas. Assim, no espaço concreto, tem-se a dinâmica dialética entre razões divergentes.

Gomes (*op. cit.*, p. 491-492) em complementaridade às proposições de Habermas, salienta, a partir de Castillo, Toledo e Andrade³⁵, a ação de mais um tipo de solidariedade, de caráter institucional, que atua ora reforçando a solidariedade orgânica, ora fortalecendo os interesses globais e, portanto, dando suporte à solidariedade organizacional. Esta, representa um fenômeno oscilatório pertencente ao jogo relacional entre a sociedade e o modo de produção capitalista.

Mediante tais concepções, se viabiliza a investigação de contextos ampliados da inter-relação entre instâncias sociais no plano dos modelos econômicos, culturais e espaciais, em situações concretas em dado território, permitindo uma criticidade na avaliação das configurações e da produção social do espaço na escala do lugar (QUEIROGA, *op. cit.*, p. 132-133). Ou seja, o lugar passa a assumir uma importância analítica, à medida que se configura na instância onde se dá a concretude dos eventos, sendo ao mesmo tempo o suporte das manifestações do global e do retorno destas ao mundo (GOMES, *op. cit.*, p. 485).

³³ Conceito entendido conforme definição de Carlos (1997, p. 306): "processo que implica a unificação do mercado mundial no qual a organização se produz a partir de uma hierarquia de estados que vão do centro à periferia, assentados em relações de dominação-subordinação".

³⁴ O autor menciona as idéias sintetizadas na obra de Jürgen Habermas, "O discurso filosófico da modernidade", de 1985, traduzida para o português em 1990, por Ana Maria Bernardo et al., Lisboa : Dom Quixote, p. 275-307.

³⁵ Referência às reflexões sobre as três dimensões de solidariedade em geografia (1997)

Nesta mesma direção, Carlos (1997, p. 303-304) aponta o lugar como “um fragmento do espaço onde se pode apreender o mundo moderno” e, na perspectiva das sociedades urbanas, enfatiza a potencialidade reveladora desta parcela do espaço enquanto uma construção social que permite pensar o viver e o habitar, o consumo, os processos de apropriação do espaço, as práticas sociais vividas. Destaca ainda, que o lugar contém a dimensão da vida, posto que o processo de produção social do espaço “é também um processo de reprodução da vida humana”. Assim, o lugar é um espaço concreto e real onde “cada sujeito se situa, se reconhece ou se perde, usufrui e modifica”, sendo que o seu conteúdo remete à análise do vivido como uma importante dimensão, permeada pelo simbolismo e pelo imaginário.

A autora reafirma sua posição remetendo-se ao pensamento de Lefebvre³⁶ acerca da produção do espaço, quando este enfoca o conteúdo dos lugares como originário da história de um povo e de cada indivíduo pertencente a este povo; que está presente no que se vive e se fala, sendo portador de um centro afetivo, configurado na casa, na praça, na igreja, “nos lugares da paixão ou da ação”, enfim, naqueles lugares das situações vividas (*Idem*, p. 304).

Para Sánchez (1997, p. 294), no contexto do mundo atual, está posta a referência a uma sociedade globalizada, mas que não prescinde das relações eminentemente competitivas entre as sociedades integradas a esta ordem global. O caráter de liderança entre elas é dado mediante a capacidade de produzir, sustentar e difundir inovações, o que consequentemente requer a engendração de um processo uniformizador da cultura em seus valores, atitudes e normas sociais, no sentido da obtenção de um comportamento social padronizado.

Neste arranjo, como pressuposto da concretização da globalização, também se dá a imposição da unicidade das técnicas, o que representa que “às culturas específicas se soma [ou se confronta] uma cultura de massas, num processo que imprime racionalidades adversas aos lugares” (GOMES, *op. cit.*, p. 490).

Assim, na manifestação da diferença, o lugar é também *locus* do conflito. Especialmente no espaço intra-urbano, na heterogeneidade dos lugares, emerge com nitidez a questão da diferenciação, na luta pelo direito à cidade. Um direito ao lugar, como espaço

³⁶ LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1968, p. 52

vivido, que se choca com as estratégias da razão do Estado e do capital na produção do espaço (CARLOS, *op. cit.*, p. 308-309).

Para Lima (2003, p. 146-148), no campo de forças que atuam sobre o espaço incluem-se “os movimentos da população, a arquitetura normativa, as legislações civil, fiscal e financeira, o alcance e a extensão da cidadania”. No contexto brasileiro, os lugares se configuram mediante um arranjo territorial perverso, materializando-se a partir de processos de “desruralização; migrações brutais e desenraizadoras; urbanização galopante e concentradora; expansão do consumo de massa e concentração da mídia”.

Em contrapartida, no cenário de estranheza e complexidade de relações desenhado nas grandes cidades, o bairro pode se insinuar como lugar do viver urbano. Essa proposição se funda, conforme Mayol (2000, p. 39-40), à medida que se tem o bairro como “a terra eleita para uma encenação da vida cotidiana” no espaço urbano. Ou seja, o bairro pode ser apreendido como uma porção do espaço público, portanto geral, anônimo, aonde se vai configurando o espaço privado, particularizado, de reconhecimento, pelo uso cotidiano desse espaço.

Souza (1989, p. 141)³⁷, ao avaliar o estado da arte no campo científico a respeito do bairro como categoria analítica evidência, já no final dos anos de 1980, a escassez e insuficiência das contribuições teórico-conceituais a essa temática. Destaca especialmente, a existência de lacunas quanto a uma perspectiva de valoração das práticas sociais, num sentido para além das dimensões econômicas e também quanto à questão da espacialidade inserida na situação de uma sociedade desigual. Este último aspecto - particularmente importante no contexto da sociedade brasileira - implica a necessidade de uma leitura do bairro como realidade de uma sociedade urbana que se produz na cidade capitalista “sob o efeito direto ou indireto do monopolismo avançado”.

Especificamente quanto à ciência geográfica, o autor aponta uma tradição de superficialidade nas discussões teóricas sobre o bairro, em termos de sua natureza e papel social. Mencionado esporadicamente como conteúdo da geografia urbana clássica, sua abordagem foi mais focalizada em termos de uma singularidade espacial, produzida a partir da relação entre meio físico e evolução da ocupação humana e, posteriormente, substituída

³⁷ Em seu esforço revisional, o autor sentencia “a insuficiência do estado em que se encontram atualmente as contribuições ao conceito e à teoria dessa importante realidade urbana que é o bairro – importante sobretudo numa ótica que valorize as práticas dos cidadãos” (p. 141)

por estudos descritivos voltados à funcionalidade do bairro no contexto da cidade. Mesmo com o interesse da geografia voltado à análise das percepções e da vivência no bairro permaneceu uma perspectiva acrítica quanto a sua discussão teórico-conceitual. Aponta inclusive, que ainda na orientação crítica da Geografia - mesmo essa tendo representado uma renovação dos paradigmas do discurso científico da disciplina - houve a tendência de certas correntes do pensamento marxista em considerar a temática do bairro como categoria vinculada ao senso comum, de caráter subjetivo e, portanto, desinteressante ao desvendamento do “movimento geral objetivo da sociedade” (*Idem*, p. 142)

De modo particularizado, quanto à contribuição de Henri Lefebvre³⁸, Mayol (*op. cit.*, p. 41) menciona a referência do autor sobre bairro como “uma porta de entrada e de saída entre espaços qualificados e o espaço quantificado” e ainda, que em seu conteúdo, guarda um vínculo orgânico com a residência, o lugar de morar, de viver.

Para Souza (*op. cit.* p. 147) apesar de Lefebvre representar uma exceção no campo do pensamento marxista - pelo fato de considerar os aspectos subjetivos e culturais, além dos sócio-econômicos na produção do espaço - sua contribuição específica nas discussões sobre o bairro está limitada a uma “crítica lapidar ao empirismo culturalista e à ‘ideologia comunitária’ [grifo do autor] que este endossa e alimenta”. Quanto a isso, o autor se ressentia, na reflexão lefebvriana da ausência de menção ao vislumbre da potencialidade do bairro como dimensão de crítica ao capitalismo, em suas resultantes de esfacelamento da liberdade e humanidade sociais.

Em Maffesoli³⁹, citado por Barcellos (1995, p. 46), encontra-se que o bairro se organiza em territórios reais ou simbólicos, onde se localiza a potência da sociabilidade, da auto-preservação dos grupos e da preservação de seus espaços. Nele se dá a vivência de experiências comuns, os microlocalismos que geram cultura a partir da cotidianidade, dada numa relação que vincula o território à memória coletiva.

Souza (*op. cit.*, p. 145-146), situa essa percepção de Maffesoli⁴⁰ na esteira de uma sociologia neoculturalista que, como contraponto à “atomização” e à “desmaterialização” do bairro asseverada pelos culturalistas, aponta em direção oposta à massificação do bairro,

³⁸ Em Cahiers de l'Institut d'aménagement et d'urbanisme de la région parisienne, v. 7, mar. 1967, fascículo especial dirigido por Lefebvre, versando sobre o bairro e a cidade (“Le quartier et la ville”).

³⁹ O autor faz menção ao comentário presente em MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**, Rio de Janeiro : Forense, 1987, p. 172.

⁴⁰ Também em MAFFESOLI, M. (*op. cit.*, 1987)

a partir do conceito das “novas tribos” urbanas, como marcadores do “renascimento da vida de bairro nas grandes cidades”. Na crítica do autor, este caminho de reflexão traz consigo uma exacerbação do culturalismo, com base na afetividade como fator aglutinador, em desfavorecimento à consideração e à análise radical dos conflitos sociais.

Numa perspectiva de reconciliação das duas vertentes acima apontadas tem-se, para Mayol (*op. cit.*, p. 42-45), que através do bairro, a cidade é “poetizada” pelo sujeito, que assim o faz, no sentido de “refabricá-la para seu uso próprio, desmontando as correntes do aparelho urbano”. No conjunto de formas e relações do fato urbano e das suas desigualdades espaciais internas, é no bairro, como espaço vivido, que os sujeitos criam o lugar de acolhida, os itinerários para seu uso ou o seu prazer, e que são como que devolvidos à cidade como sua marca particular. Assim, na cotidianidade está imerso o desejo urbano, o direito à cidade desejado por quem nela vive.

Em síntese, o esforço para a conceituação teórica do bairro passa ora pela estipulação de escalas espaciais vinculadas a certas relações sociais, numa tendência empirista, de naturalização do social e de fetichismo espacial, conduzida por representantes culturalistas da Sociologia Urbana⁴¹; ora pelo privilégio à subjetividade e a intersubjetividade na relação espaço-sociedade, em detrimento à visão dos conflitos sociais na produção econômica e política da sociedade, a partir de antropólogos urbanos⁴², e também, pela orientação economicista dos sociólogos marxistas⁴³. Estes últimos, ao mesmo tempo em que representaram a condução de um caminho teórico-analítico comprometido com as determinações globais do modo de produção, também o fizeram a partir de uma desconsideração à dimensão espacial e ao conteúdo do cotidiano vivido, considerado como “reino do senso comum” e portanto recusável à dimensão do universo científico (SOUZA, *op. cit.*, p. 143-147)

A partir desta reflexão, fica evidenciada a necessidade interdisciplinar para uma abordagem mais ampla e aprofundada do bairro como categoria da realidade no contexto

⁴¹ O autor se refere a LEDRUT, R. **Sociologia urbana**, Rio de Janeiro : Forense, 1971 e a CHOBART de LAWUE, P. H. L'agglomération parisienne. In: CHOBART de LAWUE, P. H. (coord.) **Paris et l'agglomération parisienne**. Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

⁴² Exemplos em VELHO, G. **A utopia urbana**. Rio de Janeiro : Zahar, 1973.

⁴³ Aparecem como exemplos mencionados pelo autor, CASTELLS, M. **The City and the grassroots**. A cross-cultural theory of urban social movements. Berkeley e Los Angeles, University of Califórnia Press, 1983 e CASTORIADIS, C. A. questão da história do movimento operário. In: CASTORIADIS, C. **A experiência do movimento operário**. São Paulo : Brasiliense, 1985.

contemporâneo, numa perspectiva holística, empenhada em superar os riscos de parcialismos de análise, em nome de um pretenso rigor acadêmico.

Nessa intenção, o estudo se dirige a uma abordagem conceitual que considera o bairro contemporâneo numa dimensão de simultaneidade entre uma realidade objetiva e subjetiva/intersubjetiva, que dialeticamente se relacionam em estado de influência, condicionamento e determinação ao longo da história (SOUZA, *op. cit.*, p. 148-149).

Assim, a partir deste fundamento, buscou-se o foco analítico do Bairro Capão da Imbuia em suas historicidade e contemporaneidade, como espaço urbano-metropolitano produzido no bojo das repercussões da inserção e do desenvolvimento do modo de produção capitalista no cenário nacional. De outro modo, como escala de análise do presente estudo, o bairro é também o lugar da experiência vivida, bem como a referência espacial na produção das práticas alimentares cotidianas dos sujeitos e de suas transformações ao longo do tempo histórico.

O bairro, assumido como espaço vivido, ou seja, entendido como espaço percebido e interpretado pelos sujeitos que nele vivem, confere à dimensão espacial do estudo, um caráter revelador das práticas sociais, onde se insere a prática alimentar. Como lugar da experiência vivida, representa o ponto de referência e identidade (MELLO, 1990, p. 102). Focaliza espaço e paisagem em torno das intenções e experiências humanas e localiza as bases da existência cotidiana, onde a condição humana se estabelece (RELPH, 1979, p. 16).

Destaca-se que estas práticas se relacionam à identidade do sujeito ou grupo social, permitindo-lhes um lugar próprio na rede de relações sociais de um dado ambiente (MAYOL, *op. cit.*, p. 40). Ou seja, as práticas são operacionalizadas num espaço geralmente de convivência e reconhecimento dos grupos sociais.

Em articulação a estes pressupostos, o bairro é também o lugar do conflito, lugar que se situa e se insere no cenário heterogêneo e fragmentado numa cidade que vai-se constituindo em milhões de habitantes, assumindo uma dinâmica metropolitana, atrelada às lógicas normativas da razão global. No entanto, ainda que em confronto com a verticalidade desta razão sistêmica, não é negada, ou até, ao contrário, é potencializada, diante da diversidade, a razão comunicativa, que se consolida nas práticas sócio-espaciais no mundo vivido.

Sobre a questão da razão comunicativa, é necessário mencionar uma distinção desta perspectiva entre Habermas e Maffesoli, quanto às formas de sociabilidade contemporânea. Segundo aponta Barcellos (*op. cit.*, p. 42-47), este último autor considera não ser mediante interação comunicativa que se dê a solidariedade orgânica, mas sim, pela “coesão afetiva e ética dos grupos, num jogo da diferença, que garante a harmonia ao mesmo tempo em que relativiza o poder”. Ou seja, há uma permanente troca de papéis com base numa hierarquia social circular que dá suporte a uma vivência de relações sociais conflitivas e dinâmicas, permeáveis às astúcias dos sujeitos, mas tendo como essencial a afetividade, para viver em conjunto o lugar.

Presume-se que neste contexto, podem ter visibilidade as especificidades das práticas alimentares e seus nexos, estabelecidos no jogo dialético entre a razão sistêmica (macro-economia, oferta e acesso aos alimentos) e a solidariedade orgânica (elementos sócio-culturais, emoções, sentimentos dados na intersubjetividade e suas extensões sobre o comportamento alimentar), presentes nas “artes do fazer”⁴⁴ cotidiano.

Assim sendo, numa aproximação ao recorte espacial da pesquisa, também o espaço se relaciona com a experiência vivida em termos da saúde-doença, constituindo-se em elemento fundamental para a compreensão do nexo entre a relação modo de vida urbano e impacto nutricional.

Em suma, para a compreensão das configurações da questão alimentar-nutricional no bairro é preciso, conforme adverte Queiroga (*op. cit.*, p. 136), recorrer à perspectiva da análise dialética, no sentido do entendimento de seu sistema de movimentos inserido no contexto da formação sócio-espacial em outras escalas - da cidade, do país, da totalidade global.

Na perspectiva de uma abordagem geográfica, Castro (*op. cit.*, p. 61), destaca o espaço do cotidiano, o espaço da ação, da participação, da mobilização e da decisão política, em seu potencial de possibilidades explicativas dos processos de transformação espacial e dos atores que protagonizam estas mudanças. Em sua argumentação, justifica que “a realidade, que é complexa, coloca-nos diante do particular que se articula com o geral, da unidade contida no todo e do singular que se multiplica. Problematicar o espaço geográfico é considerar estes paradoxos”.

⁴⁴ Conforme expresso em CERTEAU M. de. **A invenção do cotidiano:1. artes de fazer**. 7 ed. Petrópolis : Vozes, 2002.

I.3 - CAPÃO DA IMBUIA: PRODUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO BAIRRO NA HISTÓRIA DE CURITIBA

“Se quisermos identificar a cidade, devemos seguir a trilha para trás, partindo das mais completas estruturas e funções urbanas conhecidas, para os seus componentes originários, por mais remotos que se apresentem no tempo, no espaço e na cultura...”
Lewis Mumford⁴⁵

Nesta sessão do Capítulo I, apresenta-se um panorama exploratório acerca dos processos sócio-políticos e econômicos predominantes no processo histórico de conformação da cidade de Curitiba, com um foco voltado à exploração das extensões deste na produção do espaço no Bairro Capão da Imbuia.

Assume-se, quanto ao problema de pesquisa, a necessidade de refletir que o nível de urbanização, o desenho urbano e as manifestações das necessidades não atendidas da população em um dado lugar da realidade urbana remetem a um entendimento do espaço, em sua produção, a partir dos nexos que a historicidade econômica, política, social e cultural mantêm, ao longo do tempo.

Sob este critério, a abordagem histórica abrange os processos sócio-políticos, culturais e econômicos que conduzem o povoamento do território original da cidade - particularmente aqueles predominantes no século XX, até o período que caracteriza o processo de metropolização de Curitiba - como marco analítico das forças que os determinam e que, ao mesmo tempo, são determinantes da questão alimentar e nutricional da população no recorte espacial do estudo.

Quanto aos sujeitos de pesquisa, no referente à abordagem qualitativa do problema, são analisadas informações a partir de dois grupos de atores sociais:

- habitantes A (residentes locais há 20 ou mais anos);
- habitantes B (residentes locais há menos de 20 anos).

Conforme mencionado no item PERSPECTIVA METODOLÓGICA DA PESQUISA, o recorte temporal foi estabelecido por representar, na historicidade do bairro, um marco de mudanças mais aceleradas no processo de urbanização, com implicações sobre a questão sócio-ambiental local.

⁴⁵ MUMFORD, L. **A cidade na história: suas origens**. São Paulo : Martins Fontes, 1998.

Esta abordagem envolveu uma amostra por acessibilidade⁴⁶, ou seja, uma amostra não probabilística, de seleção não aleatória, constituída com a finalidade de ilustrar a problemática do estudo, que elegeu como sujeitos de pesquisa um grupo de informantes-chave⁴⁷ indicados por representantes da comunidade e membros da equipe local de saúde para integrar as duas categorias de atores sociais pré-definidas.

Quanto às técnicas para a abordagem qualitativa⁴⁸ do problema de pesquisa foram empregados:

- Grupos focais: aplicados ao grupo de habitantes antigos, no sentido de obter uma variedade de informações acerca das percepções sobre as transformações sócio-espaciais locais (biografia do lugar) que contextualizaram o discurso social sobre a dinâmica das práticas alimentares.

Conforme recomendações à aplicação da técnica, foram realizadas duas sessões, tendo a primeira contado com nove participantes e a segunda, de caráter reconvocatório, com seis participantes. O procedimento teve como intuito, levantar e posteriormente realizar a devolutiva das transcrições dos depoimentos na forma documental escrita, confirmando e obtendo esclarecimentos sobre os registros efetuados.

- Entrevistas: A partir da aplicação da técnica do Grupo Focal, foram eleitos informantes-chave para serem entrevistados em maior profundidade, no sentido de uma aproximação quanto ao cotidiano vivido, às práticas alimentares diárias, em suas estratégias e táticas, a vivência no lugar e experiência relativa ao processo saúde-doença, permitindo um cruzamento dos relatos das distintas entrevistas, no sentido de observar recorrências e a consistência das informações, para a construção das categorias analíticas.

A pertinência da aplicação das técnicas de grupo focal e entrevista está na possibilidade de permitirem aos atores sociais selecionados que recorram à sua experiência e memória para recompor fatos acontecidos no âmbito da sua temporalidade. Tem-se assim, um instrumento adequado para a interpretação do processo a partir das pessoas envolvidas e para a construção de uma periodização com marcos temporais baseados nas fases do processo de urbanização, dadas pela construção da biografia do lugar. Recorreu-se a

⁴⁶ GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo : Atlas, 1995, p. 91-98.

⁴⁷ Para sua composição, foram acessados 25 sujeitos

⁴⁸ A eleição das técnicas pelo pesquisador, baseia-se nas indicações de Teresa Maria Frota Haguette (1987); Antônio Carlos Gil (1995); Roberto Jarry Richardson (1999) e Marcela Romo e Eduardo Castillo, (2002).

entrevistas abertas, tendo como instrumento um roteiro que orientou o pesquisador quanto às questões consideradas relevantes à investigação. O roteiro foi elaborado com previsão de flexibilidade suficiente a permitir, na conversa informal desenvolvida, o surgimento de questões não previstas, mas de caráter pertinente ao problema de pesquisa (**ANEXOS 1 e 2**). Considera-se que as práticas alimentares no contexto vivido, consubstanciadas mediante estratégias e táticas, são passíveis de análise enquanto expressão comunicada mediante narrativas individuais e intersubjetivas, ou seja, pressupondo uma situação dialógica em que os significados são negociados no espaço da comunicação (GOMES, MENDONÇA, *op. cit.*, p. 118). Entretanto, para construir a relação entre o contexto onde emerge a experiência social da alimentação como prática cotidiana, esta análise se articula à compreensão sócio-histórica e cultural de sua produção e reprodução.

A identificação e descrição das situações espaço-temporais específicas nas quais são recebidas e produzidas as narrativas constitui-se no suporte para a compreensão das práticas alimentares como experiência ancorada nas representações socialmente construídas sobre a alimentação e de como a própria experiência realiza transformações nestas representações, no tempo (*Idem* p. 122).

Assim, no âmbito da abordagem qualitativa, a análise envolve fontes primárias de dados que se constituem de relatos orais obtidos mediante as técnicas qualitativas mencionadas, a partir de um TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO individual - (**ANEXO 3**), complementados por fontes documentais (fotografias e outros materiais do acervo pessoal dos entrevistados) e bibliográficas (obras publicadas por especialistas na história local, no âmbito contextual do lugar na cidade e este, por sua vez, articulado a contextos de maior escala).

A condução analítica baseia-se na existência de uma flexibilidade entre as informações obtidas das fontes primárias e os marcos conceituais de pesquisa, permitindo um trânsito entre ambos para a configuração das categorias de análise.

Na apresentação das sínteses obtidas, tem-se uma relação dialógica entre a história sistematizada por especialistas locais⁴⁹ e as narrativas (discursos) de habitantes do bairro, obtidas a partir de grupos focais e entrevistas, segundo composição apresentada no **QUADRO 1**.

⁴⁹ NADALIN (2001); OLIVEIRA (2001); SANTOS (1995,2001); WACHOVICZ (1982); FENIANOS (1999), com citação completa de suas obras apresentada no item Referências

QUADRO 1 - Distribuição dos participantes dos grupo focais e entrevistas, segundo categorias de habitantes do Bairro Capão da Imbuia. Curitiba-PR, 2004.

IDENTIFICAÇÃO	TÉCNICA EMPREGADA	IDADE (ANOS)	OCUPAÇÃO	TEMPO DE RESIDÊNCIA NO BAIRRO
HABITANTES A				
H	Grupo Focal	67	Aposentado	67 anos
G	Grupo Focal	63	Do lar	60 anos
K	Grupo Focal	57	Do lar	53 anos
S	Entrevista	51	Prestador de serviço	51 anos
Z	Grupo Focal	75	Do lar	45 anos
T	Entrevista	67	Aposentado	44 anos
M	Entrevista	63	Aposentado	36 anos
R	Entrevista	62	Aposentado	36 anos
P	Grupo Focal	67	Aposentado	36 anos
N	Entrevista	44	Prestador de serviço	36 anos
C	Grupo Focal	43	Prestador de serviço	35 anos
E	Entrevista	53	Prestador de serviço	34 anos
X	Grupo Focal	52	Prestador de serviço	32 anos
F	Grupo Focal	56	Prestador de serviço	29 anos
HABITANTES B				
U	Grupo Focal	62	Do lar	19 anos
Q	Grupo Focal	45	Do lar	19 anos
Y	Grupo Focal	40	Do lar	19 anos
L	Entrevista	60	Aposentado	18 anos
B	Entrevista	58	Do lar	18 anos
D	Entrevista	64	Aposentado	15 anos
O	Entrevista	27	Prestador de serviço	15 anos
J	Entrevista	49	Prestador de serviço	12 anos
A	Entrevista	36	Prestador de serviço	12 anos
V	Entrevista	35	Prestador de serviço	6 anos

Neste diálogo, se busca compreender a questão alimentar-nutricional atual num recorte espacial da cidade seguindo uma "trilha para trás", no intuito de procurar traços dos componentes originários, na história que dá suporte ao fenômeno de interesse da pesquisa. Convém destacar que o ponto de alcance deste caminho ao passado foi norteado pelos depoimentos coletados dentre os habitantes do bairro, como demarcadores dos focos de interesse pelo movimento histórico que delineia a cidade, em seus conteúdos mais relacionados ao problema de pesquisa. Reconhece-se que a dinâmica dos fatos históricos no século XX, em especial à segunda metade deste, sem dúvida possui uma fortaleza de relação à temática de estudo, sendo essa a temporalidade considerada em relação às práticas alimentares dos habitantes, no capítulo seguinte. Entretanto, não se desconsiderou a

abordagem, embora de forma estritamente sintética, de processos ocorridos em séculos anteriores, como elementos contextuais explicativos das raízes da questão de estudo.

Assim, compreende-se que a dinâmica da sociedade, permeada de conjunturas político-econômicas, marca uma relação metabólica com a natureza, imprimindo na dimensão espacial, as materialidades produzidas nas relações sociais. Daí, o interesse em abordar aspectos da história de Curitiba, para uma reconstrução da evolução dos processos que configuram a cidade e o bairro em estudo - como formas concretas resultantes do fenômeno de urbanização - e suas repercussões sobre a questão alimentar da população ao longo do tempo.

I.3.1 Ocupação do território fundante da cidade

Como contexto histórico primordial, dentro do cenário nacional, tem-se que a origem da cidade de Curitiba está vinculada aos interesses do governo geral brasileiro em garantir a ocupação do território do Sul, no final do século XVI, num processo onde está em curso a economia mineradora (SANTOS, C.R.A., 2001, p. 21-22).

Dentre os fatos deste contexto longínquo, destaca-se que, em meados do século XVII, um grupo de desbravadores portugueses, movidos pelo objetivo de encontrar novas minas de ouro, enfrenta as escarpas da Serra do Mar a partir de Paranaguá, seguindo por uma área conhecida como Caminho de Queritiba. Estabelecendo-se numa pequena povoação denominada Vilinha, às margens do rio Atuba, dão início à exploração do ouro, numa terra já ocupada por índios que habitavam os campos e pinheirais. Pelo fato destas áreas situarem-se à grande distância de São Paulo, os faiscadores⁵⁰ de ouro não tiveram alternativa senão ali fixarem residência, constituindo pequenas povoações, que, no entanto, não contavam com nenhuma organização ou representação política (FENIANOS, 1999, p. 15).

Neste contexto econômico da história regional, é na constituição de arraiais mineradores no planalto de Serra Acima, que tem origem a ocupação do território original da cidade de Curitiba, na região do Atuba, onde se situava a aglomeração chamada Vilinha (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1995, p. 206-207).

⁵⁰ Os faiscadores dedicavam-se à lavagem das substâncias auríferas nas margens dos regatos.

Auguste de Saint-Hilaire (1978, p.69), botânico francês em passagem por Curitiba no ano de 1820, por ocasião de sua expedição científica ao Brasil (1816 a 1822), relata que à época de sua viagem, os moradores da cidade afirmavam que os primeiros habitantes da região teriam se fixado numa localidade mais próxima à Serra de Paranaguá, tendo em seguida se instalado no “sítio onde hoje se ergue Curitiba”, influenciados pela imagem da Nossa Senhora da Luz, a sua padroeira.

Em Fenianos (*op. cit.*, p.16), encontra-se que, segundo “conta a lenda, (...) a pedido dos primeiros colonizadores portugueses, *que sofriam com a fome e estavam insatisfeitos com o resultado das minerações* [grifo nosso], o cacique dos Campos de Tindiquera os ajudou a encontrar um novo local para morar.”

Destaca-se a partir desta tradição, o significado do parâmetro determinante da escolha do novo lugar para a fixação do grupo, uma vez que para a cultura indígena local, o pinhão representava a fonte do sustento alimentar no período do inverno, onde havia escassez de caça (*Ib idem*).

Sendo assim, o lugar onde posteriormente se produzirá a cidade teria sido estrategicamente selecionado, por garantir, face aos recursos de sua natureza, que os novos habitantes não mais passassem fome.

Wachowicz (1982, p. 36), assevera as precárias condições de vida dos mineradores afirmando que estes, em seus arraiais, “moravam em toscas cabanas de pau, cobertas com folhas de palmeira ou capim”. Além disso, o déficit alimentar era uma constante, frente às condições ambientais, aos precários ou inexistentes recursos técnicos e à pouca compatibilidade entre as atividades agrícola e mineradora.

Assim, pode-se eleger a privação alimentar como processo focal que origina o deslocamento deste grupamento humano em direção à ocupação do espaço caracterizado como território fundante da cidade de Curitiba.

No plano administrativo, até meados do século XIX, o território dos campos de Curitiba pertencia à Capitania de São Paulo, que havia agregado as capitanias de Santo Amaro, São Vicente e Paranaguá. Esta última, correspondente ao extremo meridional da colônia portuguesa na América do Sul, não possuía definição quanto à delimitação de suas fronteiras, além de constituir-se num “vazio demográfico” habitado por indígenas que eram

disputados por portugueses e espanhóis, como força de trabalho à economia colonial (NADALIN, 2001, p. 19; SANTOS, C.R.A. *op. cit.*, p.30).

Segundo a Câmara Municipal de Curitiba, o termo do município foi demarcado em 1721, a partir das correições realizadas pelo Ouvidor Pardinho, definindo os seguintes limites municipais: ao Norte, Sorocaba, a Leste, Paranaguá, ao Sul e a Oeste, o “sertão de ninguém”. Com esta extensão, fica demonstrada a “pretensão portuguesa ao amplo território que hoje constitui o Sul do Brasil” (PEREIRA; SANTOS, 1993, p. 21).

Os recursos minerais encontrados no planalto curitibano foram escassos, exigindo um custo alto para uma produção não compensatória, com taxas cada vez mais onerosas de impostos sobre o ouro, que eram exigidos pela Coroa portuguesa. À decadência da mineração, soma-se o declínio das vilas e a miséria da maioria da população que sobrevivia a partir de uma incipiente lavoura de subsistência, plantando basicamente arroz, feijão e milho (WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 54-59).

A exploração aurífera no território paranaense traz como resultado na produção do espaço, o surgimento dos primeiros arraiais que originam o povoamento curitibano, bem como a abertura de vias de comunicação entre o planalto e o litoral, que se tornam vitais ao posterior desenvolvimento da economia regional.

O contexto de desenvolvimento de Curitiba neste período, tem nas bandeiras paulistas e nas entradas oficiais os agentes fundamentais na exploração e reconhecimento do espaço na região. Ao mesmo tempo, insere-se no contexto da consolidação das possessões portuguesas no Brasil Meridional, a partir de agentes específicos da Metrópole, representados pelos monarcas, pela Igreja e comerciantes (NADALIN, *op. cit.*, p. 13-15).

As dinâmicas geradas pela economia da mineração, interligam-se a dois outros importantes processos econômicos regionais: a expansão da pecuária na região Sul do país e, a partir daí, a integração da comunidade paranaense, bastante polarizada por Curitiba, ao circuito de desenvolvimento econômico nacional.

No bojo da organização da sociedade, que vai-se constituindo pelas ordenações das atividades econômicas, vão-se também fundando na relação do homem com a natureza os conteúdos que determinam as escolhas e viabilidades da comida para a subsistência. Neste processo, o arroz, feijão e milho surgem como alimentos básicos para atender a essa necessidade humana vital e são identificados com o cotidiano alimentar do lugar.

I.3.2 A pecuária e o novo “gênero de vida”⁵¹ na vila que deseja ser cidade: traços da identidade territorial do bairro

Tendo-se como base a descrição do núcleo inicial de ocupação da cidade, que se desenha mediado pela mineração, considerou-se importante destacar aspectos da dinâmica do desenvolvimento pecuário local, por suas repercussões que historicamente vão produzindo materialidades espaciais no território que atualmente constitui o bairro Capão da Imbuia.

Na continuidade do movimento histórico, a partir da escassez da produção aurífera regional, os interesses econômicos se transferiram à exploração de outras atividades produtivas, antes acessórias à economia mineradora. Nesse caso, a alternativa capaz de proporcionar algum rendimento para a economia regional era a pecuária. Nos campos de Curitiba tornou-se cada vez mais viável o pastoreio, levando à formação de pequenos núcleos de exploradores e respectivos escravos em torno da criação do gado, “implementando um novo gênero de vida” (SANTOS, C.R.A. *op. cit.*, p. 25).

Embora não fique explicitamente registrado nas colocações do autor acima mencionado, a introdução da categoria “gênero de vida” na análise desse processo histórico sugere remeter à proposta lablachiana na interpretação dessa nova atividade econômica.

Na compreensão de Silva (2002, p. 57), as bases das ciências naturais deram à geografia conceitos fundamentais ligados à singularidade humana em termos de inteligência e sociabilidade, que levaram à formulação de noções de gêneros de vida, a partir da capacidade de adaptação do homem – sob forte influência da teoria da evolução das espécies - ao meio vivido. Assim, ao mesmo tempo, é contabilizado a La Blache o desenvolvimento da concepção humanista, em polaridade à naturalista, em seu modelo de Geografia Humana. Para ele, a capacidade de subsistência do homem, como caçador, pescador, agricultor era dada graças a uma combinação de instrumentos que representam a sua obra pessoal, a partir de sua faculdade de iniciativa, de invenção, configurando-se como acréscimos, de autoria humana, à criação. A partir desta característica, se introduzem determinações à vida humana, não mais de caráter estritamente natural, levando à reflexão de que o gênero de vida, através da alimentação e dos hábitos que ela implica é causa de

⁵¹ Segundo expresso em SANTOS, C.R.A. dos. **Vida material. Vida econômica.** Curitiba : SEED, 2001 (Coleção história do Paraná: textos introdutórios), p. 25

modificações e modulações ao ser humano. Ou seja, o meio, é constituído pela natureza apropriada e transformada pela ação humana, mas também pelo conjunto de representações mentais, de valores e de relações que o homem desenvolve no seio de seu grupos.

Na perspectiva da natureza como possibilidade à ação do homem, encontra-se suporte à aplicação do conceito “gênero de vida” lablachiano à atividade pecuária à medida que Nadalin (*op. cit.*, p. 43-48) descreve ser esse, para os padrões da época, um afazer que exigia muito menos trabalho do que as atividades necessárias à agricultura (queimada, roçagem, semeadura, cultivo). O autor salienta que não havia grandes diferenciações entre o trabalho extrativista e o da criação, fato que viabilizou a participação dos antigos mineradores na nova atividade. A partir deste período, tem-se delimitada a especialização da região de Paranaguá, como área comercial, portuária e com lavouras diversas, enquanto Curitiba se definia numa identidade regional fundada na pecuária.

Assim, a economia pecuária desenvolve o processo de sedentarização da sociedade mineradora pela introdução de um novo gênero de vida, a partir de uma transição econômica para uma atividade lucrativa, vinculada às potencialidades de recursos naturais do lugar. Reflete-se que neste processo, ficava evidenciada uma baixa ação humana na transformação da natureza. Entretanto, ao contrário da exigência do nomadismo na exploração aurífera, a fixação em torno dos currais da criação pecuária demarca a origem da configuração dos sítios e no seu entorno, o crescimento da vila que fomentou a constituição da cidade.

Quanto ao contexto social, na transição da economia de exploração mineral para aquela voltada à pecuária, a sociedade seiscentista no povoado curitibano era constituída por diversos elementos, dentre os quais, o núcleo principal dos primeiros povoadores; aventureiros errantes dos arraiais auríferos; egressos das bandeiras e de outros centros paulistas; índios cativos e livres; mestiços e gaúchos nômades. Essa heterogeneidade era conflitante com a organização social estabelecida pelo grupo patriarcal constituído pelo capitão-povoador. Assim, este constitui-se no processo motivador do interesse na elevação do povoado à categoria de vila (1693), para que com a criação da justiça, fossem constituídos os meios para o estabelecimento da ordem social (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1995, p.210)

Ressalta-se que, no período subsequente à fundação de Curitiba (final do século XVII e início do XVIII), embora a representação de cidade, correspondesse não muito mais do que uma aglomeração urbana de pequenas dimensões, já se manifestava nesta fase, um caráter de expansão e adensamento populacional superior às formas de assentamento anteriores.

O aumento da demanda para atendimento do mercado de consumo europeu em crise pela guerra, entra em jogo na aceleração da exploração e produção aurífera no país, que tem agora como pólo da atividade econômica da colônia as regiões do Mato Grosso (Cuiabá) e, especialmente das Minas Gerais. Esse movimento repercute na reestruturação da economia brasileira, particularmente na região Sul, que passa a se organizar em função de um mercado central (SANTOS, C.R.A, *op cit*, p.25).

O expressivo crescimento populacional na região de Minas a partir da mão-de-obra exploradora do minério, passa a gerar problemas de abastecimento, já que até então, não se contava com nenhuma estrutura econômica local. Nesse sentido, torna-se necessária a importação de alimentos, animais para transporte e equipamentos de outras regiões do país gerando uma conjuntura econômica favorável à pecuária nos campos paranaenses, fazendo aumentar o número de fazendas de criação (*Idem*, p. 26-27).

A partir desta estrutura viária, Curitiba passa a ter papel importante como fornecedora de gado vacum às regiões de mineração no início do século XVIII. O gado passa a ser extremamente valorizado, em função da carência alimentar vigente no novo mercado. Assim, as regiões meridionais do país, agora periféricas ao circuito da mineração, passam a se estruturar no sentido de oferecer o subsídio necessário à sustentação desta atividade central, que se traduzia em animais para transporte (cavalos e muares) e carne (NADALIN, *op. cit.*, p.48)

O grande circuito integrador da economia pecuária sulina aos centros ligados à mineração se dava pelos chamados “caminhos”, que representavam vias terrestres bastante precárias, construídas por indígenas, tendo sido largamente utilizados pelos bandeirantes em suas expedições exploradoras de minérios e por outros desbravadores que buscavam a conquista de territórios (WACHOWICZ, *op. cit.*, p. 65). Um caminho construído no início do século XVIII, ligava o Viamão, no Rio Grande do Sul, aos Campos Gerais e à Curitiba (sede de um posto de registro, para a cobrança dos direitos sobre “gados e cavalgaduras”) e

estas localidades, às feiras de animais de São Paulo (Sorocaba), “onde comerciantes mineiros, fluminenses e outros, vinham buscar o gado para revendê-lo nas áreas das Minas” (NADALIN, *op. cit.*, p. 49)

Cabe ressaltar que à época, em termos da visão de mundo a respeito do trabalho, as atividades da pecuária e do tropeirismo eram relacionadas à grande propriedade e tinham um significado consensual por parte da sociedade, ligado ao espírito de liberdade. Assim, “nas fazendas de criação, o 'trabalho' dos currais, de montaria e outros (...) era exercido de preferência pelos homens livres, pelos peões. E os escravos - negros africanos e indígenas (coroados e botocudos) habitantes dos campos - dedicavam-se às atividades físicas depreciadas pelos homens livres, como a agricultura de abastecimento das fazendas autárquicas, bem como às atividades menos nobres do artesanato” (*Idem*, p. 52).

Assim, tem-se que a grande extensão de terras, conforme ocorrera em outras fases da economia colonial, continuava a representar o substrato da atividade pecuária, realizando a manutenção da estrutura social hierárquica caracterizada pela relação senhor-escravo.

Segundo Antunes dos Santos (*op. cit.*, p. 60) as fazendas se caracterizavam pela auto-suficiência alimentar, com base na produção de carne de porco, milho, feijão, mandioca e arroz, gêneros que serviam à subsistência. O gado era considerado produto para exportação, o que fazia com que sua carne não pertencesse ao cotidiano alimentar da comunidade produtora. Como repercussão biológica, é importante salientar que, embora houvesse a disponibilidade desta fonte alimentar, não era culturalmente acessada, deixando assim, de oferecer um importante aporte proteico à dieta da sociedade campeira curitibana.

A partir da integração da economia paranaense ao tropeirismo pelo Caminho do Viamão, é gerada a autonomia de Curitiba quanto à Paranaguá, ficando caracterizada a sua centralidade em relação a toda a região que posteriormente, em 1850, se torna a Província do Paraná (NADALIN, *op. cit.*, p. 49-50).

Com a Lei de Terras, também estabelecida em 1850, verifica-se que ao final do século XIX, a mão-de-obra escrava e o gado não mais representam o principal investimento das fazendas. A terra, agora instituída como mercadoria, passa a ser o elemento central da riqueza dos criadores (*Ib idem*).

Durante o século XIX, os fazendeiros ocupam-se cada vez mais das invernadas, uma atividade priorizada face à obtenção de um lucro mais fácil, em comparação ao da criação de gado, que começa a decair. Entre 1855 e 1860, a arrecadação de impostos sobre animais atinge o seu auge, representando grande peso, em termos tributários, no orçamento da Província. A desagregação da economia do criatório torna-se ainda mais frente a valorização do sistema de invernadas, provocando o aumento do preço da terra. Expandem-se os grandes latifúndios a partir desta atividade, que requer a ocupação de grandes áreas de campos limpos. Em 1836, nas regiões de Curitiba, Castro e Lapa, pertencentes ao circuito das tropas, se contavam 88 fazendas (*Idem*, p. 56-72).

Em meados do século XIX, a Guerra do Paraguai (1863-64) afeta os mercados sulinos, provocando uma instabilidade comercial e a queda expressiva da arrecadação dos impostos sobre animais. A partir de 1875, o desenvolvimento do transporte ferroviário no território nacional, vem em substituição àquele feito com animais e torna-se um elemento decisivo no rompimento da atividade do tropeirismo (*Idem*, p. 63)

Neste contexto histórico, em 1885, com a inauguração da estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, identifica-se a criação do eixo espacial para o desenvolvimento do território original do atual Bairro Capão da Imbuia.

Os prováveis instrumentos de ocupação da área remontam ao histórico de configuração espacial da cidade, quando de seu estágio hierárquico na categoria de “vila”, no século XVIII. A este contexto, Marx (1991, p. 73-75) descreve:

As vilas surgiram e se viram rodeadas de terras vazias, como reserva de pastagem para o gado dos moradores, de lenha para o seu uso, de terra cultivável para pequenas hortaliças e pomares de subsistência ou terras vazias que podiam ser aforadas e concedidas para exploração ou moradia(...) A esse circuito [do avanço do núcleo inicial de povoamento] se justapunha progressivamente, um mosaico de terrenos concedidos, as novas datas de terras(...) doações e aforamentos de terra feitos pelas câmaras municipais(...) Eram cessões feitas de parcelas do solo pertencentes à municipalidade. Eram resultado do parcelamento do rossio, orientado pela câmara, a partir do pedido de algum pretendente a morador ou de algum vizinho detentor de glebas rurais do termo municipal.

O autor também ressalta (*Idem*, p. 44) ser o aforamento efetuado geralmente “ao longo de eventuais caminhos ou servidões preexistentes”, característica que parece estar

associada à ocupação do território que configura o bairro, no contexto da cidade ainda nos anos de 1800.⁵²

Segundo Hoerner Jr. (2002, p. 88), a região anteriormente denominada “Capanema”, atual Bairro Cristo Rei, foi povoada a partir da Avenida Capanema - hoje denominada Affonso Camargo e cuja extensão acompanhava o traçado da linha do trem, tal como até hoje se configura. Seu trajeto tinha início na Rua João Negrão, próximo ao antigo Largo Ventura - hoje Praça Eufrásio Correia, estendendo-se até a bifurcação onde, em 1901, instalou-se o Colégio Nossa Senhora de Lourdes do Cajuru, na atual Avenida São José. A partir da bifurcação, a Avenida Capanema prosseguia à direita, ladeando a linha do trem e deixando à esquerda, o bairro que, a partir de 1950, passou a denominar-se Cajuru.

Os trilhos (...) puxaram naturalmente a avenida, que se esticou [de modo espontâneo] com base no frágil desenvolvimento urbano. (...) Até meados deste século [século XX] não passava de uma estrada, com buracos e pó ou lama, a depender da vontade do velho e paciente São Pedro, encarregado das generosas torneiras do céu. As enchentes eram freqüentes. Alguns moradores conservavam à mão uma canoa, sem a qual se corria o risco de ilhar-se em casa diante de tanta água... (*Idem*, p. 88)

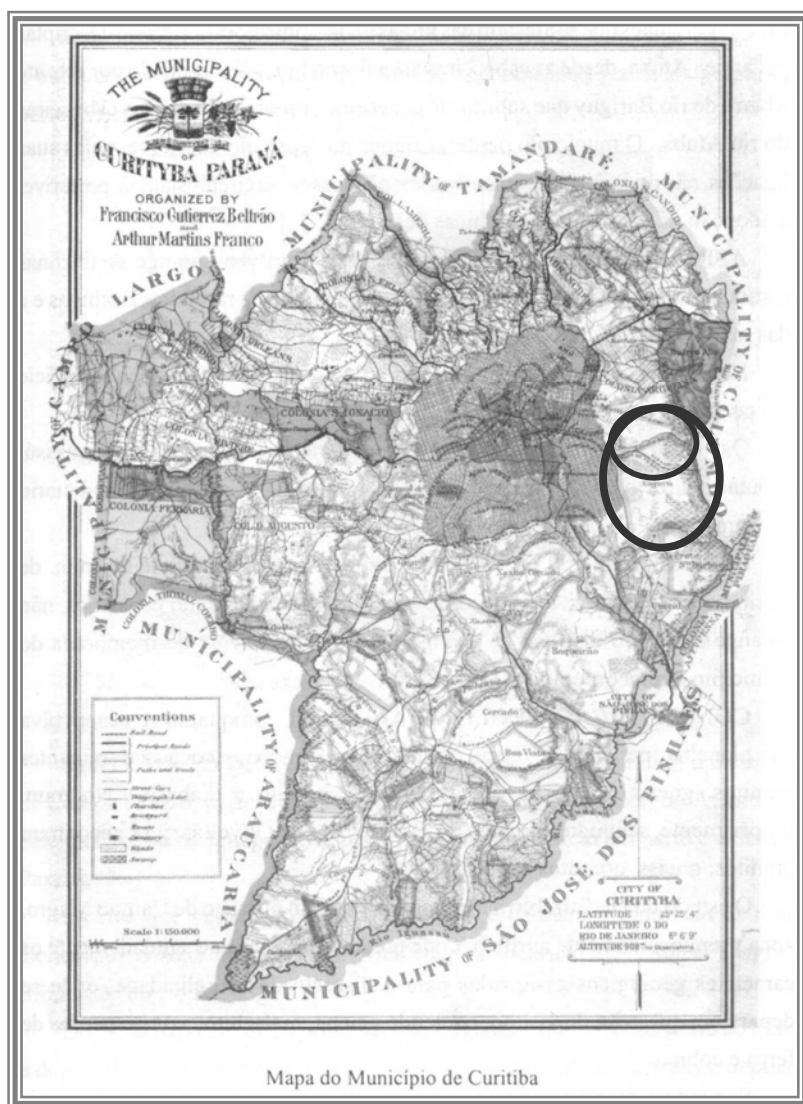
A partir destas descrições, tem-se na estrada de ferro o principal elemento espacial da expansão urbana na direção leste da cidade. O traçado impresso pelos trilhos ferroviários facilitou o desenvolvimento de caminhos rodoviários paralelos que, por sua vez, foram conformando novos bairros na periferia da cidade.

A **FIGURA 4**, datada de 1915, já evidencia a estrada de ferro, como um dos marcos da infra-estrutura da cidade e mostra dois componentes da paisagem natural do bairro: as matas e os banhados.

Retomando o curso histórico no contexto da cidade no século XIX, tem-se que a desagregação da economia pecuária altera o uso da propriedade fundiária, que não mais serve à criação, agora relegada ao abandono. Como reflexo, em termos da dinâmica da produção do espaço observa-se em Curitiba, a migração das famílias de fazendeiros para a cidade, impulsionando sua atividade comercial. Este processo vem a representar a sustentação do poder urbano sobre o rural, no que se refere à condução dos fatos políticos, administrativos e econômicos. O afastamento da necessidade do trabalho no campo

⁵² No século XIX são inúmeros os requerimentos encontrados nas Atas das Sessões da Câmara, a partir de moradores que solicitam o aforamento de terras, geralmente localizadas no rocio da cidade (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1985, p. 13).

fortalece a constituição de grupos sociais em posições diferenciadas e privilegiadas, conduzindo à conformação das elites sociais na cidade.



FONTE: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, v. 48, jan, 1993

FIGURA 4 - Mapa do Município de Curitiba (1915)
Detalhe da Região do Cajuru e delineamento do atual Bairro Capão da Imbuia

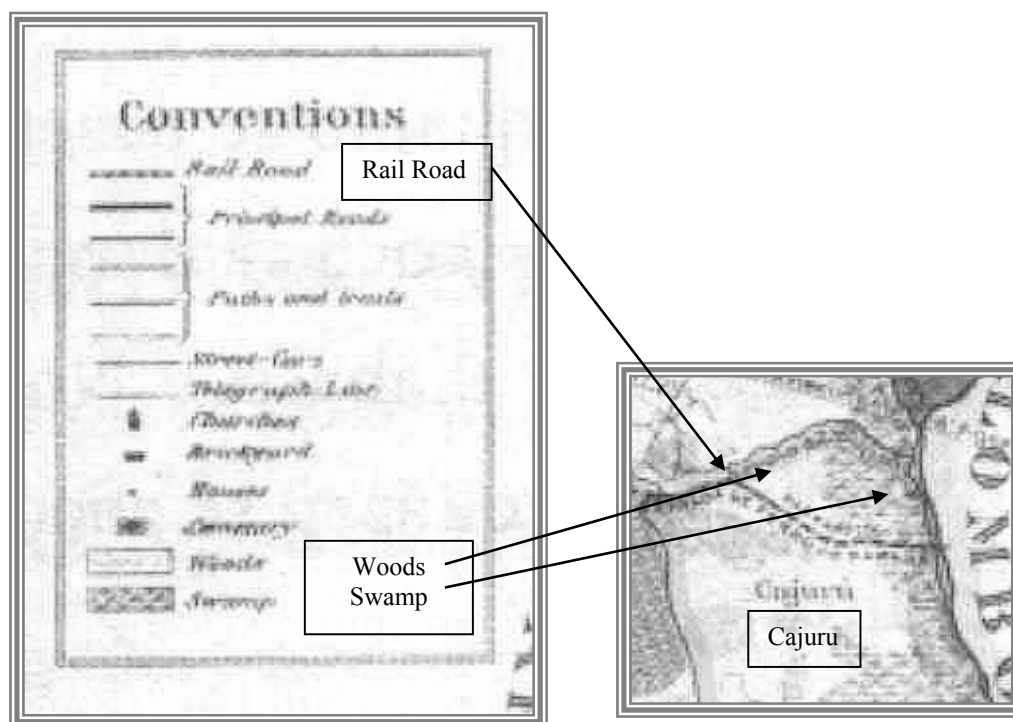


FIGURA 5 – Detalhes do mapa: Convenções e Área do Cajuru

O declínio da economia pecuária traz a ascensão de uma nova riqueza paranaense, a erva mate, que se torna o principal produto de exportação, seguido pela madeira. Os grupos de poder, ligados à economia ervateira e madeireira estão instalados na cidade, e passam a ocupar o centro das decisões políticas da província (NADALIN, *op. cit.*, p. 51-52).

No reflexo desse processo sobre a forma da cidade, tem destaque a área central com as construções religiosas e do poder governamental, bem como o mercado principal, demarcando a região do “centro” como setor funcional das decisões políticas, dos negócios e do comércio. A distribuição da população no interior da cidade se associa diretamente com o poder e a riqueza: as residências da elite, localizando-se próximas às funções estratégicas do centro definem o lugar dos mais pobres no seu entorno e periferia.

Segundo Santos (1995, p. 174-175), a ação do Estado no privilégio dispensado à economia do mate impediu a circulação de novos capitais necessários à diversificação da economia. A coexistência de duas atividades centrais, representadas pelo mate e pela pecuária, gerou demandas em termos da produção de gêneros alimentícios básicos. Por

outro lado, a escassez de mão-de-obra face à dedicação às atividades de exportação, somada ao contexto das exigências do crescimento urbano, gera um “desequilíbrio entre os setores comercial e de subsistência, provocando a escassez e a carestia de alimentos”. Tal processo acarreta uma franca dependência dos mercados externos, durante a primeira metade do século XIX.

O modelo de produção em curso, ainda assentado sobre a atividade pecuária e fortemente ligado à monocultura de exportação, representa um entrave no processo de urbanização, o que neste contexto representa um conteúdo do projeto político de seus dirigentes. A falta de uma estrutura agroalimentar, acrescida à localização geográfica da cidade - cuja precariedade de conexões viárias é o obstáculo fundamental tanto ao escoamento da produção local, quanto à obtenção de excedentes agrícolas de outras áreas - são elementos que colocam Curitiba em situação marginal à economia nacional e em desvantagem relativa crescimento urbano.

É com a emancipação política do Paraná, em meados do século XIX, que surgem preocupações relativas ao espaço urbano de Curitiba, tendo sido encomendado pelo governo imperial, o primeiro plano urbanístico da cidade, elaborado pelo engenheiro francês Pierre Taulois. Este plano traz em sua concepção, a proibição da agricultura de subsistência dentro do quadro urbano. Esta, passa a ter permissão somente no espaço do rocío, definindo as atividades dos setores secundário e terciário como "próprias da cidade" (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1992, p.7).

Tal decisão gera a necessidade de se criar no cenário urbano, um espaço próprio para a comercialização dos produtos para o abastecimento da população. Assim, em 1864, é construído o prédio do mercado, situado onde hoje se localiza a Praça Zacarias, no atual centro da cidade. Nove anos depois, é transferido para a Praça Generoso Marques, sendo demolido em 1912, para dar lugar ao Paço Municipal (*Idem*, p.7)

A crise nos mercados de abastecimento, a questão da salubridade da água e do controle sanitário no comércio da carne, bem como questões relativas aos costumes, se tornam demandas freqüentes para a administração pública, refletindo os sintomas da complexificação urbana, face ao incremento econômico e populacional da cidade. (PEREIRA, SANTOS, 1993, p. 30-31)

O conjunto dinâmico dos processos econômicos predominantes, também vai determinando novas formas de composição social e econômica do espaço, sendo que o modelo de organização original da cidade passa a incluir, além dos produtores agrícolas, artesãos, comerciantes, trabalhadores de transporte, funcionários das estruturas de administração, criando também um novo contingente populacional a ser sustentado pelo excedente de produção agrícola.

Neste contexto, Curitiba expande sua área de influência econômica e político-administrativa, com o grande impulso dado pela nova economia ervateira. Há crescimento expressivo da população, exigindo o aumento da importação de artigos e benfeitorias públicas. Apesar dos sinais de desenvolvimento urbano, a dependência econômica da cidade persiste, sendo a maior parte do abastecimento à população proveniente da importação, especialmente da província do Rio de Janeiro (SANTOS, C.R.A *op. cit.*, p. 64-65).

Em termos do abastecimento alimentar da população curitibana àquela época, observa-se historicamente que a monopolização de capitais gerada a partir da economia pecuária no século XVIII, não se dá acompanhada de investimentos na produção de alimentos básicos. Voltada ao auto-consumo e caracterizada pela precariedade de recursos técnicos, a economia de subsistência neste período é de baixa produtividade e sem perspectivas de excedentes para a comercialização (*Idem*, p. 66).

A falta de mão-de-obra para o cultivo de gêneros alimentícios em função da atividade exportadora ervateira é elemento desarticulador daquela já frágil agricultura de subsistência. No contexto do crescimento urbano, esse fato gera a disseminação das relações comerciais na cidade (OLIVEIRA, 2001, p. 28).

A partir destes dois componentes fundamentais: baixa oferta de gêneros e alto custo dos alimentos devido à exigência de importação vislumbra-se a precariedade do acesso universal aos alimentos básicos pela população curitibana que se insere de modo desigual numa sociedade em expansão, no contexto do século XIX. As exigências do desenvolvimento da cidade, sob a identificação de uma centralidade político-econômica, se dão sem as bases infra-estruturais suficientes para dar suporte material a este processo. Assim, o grau de desenvolvimento urbano, sua capacidade de expansão e de integração aos circuitos econômicos mais dinâmicos já conformados em outras centralidades, são

processos que, neste período, estão condicionados à disponibilidade de excedentes alimentares.

Frente ao desabastecimento e à alta dos preços de gêneros alimentícios, a administração municipal produz estratégias de intervenção no mercado:

...a tal situação, a Câmara de Curitiba agiria adotando uma atitude de moralização dos mercados de abastecimento. Nessa época, mesmo na Europa problemas semelhantes eram tratados dessa forma. A economia política e suas idéias de mercado concorrencial mal estavam nascendo na Inglaterra. Como no resto do mundo, os vereadores iriam procurar resolver o desabastecimento e a alta dos preços com o tabelamento, a distribuição de cotas e a proibição da saída dos gêneros alimentícios do município, ao mesmo tempo em que se ocupariam em estimular a agricultura (PEREIRA, SANTOS, *op. cit.*, p. 32).

No elenco dos produtos tabelados encontravam-se a farinha de trigo e o milho. Posteriormente, este procedimento foi ampliado também para o feijão e o toucinho que, em conjunto aos demais, eram considerados os “mantimentos necessários ao provimento do distrito”. Outras estratégias para a racionalização do consumo alimentar também estiveram pautadas na fixação de períodos de venda dos mantimentos com prioridade para o comércio varejista, bem como no controle de pesos e medidas dos produtos comercializados. Esta postura intervencionista foi vigente até o final dos anos de 1800 (*Idem*, p. 33-39).

Sobre a questão, SANTOS (1995, p. 172), afirma que

a ação do Estado no controle dos preços e do mercado constituiu um claro ato de intervenção no livre comércio, mas que foi considerado benéfico no sentido de salvaguarda dos consumidores (...) O modelo paternalista do Estado funcionou, ou demonstrou querer funcionar, apenas nos períodos de carestia e penúria (...) diante da reação popular nos anos difíceis (...) Se na prática não apontaram resultados expressivos [as leis e regulamentos], ao menos permitiram criar um efeito simbólico. O Estado como o eterno vigilante contra os atentados ao bem comum.

Tendo a escassez e carestia de alimentos como foco motivador, a última metade do século XIX demarca, a partir das levas de imigrantes majoritariamente europeus que passam a ocupar o território, uma importante transformação na estrutura populacional paranaense com conseqüente impacto demográfico em Curitiba. Este fato está inserido no contexto do desenvolvimento de uma política nacional de incentivo à imigração, como estratégia para obtenção de mão-de-obra à economia agrícola, latifundiária e de monocultura, predominante no país. Serve também, no bojo desses interesses, à minimização da recorrente problemática do abastecimento alimentar no urbano que se expande.

No novo modelo de cidade, configurada a partir de planos urbanísticos, ascende o poder da administração municipal, posto que até então, as obras públicas geralmente eram “atribuição direta dos moradores” e objeto de fiscalização da Câmara de Vereadores (PEREIRA, SANTOS, *op. cit.*, p. 30).

Nesse processo de urbanização que se desenha na mediação do Estado como agente planejador do espaço e assegurador das necessidades mais básicas comuns, fica evidenciado que o acesso alimentar deve-se realizar no contexto das relações de mercado. Define-se que à cidade, como centro de decisões políticas, não cabe mais abrigar o trabalho braçal inferior, exigido ao cultivo de alimentos em larga escala. O lugar deste é definido como periférico, uma vez que seu caráter é rural e, portanto, incompatível com o conteúdo urbano pretendido neste novo projeto de sociedade que firma posição como “centro” da Província.

I.3.3 Alimentação como demanda da urbanização: a inserção do trabalho imigrante na paisagem do bairro

No decorrer do século XIX, a disseminação das atividades comerciais e o desenvolvimento da economia monetária, em paralelo à deterioração da internagem e o fortalecimento do segmento ervateiro e madeireiro na sociedade, são processos que podem ser identificados no contexto do avanço da urbanização e da inserção do trabalho imigrante em Curitiba.

A criação de núcleos coloniais a partir do trabalho de imigrantes europeus no Paraná teve como base a Lei Orçamentária de 1848, que dava aos governos provinciais a competência de colonizar a partir da concessão de terras devolutas (BALHANA, 1969, p. 159) e objetivava, segundo interesses do governo Imperial, o povoamento de vazios demográficos. Na concepção desta estratégia havia uma dupla preocupação a ser atendida: a ocupação do solo, em defesa contra invasões e a valorização econômica da terra. Ainda assim, segundo Miranda⁵³ anteriormente a essa lei, já haviam sido criados núcleos como o de Rio Negro (1829) e a Colônia Thereza (1847) entre outros, sendo alguns destes, por

⁵³ MIRANDA, B.T.M. A importância da imigração na sociedade curitibana na segunda metade do século XIX. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba, n.7, v.45, out., 1980

iniciativa particular (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1989, p.6).

A instalação dessas colônias no interior do estado foi uma experiência frustrante em virtude da grande distância dos centros urbanos e dificuldades de comunicação, resultando no insucesso da comercialização da produção. Com a dispersão de grande parte dos colonos, em muitos casos houve o êxodo para a região de Curitiba, onde vieram a se estabelecer em outros núcleos coloniais no próprio quadro urbano, mas principalmente no entorno da cidade, no período entre 1860 a 1880 (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, *op. cit.*, p. 6-12).

Com o deslocamento dos imigrantes a partir do interior, a colonização toma impulso em Curitiba, dinamizada pelo programa governamental implementado por Lamenha Lins, presidente da Província do Paraná entre 1875 e 1876, que tinha como objetivo, atender a demanda da população por alimentos básicos, a partir da facilitação do acesso dos produtores aos mercados consumidores (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1985, p. 7).

Diferentemente das grandes regiões produtoras do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, o Paraná não possuía grandes extensões rurais dedicadas à produção agrícola e que exigissem uma mão-de-obra assalariada em larga escala. A partir dessa peculiaridade, a imigração se deu no intuito de atrair pequenos proprietários para trabalhar na agricultura de abastecimento e eventualmente, obter trabalhadores para as obras públicas voltadas principalmente à abertura de vias de escoamento da produção - estratégia proposta com vistas a solucionar um dos principais entraves ao desenvolvimento regional (*Idem*, p.7).

O fenômeno migratório estabelecido, tem relação direta com a promulgação de duas leis que revolucionam o modelo de produção vigente, até então assentado na concessão de grandes extensões de terras e no trabalho escravo: a Lei de Terras (Lei no. 601 de 18 de setembro de 1850), que instaurava a aquisição de terras devolutas somente a partir de títulos de compra e, a lei de proibição do tráfico de escravos, datada do mesmo ano. A primeira, como já mencionado, exerceu influência na desagregação da economia pecuária. Agora, no contexto do processo de colonização, representa um entrave ao acesso à propriedade pela população camponesa. A propriedade da terra somente era obtida após três anos de trabalho no lote (*Ib idem*), consolidando a sua imagem como uma política de

substituição da mão-de-obra escrava, pela força de trabalho tecnicamente capacitada e disciplinada do imigrante europeu.

Segundo Santos (1995, p. 92), a desagregação do sistema de trabalho escravo na Província do Paraná, se dá simultaneamente ao processo de declínio da economia pecuária no final do período oitocentista, quando tem início a inserção regional no processo capitalista da economia-mundo. Este tem como suporte no plano espacial o desenvolvimento da cidade e, na dimensão social, a complexificação das relações comerciais e de trabalho, caracterizando a ascensão do poder urbano.

O ritmo decrescente da atividade pecuária e o desmonte do trabalho escravo se dão sinergicamente na história social e econômica regional, a partir da transformação da terra em mercadoria e afluem para uma nova estratégia de produção, baseada no regime de colonato. Está presente agora, uma nova racionalidade na transição do trabalho escravo para o trabalho livre: a ética do trabalho suplanta a da aventura, da exploração. "Neste momento, as pressões da industrialização, do capital e da demografia constituem fatores novos (...) As migrações internas e internacionais inserem-se e adquirem sentido neste contexto, junto com a 'migração' [grifo do autor] de capitais" (NADALIN, *op. cit.*, p. 53).

Na nova visão do trabalho, baseada no regime livre, o padrão idealizado pelas autoridades nacionais se configura através dos imigrantes europeus de origem camponesa, radicados em pequenas propriedades organizadas sob um sistema de produção familiar e sem a mão-de-obra escrava. O modelo, além de romper com a estrutura latifundiária, tem vistas à introdução de novas técnicas de produção agrícola, como instrumento para o aumento da produtividade, mas também, para uma pedagogia da disciplina do trabalho, junto aos produtores locais (*Idem*, p. 65).

O aperfeiçoamento na agricultura, com a incorporação de inovações técnicas, a racionalização do cultivo e o conseqüente crescimento da produtividade, são elementos integrantes da transição de uma economia de subsistência para uma voltada à produção comercial.

A conformação de um sistema de produção agroalimentar, consolidada pela estruturação de uma nova malha viária intra-urbana integrando os núcleos agrícolas com mão-de-obra imigrante ao mercado central; novos meios de transporte; a construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá e a recuperação da Estrada da Graciosa, são alguns

dos elementos fundamentais dentro do processo histórico e, dados na dimensão social, econômica e espacial, que permitiram proporcionar os suportes do abastecimento alimentar básico da cidade e impulsionar o seu crescimento urbano.

Resultante deste entrelaçamento de fenômenos surgem novos hábitos alimentares e de consumo, novos padrões de comportamento e inovações nas formas arquitetônicas da cidade.

No desenho de uma paisagem pautada por atividades ligadas à pecuária e por algumas chácaras de imigrantes, o bairro Capão da Imbuia vai-se insinuando como território na cidade.

Os croquis de posição das chácaras dos primeiros colonos em Curitiba em 1829 (**FIGURA 6**), demarcam a projeção espacial do trajeto Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá nas regiões então denominadas "Capanema" e "Cajuru". O desenho subsidia a caracterização da identidade funcional deste espaço, voltada à atividade pecuária. Esta vocação fica evidenciada no baixo adensamento da referida área em relação à distribuição das demais colônias, concentradas principalmente na região do Barigüi, conforme demarcação sobre a figura.

Os depoimentos de habitantes do bairro, indicam uma ratificação deste contexto como identidade do lugar e que deixa reminiscências no espaço local até aproximadamente a década de 1960:

“O Capão da Imbuia, onde é o Posto Interlagos, na [Rua] Leopoldo Belzack esquina com a Nossa Senhora de Fátima tinha uma porteira [referindo-se a meados dos anos de 1940]. Ele era todo cercado por alguns chacareiros lá de cima, de perto da Fátima E alguns deles vinham atender as vacas prá pastar dentro do campo. Minha mãe entrava às vezes lá prá tirar lenha e um dia uma vaca preta me assustou. Foi um susto que eu nunca mais me esqueci!” (**H - residente há 67 anos**)

“Eu lembro...Tudo ali era campo e banhado. Era só banhado... Tinha criação de gado, de vaca de leite. Então ficava tudo pastando por ali. Ali não tinha casas nenhuma. Só tinha lá em cima [referindo-se à área do bairro mais próxima em relação ao centro da cidade] umas casas ali e poucas casas eram lá prá baixo. Meu irmão comprou a casa lá perto onde a boiada descarregava (....) A boiada passavam ali.(...) no "Mangueirão dos Bois". Eles vinham de trem. Descarregavam lá e daí passavam não me lembro bem se é nessa rua... ou mais por cima.. e iam lá pro Bacacheri. Tinha uma porteira. Era na Afonso Camargo, mais ou menos perto da estação, mais ou menos perto ali do Conjunto Iracema [referindo-se ao conjunto habitacional, hoje situado na Rua Afonso Camargo, quase no limite do Bairro com o município de Pinhais]”. (**Z - residente há 45 anos**)

“De manhã os vagões descarregavam os bois aqui, perto do tubo da [Rua] Pastor Manoel Virgílio. Na [Rua] Afonso Camargo, hoje. E a gente tinha que ficar de olho (...) porque se não, dava de cara com a boiada que vinha vindo... E daí...! Então você já se preparava. Às

vezes a gente tinha que dar um "corridão" porque se não eles entravam prá dentro de casa. (...) Eles levavam [referindo-se à boiada] lá pro Bairro Alto lá naquele frigorífico, e outros, lá pro Uberaba, no frigorífico da [Rua] Salgado Filho, dos Camargo [referindo-se à família deste sobrenome], que ficavam com a boiada.” (P - residente há 36 anos)

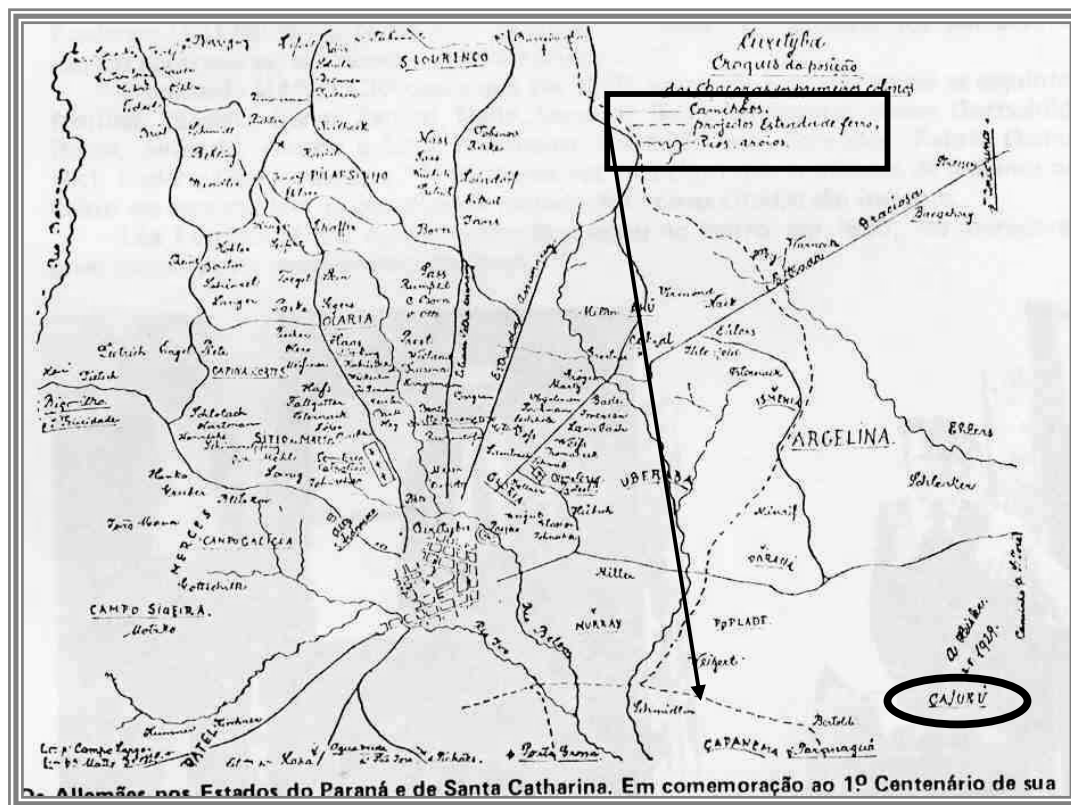
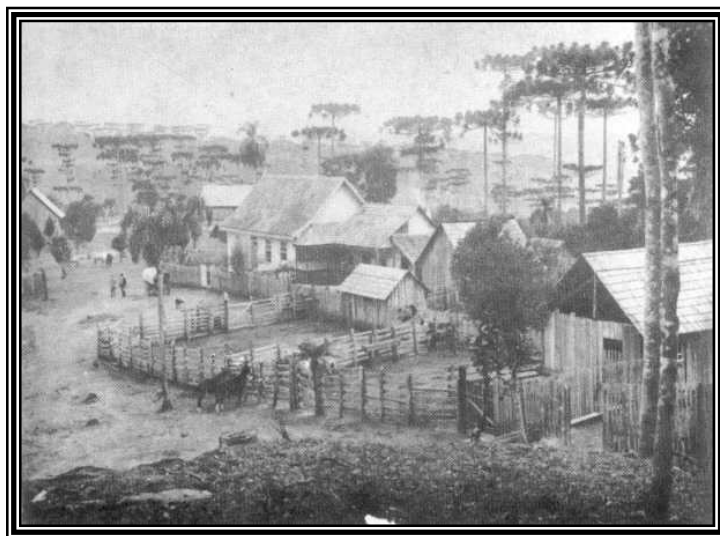


FIGURA 6 - Croquis de posição das chácaras dos primeiros colonos - Curitiba, 1829. Detalhe da Região do Cajuru, com o traçado do projeto da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, que atualmente delimita o bairro Capão da Imbuia

No cenário mais ampliado desta trajetória histórica, tem-se a partir de Santos (1995, p. 177) que a formação de uma estrutura agroalimentar, mediante a comercialização de excedentes de gêneros produzidos nas colônias periurbanas, representa o elemento fundamental ao projeto de modernidade e desenvolvimento para a Província do Paraná no período entre o final do século XIX e o início do século XX.

Nessa mesma temporalidade, é possível observar na **FOTOGRAFIA 1**, uma imagem das chácaras encontradas nas cercanias de Curitiba (1880), na região do Cajuru e Pinhais, área do atual Bairro Capão da Imbuia.



FONTE: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, v. XX, ano VII, p. 131

FOTOGRAFIA 1: Chácaras da Região do Cajuru e Pinhais - Década de 1880

Tais chácaras demarcam uma permanência na paisagem local. Assim, no contexto da inserção do trabalho imigrante, as colônias com predomínio de italianos, configuradas em pequenas chácaras, embora em menor intensidade, também podem ser elencadas como elementos de transformação da paisagem primitiva do bairro. A partir do relato de habitantes locais, evidencia-se a influência desse processo em termos da produção e abastecimento alimentar do lugar.

“Antes aqui tinha um parreiral muito grande... da família dos Bigarella.” **(H - residente há 67 anos)**

“Tinha os Cucel e os Minardi [referindo-se aos sobrenomes das famílias]. Eu sou parente deles.(...) Esses chacareiros eram italianos. Eles tinham chácara aqui [referindo-se à área localizada nas proximidades]. Chácara de vaca de leite (...) e eles também matavam porcos prá fazer aqueles chouriços.” **(P - residente há 36 anos)**

“Quando eu tinha 7 anos [1948] eu vinha aqui no Cajuru e descia no ponto do 'Zeni'. Não existia a BR nem nada, era um campo assim [mostrando através de gestual a ampla dimensão]. Depois, a gente olhava prá lá [em direção ao bairro] e não tinha nada (...). Só tinha umas casinha, umas chácara e o resto era tudo pasto.” **(R - residente há 36 anos)**

“Da paisagem nessa época eram chácaras. Isso era mais ou menos nos anos 50, eu tinha uns oito ou nove anos [quando costumava visitar a região]. Era mais pra cima [referindo-se à região leste do bairro], mais pra perto de onde é o florestal ali agora [referindo-se à proximidades do bosque do Capão da Imbuia]. Ali eu comprava os ovos, que era o marido de uma senhora *chacareira* que vendia...Essas chácaras... porque se você vem de lá [referindo-se ao sentido do centro para o bairro] sempre tem uma baixada assim, vai descendo [referindo-se à região que demarca o limite entre os bairros Cristo Rei e Capão da

Imbuia]. Então ali naquela parte de baixo que tinham as chácaras, mais pra lá. Do atual trevo do Jardim Botânico, era dali pra cá, bem mais pra baixo, mais pra cá [em direção ao bairro]. Eu tinha uma tia que até hoje é doente. Mas quando começou a doença dela eu tinha uns 9 ou 10 anos. E o médico recomendou pra ela comer carne de pombo, leite de cabra e ovo de pata. Ela tinha uma comadre que morava no Capão, perto do Terminal [referindo-se ao Terminal rodoviário do Capão da Imbuia]. E ela disse: ' Eu vou lá e levo vocês numas chácaras que eu conheço pra ir buscar essas coisas.' Eu vinha duas vezes por semana até a casa dessa senhora, daí ela me trazia a pé, não sei a distância (...), só sei que era tudo mato, era caminhos... Eram aquelas casinhas pequenas, assim, casa de madeira, com horta e criação.” **(M – residente há 36 anos)**

Conforme as narrativas dos informantes locais, até meados do século XX, as chácaras de imigrantes se misturavam às pastagens, dedicadas à produção de hortigranjeiros e alguns tipos de frutas. Apesar do franco desenvolvimento da cidade, marcado pelas transformações espaciais advindas da industrialização em processo inicial, o território do bairro mantinha uma paisagem muito mais identificada com o rural.

Assim como em outras regiões do entorno da área central, o Capão da Imbuia, neste período, é marcado em sua dimensão espacial, pela atividade pecuária, pelo movimento das carroças das chácaras povoadas de imigrantes, mas também pelo isolamento em relação à centralidade urbana, face à dificuldade de transporte.

"Quando nós era pequeno e minha mãe arrumava a gente pra ir pro centro, o ponto de ônibus era lá adiante do cartório do Cajuru [região hoje próxima à Estação Rodoferroviária de Curitiba, no centro da cidade] (...) isso mais ou menos em 1940. Era muito longe (...) era estrada de chão até o ponto e se a gente perdia o ônibus das 7 horas, daí era só ao meio dia e depois, às 5 da tarde." **(H – residente há 67 anos)**

Nesse período, o principal marco de referência espacial no bairro é o bosque natural de pinheiros e imbuias que caracteriza a formação denominada “capão”. Esse termo, oriundo do tupi “*ka’a pu’a*”, significa “mato redondo” e representa uma “porção de mato isolado no meio do campo” ou uma “ilha de mato” (FERREIRA, 1986, p. 340). Por outro lado, pela produção material da sociedade, em meio a um vazio demográfico, o território é cortado pela ferrovia, uma demarcação espacial que orienta caminhos e passagens para os habitantes do lugar.

No curso histórico, a partir da conexão entre a memória dos informantes sobre a paisagem do espaço vivido e o contexto da inserção do trabalho imigrante no final do século XIX, tem-se no avanço da agricultura o alicerce necessário à cidade que se dinamiza, em transição para um modelo de economia industrial. Esse processo representa

um estímulo para a aceleração do crescimento urbano e para um incremento na ocupação territorial do bairro.

I.3.4 A erva mate e o início da industrialização de Curitiba: o impulso urbano em direção ao bairro

O dinamismo crescente da industrialização no início do século XX, ocorre no contexto da economia ervateira. Como visto, a exploração da erva era corrente no Paraná desde o início do século XIX. A exportação da erva desde o Paraná para os países do Prata (Argentina e Uruguai) teve início na década de 1820, e este, manteve-se como principal produto regional por mais de um século. A produção artesanal inicial trouxe dificuldades à comercialização, devido às exigências em termos de sua qualidade, processo que gerou a instauração de uma indústria do mate. Nos engenhos de erva que se instalam se observa na região, “aquela que talvez tenha sido a primeira experiência com o capitalismo industrial” (OLIVEIRA, 2001, p. 26-27).

O avanço da indústria se dá, essencialmente, com a mudança na fonte de energia como combustível das fábricas. Em Curitiba, os engenhos de soque e tração animal, são substituídos por engenhos hidráulicos, e marcam o início de uma verdadeira onda modernizadora na cidade. Outro impulso local à economia do mate, ocorre ainda no final do século XIX (1878), quando o engenheiro André Rebouças revoluciona o sistema de acondicionamento da erva, criando modelos de barricas de pinho como embalagem ao produto, em substituição aos sacos de couro tradicionalmente empregados. Tal modernização representou um diferencial que trouxe agregação de valor à mercadoria, fortalecendo sua exportação para a região do Rio da Prata (BOLETIM DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1980, p. 9).

Quanto ao cenário político regional no século XIX, já havia a aglutinação de classes da sociedade em duas facções específicas: o Partido Liberal, constituído pelos fazendeiros ligados a Curitiba e aos Campos Gerais e, em oposição a este, o Partido Conservador, formado pelos comerciantes do litoral e pelos industriais da erva mate. Já no início do século (1812), o fortalecimento econômico dos fazendeiros e comerciantes de muares, se relaciona à transferência da sede da Comarca para Curitiba, que posteriormente se torna a capital da Província (PEREIRA, SANTOS, 1993, p. 34-35).

Neste contexto sócio-político da economia regional, os engenhos de erva, geralmente de propriedade de comerciantes, representam um acúmulo de capital suficiente para o investimento na divisão do trabalho e no assalariamento por tarefa aos operários, traços que representam características do modo de produção capitalista industrial. Em 1853, ano da emancipação política do Paraná, Curitiba contava com vinte e nove engenhos de erva mate (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 27).

A sinergia desses processos marca na cidade, a implementação em todos os níveis, das relações de livre mercado. Esse fato inaugura na sociedade, em especial nas classes dirigentes, as discussões sobre questões relativas aos lucros e aos trabalhadores e instaura o conflito entre a liberdade de comércio e o papel do estado na economia. Esta polêmica tem como pano de fundo justamente a moralização da economia ervateira e do mercado de abastecimento, a partir das legislações municipais (PEREIRA, SANTOS *op. cit.*, p. 37-39).

Como reflexo da nova dinâmica do processo de industrialização sobre a produção do espaço, a essa época as demandas por obras públicas na cidade se avolumam e envolvem principalmente a necessidade de iluminação e calçamento nas ruas; o dessecamento dos pântanos no entorno do perímetro urbano, como medida de combate à insalubridade; e a edificação de uma nova sede para o Paço Municipal, representando uma ampliação das funções exigidas para a gestão municipal (SANTOS, 1995, p. 93).

Victor (1913)⁵⁴, mencionado no Boletim Informativo da Casa Romário Martins (1996, p. 66), produz um relato de suas impressões acerca das mudanças observadas na cidade, afirmando que

Aquelas pitorescas chácaras de outrora já perderam o seu caracter vivamente campestre, enfileiradas agora em ruas regulares com outros prédios, que lhes empobreceram a atmosfera (...) Estão desaparecendo os leves chalés de madeira e rareiam ainda mais as pobres casinhas encardidas, de telhas de taboa, cujo aspecto às vezes era miserando. Os pobres e os sapos vão indo cada vez mais para longe, dizia-me Emiliano Pernetta com a perversidade de quem não quer perder uma boa frase, tanto mais quando realmente ela bem resumia a situação. Está aí o motivo principal, acrescentou, porque não achas mais na cidade este cheiro campesino de que falas, e de que eu me recordo: com os pobres vão se distanciando também as culturas.

A partir do comentário exposto, é possível perceber que no cenário urbano, desde as primeiras décadas do século XX, passa a existir uma forte preocupação com a estética na fisionomia da cidade, que deseja firmar sua identidade progressista. Esta decisão, marcada

⁵⁴ Nestor Victor, viajante que visitou Curitiba em 1900 e retorna 12 anos mais tarde, relata neste trecho as suas percepções sobre a urbanização da cidade na obra “A terra do futuro: impressões do Paraná”, 1913.

nas estratégias políticas e econômicas da administração pública, também tem como exigência, o desaparecimento dos vestígios rurais da nova paisagem em consolidação, o que implica na periferação da atividade agrícola e a reafirmação da visão depreciativa, a partir das elites, acerca do trabalho no campo.

A economia regional de exportação se expande nesse período. As atividades econômicas relacionadas ao mate introduzem a generalização das relações capitalistas de produção, a partir da implantação do regime de trabalho assalariado, de técnicas produtivas industriais e da geração de atividades de suporte que impulsionaram a urbanização (OLIVEIRA, 2001, p. 26).

A crise mundial de 1929, marca o declínio da produção da erva mate, que passa a ter como alternativa as economias madeireira e cafeeira. Resultante desse contexto na dimensão sócio-espacial, um expressivo contingente operário intensifica o processo de urbanização da cidade que se encontra em franca ascensão, a partir do estabelecimento de uma estrutura de produção agroalimentar (*Idem*, p. 28-30). Por outro lado, também consolida o segmento dos industriais na composição da elite da sociedade curitibana.

A manutenção do funcionamento dos engenhos e a produção das embalagens para a erva mate, intensificaram a proliferação de outras empresas nas áreas madeireira, metalúrgica e gráfica e trouxeram impulso ao conjunto da economia regional. Os engenhos e indústrias complementares de beneficiamento e embalagem da erva mate se multiplicam em muitas regiões periféricas da cidade (BOLETIM DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1980, p. 9).

Em termos do cenário intra-urbano, nos limites do então denominado "Bairro do Portão", na segunda década do século XX, já havia oito fábricas de barricas e, em contigüidade à estação da Estrada de Ferro do Paraná, existia o "ilexfício" de maior capacidade produtiva do estado. Havia também outras fábricas do mesmo ramo e serrarias, caracterizando a região, hoje situada no Bairro Rebouças, como um distrito industrial da cidade (BOLETIM DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1980, p.11).

A inserção da rotina das fábricas no cotidiano dos habitantes do Capão da Imbuia fica bastante evidenciada pelo relato a seguir, já situado no contexto da década de 1940:

“O meu pai era de Araçatuba, pra lá de Campina Grande. De lá ele já veio morar aqui no Capão da Imbuia. Ele trabalhava com roça. Daí ele conheceu a minha mãe, ele casou, minha mãe tinha treze anos. Daí veio meus dois irmãos mais velhos, daí veio a outra minha irmã e daí veio eu... tudo no Capão da Imbuia, né? Sabe ali aquele morro que tem lá em

cima no Bairro Alto, tudo lá em cima? Pois então, ali era tudo roça que nós fazia, tudo nós, dentro da parte do meu pai. Era roça de milho, de feijão, tudo, tudo..Depois quando eu já tinha nove anos [1946], daí eu comecei a trabalhar na fábrica. Com quatorze anos eu fui na Mimosa [fábrica de fósforos], mas com oito pra nove anos eu fui trabalhar numa fábrica de balas. De manhã cedo eu ia pra roça, levava almoço prá minha irmã, dez horas da manhã e de lá eu já ia pra fábrica trabalhar. Eu enleva as balas, eu fazia suspiro, fazia doce de copinho. E subia, porque eles fizeram uma escada pra eu poder alcançar a máquina. Eu fazia tudo isso. Depois eu saía de lá, que eu saía lá pelas cinco horas e eu já levava um saco de linhagem, passava na fábrica de madeira, na madeireira, enchia aquele saco de serragem, um pouco de lenha e punha nas costas... passava no açougue, pegava tripa e carne de vaca pra levar. Eu andava a pé daqui [referindo-se ao bairro] até não só o Juvevê como sabe lá o Leão Júnior [ervateira], sabe? Eu pegava serragem lá no Bacacheri, numa fábrica de madeira que tem lá na Rua Estados Unidos. Tudo a pé. Com a lenha e a serragem a minha mãe fazia fogo e com a tripa se fazia lingüiça em casa...E ainda tinha uma, que se eu atrasasse dez minutos, meu irmão batia.. E um tempo depois, eu vinha buscar o meu pai, porque depois o meu pai veio trabalhar na fábrica. Ele largou da roça e tudo e foi trabalhar na fábrica [referindo-se à ervateira instalada no limite sul do bairro], porque ele já trabalhava com erva mas lidava com roça também.” **(H – residente há 67 anos)**

Apesar do declínio na produção regional do mate, por ocasião do II Congresso Brasileiro de Cooperativismo ervateiro realizado em Curitiba no ano de 1957, foi inaugurada na região contígua ao atual Terminal Rodoviário do Capão da Imbuia, às margens da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, o “Engenho Cooperação”, da Federação das Cooperativas de Produtores de Mate do Paraná **(FOTOGRAFIAS 2, 3, 4 e 5)**. Este empreendimento beneficiador da erva, ocupava-se da moagem, torrefação e ensaque do produto para comercialização. Atendia produtores de vários municípios paranaenses, tendo funcionado até o início da década de 1970.

Quase contemporaneamente, nas proximidades desse empreendimento, também instalaram-se os armazéns do IBC (Instituto Brasileiro do Café), também dedicados ao beneficiamento do produto que se apresenta como alternativa à economia ervateira.

A análise deste aspecto, pode ter referência em Lefebvre (*op. cit.*, p. 7), na sua teorização do processo nascente de industrialização nas cidades. Considerando as temporalidades diferenciais, no que se refere à industrialização tardia das cidades dos países periféricos em relação às dos países centrais, o autor refere que a “implantação das empresas industriais, inicialmente esporádicas e dispersas, depende de múltiplas circunstâncias locais, regionais, nacionais”. Entretanto, há uma tendência inicial da indústria em ser implantada fora das cidades, instalando-se perto de fontes naturais de energia ou de matérias primas e também, próxima aos meios de transporte.



FONTE: M.T.G.O.RIBAS, 2004

FOTOGRAFIA 4 –Construções da antiga Cooperativa de Produtores de Mate



FONTE: M.T.G.O.RIBAS, 2004

FOTOGRAFIA 5 –Construções da antiga Cooperativa de Produtores de Mate

Em concordância a Lefebvre, quanto ao processo de ampliação das cidades acompanhado de uma industrialização incipiente, destaca-se do pensamento de Milton Santos (1993, p. 20) uma reflexão, no contexto da urbanização brasileira. Nesse caso o surgimento de cidades, tanto no litoral como no interior, tem como base a expansão da agricultura comercial geradora de povoamentos e de uma acumulação de riquezas, com uma conseqüente ampliação da vida de relações que se compatibilizam com a formação das aglomerações urbanas.

Assim, a inserção da mecanização no processo de beneficiamento da erva mate como produto regional de comercialização nacional e internacional, introduz uma nova lógica ao curso do processo de urbanização.

Ainda no caso que se apresenta, a existência da cidade anterior à industrialização nascente e já definida como *locus* residencial dos dirigentes econômicos e políticos ligados à atividade ervateira, parece insinuar-se como contexto determinante da estratégia de implantação da indústria em área periférica, porém no entorno do centro urbano.

Neste conjunto de elementos, parece ficar evidenciado na instalação do engenho ervateiro às margens da ferrovia Curitiba-Paranaguá, que a estrada de ferro figura como o critério estratégico de eleição do lugar, nas adjacências do bairro. Este direcionamento segue um mesmo padrão de localização industrial conduzido em outras áreas no entorno do centro da cidade, desde a década de 1920.

Na narrativa de habitantes locais, essa realidade está presente como elemento de identidade da paisagem, na história do bairro:

"Aqueles prédios grandes antigos... eram da época do mate. Erva mate... funcionava ali, no tempo do Mangueirão [anos de 1950]." **(K – residente há 53 anos)**

"Essa construção já existia [referindo-se a 1960]. Isso era um engenho de erva. Isso era uma cooperativa de erva, então os cara mandavam de Pitanga, ali por aquela região de Ponta Grossa pra cá e eles beneficiavam, vendiam e até exportavam. Na época foi uma grande coisa, porque acho que dava emprego pra umas cem pessoas no bairro, entende? E quando eles torravam a erva, daí dava um pé de vento, então a minha senhora esticava a roupa branca lá fora e de tarde ficava verde. Então, abaixo assinado ...Durou bastante e em 71 pegou fogo. Pegou fogo na parte de trás. Era chamado de Cooperativa Agromate(...). Depois, pegou fogo e aí, foi decaindo, foi decaindo e fechou. Aí, nesse ínterim, deviam estar devendo qualquer coisa pro INSS e foi a leilão.. Então, o Giacometti Marodim, veio e comprou. Daí tocou mais um pouquinho. E depois, aí, também... não era mais cooperativa, porque a cooperativa foi a leilão, 'diz que' faliu... Isso, no tempo da Cooperativa, depois veio o Giacometti Marodim e agora quem é dono disso aqui é um judeu, não me lembro o nome dele.... O cara tem dinheiro que nem água. O prédio da ervateira é do jeito que está, era tudo isso aqui, tudo isso... Aqui era o beneficiamento, tem 3 andares ali. Pra época era demais! Então, o mais importante aqui era a ervateira [referindo-se a esta construção como

um ponto de referência do bairro, sendo considerada atualmente como área do bairro vizinho].” **(T – residente há 44 anos)**

“O IBC ali era o beneficiador de café, a erva mate era onde que agora é o Varejão de Frutas] ... eu não sei o que aconteceu... eles desmancharam a erva mate [fábrica], daí faliu, sei lá o que... incendiou, foi um incêndio muito grande. E parece que o incêndio, eu não sei o que é que deu, eu não ouvi mais falar sobre isso, mas parece que o incêndio foi alguém que incendiou assim, né, criminoso, porque o negócio tava assim [fazendo com gestual um sinal de decaída do empreendimento]...” **(S – residente há 51 anos)**

“A erva mate, eu cansei de ir lá. Isso era a cooperativa de erva mate ou engenho de erva mate... engenho não! Engenho é quando trabalham, né? Ali vinham mais é pra beneficiar, né? Ela [erva] vinha acho que de São João do Triunfo... Ela [a ervateira] incendiou ... ficou em ruínas ali... Eles empacotavam é pra exportação. O IBC também era por ali, né...?” **(I – residente há 46 anos)**

“ Eles fabricavam a erva ali, punham assim, a erva, depois eles moíam a erva e já saía assim uns pacotinhos... vendiam tudo pro estrangeiro. Meu irmão trabalhou 20 anos ali. E era grande ali, não era pequeno não. (...) Acho que foi em 50 ou 55 mais ou menos que inaugurou.” **(Z - residente há 45 anos)**

“Sobre o engenho de erva, agora eu lembrei o nome da marca do chimarrão: 'MARODIM'. Uma caixinha laranja, compridinha, escrita com letra gótica, tipo letra alemã (...). Não me lembro até quando funcionou mas eu já morava aqui no Capão. Ela pegou fogo. Veio os bombeiros e tudo...” **(R – residente há 36 anos)**

Assim, tem-se que a introdução das atividades econômicas relacionadas ao “ciclo do mate”⁵⁵ teve repercussões em termos da dinâmica de ocupação territorial do bairro a partir de meados do século XX.

A instalação da indústria nesta área da cidade, como processo resultante do contexto da economia do mate marca a primeira fase de transição na paisagem rural do Capão da Imbuia em direção a uma urbanização. Como reflexo, produz um adensamento populacional no espaço, caracterizando uma diferenciação funcional da região, até então identificada na paisagem, pelo aspecto bucólico das colônias de imigrantes e das pastagens para o gado.

“... porque ali [referindo-se à área do bairro nos anos de 1950] era só campo... era mato, bem dizer e aqueles campinho assim, dessa altura [mostrando com gestual]... Só prá eles fazer alguma casa, eles tinham que fazer a custa de 'muque' ... fazer uma valeta prá empocar aquela água. Porque se não, não tinha jeito de fazer uma casa ali. Se não, nós afundava, de tanto banhado que tinha. Olha... E daí a população foi mais pro lado de lá do trem [referindo-se ao espaço onde hoje se localiza o Bairro Vilas Oficinas]. Depois que já encheu tudo lá, já não tinha mais lugar, daí avançaram ali [referindo-se à área que hoje corresponde ao território do bairro, próximo às antigas instalações da indústria].” **(Z – residente há 45 anos)**

⁵⁵ Conforme expressão de Oliveira (2001, p. 26)

Em resposta a este processo nascente na cidade, surge na dimensão espacial, ao lado dos estabelecimentos industriais, uma nova forma de aglomeração habitacional, destinada a atender a mão-de-obra para a indústria: as vilas operárias (BOLETIM DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1980, p.11).

I.3.5 – O Bairro na cidade-capital

As propostas técnicas de urbanização, a partir do início dos anos de 1940, tinham como tarefa conferir à cidade o aspecto de uma ‘capital’, a partir de estratégias de modernização e embelezamento. O plano elaborado pelo urbanista francês Alfred Agache⁵⁶, entre 1941 e 1943, sob encomenda da gestão municipal daquele período, tinha como meta “ordenar o caos urbano”, disciplinar a cidade a partir de uma organicidade complexa e harmoniosa que abordaria os três principais problemas urbanos detectados: o saneamento precário, o descongestionamento de tráfego urbano e a necessidade de órgãos funcionais dada pela ausência de zoneamento do espaço para funções e atividades específicas (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1996, p. 68).

Como base da perspectiva urbanista do plano estava a divisão da cidade em áreas cujos espaços seriam especializados em funções específicas, as chamadas zonas funcionais. Destaca-se neste contexto, que também foi pensado um centro de abastecimento alimentar para a cidade, sendo a ele reservada a área onde hoje se encontra o Mercado Municipal de Curitiba, construído nos anos de 1950 (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 74).

É interessante ressaltar que à época, o comércio de alimentos na cidade não sofria a influência industrial, representado ainda pela produção mais regionalizada de gêneros *in natura* e de componentes básicos do provimento da dieta tradicional local. Ainda eram muito frequentes nos bairros os chamados armazéns, pequenos comércios que serviam de referência aos moradores que viviam “longe da cidade” no abastecimento dos “secos e molhados”. (FENIANOS, 1997, p. 23)

⁵⁶ No Brasil, também idealizador do plano de urbanização do Rio de Janeiro, no final da década de 1920 e início da de 1930 e colaborador nos projetos de urbanização de São Paulo e Vitória.

O Plano Regulamentador Agache, constituiu-se no mais amplo projeto de reordenamento espacial da cidade e serviu de referência às administrações municipais até 1954. As obras propostas foram muito parcialmente implantadas e o plano rapidamente caiu em obsolescência, encontrando como principais fatores a crônica falta de recursos e o crescimento acelerado, dispersivo e desordenado da cidade (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, *op. cit.*, p. 69, OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 74).

A década de 1950 marca uma segunda onda de modernização urbana, impressa na forma da cidade pela verticalização dada a partir de construções modernistas, em contraste aos edifícios mais antigos, pertencentes aos mais diversos estilos, entre os quais, o clássico e o neoclássico, o gótico e o colonial. Edificações vultosas, representantes do poder público e privado bem como do patrimônio cultural se tornam cada vez mais frequentes na paisagem urbana. Assim, o centenário da emancipação política do estado é celebrado a partir de um projeto de urbanização que dá à Curitiba uma face de ‘grande centro’, a exemplo de outras cidades nacionais mais evoluídas (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, *op. cit.*, p. 70-71)

A partir do eixo de ocupação puxado pela ferrovia, que também dá suporte ao iniciante empreendimento industrial da cidade nos anos de 1950, o território do bairro vai-se definindo como lugar de acolhimento a empregados da indústria, funcionários públicos e ferroviários, que se consolidam como grupos predominantes da sociedade do Capão da Imbuia:

“Eu moro aqui desde que eu nasci, há 51 anos [1953] vai fazer... no mesmo lugar... Porque eu tô acostumada aqui no Capão da Imbuia, né, eu nasci aqui e não tem jeito! Meu pai nasceu em Antonina e minha mãe era de Porto União. Aí ele veio pra cá [Curitiba] porque ele era ferroviário, ele veio transferido pra cá....O meu pai logo que ele foi... ele morava no Bordignon, que é ali no [bairro] Capanema.... Mas meu pai, nos primeiros tempos ele morava nas casas da rede [domicílios destinados aos ferroviários, situados na beira dos trilhos do trem] lá no Capanema. Depois ele comprou o terreno ali no Capão da Imbuia e daí ele mudou pra lá. Quando eu nasci já moravam no Capão da Imbuia...(**S – residente há 51 anos**)

“Eu moro aqui no Capão da Imbuia... desde julho de 1958 . Assisti a Copa do Mundo dentro do barraco aqui, porque claro, eu tava construindo a casa, né? Sou natural de Morretes. Então, eu entrei na rede [Rede Ferroviária] em 45, e quando foi em março de 52 eu fui pra Engenheiro Bley, tomar conta do armazém da rede. E daí, 6 ou 7 anos depois, porque a minha mulher já era meio doente e quase que todo o mês tinha que estar aqui em Curitiba... Aí, fui morar aqui no Capão da Imbuia.... Muitos aqui eram ferroviários, né. Ferroviários e pessoas estranha que compraram terreno aqui, que construíram. E uma vez que minha casa aqui foi a sexta casa construída e depois gradativamente foi mudando a população, né? Colonos não tinha muito não... Era tudo empregados, né, tudo funcionários.

Era funcionário da Sanepar, funcionário da Copel, funcionário da Rede, funcionário até aqui do Autódromo.” (I – **residente há 46 anos**)

“Moro desde um dia após a inauguração de Brasília, 21 de abril de 1960. Eu sou nascido e criado aqui em Curitiba. Eu nasci e me criei ali perto da [rua]Visconde de Guarapuava [Centro], perto do Mercado Municipal, até os 19 anos e depois me mudei pra cá. E até hoje estou aqui, na mesma casa... Meu pai era maquinista da rede [Rede Ferroviária] . Isso é um orgulho! Então por isso que a gente vê um trem e emociona...” (T – **residente há 44 anos**)

Na dialética que representa a relação industrialização-urbanização, surgem a unidade e o conflito entre “crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social”, com incremento da complexidade destas relações. Isso porque, a partir da industrialização não somente são produzidas empresas, como outros estabelecimentos diversos, ligados à atividade financeira, comercial, bancária, técnica e política (LEFEBVRE, *op. cit.*, p. 9) e também se instauram outras necessidades (habitacionais, de transporte, de serviços) que redinamizam a produção do espaço e da vida social do bairro.

Justamente neste aspecto se situa também, a nascente da negação do social urbano pelo econômico industrial, mediante uma industrialização conduzida como estratégia de classe (*Idem*, p. 21).

No bojo do estabelecimento da identidade urbana da sociedade curitibana, forjada na consolidação do desenvolvimento industrial, assim também o bairro, como lugar na cidade, se define socialmente como periférico:

“Vou te contar mais uma história. Quando eu estudava em 60, tirei [no sentido de cursar] Contabilidade, tinha um polaco o Valdomiro, porque ele era claro, loiro que nem eu, quando eu tinha cabelo. Ele jogava no gol do Coritiba e ele era chefe de gabinete do [na época, prefeito da cidade]. Um dia eu disse pra ele: ‘Polaco, pergunte lá, porque que ele [prefeito] não faz nada pelo Capão da Imbuia, ou pelo Cajuru, que seja....’ Depois passou algum tempo e ele me deu um *feed back*. Diz ele: ‘Careca, o homem não faz nada lá porque só dá lá PTB e ferroviário.’ E de fato era assim. Aqui era uma colônia de ferroviários. De cem, noventa eram ferroviários que moravam. Ferroviários que eu digo, eram os empregados da Rede: maquinistas, foguistas... E foram os primeiros trabalhistas, então representavam uma certa oposição, porque o prefeito acho que era PDS, PSD. Então, aqui nunca foi...[no sentido de o lugar não ter prioridade na administração pública].” (T – **morador há 44 anos**)

Nesta condição de periferia, o local passa a atrair pessoas na perspectiva da consecução da propriedade de um lugar para habitar, da garantia do espaço de morar na cidade, dentro das possibilidades econômicas de sua inserção social e, geralmente a partir de situações vividas que representaram redução do patrimônio familiar:

“Essa casa [referindo-se à moradia atual], mamãe comprou. Nós tínhamos casa lá [no centro] e mamãe vendeu e comprou aqui. O negócio é que o progresso vai nos tocando pro

mato. ‘Mato’ que eu digo é no bom sentido, entende? Aqui era mais afastado. Então a sorte é que nós, lá na Visconde tínhamos um patrimônio, aí a mãe vendeu .. nós éramos em dez irmãos e mais a mamãe ainda. Então vendeu e comprou aqui. Porque quando viemos pra cá em 60, o pai já tinha falecido e só ficou a mãe.” **(T – residente há 44 anos)**

“Eles [o pai e a tia que ajudou na sua criação] escolheram comprar aqui porque era um local que era bem mais barato as prestações, né? Aí quando apareceu essa oportunidade, ela conversou com meu pai, aí meu pai comprou um terreno aqui do lado e eu comprei o meu. Eu fiquei morando aqui, agora meu pai ficou lá, porque tinha ele e minha irmã” **(R – residente há 36 anos)**

“É porque lá [referindo-se à casa no centro da cidade], nós pagávamos aluguel, era mais difícil, né, escola... Eu morava perto da rodoviária e estudava lá no Alto da XV, perto do Couto Pereira. Éramos eu e minha irmã, então nós tínhamos que andar a pé e era muito difícil. Tudo difícil, né... Hoje é mais fácil a vida.” **(N – residente há 36 anos)**

“Vim pra cá por causa do preço dos terrenos que era mais barato, né? Antigamente essa região aqui era tudo dos Reginatto e dos Camargo... Eu vim do norte [do Paraná] e tava trabalhando aqui e um conhecido meu me falou que tavam a venda os terrenos... Eu morava aqui perto, mas lá mais pra cima [região do Cajuru]”. **(X – residente há 32 anos)**

A comercialização mais sistemática dos terrenos no bairro, tem início nessa época, primeiramente a partir de negociações diretas com os donos da terra, cuja origem da propriedade, conforme o processo histórico delineado anteriormente, parece estar associada à concessão de terras devolutas pertencentes ao rocio da cidade⁵⁷, prática comum, no contexto da política de colonização regional do final do século XIX. Posteriormente, esta comercialização que se estabelece a partir de loteamentos, vai-se dando mediada pelo mercado imobiliário, conforme o relato dos habitantes antigos:

“Foi em 1952 que começaram a lotear aqui. Era da família dos Reginatto, que até hoje tem terreno aqui, e dos Camargo. Os Reginatto eram donos desde lá do Madalena Sofia. Ele tomava conta de tudo. Tudo aquela terrenada era deles. Eles começaram a lotear e a vender os terrenos, né?... Imobiliária URBIS.. era o nome da imobiliária do loteamento. Eles faziam em cem prestação, sem entrada. Agora, o [terreno] do meu pai com a minha mãe foi comprado direto deles, quando eles casaram. Então há mais de 70 anos ..foi comprado do Reginatto.” **(H – residente há 67 anos)**

“O meu [terreno] foi comprado do Reginatto mesmo.” **(G – residente há 60 anos)**

“Depois dali, em 55, 56, eu comprei esse terreno aqui [local atual de residência] que era tudo campo! E esse terreno comprei da Companhia Territorial Cajuru. Era uma companhia de venda de imóveis. Era a imobiliária Cajuru. Daí eu comprei o terreno aqui, daí o que

⁵⁷ Murilo Marx (1991, p. 44) relata o aforamento de pequenas porções de terra como um instrumento social da obtenção de chãos pleiteados pelos cidadãos comuns para a moradia e o trabalho. Estas parcelas de terra eram cedidas mediante o pagamento do foro, ou seja, a obrigação do beneficiário ao pagamento de uma taxa módica anual pelo terreno obtido a partir do patrimônio religioso, para o custeio das despesas do templo. Este, tornou-se um mecanismo de expansão das localidades no processo histórico brasileiro, no século XVIII, mas que se manteve ativo, agora no contexto da legislação municipal de Curitiba, ainda no século XIX.

tava sobrando aqui naquela época era o [lote] da esquina e eu peguei mesmo e comprei o da esquina. Daí construí a casa aqui, e trabalhando ali nas oficinas [da rede ferroviária] daí ficou mais fácil ! [referindo-se à proximidade da moradia em relação ao local de trabalho]” **(I – residente há 46 anos)**

“Era comprado por um Tabelião, né, e se pagava em vinte anos esse terreno, na base de vinte reais... seria vinte reais? Era vinte cruzeiros naquela tempo, né? Então a gente pagava todo o mês aquele dinheirinho que foi ‘levado ali’. Eu fiz em dez anos, porque a gente juntou dinheiro e pagou, né... mas eram 20 anos pagando [referindo-se às condições normais de pagamento]. Os Reginatto, eles tem ainda muita terra aqui. Ainda eles têm lá embaixo [referindo-se à porção mais a leste do bairro] fechado [referindo-se a terrenos ainda não ocupados]. Essas casas, aqui, depois da [Rua Araguaia], ali em baixo, aquilo ali era tudo do Reginatto.(...) Naquela região mais pra lá. Ali e na Vilas Oficinas tem muita terra ainda... eles venderam, fizeram loteamentos (...) a família Reginatto que comandava tudo isso aqui e o Alves Camargo também. O Alves Camargo que loteou o nosso aqui [área onde mora atualmente], porque eles compravam de glebas, né, glebas que daí cada um ... depois com a morte dos pais, eles dividiram e foram fazendo loteamentos, sabe?.” **(R – residente há 36 anos)**

“Os Reginatto e os Camargo que lotearam tudo aqui . Mas como esse terreno não tava pago [obteve de herança], eu tive que terminar de pagar. Aí teve uma controvérsia, porque os donos desse loteamento era o Reginatto. Depois de ter pagado o terreno, pra ele me passar a minuta ele queria que eu pagasse um juro contratual... ele deu um prazo de dias e eu não tinha esse dinheiro. Então o que aconteceu: pra nós poder continuar a ter o nosso lar aqui, eu tive que falar com o parente da [esposa]. Ele comprou o terreno, pagou essa parte do juro, depois que nós terminamos de pagar esse empréstimo de dinheiro pro parente dela, aí ele passou de novo a escritura pra nós e nós conseguimos legalizar isso aqui.” **(R – residente há 36 anos)**

“Os Reginatto eram donos de quase todo o Capão da Imbuia...Eu tinha seis anos [1967] quando a minha irmã comprou o terreno dele, do Reginatto, aqui, que era na rua Alberto Matana. Isso fazem já quase quarenta anos. Tinha um lugar no centro né, um prédio que era deles, né, onde a gente ia fazer o pagamento das prestações, era uma imobiliária, acho que era URBIS o nome.” **(C – residente há 35 anos)**

“Eu comprei dos Camargo, de corretor, né [referindo-se ao corretor de imóveis contratado pela família dos proprietários], porque fui falar com o corretor do Camargo. Eu até tinha dinheiro pra comprar mais de um terreno, que naquela época era em milhões de cruzeiros. Não se falava em mil, que era troco. Mas eu, né, ‘naquela de solteiro’, comprei só um, porque tinha medo que se eu quisesse ir embora, não ia conseguir revender, porque isso aqui era um banhado, não tinha nada. Aí comprei um terreno lá mais pra baixo [abaixo da rua Raul Caron].” **(X – residente há 32 anos)**

Contemporaneamente ao processo em desenvolvimento, refletido na ocupação do território do bairro, outras conjunturas no cenário do novo contexto econômico regional também estão em curso. A extração madeireira e as indústrias correlatas passam a absorver grande parte dos operários e disseminam o processo industrial na cidade, mas também para o interior do estado. Como principal consequência, determinam a devastação das reservas de matas regionais, com esgotamento virtual da exploração da madeira nativa ao término dos anos de 1970. O cultivo do café, oriundo a partir da área plantada de São

Paulo, somente passa a se integrar à economia paranaense na década de 1920 (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 33-34).

Como elemento fundamental no processo de ocupação das regiões Norte, Noroeste e Nordeste do estado faz quadruplicar a população do Paraná entre 1940 (1.236.276 de habitantes) e 1970 (6.929.868 de habitantes). A economia cafeeira fortalece o parque industrial das cidades pertencentes às regiões do seu cultivo e da capital e tem seu esgotamento a partir de 1960, motivado pela expansão de áreas plantadas no Brasil e em outros países, que geram excesso de oferta e baixa no preço (*Idem*, p. 35).

O café, em substituição à erva mate, exerce influência no processo de desenvolvimento urbano em Curitiba, consolidando a elite constituída pelos "barões do café", principais agentes dos negócios financeiros e empreendimentos imobiliários na capital, que agora participa do contexto da economia-mundo.

Em termos do planejamento urbano, formalizado em Curitiba a partir do Plano Agache (1943), o cenário da metade do século XX marca a aprovação da primeira Lei de Zoneamento de Curitiba, no ano de 1953 (IPPUC, 2005).

Entre 1950 e 1970, a cidade experimenta rápido crescimento, com uma taxa de urbanização que se eleva de 78,21% para 97,22%⁵⁸ e uma população que, ao final do período, é da ordem de 609.026 habitantes (IBGE, 2000)

Esse período também marca a evidenciação de uma gama de problemas que sinalizam a crise urbana em Curitiba. Dentre estes é possível destacar: os loteamentos clandestinos, preferentemente situados às margens dos limites possíveis de uso do solo em diferentes regiões da cidade; as freqüentes inundações em bairros e no centro; o déficit habitacional e uma deterioração da região central, marcada por construções em decadência e pela deficiência de circulação dada por vias muito estreitas (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 75).

Em meio a esse acelerado desenvolvimento da cidade, o Capão da Imbuia, no mesmo período, ainda se apresenta como uma paisagem diferenciada do conteúdo urbano que está em franco curso. Essa configuração espacial, por sua vez, remete modo de vida específico da sociedade local, mediante costumes e infra-estruturas disponíveis no cotidiano de habitantes antigos, que são reconhecidos e identificados com o rural:

⁵⁸ ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (org.) *Metrópole grande Curitiba! Teoria e prática*. Curitiba : IPARDES, 1994. **In:** OLIVEIRA, D. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba : SEED, 2001. p. 11

"Este lugar aqui sempre teve este nome: Capão da Imbuia. Prá nós aqui, nós morava no sítio... porque seguia a Estrada de Ferro. A estrada de Ferro era coberta de mato. Aquele mato que tem no Botânico [Jardim Botânico, parque público próximo ao bairro] ele seguia a Estrada de Ferro até Pinhais. Lá em cima, até ali o Capão [Bosque do Capão da Imbuia] já tinha casas, mais ou menos em 59 já tinha. Dali pra frente era um mato, um deserto. Porque não existia civilização aqui naquele tempo.... Não tinha luz....Isso aqui era um perigo (...).Nesse tempo já...meu pai trabalhava fazendo poço pra turma.Meu pai pegava aquela forquilha, daí ele ia ver. Quando não, ele tinha um outro aparelhinho que ele ia ver aonde que tinha água e furava o poço prá todo mundo" **(H – residente há 67 anos)**

"Nossa! O jeito de viver era bem diferente de agora. Tinha mais campo... porque o lugar onde o meu pai morava ali era banhado, tudo banhado. Aí depois foi melhorando, eles foram fazendo aterro, essas coisas. Aí eram poucas casas, era uma aqui, outra ali, outra lá. Então eles aterravam por causa da umidade, eles colocavam terra e colocavam grama. Que eu me lembre eram os moradores mesmo que faziam isso, iam dando jeito, pra fazer a sua casa e ficar tudo certinho. E depois mais tarde a prefeitura também entrou pra fazer asfalto, né, e colocar esses saibro aqui no chão, né? Mas é o que eu me lembro, era assim.Quando eu ‘comecei a me entender por gente’, já tinham ruas, tudo assim. Não eram ruas de asfalto, mas eram ruas. Já tinham as casas, né.. Tinha aqueles ‘carreiros’, aqueles caminhos, né. Então essas ruas eram assim: a Leopoldo Belczack inteira, porque ela é enorme, né, e a Nivaldo Braga, que eu me lembro que tinha e que eram completas mesmo. São as principais hoje... e depois as outras eram só ‘carreirinho’." **(S – residente há 51 anos)**

"... Cada pessoa que comprava a terra, na época tinha aqueles que vinham pra ver se tinha água né, que vinham com aquela varetinha pra procurar..." **(C – residente há 35 anos)**

"Olha... luz, água, antigamente era pra rico (risos). Pra rico! Porque nós tinha poço, aí nós lavava com a água do poço. E luz, o meu pai pediu na companhia de luz né. Então nós tinha o nosso poço de água e nós usava. Era na manivela, era no balde. Era muito gostoso.... A água era pra tudo, era pra lavar, pra tomar, pra tomar banho, pra lavar roupa, pra tudo. Nossa! Era limpinha, limpinha! Você olhava assim e não tinha uma coisa que fosse, que você pudesse dizer que era poluído ou que fizesse mal aquela água. E tinha que ter aquelas pessoas que usavam graveto pra procurar água. Tinha o Seu Pinheiro, ele vivia com um gravetinho lá procurando água e ali, a maioria das pessoas tinha poço. A maioria tinha poço." **(S – residente há 51 anos)**

"Como era de tradição tinham que pagar os postes. Daí a pessoa pagava os postes e a Força e Luz [companhia de iluminação pública] vinha instalar. Há 58 anos isso [1948]. A gente tinha que pagar também pra puxarem a água aqui na frente [água encanada]. Pra luz dentro de casa nós usava lampião" **(H – residente há 67 anos)**

"A luz não tinha [final dos anos de 1950]! A luz ficava lá pra cima [iluminação pública]. Tinha era nas casas, né? Não tinha era a rede de luz. A água, com o tempo... foi que foi espichando os encanamento, né, até que felizmente chegou na minha casa aqui, depois de uns 6 ou 7 anos de moradia aqui... Está ali o sinal do poço.Hoje não usa mais...Porque construímos e daí eu mandei encher, né, entupir. A água era com isso, né? Tinha que se servir do poço, pois não tinha água encanada, né? Essa água ali era água do fundo da terra, que uma corrente, alguma coisa que passava embaixo, né? **(I – residente há 46 anos)**

"Aqui [região central do bairro] era um campo mais seco porque era mais alto. Daquela esquina lá pra baixo já era úmido... era banhado que a gente dizia. Tinha poço aqui na esquina ali, mais pra lá tinha, que as pessoas vinham pegar água. Era tipo olho d'água, no meio do campo . Aí todo mundo vinha pegar água ali. Ficava aqui na Raul Caron com a Alberto Monteiro de Carvalho. E daí mais lá pra baixo tinha mais uns dois ou três também, todos abertos. Onde tinha banhado, tinha aqueles lírios grandes, que dizem lírio do campo, que tem um tamanho mais ou menos como copo-de-leite." **(M – residente há 36 anos)**

Como um marco de identidade da paisagem local, relacionado à economia pecuária regional e ao abastecimento alimentar da cidade, está vivamente presente na memória de todos os habitantes antigos entrevistados, o espaço conhecido como “Mangueirão⁵⁹, dos Bois”:

“Quando construí essa casa aqui, em junho de 58, logo em seguida a Rede [ferroviária] construiu um mangueirão ali pra baixo da rede, né, cercado de trilho. E quando vinha sete, oito, dez, doze vagões de boi, vinha do Norte do Paraná, chegava aí e descarregavam. E muitos deles escapavam! Escapava uma boiada aí e Deus o livre!” **(I - residente há 46 anos)**

“O 'Mangueirão dos Bois' era um cercado de palanques que era feito de ‘costaneira’, que era aquela primeira lasca que tira-se da tora do pinheiro. (...) Na verdade só perto do trilho [do trem] tinha calçamento de paralelepípedo pros touros pisarem quando eles saltavam ali, naquela aglomeração. E a boiada cruzava tudo aqui, naquele triângulo entre o Rio Atuba e o Rio Bacacheri (...) E os boiadeiros com cavalo e cachorro saíam correndo prá segurar.” **(P - residente há 36 anos)**

“Tinha o ‘Mangueirão dos Bois’... Então o trem vinha, encostava ali, era cheio de valeta e volta e meia vinha ... vinha então esses boiadeiro lá ... e às vezes o boi fugia. Então, os caras, às vezes caíam na valeta ... e era um espetáculo à parte pra gente, entende? O trem parava ali, descarregava os bois e eles caíam no mangueirão. Então, as vezes escapava um ali e os caras ficavam, os boiadeiros. O mangueirão era cercado de trilhos, aí o trem encostava, abria as portas, descia cem, duzentos bois ali então. Era quase quinquenal. Ao mesmo tempo era cômico, bonito e triste, né, porque às vezes o boi no descer no negócio, assim entre o vagão, ele enroscava a perna , e já pensou pra você ver o boi lá... às vezes se quebrava e tudo! Os bois dali iam pro matadouro. Ali onde hoje é o Horto Florestal. Ali era o matadouro, no Guabirota. Então eles iam daqui pra lá. Ali eles matavam os bois. Era o matadouro da cidade” **(T – residente há 44 anos)**

“ E passava a boiada aqui. Descarregavam do trem, que tinha uma estaçãozinha ali na [rua] Leopoldo Belzack e daí passava a boiada e era rua tudo que nem tinha asfalto, nada. Era um campo mesmo. Então era assim até divertido, né, porque quando a gente é criança, a gente tá esperando aquela hora: Ah... vai passar a boiada! Então daí todo mundo corria pra dentro da casa e ficava olhando a janela ali! Se não me engano era nas sextas [feiras] que descarregava e era a atração divertida!.” **(N – residente há 36 anos)**

“O Mangueirão existiu até... quer ver, ah... durou uns 10 anos.Foi até 80, mais ou menos por aí, 79, 80 ...Eles deixavam [os bois] preso ali. Daí vinham os trens, comboio, e também deixavam ali também. Era um cercado e todos ficavam ali pra tomar água, pra comer, pra passar um pouco... Era tudo a linha férrea. Era um local de descanso, pro Porto [referindo-se ao embarque do gado pelo Porto de Paranaguá]. Era bem interessante... Não ficava o gado, ia pros portos... Acho que vinha do Norte do Paraná e descia pra Paranaguá e ia pra lá. Ali distribuía, porque um pouco eles levavam lá pra baixo, lá pro litoral, abasteciam lá, né? Era um lugar que eles traziam o boi e todo mundo respeitava, não tinha problema não... antigamente não tinha, né, a violência que tem hoje.” **(E – residente há 34 anos)**

⁵⁹ Segundo Ferreira (1986, p. 1080), a palavra deriva de mangueira, tendo o significado de “grande curral de gado, de pedra ou de madeira, junto ao edifício da estância”. Assim, mangueirão significa um “curral muito grande, para tropas e animais”. No caso, este se localizava junto aos trilhos da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá em seu trecho de passagem na região do bairro, o que sugere uma identificação com a funcionalidade da área relativa à economia pecuária ancestral.

Na identificação desse sistema de objetos, envolvendo tanto elementos da paisagem (os caminhos e “carreiros” em meio ao campo, o banhado, os olhos d’água, as forquilhas de gravetos para a busca das fontes de água nos terrenos, a atividade dos boiadeiros) quanto do uso doméstico e de seu entorno (os poços artesianos movidos à manivela, as lamparinas e lampiões) evidencia-se o caráter de ruralidade na encenação do cotidiano do bairro, como “ilha dentre as malhas do tecido urbano”⁶⁰ que estava em crescimento.

Em termos de relação mais direta dos habitantes com a natureza, que se mostrava limpa e aberta na paisagem marcada pelos campos, não se pode deixar de mencionar o elemento natural identificador do lugar e que é a razão de sua denominação: o bosque do capão das imbuías. A “ilha de mato” que se exhibe em destaque no amplo espaço:

“Na verdade ali tinha só o seu Manoel Pinheiro que cuidava do mato, numa casinha de madeira ali, ele que cuidava do mato. Só que não era esse aí pequenininho [bosque atual], era bem grande... era enorme. Ele era aberto, mas ele tomava conta. Eu acho que não tinha dono ali. Porque depois ali ficou pro Estado. Ali e já era o mato do Capão da Imbuia porque ele só tinha imbuia... esse pedaço do Capão da Imbuia era só imbuia. Tinha pinheiro, não tinha outras árvores era quase só imbuia. Portanto ficou o nome Capão da Imbuia. E eu acho que, prá falar a verdade, eu não sei se tinha dono, se era do Estado ou era da família Reginatto. E era muito barro!” **(H – residente há 67 anos)**

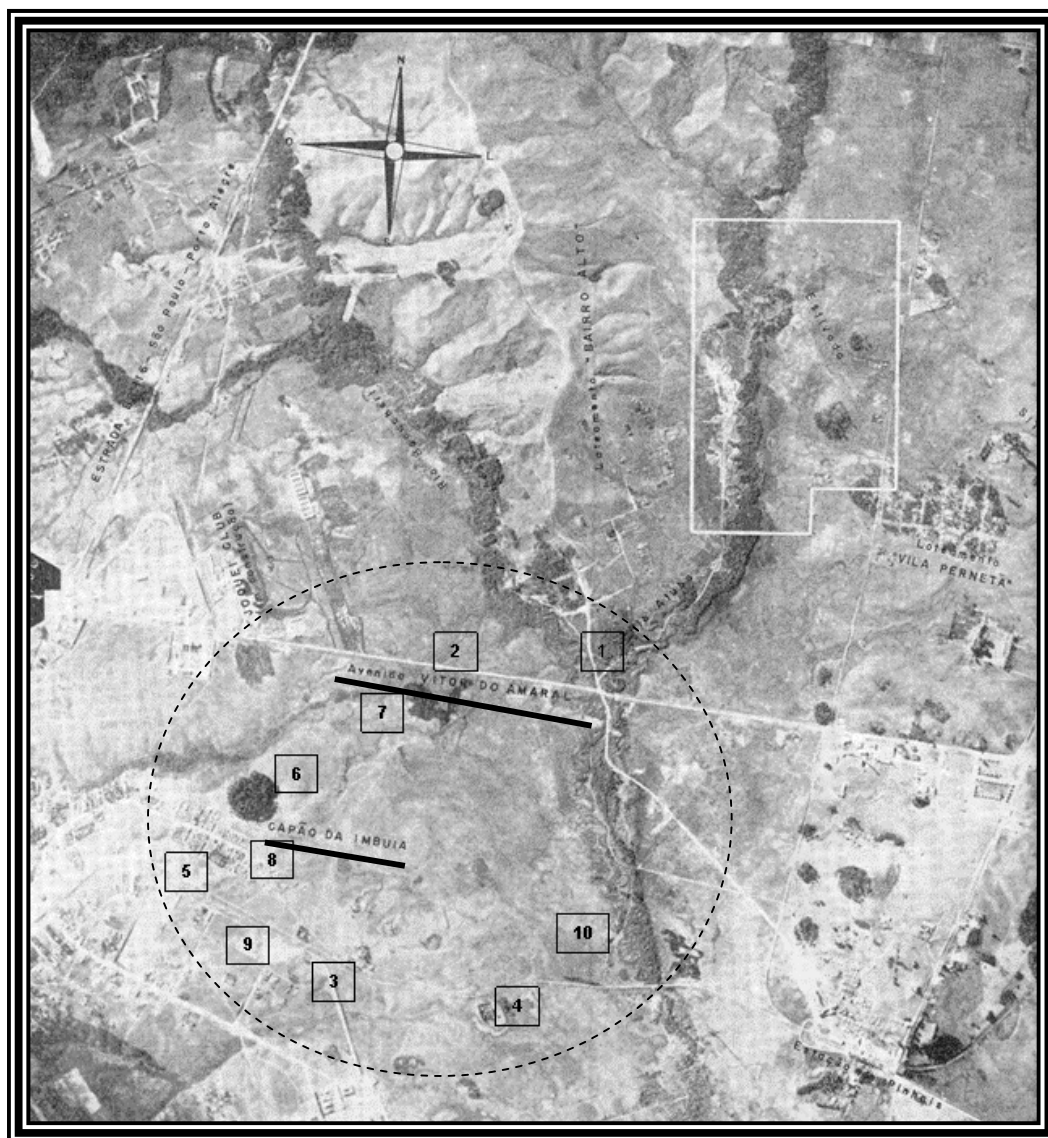
“O Seu Pinheiro... Ele morreu bem velhinho, ele morreu acho que com uns cento e poucos anos. Ele tinha casa bem no meio... a casinha dele era bem no meio do bosque. O sobrenome dele era Pinheiro, acho que o nome dele era Manoel Pinheiro.... Ele cuidava daquele monte de pinheiros como se fosse o quintal dele. O bosque era aberto. Só que daí quando começou muita gente a querer entrar lá... Aí, pra não acontecer mais isso, ele colocou uns arame farpado assim, por um tempo, sabe? Olha, pra dizer bem a verdade eu não sei de quem era ali. Só sei que o Seu Pinheiro tomava conta dali, lembro bem do jeitinho dele, lembro dele, mas eu não sei na realidade de quem era esse bosque. Porque, nossa! Ele tinha um amor muito grande por aquilo ali” **(S – residente há 51 anos)**

“De mata aqui era só o bosque... Naquela época não tinha nada lá. Até um tempo, quando eu era mais nova e morava ali no Capanema ... a gente vinha fazer piquenique aqui. O Capão da Imbuia era 'capão' mesmo... eu vinha fazer piquenique aqui no mato, no capão. Era muita pitanga... nossa! Nós passava um dia maravilhoso!” **(M – residente há 36 anos)**

“Ah... o Capão da Imbuia... isso daí foi uma coisa que até hoje é Capão da Imbuia por causa da referência do bosque... A referência é o bosque, isso aí... Ele era do jeito que é, só que ele era aberto [1971]. A gente tinha acesso pra andar lá por baixo... As crianças pegavam pinhão, sabe? Tinha os passarinhos, daí com o tempo foi que eles fizeram o cercado. Era tudo natural...o mato, era um capão de imbuia, né? Não existia nem a Affonso Camargo, que era de macadame.” **(E – residente há 34 anos)**

⁶⁰ Segundo Lefebvre (1991, p. 12)

Nesta temporalidade, já se tem delineado na área do atual Bairro Capão da Imbuia, um início de aglomeração populacional num eixo de casas que constituem o seu núcleo inicial de urbanização (**FOTOGRAFIA 6**).



FONTE: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, v. XVI, fev., 1972, p. 71

FOTOGRAFIA 6 - Capão da Imbuia. Fotografia aérea, 1953

No detalhe, o Bosque do Capão da Imbuia, com traçado de arruamento vizinho e a Avenida Vitor do Amaral, que delimita o bairro atualmente

Na leitura de um habitante local, conhecedor do histórico do bairro, tem-se a descrição da paisagem local:

“O que eu vejo aqui é o início do Bairro Capão da Imbuia... a região eu acredito que do Rio Atuba, Rio Bacacheri, por aqui [1] e a Avenida Vitor Ferreira do Amaral [2]. E deste outro lado, a oeste, nós temos aqui a estrada de ferro [3]. Aqui na divisa da cidade de Curitiba com Pinhais, aqui seria a Av. Afonso Camargo[4] ... na ocasião não existia.. Só existia um caminho próximo, margeando a estrada de ferro [ao sul do bairro] e depois deu origem à Av. Afonso Camargo. E algumas ruas do Bairro Capão da Imbuia [5] . Nós temos aqui o Bosque do Capão da Imbuia [6]... Mais próximo da Avenida Vitor Ferreira do Amaral aparece aqui a região do Estádio do Pinheirão [7]. Existia um bosque aqui nessa área e hoje ele quase que desapareceu, porque tá bem urbanizada essa área. Mas ainda existe um resíduo ali, de uma área ainda verde. Nessa região aqui ainda existe um córrego aqui, que ele vai desembocar no Rio Atuba . Ele é canalizado, um trecho dele está aberto, próximo ali da Av. Nivaldo Braga, depois ele é canalizado na Vitor Ferreira do Amaral ele é canalizado até o Rio Atuba. Pela localização, a distância, aqui deve ser a Rua Leopoldo Belczack [8] que era a única rua que descia até a região da divisa com Pinhais, em direção ao Rio Atuba. Parece ser... deve ser essa avenida, porque na ocasião, nessa época da foto, não existia a rua ainda oficial. Era um caminho que hoje, oficialmente é a Rua Leopoldo Belczack. E aqui seria a divisa... é a região próxima do Terminal do Capão da Imbuia [9] que onde nós vemos aqui na foto, é a área aqui que está um pouco mais povoada, um população um pouco mais densa. Aqui nessa região foi onde começou o Bairro Capão da Imbuia, a parte central do bairro, né? Porque lá pra cima, próximo da BR 116 o bairro ele veio descendo, mas a parte central do bairro é aqui essa região. Se nota que a mata aqui próxima do rio era bastante vegetação, a gente percebe aqui na foto. E a Vila Nova [10] é bem aqui na Av. Afonso Camargo, próximo da linha do trem, com a divisa de Pinhais, que é aqui. Aqui são as linhas do leito do Rio Bacacheri que vinham pra cá. O rio que existia aqui era o Bacacheri. Como o Bacacheri tinha um leito muito sinuoso o que é que aconteceu: aquela vala que existia paralela com o Rio Bacacheri ela foi ampliada e desviada... foi unificado o Rio Bacacheri com aquela vala e onde foi dado o nome de origem do Rio Atuba.”(L – residente há 18 anos)

Neste contexto, o reconhecimento do território era muito mais um conteúdo internalizado pelos habitantes locais. Aos olhos externos, passava pela idealização de uma periferia desabitada, que não suscitava a identificação de um “lugar para viver”:

“Quase não falavam [do bairro], entende? Porque se falavam: Aonde você mora? E você dizia: Capão da Imbuia Quando minha mãe comprou a casa aqui, se falar pra você, de onde a gente morava, ali na Visconde de Guarapuava, ali pertinho do Mercado [Municipal] e se dissessem pra você: ‘Quer comprar um terreno lá [referindo-se ao bairro Capão da Imbuia]?’ ou se te dessem [o terreno], você não queria, entende? De tão longe que era! Longe com cinco “N”, entende? Tinha um [com ênfase ao número] ônibus! O ônibus vinha lá por cima, vinha lá pela Leopoldo Belczack e subia aqui. Era de hora em hora! Do bairro [o que identificava] era o trem e o Mangueirão dos Bois.(...)Naquele tempo você vinha de excursão pro Capão da Imbuia!” (T – residente há 44 anos)

“Ah... não era bonito, não. Era feio! Eu não queria vir morar pra cá, de jeito nenhum! Ah... era tão triste aqui , era tão... pra quem morava no Alto da XV, que ia a pé pro centro... A gente cansava de ir ao cinema e voltava a pé! Pra vir pra cá, eu disse: ‘Meu Deus do Céu! Isso é um castigo!’ É uma coisa que... nossa! Eu não esperava que fosse acontecer uma coisa dessas . A gente espera sempre ir pra um lugar sempre melhor, né? Mas como daí a gente não tinha opção, né? Essa tristeza era de ver aqueles valetão aberto, a gente não tinha conhecimento com os vizinhos, né, não se dava com vizinho nenhum. Era um aqui, outro do lado de lá... Pra quem vivia lá que era assim rodeado de pessoas, era uma tristeza grande, porque não tinha quem pra você se socorrer.” (M – residente há 36 anos)

“Aqui era um banhado total, não existia nada aqui [início dos anos de 1970]. Tinha campo e poucas moradias aqui. Até, por sinal, umas moradias muito precárias, sabe? Então eu me assustei quando eu vim pra cá, de ver... porque eu morava, ‘bem dizer’, no centro, né, e me assustei. Mas depois, é da gente, né, eu me adaptei bem com o pessoal.... Então era bem precário mesmo.” (E –**residente há 34 anos**)

Somente na década seguinte, a partir das medidas infra-estruturais impostas ao planejamento da cidade, este contexto de ruralidade se transforma, imprimindo mudanças no modo de vida dos habitantes locais.

Nos anos de 1960, a preocupação com o crescimento da malha urbana provoca a discussão e adoção de medidas de planejamento. Contemporaneamente a esse fato, ocorre a criação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Paraná, produzindo profissionais com novas posturas frente à problemática da cidade e reforçando a institucionalização da prática do planejamento urbano. Assim, com o financiamento da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), é aberta concorrência entre empresas de arquitetura e urbanismo para a proposição de um plano diretor da capital que, após debates entre as elites econômicas e intelectuais locais é transformado em lei pela Câmara Municipal em 1966. Ao mesmo tempo, é criada uma agência “central” de planejamento e coordenação das atividades dos demais órgãos municipais, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), responsável pelo detalhamento e execução do plano (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 75-77).

No conteúdo do Plano Diretor de Urbanismo (1966) estava previsto o desenvolvimento integrado entre a capital e a região metropolitana que já se configurava. Uma renovação urbana seria desenvolvida a partir de diretrizes voltadas à hierarquização do sistema viário, zoneamento de uso do solo, regulamentação de loteamentos, preservação e revitalização dos setores históricos. O Plano também pode ser considerado como um marco na definição da oferta de serviços públicos e equipamentos comunitários como papel da administração pública municipal (IPPUC, 2005).

Conforme analisa Oliveira (*op. cit.*, p. 76-77) a normatização do espaço, mediada pela agência do Estado vai portanto, consolidando o seu conteúdo no campo do interesse político que se mistura ao de classes sociais específicas. No bojo dessas estratégias houve a criação do distrito industrial da cidade - hoje denominado Cidade Industrial de Curitiba.

No contexto de inserção do bairro nessa realidade urbana, começam a surgir elementos do sistema urbano de objetos⁶¹, marcadamente no que diz respeito à extensão ao local, das redes públicas de eletricidade e água e ao incremento tecnológico a partir da possibilidade de acesso dos habitantes às linhas telefônicas. Essa extensão se dava na medida da solicitação dos habitantes, o que implicava numa distribuição desigual destes serviços públicos no território.

“Ih, quando começou o encanamento, eu acho que eu já era... já tinha acho que mais que dez anos, muito mais de dez anos. Que eu lembro que agente tinha poço e torneira acho que eu tava na escola, eu tinha uns doze anos, eu acho [1965]. É, eu tinha doze anos e eu lembro que daí a gente tinha poço e torneira. **(S – residente há 51 anos)**

“Era tudo poço, mas depois com o tempo como é que era... o Departamento de Água e Esgoto, na época... Aí quando veio a água encanada pra cá, aí felizmente acabemo com tudo, né [referindo-se ao fechamento do poço]? Foi depois de uns seis, sete anos que veio a água...[meados nos anos de 1960].” **(I – residente há 46 anos)**

“Já tinha luz, água, nos 60 já tinha. Porque a água, quando nós viemos, aqui na minha casa tinha mas na vizinhança não. Então, a vizinha daqui dos fundos, nós dávamos água pra ela. Então não cobrava nada, porque naquela época a água era uma mixaria. Era água encanada e ela tinha poço. A rede, a extensão do cano era a pessoa que tinha que solicitar pra chegar na casa dela. Então você tinha que pegar os vizinhos da esquerda e da direita e fazer uma ‘vaquinha’ pra esticar o cano.” **(T – residente há 44 anos)**

“A linha telefônica veio em 76 ou 78, pode ser... Aí quando veio a linha pra cá, fui uma das primeiras. Na época que saiu a linha telefônica era quase uns três mil reais de hoje... era uma loucura! Eu me lembro tão bem que eu paguei o telefone, depois esperei, esperei uns quatro anos pra vir a linha.. Então é assim... quem não me conhece aqui? Eu já disse que quando eu morrer quero uma rua aqui com o meu nome [risos]!” **(E – residente há 34 anos)**

“Daí, eu já tinha casado, a mulher estava grávida ...e no fim, comprei umas madeira usada e fiz um barraco prá mim, uma meia água. Mudamos prá cá sem luz e sem água... tinha que fazer poço..[1972]. Não era fácil. A luz veio em 74. Até lá, ficamos esses dois anos sem luz, usando lampião. Se tomava banho de bacia, com a água que se esquentava no gás. Eu sei que posso dizer que ‘comi o pão que o diabo amassou’ aqui, naquele tempo.... Sabe que dia desses eu tava me lembrando disso... prá pegar ônibus... Era um sufoco. Ninguém respeitava ninguém na fila. Era um ‘Deus nos acuda’ prá entrar no ônibus, porque só tinha de meia em meia hora.” **(X – residente há 34 anos)**

Na perspectiva da integração, como diretriz do desenvolvimento urbano, observa-se o investimento na implementação da comunicação e acesso entre o bairro e o centro da cidade mediante o delineamento de um sistema de transporte coletivo.

“O transporte naquela época vinha do centro e o ponto do ônibus era lá em cima no Zeni [estabelecimento comercial da região]. Depois foi que ele esticou-se até aqui no Capão da Imbuia, né? E depois, cada três ou quatro quadras eles iam aumentando, aumentando, aumentando...” **(I – residente há 46 anos)**

⁶¹ Conforme Lefebvre (1991, p. 11-12)

“O mais importante aqui era a ervateira, tinha um ponto do ônibus que se chamava Agromate e que era na esquina e pra mim era uma maravilha! Era pros usuários, nós os moradores. Ele parava na Carlos Gomes [centro da cidade] . Isso nos 60 e poucos, mais ou menos. Também saía um trem daqui às 7 da manhã e outro de Paranaguá . De tarde saía um daqui acho que às quatro e meia e outro de lá. Então, vinha de manhã e voltava de tarde... tinha quatro trem . Tinha o ‘Subúrbio’ que vinha de Piraquara também, vinha até a estação velha, lá onde é o Shopping Estação, lá era a estação velha. Vinha de Piraquara de manhã e de tarde voltava pra Piraquara. Isso foi até 70 e poucos se não me engano. Então ele saía do Shopping Estação, eu parava ali embaixo do Viaduto do Capanema lá, era a primeira parada. Depois, ele parava ali em cima, no Hospital Cajuru, depois, em frente à delegacia [hoje Delegacia de Furtos e Roubos], parava aqui... era os pontos do trem de subúrbio. Então você, como não tinha ônibus muito, você pegava o ‘Subúrbio’.” **(T – residente há 44 anos)**

“Até, por sinal, lá mais pra cima [região oeste do bairro] era Capão da Imbuia, Vila Nova era o nosso bairro e a parte aqui de baixo, três quadras pra baixo era o 76. Então nós tínhamos o Ônibus do Capão da Imbuia, Vila Nova e 76. Eram áreas, sabe? Até condução quando eu vim pra cá era três quadras pra cima. Aí eu tive a sorte de que quando eu comecei a fazer a casa veio a luz, né, porque nem luz tinha também... Então veio o poste de luz e a condução desceu duas quadras, que é onde é atualmente ali.. Antes era aqueles ônibus ainda verdinho e amarelinho pequeno ainda... Olha eu acho que se fazia em quase uma hora [trajeto de ônibus do bairro em direção ao centro]. Porque ele parava... e no trajeto dele ele atravessava a BR, ainda, ia lá pro Cristo Rei pela [rua] José Rissato É... pelo menos quarenta minutos a gente levava de ônibus, porque ele ia parando de ponto em ponto... Porque no Capão, não existia a Affonso Camargo.” **(E – morador há 34 anos)**

Ainda nesta temporalidade, é no contexto das estratégias nacionais relativas às atividades da economia agrícola que serão encontrados os determinantes de uma profunda transformação no percurso do processo de urbanização em Curitiba, com reflexos sobre a produção sócio-espacial do bairro.

Conforme já descrito, a década de 1960 demarca o franco esgotamento da economia cafeeira, em função do excesso de oferta do produto no mercado internacional. Entretanto, a definição de sua inviabilidade econômica no contexto paranaense é dada pelo impacto das geadas sobre os cafezais, que foram freqüentes e intensas entre o final dos anos de 1950 e meados dos 70. Assim, a cultura da soja surge nos anos de 1970 como alternativa ao declínio das culturas do café, sendo eleita como produto principal, na esfera do poder público federal – já no contexto da ditadura militar – de uma estratégia nacional de incremento às exportações (OLIVEIRA, 2001, p. 35-36).

A mecanização do cultivo e da colheita do soja no campo provoca a dispensa da mão-de-obra de trabalhadores rurais e a desagregação de pequenos produtores pela dificuldade de acesso aos financiamentos exigidos para o desempenho dessa atividade. O fenômeno intensifica a migração para os centros urbanos e faz avolumarem-se as favelas

das cidades. Embora a população urbana paranaense ultrapasse a rural no final dos anos de 1970, a população total permanece quase a mesma em face da migração dos desempregados rurais para novas fronteiras agrícolas, o que representou um ponto de inflexão ao ritmo de expansão experimentado em décadas anteriores (*Idem*, p. 37).

Tal fato tem um expressivo impacto quanto à estrutura social e dimensão espacial da cidade a partir deste período. Nesta época, como resultado da forte convergência da migração rural para a cidade, Curitiba figura dentre os municípios do estado com maior impacto em termos de crescimento populacional, apresentando taxas superiores a cinco por cento ao ano, na década de 1970 (IPEA, IBGE, IPARDES, UNICAMP, 2000, p. 122).

A população curitibana em 1970 ultrapassa os quinhentos mil habitantes⁶², praticamente duplicando o seu contingente em relação à década anterior. Três anos mais tarde, a partir da Lei Federal nº. 14/73, a cidade insere-se nacionalmente como uma aglomeração urbana de grande dimensão, mediante a instituição da Região Metropolitana de Curitiba (*Idem*, p. 58).

Como decorrências desse processo, no histórico do bairro vão-se dinamizando as transformações espaciais a partir de migrações rurais e também intra-urbanas. Estas, bastante motivadas pela busca de propriedade acessível para estabelecer moradia, no contexto das cidades em transformação onde, sob diferentes racionalidades, o crescimento é indutor da expropriação:

“Moro aqui desde o dia dois de março de 1971, não me esqueço. Eu sou daqui de Curitiba mesmo. Eu morava no Bairro do Parolim. Eram pessoas humildes, mas pessoas trabalhadoras, tudo o que morava aqui. ... Tinha gente que vinha do Norte do Paraná, sabe? E pessoas assim, mais de fora. Quando eu vim pra cá [região centro-leste do bairro] tinha pessoas já há três ou quatro anos que moravam aqui já.... Vinham de Tibagi, vinha de perto de União da Vitória, tinha muita gente aqui... E pessoas daqui mesmo, que eram de baixa renda e que compravam no loteamento aqui” (**E – morador há 34 anos**)

“E as pessoas vinham do Norte e das redondezas, é ..., a maior parte do [bairro] Cajuru, do [bairro] Uberaba, já pra esse lado mesmo da cidade. Teve também uma leva de gente que veio de Guaira. Isso daí foi na década de 70 mais ou menos, que foi quando Itaipu se instalou lá, então aquelas pessoas, as famílias, vieram pra cá. Veio bastante... mas acho que eles pegaram mais essa área da linha do trem... da Vilas Oficinas...a região aqui pra cima [região oeste do bairro] não foi tanto, o mais foi ali pra baixo [região leste do bairro]. Entra até pro lado da Trindade... esse pessoal que veio de lá. Isso marcou porque veio bastante... Na época eu trabalhava na [instituição filantrópica] e tinha Programa do Leite. Então nós tínhamos várias famílias de Guaira cadastradas. Eles vinham... desde a roupa, né, o traje deles era diferente, aqueles vestidos compridos, a religião era diferente... E alguns eu tenho

⁶² 609.026 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 1960, São Paulo, FIBGE, citado em Santos (1993), p. 137.

contato ainda hoje. Eles eram mais prá [religião] crente. Foi uma coisa que marcou... vieram assim ao mesmo tempo...Se estabeleceram e ficaram por aqui.” (C –**morador há 35 anos**)

A partir de meados dos anos de 1960, há um impulso urbanizador na região que se dá anteriormente ao estabelecimento de uma política habitacional no âmbito da administração pública da cidade. A partir da vocação populacional do bairro, ligada às atividades da rede ferroviária, a Caixa Econômica Federal lança uma estratégia de financiamento para aquisição da casa própria, que gera transformações no padrão da paisagem, conforme os relatos a seguir:

“ Começou a mudar quando aqui em baixo fizeram as casas da rede [ferroviária], porque tem as casas da rede e as casas da COHAB. As casas da rede foi a Caixa Econômica que fez e então venderam quase só pra ferroviários. Primeiro vieram as casas da Rede, que parece que se você fosse funcionário da rede, você tinha prioridade pra comprar e já vinha descontado em folha ... Construíram ali em baixo nas Oficinas e por aqui. Tem umas casas maiorzinha e tem os ‘pombal’ que a gente chama, que é a casa de COHAB que é quase do tamanho dessa sala. Mas pra quem não tem é uma grande coisa. Aqui, pegado ao terminal, são casas da Caixa. Quando nós viemos morar aqui tavam construindo, então deve ter uns 40 anos, é mais ou menos de 1965. Naquela época exigiam renda de “x”, então mesmo que você não atingisse a renda, você dava um jeito e atingia. Então você ia lá e comprava a tua casinha. Pagava, tinha onde morar e não precisava pagar aluguel. Isso lá pelos 65, antes dos 70.” (T – **morador há 44 anos**)

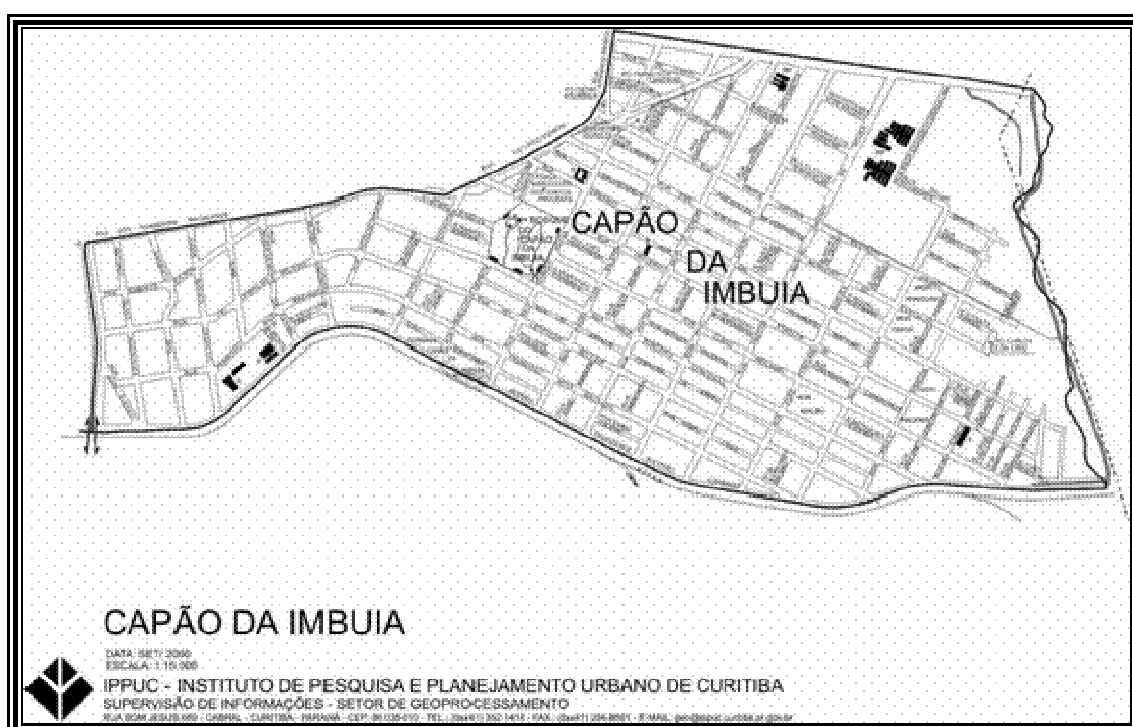
“Tinha muita construção, né? ...Casas novas que estavam saindo por aqui, estava formando o bairro... Então tinha o banhado, né, aqui prá baixo... era o "beira lama", tinha o campo de futebol... .” (C –**morador há 35 anos**)

“O bairro começou a ter mais concentração de gente quando as casas começaram a ficarem mais juntas. Porque aqui era uma casinha lá, outra aqui, tudo precário. Precariedade era casa com duas peças ou uma terceira só, tudo de madeira, sem pintar, sabe? Coisa que você, hoje nem ali na favela não tinha. Umas meia-aguinha, sabe, com pocinho na frente. Aí, começou lá pra cima [região oeste, onde houve novas formas de construção].” (E – **residente há 34 anos**)

Em termos da ação administrativa municipal, a Estrada de Ferro e as características da paisagem local, são fortes elementos de identidade que levam à delimitação do Capão da Imbuia como “bairro” a partir de uma área pertencente ao Cajuru. Segundo o histórico oficial da administração municipal o território é reconhecido em 1975, mediante uma medida administrativa tomada

devido ao fato de os moradores dessa parte do Cajuru chamarem a região em que moravam de Capão da Imbuia, porque nesse lugar havia uma porção de mato, de imbuia, isolado no meio do campo (capão), (...) madeira, quase inexistente na flora paranaense, muito utilizada na fabricação de móveis (CURITIBA, 2000).

O território do bairro é determinado pela administração municipal, tendo como limites: ponto inicial na ponte da Avenida Victor Ferreira do Amaral sobre o Rio Atuba; segue pelo Rio Atuba (não retificado); Estrada de Ferro Curitiba – Paranaguá; Marginal da BR-116; Rua Agamenon Magalhães, Divisa Estádio Pinheirão (excluindo); Rua Armando Prince; Av. Victor Ferreira do Amaral até o ponto inicial (**FOTOGRAFIA 7**). Em termos da distância relativa ao centro urbano, tem-se que o centro geográfico do bairro está a 5,5 km do marco zero da cidade, situado na Praça Tiradentes (distância em linha reta até a região mais central da cidade) (CURITIBA, 2004).



FONTE: **Bairros em números - Capão da Imbuia**. Disponível em www.curitiba.pr.gov.br, 2004.

FIGURA 7- Mapa do Bairro Capão da Imbuia em sua delimitação atual
IPPUC, 2002 (Esc.1: 15.000)

O espaço normatizado pelos agentes da administração pública da cidade tem, entretanto, diferentes representações, a partir da perspectiva do vivido pelos habitantes. Conforme salienta Carlos (2004, p. 8-9), é na prática espacial concreta, do conteúdo vivido cotidianamente, é no habitar um lugar, que o homem se apropria do espaço. Essa apropriação, como realização espontânea da criatividade humana, da “exploração do

possível”, no mundo moderno entra em conflito e separação frente à dominação do espaço evidenciada na ação política normatizadora, que tem no Estado, um protagonista. A confirmação da não identificação imediata entre o espaço real da vida e a sua representação aparece nos relatos dos habitantes do bairro:

“Tudo era Capão da Imbuia, não tinha Cajuru, Tarumã, era tudo uma coisa só. Hoje em dia é Capão da Imbuia, Tarumã, Cajuru, é Vila Oficinas. Antigamente tudo isso aqui era Capão da Imbuia. ‘Você mora no Capão da Imbuia? Ah, Capão da Imbuia, eu sei onde fica...’ Só Vila Oficinas que já existia porque era da época dos Ferroviários, porque ali tinha a Rede Ferroviária. Daí eles diziam que passou da linha (do trem) já era Vila Oficinas, da linha pra baixo era Capão da Imbuia. E o Capão se estendia até o Tarumã.” (S – residente há 51 anos)

“Segundo a ‘lenda’, diz que o Capão da Imbuia vai até a linha [do trem] ali. Você atravessou a linha, você pertence a [Vila] Oficinas. Também não sei o porquê.... Do viaduto [referindo-se ao viaduto da BR 116, na região] pra cá, é Bairro do Cajuru. Bairro do Cajuru o que é: é Capão da Imbuia, Oficinas, Centenário, Jardim das Américas, Trindade, tudo. Tudo é a região do Cajuru. Então, é um bairro subdividido... E hoje, se você disser que mora no Cajuru, você não arruma emprego.... De tão mal falado que é o bairro lá pra baixo. Todo o bairro é difícil de viver....” (T – residente há 44 anos)

“Isso aqui, no mapa, fica na Planta Cajuru. Mas também alguns dizem Vila Camargo, Vila Centenário. Quando adquiri o terreno aqui, dizia Planta Cajuru [referindo-se ao documento oficial de propriedade do terreno], mas pra mim sempre foi Capão da Imbuia.” (P – residente há 36 anos)

“Quando você fala Capão da Imbuia, as pessoas pensam no Terminal do Capão da Imbuia que é da região. Não pensam que o Capão da Imbuia é a Vila Nova [região onde reside], perto do Autódromo, perto de Pinhais, né? Porque aqui, você atravessou, você já tá em Pinhais. Agora se você diz que mora no Capão da Imbuia, ali perto de Pinhais?? [referindo-se ao estranhamento das pessoas em relação à dimensão oficial do bairro]”. (O – residente há 15 anos)

Para Souza (1989, p. 150-152), as imagens mentais subjetivas do bairro têm proximidades comuns ao conjunto de seus habitantes, ao ponto de possibilitarem uma comunicação. Essa identidade comunicada é a base do reconhecimento do lugar como bairro. Salienta que ao cidadão comum, não há preocupação com as delimitações afeitas aos planejadores urbanos. As dimensões percebidas são, antes de tudo, um produto das vivências no espaço, ou seja, da prática sócio-espacial. Assim, em função de valorações sociais ou afetivas, pode ocorrer o que o autor denomina de hipertrofia de referenciais do lugar vivido e experienciado como bairro.

No condizente ao desenvolvimento da cidade, é também somente nesse período que se inicia efetivamente a implementação do Plano Diretor de Urbanismo implantado em

1966. Como principal foco desse impulso, Oliveira (2001, p. 59) menciona a preocupação das elites dirigentes curitibanas com a inserção da cidade no bojo do desenvolvimento industrial, ao mesmo tempo, considerando-o um plano orientador do crescimento da malha urbana. Para dar suporte a esta decisão, medidas de infra-estrutura (saneamento, energia elétrica, telecomunicações, malha viária), desapropriação de áreas, concessões de financiamento e incentivos fiscais foram atribuições partilhadas entre a prefeitura municipal e o governo estadual.

A estratégia de inserção industrial privilegiada no plano em termos de uma espacialidade própria, tratou-se portanto de uma estratégia de classe, onde houve reunião de esforços de várias naturezas na concretização de um projeto não somente da elite social da cidade, mas do Estado como um todo.

Dentre as propostas relativas à estrutura física da cidade (IPPUC,2005), várias decisões de planejamento interferem na dinâmica da vida do bairro, gerando profundas transformações materiais no espaço.

Nesse sentido, podem ser elencadas:

- a Lei 5.234/75 que definiu o uso do solo a partir da criação de zonas residenciais com diferentes adensamentos, zonas de serviços, industriais, agrícolas, além dos setores estruturais, áreas verdes, áreas de parques.

- o desenho de grandes eixos indutores do desenvolvimento, mediados pela priorização do transporte público ao longo das vias estruturais, a partir do Sistema Trinário⁶³. Tal estratégia resultou na construção do terminal de transporte rodoviário coletivo do Capão da Imbuia e, posteriormente, das avenidas Affonso Camargo e Maurício Fruet, completadas somente na década de 1990, como suportes materiais à conclusão do sistema trinário local.

Para CARLOS (*op. cit.*, p. 11-12), estes são signos de uma nova relação entre Estado e espaço, que é construída na metrópole. Constitui-se nela, o “espaço do exercício do poder”, que por sua vez, é gerador de interdições diversas. Viabiliza-se, mediante a gestão urbana legitimada pelo Estado, o privilégio ou a periferação de áreas da cidade; a abertura de grandes avenidas imprimindo o impedimento dos usos tradicionais e a

⁶³ Estruturado a partir de uma via central exclusiva para o transporte coletivo e duas vias paralelas de sentidos opostos para a circulação de veículos (IPPUC, 2005)

determinação de novos usos do lugar; a fragmentação das relações sociais e, por fim, a influência determinante sobre a valorização ou desvalorização dos bairros da cidade.

I.3.6 Alguns aspectos da metropolização da cidade na vida do bairro

A partir dos anos de 1970, Curitiba experimenta um rápido processo de metropolização, reflexo do avanço das relações capitalistas de produção no campo e marcado pelo fenômeno da agro-industrialização, que traz como resultado, o êxodo rural em larga escala. Em consequência, a cidade passa a receber um largo contingente de migrantes, o que repercute na duplicação do seu número de habitantes no período entre 1970 e 1990 (IBGE, 2000) e na elevação da sua taxa de urbanização de 78,21% em 1950, para 100% ainda no início da década de 1980 (ULTRAMARI; MOURA, 1994).

O crescimento das metrópoles está diretamente relacionado à acelerada urbanização da sociedade, o que implica na intensificação dos fluxos de pessoas, bens e mercadorias e, conseqüente, na concentração de recursos econômicos e geração de um mercado de trabalho privilegiado. É sob este potencial de realização de consumo, que fluxos migratórios são atraídos para os centros urbanos mais dinâmicos, contribuindo assim para o delineamento do processo de metropolização (ALMEIDA, 2001, p. 390).

Quanto ao cenário regional, os anos de 1980 demarcam no Paraná, o momento de ultrapassagem do volume da produção industrial em relação à agrícola. Esse processo é convergente ao fenômeno da urbanização da sociedade paranaense, que se caracteriza pela diminuição da área rural dos municípios relacionada ao crescimento da malha urbana e pelo declínio da proporção de habitantes na zona rural. Assim, a efetiva metropolização de Curitiba ocorre, tendo como um elemento identificador o processo de conurbação, onde a taxa média de urbanização dos municípios pertencentes à sua região metropolitana, a essa época atinge 91,99% (OLIVEIRA, 2001, p. 10-13)

No caso de Curitiba, portanto, a cidade desempenha papel ativo, dando partida ao processo industrial à medida da concentração de capital que já detinha a partir da economia ervateira exportadora. A indústria instalada na cidade, é um dos conteúdos que, por sua vez, atrai a concentração urbana, ao mesmo tempo em que vai imprimindo um complexo processo de massificação e de deterioração do caráter urbano.

Nesse sentido, vale destacar que, em termos econômicos, a década de 1970, representou um crescimento médio da ordem de 8,8% ao ano no Brasil, segundo dados do IBGE. Entretanto, se o processo de industrialização e urbanização do país chegou aos anos de 1980 com uma complexa estrutura industrial e um mercado de trabalho urbano crescente, produziu também baixos salários, elevado grau de pobreza e expressiva concentração de renda⁶⁴ (MATTOSO, 1999, p. 10,21).

Lacunas de infra-estrutura, insuficiente oferta de serviços essenciais, custo do transporte e falência de acesso ao trabalho são portanto, problemas do cotidiano do modelo das periferias empobrecidas nas metrópoles. A ocupação irregular de áreas para habitação, a migração a partir do campo ou de cidades menores de economia menos dinâmica e os movimentos intra-urbanos em busca de terrenos de menor preço são processos adicionais presentes nestas áreas, dando forma concreta às acentuadas desigualdades sócio-espaciais (IPEA; IBGE; UNICAMP; IPARDES, *op. cit.*, p. 78).

Assim, os anos de 1970 passam a incorporar a preocupação com o papel social da administração municipal em Curitiba, num período crítico em termos da precariedade das condições de vida produzidas nas grandes cidades e que resultaram das ordenações do sistema econômico como um dos principais agentes de sua produção e transformação espacial. No âmbito das políticas públicas, na agência do Estado, as estratégias passam a ser direcionadas com foco prioritário aos setores da habitação, saúde e educação (IPPUC, 2005). Nestes termos, no contexto brasileiro, pode-se considerar que historicamente, da crise urbana encontra-se um impulso para a inserção da saúde como conteúdo de políticas públicas.

A favelização em áreas urbanas passa a inserir-se no contexto da configuração da área metropolitana de Curitiba (período entre 1970 e 1980), quando a cidade representa um núcleo concentrador a partir da evasão da população proveniente de outras regiões do estado (IPEA; IBGE; UNICAMP; IPARDES, 2000, p. 52).

⁶⁴ O autor cita a partir de GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, que em 1970, os 50% mais pobres dentre pessoas economicamente ativas do Brasil detinham 15% da renda, enquanto que os 10% mais ricos detinham 46,5% do total de rendimentos. Estes valores se distanciam ainda mais em 1990, correspondendo respectivamente a 11,9 e 48,7%.

Neste contexto, onde a população duplica⁶⁵, elevando Curitiba à categoria de cidade milionária⁶⁶, identificam-se dois processos marcadores das transformações sócio-espaciais no bairro: a política municipal de habitação e a migração de contingentes populacionais advindos principalmente do interior do estado. Estes, em sinergia a outras conjunturas, têm repercussões diversas em termos da ocupação e da dinâmica de vida do bairro a partir dos anos de 1980.

Na determinação desses processos tem-se que ao final da década de 1970, no âmbito da administração pública municipal em Curitiba, a questão da moradia é incorporada ao planejamento e desenvolvimento urbanos. Na vigência da Companhia de Habitação (COHAB-CT) tem início a inserção de conjuntos habitacionais nas regiões periféricas da cidade (IPPUC, 2005).

No processo de metropolização da cidade, o Bairro Capão da Imbuia sofre transformações expressivas em resposta às novas exigências sociais e econômicas resultantes do processo. As transformações espaciais provocadas por essa determinação normatizadora do espaço ficam bem evidenciadas no cotidiano local, como demarcações que imprimem rupturas tanto nas formas da paisagem como de sociabilidade do lugar:

“Ah, mudou depois que começou já assim tudo habitação, bastante casa, bastante escola, criança, né?” **(Z – residente há 45 anos)**

“Depois veio a COHAB, porque era só mato isso aqui...Então a COHAB foi lá e fez. Primeiro vieram as casas da Rede, depois a COHAB. Aqui e nas Oficinas daí a COHAB também começou a fazer. A região do Iracema foi feito bem depois.” **(T – residente há 44 anos)**

“Isso aqui mudou muito, foi com os conjuntos [conjuntos habitacionais] e essas favela que vieram atrás. Aqui era melhor...era tranquilo... precisava ver!...Esses que chegaram depois não são como os nossos [referindo-se aos migrantes recentes]” **(F – residente há 29 anos)**

“Começou a mudar, quer ver ...em 83. Quando a COHAB comprou aqui, aí começou a mudar. Porque quando eu vim morar prá cá era um banhado..” **(U – residente há 19 anos)**

“Bom, aí veio o traçado das ruas... é... veio da COHAB pelos conjuntos [habitacionais]. O primeiro conjunto que saiu foi o Araguaia, que é lá na Engenheiro [Rua Engº Alberto M. de Carvalho]. Aí veio muita gente, veio pessoas assim, de tudo que é nível. Acho que veio de Curitiba inteira, porque era pela COHAB, né? ...Depois de lá, eles construíram o Malibu.. Ali no Malibu, que era campo, eles jogavam bola ali, soltavam raia... e aí também veio todo o tipo, toda espécie de pessoas da nossa sociedade. Tudo, sabe? Tinha até ladrão de carro ali dentro. Mas também, como sempre, começa o progresso e as pessoas vão começar a sair. Hoje no Malibu, você entra no Malibu e ele é um dos melhores conjuntos. Você vê, tem de tudo ali.... O Araguaia, deixa eu ver, tem vinte e cinco anos. O Araguaia foi o

⁶⁵ Dados partir do Censo demográfico de 1960 (FIBGE) e do Anuário Estatístico do Brasil (1974), publicados em Santos (1993, p. 137)

⁶⁶ Expressão em uso nas discussões de SANTOS e SILVEIRA (2001, p. 206), no contexto brasileiro da metropolização.

primeiro. O Malibu tá com vinte e dois anos. Aí, terminaram o Malibu e começaram o Iracema. Então o Iracema você tem que ver; era um terror aquilo ali. Porque era um banhado; se você entrasse ali você morria... Daqui, dessa quadra da Paulo Kissula pra baixo, aonde que tá o nosso Posto Iracema, não tinha condições. Ninguém entrava ali! Porque era mais que um banhado, era que nem um rio! Por causa do conjunto que fizeram, puseram o nome de Iracema, que era o Conjunto Iracema. Hoje em dia têm muita referência os Conjuntos. Nós que moramos aqui embaixo, quando eu dou referência numa compra ou quando eu mando buscar uma pizza, eu digo: ‘Ó, é perto do Conjunto Malibu’, ou ‘é perto do Conjunto Iracema’.” (E – morador há 34 anos)

“Vila Nova é o nome da vila daqui de cima aqui. Vila Nova, porque quando a COHAB construiu aqui esses conjuntos habitacionais, deram o nome de uma ‘vila nova’, uma vila nova pra essa região aqui desse conjunto habitacional. Esses conjuntos da COHAB vem dali da Rua Pastor Manoel Virgínio pra baixo [sentido oeste-leste do bairro] e esse nome Vila Nova é o nome que se deu e ficou até hoje como Vila Nova, mas não tem nenhuma vila no lugar que é conhecido, identificado como Vila Nova. (...) Cada conjunto, cada quadra tem um nome: é Conjunto Malibu, é Conjunto Araguaia, Iracema (...). Já tem uns dezoito a vinte anos que já foi concluída a construção desses conjuntos, que eu acredito que foram construídos tudo numa época só, numa sequência... Pelo que a gente vê a construção foi iniciada uma área todinha, numa época em que o governo investia muito na habitação. Existia o Banco Nacional da Habitação, que era o BNH, que trabalhava com o dinheiro do fundo de garantia e esse dinheiro era utilizado na construção de moradias, de conjuntos habitacionais. Essas áreas desses conjuntos eram áreas particulares que a COHAB, que na época que existia o BNH é que financiava as habitações populares.. Na época, todas as grandes cidades que estavam se desenvolvendo, crescendo muito, atraindo muito população de imigrantes para as capitais.. então existia um déficit, como ainda existe, porque não pára de crescer, né?” (L – residente há 18 anos)

Mediante esta norma e as exigências que se acercam de sua materialidade inovadora no lugar, há o impacto da compactação espacial, bem como do adensamento populacional, imprimindo um novo ritmo ao modo de vida no bairro:

“Ó, teve pessoas até do centro da cidade que veio morar pra cá. Foi o seguinte: porque na cidade eles pagavam aluguel e essas pessoas que vieram, foram pessoas que fizeram sua inscrição na COHAB e foi sorteado e vieram pra cá. Então veio pessoas de todos os lugares de Curitiba. Do interior do Estado não, foi mais a população de Curitiba, porque aquele problema da COHAB foi uma coisa que era pra baixa renda, né? Então tinha muitas pessoas que tavam pagando aluguel. Mas no começo foi e foi pessoas de Curitiba inteiro (...). Antes da Unidade [de saúde] começaram a construir o Conjunto Iracema, depois que começou ... o pessoal já tava morando.. daí o que é que veio: veio a escola, aí veio o posto de saúde, a creche. Porque geralmente quando vem feito pela COHAB, né, o que é que eles implantam: eles implantam geralmente a escola, o posto de saúde e a creche... Por isso que eles são tudo na mesma quadra, centralizado lá embaixo. E você pode ver que a quadra é no fim do conjunto, né? É no fim do conjunto. Onde sobrou terreno que foi doado, foi lá... é da COHAB, né?” (E – residente há 34 anos)

“Esses conjuntos acelera o desenvolvimento, porque vem novos moradores, vem o comércio, vai crescendo o comércio em volta também e vai desenvolvendo toda a região. Todo o lugar onde se faz um conjunto habitacional, pode estar certo que o progresso cresce muito, porque o governo faz muito investimento, não é só na moradia. Faz investimento na área de saúde, de educação, saneamento básico então esses benefícios favorecem muito, atraem muito o comércio e beneficia muito a região, favorece muito o seu crescimento. Então o Capão da Imbuia, o que ele desenvolveu em 20 anos após a construção desses conjuntos habitacionais, se fosse, se não existisse esse conjunto habitacional isso daqui

seria uma área ainda meia... uma área bastante ainda desocupada ou de pouco desenvolvimento. Então o conjunto habitacional já é um grande investimento numa área ou região que começa a valorizar e atrair mais outros investidores na área do comércio, gera emprego, vem linhas de ônibus pra atender a necessidades dos moradores e aí começa a vim todo o progresso, começa a rodear e a região desenvolve, como o Capão da Imbuia em 20 anos passou de uma área quase que rural... era um campo isso daqui, um banhado, pra totalmente urbanizado, com todo o benefício, com toda a infra-estrutura disponível para o bairro, né?” (L – residente há 18 anos)

“A questão do atrativo pro comércio aqui é mais os conjuntos [conjuntos habitacionais do bairro]. Nos conjuntos tem muita gente, daí, pro comércio é bom...” (J – residente há 12 anos)

Ainda neste contexto, o impacto dos processos de rarefação rural⁶⁷ e a conseqüente explosão da cidade originários da década de 1970, imprime uma nova dinâmica no bairro, que passa receber migrantes rurais, majoritariamente provenientes de diferentes mesorregiões do Norte do estado. Nas formas diversas assumidas por esse movimento populacional, o Capão da Imbuia figura diretamente como o novo lugar, no espaço urbano, eleito para morar e viver, ou como *locus* alternativo da fixação de moradia, frente à experiência vivenciada em diferentes realidades na cidade.

“O meu pai trabalhava na roça, né? E a minha mãe trabalhava de doméstica...lá no Norte do Paraná. Então a gente veio procurar melhorar as condições de vida, né?... Ah... aí foi assim, né, porque a minha mãe e o meu pai se separaram, né...daí a minha mãe se mudou pro Boqueirão, daí o meu irmão, já tava morando aqui e ela veio pra cá [atual domicílio no Capão da Imbuia].” (V – residente há 6 anos)

“Eu sou natural do estado de São Paulo. Quando eu vim pro Paraná, eu vim morar aqui no bairro Capão da Imbuia. O meu primeiro passo, as minhas pisadas aqui dentro de Curitiba foram dentro do Bairro Capão da Imbuia....Eu vim pra cá no Capão da Imbuia logo depois dessa construção desses conjuntos habitacionais. Estou aqui já há quase 20 anos e peguei já, vim pra cá já com o início desse desenvolvimento do bairro, né? O bairro já estava tendo um bom desenvolvimento e crescimento e a região crescendo pra todos os lados, né? As áreas mais ... as mais difíceis de ser assim conquistadas ou de menos interesse da população são aquelas áreas em situação de risco, ou menos favorecidas, que nem nós estamos aqui, foram a última área que foi ocupada. Aqui a área da Planta Nossa Senhora Aparecida, faz mais ou menos uns 20 anos que ela começou a desenvolver.” (L – residente há 18 anos)

“Agora em junho, julho, vai fazer quinze anos que nós estamos aqui. Nós viemos aqui do Norte do Paraná. Nós somos paulistas e viemos pro Paraná... Já fiz várias mudanças, daí a gente comprou o terreno aqui... compramos o terreno aqui e começamos de um barracinho, né? E foi feito pra um filho meu, daí a gente resolvemos construir, daí começamos a nossa [casa] e a dele. Daí nem terminava a nossa e nem a dele, porque duas casas era difícil, né? Daí compramos um terreno ali em baixo [leste], onde ele comprou e construiu e nós construímos aqui. Daí mais uns quatro ou cinco anos começamos a de cima [andar superior da casa] e tá tudo aqui...” (D – residente há 15 anos)

“No nosso bairro, aqui por tudo, né, a maioria, é quase tudo do Norte do Paraná. Aqui na Alfredo Sampaio também a maioria é do Norte do Paraná. Por causa daquilo que a gente

⁶⁷ Conforme expressão de Santos e Silveira (2001, p. 206), sobre os processos associados à metropolização.

tava comentando também, da influência dos primeiros moradores. Por exemplo, trouxe o [amigo da mesma cidade] pra cá e ele trouxe pai, irmão, tio, da esposa, né? Eles vem vindo e quase todos hoje moram um perto do outro. É normal. Tem a [vizinha] do lado que veio e trouxe a família dela, a outra também veio com a família...” (A – residente há 12 anos)

A expropriação do campo movimenta a vinda das gentes que querem a “vida melhor” e esperam na cidade, esse “projeto possível”. Da vida familiar próxima, nos “sítios”, vem o desejo de reproduzir a proximidade familiar, os laços de identidade no novo lugar. Uma verdadeira corrente que vai esvaziando o campo da humanidade rural e preenchendo a cidade de vida e necessidades a mais.

Entretanto, as cidades, especialmente aquelas de porte e lógica relacional metropolitana, na sua concentração de capital, diversidade e aumento do volume da divisão do trabalho (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 203-209), são também pólos atrativos para os que sofrem outras modalidades de expropriação econômica e sua conseqüente negação de direitos no plano do humano. Estes, na exigência prática da sobrevivência, também ensinam, num lugar da cidade, a realização da “mudança de vida”. As motivações desse “desejo de cidade” são manifestações nas histórias de vida dos habitantes que chegam ao bairro numa temporalidade mais recente:

“Eu vim pra Curitiba porque eu me candidatei lá do interior a um emprego e consegui a vaga aqui, então eu vim trabalhar aqui próximo do Capão da Imbuia. Na verdade a firma que eu trabalhava estava instalada em Pinhais, que naquele tempo era Piraquara, né? É aqui próximo da divisa aqui. E aí eu consegui uma casa aqui no Capão da Imbuia e vim morar aqui, porque era um bairro melhor e mais próximo da firma que eu trabalhava. E acabei me fixando aqui em definitivo. Pra mim era no sentido desse melhor, porque era mais próximo do meu trabalho. Um bairro dentro de Curitiba e próximo da firma, da empresa. Daí, consegui comprar esse terreno aqui, comecei a construção, fui construindo de vagarinho e até hoje estamos aqui!” (L – residente há 18 anos)

“O que fez a gente se mudar de Umuarama foi a mudança de plano do governo, do Governo Collor, né? Porque a gente mexia com outro tipo de comércio lá no interior. A gente mexia com cereais, mexia com feijão. Daí a gente resolveu mudar de lá prá cá prá mexer com o ramo de mercearia. Porque na realidade a gente montou uma mercearia quando veio de lá prá cá.... e aí foi crescendo, crescendo e virou um mercadinho de bairro.. O Plano do Collor, é que tirou o dinheiro de circulação, né? E o povo do interior ficou... [com expressão de "desamparo"]É que ele bloqueou a poupança, ficou cada um com cinquenta reais no bolso, cidade pequena e a gente tinha dois filhos e a intenção nossa era formar eles [no sentido de escolaridade], né? E aí foi... vamo escolher Curitiba. E viemos, olhamos, analisamos... Veio eu e a [esposa], aí a gente gostou do lugar e eu falei vamo prá lá, tem bastante gente. E lugar que tem bastante gente, o comércio é bom, né? E nisso viemos montar a mercearia. Mas a gente ficou porque aqui fica pertinho do centro. E tinha escola perto também, que podia o menino estudar, tudo isso...” (J – residente há 12 anos)

“Vim do Norte do Paraná. Eu nasci em Jandaia do Sul, fica perto de Londrina, né? Minha família toda é do Norte do Paraná. A gente veio procurar melhorar as condições, né?...

Meu pai veio primeiro prá Curitiba, arrumou um serviço aqui, ficou quase um ano trabalhando aqui, né... e nós lá, em Jandaia. Daí depois ele arrumou uma casa e trouxe nós pra cá. O meu pai trabalhava na roça, né? E a minha mãe trabalhava de doméstica... Ele trabalhava pra outras pessoas lá, a terra não era dele. Chegamos aqui... Ah... faz muitos anos, deixa eu ver... eu tinha 6 ou 7 anos. As pessoas hoje aqui são do Norte do Paraná, São Paulo, Minas Gerais... de tudo quanto é lugar tem gente.... A maioria do pessoal é tudo de fora ...até fora do Estado. Tem mais gente do Norte do Paraná... A maioria vem de Londrina, Apucarana... Vêm pra melhorar a situação de vida... A maioria das pessoas que tem na minha área é tudo de cidadezinhas do Norte do Paraná.” **(V – residente há 6 anos)**

No contexto histórico do bairro, ressalta-se que esse processo caracteriza uma terceira fase de ocupação do território, iniciada no final dos anos de 1980, mas dada predominantemente nos 90 e, tendo como localização, a área que corresponde ao extremo leste do bairro, próximo à divisa com o atual município de Pinhais e, tendo como limite, as margens do Rio Atuba. Esse lugar, ocupado, a partir de um loteamento estabelecido em área de propriedade adquirida mediante sistema de usucapião, é reconhecido pelos moradores como Planta Nossa Senhora Aparecida.

“Aqui a área da Planta Nossa Senhora Aparecida, faz mais ou menos uns vinte anos que ela começou a desenvolver, porque existia já moradores aqui, mas eram dois ou três só. A área era de muito difícil acesso, era um banhado muito próximo do rio, qualquer chuva mais forte alagava toda a área então ninguém tinha interesse de entrar aqui, porque era uma área de uma situação muito precária de vida aqui dentro. Mas, de repente começou a faltar espaço no bairro e os moradores não tinham mais pra onde ir buscar, procurar um local, adquirir um imóvel ou um terreno aí tiveram que... começaram o loteamento dessa área da Planta Nossa Senhora Aparecida. Ela era ocupada desde 1965, quando veio o primeiro morador aqui dentro dessa área. Ninguém se dispunha a viver aqui, porque era uma área que vivia alagada. E veio um senhor, Sr. Manoel que se instalou aqui. Ele começou a criar umas cabeças de animas aí... uns gados, umas galinhas e umas ‘plantaçãozinha’ de milho... e ele vivia disso. De 65 até mais ou menos 1980 ele morou sozinho aí... Aí começou a vir conhecidos dele, que foram aproximando aqui e começaram então formar a vila, a Planta Nossa Senhora Aparecida que na época não tinha nome e começou então a haver a divisão da área, né? Até que começou a haver muita procura e ele começou a lotear e começou a vender os lotes... Vendia ‘a troco de’, como diz, né? Coisa muito barata! Na verdade ele vendia mesmo muito barato os lotes porque ninguém se interessava, então pra ele, qualquer dinheiro era negócio. E aí começou então o loteamento da área, começou a divisão da área da gleba, né? E então começou a vender um lote aqui num canto, outro lote lá no outro canto, na entrada da vila, até que de repente, em poucos anos ele loteou toda a área aqui e vendeu toda a área. No início, ele começou a dividir, separar uma área, um lote assim nos cantos, mais pras ‘beiradas’, vamos dizer assim., né?. Aí ele traçou então as ruas, mais ou menos dimensionou as quadras, demarcou e completou a divisão da área dos lotes e das quadras e começou então a fazer o loteamento. Ele sozinho.... Ele na verdade não tinha oficializado. E ele achava que ele que tinha o direito, que a terra era dele, porque ele já tinha 20 anos já morando, era morador da área. Então, quando ele vendia um lote, ele ia no cartório, fazia um documento, um contrato de compra e venda. Era um contrato... né, sem garantia nenhuma porque ele não tinha documento nenhum de posse de direito da terra... Então, para que pudéssemos entrar com um processo de usucapião pra nós, moradores já da área termos esse direito, então nós precisamos de fundar a Associação” **(L – morador há 18 anos)**

“Aí aqui era um plantio de milho e abóbora, de um senhor que morava ali na beira do rio. O Seu Manoel, né? Daí nós veio aqui. Aí chegou aqui e ele mostrava mas eu não entendia, porque tinha no papel, mas não tinha nada. Ele falava: Ah, essa rua vai fazer frente pra lá, essa rua vai fazer frente pra cá... Mas como toda vida eu morei no centro, eu não entendia! Pra mim tinha que ter rua, tinha que ter, né? No papel ele mostrava, mas eu não entendia. Aí eu não queria, eu não queria! Daí a coisa foi apurando, aí nós já tava com medo do aluguel atrasado. Daí o pai [marido] veio aqui e só tinha esse bico [canto de terrenos que havia sobrado do loteamento], porque eles lotearam daqui, lotearam de lá e ficou só esse bico aqui. Daí ele falou assim: Ah, então eu faço pra vocês. Vou fazer bem mais em conta. Então o Seu Manoel foi uma pessoa assim, que ...ninguém comprou enganado, sabe? Ele era uma pessoa que quando ele ia vender o terreno, ele explicava a situação: era usucapião, era assim, assim.. E até hoje eu ainda rezo pra alma desse véio porque menina do céu, foi uma bênção... Aqui a gente era feito tudo em promissórias. Que até ele faleceu e ele não viu isso aí, né? E até a família dele tá no mesmo problema que a gente, né?E pra ter uma idéia, hoje a família dele herdou, de tudo o que ele tinha aqui, só um lote, né? Só tem isso. É quase que a família mais pobre aqui. (...)Essa terra aqui ninguém sabe. Ela tá em demanda [processo judiciário].... Mas já o registro de imóveis, nós já tem, já registramos tudo no Registro de Imóveis.” **(D –residente há 15 anos)**

“O que acontece com essa terra é assim: o Seu Manoel, ele tinha requisição de usucapião.. Mas aí, ele tinha como área rural e ainda é. Se for na prefeitura hoje isso aqui é uma área rural, tá? Então, pra prefeitura isso aqui consta como área rural. Bom, aí depois, o Seu Manoel vendeu pra todo mundo, explicou a situação, então cada um apostou no seu futuro, né? E depois disso veio, né, foi a entrada... aí criaram a associação [Associação de Moradores], daí contrataram advogado tudo, que requereu junto ao Ministério Público, ao órgão competente e o juiz deu a... como que é ...o registro de posse. Já tem o registro como posse, não é como área legal. É direito de posse. Mas a demanda judicial aqui ainda, não sei como tá a situação, mas já existe a liberação. Isso aqui é uma demanda com os Reginatto. Já são os netos e bisnetos que estão brigando pelas terras de volta. As ruas pertencem ao Reginatto porque não tem nada em cima construído. O traçado das ruas foi o Seu Manoel que fez, sem aprovação da prefeitura. (...)Mas me parece que já tem alguma coisa que saiu nesses dias [andamento da causa]. Tem ruas sem CEP porque a rua não é oficial. Porque o princípio de legalização de qualquer área de moradia é água e luz. Tendo água e luz o resto vem conforme a necessidade. Nós pagamos iluminação pública, conta de água...” **(A – morador há 12 anos)**

“Meu irmão comprou do Seu Manoel. Ahã... daí a gente não tem os documentos, né? Nós não temos os documentos do terreno ainda, porque tá na justiça, né. Eles dizem que o terreno não é do Seu Manoel... que ele vendeu mas não é dele.. Porque os Reginatto, são eles que se dizem os donos, né? Mas agora parece que deu um ganho pra nós, né por causa do tudo que mora aqui, do tempo, né...” **(V – morador há 6 anos)**

Nas **FOTOGRAFIAS 7 e 8**, são apresentadas imagens do início da ocupação da área e do momento atual.



FONTE: Acervo familiar, **D** – residente há 15 anos.

FOTOGRAFIA 7 – Planta
Nossa Senhora Aparecida –
Construções iniciais, 1991.



FOTOGRAFIA 8 – Planta
Nossa Senhora Aparecida –
Paisagem atual, 2004.

FONTE: M.T.G.O.RIBAS, 2004

A ocupação dessa área “onde ninguém se dispunha a viver” remete à questão do conteúdo conflituoso inerente ao processo pretendido de desenvolvimento da cidade, à medida que este se dá a partir de estratégias de urbanização implementadas e conduzidas por classes dirigentes específicas e pelo interesse do Estado. Conforme vão-se reproduzindo e complexificando as relações sociais, muito direcionadas pelos contextos econômicos como consolidadores das diferenças sociais, vão também sendo produzidas materialidades espaciais que se configuram em elementos de expropriação do direito de habitar o lugar, a partir da lógica do econômico, na perspectiva do capital.

Também nesse sentido, conforme aponta Carlos (2004, p. 14), o espaço de uso se converte em troca, à medida que o capital financeiro tem sua realização nas metrópoles, no setor imobiliário. Ou seja, o espaço como mercadoria, assume a forma de “produto imobiliário” e, nesse contexto, revela-se o papel do Estado, mediante o estabelecimento de política públicas, como agente criador de infra-estrutura espacial que viabiliza esta condição de realização do capital financeiro.

Assim, as intervenções urbanísticas justificadas em nome da “modernização” atuam no controle da ocupação do espaço das cidades e têm como produto a valorização do solo que funciona como estratégia de elitização do espaço, com base na exclusão. Tal situação é evidenciada no bairro, e, mais do que isso, vai deixando socialmente marcadas as representações de pertença ou não a um lugar na cidade, conforme os depoimentos a seguir:

“E aqui era assim, sabe, precário mesmo, banhado, valeta, tudo a céu aberto. E a rua de trás, eu olhava assim e ficava horrorizada, porque era tudo assim, essas meia-aguinha e eu dizia assim: ‘Meu Deus do céu!’ Aí um dia, pra um candidato a vereador eu disse assim: ‘Escute, mas não vai melhorar alguma coisa?’ E ele disse assim pra mim: ‘Tenha paciência, o progresso quando começar a chegar, essas pessoas de baixa renda, elas vão vender tudo’. E de fato. Hoje se você passar onde eu moro aqui... Gente! Você vê casas maravilhosas, que a minha ‘fica lá embaixo’ Mas foi o preço isso!(...) Aí começou a vir o esgoto, eles começaram a fazer o esgoto... Aí essas pessoas [de baixa renda] tavam vendo que tinham de pagar o imposto sobre o esgoto e não tinham possibilidade. Então eles começaram a vender. Acabou encarecendo.. E depois que começou a vir o anti-pó, então, foi pior, que daí muita gente saiu mesmo, porque não tinha condições de pagar, né?” **(E –residente há 34 anos)**

“Então, quem vem aqui, são pessoas que ...que quem tá aqui hoje, acaba amanhã saindo e indo... porque a gente, vamos dizer assim, o pobre, tá inserido na classe pobre né? O pobre quando ele inicia a vida dele ele vai... tem aquelas pessoas de poder aquisitivo muito maior que o nosso, não é verdade? O Jardim Social, há trinta anos atrás, o que é que ele era? Ele não era, não tinha o que tem o Capão da Imbuia hoje, há trinta anos atrás. Agora vai ver se eu consigo ir lá no Jardim Social e ‘botar o olho’ em algum terreno lá [risos]... Não tem!

Não, lá já não é mais lugar pra mim... Jamais! O Capão da Imbuia, eu to aqui hoje porque eu comecei isso aqui quando era... comecei do nada aqui., né? E graças a Deus consegui, não só eu como muitos aqui que lutaram e investimos. Eu investi tudo o que eu tinha, consegui na vida tá tudo aqui! Foi aqui! Sessenta anos de vida tá tudo aqui! Então foi tudo... a minha vida toda, de trabalho de vida vivida, tudo o que eu consegui fazer na vida tá tudo aqui!” (L – residente há 18 anos)

Nesse modelo de urbanização, a expropriação é um produto e sua realização funciona como uma alavanca que literalmente empurra os sujeitos para a periferia e os comprime nas bordas dos limites da cidade nucleadora da aglomeração urbana ou os expulsa para os municípios de menor porte que se conurbam na conformação do espaço metropolitano. Como reforço a essa constatação, na caracterização das redes urbanas da região Sul, consta que Curitiba possui dez municípios em seu entorno, constituindo uma mancha de ocupação contígua, que, por sua vez é definida a partir de um “típico processo de periferização”, onde a ocupação da cidade-pólo extravasa sobre as áreas vizinhas. Esse fenômeno se dá com duas características fundamentais: “a alta densidade” e “elevado grau de urbanização” (IPEA, IBGE, UNICAMP, IPARDES, *op. cit.*, p. 69).

No bairro, o impacto desse processo se configura nos fragmentos de histórias de vida dos habitantes mais recentes do lugar, nas motivações que os levaram à ocupação da Planta Nossa Senhora Aparecida:

“Se você contar que pagava, vamos supor a nível de hoje quinhentos reais de aluguel no centro, mais condomínio, mais uma coisa ou outra, pra vim morar de graça, pagando só a prestação do material de construção, isso valia à pena! Nós pagava duzentos, eu não sei o que era [referindo-se à moeda vigente na época], era cruzeiro, ou mil eu não lembro na época...Era duzentos mil alguma coisa. Cruzado, sei lá...Era como se fosse duzentos reais, né? Então, nós pagava ali e de repente esse terreno aqui, foi assim, nós compramos porque ele não era corrigido. Todos nós que compramos aqui o homem [usucapiente] vendeu assim. Mas o primeiro que você pagava, você ia até o último, vinte e quatro, trinta prestação sem juro. Quando nós pagamos a última prestação nossa aqui não dava pra comprar uma cerveja, sabe? (A – residente há 12 anos)

“Então foi assim ‘uns par de tempo’. Daí nós resolvemos, o aluguel [no centro da cidade] foi aumentando. Daí naquela época nós tinha telefone e telefone, naquela época valia dinheiro [custo da linha telefônica], né? Daí o pai falou: Nós vamos ter que construir, porque não dá mais! E eu falei: Nossa! Devendo aluguel e construir... Isso era 1986, 87 que começou a haver esse negócio aqui [loteamento]. E a gente morava bem! Morava na Sete de Setembro! Então daí nós fomos construir aqui [atual moradia na Planta Nossa Senhora Aparecida]. Quando o [vizinho] pagou a prestação dele, diz que era um pãozinho d’água [desvalorização monetária ocorrida na conjuntura da época]. Até o Seu Manoel [usucapiente] não quis receber, porque tinha várias ainda e disse: Ah... Deixa isso pra lá!” (D – residente há 15 anos)

“Eu morava um pouco mais pra cima [região centro-oeste do bairro], né? Morei lá até conseguir comprar um terreno aqui em baixo [região leste] porque eu pagava aluguel, não tinha propriedade e pagava aluguel e fui fazendo uma poupança e aqui era o lugar mais

acessível que eu conseguia comprar um terreno na época, né? Aí comprei um lote aqui que estava... tinha alguns lotes ainda disponível naquela época. Tinha ainda poucos lotes que pudesse escolher e esse daqui foi que eu acabei comprando... esse lote aqui. E depois, de vagarinho eu fui começando a construção. Então eu morei no Capão da Imbuia, mas um pouco mais pra cima, pagava aluguel e tinha família, precisava de construir uma casa, ter uma casa própria pra sair do aluguel e me sujeitei a comprar um terreno aqui na área de um banhado, né? ” (L –residente há 18 anos)

Como expressão da expansão urbana, o processo de metropolização se conforma pelo fenômeno da conurbação, dado em associação ao incremento da taxa de urbanização dos municípios vizinhos, favorecendo a fusão na malha urbana. Desse processo, tem-se que nos anos de 1990 a população da Região Metropolitana de Curitiba representou 26% do total do estado⁶⁸. (IPEA;IBGE;UNICAMP;IPARDES, *op. cit.*, p. 65).

Dentro de sua dinâmica específica de crescimento, segundo recente caracterização da rede urbana brasileira, Curitiba se insere no grupo de cidades classificadas como metrópole nacional, por seu padrão funcional e abrangência da polarização. Sua região de influência abrange todos os municípios do Paraná e grande parte dos de Santa Catarina (*Idem*, p. 64-68).

Entretanto, cabe ressaltar que nos anos de 1990, Curitiba experimentou uma taxa de crescimento populacional de 2,29%, que representou um patamar bastante inferior ao apresentado na década anterior (IPPUC, 2005). Para Santos e Silveira (*op. cit.*, p. 207-210), esse fenômeno se relaciona a uma tendência populacional involutiva nas metrópoles, caracterizada como “desmetropolização”, dada simultaneamente ao processo metropolizador. Essa tendência se realiza mediante o expressivo crescimento das cidades com mais de 100 mil habitantes que praticamente duplica nesse período e, tem relação com a instalação crescente da indústria que atinge já as cidades médias brasileiras.

Em 1996, a população curitibana já representava mais de 15% do total do Estado (IPEA;IBGE;UNICAMP;IPARDES, *op. cit.*, p. 64) e, atualmente, o município abriga um contingente superior a um milhão e meio de habitantes (IPARDES, 2002, p.10).

⁶⁸ A partir do exame de qualificação de LIMA, C.de A. **Ocupação urbana em áreas de mananciais e desafios em planejamento urbano**, Curitiba 2000 (Doutorado de Meio Ambiente e desenvolvimento), citado por OLIVEIRA (2001)

Apesar da intensa participação da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) na renda estadual, a renda média familiar per capita do curitibano situa-se na faixa de 2,5 salários mínimos⁶⁹.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁷⁰ tem evoluído de modo crescente, num nível classificado como "alto padrão". Em contrapartida, a insuficiência de renda⁷¹ tem taxas crescentes (IPARDES, 2000) desde a década de 1970, imprimindo concretamente a desigualdade social, a partir de indicadores que, em 1997, apontam uma razão de renda⁷² na RMC igual a 21,1. A taxa de desemprego foi de 9% e o trabalho infantil ocupou 9,3% das crianças entre 10 e 14 anos de idade (BRASIL, 1998).

O município, embora com grande concentração de atividades no setor industrial, tem um peso duplicado de concentração na atividade terciária, gerando empregos principalmente no setor bancário e em serviços técnico-profissionais, tendo portanto o fator escolaridade como critério de acesso ao mercado de trabalho (IPEA, IBGE, UNICAMP, IPARDES, *op. cit.*, p. 126)

Tal crescimento econômico experimentado se dá a custa do crescimento das desigualdades sócio-espaciais que, como demonstrado no histórico do bairro, empurram os sujeitos a viver nos limites da cidade, sequer reconhecidos como espaços do planejamento urbano. Contraditoriamente a esse processo, é também na década de noventa que Curitiba consolida sua imagem como “Capital Ecológica” e pólo difusor mundial de boas práticas ambientais. No bojo desta estratégia, passa a ser definido o marco espacial de identificação do bairro, o Bosque do Capão da Imbuia, reconhecido oficialmente pela administração pública dentre a criação de seis novos parques municipais e incluído no somatório de áreas verdes públicas da cidade (IPPUC, 2005).

Dentre as inúmeras estratégias do planejamento urbano, focado no desenvolvimento local, destacam-se a integração metropolitana do transporte público e a implantação do sistema biarticulado como ação para “redução do consumo de energia”; a ampliação da rede de saúde e de educação orientada para o “acesso aos serviços públicos pelos cidadãos” e a criação do Fundo Municipal de Habitação (FMH), como fonte de financiamento à

⁶⁹ Referência ao salário mínimo vigente em 1991

⁷⁰ Considera condições de longevidade, educação e renda

⁷¹ Renda familiar per capita menor que 0,5 salário mínimo

⁷² Número de vezes que a renda agregada dos 20% mais ricos supera a dos 20% mais pobres

“implantação de loteamentos populares, regularizações fundiárias e construção de moradias destinadas à população de baixa renda”. Este último, configura-se na gestão 2001-2004 mediante o Programa Nossa Vila, como estratégia assumida com a finalidade de “urbanização e prevenção de novas invasões nas áreas de intervenção do projeto” (*Ib idem*)

Apesar das “invasões” terem reconhecimento no discurso oficial dos agentes do planejamento urbano, a regularização de ocupações territoriais ainda permanece como um dos principais problemas que impactam sobre o morar e o viver no bairro Capão da Imbuia.

Quanto à questão alimentar, esta temporalidade demarca a sua inserção no contexto da economia globalizada, onde a alimentação permanece como “moeda de troca”. Ou seja, a produção de alimentos no nível nacional e regional secundariza a questão do acesso alimentar da população e funciona orientada por uma estratégia negociadora - via balanços de exportação e importação dos produtos agropecuários - da ascensão ou da visibilidade do país numa conjuntura da configuração de uma divisão internacional do trabalho que caracteriza como periféricos os países com perfil primário-exportador em relação aos do capitalismo central.

Neste processo de globalização, Diez Garcia (2003) também salienta o significativo crescimento das importações de alimentos industrializados a partir da abertura dos mercados. Na primeira metade da década de 1990, a importação de produtos alimentares teve um incremento de 409%, sendo os maiores aumentos observados entre preparações alimentícias diversas, seguido do leite e derivados, ambos com taxas de crescimento superiores a 900%⁷³. Além do crescimento do consumo de alimentos processados industrialmente, a autora menciona ao final da década de 1990 a tendência expressiva da comercialização de gêneros alimentícios a partir de grandes redes de supermercados. Dentre essa categoria de estabelecimentos comerciais, os hipermercados eram responsáveis por 27,8% da comercialização em 1998, com perspectivas de aumento de quase dez pontos percentuais nos primeiros anos do século XXI⁷⁴.

No Paraná, como resultante do crescimento e diversificação das classes e gêneros da indústria, tem-se um aumento contínuo que sextuplica o volume de estabelecimentos industriais dedicados aos produtos alimentares entre as décadas de 1940 e 1980, que chega

⁷³ A autora se utiliza de dados do Anuário Estatístico do Brasil (IBGE, 1996).

⁷⁴ De acordo com dados publicados na Folha de São Paulo, 1998. Negócios, 13 de abril de 1998.

neste período, a ocupar 33,87% da participação industrial do Estado⁷⁵ (OLIVEIRA, 2001, p. 31).

No panorama do sistema agroalimentar regional nesta temporalidade, as culturas do café e do soja, bem como a atividade pecuária, inauguram uma nova base produtiva pautada na agroindústria. Assentadas numa estrutura de concentração fundiária aniquilam o acesso democrático à terra, desagregando a sustentação da economia com base na produção familiar e pondo em segundo plano as culturas nativas e de gêneros básicos, como o feijão, milho e mandioca

Assim, no bojo do projeto de desenvolvimento e modernidade regional, como que num ciclo vicioso, estes fenômenos resgatam a dependência às importações de alimentos, em escala nacional, reeditando o processo de participação econômica periférica do país, no cenário do mundo globalizado.

Quanto ao sistema agroalimentar local, a mesorregião metropolitana figura como a principal produtora de batata do estado, a partir de municípios do entorno de Curitiba com predominância da ocupação no setor primário. Há também a formação de atividades no setor da olericultura em diversos municípios do entorno da cidade, numa área que se estende até o litoral, na região de Morretes (*Ib idem*).

Ainda no âmbito da questão alimentar, tendo reflexo direto sobre o estado nutricional da população, tem-se que o custo da cesta básica para um trabalhador curitibano a partir dos índices contemporâneos à realidade analisada, representou uma parcela equivalente a 66% do salário mínimo vigente, ou seja, a ração alimentar essencial mínima para um trabalhador teve um custo de R\$ 164,13 (cento e sessenta e quatro reais e treze centavos), e representou um gasto de 138 horas e 53 minutos de trabalho para a sua aquisição, 63% do total das 220 horas de jornada previstas por lei (CESTA BÁSICA DIEESE, 2004, p. 1-2).

No setor do abastecimento alimentar, mediante as demandas do acelerado crescimento populacional da cidade ocorridos na década de 1970 a administração municipal prevê a instalação de mercados fixos, nos moldes do mercado municipal, em alguns bairros da periferia urbana. Na ótica da reutilização das instalações remanescentes do processo industrial primordial da cidade, nasce no final dos anos de 1980 o Varejão do Capão da

⁷⁵ Conforme dados do IPARDES em **Séries retrospectivas do Paraná**: dados históricos da indústria (1940-1980). Curitiba, 1993, p. 29.

Imbuia, nas antigas instalações do engenho ervateiro (BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1992, p.10):

“A função da erva ali acabou acho que tem uns quinze ou vinte anos ou mais. Aí já faz uns cinco anos mais ou menos que começou o abastecimento [referindo-se ao Varejão do Capão da Imbuia].” **(Z – residente há 45 anos)**

“... E da indústria da erva ali, agora eles fizeram o Varejão, sabe? Que vinha diretamente do CEASA, a preços mais em conta... Aí que apareceu o primeiro Varejão nosso foi ali. Que daí todo mundo começou a comprar lá. Mas demorou...” **(E – residente há 34 anos)**

“Ali era um prédio que foi construído, era um prédio particular e a prefeitura alugou pra fazer um mercado pra fazer tipo um CEASA, mais próximo... era um mercado hortifrutigranjeiro ali. E a prefeitura fez esse Varejão do Capão da Imbuia e alugou o prédio e cedeu ou alugou o espaço para os agricultores próximos da região vir vender, comercializar seus produtos produzidos nas chácaras e comercializar aqui no Capão da Imbuia. Então isso funcionou muitos anos, até há uns quatro ou cinco anos atrás ainda funcionava normalmente, mas de lá pra cá, ao prefeitura não quis mais alugar o prédio que estava quase querendo desabar, estava em condições muito precárias e a prefeitura não renovou mais o contrato.” **(L – residente há 18 anos)**

A estratégia de abastecimento visou a criação de espaços para a comercialização de hortifrutigranjeiros a partir da aproximação entre produtores e consumidores, implementando a oferta de alimentos em bairros periféricos da cidade e priorizando o acesso de famílias com renda até três salários mínimos. Neste tipo de comercialização, a exigência de preços controlados servia como regulador dos preços praticados no mercado formal (*Idem*, p. 12). Entretanto, à medida da evolução do processo, nascem as fragilidades sociais e políticas de estratégias sem continuidade de investimento no nível da administração pública.

Deste cenário de múltiplos indicadores econômicos e sociais, fica evidenciado no contexto da cidade, o conflito urbano permanente entre acumulação de riqueza e empobrecimento massivo da população. Neste processo de expropriação, entram em risco os conteúdos do direito de viver a e na cidade, onde se destaca a questão do habitar.

Sob o olhar economicista, o crescimento de áreas de ocupação ilegal no cenário das cidades resulta de um sinergismo de processos, ligados ao movimento migratório intra-urbano ou a partir do campo, atrelado ao crescimento da pobreza em conflito à valorização do solo urbano.

Há, portanto, uma apropriação seletiva dos espaços nas cidades, na dependência da conformação da estrutura de propriedade da terra que é destinada ao habitar, aos diferentes setores das atividades econômicas ou à reserva de valor, como produto da especulação

imobiliária (IPEA, IBGE, UNICAMP, IPARDES, *op. cit.*, p. 78). Assim, o não acesso a estes espaços, todos eles mediados pelo mercado, é que origina as ocupações mais periféricas e em áreas de menor preço, as flutuações de domicílio em função do custo do aluguel, bem como a disposição em viver em áreas ambientalmente impróprias, muitas vezes ocupando parcelamentos ilegais da terra.

Na dimensão do humano, esses espaços segregados, representam a expressão da exclusão urbana e sua conformação, a partir de estratégias de improviso frente o não alcance dos serviços básicos de suporte ao viver, desenham na paisagem os barracos, as valas a céu aberto e as gambiarras, dentre outras astúcias inventivas, como elementos que evidenciam as desigualdades sócio-espaciais de um mesmo lugar.

Nessa desigualdade, reside no bairro o sentido de luta pela necessidade de morar, de luta pela cidade, pelo direito de a ela pertencer, o que requer o confronto ao espaço-segregação que é realizado na produção capitalista da cidade.

Neste sentido, Carlos (*op. cit.*, p. 140) argumenta que o ato de habitar, como um fundamento do sentido do viver, se realiza a partir do modo de apropriação dos lugares da cidade. Como resultante basal do desenvolvimento da sociedade capitalista na produção da cidade, o habitar vai revelando nesse processo, uma fragmentação e uma intensa desigualdade evidenciada nos lugares submetidos à apropriação privada. Essa fragmentação tem efeito como produto da potencialização produtiva dos espaços mediante processos diversos de intervenção, como estratégia de produção e reprodução do capital, na perspectiva de uma produção econômica da cidade que ultrapassa desinteressadamente a dimensão do vivido.

Assim, conforme se constata no bairro, em sua produção social no espaço e no tempo, o espaço urbano é condição fundamental à acumulação no modelo de crescimento econômico da cidade e a fragmentação do espaço é uma imposição da generalização da propriedade privada do solo urbano:

“Os terrenos eram enormes, eram todos grandes [referindo-se ao período 1940-50]. É como a gente fala hoje em dia, é “dois em um”, porque eram terrenos grandes mesmo. Só que eu não me lembro assim de quem ele [referindo-se ao pai] comprou...” (S – residente há 51 anos)

“Aqui não, aqui já era cerca, né [região central do bairro nos anos de 1970], mas quem comprava mais ali pra baixo fazia casa mas não tinha como cercar, né.. Demarcava sendo que cada um ficava no seu pedacinho. Depois com o tempo, que foram aterrando, cada um que comprava o terreno ia aterrando, fazia aquelas valetas pra escoar a água, daí que foram

fazendo, cada um foi dividindo [fazendo a demarcação dos lotes] ... Os terrenos tinham mais ou menos vinte e dois de fundo por onze de frente [área de 242 m²]. A parte de cá era plana, mas da Pastor Manoel Virgínio pra lá pra baixo, tudo aquilo lá é um banhado só.” **(M – residente há 36 anos)**

“Ih... é totalmente diferente, a casa [hoje] é murada...A casa era de madeira [e aí o meu pai mudou tudo, fez tudo de alvenaria, daí colocou muro, já construiu uma casa atrás e daí lugar pra plantar já não tinha mais. Quando nós já estávamos maiores, né, daí ele fez uma casinha onde a minha sobrinha mora lá hoje.” **(N – morador há 36 anos)**

“A pessoa chegava e falava, escolhia um canto, porque queria um pedacinho do terreno e ele [usucapiente] então marcava aquela área ali, vendia aquele pedacinho de terra e a pessoa começava a ocupar. Ele tinha noção de tamanho de lotes, né, então eram lotes urbanos na medida de doze por trinta [360 m²]. Hoje a área cresceu, mas na época ...existia uma limitação. Existia um valetão que limitava a área do Seu Manoel.(...)E hoje ela ampliou-se porque aquele valetão foi manilhado e cresceu a planta e foi embora pra até uma outra limitação que tem lá na frente. Então o bairro se estendeu, tem mais lá pra frente, tem mais uns vinte e cinco lotes que passou a ser tudo da planta Nossa Senhora Aparecida, agora que tem cento e trinta lotes... Nós temos aqui mais de oitocentas pessoas aqui da Planta Nossa Senhora Aparecida.” **(L – residente há 18 anos)**

“Então foi muito sofrimento! Daí nós ia terminar a nossa [casa] aqui, que era só o ‘caixote’ de baixo. Aí o meu véio [marido] nessa época, acho que saiu assim por uns três meses da firma, né, tava vendo outra coisa, aí colocou aquele barraco de gás ali na frente [referindo-se à montagem de uma pequena venda de pão, leite e gás, construída em frente à própria casa] ...E ficamos assim. Aí meu outro menino que trabalhava ali numa construtora, também tava pagando aluguel e aí já foi saindo casa aqui pros lados. Tudo barraco! Essas casas aí era tudo barraco, depois que foram melhorando, né? Daí ele disse, porque ele passou aqui pra pagar quatrocentos reais de aluguel : ‘Mãe, eu não to agüentando’. Aí eu disse: Olha, venha morar aqui comigo e faz a tua casa [no sentido de construir no mesmo terreno]. Quando você terminar, daí você vai pra tua casa e eu boto a minhas coisas no lugar.’ Aí ele saiu e eu já peguei umas ripas que tinha ali, de uns que tavam construindo aqui, e cruzei tudo [referindo-se a fazer uma planta baixa da casa com as madeiras] e fiz os cômodos daquela casa, tudo em cima dos meus canteiros assim, né? Fiz até o banheiro, só não fiz a área lá. Daí ele chegou com ela [a esposa do filho] e eu disse: ‘Olha a tua casa aí.’ E aí o [marido] que chegou: ‘E essas madeiras aí, tudo em cima das tuas plantas?’ E eu disse: ‘É uma casa pro filho [risos]!’ E na outra semana ele concordou, ele [filho]veio, eu dei tudo as minhas coisas que tinha nesse quarto e ele trouxe as coisinha deles, e com oito meses ele fez isso aí [atualmente uma casa de alvenaria, de dois pavimentos e área total superior a 100 m²].” **(D – residente há 15 anos)**

“O meu irmão, este que tá morando aqui, comprou esse terreno [do atual domicílio no Capão da Imbuia]. Daí ele vendeu a metade pra minha mãe, né. Daí a minha mãe comprou aqui e construiu.... Daí a vinda do Boqueirão prá cá, foi por causa desse terreno, né... há seis anos. Daí construíram a casa, né? A minha mãe primeiro, a minha mãe e o meu irmão e agora eu ... [hoje o entrevistado está em fase de término de construção de sua própria casa, na parte da frente do mesmo terreno, numa área aproximada de 40 m²].” **(V – residente há 6 anos)**

Destes processos, no plano do vivido, tem-se o *status* do morar dependente da capacidade de apropriação do espaço, que conduz a uma prática e a uma representação social que corresponde à segregação sócio-espacial. Esta, portadora de uma materialidade

formal, marca na paisagem do lugar, a definição de uma hierarquia social (CARLOS, *op. cit.*, p. 141):

“Lá aquele outro conjunto, Planta Nossa Senhora Aparecida, lá é tudo invasão. Então quando nós fizemos uma fusão, a nossa Associação [com a de lá] .. porque esse negócio de fazer fusão, pra mim é confusão. Então.. se falou com o povão lá. Mas o povão não é unido, entende? Então não adianta você... Faziam um mutirão, um amontoado de gente pra limpar. Hoje iam na tua casa e diziam: tudo o que você tiver aí joga que o caminhão vai passar. Aí você não jogava... Depois o caminhão passava - isso dito pelo pessoal lá de baixo - aí depois que o caminhão passava você jogava os troços fora. Também pudera! Então são coisas que... tem que colaborar também!” (T – residente há 44 anos)

“Na planta de Curitiba, ainda continua como área vazia na planta. Ela não consta no mapa essa área aqui, Nem as ruas consta no mapa, porque ela não está, o loteamento não está regularizado na prefeitura por falta daqueles itens que a lei obriga, que é áreas para uso público, que é praças, áreas pra prefeitura para construção de escolas, creches e essas coisas, que nós não temos essas áreas aqui disponível. A planta Nossa Senhora Aparecida ela começa, vamos dizer, de baixo pra cima [sentido leste-oeste do bairro], do Rio Atuba, a primeira rua é a Zoraide Mandelli, depois a segunda rua é a Alfredo Sampaio e a terceira rua que é a rua José Saraiva Ferreira que é a rua de cima aqui. Então são essas três ruas, essas três quadras no sentido do rio pra cima [sentido leste-oeste]. No sentido sul-norte, vamos começar pela Av. Afonso Camargo, tem a rua João Mendonça, que é a primeira rua, a segunda rua é a rua Osmário de Lima e aí a área ela não tem saída. Ela tem mais uma extensão de duzentos metros pra frente que não tem saída. Ela faz fundo com uma outra área. (...) E aqui, que era um banhado e passou a ser uma área tão boa ... quase... quanto a área nobre daqui do Capão da Imbuia [risos]....” (L – residente há 18 anos)

“Eu me sinto mal.... Não pelo Capão da Imbuia, eu adoro o Capão da Imbuia que eu acho um lugar bom de morar. Mas pela situação desse pedaço, né, que é mais ou menos dali do Posto [Unidade de Saúde, a leste do bairro] pra cá, né que é tratado como invasão, né? E também quando eu vou nas lojas comprar, que daí não consta no mapa das ruas esse endereço, daí eles falam: Ah... você mora numa invasão? E eu vou falar... não é invasão, porque nós compramos, né, nós compramos e pagamos. Então não é uma invasão... só que não tá reconhecido. Não é bom! (...)Ah... Eles [referindo-se aos moradores de outras regiões do bairro] enxergam de um modo diferente. Eles dizem: Ah, você mora lá no banhado, você mora lá no brejão, você mora no “Pantanal”, você mora na invasão... É assim que eles chamam essa parte da Alfredo Sampaio pra baixo...” (V – residente há 6 anos)

“Olha, aqui ainda é um ‘à parte’. Aqui é um apêndice do Capão da Imbuia. Não foi... pela própria sociedade, pela própria cultura do Bairro Capão da Imbuia, da rua, da primeira rua aqui paralela, daqui pra cima, tudo, os órgãos públicos têm um tratamento diferenciado, a prefeitura, tudo é diferente. Tudo é diferente. É tudo diferente....E em relação ao que é o lado de lá... porque aqui, nós ficamos assim bem num beco que tem bem distinto geograficamente, bem separado. Então como a gente ficou entre uma rodovia, o leito de uma ferrovia e um rio, geograficamente a gente ficou isolado, no cantinho ...Aí depois começou a piorar porque o lado da linha da estrada de ferro do lado de lá, começou a sofrer também a popularização.... Quando eu falei que existe a diferença social entre essa área da Nossa Senhora Aparecida e a área do Capão da Imbuia se delimita por ali [referindo-se à Rua Serapião M. Soares, última rua regularizada do bairro]. E o próprio pessoal, a própria população, por causa da frente da rua que asfaltaram pro lado de lá, se você notar o jeito que é aqui, da posição das casas, todo mundo faz frente pra lá. Então, quer dizer, a nossa casa aqui dá de frente pra um muro, a casa do vizinho, dá de frente pro muro, a casa do outro vizinho, dá de frente pra outro muro. Então por que já não pegar e fazer esse ‘murão’?” (A – residente há 12 anos)

Gatrell (2002, p. 9-10), alerta para o fato de que ao mesmo tempo em que os espaços se tornam lugares pelo fato de estarem carregados de significado, identidade e, portanto de pertencimento, são também potenciais geradores do oposto. Ou seja, onde há inclusão, vínculo, há também exclusão, há o reconhecimento do “outro”, do que está “fora do lugar”. Assim, o significado dos lugares, ou como as pessoas se identificam com eles, não se remete somente a uma experiência subjetiva, mas é construído “em boa parte pelas circunstâncias sociais, culturais e econômicas nas quais os indivíduos se encontram”. Além disso, o autor reflete que o coletivismo instintivo das comunidades, sofrendo dos excessos da industrialização capitalista, tem cada vez mais reforçado o sentido dos lugares associado à adversidade econômica.

Na representação dos habitantes do bairro, há a clara demarcação e reconhecimento de uma “periferia social interna” na região a extremo leste, fronteira ao município de Pinhais. Mas há também, um outro sentimento de segregação, presente nos habitantes antigos e em sua prática sócio-espacial, associado a um estranhamento de uma nova ordem na paisagem tradicional, que reflete uma outra vertente de processos ligados ao espaço como produto imobiliário: a apropriação de áreas privilegiadas do lugar - tidas como periféricas na cotação do mercado - e que historicamente abrigaram classes de baixa renda, por camadas mais elitizadas da sociedade, de média e alta renda. Esse processo, no dizer dos habitantes locais é representado como “a febre dos sobrados”, que traz como conteúdo, a “gente de bem”, no sentido da valorização do lugar:

“A região mudou muito, né, porque muitos candidatos que prometiam de fazer saneamento básico no bairro cumpriram com a promessa e muita gente de bem compraram loteamento aí e já foram levantando boas casas... Casas de alvenaria, sobrados, conjuntos residencial e logo surgiu supermercado, farmácia, açougue... E daí, hoje em dia, praticamente aqui no Capão da Imbuia pode quase que dá pra ter uma vida própria, independente de ir pro centro.” **(I – residente há 46 anos)**

“Futuramente, o que eu estou vendo, porque eu ando muito aqui pelo bairro é que eles estão vendendo muito as propriedades e estão construindo muito sobrado, porque o sobrado ocupa muito espaço. Por exemplo aqui perto da minha casa já foi construído sobrados aqui, já ali na esquina mais 3 sobrados, onde morava gente e tinha terrenos vagos. Do outro lado da rua que morava também tudo foi criado sobrados. Aqui na minha rua tá cheio de sobrados. Os sobrados tá tomando conta aqui no bairro! ...Os sobrados é de pouco de anos pra cá..É assim uma “febre” de sobrados. É de mais ou menos uns quinze anos que começou...Então eu acho que a população tá vendendo muito as coisas...Todo mundo vem pra cá, principalmente, eu já falei com algumas pessoas aqui em baixo, onde foi construído muitos sobrados. O preço não é lá muito acessível, mas é um bairro assim mais calmo, não

é um bairro tão agitado como tem em outros bairros. Então eles gostam desse bairro. Eles acham que aqui é bom, né?” (**R – residente há 36 anos**)

“É de pouco tempo [surgimento das construções tipo sobrado]. Há mais ou menos uns quatorze anos, com a construção da Unidade de Saúde, aos poucos isso começou, com o conjunto Iracema e daí saíram os sobrados também. De lá pra cá que isso começou.” (**C – residente há 35 anos**)

“Outra coisa, você não vê mais casas meia-água aqui. Estão saindo muitos sobrados aqui. Também por um pouco de economia, né, o espaço é cheio de muita população. Você vê, onde eu moro aqui dá pra fazer dois sobrados excelentes, né? E só mora eu e o meu marido nessa casa aqui, porque meus filhos todos casaram e então...” (**E – residente há 34 anos**)

“Agora tem anti pó nas ruas ... Isso deu uma outra visão aqui pra esse pedaço, que é no fundo né..Porque as casas que estão sendo construídas agora são casas de material e quando as pessoas alugam não é um preço pra pessoa que ganha salário mínimo. É um preço pra uma pessoa que tem uma situação financeira melhor, pra poder pagar esse aluguel. Ou se elas vendem também, é pra uma pessoa que já tem uma situação financeira melhor, que tá comprando a casa. Então isso acaba atraindo pessoas de um nível melhor. As pessoas permanecem no lugar, né. Mas tem aqueles que alugam mesmo, que comprou dois ou três terrenos, que daí fez a casa dele, depois fez outra e mais outra, daí pra alugar, né? E fez uma casa boa e tá alugando por um aluguel assim que é mais caro... aqui na Planta Nossa Senhora Aparecida. É porque antigamente o pessoal chamava a gente: Ah! Você mora lá no ‘brejão’? Você mora lá na ‘invasão’? Você mora lá no ‘banhadão’? E agora já não falam mais tanto essas coisas, né?” (**V – residente há 6 anos**)

A fortaleza do sentido destas desigualdades materializadas e representadas em formas de segregação é agudizada suscitando novas percepções de periferização a partir da própria condição periférica, como sentimentos reconhecidos no espaço concreto da vida do bairro:

“A linha do trem é engraçado, porque eles acham prá fazer a favela do lado da linha do trem, não sei o porquê, porque não há benefício nada pra eles. Não sei se é porque fica isolado... porque fica isolado, né? E a concentração de pessoas então, sabe, é sempre do lado da linha do trem, parece..Se não tivesse a linha do trem não teria favela daquele lado. Porque você vê que a favela pega o rio e a linha do trem.” (**E – morador há 34 anos**)

“Só que o perfil de colonização de lá [refrindo-se à área vizinha, tendo como limite os trilhos da ferrovia] e o perfil de colonização desse daqui foi diferente. Aqui existia uma pessoa que tinha um processo de usucapião e detinha uma certa posse em cima da área. Lá não. Lá foi invasão. Lá, aquele terreno era da antiga Rede Ferroviária, entende? Então, quer dizer, não tinha dono, quer dizer, era a União que era dona, era público. Então começou a vir outro nível de pessoas. Não vinha aquela pessoa que chegou aqui e comprou mesmo, que ia pagar pouco, mas que estava pagando. Lá não. Lá o povo já tinha problemas em outros lugares e veio se instalar.... É aquele negócio: o bairro Capão da Imbuia, apesar dele ter essas ilhas de colonização irregular, que é aqui o final do Araguaia, atrás do Pinheirão, que tá tudo dentro do Capão da Imbuia mas são áreas irregulares, mas é Capão da Imbuia! É respeitado como um bairro estruturado, tudo, com comércio forte. Mora vereador aqui, mora deputado, mora ministro, a família dele aqui no bairro...” (**A – morador há 12 anos**)

“Aquele parte ali assusta um pouco a gente, porque as pessoas ali, você já olha e vê que são pessoas diferente. Elas vem de todo o lugar... tem pessoas que vem do Norte do Paraná, tem pessoas que vem de São Paulo, que vem do Rio, daqui de Curitiba, mesmo E elas moram na beira dali talvez porque não tiveram condições ou oportunidade de arrumar um lugar

melhor, de arrumar uma casa melhor, de um emprego melhor e daí ocupam aquele espaço ali, de beira da linha. Por que eles não vem morar pro lado de cá? Porque eles não têm condições de pagar um aluguel do lado de cá. Porque a maioria ali da beira da linha são pessoas bem pobres, né? Eu acredito que por falta de condições financeiras que a maioria das pessoas ali nem trabalho não têm....” (V – morador há 6 anos)

A desigualdade do direito à cidade implica em diferenciais na qualidade do viver. De acordo com Barbosa (1995, p. 194), na compreensão de como se situa a qualidade de vida de uma população, num contexto específico de relações entre ambiente e sociedade conforme é o caso do Bairro Capão da Imbuia em sua produção sócio espacial no decorrer da história da cidade, é preciso considerar as “reais condições da população ao acesso aos bens de cidadania.”

Neste sentido, o Mapa da Pobreza de Curitiba⁷⁶, ao final dos anos de 1990, apontou o Bairro Capão da Imbuia em níveis intermediários de condições de vida na cidade. Quanto às condições de pobreza, caracterizou-se no nível de carência razoável e, em termos das condições dos serviços de educação, saúde e transporte coletivo, apresentou nível de carência crítico. Neste último, destaca-se a heterogeneidade da qualidade da oferta dos serviços, sendo a saúde considerada em boa posição, o transporte em posição razoável e a educação em posição crítica, com taxas de repetência e abandono de escolares de 1ª a 8ª séries do primeiro grau superiores às do município (mais que o dobro) e às do Estado.

Nos tempos de hoje, os dados da administração pública municipal referentes ao bairro (**QUADRO 2**) demonstram que este absorveu na dimensão espacial, como produtos do conteúdo da urbanização da cidade:

- um crescimento populacional positivo e proporcional ao da cidade, sugerido ser um espaço que continua recebendo tanto a população que vive em condições precárias (pelo crescimento populacional nas áreas de ocupação irregular na porção leste do bairro, divisa com o município de Pinhais) como população de renda média (conforme sugerido pelo indicador médio de rendimentos), que pelas leis do mercado imobiliário tem buscado a propriedade de terreno e imóvel a um valor compatível com sua condição social. Não se deixa de destacar na positividade desse crescimento, a expropriação que dá ao conteúdo do lugar o “esvaziamento dos pobres” e a “conquista da classe média”:

⁷⁶UFPR; IPARDES; IPPUC. Mapa da pobreza de Curitiba. Curitiba, out.,1997.

QUADRO 2 - DADOS DEMOGRÁFICOS E INDICADORES SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS, BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA, CURITIBA-PR, 2004

DADO/INDICADOR	BAIRRO		CIDADE
DADOS DEMOGRÁFICOS	Nº	% da Cidade	
Área (hectares)	316,30	0,73	43.217,00
Idade Média da População - Anos (1996)	29,87	101,84	29,33
População Homens (2000)	9.933	1,30	760.854
População Mulheres (2000)	11.043	1,33	826.467
População Total (2000)	20.976	1,32	1.587.315
Taxa de Crescimento Anual (1996/2000)	1,66	91,2	1,82
HABITAÇÃO			
Domicílios (2000)	6.307	1,31	479.341
Mediana da área construída - m ² (1998)	80	92,22	86,74
Conjuntos habitacionais COHAB ² (2003)	6	1,35	445
Conjuntos habitacionais COHALAR ² (até 1998)	0		36
Conjuntos habitacionais INOCOOP ² (até 1998)	0		47
Conjuntos habitacionais IPE ² (até 1998)	0		15
RENDA			
Rendimento Mediano (Salários Mínimos) Responsável/Domicílio (2000)	4,97	107,11	4,64
Rendimento Médio (Salários Mínimos) Responsável/Domicílio (2000)	7,60	80,17	9,48
ATIVIDADES ECONÔMICAS			
Agências Bancárias (2001)	1	0,34	290
Comércio - Fonte SEFA ³ (1999)	312	1,17	26.572
Hotéis (2004)	0		125
Indústrias - Fonte SEFA ³ (1999)	43	0,94	4.566
Serviços - Fonte SEFA ³ (1999)	65	1,12	5758
Shoppings (2003)	0		20
ÁREAS VERDES			
Área Verde - m ² (2000)	47.496,89	0,06	77.361.319,27
Área verde por habitante - m ²	1,69	4,26	39,67
Percentual	1,05	9,95	10,55
PARQUES E PRAÇAS			
Bosques	1	6,6	15
Centros Esportivos	0		2
Eixos de Animação	0		14
Jardinetes	3	0,96	310
Jardins Ambientais	0		5
Largos	0		54
Núcleos Ambientais	0		11
Parques	0		15

¹ Correspondem às regiões administrativas das Secretarias Municipais

² Diferentes Institutos e Companhias de habitação atuantes em Curitiba

³ Secretaria de Estado da Fazenda

FONTE: CURITIBA. **Bairros em números.** Disponível em :

<<http://www.curitiba.pr.gov.br/Pagina.aspx?url=/pmc/curitiba/bairros/>>. Acesso em : 20 jul. 2004.

Organizado por M. T. G. O . RIBAS, 2004

“Quem começou já construindo de material, começou construindo quarto, sala e cozinha, hoje já tem dois, três quartos, sala e cozinha, uma casa já mais ampla, né? Então, a coisa, a ocupação, o loteamento da área levou uns quatro ou cinco anos pra ser todo loteado. As pessoas eram da própria redondeza, daqui do bairro mesmo. Os moradores que moravam aqui e casas de aluguel e que foram conhecendo, descobrindo que estava sendo loteado, que estavam vendendo lotes aqui dentro da área é que então começaram a comprar e vir morar aqui dentro. Mas no futuro, vai ser um bairro de uma população de condições financeiras muito boa. Porque logicamente, os pobres vão saindo, a situação vai ficando assim de uma maneira que eles vão saindo daqui e vão indo ali pras vilas. As pessoas melhor em condições de poder aquisitivo, acabam ocupando esses espaços, conquistando...” **(L – residente há 18 anos)**

“Eu posso dizer o seguinte: esse vizinho, por exemplo que mora há pouco tempo aqui do lado, ele morava no bairro do Ahu, ele veio pra cá porque achou que o ‘clima’ aqui é melhor, a situação é mais calma no bairro. Apesar de que tem falta de segurança, mas não é aquele dia-a-dia, né. (...)Então eles gostam desse bairro, porque é bem estruturado, tem padaria, tem linhas de ônibus bastante, apesar de que eles usam carro, automóvel, né e tem uns supermercados aqui, que não é de primeira linha, né.” **(R – residente há 36 anos)**

“Ah.. de Santa Catarina, os vizinhos novos nossos vieram de Santa Catarina...Do Nordeste, também tem um que veio da minha rua.. é da Bahia. E isso veio a família inteira de lá... no ano passado e retrasado[2003 e 2002]” **(Y – residente há 19 anos)**

- adensamento populacional num processo de verticalização local, dado a partir da implantação de várias unidades de conjuntos habitacionais e, mais recentemente, prédios de pequeno porte;

“Eu vi que já vai ser autorizado prédios de vinte andares pro lado de cá. Então a BR também estragava muito o crescimento do Capão, porque com esse negócio do uso do solo, eu tinha uma amiga que quis fazer três pavimentos e a obra foi embargada porque diz que isso aqui é rota de avião, rota aérea, então não dava. Mas eu já vi que como foi desativado lá em cima, parece que eles querem fazer aquele metrô [referindo-se ao projeto de obras públicas para a urbanização da antiga BR], mas já vai ser liberado tudo pra cá [construções com mais pavimentos]. Até o projeto já tá saindo... aí vai ser autorizado as construções. Tendo prédio, vai crescer muito o Capão, vai...” **(E – residente há 34 anos)**

- devido a estas características anteriores, decorre o caráter predominantemente comercial do bairro (pequenos comércios principalmente ligados a serviços essenciais como alimentação e vestuário que representam 14,6% do comércio regional) não representando portanto, um espaço estratégico ou de eleição pelo planejamento urbano, para investimento financeiro voltado ao circuito dos "grandes negócios", (o bairro conta com somente uma agência bancária, nenhum shopping, nenhum hotel), configurando-se materialmente como um espaço periférico:

“Falta segurança, falta serviços...Tem só a Caixa e tem a loteria [referindo-se aos serviços bancários presentes no bairro]. Se você tem contas de até 300 reais você pode pagar na lotérica, não precisa de banco. Mas aqui não tem banco! Não tem nem caixa automático. Só

tem em outro bairro. Eu como aposentado, recebia pelo Banco do Brasil, aí transferi pra Caixa e recebo na Loteria.” (T – residente há 44 anos)

- perda significativa de áreas verdes, restritas a pequenos jardins e ao bosque remanescente da mata original, hoje área do Museu de História Natural do bairro, que, em conjunto, compõem um percentual de área por habitante correspondente a um décimo daquele que representa o índice médio da cidade.

“O campo Cajuru, que era ali desde a casa do Seu Edgar, pra baixo, que era o campo do Cajuru. E o Alvi Verde era lá naquela rua Nicolau Gulbino com aquela Sétimo Semionatto, ali naquela quadra Ali tem agora uma oficina mecânica, tem uns sobrados, tem umas lojinhas...” (H – morador há 67 anos)

Em termos de serviços, destaca-se a partir do **QUADRO 3** que, embora na constatação do crescimento populacional e, na priorização do planejamento dos equipamentos sociais em áreas periféricas apontada desde a década de 1980 (IPPUC, 2004), há a oferta de uma única unidade básica de saúde que, tem adstrito a ela, um contingente superior a 21 mil habitantes.

“Ah eu acho que o que a única coisa que tá faltando aqui no nosso bairro é um Posto de Saúde 24 horas, porque o pessoal aqui quando precisa de socorro tem que ir lá no Boa Vista [referindo-se à unidade de referência que faz parte de uma outra regional de saúde da cidade], né, porque nós só temos aqui o postinho” (J – residente há 12 anos)

“O espaço físico também não é bom. O nosso espaço físico é muito pequeno [referindo-se à Unidade de saúde do SUS]. Faltam salas pro médico atender. Às vezes tem que atender ali naquela salinha, do lado da farmácia. Eu acho que o espaço físico não é bom pro tamanho do nosso bairro e pro conteúdo de pessoas que é atendido, né? No Capão da Imbuia tem vinte e duas mil pessoas! A nossa unidade de saúde é muito pequena, então teria que ser maior... Falta espaço, é muito pouco espaço!” (V – residente há 6 anos)

Este fato implica numa sobrecarga de atendimento, no nível da atenção básica em saúde que representa a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS). Do mesmo modo, o investimento público no setor de creches é pequeno, para uma população de quase 1500 habitantes menores de 4 anos de idade. Apesar dos indicadores mencionados quanto à vigilância nutricional da população usuária da Unidade de Saúde, salienta-se que das dezesseis estratégias pautadas no setor de abastecimento municipal, somente dois estão presentes no bairro, sendo uma delas - Mercadão Popular, voltada à melhoria do acesso à alimentação para população de baixa renda. Destina-se à famílias com renda inferior a 3 salários mínimos, ofertando produtos a preços, em média, 30% inferiores aos do mercado formal, de modo volante, mediante ônibus que circulam em rotas específicas de

QUADRO 3 - EQUIPAMENTOS DOS SETORES DE EDUCAÇÃO, ATENDIMENTO À CRIANÇA, SAÚDE E ABASTECIMENTO ALIMENTAR, BAIRRO CAPÃO DA IMBUÍ, CURITIBA-PR, 2004

EQUIPAMENTOS/SETOR	BAIRRO	REGIONAL¹	CIDADE
EDUCAÇÃO			
Escolas Municipais (2004)	2	18	163
Escolas Estaduais (2002)	2	17	163
Faróis do Saber (2003)	1	5	45
Centros de Integração Social (2004)	0	0	1
Centros Munic. de Atendimento Especializado(2003)	0	1	9
Laboratório de Ensino	0	0	1
ATENDIMENTO À CRIANÇA			
Centros Municipais de Educação Infantil (2003)	2	14	137
Creches Comunitárias (2003)	0	14	78
Piás Oficiais ² (2004)	0	5	29
ECOS - Piás Ambientais ² (2004)	0	7	34
SAÚDE			
Hospitais (2000)	0	2	72
UMS ³ - Básicas (2003)	1	9	104
UMS ³ - 24 horas (2003)	0	0	5
UMS ³ - Especializada (2003)	0	0	9
UMS ³ - Hospital (2003)	0	0	1
Unidade de Atendimento Saza Lattes ⁴ (2004)	1	4	12
ABASTECIMENTO ALIMENTAR			
Armazéns da Família (2003)	0	2	19
Câmbio Verde (2003)	0	12	63
Direto da Roça (2003)	0	2	19
Feira do Litoral (2003)	0	0	2
Feira do Pescado (2003)	0	0	8
Feira Gastronômica (2003)	0	0	2
Feira Livre (2003)	0	4	43
Feira Noturna (2003)	0	0	8
Feira Verde (2003)	0	0	3
Feiras Especiais (2003)	0	0	7
Hortomercado (2003)	0	---	1
Lavouras (2003)	0	5	69
Mercadões populares (2003)	1	15	88
Nosso Quintal (2003)	1	10	48
Sacolão Curitibano Fixo (2003)	0	1	10
Sacolão Curitibano Volante (2003)	0	---	12

¹Correspondem às regiões administrativas das Secretarias Municipais; ² Unidades de atendimento à crianças de 4 a 12 anos, com atividades educativas, esportivas, artísticas e ambientais; ³Unidades Municipais de Saúde

⁴Unidades de Saúde de rede filantrópica.

FONTE: CURITIBA. **Bairros em números**. Disponível em :

<<http://www.curitiba.pr.gov.br/Pagina.aspx?url=/pmc/curitiba/bairros/>>. Acesso em : 20 jul. 2004.

Organizado por M. T. G. O . RIBAS, 2004

atendimento à população. No bairro, seu funcionamento é semanal (1 dia por semana), com duração de uma hora de atendimento - 15:30-16:30 horas (CURITIBA/PM/IMAP, 2002, p. 164). Assim, também se configura um déficit de investimento social no local, numa outra faceta de periferização, ou seja, o lugar se caracteriza também como espaço periférico no âmbito do alcance de políticas públicas de saúde e de abastecimento, com impactos diretos sobre a qualidade do estado nutricional de seus habitantes.

Nas **FOTOGRAFIAS 7 e 8**, tem-se uma imagem do panorama contemporâneo do bairro, com um detalhamento espacial que demonstra sua heterogeneidade interna que ilustra os processos de segregação sócio-espacial.



FONTE: **Bairros em números - Capão da Imbuia**. Disponível em www.curitiba.pr.gov.br, 2004

FOTOGRAFIA 9 - Vista parcial do Bairro Capão da Imbuia, 2004.

No centro, a Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, paralela à Avenida Presidente Affonso Camargo, que delimitam o bairro (ao sul) e o terminal de transporte rodoviário local



FONTE: M.T.G.O.RIBAS, 2004

FOTOGRAFIA 10 – Moradias às margens do córrego do Capão da Imbuia, trecho não canalizado, 2004.

Os indicadores atuais, fornecidos pela administração pública, continuam refletindo em suas quantificações, diferenciais de investimento no espaço, a despeito das estatísticas sobre equipamentos sociais contabilizadas nos diferentes setores. Destaca-se que a oferta desses serviços públicos se reporta aos deveres constitucionais do Estado que, se não atendidos plenamente, como prioridade da gestão urbana e sob o aspecto de equidade, transformam-se em forças acessórias à deterioração do estado nutricional dos sujeitos, principal marcador de sua qualidade de vida e da qualidade do lugar vivido.

No transcorrer da história do Capão da Imbuia na cidade, a análise a partir da dimensão espacial permite o desvelamento do processo de incorporação do bairro ao conteúdo metropolitano. Esse fenômeno vai produzindo a raridade do espaço⁷⁷, antes abundante, e vai gerando transformações no viver de seus habitantes antigos, no descompasso entre o tempo da vida e o da urbanização que age ofuscando ou apagando os referenciais de seu cotidiano. Aos habitantes recentes, menos afetados neste processo, as

⁷⁷ Conforme expressão de Carlos (2004, p. 137)

mudanças ainda são perceptíveis, posto que na metrópole, o modo de vida imposto pela apropriação dos lugares se manifesta em multiplicidade de segregações que introduzem o conteúdo da violência urbana. Para todos, as sensações de perda e estranhamento são referência de instauração de um misto de inseguranças e afetividades relativas ao lugar. Assim, a imagem do bairro atual se traduz em identidades diversas, muitas vezes contraditórias entre a estática do lugar, no sentido da possibilidade de apropriação, de reconhecimento e prática social, e a dinâmica do espaço como estranhamento e dominação externa, enquanto conteúdo urbano:

“O Bairro Capão da Imbuia por ser um bairro novo, de formação mais recente em relação aos outros... tem uns vinte e poucos anos que ele começou a desenvolver, porque isso aqui era um campo. Então, não era visto, enquanto que outros bairros, tem bairros muito mais antigo aí de quase já uns cem anos, né, que logicamente tem muito mais recursos, estão muito mais estruturados e são mais, tem uma população de poder aquisitivo também melhor. O Bairro Capão da Imbuia ele tá ainda em formação. É um bairro novo, ele já tá todo povoado, mas de uma... de um nível social, de um poder aquisitivo menor. A maioria do bairro Capão da Imbuia é um bairro ainda de população de poder aquisitivo baixo, né?. Então ele se transformou de uma área de um campo pra um bairro totalmente urbanizado, com todos os recursos, ruas quase todas asfaltadas.” (L – morador há 18 anos)

“Pela cidade mesmo, eu acho que não reconhece muito. Eu acho que o Capão da Imbuia parou um pouco pela própria comunidade... Porque agora que ta começando, que se conversa...O Capão tá se fazendo agora, ta fazendo uma cidade agora.... De uns 5 anos pra cá que o Bairro do Capão começou a crescer sozinho. Não acompanhou o movimento dos outros porque eu acho que é o seguinte que a própria comunidade ou a pessoa que mora aqui, ela não dá valor pras coisas que tem aqui dentro, sabe? Então agora é que a mente do pessoal ta abrindo, sabe?” (E – morador há 34 anos)

“Eu vejo aqui assim como uma cidade, porque é bem diferente do que era antigamente. Eu à vezes fico quieta e fico lembrando... Puxa vida aquele tempo onde tinha as casinhas simplesinhas, os vizinhos que a gente conhecia, que se criou tudo junto ...Então eu lembro. Puxa vida! Como passa o tempo e como evolui as coisas, né? Porque antigamente era tudo tão simplesinho e já agora não. Agora não vejo como simples...” (S – morador há 51 anos)

“Eu acho que é visto com bons olhos, né, porque a cidade não pode viver só deles lá. É que nem a cidade que necessita do agricultor, do pecuarista, do pescador. O que é de uma cidade se não entra produto? Donde é que vem? Da lavoura, da pesca, o peixe ... vem do coitado do pescador....Uma cesta básica, Um salário mínimo ...pouca coisa não resolve... É que nem o nosso bairro aqui com a cidade...Aqui é bom ! É viver tranquilo, é mais sossegado... assalto e banditismo, lá no centro também tem. E nós aqui no bairro principalmente estamos bem... Agora, graças a Deus a gente tem de tudo aí ...Eu vim pra cá com 32 anos de idade e hoje to com 78, são 46 anos!...” (I – morador há 46 anos)

“O Capão da Imbuia, o bairro né, tá criando vida própria já Era um bairro que era, como se diz...campo, rural. Eu vim prá cá em 1958, numa festa que tinha uma corrida de cavalo...Então mudou!” (R – morador há 36 anos)

“Prá mim é o conforto de ter a escola, os mercados perto, o postinho [referindo-se à Unidade de Saúde] perto... Onde eu moro é pertinho, né, de tudo!E tem vários mercados, né?.” (Y – morador há 19 anos)

“Bom, eu acho assim que o Capão da Imbuia já assim, é um bairro perigoso porque não tem assim muita segurança, um lugar assim que tem bastante violência... Ah, eu acho que assim, conforme foi aumentando a população, foi mudando tudo né? Ah eu acho que foi bem rápido aqui! Hoje não tem mais nada... Hoje eu só vejo paisagem da minha casa né, porque eu fiz um sobrado e dá pra ver assim de longe as coisa bonita!” (N – morador há 36 anos)

“Essa percepção de bairro é forte, esse nome traz mais segurança, traz assim, pra quem tá fora, porque pra quem tá dentro vê outros aspectos que tem, mas pra quem tá fora, traz assim como se fosse um bairro estruturado, um bairro bem seguro, um bairro limpo, sabe? Isso dá um impacto: Ah eu moro no Capão da Imbuia, eu tenho uma casa no Capão da Imbuia. É hipervalorizado...” (A – morador há 12 anos)

Para os habitantes antigos, há fortemente a percepção das transformações no bairro em termos da infra-estrutura, do aumento populacional, do movimento e do comércio, elementos que identificam o lugar modificado pelo conteúdo da cidade.

A esse respeito, Souza(*op. cit.*p. 154-155) salienta que na cidade capitalista, este modo de produção adquire caráter singular no que se refere à realidade vivida nos bairros agindo tanto na “sophisticacão dos contrastes de conteúdo”, quanto na “diluição da vida de relações”. No cotidiano, esse processo se refere a uma intensa “atomização do ambiente” que, em contradicção à maior proximidade de moradia, a exemplo dos conjuntos habitacionais, gera um isolamento de contatos e uma ruptura de intimidade das relações.

Nesta perda de referências, o espaço de familiaridade e segurança se restringe enormemente, ficando em muitos casos, restrito à representação da casa:

“Tá difícil. Hoje tá mais difícil a vida do que antigamente. Antigamente tava mais fácil a vida: não tinha ladrão, se podia deixar as coisas assim... e ninguém mexia, ninguém roubava. Não tinha essa violência que tem hoje... essas coisa que aparecem na televisão. Não tinha nada disso aqui, de tragédia. Agora sim, agora tem. Mas naquele tempo não tinha ladrão. Aqui era bom de morar mesmo. Hoje tá feio! Você tem que tá fechada em casa, de chave, de cadeado e cachorro na frente ...” (Z – residente há 45 anos)

Em síntese, mediante a trajetória construída no espaço e no tempo, desde os arraiais auríferos até a produção dos espaços periferizados no conteúdo da metrópole, a pobreza, a satisfação da fome e os perigos do ambiente podem ser identificados como permanências. Estas se sustentam, embora assumindo formas diversas na complexidade de fenômenos dados no desenrolar conflituoso e contraditório das relações entre natureza e sociedade na história da cidade e do bairro, como realidade urbana.

A partir de fontes documentais e por meio de depoimentos dos habitantes sobre o espaço vivido, é possível se chegar a uma leitura das impressões na dimensão espacial que conformam o bairro em estudo. Procurou-se a sistematização das construções resultantes de decisões políticas, conjunturas, econômicas e seus protagonistas sociais, que, somadas às configurações da natureza, imprimem efeitos sobre o padrão de ocupação territorial do bairro em estudo. Este olhar geográfico, também permite compreender as transformações dinâmicas às quais a sociedade local teve acesso em termos de sua alimentação, ao longo da história da cidade.

Mediante as concepções de Lefebvre, essa trajetória percorrida na configuração do espaço vivido reafirma que a partir de ordens externas, de caráter socioeconômico-político, e internas, no sentido dos valores, desejos e práticas que configuram as representações sociais permeadoras das ações corriqueiras, viabiliza-se o resgate do protagonismo dos sujeitos na dinâmica do contexto histórico-social. Para o foco do presente problema de pesquisa, entende-se que também a partir desse processo, se conformam as estruturas que embasam o modo de viver e de se alimentar dos sujeitos, que tem no cotidiano, o espaço de sua realização.

Como lugar na cidade, a partir de Ferrara (2003, p. 125), pode-se entender o bairro como uma produção que não se pauta em planos ou previsões, tendo o cotidiano como processo que escreve a história do seu sentido instável. Citando Milton Santos⁷⁸, a autora distingue que a força do lugar é criada e renovada nos movimentos sociais, a cada opção cotidiana de sobrevivência, "o que faz do lugar o ponto pragmático da cidade, onde se desenvolvem os comportamentos e as mudanças de valor". Assim, o lugar é criador de sentido e significados da cidade; o lugar pode ser lido como fronteira entre a cidade e o sujeito.

Os quadros a seguir (**QUADROS 4 e 5**), propõem uma síntese dos processos levantados para esta análise, a partir do diálogo entre as histórias sistematizada, pelos especialistas, e narrada, pelos habitantes locais :

⁷⁸ SANTOS, M. *A natureza do espaço*, São Paulo : HUCITEC, 1996.

QUADRO 4 - Urbanização e modo de vida na história da cidade

PERÍODO	PROCESSO ECONÔMICO PREDOMINANTE	AGENTES	MODO DE VIDA	
			ORGANIZAÇÃO SOCIAL / ATORES	IMPACTO ALIMENTAR
Séculos XVI a XVII 1560 - Descoberta de manchas auríferas no planalto curitibano	Mineração	Monarquia Portuguesa/ Igreja Governo Geral brasileiro (ocupação do território e comércio)	- Nomadismo - arraiais auríferos (cabanas de paus cobertas de folhas) - Mineiros e faiscadores (brancos livres), Índios (escravos) Elite seiscentista = portugueses povoadores, estabelecidos em sesmarias concedidas pelo Capitão da província de São Paulo 1693 - Conjunto de mais de 90 moradores (núcleos esparsos)	Coleta Caça Auto consumo
Séculos XVII a XVIII 1772 - Encerramento da exploração de terrenos auríferos nos arredores de Curitiba 1784 - Fechamento das oficinas de fundição de ouro em Paranaguá ↑ atividade tropeira e de invernagem	Pecuária	Monarquia Portuguesa/ Igreja → Bandeiras (consolidação das possessões portuguesas na região meridional do Brasil)	- Pastoreio / pecuária: Sedentarização da sociedade (fixação em torno dos currais de criação de gado; origem dos sítios e das vilas ao seu entorno); trocas comerciais pelas tropas (sistema de caminhos) - Elite = fazendeiros ex-faiscadores e tropeiros + peões; aventureiros errantes (exploradores auríferos); egressos das Bandeiras; índios cativos e livres; mestiços - Desenho do quadro urbano: Vila + Rocio; "cidade de domingo"; residências urbanas de fazendeiros 1721 - Código de Posturas (Ouvidor Pardinho) 1780 - Vila = 401 habitantes (181 escravos); Rocio = 269 habitantes (35 escravos)	- Quebra da economia aurífera local → pobreza - Início da produção de subsistência Gado = alternativa de rendimento; produção para comércio, não para consumo

(CONT.)

<p>Século XIX Início séc. XIX - exploração ervaiteira corrente no Estado 1820 - início da exportação para os países do Prata 1848- Imigração européia (colônias) 1850 - Lei de Terras; emancipação política do Estado 1855 - Auge da arrecadação de impostos sobre animais 1840 a 50 - erva mate era o principal produto de exportação 1885 - Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá (desagregação da atividade tropeira)</p>	<p>Extrativismo (Economia Ervateira) Pecuária (Invernagem)</p>	<p>Estado - Poder Provincial Fazendeiros / Comerciantes / Industriais do mate Capitalismo mercantil/comercial</p>	<p>- Sociedade capitalista industrial: Aglomeração urbana; consolidação da elite urbana; industrialização; ampliação do poder público e das decisões políticas = PODER URBANO - Desmonte do trabalho escravo (renda da terra)→ trabalho livre assalariado; regime de colonato e estabelecimento de pequenas propriedades - Elite urbana = Fazendeiros / Comerciantes / Industriais do mate e da madeira com residência central próxima às funções estratégicas urbanas - Excedente populacional = colonos; artesãos; comerciantes; operários da indústria; trabalhadores do transporte; funcionários da estrutura administrativa - Estabelecimento da dualidade centro-periferia</p>	<p>- Monocultura anterior predominante → Dependência de importação alimentar regional (SP; RJ) - Carestia alimentar com intervenção estatal em preços e cotas alimentares - Estruturação do sistema agroalimentar (produção familiar - colonos europeus) - base do desenvolvimento econômico local</p>
<p>Século XX 1930 - crise da indústria ervaiteira 1940 - Plano Regulamentador Agache ordenação funcional da cidade) 1950 - Verticalização (construções modernistas) 1960 - Plano Diretor (criação do distrito industrial - CIC) A partir de 1970 - oficialização da área metropolitana com expressivo crescimento demográfico, aumento da favelização e demais decorrências</p>	<p>Produção agrícola diversificada - exportação (erva mate, madeira, café, soja) Industrialização Agro industrialização ↓ Disseminação para o interior do estado</p>	<p>Estado - poder republicano (níveis de administração)</p> <p>Representantes do Capitalismo comercial</p> <p>Representantes do Capitalismo industrial/Capitalismo financeiro ↑Agentes de negócios financeiros e empreendimentos imobiliários</p>	<p>- Crescimento demográfico expressivo - Complexificação das relações sócio-espaciais (desigualdade / segregação sócio-espacial) - Sociabilidade marcada pelo individualismo e competitividades nos diferentes setores da vida - Urbanização com forte alteração dos espaços de sociabilidade e do ambiente natural - Violência urbana → restrição espacial (enclaves) → sedentarismo Atores: elites históricas; migrantes de outras regiões, predominantemente rurais, oriundos da mecanização das atividades no campo e de outros aspectos da segregação produzida nas relações sócio-econômicas</p>	<p>- Acesso alimentar predominantemente via livre comércio (alimento = mercadoria) - Oferta diversificada (economia global) - Desequilíbrio da relação oferta-acesso ↓ Impacto nutricional relacionado à questão socioambiental</p>

FONTE: NADALIN (2001); OLIVEIRA (2001); SANTOS (1995,2001); WACHOVICZ (1982). Organizado por: Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas (2004)

QUADRO 5 - Processos sóciopolítico-econômicos - oferta alimentar - produção do espaço no Bairro Capão da Imbuia, ao longo da história da cidade

PROCESSO e PERIODIZAÇÃO	DISPONIBILIDADE ALIMENTAR	ACESSO ALIMENTAR (CONTEXTO)	FATORES NUTRICIONAIS	FATOR (ES) DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR	PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO BAIRRO
ECONOMIA MINERADORA Séc. XVII - XVIII	arroz, milho, feijão Subsistência	EXPEDIÇÕES Troca de mercadorias (Economia colonial mercantil)	Monotonia alimentar Provável déficit proteico	Produção rara Extrativismo / caça Acesso precário	- Provável circuito de caminhos para exploração aurífera
ECONOMIA PECUÁRIA Meados Séc. XVII Auge Séc. XVIII a Final Séc. XIX	milho, feijão arroz, toucinho, charque, mandioca Subsistência	TROPAS Troca de mercadorias (Lei de Terras - introdução das relações capitalistas de produção)	Incorporação de proteínas de alto valor biológico na base alimentar (carne suína)	Dependência de importações Pequena oferta	- Campos de pastagens, fazendas e invernadas - Passagem de tropas - Criação de cercados para o gado
ECONOMIA DO MATE Final Séc. XVIII Auge séc. XIX a Início Séc. XX	milho, farinha de milho, farinha de mandioca, feijão, toucinho, carne verde, charque, frango Subsistência	"CASINHAS" Região central urbana Compra e venda (Economia de exportação; expansão das relações comerciais; comércio internacional dependente)	Base da alimentação em carboidratos (amido), proteínas e lipídios (gordura suína) Déficit de micro nutrientes	Alto preço Restrição de compra - cotas Precária condição sanitária	- Propriedade da terra - Estabelecimento de colônias de imigrantes Produção de hortigranjeiros - Construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá (circuito de mercadorias para exportação) - Estabelecimento de indústria ervateira
IMIGRAÇÃO EUROPEIA Meados Séc. XIX a Meados Séc. XX	Incorpora: centeio, batata, ervilha e legumes Excedentes para o mercado	MERCADO PÚBLICO E PEQUENOS MERCADOS Armazéns de secos e molhados na periferia urbana Compra e venda (Comércio local-regional)	Maior variedade alimentar Ampliação da oferta de micronutrientes	Geração da estrutura de produção agro-alimentar ("Cinturão verde de Curitiba")	- Impulso à urbanização do território (transformação demográfica - 1ª fase = concentração de mão-de-obra operária de trabalho assalariado)
INDUSTRIALIZAÇÃO A partir de 1940-50	Incorpora alimentos industrializados (predomínio da indústria nacional) Mercado	REDE DE SUPERMERCADOS Compra e venda Empresas locais (Comércio nacional e internacional) Capitalismo comercial	Oferta ampla de nutrientes	Renda = limitante Artificialização dos alimentos (processo industrial) Transformação de práticas alimentares	- Valor (imobiliário) da terra - Periferização demarcada - Primeiros loteamentos para incorporação residencial (paisagem rural) - Estabelecimento de pequenos comércios - Crescimento populacional
METROPOLIZAÇÃO A partir de 1970	Incorpora ampla variedade de alimentos industrializados nacionais e importados Mercado	REDES DE HIPERMERCADOS Compra e venda Empresas nacionais e Oligopólios transnacionais (Livre comércio global) Capitalismo Industrial		Fatores anteriores + Transição alimentar ↑ Lipídios; ↑PTN, ↓ CH complexos Mídia e cultura da estética corporal Transição nutricional	- Delimitação do território atual - Migração acentuada - Habitação popular (incorporação COHAB) - Verticalização/adensamento populacional - Favelização/ocupações irregulares da terra - Redução de áreas verdes (paisagem urbana) - Renda da terra (solo urbano)

FONTE: NADALIN (2001); OLIVEIRA (2001); SANTOS (1995,2001); WACHOVICZ (1982). Organizado por: Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas (2004)

A partir das sínteses apresentadas e, mediante uma perspectiva socioambiental, conforme destaca Mendonça (2002, p. 122-123), é viável o resgate da “maior riqueza do conhecimento geográfico”, ou seja, a sua inerente dualidade, como “*locus* que acolhe o naturalismo nas ciências humanas⁷⁹ e também o humanismo nas ciências naturais”. Percebe-se que a questão alimentar-nutricional no contexto das sociedades também assume essa dualidade essencial, sendo possível, a partir da abordagem geográfica, resgatar e evidenciar a complexificação das relações entre natureza e sociedade, na reconstituição do momento histórico contemporâneo, e que contextualizam a produção das práticas alimentares dos sujeitos.

Sob essa perspectiva, a alimentação, consubstanciada nos sistemas agro-alimentares, apresenta-se como um elemento basal das relações entre os diferentes processos econômicos e respectivos agentes sociais, que tramam a interdependência dos lugares. É também capaz de desvelar os nexos desta articulação inter-escalar que simultaneamente vai-se materializando e conferindo dinâmica a um dado espaço, imprimindo-lhe contraditoriamente concentração e miséria, expansão e enclave, qualidade e falta, movimento e sedentarização, excessos e fomes.

No berço dessas dualidades, nascem as inseguranças que promovem “a arte da guerra cotidiana” em operações que se insinuam nos lugares ordenados pelas técnicas organizadoras de sistemas (CERTEAU, 2002, p. 97-102). Nessa “arte de fazer”, se estabelecem as lógicas das práticas cotidianas dos sujeitos, conforme discussão a seguir.

CAPÍTULO II – “COMER, BEBER, VIVER”⁸⁰: PRÁTICAS ALIMENTARES NUM CENÁRIO URBANO

"Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos ao despertar
é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta
ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo.
O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior (...)
É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa,
memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos
da infância, dos prazeres. Talvez não seja inútil sublinhar
a importância do domínio desta história 'irracional' ou desta 'não-história'(...)"
Paul **Leuilliot**⁸¹

⁷⁹ Conforme MORAES, A. C. R, **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo : Hucitec, 1994, p. 88.

⁸⁰ Conforme título traduzido para o português do filme "Eat, drink, man and woman", produzido e dirigido por Ang Lee (1994)

⁸¹ No prefácio da obra de THUILLIER, G. **Pour une histoire du quotidien au XIX^e. siècle en Nivernais**, Paris et La Haye, Mouton, 1977, p. XI-XII, citado em CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. (*op. cit.*, p. 31)

Esse Capítulo, em conexão ao primeiro, trata da discussão sobre elementos sócio-ambientais na configuração das práticas alimentares dos sujeitos em seu espaço vivido. Parte de considerações teóricas a respeito das dimensões características do cotidiano como espaço da experiência alimentar, reconstruindo-a em diferentes temporalidades, a partir da memória declarada nas narrativas de habitantes locais.

II.1 COTIDIANO E PRÁTICAS ALIMENTARES

A reemergência da questão do cotidiano no campo das ciências sociais, principalmente a partir da década de 1960, acontece como um requerimento para a análise da contemporaneidade, no sentido da valorização da história humana, mediante a busca pela auto-consciência dos sujeitos acerca de suas próprias vidas. Surge, portanto, como um caminho de viabilidade ao entendimento da complexa situação social vivida (MESQUITA; BRANDÃO, 1995, p. 7).

Segundo demarca Mesquita (1995, p. 13), as conotações a respeito do cotidiano lhe atribuem idéias de hábito - como tarefa ou atividade repetitiva, portanto detentora de um caráter de duração; de banalidade - como algo comum, de todos os dias, carregando a existência humana de um caráter entediante, de monotonia. Justamente advém destas características, uma idéia de necessidade de fuga, de evasão, de exclusão, implicando que o cotidiano não é o lugar do desejo, do sonho, mas da concretude, da aceitação da vida como ela é.

Neste sentido, Balbim (2003, p. 155) comenta que o estudo do cotidiano historicamente se valoriza a partir das extensões do meio técnico no contexto da esfera doméstica, que introduz processos mecânicos e eletro-eletrônicos às atividades básicas diárias. Com isso, o direcionamento da investigação sobre o cotidiano ligou-se originariamente, muito mais a um caráter de reflexão existencialista. Ou seja, ao peso, à monotonia das repetições implicadas na satisfação das necessidades básicas à manutenção da vida - dentre as quais os afazeres ligados à produção da alimentação diária - como atividades que escravizavam o homem pelo trabalho e que, nos aparatos de mecanização e

tecnificação advindos da modernidade, vislumbravam cada vez mais, caminhos para a sua libertação.

Para Petersen (1995b, p. 49) dentre as razões da emergência da temática referente à vida cotidiana está a “crise da modernidade”, manifesta de um lado, pela crítica à hegemonia do discurso científico e o reconhecimento do senso comum como forma do pensamento cotidiano e, portanto, como uma das formas de conhecimento e, de outro, por uma renúncia às explicações de caráter estrutural, megateóricas e pela valorização do micrológico, do indeterminado, como conteúdos inerentes à vida de todos os dias. Na concepção da autora,

a perspectiva do cotidiano certamente é fundamental para pensar um momento histórico como o nosso, onde os interesses de classe ligados estruturalmente às relações de propriedade e produção já não bastam para assegurar o funcionamento da sociedade em seu conjunto tal como funciona, cuja ‘lógica’ [grifo da autora] já não é mais redutível ou representável só em termos dos velhos atores classistas. Novos atores sociais, constituídos fora dos mecanismos institucionais-estruturais, formas autônomas de organizar, resistência e rebelião e novas formas de viver o cotidiano têm forte conteúdo político e não podem ser desconhecidas pelos pesquisadores. Nesse terreno, o cotidiano é matéria prima insubstituível (*Idem*, p. 59).

Numa perspectiva humanística, Relph⁸², mencionado por Gomes (2000, p. 327), afirma que o foco sobre as experiências vividas no cotidiano em seus contextos sócio-culturais é um aporte fundamental à compreensão das atitudes humanas. Suas proposições apontam como “fonte legítima do conhecimento, a explicação centrada sobre as experiências vividas cotidianamente, e contextualizadas a partir dos instrumentos culturais que lhes são relativos”.

Sob outra foco, o interesse de pensadores ligados à corrente marxista pela teorização da vida cotidiana se dá em razão da exigência em compreender o seu papel como foco gerador do fenômeno da alienação, manifestado nas condições específicas dadas pelo modo de produção capitalista na organização da sociedade. Neste sentido, a contribuição de Henri Lefebvre torna-se de indubitável importância por sua inserção na leitura sociológica do cenário urbano, conforme discutem diferentes autores. Suas reflexões estão direcionadas à análise compreensiva do movimento de produção da própria vida, pelo ser humano (PETERSEN, *op. cit.*, p. 61) representando uma ruptura ao paradigma macroestruturalista

⁸² RELPH, E. An inquiry into the relations between phenomenology and geography. *The Canadian Geographer*, v. XIV, n. 3, 1970, p. 197.

marxista, à medida que passa a valorizar a abordagem de “microprocessos sociais” (HAGUETTE, 1987, p. 15).

Lefebvre parte do pressuposto de que, ao contrário de uma produção advinda dos estatutos das estruturas da sociedade que permeiam a ciência, a filosofia, a cultura e o Estado, é na cotidianidade, “centro real da práxis”, que este movimento tem sua realização. Assim, o cotidiano é o lugar social articulado pela dialética entre relações e estruturas da sociedade, em funcionamento conjunto (PETERSEN *op. cit.*, p. 61).

Ainda segundo Petersen (*Idem*, p. 62), Lefebvre⁸³, propõe que, para o homem ter a possibilidade de “apropriar-se de suas condições de vida e romper com a alienação, para que a festa ocupe o lugar que lhe corresponde na existência humana, é necessária uma revolução cultural permanente que transforme a cotidianidade em uma obra e mude assim de sentido a vida inteira”.

Balbim (*op. cit.*, p. 156) acrescenta que, para Lefebvre⁸⁴, o cotidiano atua na normatização das práticas sociais, ou seja, a vida de todos os dias reproduz os contratos sociais que garantem o caráter repetitivo do desenrolar das ações. Assim, “as atitudes cotidianas dos indivíduos se explicariam por um equilíbrio variável entre repetição e criação, redundância e invenção”.

Ainda nas reflexões lefebvrianas, reconhece-se a ampliação da análise do cotidiano, pela necessidade da inserção dos atos diários no contexto social ao qual o conjunto de ações está envolvido, considerando que os conteúdos que constituem a vida cotidiana não podem ser reduzidos a uma “mera recompilação empirista”. Ou seja, enfatiza a exigência da leitura do cotidiano no espaço e no tempo social ligados à produção das atitudes de todos os dias, numa análise que não pode prescindir da perspectiva do conjunto da sociedade (PETERSEN, *op. cit.*, p. 62; BALBIM, *op. cit.*, p. 156).

A concepção de Maffesoli⁸⁵, numa perspectiva fenomenológico-compreensiva, (BARCELLOS, 1995, p. 42) do mundo objetivo que incorpora a noção de atitude emocional, “propõe que se considere o sonho e o poético como indicadores da dinâmica do

⁸³ LEFEBVRE, H. *Critique de la vie quotidienne*. Paris : L’Arche, T1(1958, T2(1961), T3(1981); LEFEBVRE, H., *La vida cotidiana en el mundo moderno*. Madrid : Alianza, 1972; LEFEBVRE, H., *Le quotidien*. In: CORTEAU, a. et al. *La radicalité du quotidien*. Quebec : VLB, 1987

⁸⁴ LEFEBVRE, H., *Introduction à l’espace urbain*. *Metropolis*, n. 22, Paris, 19__, p. 24-31; LEFEBVRE, H. *Critique de la vie quotidienne*.III Paris, L’Arche, 1981

⁸⁵ MAFFESOLI, M. *O conhecimento do cotidiano*. Lisboa : Vega, 1984; MAFFESOLI, M., *A conquista do presente*. Rio de Janeiro : Graal, 1985.

real, expressões de um social que se compõem de objetividade e fantasia”. Assim, em sua visão de cotidiano, são relevados os valores burgueses expressos no trabalho, na razão e no progresso, considerando que o qualificativo da vida está nos pequenos atos de todos os dias, as “microatitudes, cenas efêmeras e pontuais que compõem um tecido social” e que dão consistência à cotidianidade.

Na análise de Petersen (*op. cit.*, p. 61-62) Maffesoli⁸⁶ estabelece três categorias de análise da vida cotidiana: a *aceitação da vida*, que remonta à circularidade temporal do dia-a-dia, como um movimento de eterno retorno, viabilizador da relativização dos acontecimentos e compreensão, para o homem comum, da vida de todo o dia. O importante a destacar nesta categoria, é que há neste contexto de fragmentação do tempo a valorização do presente, do instante como importante, isso não se tratando de alienação, mas de formas de relação, de caráter ritual; a *duplicidade*, como forma de relativizar as normas dos poderes constituídos, como meio de contornar valores incômodos, sem necessariamente recorrer a um confronto direto, caracterizando-se por um “misto de mesura e senso crítico”, que se configura por um processo simbólico e ritual: a máscara; a *astúcia* e o *silêncio*, como modos corriqueiros, dinâmicos, eficazes, codificados ou secretos, de camuflagem, dados no âmbito da sociabilidade, como meio de aceitação de valores e forma de resistência e sobrevivência.

Em síntese, a perspectiva de Maffesoli reivindica uma forma de conhecimento reconciliada com o senso comum e assevera que a relevância do conhecimento do cotidiano não pode ser dada pela comprovação de certezas como probabilidades matemáticas, mas por uma aproximação à verossimilhança da existência humana, numa intenção recuperadora da integridade entre razão e sentimento, na trama social (*Idem*, p. 63).

Ainda numa discussão acerca dos elementos presentes na noção de cotidiano, Mesquita (*op. cit.* p. 14-15) analisa que a conotação de hábito, traz implícita a idéia de uma disposição à duração, adquirida pela frequência na repetição de palavras, pensamentos ou atos, todos elementos que constituem o habitual. Assim, tem-se o cotidiano como o *locus* da prática, onde contínua e repetidamente se aplicam campos do conhecimento acumulado, que vêm a constituir um hábito. É ressaltado que o acúmulo deste conhecimento é resultante de reflexão e inventividade para acontecer e para difundir-se, e permanece em

⁸⁶ MAFFESOLI, M. **O conhecimento do cotidiano**. Lisboa : Vega, 1986.

atualizações, mesmo mediante repetições que se automatizam. Na inventividade, a autora destaca, se insere a assimilação da manipulação das coisas, que por sua vez, representa a assimilação das relações sociais.

Mesquita (*op. cit.*, p. 22-23) enfatiza, a partir de Agnes Heller⁸⁷, que o cotidiano também se desenha como o *locus* do insólito, com base numa das características dominantes da vida de todos os dias e que marca a tendência de toda e qualquer forma de atividade cotidiana: a espontaneidade. Esta característica, expressa tanto no ritmo de vida, como na assimilação do comportamento baseado nos costumes, também se acompanha de motivações efêmeras, em constante alteração, portanto, não chegando a se tornarem típicas e não se relacionando diretamente à expressão da essência dos sujeitos. Com base nessa aparente contradição, dada entre repetição e espontaneidade, se desenharam outras duas importantes marcas do cotidiano: a heterogeneidade de sua condução e a hierarquia, no sentido da eleição de qual tipo de atividade ocupa o lugar central da cotidianidade, em diferentes épocas.

Desse pressuposto, retoma-se no pensar de Lefebvre, citado em Balbim (*op. cit.*, p. 156), a reflexão acerca do estreito e complexo vínculo entre o cotidiano e a existência e organização das sociedades, o que impõe uma concertação entre trabalho, lazer, transporte, vida privada, vida pública e demais atividades da vida de todos os dias.

Assim, através do cotidiano, é permitida a percepção da complexidade das relações sociais, porque encerra um cenário que possibilita a visualização das ambigüidades da vida humana, o que se constitui num campo do debate e da investigação acerca da natureza da contemporaneidade (BARCELLOS, *op. cit.*, p. 41).

Tal fato conduz a reflexão de que o tempo presente tem trazido a exigência por uma redefinição do cotidiano atual, mediante a influência da informação, da mídia e da estética sobre os modos de vida, o que necessariamente imprime extensões sobre a alimentação, o discurso da saúde e as disciplinas do corpo, como imagem do estado nutricional dos sujeitos.

No foco específico de pesquisa, os dois componentes do cotidiano - o habitual e o inusitado - conduzem a viabilidade do dualismo entre a tradição e o novo, como uma dinâmica importante à análise das transformações nas escolhas, no comportamento refletido

⁸⁷ HELLER, A. Valor e história; estrutura da vida cotidiana; sobre os preconceitos. In: **O cotidiano e a história**, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985. p. 1-64

pelas práticas alimentares dos sujeitos, a partir da dialética entre as solidariedades organizacional e orgânica, no tempo histórico.

Ainda, em razão da heterogeneidade, como marca da hiperfragmentação territorial intra-urbana e nos micro-espacos do bairro, é imprescindível considerar a existência de cotidianos diferenciais num mesmo território, em diferentes temporalidades e para diferentes grupos sociais que nele vivem, bem como as estratégias e táticas presentes nas práticas alimentares e o papel da alimentação na hierarquia das possíveis cotidianidades diversas.

Desta forma, mediante o foco da pesquisa sobre o olhar do cotidiano, opera-se no sentido de objetivar as práticas alimentares declaradas dos sujeitos, para poderem ser estudadas em suas operações.

A partir de Romo e Castillo (2002), encontra-se a necessidade de distinção entre dois âmbitos que se relacionam estreitamente com o comportamento alimentar humano: as simbologias e as práticas. A primeira categoria se remete aos conhecimentos, crenças, percepções e opiniões a respeito dos alimentos e de suas propriedades, além de representações sociais acerca do consumo alimentar diferencial segundo gênero, alimentos ligados a rituais ou festividades e alimentos marcadores de *status* social.

Quanto às práticas alimentares, estas dizem respeito às formas socialmente aprendidas no fazer cotidiano, envolvendo as concepções sobre os distintos grupos de alimentos (básicos, habituais, ocasionais), as formas de seu preparo e de distribuição nos ciclos diários ou sazonais, bem como os rituais de comensalidade.

Sob o enfoque geográfico, tem-se na abordagem ecológica de Max. Sorre (op. cit., p. 41-42) a noção de regime alimentar, como “o conjunto dos consumos por meio dos quais um grupo, em condições geográficas determinadas, mantém durante todo o ano a sua existência e a perpetua”. Nesta concepção, as práticas alimentares se inserem em sua relação de condicionamento à natureza, não somente em termos da disponibilidade de recursos, como também da regulação das necessidades nutricionais humanas, dadas por elementos ambientais, dentre os quais, os fatores climáticos.

Entretanto, o autor menciona que a alimentação humana, a partir das técnicas de exploração dos reinos animal e vegetal, bem como do desenvolvimento dos meios de transporte, há muito já não consiste exclusivamente de alimentos autóctones,

desprendendo-se assim de determinismos naturais e dependendo, em sua realização, tanto da natureza, como do modo de vida dos grupos. Esse último, imprime aspectos psicológicos específicos, construídos pelas representações coletivas, podendo estas sofrer influências mediadas pelas estruturas sociais, a exemplo das restrições ou interdições alimentares por motivos religiosos (*Idem*, p. 44).

Assim, no aporte do cenário histórico, entendido como base das transformações onde interagem agentes e processos e, permeado por ele, se busca o foco nas práticas alimentares como categoria de análise, assumidas como uma prática humana, portanto, uma prática social e cultural inserida no cotidiano vivido. Não desconsidera-se entretanto, ao se tratar de práticas declaradas pelos sujeitos, a perspectiva das representações sociais que as orientam.

Esta compreensão, ao mesmo tempo em que necessita da história como norteadora do curso no qual é construída configuração espacial e a identidade dos grupos sociais locais, também remete às experiências vividas cotidianamente, de forma a compreender como estes valores costumes e hábitos constituintes desta identidade social construída se inserem na prática alimentar dos sujeitos⁸⁸.

Como condução teórica sobre a categoria práticas alimentares, recorre-se às proposições sistematizadas por Michel de Certeau, com respeito às artes de fazer dos sujeitos no contexto do cotidiano (CERTEAU, 2002, p. 37-53)

Nessa teorização, o autor destaca a complexidade de tais práticas, uma vez que “volta e meia exacerbam e desencaminham” as lógicas formalizadas ao sabor das determinações do acaso da circunstância e da urgência conjuntural. Portanto, conduz seu trabalho no sentido de distinguir os tipos de operações - concebidas como práticas de apropriações - que caracterizam o consumo numa dada rede econômica, focalizando nestas, o surgimento da força criativa que se origina “onde desaparece o poder de nominá-la” (*Idem*, p. 43)

Para ele, estas ações se constituem numa produção de cultura anônima, em massa, que nasce no jogo das situações sociais e das relações de força na sociedade - ponto no qual retoma-se as contribuições complementares de Habermas, Maffesoli e Lefebvre, quanto às

⁸⁸ A recorrência à história na compreensão dos processos sócio-espaciais de um dado lugar é mencionada por Paulo César C. Gomes como uma das características da concepção humanista da Geografia (GOMES, 2000, p. 313).

dimensões de poder e às forças que desenham as diferentes solidariedades na sociabilidade do cotidiano, no lugar configurado como campo da pesquisa.

Dentro da concepção de Michel de Certeau, valiosamente se destaca no âmbito do interesse do presente trabalho e, numa transposição ao contexto da sociedade brasileira, que nas situações de vida onde é experienciada a falência da garantia dos direitos mínimos de cidadania em termos do acesso ao trabalho, a bens financeiros, serviços e informação, nasce o contexto das inseguranças de todos os tipos - pressuposto teórico no qual se pode inserir a insegurança alimentar e nutricional. Essa insegurança vivida, exige na prática humana cotidiana “um acréscimo de astúcia, de sonho ou de senso de humor” (*Idem*, p. 44).

A partir desse pressuposto, surge a necessidade de compreender as ações, que refletem as “margens de manobra” permitidas aos sujeitos pelas conjunturas presentes em seus mundos vividos. Sobre isso, o autor comenta que “as táticas de consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas” (*Idem*, p. 45)

Para o autor, essas operações, como atos humanos, são distinguidos nas categorias *estratégias* e *táticas*. As estratégias são as manipulações das relações de força a partir de um lugar próprio, onde se pode gerir as relações com o outro, o diverso, com as exterioridades marcadas pela estranheza (alvos e ameaças) e permitindo capitalizar vantagens conquistadas e obter independência em relação à variabilidade das circunstâncias. Se dão sob o postulado de um lugar de poder e “apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo”. As táticas, por sua vez, são ações marcadas pela ausência de um lugar próprio; são movimentos no espaço controlado pelo outro. Representam o senso de ocasião, sendo determinadas pela ausência de poder e apontando para a habilidade na utilização do tempo e para a introdução de jogos astuciosos nas estruturas de um poder, em direção à alteração dos processos dominantes (CERTEAU, *op. cit.*, p. 98-102).

Assim, conforme Mayol (*op. cit.*, p. 40), a partir da tradição antropológica, concebe-se que as práticas alimentares, perpassam o acesso aos alimentos determinado pela estrutura da sociedade e das suas relações de produção, mas também pela dimensão cultural. Inseridos no contexto das práticas sócio-culturais, o alimentar e nutrir representam uma “combinação dinâmica e fluida de elementos do cotidiano concreto (alimentos acessados

ou escolhidos), ideológicos (religiosos, étnicos), tradicionais (tradição familiar ou de um grupo social) e realizados no dia a dia, a partir de comportamentos que traduzem sua parcela cultural em uma visibilidade social”.

Passa-se a considerar, portanto, mediante estas sistematizações teóricas, que as práticas alimentares cotidianas se dão principalmente mediante operações táticas, como astúcias que desafiam, em especial, a dinâmica dos processos econômicos quanto ao seu impacto sobre o acesso à alimentação, mas também contam com estratégias, exigidas especialmente frente à ameaça das doenças que requerem restrições alimentares e se configuram no impacto da alimentação sobre o orgânico dos sujeitos, manifestando-se como situações de insegurança alimentar e nutricional.

Como importante contribuição, Gomes e Mendonça (2002, p. 117), a partir de diferentes autores⁸⁹ mencionam que as alterações do modo de vida individual e social geradas pela experiência da doença levam à configuração de significados e a escolhas e iniciativas estratégicas desenvolvidas, para lidar com a nova situação no cotidiano, que se dão com suporte em referências socioculturais.

Merece destaque, no âmbito das concepções teóricas norteadoras da pesquisa, que as práticas alimentares são tratadas como ações que se relacionam à identidade de um sujeito ou grupo social, permitindo-lhes um lugar próprio na rede de relações sociais de um dado ambiente. Ou seja, as práticas são operacionalizadas num espaço geralmente de convivência e reconhecimento dos grupos sociais (MAYOL, *op. cit.*, p. 40).

Desse modo, é nessa relação com o lugar que se situa e se singulariza a abordagem geográfica do cotidiano como elemento do problema de pesquisa. Conforme sintetiza Balbim (*op. cit.*, p. 157 e 164) o cotidiano é entendido como a esfera que traduz um modo de vida, que, no contexto de numa sociedade capitalista, além de lhe inserir num processo de urbanização, lhe confere estreita vinculação com os modos de consumo - o que imprime direcionamentos às estratégias e às táticas alimentares e demarca o impacto do componente alimentar sobre o nutricional.

⁸⁹ ADAM, P.; HERZLICH, C. **Sociologia da doença e da medicina**. Bauru : EdUSC, 2001; ALVES, P.C.; RABELO, M. C. Significação e metáforas na experiência da enfermidade. In: RABELO, M. C.; ALVES, P. C. B. ; SOUZA, I. M. A . (orgs.) **Experiência da doença e narrativa**. Rio de Janeiro : Fiocruz, 1999 (Antropologia e Saúde)

Considera-se o foco do cotidiano como uma questão basal à abordagem das potencialidades reveladoras das práticas alimentares dos sujeitos como componentes, em última instância, da produção de seu estado nutricional, em seu espaço vivido.

II.2 HISTORICIDADE DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA NO COTIDIANO ALIMENTAR DO CAPÃO DA IMBUÍ

Diante das considerações teóricas sobre diferentes aspectos dimensionais do cotidiano, buscou-se a inserção da atividade alimentar e suas transformações como conteúdos de uma prática social produzida historicamente, portanto, mediada pelo entrelaçamento de processos sócio-econômicos-culturais que vão modificando e modulando as relações entre sociedade e natureza configuradas no bairro, no contexto da urbanização da cidade.

Desse modo, para efeito da análise que se segue, foram considerados como elementos do modo de vida urbano mais relacionados à questão alimentar-nutricional dos sujeitos em seu cotidiano, as atividades relacionadas à comensalidade diária e ocasional (finais de semana e festividades), ao trabalho e ao lazer, enfocando as relações espaciais e de vizinhança dadas no lugar vivido.

Sinteticamente, no que se refere à conjuntura mais imediata no plano regional e local, a vida econômica e material sofreu o impacto das determinações de três processos basais, fundamentados a partir do século XVII: a constituição de “uma sociedade campeira, patriarcal, escravista e latifundiária”, que a partir das atividades de criação e invernagem do gado se integram a um circuito nacional parcialmente participante da economia mundo ao longo do século XVIII e parte do XIX; a conseguinte formação de uma “sociedade ervateira”, atuante no século XIX até o início do XX, baseada na atividade exportadora que consolidou uma burguesia comercial, impulsionando a indústria inicial nos aglomerados urbanos e, conseqüentemente acelerando a urbanização regional; o estabelecimento de um sistema de colonização a partir de imigrantes estrangeiros, como estratégia de conformação de um sistema agro-alimentar capaz de suprir o abastecimento interno fragmentado pelos processos anteriores, atender às cidades e dar suporte à economia exportadora agrícola na metade do século XIX (SANTOS, 2001, p. 85-86).

Pode-se assinalar assim, que toda a base das transformações posteriores, com a multiplicação das cidades e o crescimento industrial regional esteve norteadas pela consolidação de mecanismos de garantia de uma estabilidade de oferta alimentar à sociedade paranaense em formação e que precisava sobreviver num espaço geográfico exterior aos circuitos centrais da economia nacional.

A fragilidade no setor alimentar, que conferiu este caráter periférico regional, teve estreita vinculação ao modelo econômico das atividades da erva mate, ligado ao capitalismo comercial, o que obstaculizou significativamente a diversificação da economia, oferecendo possibilidades limitadas diante das potencialidades do capital industrial já em desenvolvimento em outras regiões do país, a exemplo de São Paulo. Desse modo, a consolidação da identidade do estado como “celeiro agrícola” pode ser creditada à instauração de uma “espécie de capitalismo tardio”⁹⁰, que retardou a implantação do parque industrial no Paraná.

Assim, considera-se que todos esses elementos históricos, figuram como contribuições de traços da identidade social alimentar que vai-se materializando nas práticas cotidianas dos habitantes do bairro. Desse padrão alimentar levantado, vão-se delineando os conteúdos explicativos dos elementos que caracterizam o impacto nutricional na população, na leitura da questão sob o foco da segurança alimentar e nutricional no bairro.

Destaca-se que nas falas dos habitantes locais entrevistados, tanto os processos (economias pecuária e da erva mate, estratégias de imigração estrangeira) como as categorias de agentes sociais (boiadeiros, ervateiros e colonos) atuantes na conjuntura regional e local são mencionados como conteúdos da biografia do lugar, bem como nos fragmentos das próprias histórias de vida, no que se refere ao tempo antigo, do passado. Nessas narrativas, fica evidenciada a intrínseca relação destes fenômenos históricos com a configuração do cotidiano alimentar em diferentes temporalidades.

Conforme salienta Canesqui (1986, p. 49), através dos conteúdos diretamente incorporados na experiência de vida dos sujeitos e manifestos em seus discursos, torna-se viável a apreensão não só do concreto de suas práticas, como também do idealizado. Assim, das referências obtidas a partir da alimentação tem-se a possibilidade de compreender

⁹⁰ Conforme expressão de João M. C. Mello em “O capitalismo tardio”, São Paulo (1982), referido em Santos (2001, p.16)

concepções e representações sobre a questão alimentar, as relações sociais e ambientais, como elementos de sua condição de existência.

Pela compilação dos depoimentos colhidos entre os diferentes sujeitos, foi possível a reconstrução do arranjo das atividades principais num dia comum da vida no bairro, visando não somente a descrição de práticas envolvendo alimentos, como a detecção do papel da alimentação na cotidianidade vivida em diversas temporalidades. A partir disso, a pesquisa buscou verificar as tendências alimentares cotidianas no bairro nos últimos cinquenta anos.

II.2.1 Cotidiano e alimentação no bairro – décadas de 1950-1960

Atividades do período da manhã:

“...Começava difícil, porque quem tinha criança, tinha que sair atrás de pão. Tinha o padeiro que passava em casa e trazia, porque nós tinha 4 ‘piazão’, né, então tinha aqueles ‘bengalão’ deste tamanho. Ia pelo menos uns 4 por dia!...E não era perto, então eu não ia com uma criança sair atrás do pão e o leite! Então o padeiro deixava [na porta de casa]....O meu velho saía, porque ia pra rede e tinha já o pão e o leite ali. E os guri iam levantando pra ir pra escola ...e era daquele jeito... O leite era purinho, né e vinha nesses galão, nessas garrafa de vidro.” (G – residente há 60 anos)

“Naquele tempo a minha casa não tava cercada ainda, né? Por três meses eu fiquei sem cercar, então vinha cavalo, vinha boi, vinham se coçar na esquina da casa, na frente da casa. Esse gado que ficava aí era de uns colonos que tinha aí, uns leiteiro que tiravam leite e vendiam em casa mesmo, ou a população ia lá buscar ou eles entregavam de ‘gaiota’, é! Iam entregar de gaiotinha [recipiente de envase do leite], né? Então eles entregavam o leite aí pro pessoal que gostava do ‘leite crioulo’, né? Então, todo mundo comprava... A gente comprava também, porque tinha bastante filhos, né? Mas eu comprava mais era lá no Casetta [comércio] era a lata de leite em pó. Lá e depois com o tempo, foram morrendo os ‘véios’ [colonos leiteiros] e aí acabou com tudo! (I – residente há 46 anos)

“O padeiro já sabia o quanto deixar, porque o meu pai e a minha mãe já conversavam com ele e já tratavam tudo certinho. E tinha a caderneta que ele anotava, né. Ele vinha de carroça e pendurava [produtos encomendados] na porta de casa... Todo mundo já conhecia o som do cavalo dele todo dia...E ele vinha anunciando a chegada, daí a gente já saía com a sacolinha e daí recebia o pão e o leite...” (H – residente há 67 anos)

“Cada um tinha a sua sacolinha do pão, né, toda bonitinha...Tinha umas que era bordadinha, outras com sinhaninha [enfeites]... só que hoje não tem mais, né? (C – residente há 35 anos)

“Tinha um velhinho padeiro que passava do lado a minha casa e dizia: ‘Pão com banha, gorda não ganha!’ Ele veio da Alemanha... é tinha uns alemão ali.(...) Num dia normal a gente estudava, a mãe trabalhava em casa, o pai saía pra trabalhar .. A gente tinha horário de passeio, horário de trabalho e horário de escola. A gente ia pra escola e tinha que andar um bom tempo. ...Meu Deus do céu! A gente tinha que subir até lá, era tudo campo aqui,uma casa aqui, uma casa lá, era uma subidona, um campão grande assim sabe? Tinha árvore, tinha as coisas assim, mas a mãe não deixava agente sair sozinho, que ela tinha medo que a gente se perdesse, então ela levava nós naquele campão e a gente ia. Tinha os

carreirinho de tanto o pessoal passar, então cada um tinha os carreirinho pra gente subir. Nossa...!(...)Então o pai sempre dizia pra gente, quando a gente saía: ‘Traz radiche!’ Então a gente ia catar um monte de radiche pra ele. Ele colocava numa baciona assim grande e lavava tudo aquilo e depois fazia uma salada! Quando nós ia pra escola, nós levava sacola e vinha com aquele monte de radiche pro pai, e a gente comia também Ai que gostoso!” (S – residente há 51 anos)

“No meu tempo não tinha merenda escolar. Você tinha que levar de casa. A mãe fazia pão feito em casa e eu trocava com os ‘riquinhos’. Porque eu levava pão com banha e sal. E os riquinhos levavam pão de padreiro. Era esse pão com manteiga, porque margarina não existia. Então trocava. O meu era novidade pra eles e pra mim era mais novidade. Era mais difícil, mas era melhor, porque não davam nada, mas as pessoas se viravam.” (T – residente há 44 anos)

“Então de manhã as crianças costumavam ir pra escola..A criançada ia pra escola, a dona-de-casa ficava lavando, passando, esfregando, arrumando, até chegar o almoço.” (C – residente há 35 anos)

Atividades da hora do almoço:

“A gente fazia tudo o que tinha [produzido no entorno da casa], né? Lá em casa o almoço começava cedo, porque os guri já iam pra aula de manhã, né, o pai [marido] trabalhava ali na Rede [rede ferroviária] e onze horas ele vinha almoçar, então tinha que começar às dez horas ou antes, né? Porque tinha que fazer uma carne com verdura... tinha que ter! E era fogão de lenha...” (G – residente há 60 anos)

“Era arroz, feijão, macarrão e tinha carne... Naquele tempo a gente comia muita carne vermelha. O pai comprava muita carne vermelha. O pai nunca deixava sempre a mesma coisa.E a carne normalmente se comia junto com arroz, feijão...Meu pai fazia muita feijoada. Nossa! Então tudo o que era lingüiça, coisa de porco, ele punha na feijoada. A gente comprava, porque o pai criava era mais galinha, mais ave. Então ele ia mais pros sítios dos amigos dele pra pegar essas coisas de chouriço, essas coisas de porco, né. Meu pai nasceu em Antonina, então adorava aqueles ‘cozidão’ [preparações ensopadas de carne, às vezes misturadas com verduras] e assados.” (S – residente há 51 anos)

“Era mais virado de feijão, polenta, frango, carne de porco... era tudo coisa de sítio. Eu nunca vi minha mãe sair prá comprar nada assim pra fazer uma comida. Meu pai ajudava assim, porque ele que fez o fogão de barro, o forno de pão. Mas sempre a minha mãe, sempre ela fazia [preparo da comida]” (Q – residente há 40 anos)

“Na minha família, né, o meu avô ia cuidar das galinhas e ia limpar o quintal, limpar o terreno, cuidar das plantas, enquanto a minha avó ficava com os serviços domésticos. Umas dez e meia, por aí assim, já começava a preparar o almoço. Era uma alvoroço né, porque as filhas [mãe e tias] moravam próximas, né, então o vô já chamava da porta: ‘Vamos fazer um chimarrão!’ Então essa era a hora que ele terminava de cuidar da parte lá de fora [quintal]. Daí a vô já estava com o fogão à lenha aquecido, aí vinha a minha mãe descascando batata, era a minha tia já com o arroz escolhendo e sentava o povo todo em volta da mesa, tomando um chimarrão, conversando... Porque a gente morava em casas diferentes, mas no mesmo terreno. O almoço, elas preparavam juntas e depois cada uma levava pra sua casa.” (C – residente há 35 anos)

Atividades do período tarde-noite:

“Elas [vizinhas] faziam tudo, era fubá, a polenta, tudo!... Mas era muito gostoso essa época! É uma época boa de lembrar... Eles tinham também aqueles **pilão**, sabe, de socar?

Eles socavam o milho, então a gente ajudava... Na hora de folga nossa [normalmente à tarde, depois das tarefas da escola e de casa] a gente ia lá ajudar a Vó Porcina a bater o pilão. Mas como era gostoso aquilo! Fazer farinha de milho, fazer farinha de mandioca. E eles faziam tudo naquele pilão. A gente socava o pilão e ajudava ... Eles ensinaram prá nós, né, e a gente vivia lá socando o pilão.” (S – residente há 51 anos)

“Eu me lembro que eu fazia bolacha prá gurizada, né, morrendo de medo que eles encostassem a barriga na chapa, né... Porque eu esfregava aquela chapa areadinha, branquinha [polimento da chapa do fogão]... e de noite fazia as bolachas prá eles, acredita? Pra eles comerem com o pão, com café, né? Era uma bolacha comum que a gente tem aqui, assim, de trigo, né? Naquele tempo eram boas essas bolachas, né? Olha, depois que terminava a janta, esfregava aquela chapa bem, né... e a bolacha já tava amassada e era só cortar e colocar na chapa, direto e assar.. Eu costumava também fazer polenta assada pro meu sogro, que ele adorava ... Eu sou italiana, então a polenta na chapa era a polenta ‘brustolada’ na chapa. E essa polenta se comia com café, né, com o que você quisesse, do jeito que quisesse. Mas era mais bom de manhã, quentinha. Ela tava fria, porque você fazia de noite, então de manhã era só levar pra chapa. E isso não era todo dia não. Não todo dia... era umas duas ou três vezes por semana que fazia as bolacha. Porque cansava muito a gente, né?” (G – residente há 60 anos)

“E quando eu estudava também, o ônibus passava de hora em hora e eu trabalhava o dia inteiro, eu era gurizão. Então, se perdesse... E às vezes, quando eu ia pra aula à noite, porque estudava à noite, então quando me acordava o cobrador tava me acordando lá embaixo [passado o ponto de parada próximo de casa], porque o sono me vencia. Então tinha que pagar outra passagem pra voltar . Então são coisas que é cômico e ao mesmo tempo é revoltante, entende?” (T – residente há 44 anos)

Na divisão do trabalho instaurada no cotidiano dessa época, as atividades domésticas estão centralizadas na figura da mulher, enquanto as ocupacionais, externas ao ambiente doméstico, são marcadas como afazeres masculinos. Esses últimos, seja no sentido profissional (ferroviários, donos de pequenos estabelecimentos comerciais ou funcionários institucionais), como no relativo à escolaridade (práticas de estudo no período noturno, como estratégia da classe trabalhadora) e, até mesmo em atividades específicas da “lida” no entorno doméstico (envolvendo os homens mais velhos ou aposentados, nas tarefas de cuidado da criação de animais domésticos e dos pátios e quintais que ocupavam boa parte dos terrenos onde se implantavam as casas).

Às crianças, além das atividades escolares, havia um tempo reservado ao trabalho doméstico, em auxílio às mulheres, protagonistas nesse setor. Esse, envolvia afazeres considerados leves (varredura de cômodos da casa, limpeza das louças utilizadas nas refeições), mas também incorporava a participação nas preparações culinárias que serviam a refeições intermediárias (bolos caseiros e bolachas consumidos como lanches) ou na elaboração de produtos que serviam de base à alimentação cotidiana (pilagem do milho para produção de farinha; produção caseira de macarrão, moagem de grãos de café).

No modo de vida do bairro, no período dos anos de 1950 a 60, a atividade de produção doméstica de alimentos representa uma das centralidades do cotidiano feminino, envolvendo rituais de socialização intrafamiliar com a participação de diferentes gerações. Esta característica, somada às tecnologias disponíveis de aparelhos domésticos destinados à atividade culinária, consumiam um significativo tempo de preparação em relação aos turnos do dia.

Geralmente na continuidade das atividades referentes à primeira refeição do dia, tomada entre às seis e sete horas da manhã, já se iniciavam ações de preparo da refeição seguinte, o almoço, a partir das lidas no quintal e da organização da cozinha. Efetivamente, a elaboração do almoço em termos dos procedimentos necessários às preparações culinárias que eram integralmente elaboradas em casa, consumia pelo menos de duas a três horas. Seu início se dava entre às nove ou dez horas da manhã, para que o serviço à mesa, para a família reunida, fosse ofertado entre às onze horas e o meio dia.

A cozinha figurava portanto como um centro principal das atividades da casa, abrigando, numa época de baixa frequência do acesso domiciliar à rede elétrica, muitos equipamentos manuais, destinados à confecção de preparações culinárias (maquinário para preparo de macarrão, moedor de carne, moedor de grãos de café, pilão de milho).

Muitas vezes, os afazeres da cozinha também requeriam a extensão para outros lugares da casa ou do entorno doméstico. Para isso, tinha-se o quintal, que às vezes abrigava fornos de tijolo alimentados à lenha para a confecção de pães. Assim também o porão, presente em alguns tipos de construção mais antiga com o emprego de pedras, que funcionava como climatizador natural, auxiliando técnicas de conservação de alimentos que dependiam de uma estabilidade a temperaturas mais baixas. Nas estratégias para conservar a carne, os processos de defumação e de desidratação pela salga (“secagem da carne”) eram um meio freqüente para garantir a durabilidade do produto, geralmente no caso das carnes de origem suína, mais facilmente deterioráveis em função do maior teor de gorduras em relação à carne bovina.

“ Olhe, quando eu morrer, vou morrer feliz da vida, porque eu tive uma infância muito linda!... Sabe essas árvores tipo, desses coquinho amarelo? Então o meu pai fazia tipo um leque pra gente abanar. Ele fazia tipo um leque e a gente ficava abanando o macarrão pra ele não secar. A gente tinha moedor de carne, com manivelinha ... a gente comprava carne no açougue em pedaços e colocava ali e ia virando a manivela. Sabe aqueles moinho de café? Nós tinha também, bem antigo! Um moinhozinho de café... A gente colocava os grãos ali e moía também. Conforme o lugar que você passa você sente um cheiro que te traz aquela

lembrança e te leva lá longe, na infância... No fim de semana o pai daí colocava carnes pra assar naqueles ‘fornão’ que a gente tinha de fogão de lenha, que era feito de barro, lá no quintal. Era no quintal... e ele colocava pra assar. Se fazia cerveja caseira.... Quanta cerveja caseira nós fizemos! Eu sabia fazer cerveja caseira. Agora, faz muito tempo que eu não faço, mas se eu tentar, eu acho que acerto. Só comprava o lúpulo e o resto a gente usava: era açúcar, e a gente não punha álcool, porque ela mesma produz quando fermenta, né? ... A mãe tinha aquela maquininha de antigamente de fazer macarrão. Daí a gente fazia macarrão quando a minha tia vinha aqui em casa, tinha aquela chapinha e a gente ficava abanando [referindo-se ao processo de fabricação doméstica da massa].” **(S – residente há 51 anos)**

"Não tinha geladeira... tinha aquelas dispensa com porta, ficava tudo geladinho... muitas vezes era no porão da casa, porão de pedra. Ficava gelado com o frio, né, que era natural. Naquele tempo a gente nem sonhava com geladeira. Porco, a gente matava o porco, defumavam toda a carne, colocava nas lata, faziam toicinho tudo. Meu Deus do céu!" **(Z – residente há 45 anos)**

“Olha, deixa eu contar uma coisa, que eu passei aqui...era difícil... aqui em Curitiba tinha umas coisas assim daquela época [anos de 1950/60], que... por exemplo, a gente assim, que era pobre, até tinha uma geladeira, mas não era essa geladeira assim [modelo atual]. Era uma geladeira de madeira e feita de zinco e aí o gelo... tinha um pessoal que fazia e aí a gente pegava o gelo, batia assim na porta, quebrava o gelo pra pôr aqui embaixo. Não existia essas geladeira..., mas só pra quem tinha muito dinheiro. Era muito difícil, porque era importada.” **(R – residente há 36 anos)**

“Na minha casa tinha fogão de barro, dentro de casa. Meu pai que fazia prá ela [mãe]. Tinha um forno que ela fazia pão. A carne, prá poder guardar, se secava. A gente guardava em lata. Mas se fosse prá comer hoje, eu não comia. É porque não tinha tanto químico como tem agora, né? E se comia [toucinho] com pão, com virado, com tudo...” **(Q – residente há 40 anos)**

“Meu pai tinha uma fornalha daquelas tipo assim que formava um arco, era de barro, sei lá do que era aquilo, que ele fez e tinha no quintal de casa, que era um verdadeiro sítio.” **(N – residente há 36 anos)**

Nas identidades sociais do lugar ao longo do tempo histórico permanecem nessa época traços da antiga economia pecuária mantidos pelos pequenos criadores de gado de leite, atividade viável numa paisagem ainda predominantemente campestre. Desse contexto, identifica-se na primeira refeição do dia, o costume de “pegar o leite de manhã na porta de casa”, trazido diretamente do produtor, transportado em carroças. Não raro, os leiteiros também se encarregavam do pão, a partir da produção familiar e entregue no mesmo sistema, caracterizando o uso das “sacolinhas” penduradas nas portas das casas.

A comida básica das refeições principais do cotidiano (o almoço e a janta) remonta à tradição alimentar regional do século XVIII, onde o arroz, o feijão e o milho, produzidos precariamente, já figuravam como o recurso viável à subsistência dos primeiros habitantes do território da cidade. O consumo da carne e banha suínas ainda guarda relação com a

simbologia ancestral do gado como mercadoria de exportação, não servindo ao consumo humano. De modo geral, a carne, embora mencionada como alimento valorado na refeição cotidiana, é identificada mais como acompanhamento, sendo freqüentemente guarnecida de verduras.

Nesse sentido tem-se o contribuinte original, a partir da inserção do trabalho imigrante na formação de colônias periurbanas, da prática do cultivo de vegetais (couve, alface, repolho, temperos verdes) e da criação de animais (galinhas, patos, perus, coelhos) nos quintais do entorno doméstico, no bairro dos anos de 1950-60:

“E todo mundo plantava naquela época, né? Então tinha o repolho, tinha a alface, tinha uma galinha ou duas lá... quem tinha mais espaço tinha mais [referindo-se aos animais]. O meu avô tinha até coelhinho em casa, né?” (C – residente há 35 anos)

“Minha receita de antigamente era só no quintal. Meu pai plantava tudo e não comprava nada. Minha mãe fazia o pão feito em casa, que também não era comprado. Sempre minha mãe [no sentido de quem fazia as preparações], até macarrão. Não era nada que nem a gente vai no supermercado e compra tudo. (...)Eu nunca vi minha mãe sair prá comprar nada.” (Q – residente há 40 anos)

“Em casa a gente tinha... a gente plantava couve, alface, repolho... Meu pai sempre tinha uma plantação em casa no quintal. Quando eu nasci, a nossa casa era nos fundos, de madeira e o quintal na frente bem grande, cheio de árvores. Tinha salsinha, cebolinha, tudo o que se imaginar de tempero ali tinha. E meu pai tinha a horta dele, que a gente ajudava ele cuidar e a mãe também. Então a gente tinha tudo no quintal, em termos de verduras e essas coisas. E arroz e feijão não, porque aí já era mais assim... [dificuldade de plantio]. Mas de vez em quando a gente ainda tinha um quadradinho onde a gente plantava o feijão pra pegar a vagem dele, sabe aquela vagem do feijão? A gente se divertia fazendo aquilo! Então tinha as plantaçozinha lá: de um lado era flores e do outro lado era só verdura. Era coisa mais linda eram! Hoje em dia ninguém mais liga pra isso...Carnes, de criação nós tinha galinha, nós tinha galinheiro, nós tinha pato e peru. Os animais ficavam num canto também. Eram separados. Não deixava junto com a plantação. Então tinha um cercado das galinhas e onde ficavam os pato e o peru tudo junto, era um quadradinho.. e a gente cuidando, lá da criação..” (S – residente há 51 anos)

Pode-se verificar nesse cenário descrito pelos habitantes locais, que os quintais figuram fortemente como espaço para a obtenção de alimentos que complementam o consumo familiar cotidiano das principais refeições (verduras, carnes, ovos), chegando às vezes a abrigar pequenas roças responsáveis pela produção do feijão e do milho.

Esse tipo de prática tem identidade com o que Brandão (1981, p. 40-41) em sua etnografia das práticas de acesso a alimentos por lavradores urbanizados em Goiás denominou de “quintais de aproveitamento máximo”, ou seja, aqueles espaços “que combinam a criação de animais domésticos, plantio de hortas e uma pequena lavoura de

pelo menos um cereal” e que representam uma categoria de recursos diretos empregados pelas famílias para a obtenção de alimentos na cidade.

A respeito dessas práticas alimentares, convém destacar que na reflexão de Josué de Castro (2001, p. 249-251) sobre o sistema alimentar na área centro-sul do Brasil nos anos de 1940, são caracterizadas regiões dos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso como espaços a partir dos quais tem-se o início de uma área alimentar tipicamente baseada no cultivo do milho em associação à criação de rebanhos suínos. As combinações específicas do milho na forma de farinha a outras fontes alimentares cultivadas na região por ele caracterizada como “um mosaico de manchas agrícolas (feijão, café, arroz e cana de açúcar) e pastagens”, bem como o consumo mais ampliado de hortaliças e frutas em relação às demais áreas nacionais, e de subprodutos da cana, poderiam ser identificados como fatores predisponentes à ocorrência de excessos energéticos provenientes do regime alimentar regional. Tal conjuntura seria explicativa da maior incidência de obesidade e doenças correlatas dentre a população habitante dessa zona geográfica que, já àquela época marcava um diferencial da questão alimentar-nutricional da região, entretanto compreendida, numa visão biodeterminista do autor, como componente da “formação do tipo biológico” dos habitantes locais, “lentos e pesados, conservadores e pachorrentos”.

No caso da alimentação praticada no bairro no período que compreende os anos de 1950 e 60, a grande contribuição energética para a dieta local também tende a provir das fontes lipídicas presentes nas carnes, especialmente a suína, de carboidratos complexos componentes do milho, feijão e arroz e de açúcares mais simples, das frutas já cultivadas localmente a exemplo da laranja. Esses fatores sugerem a possibilidade dos habitantes locais atingirem um estado mais adequado de nutrição, não sendo descartada a ocorrência de déficits nutricionais, porém de manifestações menos graves. Entretanto, destaca-se nesses elementos que vão construindo os padrões alimentares locais, a possibilidade de relação com repercussões futuras em termos do impacto à saúde e nutrição dos habitantes, em conjunto às transformações do modo de vida, conforme será posteriormente analisado.

Outros complementos à dieta alimentar dos habitantes do bairro dizem respeito a uma direta relação com a natureza local. As regiões de banhado e de matas figuravam nas práticas cotidianas como fontes de caças, frutas silvestres e vegetais.

“E aqui no bosque [Bosque Capão da Imbuia] se caçava... Tinha tatu, tinha raposa. Eles [pai e companheiros] vinham aí, matava raposa, matava tatu e depois levavam e preparavam... Se comia sim! O tatu, né, eles pelavam a barriga dele, depois meu pai abria, limpava bem limpinho, depois ele cortava com a casca ... Bem torradinha a casca, fazia com a casca, daí saía aquele gosto gostoso! O tempero era bastante cebolinha verde, assim, salsinha, tudo o que era tipo... Podia fazer assado, podia ser cozido.. E a carne de raposa também eles faziam.... Caçavam rã, ‘toqueavam’ traíra, né no rio ali, que ainda tem o rio [Rio Atuba] ... ‘Toquear’ é pegar com a mão, que enfia na toca... Só que o rio era mais fundo... Não era época de esgoto assim escuro, era um rio bem limpinho. Era um pouco fundo, não que desse assim pra gente se banhar, mas o pessoal ia lá muito, e tinha bastante [peixe]. Lavavam bem lavadinho, fritavam bem fritinho e depois comiam. A piaçada gostava muito também de pegar aquele... a preá, né, que falam., né, que é tipo dum rato do mato, meio rato, meio coelho... E vinham levando assim, cada um vinha com uma...E alguns faziam pra comer.” **(H – residente há 67 anos)**

“Preá eles usavam comer assim... Não sei como que eles saíam. Meu pai ia caçar, eles tinham um troço comprido que nem aquele que a gente pega tatu, uma armadilha, daí eles pegavam o bichinho. Daí em casa, assa que nem um porquinho ou passarinho, essas coisas, né, bem temperadinho...” **(G – residente há 60 anos)**

“Ele [pai] pescava, trazia o peixe, trazia rã... Nós comia muita rã! Era uma delícia! Tatu, nossa!...Preá, tudo essas coisa eu quando era pequena comia. Então o pai variava. Também tinha muito cogumelo antigamente. Aquele cogumelo que pode comer sabe? Então a gente passava pelos campos assim, e tinha.. aqueles brancos assim, parece um chapéu. Tão lindo...O branco a gente podia comer. Já aquele escuro, não podia. Então a minha mãe sempre ensinava nós. Agrião...Nossa que delícia! E radiche...[folhoso, verde escuro e amargo] meu pai comia muito radiche. A gente quando criança catava no campo.” **(S – morador há 51 anos)**

“O pessoal aí ‘toqueava’ o peixe. ‘Toquear’ era assim, você entra na água assim, mergulha e com a mão assim, na toca... Não precisa de nada [equipamento de pesca]. Toqueia a mão assim e pega... Eu nunca peguei, mas eu tinha uns colega meu aí que faziam... Era aí no rio Atuba.” **(R – residente há 36 anos)**

“Caças era a comida que a gente pode dizer que era daqui mesmo.Meu avô ia levar as crianças no bosque e lá no Jardim Botânico pra caçar ... Era passarinho, era perdiz, essas caças ... E agora não tem mais! Agora é crime ecológico! **(C – residente há 35 anos)**

“Tinha pinhão no bosque que a gente sempre ia lá buscar. Ou com carrinho de mão, ou com um balde, a gente ia lá e pedia pra pro Seu Pinheiro. E ele dava pinhão pra gente . Então vivia colhendo aquelas pinhas lá de cima, só que ele não deixava ninguém subir nas árvores pra não estragar. Ele mesmo ia lá e catava as pinhas. Ali tinha pinhão, tinha laranja.. Ele tinha algumas árvores de laranja, de mimosa, ele tinha algumas frutas ali no meio [do mato] que ele mesmo plantou. Natural do bosque só pinhão mesmo.” **(S – residente há 51 anos)**

"Aqui no Capão nós catava pinhão no mato.. Tinha pinhão, pitanga, ingá , guabiroba... Ingá é uma frutinha, parece uma vagem, meio marrom... A fruta que tinha aqui era mais assim de mato." **(K – residente há 53 anos)**

Mediante as narrativas apresentadas, tem-se identificadas as categorias de alimentos que representam a comida do lugar, entendida como a fonte alimentar original do bairro, obtida a partir das características locais da natureza. Dentre as fontes animais,

encontram-se o tatu, a raposa, a rã, a preá, alguns tipos de passarinhos e a traíra. Dentre os vegetais podem ser elencadas as frutas do bosque como: o pinhão, a pitanga, o ingá, a guabiroba e os folhosos do campo e dos banhados, como é o caso do “radiche”.

Ou seja, o espaço natural, como fonte de recurso alimentar, era capaz de fornecer alimentos que representavam fontes variadas de nutrientes básicos tais como as proteínas animais provenientes das caças e os carboidratos complexos, como os presentes no pinhão. Também havia a possibilidade de complemento de micronutrientes, embora proporcional às quantidades viáveis de consumo, a partir de uma determinada diversidade de frutas e vegetais considerados como “selvagens” pelos habitantes.

A partir desse conjunto de relatos, pode-se analisar que a ampla dimensão espacial dos terrenos acessíveis aos habitantes locais, bem como a dominância da natureza na organização do território do bairro nessa temporalidade tornam-se viabilizadores do acesso alimentar em termos das variedades de fontes nutricionais. Essa possibilidade dada no contexto territorial vem garantir uma certa compensação qualitativa no padrão alimentar dos habitantes, diante da conjuntura de dificuldades de acesso alimentar dada na condição periférica do bairro em relação à cidade.

Até os anos de 1960 as fontes complementares da alimentação, obtidas diretamente do ambiente do lugar, estavam também muito associada às atividades de lazer, até então caracterizado por uma relação de proximidade das pessoas com a natureza, e das potencialidades de sua configuração original na paisagem do bairro. Dos espaços livres, viáveis pelos campos abertos do capão, origina-se a tradição do futebol como identidade cultural da socialização local àquela época:

“Eu e uma porção de amigos que eu fiz aqui, né, eu me tornei até um esportista.... Não pra jogar futebol ... Eu batia a minha peladinha assim... mas não profissional. Então eu peguei, da madeira da minha casa, da madeira da minha casa [repetindo com ênfase], se reunimos um grupo de ‘rapazeada’ que tinha bastante por aí, né... Se reunimo e fizemo o campo de futebol daqui. Aqui tinha o Grêmio Esportivo Capão da Imbuia, ele tinha outro nome ali pegado com o Museu ali. Mas não deu certo lá e daí fizemo aqui, né? ... Aqui dava quase quatro quadras aqui, só de campo, né! Aí era muito alagado ali... Daí fizemos valeta, juntamos muita ferramenta e demo um jeito de fazer um campo de futebol. Na minha gestão, eu fui tesoureiro, diretor, diretor de publicidade... Nós tínhamos diretoria, sabe? No começo, era Grêmio Esportivo Capão da Imbuia, o popular GECI! Aí surgiu o Bandeirantes ali, perto da [Rua Osmário de Lima]... Ali era um campo também, vago... e eles construíam também um campo de futebol lá. Então tinha o Bandeirantes lá e tinha o Capão da Imbuia aqui, o GECI aqui... Então tinha aquela rivalidade, né?”. **(I – residente há 46 anos)**

“Outra coisa aqui do pessoal do Capão da Imbuia, principalmente os jovens e até os idosos, é que antigamente tinha aqui um campo de futebol, perto da igreja...Então o pessoal ia jogar bola. Então as pessoas mais novas assim, que queriam namorar, ficavam no jogo. Os mais velhos iam de vez em quando olhar, mas era mais a parte jovem que ia lá namorar e aquelas coisas...[risos] Era o Gralha Azul...[referindo-se à denominação local do campo de futebol]”
(R – residente há 36 anos)

“Então, o meu cunhado treinava o time de futebol do bairro .. o Capão da Imbuia futebol clube jogava lá... e daí eu ia vender rifa pro público, né, e ficar, o que seria agora, ‘azarando’, né, paquerando [risos]. E depois, durante a semana a gente vinha, se encontrava no ônibus e os rapazes nem olhavam, não conheciam ninguém...[risos] mas domingo era tão bom!” **(C – residente há 35 anos)**

Ainda no que se refere às práticas alimentares ocasionais, tem-se a explicitação do diferencial alimentar nos dias excepcionais no cotidiano vivido no bairro, ou seja, a comida dos finais de semana e das festividades:

“Meu pai pegava aquelas carnes deste tamanho assim, ele comprava aquelas carnes de peça. Ele ia no matadouro e trazia aquelas peças grandes. Aí ele recheava. Ele fazia uns furos assim, uns corte naquela carne e recheava com tudo o que se pudesse imaginar de tempero, de verdura, de tudo! Ele ia colocando assim, bacon, tudo de porco ele punha ali dentro daquela carne assim. Meu Deus! Isso era mais no final de semana. De assar essas carne assim ele fazia final de semana. Então chamava os amigos dele e a gente ficava ali tudo reunido, né? Os amigos levavam as esposas e os outros se juntavam ali ... Só os irmãos já dava... cinco menina e cinco piá, então imagina, né? Mas era assim: a gente só podia ir se reunir com eles quando o pai ou a mãe dessem ordem pra gente ir.” **(S – residente há 51 anos)**

“...Em 63 foi feito o maior campeonato varzeano de futebol aqui no Capão da Imbuia. Nós registramos setenta equipes! Tinham caminhões, ônibus carro, de tudo quanto era equipe de Curitiba e região metropolitana, porque nós mandava ofício pra todo mundo né? Aí eu tinha acesso de crédito na [distribuidor de bebidas], ia lá e encomendava cerveja, vinte, trinta caixas de cerveja e de refrigerante. Encomendava 100, 150 quilos de churrasco né? Quando tinha jogo de futebol aqui, nesses campeonato, digamos assim, era quando era Sete de Setembro, Primeiro de Maio, Vinte e um de Abril, Tiradentes. E foi então em 21 de abril de 63, foi quando nós fizemos o maior campeonato e que reunia setenta e quatro equipes! E pra administrar, olha, era de suar o dia inteiro! O bairro aqui era silencioso, era quieto, até nesse dia de 21 de abril.... então eu tinha 5 ou 6 morteiro aqui em casa, que eu fiz, cano de ferro de duas polegadas, socado com pólvora ali e estopim, e quando foi nesse dia, eu detonei todos os cinco ali. Olha! Era um estrondo desse tamanho!” **(I – residente há 46 anos)**

“Era a segunda etapa do Agromate [ervateira]. O Agromate foi um dos pioneiros....Todo o dia primeiro, Dia do Trabalhador, vinha aqueles caminhão, dos que forneciam a erva, mas era cada churrasco do tamanho daquela mesa [a tamanho das peças de carne].E a gente era convidado... não tinha quase vizinho, então todo ano, a festa era grande. Vinha os caminhões, com as famílias dos produtores e eram chamados, pra ver onde tava indo o dinheiro. Era um troço lindo, lindo, que você sente do jeito que terminou ali, entende?”**(T – residente há 44 anos)**

“A época de Natal! Meu Deus, a gente se reunia na sala e aí na hora da ceia e o meu pai dizia: agora vamos se reunir e antes de ceiar a gente vai rezar e vai cantar. Daí a gente pegava um livrinho, rezava e aí cantava aquelas musiquinha de Natal. Na comida, meu pai colocava muita uva, fazia salada de frutas. Todas as coisas doces iam numa mesa e as

salgadas em outra. Nós fazia suspiro em casa.. ai que delícia!. Nós criava peru, pato, galinha. E ali naquela parte dos salgados daí o pai fazia farofas. Ele fazia farofa com lingüiça, com miúdos, com bacon, vários tipos de farofa ele fazia e colocava e maionese, arroz, pra quem queria e se quisesse feijão sempre tava lá no fogão a panelinha, o caldeirãozinho de feijão e era assim.. Sabe essas pinhas que a gente ia ali pedir pro seu Pinheiro [do bosque do capão] a gente pintava as pinhas e colocava na árvore, pendurava tudo pintadinho. Presépio, até hoje a minha mãe faz ... a gente ia catar musgo pra colocar no presépio, depois colocava aquele espelho e fazia que era água, com os patinhos...”(S – residente há 51 anos)

“A festa junina.... Meu pai fazia uma fogueira assim enorme assim de uns 4 metros de altura, daí convidava a vizinhança inteira. Fazia na frente da casa, daí ele convidada todos os vizinhos e fazia festa pra todo o pessoal da rua, quando nós viemos morar aqui. Daí eles ficavam jogando baralho, e era aquela fogueira, era pinhão, batata doce, quentão, batata doce, pipoca... E ninguém trazia nada. Ele fazia sozinho, porque ele gostava! Era o prazer dele. Era em junho. Era muito legal. E pra isso, ele guardava dinheiro, ia guardando pra daí fazer a festa dele. Ah isso foi uns 10 anos [entre 1968 e 1974]. Era bom assim também no Natal. Meu pai sempre fazia festa de Natal pra nós... pros filhos, não já pros vizinhos, mas pra toda a família . E cada um trazia uma coisa, se reuniam, era muita fruta, muita festa. Era muito bom ! A casa era muito grandona, com as peças grandes e daí se reunia todo mundo. Era muito legal” (N – residente há 36 anos)

Nos relatos acima, considerado o contexto histórico do processo de ocupação do espaço, caracterizado por uma identidade social vinculada à classe trabalhadora, tem-se nessa temporalidade um circuito de festividades dadas em diferentes setores estreitamente relacionado à simbologia da exaltação do trabalho e que perduraram até os anos de 1970.

Dentre os campeonatos de futebol, eram famosas as comemorações do chamado Torneio do Trabalhador, sempre realizado no “Primeiro de Maio”. Conforme relata uma publicação local, “em média cem equipes de futebol de Curitiba e região Metropolitana participavam do Torneio, que levava dois finais de semana para se encerrar e era uma festividade que contava com foguetórios, banda militar, desfiles das equipes, premiações e onde a população participava com seus familiares (Jornal da Associação Comunitária Capão da Imbuia, 2004, p. 3) – **FOTOGRAFIAS 11 e 12.**

As festas públicas no âmbito de comunidades representam, dentre outras simbologias, uma estratégia periódica para o consumo mais abundante de alguns alimentos de valoração social, como a carne e o pão, além de bebidas alcoólicas. Nestas ocasiões esporádicas, o alimento ultrapassa o sentido primordial de prover a nutrição, sendo sua abundância e a sua representação de caráter “forte” identificados com a singularidade do momento ritual (CANESQUI, 1988, p. 208; BRANDÃO, *op. cit.*, p. 39; CANESQUI, 1986, p. 53).



FONTE: Jornal da Associação Comunitária Capão da Imbuia, set., 2004, p. 3

FOTOGRAFIA 11 - Torneio do Trabalhador em 1º de Maio de 1971.

Estádio Gralha Azul, como era conhecido o Campo do Grêmio Esportivo Capão da Imbuia (GECI), fundado em 1/05/1957 e localizado em frente à Paróquia São Benedito.



FONTE: Acervo pessoal , I- residente há 46 anos, Capão da Imbuia, 1970

FOTOGRAFIA 12 - Time de futebol Grêmio Esportivo Capão da Imbuia (GECI), em 1970.

Pode-se considerar que na realização dessa estratégia, também se operem táticas no intuito da oportunidade de maximização do consumo de alimentos mais elaborados e de maior custo, legitimadas num contexto de partilha comum. Nas comemorações coletivas do bairro, muitas vezes envolvendo datas oficiais como a celebração do Dia do Trabalhador, a simbologia do lazer, associado à comida ofertada em abundância, tem uma representação de acesso a recompensas sociais que são partilhadas no sentido do reconhecimento intersubjetivo do lugar de pertença daqueles que “vivem do suor de seu trabalho” e reconhecidas como um direito ao luxo alimentar que ultrapassa a trivialidade cotidiana.

As bebidas e o churrasco figuram como comidas típicas tanto nas festas públicas dos trabalhadores urbanos habitantes locais como dos rurais, dedicados à economia do mate e procedentes do interior do estado, que entregavam sua produção ao beneficiamento na ervateira do bairro. As carnes assadas também são a preparação principal nas celebrações dos finais de semana e das festividades vividos no espaço domésticos. Nessas situações o homem assumia o papel central na produção dos alimentos, invertendo o protagonismo de gênero em relação ao preparo da comida trivial do cotidiano.

Os elementos identificados nas atividades cotidianas nesse período de tempo, são descritores de uma ruralidade predominante no bairro. Essa, se insere como conteúdo da realidade de uma cidade em franco processo de impulsionamento à urbanização que vem a ter sua realização inicial a partir dos anos de 1970.

II.2.2 Cotidiano e alimentação no bairro – décadas de 1970-1980

Conforme a trajetória histórica do bairro no contexto da cidade, identificada no capítulo anterior, o período dos anos de 1970 marca uma transição em termos do processo demográfico local, atrelado às conjunturas econômicas regionais. Dentre estas se destaca a agroindustrialização no campo e o fortalecimento da industrialização na cidade, a partir das normatizações do Estado na gestão urbana. É, portanto, uma época de aceleração do crescimento populacional e da expansão urbana que aos poucos vão imprimindo transformações no bairro, tanto nas formas materiais da paisagem como nos ritmos das atividades cotidianas de seus habitantes. Nessa transição do modo de vida, conteúdos de ruralidade se mantêm presentes nas práticas alimentares, mesclados a novas necessidades

impostas ao trabalho por uma nova condição do viver urbano. A cidade passa a se tornar um grande centro, na perspectiva de uma dinâmica industrial que vai-se consolidando e gerando um novo fluxo de atividades complementares, especialmente em termos de comércio e de serviços, com as quais os trabalhadores habitantes do bairro têm suas principais vinculações de trabalho.

A vinda dos sítios rurais, do modo de vida do campo para a casa da cidade, imprime a exigência da alteração das formas de acesso ao alimento. A chegada na cidade representa rupturas e redefinições no plano econômico e alimentar familiar (BRANDÃO, 1981, p. 11):

“Quando eu era criança no sítio, porque lá o pessoal eles comem o dia inteiro, né? Levanta às cinco horas da manhã, daí quando é mais ou menos 6 horas, seis e meia, daí tão tomando café da manhã. Café, com pão de casa, mandioca frita, pipoca, laranja. Minha vó fazia queijo também, tinha vaca, tinha tudo, leitinho... Daí quando é dez e meia tem a tal da merenda. Virado de feijão com banana e arroz branco, tudo coisa boa, coisa fina, né? E polenta com galinha caipira. Às dez e meia. Depois vão pra roça lá daí quando é uma hora eles volta e almoçam. Depois de tarde é café e ainda a merenda e a janta... Esse costume nós não trouxemos pra cá, graças a Deus...” (N – residente há 36 anos)

A vida na cidade tende a modificar esse esquema alimentar, que passa a assumir as características do modelo urbano, de início mais tardio e com um menor fracionamento das refeições (três ou quatro ao dia), geralmente dado na eliminação das repartições intermediárias representadas pelas merendas e a ceia (*Idem*, p. 43).

Atividades do período da manhã:

“Acordava daí ia pra escola de manhãzinha, daí sempre chegava atrasada porque ficava brincando no campo, e depois sempre chegava atrasada pro almoço... E as amizades não tinha assim maldade, né, porque era brincar de “polícia e ladrão”, de soltar raia, porque na frente da minha casa era tudo campo, né? Então era aquele pão de casa que ela fazia, que se comia no café da manhã.... Eu até hoje não consigo fazer igual ... um iogurte ela fazia pra gente.. Daí ela botava tudo nos copinhos... Nunca esqueço disso! Ficava com pouco açúcar, lógico. Nós é que colocava, enchia de açúcar! Meu pai trazia café do sítio, daí torrava naquela torradeirinha e fazia café pra nós.” (N – residente há 36 anos)

“Aí eu comecei a trabalhar das seis e meia às três e meia . Daí eu tinha que sair às cinco e meia. Naquele tempo já eu ia lá na Avenida Vitor Ferreira do Amaral, daí eu ia lá pra pegar o ônibus Vicente Machado pra ir até o SESC na José Loureiro [centro da cidade].(..). Tinha que acordar às cinco horas, pra sair às cinco e meia, pra pegar o ônibus das seis horas e seis e meia entrar no serviço. Pão era comprado também, toda vida. O pão e o leite sempre assim nesses armazém que a gente chamava, né? Já vinha o padeiro de manhã [no armazém] e era uma vez de manhã e uma de tarde que vinha o pão, né? Vinha uma Kombi entregar. Vinha de manhã e de tarde que ele ia entregar ali no armazém.” (M – residente há 36 anos)

“O pão e o leite meu, como eu já comprava leite em pó era o seguinte: nós tínhamos um padeiro, da panificadora da esquina. Ele tinha uma Kombi, era o Rei do Pão, aqui em cima, sabe? E ele trabalhava com a Kombi. Então o dia que eu falava com ele, deixava a sacolinha pendurada na porta aqui, ele entrava e deixava. Então a gente já encomendava,

sabe? Dez pães e um leite. Então ele já deixava. Daí o leite não era em pó e não era mais em garrafa. O leite eu já peguei aqui, de pacote, naquela época [1970 em diante] já vinha de pacote [referindo-se ao leite pasteurizado e envasado em embalagens plásticas]. Daí ele deixava o leite e no fim do mês ele passava e vinha cobrar. Ele sempre perguntava o quanto que era pra deixar. Às vezes a gente comprava duas bengalas ou dez pães, né, e era isso... Dá saudade, às vezes” (E – residente há 34 anos)

Atividades da hora do almoço:

“Na minha casa era assim: de manhã ia pra escola, chegava da escola e almoçava.... Todo mundo se sentava à mesa e comia todo mundo junto. Esperava todo mundo vir da escola... meu pai era muito enérgico. Ele trabalhava no Correio e tinha horário certinho. Daí cada um tem o seu trabalho. Então a minha mãe sempre falava assim: Hoje você lava a louça, essa limpa a casa .. nós fazíamos tudo assim. E daí nós tínhamos horário de estudar e nós sempre obedecíamos. E nós sempre obedecíamos, a gente nunca respondia, meu pai olhava assim pra gente, só olhava e não precisava falar nada. A gente já sabia...” (N – residente há 36 anos)

“Eu comi mais ou menos uns 35 anos de marmita. Ela [mulher] tinha que fazer a marmita, daí eu levava pro serviço, esquentava muito mal num fogareirinho de álcool... esse que era o almoço” (R – residente há 36 anos)

“Eu cozinhava o feijão, porque no outro dia tinha que levar a marmita. Eu levava a minha marmita cedo, sabe? Eu nunca fui assim de pôr marmita na geladeira e chegar lá [no serviço] pra esquentar, mas sempre no dia, de manhã, servia o feijão, fazia a minha marmita...” (D – residente há 15 anos)

Atividades do período tarde-noite:

“Que nem eu falei pra você, eu saí de dentro do centro pra vim pra cá então houve aquele embate, né? Fiquei cinco dias sem luz aqui, eu com a minha filha pequena, sabe, sozinha, o meu marido trabalhava à noite. Aí quando ele vinha à noite, quando ele recebia, porque era só campo aqui, daí ele vinha de táxi... Quando eu via aquele táxi eu dizia: ‘Chegou! [esboçando sensação de alívio]’ Porque era difícil vir carro aqui, entendeu? Era tudo... era bem... O ônibus ia até a loja Carmem, não tinha traçado de rua. (...)E as ruas pequeninhas que também eram poucas aqui, poucas abertas. E o ônibus de madrugada que passava era... só chegava até ali, depois a gente tinha que vir a pé.” (E – residente há 34 anos)

“Era muito, muito sacrificada, porque daí, quando a gente veio morar pra cá e foi pra pagar o terreno eu tive que voltar a trabalhar pra ajudar, né? E eu comecei a trabalhar e eu trabalhava à noite. (...)Então do terminal do ônibus, lá era o ponto final, então, de lá aqui eu vinha à pé, à noite e era campo, tudo campo. Eu quando comecei a trabalhar... eles [filhos] eram todos eles crianças. Depois é que tinha uma senhora aqui em baixo, foi que eu pedia pra que ela desse uma olhada nas crianças pra mim, porque eles ficavam sozinhos, né? Não era assim perigoso como é agora, mas eu, que nunca tinha deixado eles sozinhos, pra mim era muito [referindo-se à dificuldade para enfrentar a situação] ... sabe? Daí, quando eu voltava à noite então... aquela escuridão... Eu tinha vontade de morrer, tinha vontade de sumir! Eu voltava dez, onze horas... o dia que tinha jantar da [instituição onde trabalhava como auxiliar de cozinha], daí era onze e meia, meia noite... Aí o [marido] tinha sempre que me buscar, né?... Aí depois eu pedi pra passar pra de dia, porque era muito perigoso pra mim.” (M – residente há 36 anos)

“Aquele tempo era tão difíciloso as coisas, porque nós chegava em casa [período noturno, após o trabalho] e nós tinha dificuldade, porque nós compramos um fogão a gás que era

meio caro ... era muito caro o gás pra nós poder se manter, porque a vida era cara. Então o que é que nós fazia: nós não tinha condições, porque não tinha chuveiro, não tinha nada... nós tinha uma bacia grande pra tomar banho. Então pra não gastar gás, nós esquentava a água lá fora, porque não tinha banheiro nem nada. Fazia fogueira, instalava numa lata daquelas e o feijão, que demorava muito pra cozinhar se cozinhasse lá fora pra economizar o gás, certo? Não chegamos a ter fogão a lenha. Por causa que o poder econômico nosso era baixo, nós tava ainda pagando a casa e as crianças eram pequenas, né... Nós construímos assim um 'fogão de tijolo' e conforme a grossura da panela você encostava o tijolo mais assim. Se era a 'broaca' pra esquentar a água, você afastava mais o tijolo... e assim ia..." (R – residente há 36 anos)

"A comida eu deixava à noite... Eu chegava lavava a roupa, porque eu cansei de lavar a roupa à noite e deixava pras crianças, eu deixava a roupa já pronta pra elas torcer e daí elas estendiam.(...)E a comida, deixava tudo pronto, só pra elas esquentar, né? E o pão, toda vida a gente trazia... eu sempre trazia essas coisas de noite. Quando eu terminava [trabalho no centro da cidade] às três e meia eu chegava em casa lá pelas quatro, dependendo do ônibus, que não era como agora de dez em dez minutos, era de meia em meia hora. Então, chegava assim e já tinha que começar já a fazer o serviço, né. Metade elas faziam, metade não faziam porque era 3 crianças, tudo junto,né?" (M – residente há 36 anos)

"Ah, mas tem uma outra coisa aqui, que quando eu vim pra cá, nós não tínhamos nenhuma farmácia. Isso era antigo. A farmácia que tinha era sabe aonde? Era lá na BR. Então era difícil pra nós. A farmácia sempre foi muito difícil, sabe? E então eu aprendi a aplicar injeção. Eu aplicava injeção no pessoal... Era aviar a receita e eu aplicava.(...)Aí eu vim pra cá e descobriram essa habilidade ...então o pessoal fazia cirurgia e quem que aplicava de noite, de madrugada? Eu saía assim 2 horas da manhã, 6 horas da manhã.. Era de virem me buscar aqui em casa e eu chegava na casa da pessoa e ela já deixava a porta aberta e eu já entrava direto pra aplicar a injeção, sabe? Fui o primeiro atendimento 24 horas [risos]. Depois, quando eu comprei o carro.... aí eu carreguei mulher pra ganhar nenê, criança pra ir pro Pronto Socorro, então era tudo, sabe? Eu era meio a referência aqui, sabe? Fui uma das primeiras pessoas que tinha carro aqui, telefone também foi isso, fui uma das primeiras, aí todo mundo ia... Pra dar recado era tudo comigo, sabe?" (E – residente há 34 anos)

Dentre as marcas dessa transição no modo de vida do bairro que ficam impressas no cotidiano de seus habitantes, aparece a necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho, o que modifica largamente as formas do fazer referentes à alimentação no espaço doméstico.

Também como conteúdos desse processo podem ser identificadas a substituição dos fogões alimentados à lenha pelos de fonte a gás, a entrada de alimentos industrializados, de maior rapidez de preparo e maior tempo de durabilidade, e um relativo aumento da frequência de aquisição de produtos num comércio local já mais especializado. Essas práticas aparecem como simbologias de uma modernidade que culturalmente vai tendo um fértil campo de inserção nas atividades cotidianas.

Ainda está presente o modelo tradicional das refeições em família, principalmente nos núcleos familiares onde o trabalho formal permanece como atividade limitada ao gênero masculino. Entretanto, a permanência desse ritual se realiza muito condicionada

pela distância entre casa e trabalho. Do trabalho longe da moradia e da necessidade de extensão da atividade provedora também para a mulher trabalhadora, consolida-se a prática da preparação da “marmita”.

Essa categoria pode ser analisada como representante de uma modalidade de alimentação ainda produzida de modo tradicional, como atividade feminina, contendo a comida trivial preparada no nível doméstico e destinada à refeição fora do lar. A nova prática, concebida como uma necessidade inerente ao trabalho na cidade, também se remete nas representações sociais a um caráter de modernidade que se insere à questão alimentar cotidiana. Assim, a elaboração da marmita pode ser considerada como uma tática geográfica de consumo⁹¹ operada no campo da alimentação, a fim de conseguir a mobilização, a partir da comida caseira, do espaço singular de familiaridade, afetivo e conhecido, para o ambiente do trabalho.

São restringidos os tempos de socialização intrafamiliar mediados pelas refeições e passa a haver uma tendência de concentração das atividades domésticas delegadas à mulher no período noturno, incluindo atividades de pré-preparação dos alimentos que servirão à marmita e à alimentação das crianças.

No ambiente da família trabalhadora⁹², em muitos casos as crianças que ficam em casa passam a responder parcialmente pelas tarefas da administração doméstica, inclusive assumindo responsabilidades sobre as decisões referentes à quantidade e qualidade dos alimentos que servirão de base para a determinação de seu estado nutricional. Esse grupo social, em particular, sofre mais diretamente a perda da socialização intrafamiliar costumeira realizada no momento das refeições principais, sendo que essas se convertem numa atividade mais autônoma, na ausência da condução pelo referencial adulto. Sua participação nas preparações culinárias, antes praticada num caráter de lazer, também converte-se agora em trabalho doméstico.

Conforme Canesqui (1988, p. 213), apesar da divisão de responsabilidades sobre a manutenção da casa, advindas do trabalho ocupacional da mulher, ainda persistia nos anos de 1980 uma divisão dos papéis sexuais no âmbito da organização e realização do consumo

⁹¹ “Tática de consumo” é uma expressão empregada por Certeau (2002, p. 45), como artimanha desenvolvida no contexto de tensões ou conflitos entre as categorias sociais que o autor denomina de “fracos” e “fortes”, no sentido de deslocar ou controlar a razão dominante, a partir dos dominados.

⁹² Conforme expressão empregada por Canesqui (1988, p. 212), para designar as famílias ampliadas ou nucleares do operariado onde o orçamento doméstico não depende exclusivamente do chefe.

alimentar familiar. Não somente o preparo dos alimentos e suas regras específicas se constituem como trabalho feminino, como a socialização e o treinamento para essas habilidades, geralmente para com as filhas mulheres, reproduzindo a situação de segregação sexual no domínio dos cuidados com a casa e a alimentação familiar.

Até a primeira metade da década de 1970, foram mais lentas as transformações na paisagem do bairro, que ainda guarda conteúdos de uma ruralidade. Essa ruralidade também tem significância na medida do caráter periférico desse espaço em relação à distância e aos meios de integração do bairro ao centro da cidade, bem como a ainda pouco densa ocupação do território. Nesse sentido, as hortas e as árvores frutíferas cultivadas nos quintais permanecem tendo influência como fontes complementares na alimentação cotidiana, embora já haja uma tendência de rarefação da prática de criação de pequenos animais domésticos:

“Nós tínhamos alface, que minha mãe plantava muita alface pra gente. Pimentão, tinha uma horta assim [área grande], que você colhia na hora. Coisa mais linda! No próprio quintal de casa. A casa que eu morava era tudo com cerquinha e na frente assim, com dois pés de pessegueiro bem grandão! Tinha pessegueiro, tinha limão também e amorinha. Era bem gostoso, a gente fazia doce, nossa! E antigamente os pêssegos não eram ‘bichado’ que nem hoje, né? Animal a gente não tinha criação, só horta mesmo....E eu me lembro que nós vínhamos aqui ó, aqui perto da linha [região sudeste do bairro], onde tinha uma senhora que tinha uma chácara ali e ela plantava pêra. Meu pai comprava sacolas de pêra e íamos fazer os doces!.” (N – residente há 36 anos)

“Todo mundo tinha aqui [cultivo doméstico de alimentos]. Pé de limão, a gente até nem ligava. Tinha limão, laranja, pêssego.. Era comum... era maracujá pela cerca, porque a gente não tinha muro, ameixa, era... Todo mundo tinha fruta. Era uma coisa que não precisava se investir, comprar. A gente pegava do pé... tinha laranja, limão, tinha à vontade lá trás. Todo mundo tinha, era muito comum, você chegava aqui na rua e via. A ameixa era aquela amarela. E outra coisa que a gente tinha que era muito comum era essa amorinha. Nossa! Tinha um pé de amorinha aqui enorme, sabe? O pessoal tinha muito, até eu também tinha, que a grama aqui era a coisa mais linda, que era tudo aberto, né? E a gente sempre tinha um canteirinho ali que a gente plantava, né? Era couve, era alface... Todo mundo tinha cheiro verde. Então isso aí a gente não tinha necessidade. Um pouco de verdura, a gente não tinha necessidade de procurar... Nos armazéns nem tinha porque todo mundo plantava também. No armazém era mais o não pereçoível, porque em matéria de verdura, todo mundo plantava aqui.. Outra coisa: ovos também, porque o pessoal tinha galinha, tinha galinheiro.” (E – residente há 34 anos)

As festividades públicas se reduzem como eventos da prática social, apesar de serem mantidas em certa medida as reuniões familiares no finais de semana, onde a preparação de alimentos, na simbologia da confraternização, assume a identidade de “comida de domingo”.

“Ah, a única coisa que tinha assim aqui era festa de igreja... Quando eu cheguei aqui [1970] já tinha a festa da São Benedito, mas não nessa igreja, né... era uma outra, que era

feita então a festa. Só existiam duas igrejas católicas seria a São Benedito e a N. Senhora de Fátima que fica lá na BR, né?” (E – morador há 34 anos)

“No final de semana era assim: reuníamos os parentes, tia não sei da onde, tio... sabe? Aí vinham tudo em casa ou noutro domingo a gente ia na casa deles, todo mundo almoçava, passava o dia. Eu tenho parentes no Jardim das Américas, era tudo na redondeza. Ou se não, eu me lembro [1970-1973] que meu pai levava muito a gente no Passeio Público [parque central da cidade]. Meu pai ia, mostrava os bichos, ele sempre levava a gente pra passear lá. Nós ficávamos brincando, era tão gostoso. Agora eu acho tão feio...E a comida de domingo...Ah... era frango de panela, não que nem agora que é churrasco, aquela coisa. Era aquelas galinha caipira. Eu me lembro que minha mãe matava a galinha, tirava a cabeça... Ui!... E aí deixava bem limpinha. Daí fazia aqueles caldos com aipim, com polenta... Ai que bom!”(N – morador há 36 anos)

As práticas de lazer, antes mais localizadas no lugar vivido, também passam a ter espaço no centro da cidade, que assume esse conteúdo como mais um espaço de consumo, numa extensão inicial das relações mediadas pelo mercado para além do tradicional horário de funcionamento do comércio.

Neste período transitório da urbanização no bairro, ainda se percebem resquícios da atividade de lazer das crianças em contato com a natureza original e a permanência da tradição dos campeonatos de futebol. Entretanto, ambas as práticas perdem lugar no espaço vivido, entrando em conflito com as novas ordenações do espaço normatizado a partir da administração pública municipal. Surgem novos loteamentos e conjuntos habitacionais nos anos de 1980, trazendo mudanças nas práticas sócio-espaciais dos habitantes locais:

“Até o Rio Atuba, quando eu vim pra cá, ele não era poluído, sabe?. No rio, o pessoal já não pescava mais, mas era fundo, você olhava assim, né... porque hoje você olha, parece que o rio tá raso... porque aqui na nossa área ele foi aterrado.. Então o rio ficou mais raso... É interessante.. Depois ali eles construíram o conjunto [habitacional]. Acho que foram quase dois anos de sofrimento com esse conjunto aqui, porque os caminhões passavam... era olhe, terra acho que não tem, porque aquilo ali era banhado mesmo.” (E – morador há 34 anos)

“Mas o que fez terminar isso aqui [campo de futebol], foi que na época, aqui era a família Reginatto e era a família Camargo. Então nós pedimos permissão para o falecido Reginatto. Aí nós pedimos o campo, no começo, então nós pedimos licença e ele nos concedeu temporariamente né?(...) Eu sei dizer que, na minha gestão digamos, eu fiquei dezessete anos. Eu e muitos amigos ali também né? Ele morreu depois, né? Aí falava-se que não podia ficar o campo como usucapião, porque ficou depois de todo esse tempo, né, como usucapião! (...)E quando foi um belo dia, eu, daqui da minha casa, olhando ali pra baixo, chegou uma *Caravan* ali, e saíram do carro com um cartucho de papel ali né, e estenderam em cima do capô do carro e eu fiquei enciumado de ver. O que será que vão fazer ali? E eu fui lá, né? Cheguei assim, como quem não queria nada: ‘Boa tarde, boa tarde! O que é esse papel aí?’ Daí eu perguntei, né? Daí ele disse: ‘Aqui nós vamos lotear isso aqui’. Aquilo me deu uma raiva daquele tamanho, porque tanto suor que eu derrubei ali, né, tanto que nós queria que esse campo ficasse, pra nossos filhos, nossos netos, nossos bisnetos, né? E os campos de futebol começaram a desaparecer... Então durou até 79 mesmo!... Olha eu,

como já faz muitos anos que desisti de tudo, nem sei mais em que pé está... Hoje não se vê mais assim como uma tradição...” **(I – morador há 46 anos)**

“Futebol também tinha [1970], que era em frente aqui direto. Quase em frente à [igreja] São Benedito tinha um campo de futebol. Lá, quase toda a tarde o Capão da Imbuia jogava... e acabaram com o campo. Era o time, tinha o Capão da Imbuia e infelizmente lotearam e acabaram com o campo... Teve até um jogador de futebol [profissional], ele começou aqui no nosso campo de bairro. Daí a “piazada” jogava, tinha um monte de time .. Aqui, pros homens tinha atração. Eles iam jogar de manhã ali, à tarde, sempre tinha jogo. A mulherada tinha a coisa de filho, a casa mesmo... aquelas que já não trabalhavam, né?” **(E – morador há 34 anos)**

O novo ritmo de vida imposto pelo trabalho fora de casa extensivo à mulher, resulta no uso do tempo de descanso dos finais de semana para a reorganização dos afazeres domésticos. Estes, passam a ocupar um segundo plano no cotidiano vivido, cuja centralidade agora é ocupada pelo trabalho num sentido formal, caracterizado como ocupação e como fonte de renda para a manutenção da família e da casa:

“Na minha casa era diferente no fim de semana, porque a minha mulher trabalhava e os filhos em casa sozinho, então nós tinha que fazer o serviço quase da maior parte do dia de semana, nos fins de semana. Era bem puxado, sabe? Mas era o preço... Ela fez tudo isso porque o meu poder aquisitivo era muito baixo, sabe? Porque eu trabalhava em oficina e eu não ganhava bem o suficiente e nós tinha que pagar o terreno aqui. (...)Não se tinha condições de comprar, fazer prestação de nada, né, até terminar de pagar. Aí foi melhorando, né?” **(R – residente há 36 anos)**

“Eu depois que comecei, continuei trabalhando, daí eu não parei mais, né? Porque sempre aparecia uma coisa pra comprar (...) As crianças quiseram uma televisão ... Daí fui trabalhar mais um ano até pagar a televisão. Aí paguei a televisão. Aí já tinha que arrumar a casa, porque a madeira estava podre. Aí fazia uma prestação, daí então não podia sair já [do trabalho] porque tinha que terminar de pagar aquela prestação. Aí tiramos as janelas, foi tirado o sótão e foi posto *vitrô*, que daí já ficou mias moderninho, daí já tinha que comprar uma cortininha, e assim eu fui...” **(M – residente há 36 anos)**

Destaca-se que, em estudos de caso de foco antropológico efetuados nos anos de 1970 e 1980 em segmentos de trabalhadores urbanos, as situações de fome e risco nutricional estiveram mais presentes nas famílias dependentes exclusivamente do salário mínimo do chefe, ou com chefe em situação de desemprego ou aposentadoria e com um maior número de dependentes não economicamente ativos. Ou seja, a extensão do trabalho formal à mulher e eventualmente aos filhos maiores ou até a parentes agregados demonstrou ser uma estratégia alimentar nucleada no âmbito familiar, no sentido da ampliação das possibilidades de realização do consumo (CANESQUI, 1988, p. 212) e, consequentemente, de um menor impacto nutricional.

Por outro lado, a exigência do trabalho como imposição à sobrevivência urbana, marca nesse período a deterioração da produção doméstica de alimentos, na maioria das vezes feita sem uso de insumos químicos e que serve ao consumo familiar direto, representando uma fonte natural de alimentos. Essa condição, vai criando novas necessidades às práticas alimentares, abrindo espaços permeáveis à inserção do mercado nas relações alimentares e, conseqüentemente, ao aumento do consumo de alimentos produzidos em escala industrial:

“A minha horta, deixa eu ver, deixei de lado acho que foi quando eu comecei a trabalhar... Foi aí, porque daí a gente começou a trabalhar, já não tinha mais tempo de cuidar de grama, de nada... mas o meu canteirinho eu tenho ainda, você vai ali e vê, agora eu já vou mudar, vou plantar.. Acho que foi até nos anos 80. Porque daí quando eu comecei a trabalhar, em 81 nasceu o meu temporão e daí eu já não ... não deu mais pra fazer... Eu tenho um pé de laranja ali que eu já deixei, porque não dá jeito de podar...Esses tempos cortamos o pé de pêssego lá também, porque já tava estragando e vindo por cima da casa aí eu tive que cortar. Por isso, o tempo passa e a gente vê que o pessoal não planta mais e a gente não tem mais...” **(E – residente há 34 anos)**

“Foi o que eu disse, meu filho não tava mais conseguindo pagar o aluguel onde ele morava. Ele veio nessa situação e aí eu falei pra ele: ‘Sabe o que você faz?’ Porque eu tinha aqui um ‘canteirão’ de cebola. Eu falei assim: ‘Faça aqui!’ [referindo-se à proposta ao filho para construir uma casa no terreno] E ele disse: ‘Ah mãe, mas e a tua cebola?’ E eu falei: ‘Que nada! Que minha cebola! Venha pra cá, não vai pagar mais aluguel!’” **(D – residente há 15 anos)**

O crescimento das importações nacionais de produtos alimentícios industrializados e a expansão da comercialização de alimentos a partir de grandes redes de super e hipermercados tem sua realização sustentada na extensão do modelo capitalista a relações sociais primordiais à reprodução da vida (alimentação, moradia e trabalho) e que se estabelecem nas práticas diárias, efetuadas no nível das micro escalas. Nesse sentido, as práticas do cotidiano revelam a questão alimentar-nutricional como conteúdo do impacto desses macro-processos na realidade social local.

II.2.3 Cotidiano e alimentação no bairro – década de 1990 ao período atual

Esse período traz como principal marca, a consolidação do conteúdo metropolitano da cidade, espacialmente caracterizado por uma mancha urbana contínua e coligada aos municípios do entorno e proximidades. Desse fenômeno se determina uma velocidade de crescimento populacional bastante menor do que a experimentada no período anterior, mas

que leva a atingir em 1990, um contingente superior a um milhão e trezentos mil habitantes⁹³.

Em tal processo de metropolização, com um volume crescente de população, o confinamento dos espaços pela ocupação desenfreada e um mercado de trabalho cada vez mais restrito e seletivo em termos das exigências profissionais, se insere o cotidiano do bairro cada vez mais mediado pelos problemas da cidade grande.

Da tendência de concentração dos afazeres domésticos no período noturno observada no modo de vida diário da década precedente, completa-se agora a total inversão dos ciclos de atividades do cotidiano que passam a ter como referencial de início de um dia comum, o período noturno do dia anterior. Essa mudança significativa se realiza mediante as exigências da carga de tempo consumido pelo trabalho e também nas distâncias e nas demoras em vencê-las, numa complexificação das relações e práticas sócio-espaciais metropolitanas:

Atividades do período da noite:

“Sobre um dia normal? Mas era assim... Era chegar de noite, vamos começar da noite, né? Porque eu trabalhava, e quem estudava era só a filha, que estudava lá no centro. Então de manhã era uma correria. O que é que eu fazia: na minha casa foi sempre assim, até os doze anos que eles tinham[os filhos] eu não trabalhei. Depois de doze anos que já tinha a minha caçula, é que eu comecei a trabalhar fora. Então, eu ficava assim mais por conta dela, né? Pra ela que eu cozinhava e fazia assim: chegava todo mundo de noite em casa, então aí cada um ia fazer seu serviço. Então a comida era sempre feita de noite, pro outro dia. Deixava pronta pro outro dia, sabe? E aí cada um fazia por si.” **(D – morador há 15 anos)**

Atividades do período da manhã:

“A gente pisava e se atolava no barro pra chegar em casa. Muitos moradores que trabalhavam mais no centro, talvez em algum estabelecimento comercial ou bancário, os moradores que saíam de casa de manhã pra ir trabalhar, eram obrigados a sair com um saco plástico, com os pés dentro de um saco plástico pra passar pelo barro, depois chegava lá na avenida [Afonso Camargo], tirava aquilo do pé pra embarcar no ônibus, pra ir pro serviço e não chegar cheio de lama... até na perna toda enlameada.” **(L – morador há 18 anos)**

“...Sofremos bastante ... Aqui pra gente, eu trabalhava fora, era tomar um cafezinho rápido, a gente saía pra trabalhar e amarrava uma sacola no pé sabe? Então era um barro, né? Ia até lá no ponto [de ônibus] com aquela sacola e lá a gente tirava pra poder ir trabalhar. Outras vezes ia sujo mesmo, porque ali muitas vezes o ônibus passava e jogava água na gente, né? Não, não eram tubos assim não [modelo padrão atual de pontos de ônibus]. Era esses pontos assim tipo aquelas... não era cabaninha não. Era só um pau. Era do lado de cá e cada um tinha aquela plaquinha do ônibus, né... Era aqueles ônibus pequenos..” **(D – morador há 15 anos)**

Atividades da hora do almoço:

⁹³ Conforme o Censo de 1990, a população de Curitiba era de 1.315.035 habitantes (IBGE, 1991).

“A mãe trabalhava e a mãe trabalhando, durante muito tempo eu só comi pão com ovo.... Só eu... daí não ia esquentar comida, aí na hora do almoço eu só comia pão com ovo [referindo-se ao fato de se encontrar sozinha no horário da refeição]!” **(O – morador há 15 anos)**

“Pra menina sempre era uns trocados, porque [ela] comia um lanche no centro e o ‘véio’ [marido] também sempre comia no centro. Às vezes largava o outro filho com ela, aí já mais um comia em casa também, às vezes ficava e comia. Então era o básico assim: era correria, a casa tava sempre aberta e sempre gente pra fora e era aquele ‘entra-e-sai.’ E a comida era assim: eu fazia arroz, feijão e uma mistura [acompanhamento]. Nunca tirei as panelas de cima do fogão, sabe? Então não tinha horário... Então aquele que chegava, o arroz e o feijão tavam feito, ou fritava um ovo, ou uma lingüiça ou fazia uma salada. Então cada um se virava por si. Daí era assim na minha família, desde que meus filhos começaram a estudar, daí ele [marido] também trabalhando e eu batalhando...” **(D – morador há 15 anos)**

O crescimento da cidade e a dinamização do centro em termos das atividades terciárias, especialmente comércio, bancos e serviços, trouxe também a expansão dos locais de comercialização de refeições em diferentes modalidades. Dentre estas, os chamados *fast foods* e os *buffets* tipo *self service* destacam-se como categorias que se amoldam ao ritmo de vida e do trabalho urbano, no sentido da eficiência na redução do tempo gasto com as refeições.

Bleil (1998, p. 11-14), assevera que na consolidação da sociedade industrial os modelos de produção em massa também se estenderam à alimentação, que se enquadra como produto final de processos em escala, aliando rapidez e baixo custo. No contexto do que a autora considera como “globalização alimentar”, o *fast food* em sistemas de franquias se consolida em redes que espacializam a homogeneização de um padrão de eficiência e de identidade de produção, que culturalmente se realiza pela adequação da refeição enquanto necessidade, ao tempo do trabalho urbano.

A atividade de preparo do almoço no cotidiano do bairro, que outrora consumia praticamente a metade do período matutino, submete-se à imposição da “comida rápida”, próxima do local de trabalho, afastada da produção própria para o consumo e exterior ao lugar vivido.

Também a prática da elaboração da marmita, um costume anteriormente realizado, vai perdendo lugar a esse novo *status* do consumo alimentar, sucumbida por outras práticas e pela racionalidade quanto à otimização do tempo no cotidiano doméstico.

Um estudo da década de 1990, realizado entre trabalhadores urbanos, aponta que apesar da valoração dessa prática como uma possibilidade de consumo da comida

preparada no espaço doméstico, tem sido uma alternativa que traduz, por razões diversas, um “sinal de pobreza” (DIEZ GARCIA, 1997, p. 461). Com isso, parece residir no campo das representações sociais a resistência ao costume do uso da marmita, estando esse mais vinculado a uma idéia pré-industrial do consumo alimentar.

Sinal de modernidade vinculado a essa prática sugere estar presente na modalidade de “*ticket*” ou “vale alimentação”, como um recurso de negociação entre empresas e trabalhadores para a garantia do direito à refeição, também atrelado ao mercado da oferta de alimentos pelos restaurantes e cozinhas industriais.

“Eu levava marmita pro trabalho, por muitos anos levei porque naquele tempo não tinha, não existia que era obrigado a dar aquele “ticket” pra você, de alimentação, né, assim como é hoje.” (R – residente há 36 anos)

Geograficamente, o lugar da comida tende a não mais ser particularizado, apropriado pelo sujeito, em sua familiaridade, mas sim, dominado pelo espaço da generalidade, despersonalizado e normatizado heteronimamente.

Particularmente nos centros nucleares das cidades grandes, há a tendência de se gerar um modelo de solidão e mecanicidade no ato alimentar do trabalhador urbano. Para alguns estudiosos, estes são fatores que se constituem na base de um comportamento de consumo marcado pelo excesso quantitativo de ingestão, como prática compensatória à dissolução dos rituais envolvidos na comensalidade (DIEZ GARCIA, *op. cit.*, p. 462-463; BLEIL, *op. cit.*, p. 9-10).

Como conteúdo desse processo, a comida adquire também um caráter “industrial”, produzida no espaço do desconhecido, que se opõe ao “caseiro”, de caráter costumeiro⁹⁴.

Nesta oposição revela-se uma significação importante entre os conteúdos dos diferentes espaços e as práticas alimentares. A oposição casa (bairro) – trabalho (cidade) influencia a conformação das representações sociais acerca da idéia de “alimento seguro”, tanto em termos subjetivos, ligados à memória e afetividade, quanto em termos concretos relativos à segurança de se conhecer sua procedência e seu modo de preparo.

Da forma como cursou o modelo de desenvolvimento da cidade em suas impressões na paisagem natural do bairro, chega-se a partir da última década do século XX ao período atual, com uma ocupação quase total do solo urbano pertencente àquele território. À medida da crescente complexificação das relações sociais manifesta na intensa mediação do

⁹⁴ O “industrial” e o “caseiro”, são categorias alimentares também empregadas por Diez Garcia (1997, p. 459)

mercado e na especialização da divisão do trabalho como exigência da dinâmica metropolitana, a ancestral prática da produção doméstica de alimentos é praticamente perdida:

“Hoje em dia não tem mais aquela plantação que a gente tinha no quintal. A gente compra né, nas casas de frutas, assim a gente compra verdura, compra fruta (...). Antigamente a gente fazia muito pão em casa, mas agora que a mãe vendeu o forno à lenha, a gente não faz mais, mas antigamente a gente fazia muito pão. Pão e leite têm na padaria, na panificadora, agora tem no supermercado, porque antigamente, pão e leite era só na padaria pra comprar né? Agora não. Tem no supermercado, você vai em qualquer um supermercado tem pão, tem leite, não é mais assim exclusivo na padaria. Agora é tudo junto no mercado. O que você quer, você vai no mercado e traz pra casa.” (S – residente há 51 anos)

“Sabe como é... a gente planta alguma coisa aí...[temperos e ervas de uso medicinal]. Mas é como diz o ditado, a gente plantar aqui, a gente vai se judiar no sol, se cansar, no fim dá uma chuva de pedra, cai geada... então pra pouca coisa não adianta, né? Então prefiro ir ali no CEASA , frutas e verduras e escolher lá boas mercadorias, né...”(I – residente há 46 anos)

“Tanta coisa boa que tinha ! Hoje ali, perto da linha [do trem] deve ter ainda, só que hoje ficou um depósito de carros, uma coisa assim. Atravessando aqui a linha que vai no sentido Trindade ali. Ainda tem uma ou duas árvores de pêra, mas antigamente aquilo era um ‘peral’ ali” (N – residente há 36 anos)

“Ainda tenho essa árvore, não é porque é falar, dá tanto limão que até apodrece lá... Esses tempos cortamos o pé de pêssego lá porque já tava estragando e vindo por cima da casa aí eu tive que cortar. (...) Eu agora só tenho um pé de laranja ali que eu já deixei, porque não dá jeito de podar...” (E – residente há 34 anos)

Assim, nos espaços remanescentes do entorno doméstico no bairro intensamente urbanizado, sobrevivem os “quintais de aproveitamento mínimo”, conforme denomina Brandão (*op. cit.*, p. 41), às pequenas áreas que geralmente não comportam mais do que um tipo de árvore frutífera e que são características das casas urbanas mais recentes.

Entretanto, como que numa estratégia de resistência da vocação rural dos antepassados, mantida como identidade do lugar próprio que se configura no espaço vivido, surgem formas astuciosas de cultivo urbano, imprevisíveis de serem realizadas mediante o confinamento dos espaços do morar no bairro:

“A gente sempre tinha um canteirinho de verdura, inclusive ainda tem ali... Tem o açafrão que a mãe planta . A gente usa o açafrão pra carne, pra frango, pra temperar arroz.... A mãe tem um pedacinho de terra aqui [pequeno canteiro no pátio acimentado da casa]. Na casa onde eu tô morando também. Eu plantei agora cenoura, beterraba, plantei aquele rabanete, cebolinha, essas coisas, pra poder ter em casa e não precisar comprar. E outra, é mais saudável, né? Você sabe, é da origem. (...) Uma coisa que eu vejo hoje é o seguinte: a gente veio ‘pulando’ de cidade em cidade [avós trabalhadores rurais], né, mas até chegar em Curitiba, toda a casa que a gente morou tinha um mamoeiro, uma mangueira, tinha uma coisa desse jeito assim. Você tinha como subir num pé de árvore e tirar uma fruta. Uma

carambola, um caqui, laranja, mimosa, que a gente chama de mexerica, lá no Norte. Então sempre tinha alguma coisa dentro do quintal. A mãe, aqui na frente, tem um pé de cebolinha plantado na calçada! Pra que? Pra aproveitar espaço!” (A – **residente há 12 anos**)

A partir da referência anteriormente nominada, seria possível considerar essa prática como uma nova modalidade viabilizadora de alguma produção complementar de alimentos para consumo no cenário urbano de caráter metropolitano e fortemente vinculada à identidade rural das famílias migrantes. Trata-se do cultivo de aproveitamento máximo em mínimos espaços, como floreiras e calçadas (**FOTOGRAFIAS 13 e 14**).

No que se refere ao lazer como atividade dos finais de semana localizada no bairro, convivem a falta de investimento público em espaços próprios a esse fim e o crescente investimento privado, no ramo de pequenos estabelecimentos dedicados à comercialização de alimentos. A dinâmica das ruas, nesse sentido é reveladora do ritmo, dos conflitos e estranhamentos presentes na vida cotidiana do bairro:

“Dia de semana uns vão pra escola de manhã, outros vão de tarde, então não tem muita criança nas ruas em dia de semana. Agora no sábado e no domingo é o dia inteiro a criançada na rua, jogando bola ou jogando ‘boliquinha’ [bolas de gude], outros andando de bicicleta, porque não tem onde as crianças ir. É o dia inteiro as crianças na rua, brincando direto na rua.. Nesse sentido ainda é tranquilo, bem tranquilo” (V – **residente há 6 anos**)

“Hoje não, sabe que baderna tem em todo o lugar, mas aqui não é muito violento... Hoje é um lugar bom de se viver...Aqui tem esse restaurante [Rua Osmário de Lima].. O dono caprichou... isso, no final de semana faz fila... agora é o ponto de encontro, mas não vem só gente daqui.” (X – **residente há 32 anos**)

“No sábado o movimento é normal, mas agora, de tarde, pode deixar até as crianças brincando na rua à vontade porque é um sossego total.” (E – **residente há 34 anos**)

Com relação às práticas cotidianas contemporâneas em termos de espaço, lazer e alimentação, cabe destacar, conforme salienta Carlos (2004, p. 54-56), que na condição atual de reprodução da cidade, inserida no processo de reprodução do capital, se dá a exigência de uma nova relação espaço-tempo. Na aceleração do tempo urbano, vão-se consolidando espaços amnésicos, à medida da destruição dos referenciais urbanos sociais.

Na submissão do universo da mercadoria, há o empobrecimento da vida cotidiana, subjugando sua potencialidade criativa à dominância do desgaste humano pelo trabalho, como conteúdo que predomina e invade os espaços e o tempo do lazer:

“Não varia muito [alimentação dos finais de semana]. Eventualmente a gente faz uma carinha assada, não é todo o final de semana, né, por várias razões: às vezes é falta de



FONTE: M.T.G.O.RIBAS, 2004

FOTOGRAFIA 13 – Cultivos domésticos (calçadas)



FONTE: M.T.G.O.RIBAS, 2004

FOTOGRAFIA 14 – Cultivos domésticos (floreiras)

tempo, falta de disposição, de humor [risos]. Então, às vezes come uma carniinha assada, né... são os hábitos nossos de alimentação.” (L – residente há 18 anos)

“Hoje, acho que até que com as mulheres trabalhando, os jovens também vão trabalhar mais cedo, chega os finais de semana, eles querem descanso. Então o Capão, assim, em matéria de lazer eu acho que... e o pessoal também que é muito acomodado... A vida é muito agitada e então chega o final de semana e todo mundo quer é estar em casa. Depois do almoço [sábado], eu olho aqui, parece até uma cidade deserta e o pessoal aqui, dificilmente sai... Quando os filhos vêm a gente faz um churrasco, depois do almoço, chega duas horas todo mundo começa a ‘se arrancar’ e aí a gente vai assistir a uma televisão, assistir a uma fita, alguma coisa e o pessoal aqui é assim. Se observa é isso aí, é que todo mundo tá em casa sossegado...” (E – residente há 34 anos)

“O final de semana aqui no bairro é sossegado também... é tranquilo. Não tem muito o que fazer assim... Tem a canchinha ali, que tem um futebol, né pros meninos né, jogando um futebol que às vezes a gente vai assistir. Só não tem nada de diferente né, no sábado e no domingo aqui no bairro... Tem barzinho, tem *videokê*. O ponto de encontro agora aqui é lá em cima [região oeste do bairro], é aonde toca pagode. O pessoal tá comentando, eu nunca fui, tá comentando muito, e que diz que é bom. Porque eu tô estudando à noite, né, trabalho de dia e estudo à noite, então chega o final de semana e eu quero descansar no tempo que eu tenho assim, né? Porque nessa região aqui em baixo[leste], o lazer aqui é aquela quadrinha de esportes ali. Não tem assim muito lazer aqui no Capão da Imbuia.” (V – residente há 6 anos)

No processo de industrialização, salienta Lefebvre (1991, p. 6), entra em jogo a organização corporativa, cuja sistematização é agente regulamentador da “divisão dos atos e das atividades no espaço urbano (ruas e bairro) e no tempo urbano (honorários, festas)”.

Nessa perspectiva, outra face da deterioração das condições de vida como expressão da expansão capitalista surge na limitação dos espaços de sociabilidade, manifesta na escassez das festas públicas e reuniões familiares no ambiente doméstico. Na lógica produtivista invasora dos sentidos do cotidiano no espaço urbano, o tempo social é esfacelado à medida que seu conteúdo tradicional remete à estagnação em oposição à circulação. Assim, na vida do bairro, contraditoriamente as práticas sócio-espaciais ao mesmo tempo que se dinamizam em termos do movimento avolumado nas ruas, no comércio e no trânsito de pessoas, se esvaziam na perda dos espaços de encontro, no empobrecimento e estranhamento referencial das relações sociais:

“Dificilmente tem um lugar ou uma atividade que as pessoas se encontram. Quem assim, participa de um culto religioso vai pra sua igreja. Isso de manhã, no domingo de manhã, que você vê o movimento mesmo. Isso porque eu tenho um bar aqui do lado e é música do ‘tempo do Epa’ ali... [risos] e aquelas pessoas que gostam e freqüentam o bar ficam sentados ali escutando aquela música e por isso que tem uma agitação. Caso contrário, não se ouve nada ... tudo sossegado.. é um silêncio...” (E – residente há 34 anos)

“Hoje em dia o que a gente sente muita falta é das festas na casa de família.. Se reunir, se juntar pra tomar um chimarrãozinho, de visitar os avós no final de semana, né ? Hoje em dia não, eu tenho muitos primos que eu não conheço! Porque uma coisa é que o corre-corre da gente é tão grande que não dá tempo e quando se vê, né, sempre diz: ‘Não, vai dar certo!’...E a gente acaba que se encontra em velórios! Dificilmente, em outras situações...”
(C – residente há 35 anos)

“Não hoje não nos reunimos. Hoje só somos cinco irmãos. Eu sou o nenê, com 62 anos! Imagine o resto. A gente se comunica, se telefona Aqui nós cuidamos da nossa neta, minha filha é separada e trabalha. Então a nossa neta ela traz de manhã, depois ela vai pra aula e vem de tarde. Então a gente não tem tempo. Ela vem sábado também pra ir na catequese. Então sábado e domingo a gente quer, depois que você passa de uma certa idade... Eu não tive tempo de curtir meus filhos, então vou curtir minha neta...” (T – residente há 44 anos)

“Hoje não temos nenhuma festa... poucos eventos nós temos aqui, muito pouco. No ano passado [2003] fizemos algumas festas do Comitê Solidariedade, então houve uma participação muito boa da comunidade. Esse ano houve alguns problemas, uma dificuldade que a gente até agora não fizemos nada nesse ano. O ano passado nós fizemos uma atividade bem mais forte. Esse ano estamos trabalhando, mas com menos recurso, com menos intensidade.. Faltou um pouco de estrutura, de voluntários para participar.” (L – residente há 18 anos)

Como síntese de discussão neste campo de análise, numa reflexão a respeito dos mecanismos sociais de ajuda mútua, mas incorporando a visão sobre as lutas e conflitos sociais dadas no espaço vivido (e sintonizada com o contexto das desigualdades sociais locais), Kropotkin⁹⁵, citado por Souza (1989, p. 139), afirma a ocorrência do desaparecimento dos laços de união entre habitantes de uma mesma rua ou “vizinhança”. Apesar desta constatação, segundo o autor,

nos bairros ricos das grandes cidades, os homens vivem juntos sem saber sequer quem é seu vizinho. Nas ruas e becos densamente povoados dessas mesmas cidades todos se conhecem bem e se encontram em contato contínuo. Naturalmente, nos becos, como em todas as partes, as pequenas rixas são inevitáveis, mas também se desenvolvem relações segundo inclinações pessoais, e dentro dessas relações se pratica a ajuda mútua em tais proporções que as classes mais ricas não têm idéia.

II.2.4 Alimentação e relações de vizinhança no bairro

A partir da análise de Mello e Souza⁹⁶, ao investigar traços da cultura caipira paulista em grupamentos rurais de vários estados brasileiros na década compreendida entre os anos de 1940 e 1950 (CANESQUI, 1988, p. 208), tem-se referência da expressão de

⁹⁵ KROPOTKIN, P. A ajuda mútua na sociedade moderna. In: KROPOTKIN, P. **Textos escolhidos**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

⁹⁶ MELLO E SOUZA, A. C. **Os parceiros do Rio Bonito**. 2 ed., São Paulo : Livraria Duas Cidades, 1971.

elementos de conteúdo rural nas práticas alimentares dos habitantes do bairro, predominantemente até os anos de 1970. Nesse período, as relações de vizinhança são marcadas pelo intercâmbio ou pelo empréstimo de alimentos, conformando “sistemas de solidariedade e reciprocidade”.

“Elas eram vizinhas assim, de cerca [primeira metade dos anos de 1950]! A mãe morava pra frente e elas moravam assim pra cima... Eles faziam aqueles pão de milho, sabe? Ai que delícia aqueles pão de milho!! ...Eles faziam tudo naqueles forno de tijolo assim, fazia, a gente mesmo que construía, de barro. (...) Eles plantavam... eles tinham plantação de milho. Nós não tinha porque nosso terreno já não dava mais. Mas a Dona Maria com a Vó Porcina eles tinham plantação de milho. Mas a gente sempre comia milho também, né? Eram tudo vizinho, se repartiam, um dava pro outro... Antigamente se a gente precisava de uma xícara de trigo, a gente ia lá com uma xícara de açúcar e: ‘Ó vizinha, troca uma xícara de açúcar por uma xícara de trigo?’ A gente fazia essa troca. E hoje em dia não é mais assim, não tem mais esses vizinhos assim de trocar mantimento um com o outro, de trocar verduras.” (S – residente há 51 anos)

“E engraçado era que um vizinho dava uma muda pro outro e dizia: ‘Ah! Vamo plantar então!’ Essas coisas. Antigamente [anos de 1970], outra coisa também que tinha dias que era: ‘Oi, me empresta o fermento, porque faltou o fermento, né? Ó! Acabou o café... Depois eu vou buscar o café ali e por enquanto você me empresta!...’ A gente tinha essa liberdade. E outra coisa assim, tinha muitas pessoas que diziam assim: ‘Ah! Amanhã eu vou fazer uma compra, então será que você não me empresta?’ Então pedia um pacote, daí ela ia fazer a compra, depois comprava e te devolvia.” (E – residente há 34 anos)

Para Brandão (*op. cit.*, p. 29), essa prática se caracteriza como uma modalidade de circulação gratuita de alimentos entre parentes, vizinhos ou amigos, estando relacionada à repartição de excedentes do cultivo familiar. Numa realidade geograficamente periférica aos circuitos comerciais instalados mais vigorosamente no centro da cidade, as trocas de alimentos representaram uma estratégia eficiente para se atingir uma variedade de alimentos na dieta cotidiana, àquela temporalidade.

No dinamismo do processo de urbanização, como característica de significação do bairro contemporâneo no contexto do desenvolvimento de uma sociedade pós-industrial, é experienciada a perda do contato com a natureza, a fragmentação das relações familiares, corrosão das vivências coletivas e das relações de vizinhança:

“Ah bom... naquele tempo, como diz o ditado, a vizinhança era ligado com a gente, porque era poucas pessoas, então claro que cada um gostava de fazer amizade, né? Um ia na casa dou outro, tal e coisa, mas, com o tempo isso aqui foi aumentando e automaticamente já fica assim mais distanciado... Aliás, eu, com o pessoal da época eu sou muito conhecido aqui no bairro, todo mundo me conhece, né, todo mundo me quer bem. Mas agora de uns 10 anos pra cá, com os sobrado e conjunto residencial já veio outras pessoas... Daí já mudou as características de convivência com a vizinhança, quase um não visita o outro! Não! Aqui eu, já tenho bem poucas pessoas que é da minha época, mas claro que os que eram da minha época... somos amigos até hoje, né?...” (I – residente há 46 anos)

“Isso aqui mudou muito porque mudou muito os vizinhos, que se mudaram, venderam todo mundo aí. A gente já não conhece quem é quem. Hoje em dia você chega, depois que foi feita a padaria lá em cima, porque não tinha, daí foi feita uma padaria, foi mudado de dono..Aí então o que acontece é o seguinte: quando você chega pra comprar lá, em qualquer horário o pão, tem gente que você não conhece, que nunca viu na vida, né? Dificilmente, às vezes você fala com uma pessoa que te diz: ‘Ah eu sou filho de fulano que já morreu.’ Isso é dificilmente. Os mais antigos a gente vê uma vez ou outra, mas é...mudou tudo!...Alguns mais antigos venderam, ou se mudaram e eu já não vi mais ninguém.” (R – residente há 36 anos)

“Agora é mais assim, como eu posso dizer, os **vizinhos** de agora, eles são mais... são mais fechados. Eles não são como antigamente. Antigamente a gente era mais aberto, antigamente a gente era mais vizinhos mesmo, a gente tinha mais amizades. Antigamente os vizinhos eram muito de um ir na casa do outro: “Oi vizinho!” Hoje em dia não. A gente não pode abrir a porta da gente pra qualquer pessoa, mesmo que seja vizinho. A gente tem que conhecer muito bem a pessoa pra abrir a porta da gente. Porque hoje em dia tem muito ladrão, essas coisas, né?” (S – residente há 51 anos)

“Ah!...Hoje é mais cada um na sua casa.” (A – residente há 12 anos)

A necessidade de acesso a uma condição de morar tem nortado as migrações intra-urbanas, sendo a busca pelo arranjo entre necessidade e condição, com a maximização dos recursos disponíveis, a estratégia que orienta e modula a possibilidade de fixação da moradia no lugar. Este processo apresenta-se com efeito importante na ruptura de vínculos de comunidade, assentadas sobre o sistema de vizinhança no contexto atual do bairro estudado. No dizer dos moradores do Capão da Imbuia, não há como “se ligar”, no sentido dos laços afetivos, de amizade e de comunidade a quem é representado por um comportamento “cigano”, de um verdadeiro nomadismo urbano que figura como ação estratégica das populações de baixa renda pela consecução do direito de morar. Com isso, rompem-se os vínculos das relações interpessoais.

“Hoje em dia vieram muito imigrante pra cá. Principalmente do interior do Paraná, a maior parte é tudo de lá. E tem aqui aqueles ‘cigano’ também, que você não tem casa e daí aluga aqui, aluga ali. Eu faz 44 anos que moro aqui. E eu sempre fui contra esse negócio de cada um por si e Deus por todos e to chegando á conclusão que é isso mesmo. E a maior parte é imigrante que vieram tudo pra cá e alugam casa um mês aqui ou dois. Vieram do mato e lá são feliz e não sabiam. Aí a turma começa, vem pra cidade e paga até o ar que respira. Paga o ônibus pra ir e voltar.... O mundo não tem mais tempo de conversar. Então é só correr atrás do dinheiro. Infelizmente é esse o troço. E as vizinhança que vieram aqui virou um ‘Opa! Boa tarde! Como vai? Até logo! Bom dia! Tudo bem?’. Então é isso, porque são muito aventureiros! Então vem morar aqui um mês, amanhã um mês em outro lugar, não têm sossego. Então você nem sabe pra quem está lá, porque não se fixam. São uns ‘ciganos’ como a gente diz, uns ‘para-quedistas’, porque se jogam de para-quedas. Então, é onde que a gente mais conversa... mas não conversa muito? É mais com os antigos, sabe?” (T – residente há 44 anos)

O espírito comunitário desenvolvido nas relações de vizinhança tende a sobreviver conformado em função do vínculo a alguma instituição religiosa. Neste caso, estabelecem-se relações de conexão independentemente da existência ou não de uma proximidade espacial, sendo essas, mais assentadas em relações de ajuda mútua ou de caráter assistencial, a partir do sentido de pertença a uma “comunidade” institucional. Ou seja, as instituições religiosas figuram como agente de socialização no bairro, sendo um dos elementos que permeiam a subsistência dos sistemas de solidariedade no espaço vivido.

“Vizinho é assim, a pessoa bater pra o que precisar né: ‘Ah preciso de algum favor!’ e você vai lá e ajuda, né? No caso, às vezes a minha mãe fica doente e as vizinhas vem, uma pega a roupa dela e leva pra lavar, a outra vem e dá uma limpada na casa... e é assim. Olha, vizinho, vizinho mesmo, é os mais da rua, mas só que quando a minha mãe fica doente, vem vizinho da outra rua e da outra e de lá da outra rua, pra cima... Porque a minha mãe tem muita amizade porque ela vai na igreja né e tem muito vínculo com as pessoas da igreja. Sempre tem alguém fazendo alguma coisa pra minha mãe, porque não tem um homem aqui dentro de casa assim, né? Todas as pessoas que vem aqui na minha casa é amigos da minha mãe da igreja. Moram todos aqui no Capão da Imbuia, às vezes nem aqui perto. É da Igreja.” (V – residente há 6 anos)

“Quem mudou, mudou assim algum dos familiares assim, mas graças a Deus, tudo começou aqui e mudou, mas pra melhor. Então em termos de vizinhança e de amizade aqui pra mim tá ótimo. Graças a Deus, sabe, são pessoas assim família, que a gente conversa e escuta os problemas e graças a Deus!...” (D – residente há 15 anos)

Nas áreas mais segregadas do bairro, demarcadas espacialmente pela maior precariedade de infra-estrutura e menor condição sócio-econômica de seus habitantes, a solidariedade adquire nas práticas sociais o sentido de “partilhar problemas”. Nesta atitude cotidiana de “conversa e escuta”, o resgate dos laços de intimidade nas relações de vizinhança aparece como possibilidade na realidade social atual.

Em conflito à solidariedade, numa sociedade do individualismo, da aceleração do tempo urbano e do conviver com a violência como conteúdo cotidiano, o componente da insegurança social aparece como forte obstáculo à socialização nos ambientes de potencialidade comunitária. A coibição do uso dos espaços impetrada por esse fenômeno representante da crise urbana, leva ao enclausuramento das pessoas à vida privada e ao lazer privatizado, bem como à quase extinção da rua como espaço de sociabilidade espontânea (CARLOS, 2004, p. 142).

Neste processo, arraigado aos impactos sociais da realização do modelo capitalista de produção, fundam-se importantes obstáculos ao fortalecimento dos movimentos sociais para a reivindicação do direito à cidade. Do individualismo exacerbado, mesclado à

insegurança, nasce a fragilidade da mobilização coletiva, que figura nas representações sociais como “desinteresse” ou descaso frente à reflexão e à ação para o enfrentamento das problemáticas comuns:

“Ah... vizinho é assim: um concorda, outro discorda, entende? Às vezes você fala assim: ‘Olha, vamo batalhar aí pra conseguir o anti-pó!’ e aí já ouve: ‘Ah! Eu não vou atrás, eu não quero!’ Então, não é um pessoal unido, um pessoal que se preocupa em melhorar o bairro... Acho muito desinteresse das pessoas! Porque se todo mundo se ajudasse isso aqui seria um paraíso, porque é um bairro bom o Capão! É um bairro bem... Quantas pessoas que não queriam morar aqui, né? Só que tem essa parte da insegurança.” (N – residente há 36 anos)

Da ordenação das relações da vida de todos os dias mediada pela ideologia e prática do consumo, o mercado se consolida como novo mediador das necessidades alimentares básicas, quebrando a intimidade das relações de vizinhança no cenário atual:

“Eu, como moro há muito tempo, conheço todo mundo, então tenho amizade com quase todo mundo aqui. Mas a gente morando assim em bairro ainda aqui, as pessoas mesmo de fora que não moravam antes, elas fazem amizade, sabe? É um bom dia e depois um ‘Oi, como vai a senhora?’ Agora já o costume de emprestar coisas, agora não, porque o que facilita é o mercado, né?” (E – residente há 34 anos)

“É do dia-a-dia. Aquela loucura que era de comprar pro mês inteiro acabou. Muito pouca gente faz isso. É o dia-a-dia. As pessoas às vezes vêm cinco a seis vezes no mercado por dia ... é incrível! Tem mulher que vem mais do que isso. Ela vem buscar um leite, depois ela pega duas cebolas, depois ela busca um alho, depois ela vem e busca uma lata de óleo ... Isso dos moradores daqui em volta... porque a gente se tornou uma área de vizinhança, né. A gente [comércio] se tornou a própria dispensa da casa da pessoa. Ela não guarda mais nada em casa. Acabou, ela vem buscar. E ela sabe certinho o preço, porque às vezes eu passo seis meses, um ano sem mudar o preço e ela já tem noção. Ela sabe o preço de tudo. Aí você sobe um centavo... e ela reclama, claro! Você vê como é que o povo agora tá acompanhando!” (J – residente há 12 anos)

Sem idealizações a respeito do sentido de comunidade, concorda-se com o pensamento de Souza (1989, p. 165) quando este refere que, apesar da fragilidade de referencial político do termo, sua concepção como *locus* onde se partilham tanto solidariedade e afetividade, como tensões e conflitos de interesses, representa o fundamento para a negociação de um “projeto comum, para a mobilização social e para a humanização do espaço e da vida”.

Essa humanização perpassa o encontro que só se realiza no espaço vivido em seu sentido de possibilidade de uso⁹⁷, dado num modo e ritmo de vida capazes de permitir essa condição. Na construção histórica do lugar, fica evidenciada a questão alimentar como um

⁹⁷ Conforme expressão empregada por Carlos (2004).

dos conteúdos significantes da mediação dessas relações de proximidade entre sujeitos, que em sua intersubjetividade particularizam um espaço da cidade como próprio.

CAPÍTULO III - UMA GEOGRAFIA NUTRICIONAL NO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA: ELEMENTOS PARA UMA LEITURA DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

“Não falta ao Brasil uma disposição a urbanizar-se. Tudo se urbaniza, não importa se essa urbanização desnutre, desampara, desabriga. Por meio século, o país marcha sob uma urbanização impenitente.”
Maria de Azevedo Brandão ⁹⁸

Da transformação do espaço antigo, dominado pela natureza e espontaneamente usado em sua abundância de campos e mata, para o novo espaço recente, rareado, construído, segmentado, da sociedade urbanizada, os sujeitos tecem em suas histórias de prazeres, memória, lutas, sofrimento e trabalho, as condições cotidianas táticas e estratégicas para assegurarem sua alimentação. Nestes termos, é estruturada a discussão presente no capítulo a seguir, focando-se a questão alimentar-nutricional na perspectiva da Geografia da Saúde.

III.1 – A QUESTÃO ALIMENTAR-NUTRICIONAL NA RELAÇÃO ESPAÇO-SAÚDE

Conforme pautado por Najar e Marques (1998, p. 15), a relação entre espaço e saúde remonta às bases fundantes da própria concepção do campo científico da saúde pública, focada na preocupação com a disseminação de doenças nas coletividades. Neste sentido, os autores ressaltam que as primeiras estratégias de controle da disseminação dos agravos à saúde - em especial, as doenças contagiosas - se associaram à normatização dos comportamentos mediante a vigilância e o manejo dos espaços urbanos. No âmbito do desenvolvimento da ciência moderna, pode-se dizer que o espaço constituiu-se numa variável fundamental à construção do raciocínio e do método epidemiológico.

⁹⁸ BRANDÃO, M. A. Brasil: uma urbanização sanguínea. In: SCARLATO, F.C. (org.) et al. **O novo mapa do mundo. Globalização e espaço latino-americano**. 3 ed. São Paulo : HUCITEC-ANPUR, 1997, p. 187 (Geografia: Teoria e Realidade, 22)

No contexto da sociedade brasileira, em termos da saúde e sua relação com o fenômeno crescente da urbanização e sua dinâmica relacional à consolidação da sociedade industrial no país, o início do século XX é caracterizado por um modelo de saúde pública "campanhista", que tem o projeto de sanear as principais vias de acesso ao comércio internacional mediante campanhas de imunização. O paradigma médico da epidemiologia social se concretiza por práticas higienistas de controle das cidades, utilizando os novos conhecimentos das disciplinas biológicas (microbiologia, imunologia, parasitologia). Assim, o Movimento Higienista serve aos interesses econômicos nacionais da época, alcançando o controle de algumas doenças de massa, principalmente nas grandes cidades emergentes que tinham a tarefa de abrigar o projeto nacional de desenvolvimento industrial. Pelo controle do risco de epidemias facilitou-se a estratégia da imigração estrangeira, força de trabalho necessária ao projeto nacional de produção para a exportação (FERREIRA, 1999).

A partir destes contextos, erguem-se alguns dos referenciais teóricos primordiais de uma Geografia Médica que, segundo Ferreira (1991, p. 303), nasce do contato inicial entre a geografia científica e a epidemiologia, fortemente influenciadas pela tradição positivista do século XIX.

Esta especialização disciplinar dentro da geografia, voltava-se à descrição minuciosa da distribuição regional das doenças, a partir do amplo emprego de recursos cartográficos. Desta aproximação surgem nesta época, os clássicos atlas de geografia médica e os tratados de climatologia médica, vinculando a geografia física - em especial, o estudo do clima e de suas variações - à ocorrência de determinados tipos de doença. O autor, entretanto, ressalta que o intercâmbio entre as duas ciências ocorre muito mais em termos de métodos de análise (cartografia e bioestatística), do que no sentido de um diálogo e de um desenvolvimento conceitual capaz de permitir uma articulação interdisciplinar concreta (*Ib idem*).

Desse modo, o produto principal se caracteriza por trabalhos eminentemente descritivos, voltados ao desvelamento de padrões de distribuição regional das doenças - informações estas, de valor estratégico no campo das operações militares inseridas no jogo de disputa e dominação territorial entre os estados-nação, naquele momento histórico.

No cenário mundial, no campo de relação entre geografia e saúde, destacam-se como desdobramento das propostas de La Blache, as idéias de Max. Sorre⁹⁹ relativas ao desenvolvimento dos fundamentos da Geografia Humana (proposta de estudo sobre a ecologia do homem, na década de 1940). Conforme já discutido no Capítulo I, a ampla discussão de suas obras, o autor analisa a relação entre as condições naturais e as necessidades humanas, entre os *habitat* rural e urbano e os respectivos gêneros de vida, incluindo componentes biológicos à abordagem geográfica. Buscando o entendimento da complexidade da humanização do meio, Sorre propõem, a partir do método cartográfico, a sobreposição de informações relativas aos aspectos naturais, sociais, culturais, econômicos de um mesmo espaço, para, mediante uma análise histórica, compor um quadro da dinâmica da situação atual, vislumbrando as inter-relações dos elementos que a compõem (MORAES, 1999, p. 80-81).

Numa linha semelhante de análise, também merece ser citada a reflexão do parasitologista soviético Y. Pavlovsky¹⁰⁰ (1939) quanto à teoria dos focos naturais das doenças humanas, que avançou a discussão científica no sentido do estudo acerca do impacto epidemiológico resultante da ocupação humana em regiões naturais específicas (FERREIRA, *op. cit.*, p. 304).

Quanto ao presente estudo, voltado à questão alimentar-nutricional em sua relação com a produção do espaço urbano, destaca-se que o contexto dessas discussões "quer como objeto de pesquisa, quer como tema de debate da cidadania brasileira, é inseparável da obra, do pensamento e da militância de Josué de Castro" (MAGALHÃES, 1997, p. 7). Ou seja, a qualquer menção a respeito da relação entre alimentação-nutrição e espaço, é indubitável que se parta das reflexões críticas e contribuições teóricas dadas a partir deste autor, particularmente no que diz respeito ao cenário nacional.

A discussão desta temática remete-se especialmente à década de 1940, quando amplia-se a conscientização mundial a respeito das deficiências nutricionais na população, a partir das revelações dramáticas apontadas mediante inquéritos realizados em diferentes territórios do globo.

⁹⁹ SORRE, M. *Les fondements de la géographie humaine*, Paris : A . Colin, 1952

¹⁰⁰ Marcelo FERREIRA faz menção PAVLOVSKI, Y. *Human diseases with natural foci*, Moscou : Foreign Languages Publishing House, s. d.

Conforme analisa Andrade (1989, p. 18-19), Josué de Castro - cuja formação básica era na área médica - compõe um grupo de ensaístas, juntamente com Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior que nos anos de 1940 e 1950 escreveram obras literárias de grande contribuição ao desenvolvimento do pensamento geográfico brasileiro. Estes trabalhos, assim como os de influência da escola francesa - sobre o espaço regional - e os de orientação alemã - que evidenciavam uma preocupação com o estabelecimento de uma nova divisão territorial para o país - compuseram as três vertentes que consolidaram a ciência geográfica brasileira na primeira metade do século XX.

Seus estudos figuram como importante documentário sobre as precárias condições de vida do proletariado no país, marcando a relação entre clima e ambiente, uso da terra, alimentação, saúde e renda. Além disso, e, conforme a interação destes elementos, o autor demonstra as diversidades regionais na determinação dos diferentes problemas nutricionais encontrados no país, numa ótica ecológica associada à epidemiologia tradicional. Sua teoria explicativa do fenômeno não era pois, encontrada nas condições naturais, mas sim, nos sistemas econômicos e sociais (SANTOS, 2001, p. 29-30), inaugurando posteriormente um pensar crítico no contexto brasileiro, caracterizado pelo que se convencionou denominar de “geografia de denúncia”.

Influenciado pelo humanista Joseph Lebre¹⁰¹, com trabalhos focados na realidade dos países subdesenvolvidos e na experiência vivida pela população, seu olhar em direção à questão alimentar-nutricional se dava no campo da geografia humana, entendendo o homem como objetivo final do desenvolvimento e localizando a alimentação como prioridade do desenvolvimento humano, campo no qual se deveria iniciar o processo de reabilitação dos homens, de sua cidadania (MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 75-76).

Nas clássicas obras "Geografia da Fome"¹⁰² e "Geopolítica da Fome"¹⁰³, tem-se um marco histórico sobre a análise da natureza, extensão, gravidade e distribuição populacional e geográfica destes transtornos, especialmente entre a classe trabalhadora. Sua principal contribuição reside em ultrapassar a ótica biológica da questão em direção a um entendimento cultural, político e sociológico, mediado pelo pensamento geográfico. (LINS,

¹⁰¹ LEBRET, J. *Survie de l'Occident*, 1958.

¹⁰² CASTRO, J. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro : O Cruzeiro, 1946, tendo a 14ª edição publicada em 2001, pela Editora Civilização Brasileira.

¹⁰³ CASTRO, J. *Geopolítica da fome*. 3 ed. . Rio de Janeiro : Casa do Estudante do Brasil, 1954

1990; BATISTA-FILHO; RISSIN, 1993, p.99; IPEA, *op. cit.*, p. 15-16; MENEZES, 2001, p. 11).

Ainda numa perspectiva ecológica da abordagem geográfica e, guardando certa contemporaneidade a Josué de Castro, novamente menciona-se Max Sorre (*op. cit.*, p. 41-42). No que se refere à questão alimentar, o autor a concebia como de importância fundamental no estudo do complexo vivo, no sentido da compreensão dos “meios de subsistência colocados à disposição do homem pela natureza”. Considerava o impacto do desenvolvimento das técnicas e do modo de vida humanos sobre a realização das práticas alimentares, bem como as desigualdades de acesso aos alimentos por diferentes grupos, alertando a respeito da ameaça de “fomes mais ou menos severas”, como problema atrelado aos modelos de produção alimentar.

Numa segunda periodização de estudos sobre a questão alimentar-nutricional no cenário brasileiro, ainda inserida no campo da Geografia Médica, deve-se mencionar uma compilação acerca do panorama nutricional do Brasil segundo regiões administrativas, elaborado por Nelson Chaves (1972, p. 519-542) como um reflexo da transição no pensar científico, no contexto da crise da modernidade. Ou seja, sua discussão, ao mesmo tempo em que reforça a importância do meio físico e das condições naturais na determinação do comportamento humano, e, conseqüentemente do tipo de alimentação, produz também a constatação de que mesmo naquelas regiões dotadas de elevado grau e concentração de desenvolvimento técnico (São Paulo, Rio de Janeiro e estados do Sul), prevalecia a desnutrição como fator de manutenção das expressivas taxas de mortalidade infantil. Entretanto, em sua abordagem, caminha em direção a um modelo explicativo pautado por um franco determinismo natural associado a um discurso higienista que aponta a ignorância na causalidade da problemática da fome e das carências nutricionais encontradas em todo o território nacional.

A questão alimentar e seu impacto nutricional, portanto, evidenciavam em sua expressão orgânica de doenças e de morte precoce, a contradição presente num modelo de desenvolvimento “imediatista e de visão exclusivamente lucrativa” (CHAVES, *op. cit.*, p. 539), a serviço do capital e destituído de ética no sentido da valorização da vida humana. Sob outro aspecto, serviram para retratar também, a insuficiência das quantificações

estatísticas predominantes no discurso científico, em termos de sua capacidade explicativa da realidade social concreta.

Tem-se portanto, na década de 1970, uma convergência de crises: a ambiental, a do modelo de desenvolvimento, a sanitária e a científica.

No marco dos caminhos da ciência, com o desenvolvimento e a afirmação de reflexões críticas em vários campos do conhecimento científico contemporâneo, os estudos voltados à análise de questões relativas à saúde e à nutrição cada vez mais têm tido necessidade de uma abertura à incorporação de contribuições de outras disciplinas, no sentido de superar as limitações da abordagem médico-centrada com que tradicionalmente são conduzidas as investigações na área.

No campo da Nutrição, a partir da década de 1980, autores apresentam propostas de sistematização crítica ao enfoque teórico e à prática da educação nutricional e alimentar tradicional (VALENTE, 1986, p. 90-92; FREITAS, 1993, p. 110-116). Nesta nova metodologia, é dada ênfase à problemática concreta vivida e sentida pelos sujeitos ou pelo grupo social em questão, como ponto de partida ao desenvolvimento do processo educativo. A leitura dos distúrbios nutricionais a partir do desvelamento dos processos históricos e sociais que os determinam e a viabilização de estratégias para o fortalecimento dos movimentos populares são propostas no sentido de se ter uma ação social mais eficaz sobre a realidade. Também se propõe o estudo do acesso aos alimentos mediante a discussão das políticas econômica e agrícola, bem como das estruturas fundiária e de produção agrária. Incorpora-se o estudo dos hábitos alimentares a partir de sua origem histórica, determinantes econômicos e culturais em diferentes classes e grupos sociais.

Em termos da condução do pensamento geográfico, mudanças recentes igualmente envolvem a abertura para várias perspectivas teóricas e metodológicas. Também a partir dos anos de 1980, a combinação de teorias marxistas com outras abordagens, vem renovando a preocupação dos geógrafos quanto à produção de uma crítica radical à sociedade capitalista a partir de uma análise da relação sociedade/espço.

Especificamente no âmbito dos estudos urbanos, Diniz Filho (2002, p. 98-99) destaca o reconhecimento de que a abordagem marxista, por si só, não dava conta da explicação sobre a complexidade da organização espacial regional ou das cidades. Assim ocorre uma tendência de distanciamento quanto ao “uso de conceitos e teorias econômicas

marxistas em (...) análises sobre o espaço urbano-regional ou sobre as relações internacionais, além de [ser dada] maior importância para a análise de temas ligados à cultura e ao uso político do espaço.” Há também o interesse pela temática da fase contemporânea do capitalismo como elemento para a compreensão das “expressões culturais e formas de sociabilidade próprias da 'cidade pós-moderna'[grifo do autor]”, conforme discussão de Harvey¹⁰⁴ nos anos de 1990, sobre as novas relações sociais no processo das transformações culturais.

O mesmo autor (*op. cit.*, p. 86-87), ainda menciona que na década de 1990, dentro do contexto do desmonte do socialismo real e do reconhecimento dos geógrafos quanto aos equívocos analíticos e insuficiências da geografia orientada pela perspectiva materialista ortodoxa do marxismo, percebe-se a busca por outras correntes teórico-metodológicas, a exemplo do humanismo. Esta influência, mantendo a perspectiva da crítica radical à sociedade capitalista contemporânea, busca sanar as lacunas quanto à necessidade de se considerar a subjetividade humana, bem como de reconhecer que a luta de classes nem sempre é o único determinante das relações de poder.

No campo específico da Geografia Médica, que em sua trajetória de desenvolvimento e incorporação do pensamento crítico se amplia e se fortalece com a denominação de Geografia da Saúde, manifestam-se, mediante trabalhos de pesquisadores brasileiros, algumas iniciativas de reflexão e de resgate das contribuições de Sorre. Trata-se da incorporação à concepção de reciprocidade de influências entre homem e meio presente na definição de "complexo patogênico", da análise sobre as necessidades históricas, sociais e econômicas que produzem e determinam um modo específico de organização do espaço, para permitir a compreensão das relações dinâmicas - e não da justaposição - entre fenômenos biológicos e sociais (FERREIRA, *op. cit.*, p. 305-307)

Uma importante contribuição a respeito da relação entre geografia e saúde no cenário latino-americano é dada por Iñiguez Rojas (1998, p. 702), que resgata a definição dos termos Geografia Médica e Geografia da Saúde, situando-os no contexto de hoje como “uma antiga perspectiva e uma nova especialização”¹⁰⁵ [que] “se ocupa da aplicação do

¹⁰⁴ HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo : Hucitec, 1980 e HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo : Loyola, 1994.

¹⁰⁵ A autora menciona a expressão de MEADE, M. et al. **Medical Geography**. New York : The Guilford Press, 1988.

conhecimento geográfico, métodos e técnicas à investigação em saúde, na perspectiva da prevenção de enfermidades”¹⁰⁶, numa interface entre ciências sociais, físicas e biológicas.

Dentre os principais campos de investigação dessa disciplina mencionados pela autora, situa-se a análise dos diferenciais de bem-estar e qualidade de vida populacionais ou de estado de saúde em unidades territoriais de países ou regiões. Quanto ao último campo, destaca sua abordagem num sentido mais holístico, focado no processo saúde-doença como fenômeno inserido no contexto das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Entretanto, ratifica e enfatiza que em todos esses campos, a especificidade geográfica reside no privilégio ao espaço como categoria analítica, sendo este, criticamente entendido a partir de uma estruturação histórica “onde se expressam as conseqüências benéficas e destrutivas da organização das sociedades”¹⁰⁷ e como uma construção social dada pela transformação da natureza mediante a ação humana (*Idem*, p. 703).

Os anos de 1990, igualmente representam uma ampliação das abordagens referentes à produção científica em Nutrição apoiadas principalmente por teorias sociológicas e antropológicas, voltadas às representações sociais da comida, à busca pelo entendimento de padrões de alimentação e das “ideologias alimentares”, especialmente no cenário urbano¹⁰⁸.

Neste período, verifica-se também um interesse na abordagem geográfico-epidemiológica dos diferentes graus do estado nutricional em grupos populacionais, como um indicador sintético dos riscos acumulados à saúde em um dado espaço, bem como na exploração de relações entre o estado nutricional de mães e filhos (SALEM, 1998, p. 218-229).

Recentemente, num foco de aproximação ainda mais específico entre a nutrição e a geografia, surge uma área de especialidade denominada Geografia Nutricional que se concentra na análise de como a geografia, o ambiente e a cultura afetam as escolhas alimentares das pessoas e como estas escolhas afetam suas vidas em termos de saúde e subsistência (GRIVETTI, 2000).

¹⁰⁶ Conceito de Verhasselt em VERHASSELT, Y. Potentialities of geography of health. *Arch. of Public Health*, v. 51, p. 481-486, 1993.

¹⁰⁷ BREILH, J. *et al. Geografia de las condiciones de salud/enfermedad en el Ecuador*. Quito : CEAS, 1988.

¹⁰⁸ Importantes contribuições nesta área são, respectivamente os trabalhos das nutricionistas Rosa Wanda D. Garcia (GARCIA, R.W.D. **Representações sociais da comida no meio urbano: um estudo no centro da cidade de São Paulo**. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - IPS/USP) e Suzana I. Bleil (BLEIL, S.I. **Mudança de hábitos a partir da industrialização agroalimentar**. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - UFRRJ/CPDA).

Assim, a partir destes referenciais, resgata-se a trajetória das discussões teórico-metodológicas da questão alimentar-nutricional na relação espaço-saúde, como construção que dá suporte ao foco do estudo, numa abordagem que pretende o diálogo entre aspectos das ciências sociais, humanas e biológicas.

III.2 – O ESPAÇO SOCIAL ALIMENTAR NO FOCO DO BAIRRO

Conforme a condução metodológica do estudo, o discurso de sujeitos habitantes do Bairro Capão da Imbuia tem norteado as análises da questão alimentar numa perspectiva qualitativa, de foco na abordagem geográfica.

Assim sendo, o interesse da investigação não se volta a analisar os consumos alimentares individuais para cálculo de aportes energéticos ou de diferentes macro e micronutrientes, e sim, a partir das práticas cotidianas domésticas, com ênfase naquelas atividades voltadas à alimentação (produção, compras, preparo), evidenciar elementos relativos ao espaço social e econômico de realização das estratégias e táticas alimentares dos sujeitos no seu mundo vivido. Para tanto, apropria-se da noção de espaço social alimentar¹⁰⁹, como conceito para destacar o conteúdo geográfico das discussões a seguir.

Nesse sentido, dentro dos procedimentos quantitativos analíticos, como categoria integrante da questão alimentar local obteve-se o levantamento dos estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios, segundo tipo e tempo de instalação (Instrumento de Coleta de Dados 3 - LEVANTAMENTO DOS PONTOS DE COMÉRCIO DE ALIMENTOS - **ANEXO 4**), objetivando as práticas de acesso alimentar de habitantes do bairro.

III.2.1 – Acesso alimentar mediado pelo mercado na dimensão espaço-tempo

As discussões relativas à segurança alimentar e nutricional perpassam macro questões como o comércio internacional justo, a reforma agrária e políticas públicas voltadas à equidade social. Por outro lado, em escala local, sua dimensão é reconhecida no campo das medidas setoriais, como o abastecimento pleno, o fortalecimento da produção agroalimentar de base familiar, a atenção em saúde a grupos vulneráveis e o acesso à informação (CONSEA, 2004, p. 4-8).

¹⁰⁹ Conceito aplicado a perspectivas sociológicas de análise, conforme Poulain e Proença (2003).

Nesta perspectiva, o consumo de alimentos não seguros quanto à sua qualidade de produção ou processamento; a vigência de uma estrutura de produção de alimentos predatória às relações sócio-ambientais; a prática de abusos na condução das relações econômicas implicando em imposição de padrões de alimentação em detrimento à diversidade cultural alimentar ou ainda, de preços excessivos a alimentos e outros bens essenciais, são situações dentre as quais se caracteriza uma condição identificada como insegurança alimentar e nutricional (MENEZES; BURLANDY; MALUF; *op. cit.*; p. 2).

Conforme já mencionado, a consecução da segurança alimentar se relaciona à capacidade de indivíduos ou famílias, em sua condição de inserção social, de terem acesso a alimentos de qualidade e em quantidade adequada à sua necessidade não somente biológica, em termos nutricionais, como também relativa aos aspectos sócio-culturais que envolvem o ato de se alimentar (UNS; ABRANDH; CONSEA, 2005, p. 13).

Quanto aos aspectos estruturais da questão alimentar em sua relação com a produção sócio espacial, destaca-se que tanto a produção de alimentos como a de problemas de saúde ligados à alimentação não podem prescindir de uma compreensão que os inserem como componentes de um conjunto de desigualdades, combinadas de modo complexo nos diferentes lugares (TOZI *op. cit.*, p. 495-500).

Ou seja, a escassez de alimentos, de infra-estrutura, de informação, tanto quanto a abundância, são socialmente produzidas como elementos essenciais à sustentação do modo de produção capitalista. A interdependência dos lugares no contexto da sociedade globalizada “faz com que as necessidades - naturais ou produzidas - sejam constantemente recriadas e não possam mais ser atendidas pelo que está ao redor, multiplicando-se e possibilitando que as formas de satisfação dessas necessidades possam ser comercializadas” (*Idem*, p. 501). A alimentação, como necessidade essencial à sobrevivência é um alvo da implantação de novas necessidades artificialmente produzidas pelo mercado e que conduz a uma produção ilimitada de carências e escassez. Essas, tem como suporte a ideologia do consumo atrelada à idéia de modernidade que, no âmbito da ação de uma razão sistêmica atinge o cotidiano dos sujeitos, configurada na forma do desejo material (traduzido em mercadoria), como conteúdo presente nos seus projetos de vida.

Ainda sob outro aspecto, os tipos de alimento a serem produzidos, seu destino e seu preço acontecem como deliberações alheias ao produtor e às necessidades da população,

sendo também externas ao país. Disso, tem-se no contexto brasileiro, uma produção de alimentos que, mediada por interesses públicos e privados, volta-se a cultivos que atendem de modo mais efetivo às demandas do mercado em detrimento das culturas básicas tradicionais, um fenômeno que conseqüentemente se relaciona a uma tecnificação diferencial dos territórios produtores (RAMALHO, 2003, p. 558), o que insere a questão alimentar nacional no contexto das "geografias da desigualdade" (SOUZA¹¹⁰, *apud.* TOZI, *op. cit.*, p. 496).

Em termos concretos, a principal barreira ao consumo alimentar nos diversos setores da sociedade brasileira no momento presente é representada pela falta de acesso, que por sua vez, tem origem a partir de fatores de caráter econômico (pobreza, altos preços praticados no comércio de alimentos, falta de créditos) ou físico (infra-estruturas de transporte e de mercado). No contexto das grandes cidades, o consumo alimentar portanto, depende do acesso social ao emprego e renda suficientes em relação a uma estabilidade dos preços dos alimentos (PETRAZA, 2005).

Com relação ao contexto dos impactos econômicos do período contemporâneo na sociedade brasileira, Fleury (2004, p. 8-9) aponta no cenário da crise do modelo liberal vigente na década de 1990, alguns legados. Dentre esses, o desemprego frente ao novo contingente de trabalhadores gerados, fruto de uma economia vulnerável e de crescimento mínimo (cerca de 1% ao ano); o crescimento do mercado informal de trabalho e a privatização do “aparato social desenvolvimentista”, além, de um investimento social incapaz de reduzir a concentração da renda. Este último resultado é detectado como o principal gatilho de uma série de questões críticas da realidade social urbana, a exemplo da fome e da explosão da violência, que têm gerado aumento da pressão dos movimentos sociais no sentido da cobrança de medidas imediatas para a redução da “secular e estrutural iniquidade” na distribuição dos rendimentos e dos bens públicos no Brasil.

O desemprego em taxas significativas e a redução no poder aquisitivo como resultantes de um cenário econômico recessivo são questões prementes da sociedade brasileira. Estes fenômenos têm repercussões diretas em termos do padrão alimentar acessível a diferentes segmentos da população, uma vez que restringem o acesso das

¹¹⁰ SOUZA, M.A.A. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M. et al. **Território - globalização e fragmentação**. 3 ed. São Paulo : Hucitec, 1996.

famílias a alimentos ricos em uma variedade de nutrientes essenciais, que geralmente alcançam preços mais elevados.

Historicamente, as políticas alimentares nos países periféricos têm seu foco voltado à produção de alimentos em quantidade suficiente, com base num “modelo que privilegia o aumento da produção, o incremento da produtividade agrícola e o abastecimento de alimentos baratos” (LE BIHAN; DELPEUCH. MARIE, 2003, p. 56).

Para Petraza (*op. cit.*, 2005), do contexto brasileiro se pode ter provas de que o enfoque produtivista não produz garantias à segurança alimentar e nutricional humana, uma vez que desde a década de 1950 o país abriga um volume de produção suficiente para a alimentação de toda a população e figura hoje entre os principais exportadores mundiais de produtos agrícolas, ao mesmo tempo que convive com uma preocupante situação de insegurança alimentar e nutricional no nível populacional.

Neste conjunto de estratégias adotadas com vistas a uma política alimentar, é possível evidenciar o atrelamento ao processo de industrialização nacional e transnacional tanto com relação às tecnologias e aos insumos requeridos ao maior rendimento da produção, quanto à propagação da indústria de alimentos propriamente dita, como meio para obter redução de preços dos produtos colocados para o consumo.

Na contradição primordial deste modelo de condução da questão alimentar atrelado às relações de produção capitalista, está o alto custo dos efeitos sobre a saúde e nutrição das populações, bem como ao meio ambiente.

Nesse sentido, estabelece-se como urgência social a reflexão e a consolidação de estratégias que atuem na compatibilização das políticas econômicas do setor agrícola e agroindustrial com os horizontes da segurança alimentar e nutricional, em especial aos conteúdos que se referem ao bem-estar nutricional conquistado mediante a preservação do ecossistema.

Entretanto, convém asseverar que apesar da abundância do volume de produção de alimentos no cenário brasileiro não se descarta a necessidade de ampliação da produção nacional, justamente pela fragilidade do modelo em relação aos produtos voltados ao consumo interno. Ou seja, conforme salienta Petraza (*op. cit.*, 2005), no contexto dos diversos planos que recentemente modularam a economia brasileira, à medida da ocorrência da recuperação do poder de compra dos estratos sociais de baixa renda, houve

também “uma forte pressão da demanda sobre o sistema agroalimentar, gerando problemas de abastecimento de alguns alimentos.”

Assim, sob o foco da sustentabilidade como conteúdo da segurança alimentar e nutricional, a soberania alimentar, no sentido da auto gestão e auto-suficiência na produção nacional de alimentos básicos com a inserção e o fortalecimento da agricultura familiar, figura como uma das ações estratégicas primordiais, alternativa à industrialização, para a obtenção de uma disponibilidade de alimentos a preços justos.

Sob o foco da SAN, a situação alimentar além dos componentes relativos à produção e disponibilidade, envolve aspectos das relações entre comercialização e o acesso alimentar diferencial dos segmentos da sociedade, apontando que o consumo qualitativo de alimentos tem sua determinação pelas leis do mercado. Esse último ponto em particular, no contexto de vida das grandes cidades, assume um significado crucial em termos da gestão orçamentária cotidiana no nível doméstico, uma vez que o acesso a esta e outras necessidades básicas - a exemplo da habitação e da assistência à saúde - está predominantemente vinculado ao montante de renda que se dispõe e aos preços praticados com relação a esses bens e serviços.

Conforme o panorama acima exposto, no modelo de sociedade contemporânea, generalizadamente urbana, onde se experiencia uma contradição primordial entre a necessidade de reprodução do capital e a reprodução da vida em sua dimensão humana, a “racionalidade da acumulação”¹¹¹ invade e transcende o universo das relações sociais, que se confinam à realização mediatizada pelo consumo, pela mercadoria.

Assim também a questão alimentar no bairro, como lugar vivido no interior da cidade é dada, na historicidade do processo de urbanização, deixando progressivamente de lado o seu vínculo com a natureza e com as práticas de produção doméstica de alimentos destinados ao consumo para assumir preponderantemente uma relação direta com o mercado.

Nesse momento, passa-se a tratar de modo mais específico a dinâmica do comércio local de alimentos e seu papel nas práticas alimentares dos habitantes do bairro. A partir do levantamento dos pontos de comércio de produtos destinados ao consumo alimentar que se encontram em atividade no bairro e das práticas de compras para o consumo cotidiano

¹¹¹ Conforme expressão de Carlos (2004, p. 48).

doméstico, levantam-se subsídios para evidenciar o espaço socioeconômico de desdobramento das estratégias e táticas alimentares em direção à compreensão das condições de acesso alimentar dos habitantes do lugar.

No histórico da constituição do território do bairro, vão sendo também configuradas as estruturas de comércio local, voltadas ao abastecimento alimentar básico do núcleo inicial de ocupação. A partir dos relatos dos habitantes, são mencionados como estabelecimentos primordiais no bairro, pequenos comércios, denominados “armazéns” ou “negócios”, que começaram a se instalar e se reproduzir no início da década de 1950:

“Meu pai instalou aqui o primeiro bar, em 1957. Já tinha o Armazém do Seu Paulo, que era de origem ucraina. Lá tinha galinha, tecido, sapato... Era de tudo, né? Nós chegamos aqui em 1957 e ele [Seu Paulo] já estava radicado aqui... eu acho que há uns sete ou oito anos.”
(R - comerciante local)

“A gente, prá se alimentar... Depois de algum tempo aqui eles fizeram o 'negócio' do Paulo, que era um negócio pequenininho que hoje ainda tem [referindo-se à casa original, que hoje ainda funciona como bar e mercearia].” **(H – residente há 67 anos)**

“Aqui, na época, só tinha um armazém particular aqui, um armazém pequeno. Era só o que tinha. Panificadora, comércio, assim que nem supermercado...até naquela época nem existia supermercado... tinha que ir lá em cima no Zeni. Então a gente ia comprar lá.....Aqui perto tinha um armazém do... como é o nome dele... é Antônio Novak. Ele vendia de pinga pra cima [risos]! Mas de um modo geral, tinha bastante coisinhas pra comprar, né? Alimento, isso, eu comprava ali alguma coisa ou outra, quando me faltava em casa. Mas o meu fornecedor maior era o Casetta, né?” **(I – residente há 46 anos)**

“O Seu Amadeu também, quando ele foi morar ali, ele também tinha o terreninho dele ali, ele tinha só uma portinha de armazém... ele era padeiro. Era um armazenzinho de madeira, que a casa dele era de madeira e ele abriu uma portinha onde tinha uma barbearia e do lado, ao mesmo tempo assim ele tinha um armazenzinho dele que ele vendia de tudo ali. Ali ele vendia comida e tinha a barbearia. Isso, eu devia ter uns cinco ou seis anos [1958, 59]... Ali também o dos Godoy era outro armazém que tinha, sabe? Mas nunca houve assim competição entre eles. Eles eram vizinhos, amigos, tudo, né .. Tudo ali... eles acabavam abrindo comércio de tudo. Então o do Seu Joaquim Godoy ele já vendia bebida, já vendia vinho, já vendia refrigerante, gasosa, essas coisas assim. E já o Seu Amadeu já vendia mais gênero alimentício. Era arroz, feijão, milho A gente comprava arroz, feijão, porque o meu pai comprava de sacos assim, pra dois, três meses, já comprava assim. E meu pai, tinha o armazém que descontava do salário dele, porque ele era ferroviário. E o básico, o que precisasse a gente comprava no armazém, o que a gente não tivesse em casa”. **(S – residente há 51 anos)**

“Você passava... não existia mercado. Então você comprava ou fiado... aqui não tinha negócios, não tinha aqueles armazém daquele tempo. Então você corria no ‘Zeni’ lá de bicicleta. Quando viemos pra cá, onde você ia, no armazém, aqui em baixo tinha, eram duas portinhas, Seu Antônio, ali em frente ao IBC. Também vendia fiado pra vizinhança toda... Eram armazenzinhos de portinha.. e o sistema era de caderninho, com pagamento mensal. Quando recebia o salário ia lá e deixava quase a metade, se não deixava tudo! O ‘Zeni’ era um negócio, um armazém tipo um supermercado, só que vendia no caderno, vendia fiado...” **(T – residente há 44 anos)**

“...Só tinha um armazenzinho bem pequenininho assim, aquelas lâmpadas bem pequenas, escuras, malmente dava pra umas três pessoas entrarem. Não me lembro do nome, só sei que o dono do armazém era Carlos, Seu Carlos. Ele vendia tudo fiado no caderno ali. Eu tinha.. eu sou de 57, tinha uns 11 anos [1968]. Em casa... acho que era comprado assim cada quinze dias, aquela compra grande.. enchia o armário, estocava lá e pagava. O que mais nós comprávamos era mais comida, arroz, feijão e a gente comprava muito amendoim, que meu pai gostava muito de fazer paçoca.” (N – residente há 36 anos)

“Nos armazenzinhos, tinha aquelas balança com peso e a gente ficava de olho no ponteiro pra ver se ele [referindo-se ao proprietário do estabelecimento] não dava um pouquinho a mais. E ele dizia: 'Olha! Chegou no quilo!' Aí não tinha jeito..” (P – residente há 36 anos)

Os armazéns “de portinha” do bairro, onde “se vendia de tudo”, representavam até os anos de 1960, o comércio como ato em si, ou seja, tinham o sentido da negociação propriamente dita de mercadorias que serviam às mais variadas utilidades, para o atendimento das necessidades cotidianas dos habitantes. A especialização máxima dos estabelecimentos se dava em duas categorias: os armazéns de secos e molhados e os bares, que atuavam mais no sentido de complementaridade do que de concorrência.

Enquanto serviço, esses estabelecimentos eram buscados somente para complementar em termos alimentares, os itens *in natura* da dieta básica local que não eram produzidos ou fabricados no nível doméstico. Esses compreendiam geralmente grãos como o feijão, o arroz, o amendoim e também as farinhas, para a produção doméstica do pão e do macarrão.

A negociação direta com o proprietário envolvia predominantemente o sistema de caderneta, baseado na venda “fiado”, ou seja no crédito de confiança do pagamento do cliente *a posteriori*. Tal sistema, pode-se dizer, tinha legitimação nas relações de vizinhança estabelecidas entre o pequeno contingente populacional do lugar.

Pelas narrativas colhidas, percebe-se que até os anos de 1970, esses estabelecimentos comerciais possuíam uma representação de caráter particular, dada socialmente muito mais pela identidade pessoal do proprietário do que pela marca institucional:

“Então, o comércio quando eu vim pra cá [1970] tinha dois armazéns. Um que era o João, o Armazém do João, e o Aldo.(...) Comida eles tinham ali ... Era tudo assim que você podia comprar de ‘quilinho’, sabe? Armazém de secos e molhados, né? E, como tinha o João, tinha o Aldo... Eu usava mais o João e o Pedrinho. Aí a gente ia lá, dava, fazia uma lista do que queria, né, chegava lá e ia pedindo.. Daí, eles arrumavam e traziam pra nós, sabe? Era entregue em casa. Naquele tempo eles tinham uma Rural, a gente deixava a lista, daí eles arrumavam nas caixa e traziam, entregavam a domicílio. De toda essa ‘coisarada’ de comida, assim de grãos, tudo, só a carne que era difícil, porque a gente não tinha o açougue. O açougue ou era lá pra cima, no centro do Capão da Imbuia, ou se não, a gente

se servia no centro [da cidade]. Aí tinha aquela parte do café e aí tinha o mini mercado, sabe? A gente comprava mais, né, era óleos, lingüiça, a salsicha que na época era salsicha mesmo não é como hoje em dia que ta horrível. Leite eu comprava geralmente leite em pó, né...” **(E – residente há 34 anos)**

“Ah... era difícil! Tinha armazenzinhos pequenos por aqui, né? Depois aqui na esquina teve um, do Seu Carlos, era o primeiro aqui ... Era pouca coisa, mas era o básico pra gente: era o arroz, o feijão, o macarrão, o óleo. Os grãos vinha num saco, não tinha nada de pacotinho, essas coisa. Daí não tinha uma carne, uma verdura, era difícil. Aí ou você trazia, quando eu trabalhava, trazia lá do centro, que daí já tinha Mercadorama, já tinha esses mais antigos, Demeterco, Senff, mas o básico a gente sempre comprava por aqui. Esse primeiro era uma casa de madeira, né, assim só uma portazinha, uma coisinha simples. Depois de muito tempo teve o Seu Félix, que também era merceariazinha. O seu Félix daí era mais sortidinho um pouco que o Seu Carlos. Mas isso já depois, uns 3, 4 anos, já nos anos 70. Daí o Seu Pedrinho abriu lá em baixo, daí já veio o [mini mercado] e daí aos poucos foi melhorando.” **(M – residente há 36 anos)**

Num período de abandono das práticas de produção alimentar doméstica principalmente em virtude das exigências do trabalho para a sobrevivência na cidade, nos anos de 1970 a pouca variedade de gêneros disponível no bairro para o consumo requeria a busca por mercados maiores que tinham no centro urbano a sua localização estratégica.

O crescimento da demanda dado pelo aumento da população local, progressivamente vai levando a uma maior especialização dos estabelecimentos (mercearias, açougues) que, no entanto permanecem com característica de pequeno porte e mais concentrados na área de maior adensamento populacional do bairro.

A partir das narrativas dos habitantes locais, identifica-se um aumento na pauta de gêneros alimentícios comercializados, com a inserção significativa da oferta de produtos processados industrialmente (óleo de cozinha, macarrão pronto, lingüiça, salsicha, leite em pó).

Em virtude da implementação de infra-estruturas de urbanização no bairro, mas ainda na vigência de uma distribuição insuficiente de pontos de comércio, surgem os serviços de entrega de mercadorias em domicílio, a partir de transporte motorizado.

Em termos mundiais, os anos de 1960 representam o marco do surgimento das “grandes superfícies” de comercialização, ou seja, os super e hipermercados. Estas novas modalidades demarcam uma revolução nas atividades comerciais, nas compras cotidianas, no consumo e enfim, no modo de vida e têm na urbanização e no desenvolvimento do automóvel as condições essenciais ao seu desenvolvimento. Essas grandes superfícies comerciais instauram a prática do aprovisionamento em larga escala e inauguram o consumo de massa no âmbito agroalimentar (FISCHLER, 1995, p. 187-188).

No panorama da cidade, tem-se que o período compreendido entre 1970 e 1980 representa uma profunda transformação na estrutura de comercialização de alimentos para o abastecimento local, demarcando a expansão dos supermercados e respectivas redes. A participação no volume de vendas nas categorias de estabelecimentos do tipo armazéns, mercearias e similares teve uma redução significativa, decaindo de 70,7% em 1970 para 25,6% no início dos anos de 1980¹¹². Destaca-se que no cenário desta mudança, articulam-se na administração pública municipal estratégias de comercialização de gêneros alimentícios a preços subsidiados visando uma política de abastecimento alimentar voltada a famílias de baixa renda (UCHIMURA; BOSI, 2003).

Desta conjuntura e, na permeabilidade originada pela estagnação do modelo tradicional do comércio praticado nos pequenos estabelecimentos do bairro, se introduzem na paisagem e nas práticas cotidianas locais as categorias “mini” e “supermercados”:

“Depois começou a evoluir e de uns anos pra cá é que veio esses supermercados grandes, mas antigamente tinha o ‘Pirambeira’, o ‘Seu Antônio’.. armazéns de portinha” **(T – residente há 44 anos)**

“Então agora é assim.. Não é mais como antigamente que tinha os armazenzinhos tudo... Agora não! Agora tem supermercado aqui, tem supermercado lá, tem vários supermercados...O Armazém Santo Antônio, não é mais armazém, mudou. Aí tinha o dos Godoy também e agora tem uma loteria. Mudou tudo, porque não tem mais aqueles armazenzinho que tinha antes, antigamente não tem mais. Ali no Bar Godoy agora é uma lotérica, tem um negócio, uma outra portinha que eles abriram que antes era deles, de móveis usados e agora é outra coisa que eu não sei o que é e em cima tem um negócio de aula de música, então mudou tudo, sabe?” **(S – residente há 51 anos)**

“Até hoje, como eles começaram eles estão ali, sabe? São duas famílias de italianos e eles vendiam ‘picadinho’. Era um armazém de secos e molhados. E assim ele começou mas ele não cresceu. Ele pensou em fazer casas pra alugar e esqueceu do armazém; ficou parado. Aí, em cima disso começou a vir os mercados. Aí o primeiro mercado mesmo, assim, aí que começou a vir... aí começaram a crescer..” **(E – residente há 34 anos)**

Nesse período, destaca-se que nos espaços segregados no interior do próprio bairro, todo o processo de constituição de uma rede comercial se dá tardiamente, determinando um “fazer cotidiano” do ato de comprar alimentos que se realiza de modo equivalente ao

¹¹² As autoras referem-se ao estudo do IPARDES, denominado “Algumas questões sobre abastecimento alimentar básico”, realizado em Curitiba, 1987.

praticado nos anos de 1970 nas demais áreas. Ou seja, nestes espaços há um “atraso” de uma década em relação à dinâmica comercial vigente em outras parcelas do território:

“E comércio aqui, na época [1986] não existia comércio aqui próximo. Era lá em cima no Capão da Imbuia, lá perto do Bosque do Capão que existia um pouco de comércio: farmácia, padaria, alguns armazéns. Aqui na região aqui em baixo [região leste do bairro], não tinha nenhum comércio aqui. Então os moradores aqui, eles iam no final de semana iam fazer compra lá em cima, no comércio de lá de cima, que tinha uns mercadinho lá pra cima. Padaria e essas coisas, não tinha nada aqui. Começamos a ter comércio mais próximo daqui de uns 15 anos pra cá [1989]. A gente tinha que ir nos finais de semana porque durante a semana só quando tinha alguma necessidade, então se ia. Então a gente ia no Varejão, fazia compra de verduras e legumes pra semana e também ia no mercado e comprava aquilo que ia precisar pra semana porque era a única forma, porque durante a semana era muito difícil ou quando a gente trazia de onde vinha, do centro, passava no mercado e já trazia pra casa aquilo que precisava. Porque próximo aqui não tinha. Se faltasse alguma coisa era só no outro dia ou então ia ter que ir longe pra buscar o que precisava.” **(L – residente há 18 anos)**

Nas exigências das relações de mercado que se estabelecem na norma da geração do novo, a inserção de tecnologias e a continuidade de oferta da mercadoria, de modo ininterrupto no tempo da vida e no tempo produtivo, aparecem como novas necessidades que se consolidam numa dialética entre imposição e demanda relativas ao consumidor. Sob essa sustentação, se consolidam os estabelecimentos de maior porte e variedade de produtos:

“Eu acho que hoje, o Capão da Imbuia, o morador do Capão da Imbuia não precisa ir fora do Capão da Imbuia pra comprar gênero alimentício, não. Tem tudo... o comércio abre aos domingos também...É aquela história: você tem que acompanhar o crescimento do bairro e acompanhar o crescimento da evolução do mercado, né? Você nunca pode ficar parado. Há casos aqui de mercados aqui em volta que parou no tempo. Não evoluiu, não informatizou...Quer dizer: o freguês se afasta. Você tem que correr atrás da máquina, né? As novidades que aparecem você sempre tem que ter alguma coisinha pra chamar a atenção, sempre ter um diferencial. A gente faz sempre sorteio de prêmios, que a mulherada gosta muito, né... E se você não fizer, você fica parado no tempo. Você vê, quando nós começamos ali com a mercearia nossa era eu, a [esposa] e dois funcionários e hoje temos quarenta funcionários... É complicado, né? Cresceu.. E hoje nós abrimos segunda a domingo até a uma hora.” **(J – residente há 12 anos)**

“Acho que são boas as condições. As pessoas tão vendo mais, acho que estão se alimentando melhor... A oferta local acho boa também, porque a gente tem açougue, tem mercado, tem frutas e verduras e eu acho que deu uma crescida, acho que tá melhor porque agora tem mais assim que abrem o espaço no domingo, tem boa oferta de pão e leite, mas nenhum abre 24 horas. Tem no domingo, né os mercados abrem até meio dia ou 1 hora. Se não era uma coisa difícil, porque tinha que sair daqui no domingo pra comprar alguma coisa no Mercadorama ou no Extra ou no Big. Hoje não tem porque os mercados aqui ficam abertos até meio dia ou uma hora nos domingos.” **(V –residente há 6 anos)**

“O Varejão ainda tá funcionando, mas quase que a maioria dos comerciantes ali, dos feirante, em relação ao que tinha anos atrás, tem uma minoria trabalhando ali ainda. Porque

o prédio era alugado pela prefeitura e realugado os box para os feirantes. E o prédio ele tá em precárias condições e a prefeitura não renovou o contrato de aluguel. É um comércio para os feirantes, o próprio produtor vem comercializar os produtos dele ali.(...). Também um outro fator, quando o comércio entrou aqui no bairro Capão da Imbuia, começou a se instalar aqui os mercados, então isso também diminuiu muito a clientela ali do Varejão. Isso começou a criar uma dificuldade de manutenção dos próprios comerciantes ou produtores em comercializar o seu próprio produto. Começou a haver a concorrência e isso começou a desativar e deixar o mercadão ali do Capão da Imbuia em situação desfavorável de comercialização. Também era outro fator, que funcionava só aos sábados e domingos e se pagava um aluguel muito alto para uma pouca utilização. Se utilizava muito pouco o prédio, né? (**L – residente há 18 anos**)

Conforme ressalta Fischler (*op. cit.*, p. 186-187), mediante a referência de Pelto e Pelto (1983)¹¹³ a partir dos anos de 1950 há uma transformação radical quanto à produção e distribuição de gêneros alimentícios, mediante um processo de “deslocalização”. Ou seja, tradicionalmente os sistemas agroalimentares se caracterizavam por “ecossistemas domésticos diversificados”, baseados na produção local da maior parte dos recursos alimentícios consumidos cotidianamente, sendo muito restrita a parcela de produtos provenientes do exterior e voltada a consumos excepcionais (sal, açúcar, especiarias, etc.). Com a revolução agroalimentar, progressivamente é instaurado um sistema organizado em escala regional, nacional e mundial, constituindo um “ecossistema doméstico hiperespecializado”, onde se reduz a variedade da produção local e se ampliam cada vez mais os aportes de produtos advindos do exterior, com base na especialização da divisão do trabalho produtivo e no comércio internacional.

No ritmo do modo de vida urbano, há a exigência crescente de compressão das atividades cotidianas, a exemplo das obrigações culinárias para a satisfação das necessidades alimentares. Nesse sentido, se fortalece a indústria agroalimentar, transformando os recursos alimentares naturais e deslocando sua preparação cada vez mais “das cozinhas para as fábricas”¹¹⁴

Neste contexto, das antigas relações de complementaridade entre pequenos proprietários mantidas no comércio local nos anos de 1950, a questão da especialização e dos diferenciais de serviços e produtos marcam o estado permanente de concorrência como estratégia de sustentação dos estabelecimentos frente ao aumento da oferta atual de pontos comerciais à disposição do consumidor.

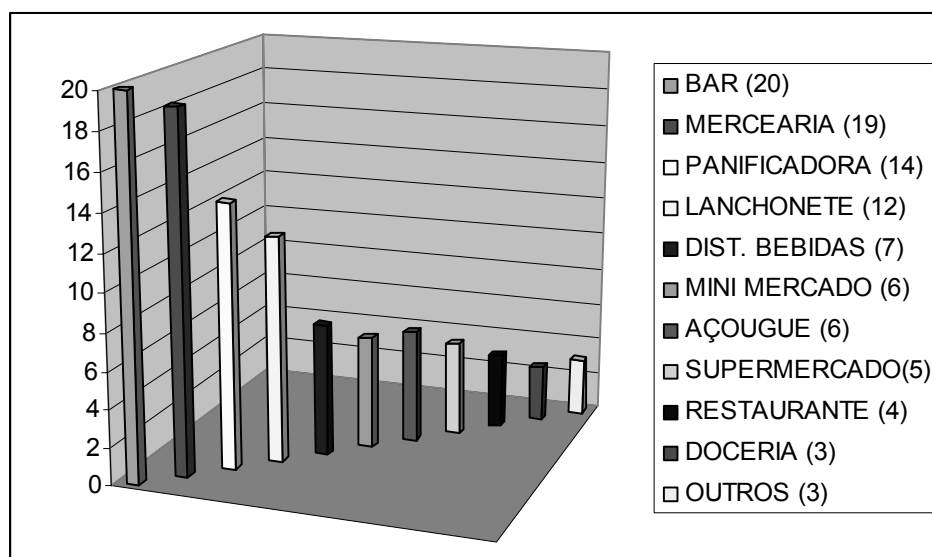
¹¹³ PELTO, G. H., PELTO, P. J. Diet and delocalization: dietary changes since 1950, **Journal of Interdisciplinary History** XIV, v. 2, 1983, p. 507-528.

¹¹⁴ Conforme expressão de FISCHLER (1995, p. 187).

Por meio do levantamento efetuado em campo, com auxílio de Agentes Comunitários locais, pode-se observar como fatos e tendências quanto aos estabelecimentos ativos que comercializam alimentos no bairro:

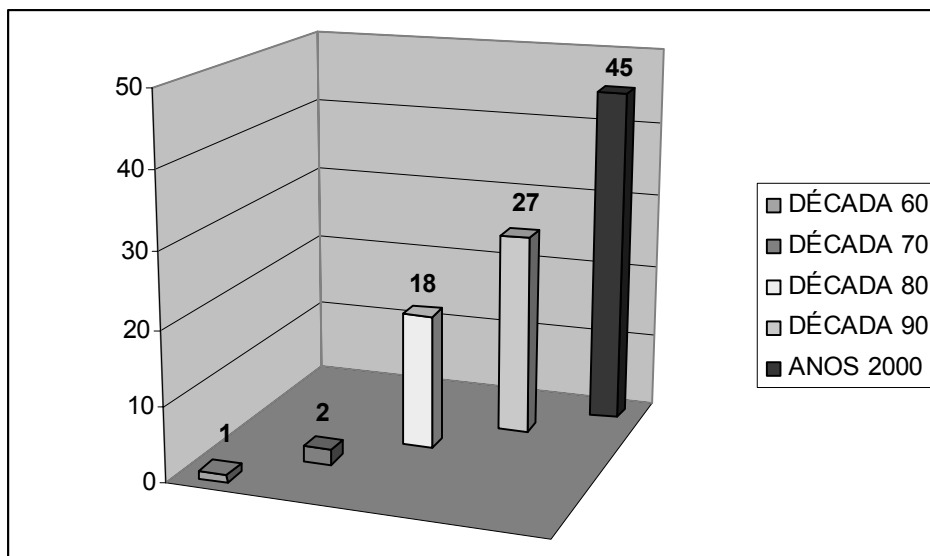
- a predominância de *bares* e *mercearias*, como principais categorias de estabelecimentos relacionados à oferta local de produtos alimentícios (**GRÁFICO 1**);

GRÁFICO 1: Distribuição dos pontos de comércio de alimentos, segundo categorias de estabelecimentos, Bairro Capão da Imbuia, Curitiba-PR, julho, 2004 .



- expressivo crescimento e diversificação dos tipos de estabelecimentos dedicados ao comércio de alimentos a partir da década de 1980 (**GRÁFICO 2**), sendo que nos anos de 2000, são instalados no bairro: 10 mercearias, 7 lanchonetes, 7 bares, 5 distribuidoras de bebidas, 4 panificadoras, 3 supermercados, 3 açougues e 3 pizzarias;

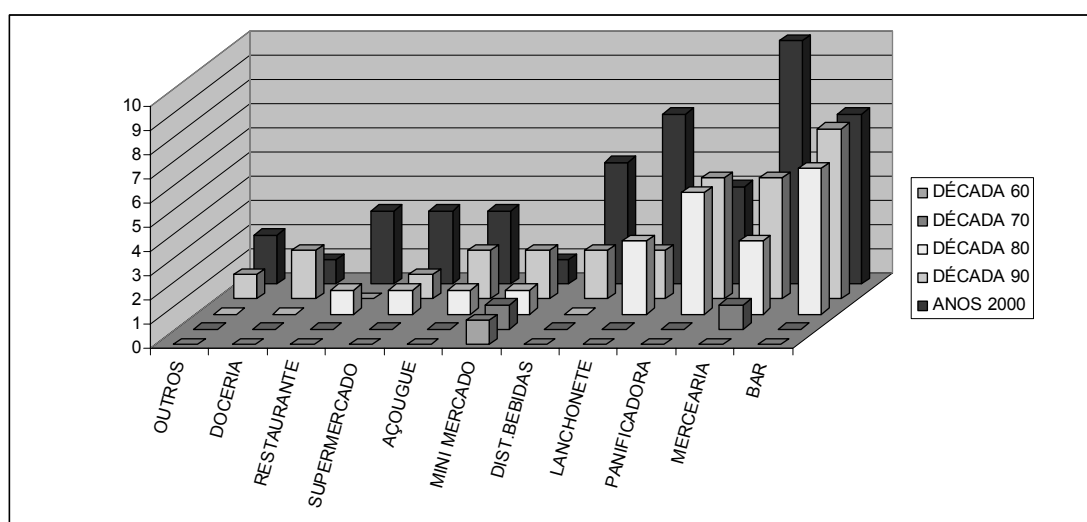
GRÁFICO 2: Evolução temporal da instalação de pontos de comércio de alimentos atualmente ativos, Bairro Capão da Imbuia, Curitiba-PR, julho, 2004.



- a não permanência no lugar dos pequenos negócios primordiais (Gráfico 3), sendo que o estabelecimento mais antigo ainda em atividade no bairro tem sua instalação datada em 1963, caracterizando o acesso local inicial de alimentos mediante *mini-mercados*, que visavam uma variedade de produtos, mediante a baixa oferta;
- a maior permanência temporal, no lugar, das categorias *mercearia* e *mini-mercado*, embora havendo crescimento pouco expressivo deste último tipo de estabelecimento em relação ao primeiro, com tendência de substituição por *mercearias* que se caracterizam pela oferta mais restrita, porém mais especializada de gêneros alimentícios, além de representarem empreendimentos de menor porte que o *mini-mercado* (**GRÁFICO 3**) ;
- o surgimento dos *supermercados*, a partir da década de 1980, com nítida expansão nos anos 2000, e que aparecem como a modalidade de comércio que se instaura localmente com função de oferta ampliada de variedade de alimentos, de forma espacialmente centralizada, tendo característica de empreendimento de médio porte (**GRÁFICO 3**). Ressalta-se que nenhum dos 5 supermercados existentes no bairro pertence a sistemas de rede;

- mediante a consolidação do comércio local em geral e do adensamento populacional, os anos 2000 marcam o surgimento de uma oferta especializada de alimentos, com o crescimento da instalação de *açougues*, *distribuidoras de bebidas*, além das já mencionadas *mercearias*, que parecem sugerir uma modalidade de transição no padrão tradicional do comércio local, (Gráfico 3):

GRÁFICO 3: Evolução temporal da instalação de pontos de comércio de alimentos atualmente ativos, segundo categorias de estabelecimentos, Bairro Capão da Imbuia, Curitiba-PR, julho, 2004.



- também nos anos 2000, surgem outras modalidades especializadas de comércio de alimentos (*verduraria* e *peixaria*), que podem ao mesmo tempo estar voltadas a um tipo específico de mercado, mas também de consumidor, sugerindo sinais de vinculação entre o comércio e o discurso oficial do setor saúde, ou seja, a revalorização de alimentos como mercadoria específica e de valor agregado, na razão do atendimento a um público consumidor que adere à "alimentação saudável para obter qualidade de vida" (**GRÁFICO 3**);
- o vultoso crescimento da instalação de *lanchonetes* e o estabelecimento crescente de restaurantes (predominantemente do tipo *pizzarias*) a partir dos anos de 2000, sugerem pistas de transformações das práticas alimentares locais, em direção à adoção do padrão de "alimentação rápida", que por sua vez se relacionam à dinâmica do ritmo de vida no cotidiano da cidade.

Dados recentes do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes e Associação Brasileira da Indústria de Alimentos, em 2001, os principais canais de serviço de alimentação no país estiveram representados pelos segmentos de restaurantes populares, padarias, bares e lanchonetes, perfazendo uma receita anual de 6 a 9 bilhões de reais, o que representa um volume 2 a 3 vezes superior ao das redes de fast foods (ESTEVES, 2004 a, p. 17-18).

Este panorama se insere na concretização de um nicho comercial, denominado "mercado de alimentação fora do lar" (ESTEVES, 2004b, p. 13) que surge intimamente relacionado ao modo de vida urbano e representa mais um canal de inserção de produtos alimentares processados, pré-preparados e pré-prontos que, também nestes estabelecimentos, além do espaço domiciliar, visam essencialmente a agilização das rotinas das cozinhas e a redução de custos de preparo, pela economia de mão-de-obra.

Assim, não somente nas práticas de compra de alimentos para consumo doméstico, mas também no ato de alimentar-se em estabelecimentos comerciais figuram como fontes de acesso a alimentos processados industrialmente, considerados como principais contribuintes à realização de um padrão de consumo não protetor à saúde.

Apesar das tendências observadas quanto à consolidação do sistema local de comércio no contexto histórico da produção sócio-espacial do bairro, mais uma vez fica determinada a sua identidade periférica, enquanto um espaço não-estratégico ao estabelecimento de negócios de grande porte. Esta questão surge nas representações sociais a partir de vários elementos justificadores (espaciais, populacionais, ambientais, sociais) da não existência local de grandes mercados ou outros empreendimentos, em contradições que contrapõem o desejo de consumo cotidiano e a necessidade real, a indignação da exclusão e o conformismo. Essa dualidade de sentimentos que permeia as narrativas tem como desfecho, nas entrelinhas do discurso, o vínculo da identidade periférica do lugar à falta de uma “competência social” para atração do investimento financeiro:

“Não temos grandes mercados aqui. O Capão da Imbuia hoje, de poucos anos pra cá, de dez anos pra cá o Capão da Imbuia desenvolveu muito. Então, nesse período, nós ainda não tivemos aqui nenhum grande investimento aqui de um grande supermercado, algum comércio de porte aqui dentro. Só temos comércios pequenos. Então, estamos esperando acontecer isso aqui dentro do Bairro Capão da Imbuia. Mas parece que não é muito atrativo o Bairro Capão da Imbuia pra esse tipo de investimento. Eu acho que às vezes o investimento vai depender muito do interesse do investidor de achar um local pra ele investir. Ele vai avaliar que aquele bairro tem uma população mais concentrada e que é de maior interesse. Eu acho que o bairro nesse sentido de população ele é um bairro pequeno, de população pequena(...). Mas por ele ser um bairro talvez pequeno, com uma condição

de vida, de poder aquisitivo médio a baixo e talvez com uma concentração populacional meio dispersa... Pode ver, onde os grandes investidores procuram instalar os seus supermercados ou um grande centro comercial? É onde existe uma concentração muito grande de pessoas. (...)É, pra nós, um investimento grande, um comércio grande, uma indústria grande se instalando no bairro isso traz um... alavanca o progresso, acelera o progresso do bairro. Mas a gente acredita que se o bairro tivesse, seria bom para o bairro, estaria muito melhor, mais valorizado comercialmente e teríamos um movimento muito maior dentro do bairro. Isso em geral agiliza, incentiva o comércio. As pessoas tendo um grande supermercado aqui, vem muita gente de fora e isso não só o grande comércio, os pequenos vão ter um desenvolvimento maior, porque gira muito mais, circula muito mais pessoas dentro do bairro, se faz muito mais compras. Então a gente sabe que é uma falta muito grande de um investimento nessa área aqui...Nós tínhamos aqui uma promessa de que iria se instalar um grande supermercado aqui, numa área aqui em cima, né, mas não aconteceu, parece que foi só um sonho [risos].”(L – residente há 18 anos)

“É a dificuldade de construção no Capão da Imbuia por causa do zoneamento. O zoneamento aqui é área de manancial, dizem, né?. Então é difícil construir prédios grandes... e a Prefeitura não avalia. Se não, já teria mercado grande aí....Aqui o problema é o zoneamento, o zoneamento urbano. Comércio não pode ter mais do que cem metros.... é uma determinação da prefeitura... é uma lei antiga, que eles iam rever, mas por enquanto não foi feito ainda. E pra cima, você pode construir no máximo dois pavimentos, né... agora também me parece que mudou. Tem umas ruas aqui que parece que já pode construir até quatro [pavimentos], por causa da nova Lei de Zoneamento que saiu, né.. mas agora qual ruas eu não sei..... por causa do problema da Base Aérea do Bacacheri, porque os avião passa por aqui... é rota aérea.” (J – residente há 12 anos)

“Aos sábados e domingos, funciona um ‘ceasinha’ aí. Então... é um mal necessário isso aí [referindo-se às antigas instalações da ervateira]. Porque se era pra fazer um Condor, um Extra... não sai. Porque vai vender isso aí por quanto? Porque todo mundo quer incentivo fiscal. E eu acho.. isso aqui, dava pra fazer uma fábrica? Dava. Mas aí vem o meio ambiente e diz que não dá, então tudo tem coisas... E depois, é aquele negócio: se for pra abrir vamos supor, uma fábrica aqui que vai me soltar fumaça o dia inteiro não adianta! Então falta espaço ... e é tudo por interesse e se você vai falar, você é terrorista... Então às vezes, um dos ‘homem’ ajuda 500 mil, mas prejudica 100 milhões. Então são coisas que..”(T – residente há 44 anos)

Na vigência do não investimento local, no que se refere especificamente ao setor de comércio de grande porte de alimentos, a busca aos hipermercados se dá externamente ao bairro, um fator estrangulador da permanência dos supermercados de economia nacional e de médio porte em suas estratégias de estabelecimento local:

“Apesar de que o [marido] gosta mais do Extra, porque ali é bastante variado, você acha o que você quer ali. Eu já gosto mais do Carrefour. Não compra-se mais aqui, entende, porque a gente faz a compra grande. Se a gente já sabe o que gasta no mês, você compra já pro mês. E daí pro dia a dia fica a carne, a verdura, a fruta. Porque a fruta a gente compra toda semana no Varejão de fruta e verdura, no Terminal [terminal de transporte coletivo do bairro]. Ele abre sábados e domingos, sábado o dia todo e domingo até o meio-dia, uma hora. E as carnes a gente às vezes compra no mercado se tá em oferta ou às vezes por aqui. Hoje em dia mudou bastante, com os hipermercados que estão aí, que são super sortidos. Até uma roupa se você quer, que você não queira ir pro centro, ali você acha. Hoje tem tudo, tem calçado, tem louça, tem tudo, porque se não dá com o alimento, eles te ‘tiram’ do outro lado.”(M – residente há 36 anos)

“Eu vou uma vez por mês vou lá no Big e faço pro mês todo. Daí já compro os leites, né, as caixas de leite, tudo, tudo eu compro lá. Daí as carnes, essas coisas, daí eu compro aqui. E aqui, eu compro verdura também, na semana, que tem umas promoções boas, umas coisas que valem a pena... algumas coisas! Isso a gente compra mais próximo. E tem aqui perto Então eu sempre gosto de ir nos sábados, porque é tudo fresquinho, assim, de boa qualidade, né? Pra essa compra mais pesada é mais prático um mercado maior, porque não adianta você ir num mercado aqui, comprar um arrozinho, uma sojinha, uma coisa... Então você vai já, com uma listinha na mão, já compra tudo, já sabe o que é...” (N – residente há 36 anos)

“Uma coisa que a gente tava pensando esses dias... porque aqui a gente tem tantos terrenos, aqui como quem vai pro Carrefour, tem uns terrenos tão bons ali, por que é que não fazem um hipermercado bom ali, né? Pois eu não sei se eles acham que tem o Extra e o Carrefour que estão assim aqui no meio e eles acham que se eles vem aqui eles não vão ter público, que não vai dar certo. Como aquele Dip [supermercado] que tem ali em cima ... ali já mudou acho que umas 4 vezes de dono, porque daí já em seguida tem o Mercadorama e daí mais um pouquinho tem o Big, o Wall Mart. A gente também faz muita compra ali.” (R – residente há 36 anos)

“A gente que tem uma situação um pouco mais privilegiada vai no Big aqui. Tem um outro aqui em cima o Dip, que é um mal necessário. Porque tem aquele mal necessário, porque faltou alguma coisinha, você corre ali. Já teve ali uns quatro ou cinco [proprietários]. Então os cara não agüentam com os grandes. E esse Dip tá ... No mesmo lugar já foi o Sol, o Festival, o Kuster... esses caras menores, que vem aventurar. Então é um mal necessário que tem ali.” (T – residente há 44 anos)

A concentração local das atividades de comércio fundamentalmente baseada na localização segundo demanda populacional gera uma distribuição espacial diferencial dos estabelecimentos, o que figura como dificultante, ainda nos dias de hoje, ao acesso a alimentos básicos:

“Já eu tenho que pegar ônibus pra fazer compra, pra ir no mercado. Como eu moro lá na [rua] 21 de junho, eu tenho que pegar dois. O comércio é difícil pra mim, até pra comprar um pão.. Ali perto não tem um açougue... tem um mercadinho assim pequeno né, mas quando a gente chega lá o pão já acabou, tem pão de ontem só, porque o de hoje já saiu, acabou isso, aquilo... Então tem áreas do Capão da Imbuia que não tem nada!” (H – residente há 67 anos)

“...Até hoje, nós não temos um comércio aqui na Planta Nossa Senhora Aparecida. Hoje já tá mais próximo, então temos um mercado que, já pra qualquer necessidade, sábado, domingo ou até oito horas da noite o mercado tá aberto... Que ainda dá tempo de muitos que chegam do serviço, ainda dá tempo de correr no mercado buscar alguma coisa. Daqui da minha casa no mercado dá uns oitocentos a mil metros de distância. Hoje já estamos com mais de 800 moradores aqui. Aí começou a aproximar, a vir os comércios mais próximos daqui. Hoje não temos comércio aqui dentro da Planta. Ainda o comércio está dali da Unidade de Saúde pra cima, pra trás, né [no sentido leste-oeste].” (L – residente há 18 anos)

Na demanda dos problemas atuais de saúde ligados à questão alimentar, surge outra barreira local de acesso aos alimentos mediada pelo comércio. Essa questão se refere aos

alimentos especiais ou funcionais recomendados na terapêutica alimentar para esse tipo de enfermidades. Nas leis do mercado, essa categoria de alimentos tem suas características associadas à agregação de valor ao produto, o que, especialmente no comércio varejista de bairro, representa uma significativa elevação de preços que, conseqüentemente, estabelece maior dificuldade de acesso:

“O povo aqui, é vamos dizer assim, simples. É arroz com feijão. Já um pão integral, um arroz integral, então a venda é muito pouca aqui no bairro. Então o preço fica mais alto. Porque o povo procura muito é o básico.” **(Y – residente há 18 anos)**

“Alguma coisa tem, mas por exemplo pra mim, já não tem opção, né. Então eu tenho que ir lá em cima no Extra, e por aí, pelo menos umas 2 vezes por semana. Por exemplo, não vou generalizar, é pro meu gosto. Então, eu acho que dentro Capão da Imbuia tem várias padarias, mas o pão que eu como, por minha opção que é integral, eu tenho que ir lá no centro buscar, porque aqui a qualidade não é a mesma. Então não é em todo o lugar que dá pra ir, né? Eu tenho que ir lá em cima, no [comércio específico] pra comprar arroz integral. Aqui perto da minha casa tem, a qualidade às vezes é a mesma, mas o preço é maior. Então pra mim vale o esforço de eu ir lá em cima e pagar.” **(R – residente há 36 anos)**

“Acho que esses mercados aí tem tudo. Só na questão de um “dietético” assim, pra quem não pode comer, é... [referindo-se à doença que requer alimentos específicos] Tem que sair aí e procurar.” **(G – residente há 60 anos)**

Por outro lado, também se evidencia mediante as narrativas, como a magnitude dos problemas de saúde e sua relação direta com o modelo de alimentação ainda estão distantes do universo das representações sociais, até mesmo no plano comercial.

Ou seja, as estratégias do comércio de bairro, ainda não são capazes de absorver a dimensão dessa problemática dada hoje em nível populacional, baseando sua oferta de produtos na categoria “alimentos básicos”. Entretanto, essa pauta não deixa de incorporar os produtos industrializados, especialmente pelo seu baixo custo e capacidade de giro no mercado.

Discute-se com isso, o descompasso entre as relações de produção extensivas à indústria e ao comércio de alimentos, e o horizonte do impacto dessas práticas em termos de saúde e nutrição populacionais. Ou seja, as várias classes de alimentos dietéticos, hoje consumidos em escala cada vez maior pelas dimensões epidemiológicas dos problemas de saúde em diferentes segmentos sociais, têm lugar no circuito das grandes redes de mercado, praticados a preços incompatíveis com a realidade sócio-econômica da maior parte da população. Esses pelas leis do mercado que encarados somente como “mais uma” categoria de produto que, por sua função terapêutica, representam valor agregado à comercialização,

sem qualquer política que oriente essa prática na dimensão da saúde e da segurança alimentar.

Ainda no contexto da sociedade desigual, o acesso também desigual à alimentação é uma questão concreta da realidade vivida. Seu impacto diferencial em termos na qualidade da condição alimentar e nutricional da população requer no plano da gestão pública da cidade a vigência de ações estratégicas visando a criação de mecanismos compensatórios à problemática do acesso alimentar urbano.

Nesse processo, a administração pública municipal, em seu setor de abastecimento implanta a partir dos anos de 1980 uma proposta de comercialização de gêneros alimentícios a preços subsidiados para segmentos de baixa renda da população, visando “integrar as esferas de produção e consumo, eliminando a intermediação e privilegiando as organizações de produtores e de consumidores”¹¹⁵. A partir de uma mesma proposta de intervenção, operacionalizada de formas diferentes, passam a atuar os programas denominados Mercado Popular e Armazém da Família. Ambos voltados ao atendimento nas áreas consideradas periféricas no município e em pontos da região metropolitana, sendo o primeiro, operacionalizado mediante a circulação de ônibus adaptados à comercialização de alimentos, enquanto o segundo, a partir de unidades fixas de comércio (UCHIMURA; BOSI, 2003).

No contexto do acesso aos alimentos pelos habitantes do bairro, esses e outros programas da política pública municipal voltada ao abastecimento alimentar figuram mais como uma das possibilidades de complementação da alimentação no nível doméstico. A partir da perspectiva dos usuários, diferentes estratégias são adotadas para otimizar a eficiência do recurso que, na conjuntura atual, não tem atingido completamente as metas planejadas em termos do nível de economia atingido pela estratégia de comércio subsidiado.

“Olha, não, a maioria agora ou faz compra através do seu emprego, né, por vale alimentação, ou procura outros mercados também, onde tem ofertas ...porque geralmente a gente procura as ofertas que tem nos outros supermercados. ...A gente faz aquela compra pro mês. A gente se junta eu, as minhas duas irmãs e a gente faz a compra do mês no Armazém da Família. Um pouco é no Armazém da Família e quando não tem, a gente vai no supermercado. Então a gente faz a compra do mês, porque lá em casa é bastante gente e não adianta comprar um quilinho daqui, um quilinho de lá, então agente faz a compra pro

¹¹⁵ As autoras se referem ao conteúdo do documento da Secretaria Municipal do Abastecimento (Curitiba) denominado Políticas e diretrizes. Curitiba, 1987.

mês já. A gente vai à pé, de bicicleta, mas não pega o ônibus porque fica muito longe pra mim, porque ele para mais aqui embaixo. Com o carrinho de feira, o meu irmão me ajuda. Todo o mês eu vou com o carrinho de feira e o meu irmão de bicicleta.” **(S – residente há 51 anos)**

“Eu tenho o Vale Cesta, né, que daí eu compro no Mercado da Família. Daí eu ganho aquele Vale Cesta e daí só compro lá, porque eu só compro leite, Nescau, bolacha.... O Vale Cesta é assim: em vez deles darem o dinheiro pra gente, do nosso salário lá, é o vale alimentação. Daí eles dão uma cesta básica pra nós, num valor de quarenta e um reais, numa cartinha, num papel [crédito], pra gente comprar lá no Mercado da Família. Só que como é a minha mãe que compra o arroz, o feijão, a carne, essas coisas, daí eu só compro o leite, o Nescau, bolacha, a gelatina.. O Mercado da Família nós temos próximo, mas não temos aqui no Capão, né? Mas é lá debaixo do Terminal de Vilas Oficinas [no bairro vizinho]. Só que o ônibus vem duas vezes por mês na Rua Araguaia... que é um ônibus bem grandão com tudo dentro. É a mesma coisa que você ir no mercado. Daí a gente vai ali na Rua Araguaia, uma vez por mês e compra lá pra gente. É tranquilo. Para o ônibus ali e a gente compra. Tem umas que trazem de carrinho, tem umas que vai com a mãe dela que vai de carro, vai com o marido, tem quem vai de carrinho, tipo carrinho de compra, de feira ou vai de bicicleta. Daqui da minha casa dá umas cinco quadras, mas eu já acostumei..” **(V – residente há 6 anos)**

“Na minha área aqui [área centro-leste do bairro], o pessoal aqui não é uma classe média muito baixa, sabe? Acredito assim, média... não pobre, né? Então não tem... Todo mundo trabalha, todo mundo tem condições, todo mundo vai comprar ali... Nessa parte de abastecimento da prefeitura eles têm mais lá embaixo [área leste do bairro] do que a gente aqui. Olha eles tem aquele Caminhão Verde [Programa Câmbio Verde], eles tem aquele Popular que seria aquele do mercado, do ônibus [Programa Mercadão Popular]... Então lá embaixo eles têm bastante, sabe? Porque eles trocam daí o lixo pela verdura.... Eu acho que a alimentação deles, em matéria de nutrição, em matéria de alimentação, eles são melhor do que nós aqui. Porque eles vão lá, trocam por verdura e comem. E nós aqui temos, e não dá tempo, e é só lanche. Então você acha poucas aqui, você acha pouca criança desnutrida. Então, tem isso, né? **(E – residente há 34 anos)**

Na análise de Uchimura e Bosi (2003), o Mercadão Popular e o Armazém da Família, na ótica de “mecanismos compensatórios das desigualdades materiais existentes entre diferentes segmentos sociais” avançam em direção à cidadania, comparativamente aos tradicionais programas de assistência alimentar mediante doação, uma vez que na facilitação da aquisição de alimentos parece não figurar de modo tão explícito a relação de dependência dos destinatários da ação com o Estado.

Entretanto, como conteúdo do conceito de cidadania e, ratificando as considerações das autoras, se reconhece ser fundamental a “valorização da experiência vivencial do usuário”, para serem consideradas as subjetividades presentes em termos dos sentimentos de estigma ou de dependência, relacionados a um certo controle e direcionamento praticados mediante tais estratégias, em relação à plena liberdade dos sujeitos em seu direito alimentar.

Das diversas situações relacionadas ao acesso alimentar, na legitimação da prática e do discurso mercadológico, sempre veiculador do novo, da idéia de tecnologia, praticidade e racionalização de custos, vai-se inserindo um crescente distanciamento entre produção e consumo, que permeabiliza alterações nas práticas alimentares baseadas na cultura e nos sistemas de produção locais. Nesse processo, constrói-se a interdependência dos lugares em termos do abastecimento de alimentos à população, seja na aquisição cotidiana direta - para consumo domiciliar, seja de modo indireto, mediado pelo comércio de refeições.

Pelo exposto, evidencia-se um pensar sobre o nexó entre as práticas alimentares dos sujeitos e o respectivo impacto nutricional destas, numa perspectiva espacial.

Conforme já discutido, é evidente a impossibilidade de se pensar a autonomia dos lugares em termos do abastecimento alimentar. Mas ao contrário do que possa parecer, essa impossibilidade ocorre não somente pela lógica global instaurada nos modos do fazer da sociedade contemporânea, mas também nas relações dadas historicamente, nas práticas humanas relativas à permanente busca e necessidade de experimentação de novos alimentos para seu sustento.

Neste sentido, Mintz (2001) atenta para a necessidade de relembrar que a difusão mundial de alimentos precede em muito o processo da globalização e todos os seus aparatos de sustentação a partir da ciência, da mídia ou das facilitações dadas pela tecnologia em termos de transportes. Nessa reflexão, situa a implantação e a difusão de novos cultivos a partir do Novo Mundo e a popularização de determinados alimentos mediada pela Europa como alguns dos fatos históricos que se relacionam a verdadeiras revoluções dos hábitos alimentares “para o leste e para o oeste” do globo, ocorridas há cinco séculos.

Destaca-se que a interdependência dos lugares relativa ao abastecimento alimentar não somente ocorre no plano das dimensões macro-escalares nacionais ou internacionais, como também nas práticas cotidianas nos lugares vividos.

Com relação a essas últimas, seu conteúdo se insere no processo de apropriação espacial, mediante o uso do espaço imediato da vida, ou seja, do lugar vivido em suas relações cotidianas, bem como sofre influência da dominação espacial, a partir de normatizações que têm como agentes principais o mercado e o Estado.

Assim, para Carlos (2001, p. 51-52), além dos espaços da casa, da rua do bairro em sua viabilização dos atos de caminhar e brincar, também os circuitos de compras em suas

possibilidades de encontro com outros conhecidos, são práticas que dão sentido ao ato de habitar e, portanto, ao espaço vivido.

Nas práticas dos habitantes locais, percebe-se que os itinerários espaciais que demarcam tais circuitos de compras além desses aspectos subjetivos da vivência no lugar, também se remetem a estratégias econômicas que dizem respeito ao peso do item alimentação no orçamento doméstico e à disponibilidade de transporte particular, como um marcador da extensão espacial possível de ser praticada no que concerne ao ato de comprar alimentos. Assim, se modulam as opções cotidianas referentes às compras locais ou fora do bairro.

Poulain e Proença (2003) analisam, quanto ao consumo alimentar doméstico atual, uma tendência de reconfiguração das compras, “que se traduz por uma diminuição do valor consagrado à alimentação em relação ao valor total das despesas domésticas”. Entretanto, tal prática não leva necessariamente redução na qualidade do consumo, como poderia induzir uma “análise econômica sumária”, especialmente naqueles contextos nos quais o tempo não se constitui o principal fator norteador das práticas alimentares, a exemplo das situações de aposentadoria, ou desemprego, “o que leva ao deslocamento das compras de produtos prontos para produtos brutos, não incluindo o valor agregado”.

No jogo de sedução para o consumo, a categoria variedade e a possibilidade de adquirir grandes volumes de compra obtendo opções de crédito, acabam motivando os esforços de deslocamento para espaços distantes da referência do lugar vivido, no intuito da obtenção de suprimentos para o abastecimento alimentar. Entretanto, frente às constantes restrições econômicas que requerem manobras cotidianas para o equilíbrio do orçamento doméstico, há a possibilidade de uma racionalização frente às necessidades reais, concretas e aquelas criadas constantemente para a reprodução e sustentação do capital.

Nesse sentido, algumas práticas assumem um papel de resistência social a essa imposição, gerando transformações nas atitudes presentes no ato de comprar e ressignificando as relações dadas no comércio, seja por parte do consumidor, como dos proprietários de pequenos estabelecimentos locais.

“Ah, melhorou bastante... Melhorou bastante, quando a gente chegou aqui tinha só ali onde era a panificadora, né. Onde é a panificadora em frente à unidade de saúde era um mercado, só tinha aquele. Hoje, do lado do farol [referindo-se ao Farol do Saber do bairro] tem o Mercantiba, uma quadra pra cima tem o Marlon, depois lá no final tem.... E inclusive eu parei de fazer compra em mercado grande. Você tem que pagar transporte pra chegar lá,

você tem que... um estresse aquelas filas, sair de lá o cara não sabe nem teu nome e nem de onde você é. E no mercado pequeno o preço tá melhor e o atendimento é localizado. Tipo assim, as pessoas já te... mais ou menos conhecem, quem é o cliente do bairro, quem é o morador do bairro, quem tá aproveitando só a oferta, quem tá passando. Então já tem uma intimidade com a população. E a oferta de preço né, tá bem [referindo-se à variedade de oferta]. E outra coisa, é mais fresco né, o açougue é abastecido duas vezes por semana e a gente não sabe em quanto tempo é abastecido com carne de porco. E se você quer verdura eles vão todos os dias buscar no CEASA.” **(A – residente há 12 anos)**

“O atendimento nosso com eles é assim.. o tratamento mais cordial que você pode ter, né? Porque a gente convive com o cliente aqui mais do que com a própria família. Você veja que a gente chega aqui às 7 horas da manhã e sai daqui às 9 da noite todo dia. A gente conhece quase todo mundo pelo nome, sabe onde mora, sabe da mãe, do pai, do tio... conhece todo mundo. Então, no dia que eles vêm ali e não vêm a gente já perguntam: ‘Cadê fulano? Onde é que tá? O que é que tá acontecendo?’ Você se torna assim uma família, né? A partir do momento que você tratou bem, você se torna uma família, né?... Eles confiam, porque muitas vezes vem gente fazer compra com o cartão [de crédito] aqui e a gente é que tem que digitar a senha do próprio cartão deles pra poder sacar o dinheiro... Então eles confiam plenamente na gente, né? A gente nunca teve problema com cliente, com o PROCON, nada, nada, não...” **(J – residente há 12 anos)**

Como resultado dessa prática, na configuração do sistema de abastecimento local, ocorre a possibilidade de sustentação e até o fomento aos pequenos comércios do bairro, especialmente os dedicados a produtos alimentares perecíveis (carnes, frutas e verduras), conforme tendências apontadas do levantamento quantitativo.

Para a viabilização desta sustentabilidade no lugar, uma diversidade de estratégias voltadas ao consumidor é lançada como diferencial de atendimento humanizado, frente à concorrência local e a das grandes redes de super e hipermercados:

“É o atendimento, né? A prestação de serviço, a entrega o mais pontual possível, as mercadorias sempre boas, atender o cliente em tudo as necessidades que ele precisa... A gente só não faz o que não pode, certo? A pessoa liga aqui e pede dez pão e um litro de leite e a gente vai levar... Não fazemos questão que o cara gaste cem real, duzentos real pra ir entregar as compras na casa dele. Se a pessoa não pode vir a gente vai buscar. Por exemplo a pessoa que tá com problema de saúde, algum tipo de coisa que não pode se locomover, liga pra nós, a gente vai lá, manda o carro ir buscar, ela faz compra, pega o carro e leva de volta. Quer dizer, você cria um laço grande com o cliente, né?... Mas hoje, um mercado de bairro, se ele não tiver prestação de serviço ele não sobrevive, viu? Os ‘grande’ [mercados de rede] mata a gente. Não que o ‘grande’ venda mais barato, mas assim o conforto, aquelas novidade que aparece, primeiro os grande que tem. Tudo induz a pessoa a ir lá e gastar. E nós vamos correndo atrás através da prestação de serviço, porque a prestação de serviço que a gente faz eles não fazem, né? E nós não temos taxa de entrega, nada...” **(J – residente há 12 anos)**

“É que a minha mãe que compra aqui, né, pra casa dela. Então a minha mãe liga lá pro [mini mercado]: ‘Manda isso, manda aquilo...’ e aí eles vem trazer pra minha mãe aqui em casa. E também pro açougue ela liga, que ela também é cliente aqui no bairro, e eles também vem trazer em casa. É muito difícil a minha mãe ir lá no mercado pra fazer uma compra, né? É compra por telefone, a minha mãe liga e pede: ‘Ó! Tô precisando disso, disso, disso e daquilo, né...’ Daí eles mandam pra ela. Minha mãe compra por mês mas ela tá sempre pedindo alguma coisa no mercado ou no açougue, das coisas que é mais freqüente. Daí ela

compra carne, compra frango, compra ‘vina’, compra ovos e ela gosta muito de comprar verdura. Ela compra bastante verdura e legumes. A gente nunca usa o Varejão. Nunca fui lá Varejão... mas não precisa ir pra outro mercado grande. Dá pra resolver aqui, porque aqui tem mercados bons, tem o Marlon, tem o Mercantiba, tem o Agricer...”(V – residente há 6 anos)

Outras estratégias, voltam-se à facilitação da aquisição das mercadorias, mediante sistemas de ofertas e de crédito próprios. Na lei da geração das necessidades pela imposição permanente do novo nas relações do capital, contraditoriamente também surge revestido de caráter inovador diferencial, o retorno à tradição comercial pregressa, construída na história comercial do lugar, na permanência da prática de “venda em confiança”, ou seja, fiado.

“Aqui a gente vai na caderneta [sistema de crédito adotado]. Dá certo... a gente se conhece. Agora se não cumprir eu cobro!” (F – residente há 29 anos)

“Nós não usamos esse sistema [venda ‘fiado’]. Por causa que nos caixas, a gente tem dois turnos de trabalhadores e o caixa tem que fechar também, não pode ter pendência... Então... o cliente já sabe... eles não tem esse tipo de coisa... O povo que entra já sabe que ficar devendo não pode, então eles nem pedem. Nossa! Aqui no mercado, a dona de casa é a melhor economista que se tem. Ela faz as continha de centavos. E em dinheiro. Hoje o movimento nosso gira em torno de sessenta por cento em dinheiro. Depois a gente tem as opções de cartões, né e depois, em última instância o cara dá um cheque pré-datado. A gente tem o próprio cartão nosso que também ajuda bastante, mas a maioria é dinheiro. Porque no bairro nosso aqui tem um monte de funcionário público. E agora a gente vende muito com o cartão da prefeitura. A pessoa vem, ela tem um dia pra carregar. Todo dia 21 carrega o cartão. Você sabe o limite que você tem e em cima daquele limite que você tem você gasta... ou você gasta tudo de uma vez, ou fica gastando no mês inteiro. Pode ser utilizado pra qualquer item dentro da loja, que a gente tenha: água, gás ...”(J – residente há 12 anos)

Além de representar uma atitude de resistência possibilitada no cotidiano vivido, essa prática configurada nos itinerários de compras no lugar vivido também se vincula à insuficiência frente ao estabelecimento da pura relação de compra e venda na questão alimentar. Ou seja, mesmo na instância da negociação comercial, há o requerimento da dimensão de humanidade no ato de obter alimentos e outros bens da necessidade vital, que não deixou de ter presença, ainda que tenha sido dominada pelas relações de mercado. Essa é uma prática que requer um contato humanizado, um espaço de proximidade que permeia os processos de escolha e decisão na aquisição do produto que serve, em essência, à reprodução da vida.

Para Carlos (2004, p. 52), é nas pequenas lojas comerciais existentes nos bairros que se realiza essa possibilidade. Para a autora, essas “representam mais do que pontos de troca de mercadorias (...) são também pontos de encontro, lugares da ‘prosa diária’ [grifo do

autor], do reconhecimento, que vão revelando a importância do nível do lugar enquanto plano do vivido.” Do encontro entre sujeitos e da realização da intersubjetividade, vão-se consolidando a identidade e a memória como referenciais do lugar.

Mesmo na vigência das circunstâncias (econômicas, ambientais, de segurança, de acesso ao atendimento das necessidades) que caracterizam a crise urbana, a partir das vivências que se desenham nos relatos, os itinerários de compras ligados à alimentação representam um complexo experiencial importante enquanto prática espacial ainda possível no lugar vivido. Nesse complexo, misturam-se conteúdos de lazer, da socialização e da própria sensorialidade relativa ao lugar, em termos de sua paisagem:

“Pras pessoas que não tem carro é a mesma coisa. Utilizam ônibus, ou se é perto vão a pé ou de bicicleta. Alguma coisa elas fazem!... Ou pegam carrinho de feira e saem pela rua arrastando carrinho de feira com as compras...O costume agora é esse..é divertido!” (S – **residente há 51 anos**)

“Ah eu saio por aí, procurando onde ta mais em conta, né, onde tão as oferta e pra sair um pouco, né ? Só assim a gente preenche um pouco o que fazer...” (G – **residente há 60 anos**)

Novamente, na experiência do cotidiano contraditório, conflituoso, se reproduzem na astúcia criativa da espontaneidade humana, as forças de resistência para o enfrentamento da vida como ela é. Nesse caso, a tática se volta a tirar proveito dos espaços de consumo, para reconquistar o uso do espaço, no sentido de sua apropriação.

Em outro sentido, também se resgata a importância do pequeno comércio de bairro, como espaço favorável à flexibilização das formas mercantilizadas de acesso ao alimento no meio urbano. Pela sua localização geralmente mais próxima da moradia há a possibilidade de avaliação comparativa de preços e otimização das oportunidades de acesso a partir do sistema promocional, mediante uma atividade factível muitas vezes por itinerários espaciais que podem ser cumpridos a pé. Além disso, nesses espaços de comercialização, a viabilidade de parcelamentos ou de compras a crédito mesmo em pequenos volumes, assim como a possibilidade de negociação direta com os comerciantes em arranjos econômicos que se adequam a situações particularizadas (CANESQUI, 1988, p. 213), figuram como estratégias promotoras do acesso alimentar, praticadas cotidianamente.

Assim, na análise dos micro-processos envolvidos na questão do acesso alimentar mediado pelo comércio, pode-se pensar que a dinâmica de atuação dos sujeitos enquanto

consumidores, em suas práticas sócio-espaciais, realiza dialeticamente um movimento de consumo ora determinado pelas leis dominantes do mercado, ora determinante da sustentação de forças opostas a essa dominação geral. Nas práticas cotidianas dos habitantes consubstanciadas em estratégias de acesso e táticas de lidar no campo do comércio, vai-se fortalecendo a sobrevivência de relações mais diretas de mercado, na permanência de pequenos estabelecimentos comerciais, de propriedade de habitantes locais e que atuam na diversificação da economia do lugar:

“Eles [associações de moradores e varejistas locais] estão fazendo um movimento nesse sentido, de mobilizar a comunidade, a população, pra girar, pra aquecer o comércio no lugar. Mas no ramo de alimentação pelo menos, me parece não apareceu este problema. É mais os outros setores do comércio que estão se mobilizando mais e fazendo campanha para que a comunidade valorize o comércio do bairro. No ramo de alimentação eu acho que as pessoas usam bem mais o mercado do bairro do que nos outros segmentos. Porque aqui tem lojas de vestuário, pequenas lojas, e devido a ser pequeno, as pessoas hoje querem tudo moderno, querem coisas mais... Então aonde vai encontrar é em alguns centros grandes, mais no centro da cidade, em algumas lojas, grandes magazines que tem artigos de ponta, de última geração. Então é esse o lado mais sensível do comércio do bairro. Na área de alimentação, embora muita gente, quem tem carro, por exemplo, não vai fazer uma compra grande num mercadinho de bairro. Esses vão nos grandes mercados, porque tem muito mais linhas de produtos e até produtos mais supérfluos. A frequência é menor, né, porque só são poucas as pessoas de poder aquisitivo é que vão nos grandes supermercados. A pessoa com menos poder aquisitivo, aí compra aqui mesmo. Porque além de ser mais perto, muitas vezes não têm um carro pra ir lá e trazer a compra, né, ou então, a compra acaba sendo feita meia perto de casa mesmo. Então o ramo de alimentação talvez não sinta muito essa ausência do povo, da população do bairro, né.” (L – residente há 18 anos)

Em suma, pode-se pensar a oferta de alimentos materializada no espaço, como produto de relações sociais consolidadas a partir de elementos históricos e naturais e mediante processos políticos, como um substrato da produção de "ideologias alimentares"¹¹⁶, que envolvem a apropriação, a eleição e as normas de uso do que é considerado comestível, além das qualificações atribuídas aos alimentos relativas aos efeitos funcionais dos mesmos sobre o organismo.

Ou seja, a partir da possibilidade do acesso, direciona-se a reflexão de como jogam as escolhas alimentares, os costumes viáveis às refeições no modo de vida contemporâneo, as contribuições das tradições ancestrais, os valores contidos nas percepções acerca da relação alimentação-saúde, numa complexidade relacional que orienta e modula o consumo, configurando o impacto nutricional, como instância final da segurança alimentar e nutricional. Elementos esses, discutidos no capítulo a seguir.

¹¹⁶ Termo concebido por Wortmann em WORTMANN, K. *Hábitos e ideologias alimentares em populações de baixa renda*. Brasília : UnB, 1978 (Série Antropológica, 20).

III.2.2 Práticas alimentares cotidianas atuais

Após a análise de questões referentes ao acesso alimentar no bairro, mediante as práticas de produção e de aquisição de alimentos mediadas pelo comércio local e da cidade, o foco das discussões se dirige às práticas alimentares dos sujeitos no momento atual. Essas remetem-se aos costumes cotidianos relativos às refeições, valores e atitudes relativos às escolhas alimentares e preparações culinárias em suas relações com tradições ancestrais, como base da posterior reflexão acerca da utilização biológica dos alimentos, o que resulta na condição de nutrição.

Pela sua complexidade em termos dos componentes sócio-culturais, psicológicos e fisiológicos, a compreensão do fato alimentar requer uma abordagem pluridisciplinar, que se baseia fundamentalmente na objetivação das práticas alimentares (POULAIN e PROENÇA, 2003)

O interesse do presente estudo pelas práticas alimentares se dá por seu potencial revelador das “maneiras de fazer”¹¹⁷ dos grupos ou indivíduos relativas à alimentação, num processo de reapropriação do espaço tecnicamente organizado pela produção sócio-cultural e que influencia o seu desfecho nutricional. Assim, não se pretende abordar, pelas práticas alimentares dos sujeitos, o consumo alimentar no intuito de uma análise do seu aporte nutricional em termos energéticos ou de diferentes macro e micronutrientes, mas obter mediante o discurso declarado¹¹⁸, os conteúdos que estruturam e organizam assim como as contradições que sustentam a alimentação como prática cotidiana no espaço vivido.

Certeau (2002, p. 40) analisa que o ato de falar não se reduz ao conhecimento de uma língua e se constitui em quatro dimensões:

opera no campo de um sistema lingüístico; coloca em jogo uma apropriação ou uma reapropriação da língua pelos locutores; instaura um presente relativo a um momento e a um lugar; e estabelece um contrato com o outro (o interlocutor) numa rede de lugares e de relações.

Para Canesqui (1986, p. 49), há dois níveis de apreensão do significado da comida, sendo um, referente ao discurso propriamente dirigido à alimentação concretamente praticada e à função da comida cotidiana, e outro, que diz respeito a como esse discurso se

¹¹⁷ Conforme expressão empregada por Michel de Certeau (2002, p. 42) para designar a formalidade das práticas que configuram a cultura popular.

¹¹⁸ Poulain e Proença (2003) empregam o termo “práticas declaradas” para essa modalidade de abordagem das práticas alimentares.

vincula às representações sociais da comida como expressão das condições de vida experienciada pelos sujeitos em relação ao trabalho, à posição social e ao próprio corpo. Ou seja, a partir da experiência vivida e narrada pelos sujeitos é possível ser apreendido também o seu conjunto de idéias sobre a vida de relações.

Nesse sentido, novamente Certeau (*op. cit.* p. 51) contribui com a reflexão de que no objetivo da compreensão de uma realidade presente e de suas regulamentações é preciso considerar a relação mantida entre os planos da racionalidade e do imaginário, que tem no discurso o seu lugar de produção. Assim também, o processo investigativo requer a diferenciação entre as práticas norteadas pelas “astúcias pragmáticas e táticas sucessivas” e as “representações estratégicas” produzidas a partir dessas operações.

Para Diez Garcia (1997, p. 457), não há necessariamente uma coerência entre o plano das representações sociais e sua influência na direção do comportamento alimentar. A autora destaca que as representações sobre a alimentação se constroem socialmente mediante um complexo entrelaçamento de elementos que interagem de modo flexível, mediados circunstancialmente em termos de valores, símbolos, gostos, estéticas e paladares. As representações sociais também interagem dialeticamente em termos do discurso e da prática alimentar, ora fundamentando um ou outro, ora sendo por eles influenciada. Entretanto, essa flexibilidade que insere um caráter mutante das representações sobre a alimentação sugere se apresentar mais como manifestações no plano do discurso do que da experiência alimentar.

Ou seja, as práticas realmente realizadas, as opiniões, atitudes, valores em relação à alimentação em geral ou em relação a certos produtos alimentares jogam em diferentes níveis da realidade do fato social alimentar. Os conteúdos da representação referem-se ao conjunto de idéias dos sujeitos, mas não necessariamente, ao seu “fazer”, enquanto ação concreta, não devendo, portanto, serem confundidos com o comportamento alimentar (PULAIN e PROENÇA, 2003).

Na ótica de Lima (1997, p. 26), os hábitos alimentares se expressam como conteúdo sócio cultural concreto e específico em relação às classes sociais, manifestando as diversas formas de pensar o alimento e a vida no interior da cultura global e de acordo com um dado contexto histórico vivido.

Nesse sentido, o conceito de *habitus* empregado por Bourdieu¹¹⁹ em sua análise acerca dos princípios que geram e organizam as práticas e representações, trata de explicar as disposições presentes nas práticas humanas resultantes de uma variedade de condicionamentos próprios a determinados modos de vida específicos e que diferenciam uma classe ou grupo social em relação a outros, de posição social diversa. Pelo *habitus*, a memória coletiva de um grupo se materializa, permitindo a sua reprodução, assim como habilitando à inventividade de novos meios para desempenhar antigas funções na vigência de novas situações. Com isso, torna-se possível a compreensão de uma certa homogeneidade de ação entre membros de uma mesma classe, sem necessariamente terem que entrar em acordo para isso. Ou seja, essa homogeneidade, que também é uma homogeneização dos gostos, torna previsíveis as preferências e práticas de um grupo ou classe e serve de referência à orientação dos sujeitos em seu espaço social (CUCHE, 2002, p. 170-173).

Bourdieu também argumenta que os esquemas inconscientes de percepção, pensamento e ação resultam do sinergismo entre os processos de socialização e de educação aos quais os sujeitos estão submetidos, bem como de suas experiências vividas. Assim também, o *habitus* se comporta como um sistema flexível e não mecânico, que pode sofrer transformações mediadas pela trajetória social experienciada e acumulada pelo grupo ou pelos sujeitos, reafirmando a diversidade individual na homogeneidade do grupo (*Idem*, p. 174).

Em síntese, ratificando a concepção de Canesqui (1988, p. 211), no olhar sobre a alimentação como fato social é necessário destacar o jogo dialético presente entre as margens de manobra individual relativas ao consumo alimentar (manifestas em termos de estratégias e táticas) e as determinações das conjunturas dadas a partir de um modelo de desenvolvimento das sociedades.

Nesse sentido, Ortiz¹²⁰ (*apud* DIEZ GARCIA, 2003), salienta os processos em escala global no ordenamento da sociedade contemporânea, ultrapassando as fronteiras entre grupos, classes sociais e nações. No enfoque específico da alimentação, o autor analisa que a partir da globalização da economia – processo mais complexo que a

¹¹⁹ BURDIEU, P. **Le sens pratique**. Paris : Minuit, 1980

¹²⁰ ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. 2 ed. São Paulo : Brasiliense, 1994.

internacionalização das atividades econômicas – tanto a produção, como a distribuição e o consumo se organizam a partir de uma estratégia internacional no atendimento de um mercado mundial. Apesar desse processo, na interface cultural intimamente vinculada ao ato alimentar, não se pode reduzir a alimentação ao determinismo global.

Do conjunto desses aspectos voltados aos conteúdos das práticas alimentares se pretende uma abordagem de elementos do componente nutricional¹²¹, presente na dimensão conceitual de SAN.

Diante das transformações historicamente construídas e dadas tanto a partir das externalidades ordenadoras dos lugares na sociedade globalizada, quanto nas conjunturas que se configuram nos modelos de desenvolvimento assumidos nacional e regionalmente, chega-se à compilação de conteúdos referentes às práticas alimentares atuais, no âmbito cotidiano do bairro.

Em termos da distribuição diária das refeições cotidianas, estas se estruturam fracionadas entre três a quatro porções ao longo do dia. Em decorrência das formas de inserção no mercado de trabalho, há variâncias determinantes da localização da refeição principal, que figura representada pelo almoço ou pelo jantar.

“É café da manhã, almoço, café à tarde e faço janta também. Comida mesmo, porque o meu marido come janta. Eu preparo tudo.” (N – **residente há 36 anos**)

“Então tem o café, o almoço que é sagrado, né, e à tarde a gente não lancha [referindo-se ao meio da tarde]. Então só ali por 5 ou 6 horas que se come de novo” (E – **residente há 34 anos**)

“Bom, normalmente é o café da manhã, depois é a refeição do meio-dia, do almoço, né, entre meio-dia e uma hora e à tarde, no meio da tarde, a gente toma um cafezinho. Depois é lá pelas oito ou nove horas da noite que é a janta.” (L – **residente há 18 anos**)

Na primeira refeição do dia, há em certa medida a permanência do costume de ser tomada “de manhã cedo” tanto como memória habitual impressa a partir de ritmos cotidianos anteriores ligados às formas do trabalho doméstico praticadas pelos habitantes antigos, quanto ao ritmo atual exigido pelas distâncias entre casa e trabalho, na cidade metropolitana:

“Cinco e meia ou quinze pras seis já to de pé e tomando a minha sopinha de pão. Então é questão de hábito, porque sou aposentado não preciso mais levantar cedo. Mas é questão de hábito ... porque vai ficar fazendo o que na cama?” (T – **residente há 44 anos**)

¹²¹ Conforme explicitado no documento Princípios e diretrizes de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2004, p. 6)

“É muita coisa gorda [referindo-se ao tipo de comidas que aprecia], né [risos]? O que não pode faltar é só o salaminho de manhã cedo pra tomar o café, lá pelas seis e meia, sete horas. Eu quase não como pão, nada, nem bolacha. Eu como assim..[situações sociais] mas em casa não como muito.” **(G – residente há 60 anos)**

“Bom, normalmente é o café da manhã entre oito e nove horas, com café, leite e pão com alguma coisinha: ou uma simples margarina, ou um presunto, um queijo, uma mortadela ou um patê. É coisa assim, o café mais comum, caseiro é nessa base. Um bolo de vez em quando, alguma outra coisa. Mas não são todos os dias assim... **(L – residente há 18 anos)**

“Um dia normal meu é de manhã bem cedo tomar um Nescau® e comer um pão, daí tenho que sair logo porque vou trabalhar.” **(V – residente há 6 anos)**

“Agora, de manhã aqui ninguém senta à mesa. Porque fica tudo de pé, busca um cafezinho e tal... É rapidinho e todo mundo sai pro trabalho.” **(E – residente há 34 anos)**

O almoço parece resguardar o caráter “sagrado” de propiciar uma variedade alimentar e representar o que é compreendido como “comida mesmo”, no sentido do sustento biológico do corpo. Destaca-se que essa composição de alimentos, além de representarem importante aporte nutricional diário, também se constituem numa das principais parcelas de gastos domésticos.

É praticamente unânime no cardápio, a base alimentar proveniente da combinação arroz-feijão. A essencialidade da carne assume destaque nessa refeição, tanto como prato principal, como elemento componente das “misturas”¹²², o que vêm a se configurar na preparação trivial mais freqüente: a “carne com batata”:

“Gosto de sopa, de macarrão, uma ‘carninha’ gorda assim..Mas eu, pra mim, também faço assim, uma sopa cheio de carne de verdura assim, eu adoro. Mas arroz e feijão eu faço mas não sou muito disso, não. A carne é costela, carne de porco, né?” **(G – residente há 60 anos)**

“Agora, tem bastante gente em casa, mas eu cozinho. Eu sei cozinhar, né, ...e em casa é arroz, feijão, macarrão... Almoço em casa todo dia. Hoje em dia a gente não come mais carne todo o dia. A gente come muita verdura. **(S – residente há 51 anos)**

“É o arroz, feijão e ovo, ou arroz, feijão e carne. Carne moída, carne com batata. Isso é até hoje. É o trivial.” **(T – residente há 44 anos)**

“O almoço aqui é sagrado...Ah é a carne .Eu passo sem a carne, né? Mas o meu marido, sem carne? É a carne direto ... tem que ter! A carne de frango, de bife, ou é a carne de panela... Que nem hoje [no almoço] , ele fez macarrão com músculo de panela. Então a carne é essencial. Isso não pode faltar!” **(E – residente há 34 anos)**

“Ah... é mais ou menos que nem a alimentação dos antigos, porque eu não uso comprar tudo pronto, não. Eu gosto de fazer.. é arroz, feijão, carne com batata, aipim cozido ou frito... é... bolinho de carne que eu faço. Porque eu ajudo meu marido no **negócio**... mas eu

¹²² Preparações complementares produzidas mediante a reunião de diferentes alimentos, geralmente ovos, batata, macarrão e verduras, podendo ou não envolver a carne (CANESQUI, 1988, p. 213).

mantenho a alimentação [preparada em casa] porque ele come bem, né e eu gosto de fazer.”(Y – residente há 19 anos)

“A refeição do meio-dia, do almoço, né, é nessa base: um arroz, um feijão, uma salada, uma carne ou de panela com uma batata cozida, né, uma carne com batata e algumas outras coisas, verdura, alguns tipos de legumes. A gente come muito é brócolis cozido, cenoura, batata. Uma salada de verdura é alface, tomate, um repolho... São as verduras mais comuns da gente consumir, né... uma berinjela.” (L – residente há 18 anos)

Em termos da seleção das formas de preparo alimentar, da Matta, citado por Braga (2004, p. 40), destaca no contexto social brasileiro a preferência pelo “cozido”, associada a uma conotação simbólica de “congregação”, ou seja, pela viabilidade de num único prato ser comportada uma variedade de alimentos, oferecidos em ocasiões que envolvem comensalidade.

No sentido das representações elaboradas em torno da comida denota-se a partir do conjunto de alimentos caracterizados pelos habitantes como “o básico”, a opção por aqueles grupos voltados a abastecer o corpo de energia, sustentando a sua vitalidade como condição básica de aptidão ao trabalho.

A partir de estudos sócio-antropológicos, tem-se que o feijão, as batatas, o macarrão, as sopas que misturam todos esses alimentos, mas, principalmente a carne, são socialmente identificados como alimentos “fortes”, justamente por sua propriedade essencial de dar força ao organismo, que por sua vez, se relaciona à viabilidade de utilização do corpo nas atividades cotidianas (CANESQUI, 1981, p. 51).

Assim, em oposição aos alimentos principais, “que não podem faltar”, as saladas e verduras são secundarizadas, embora representem uma tendência atual de mudança no comportamento alimentar, que tem como principal motivador a ameaça ou o controle da doença. A partir de sua representação geral como alimento “leve” ou “fraco”¹²³ e, portanto, incapaz de saciar a fome, seu consumo é periférico, pouco valorizado em relação aos demais alimentos, só adquirindo maior significado na influência do discurso médico.

Ou seja, no estabelecimento da pauta alimentar que compõe os cardápios cotidianos dos sujeitos, atrelada às funções biológicas da comida em relação ao copo, há também a representação das visões de mundo acerca da própria condição de vida e da posição que ocupam na sociedade.

¹²³ Conforme discutido por Canesqui (1986 e 1988).

Consoantes à concepção da homogeneidade do gosto anteriormente exposta a partir da noção de *habitus* empregada por Bourdieu, há estudos¹²⁴ que demonstram não somente a existência de diferentes estilos alimentares em correspondência a diferentes classes sociais, como evidenciam a vigência de uma estabilidade quanto aos hábitos ligados à tradição alimentar das mesmas. Este caráter estável parece estar menos determinado pelas diferenças de poder de compra e mais pela pouca variabilidade dos gostos específicos que “remetem a imagens inconscientes, a aprendizados e a lembranças de infância”. Assim, tanto as escolhas alimentares em suas hierarquias (“comida de rico” e “comida de pobre” no cenário brasileiro¹²⁵; “carnes burguesas” [carneiro] e “carnes populares” [porco], “legumes sofisticados” [endívias] e “legumes operários” [batatas] no cenário francês) como os modelos culinários evidenciam o gosto e demarcam a vinculação a uma classe social específica (CUCHE, *op. cit.*, p. 160-161).

Ainda a esse respeito, Diez Garcia (1997, p. 465) menciona a partir de Candido¹²⁶, a apreciação da carne associada a uma idéia de “comida saborosa” e que serve à saciedade, compreendida pela sensação de “estar de barriga cheia”. Portanto, nessa idéia que reúne prazer e funcionalidade no sentido do “sustento” ao corpo, conforma-se a valoração atribuída a esse alimento, mesmo quando o mesmo não se constitui numa preparação possível de estar presente à mesa em todos os dias.

Por outro lado, o cenário do trabalho e as distâncias em relação à casa, modificam a rotina e os costumes alimentares, sendo veículo da incorporação do consumo de refeições industrializadas ou da substituição do cardápio variado por lanches rápidos:

“Você vê, eu trabalho até às duas da tarde sem almoço, sem horário de almoço. Eu trabalho direto. Então, o que é que eu vou comer nos dez minutos de café? É porcaria [referindo-se à prática de comer lanches rápidos]! Chego em casa às três da tarde e digo: Mãe, tô morrendo de fome ! E aí em vez de eu ir pra minha casa, venho pra casa dela mexer nas panelas. Aí eu vejo um pão aqui, já como um pão com Nescau®.” **(O –residente há 15 anos)**

“Daí almoço. Meio dia é o horário de almoço, né, porque eu tenho que dar almoço pro filho ir na escola. Almoço normal. Daí à tarde eu também como alguma coisa e daí à noite. O almoço normal é o meu ‘marmitex’ que eu pego lá no trabalho... Daí é um arroz, feijão, um bife, salada, uma sobremesa... eu pego ‘marmitex’ todo dia.. E daí eu chego e às vezes a minha mãe já tá almoçando, ou tá fazendo almoço e daí a gente se encontra... Só quando eu

¹²⁴ GRIGNON, C.; GRIGNON, C. Styles d'alimentation et goûts populaires. *Revue française de Sociologie*, n.4, oct./dec., 1980, p. 531-569.

¹²⁵ Conforme estudo de Canesqui (1986) sobre a dietética popular, realizado no Brasil em 1976.

¹²⁶ CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**, São Paulo : Livraria Duas Cidades, 1987.

‘tô brigada’ com a mãe, daí a gente vai lá comer no quarto [risos].” (V – **residente há 6 anos**)

Embora não seja muito típico do modelo alimentar urbano¹²⁷, há a tendência, na estrutura da tomada alimentar diária¹²⁸, da realização de refeições tipo lanche, configuradas em merenda vespertina e ceia. Algumas vezes essa prática cotidiana se estende ao café da manhã ou ao jantar, sendo também mediada pelo cenário do trabalho. Essa alternativa alimentar pode estar relacionada a uma polaridade de efeitos que se manifestam tanto na redução como no aumento da ingestão, à medida que representam ou substituições a refeições principais ou acréscimos de refeições complementares. O efeito do impacto nutricional está na dependência da intensidade da atividade física desenvolvida ao longo do dia.

“E à tarde, no meio da tarde, entre quatro e cinco horas a gente toma um cafezinho, cafezinho preto, quando tem... quando não tem não toma.” (L – **residente há 18 anos**)

“Porque eu saio de manhã pro trabalho, depois volto e almoço, três horas tem um cafezinho, um lanche sempre... Pouca coisa, mas tem naqueles intervalinhos ali.” (N – **residente há 36 anos**)

“De tarde eu como pão ou bolacha, tomo um suco. E durante o trabalho, a toda hora eu como alguma coisinha é na casa de um, na casa de outro... Não tem como você não comer! Você vai lá daí te oferecem um bolo, ou um suco, que seja... É o dia inteiro comendo...” (V – **residente há 6 anos**)

“Às vezes, antes de dormir eu tomo então um copinho de leite e um Romeu e Julieta, que é mortadela ou queijo com goiabada. Então é assim...” (T – **residente há 44 anos**)

“E antes de dormir ainda come de novo... a gente tá sempre beliscando... Ou é uma bolachinha, um Nescau®, um suco... O meu filho come muito, né.. Ele come a toda hora.” (V – **morador há 6 anos**)

Quanto ao jantar, também as formas de preparo sofrem a influência das rotinas diárias do trabalho. Essa condição é determinante da concentração ou da diluição do volume de alimentos consumidos no período noturno, o que têm repercussões em termos da eficiência metabólica dos alimentos (ASSIS, 2000, p. 19), afetando o estado nutricional. Também há nessa refeição a tendência de substituição por lanches, onde o incremento

¹²⁷ Brandão (*op. cit.*, p. 43) refere a eliminação dos lanches e da ceia como um padrão do costume alimentar nos grandes centros urbanos.

¹²⁸ Combinação das diferentes refeições e de outras tomadas alimentares fora das refeições que representam “toda a ingestão de produtos sólidos e líquidos que têm valor energético” no período de um dia (POULAIN; PROENÇA, 2003).

energético pode ter repercussões em termos do ganho ponderal em fases posteriores do ciclo da vida.

“E o jantar é comida, não é lanche. E é um vício porque que se eu tomar café às 5 e meia, eu tenho que levantar as 9 horas da noite e tomar um copo de leite e comer um pão... Não sustenta, então é um vício. O meu organismo já está acostumado....” **(T –residente há 44 anos)**

“Bom, eu faço assim: janta eu faço, porque meu marido só janta, né. Então tem que estar fresquinha a comida. Então sempre faço um pouquinho na janta e daí faço o almoço. Normalmente é arroz, bastante salada, faço um bife, às vezes faço um frango prensadinho. Mais é isso, arroz, salada e carne. Só o feijão que eu não cozinho sempre. Eu cozinho ele e daí vou separando nos potinhos. Mas arroz eu faço todo o santo dia, pro almoço e pra janta.” **(N –residente há 36 anos)**

“Então só ali por cinco ou seis horas que a gente também faz um lanche ou se sobrou uma carne, alguma coisa, ou uma comidinha, uma salada, e o meu guri come também...” **(E –residente há 34 anos)**

“Lá pelas oito ou nove horas da noite é a janta. A gente não janta muito cedo não! A janta é mais ou menos a mesma comida. Pra mim, tem que ter! Eu posso tomar café à 6 ou 7 horas da noite, mas antes de dormir eu tenho que estar de barriga cheia, ‘jantado’! Então a janta, geralmente é a mesma comida: um arroz, um feijão, uma salada, um macarrão...um dia de um jeito, no outro dia de outro. Eu prefiro jantar à meia noite do que jantar 7 ou 8 horas da noite e depois ir dormir com fome.” **(L –residente há 18 anos)**

“E chega na hora de jantar, nem sempre a gente faz...Ou acaba comendo uma outra coisa...mas a gente come mais aqui na mãe, né? Porque lá [casa própria situada no mesmo terreno] o que é que acontece: meu marido não come verdura. É só carne, carne e carne! E eu já prefiro um ovo e uma verdura do que carne... Como a gente foi criado, sabe? Então quando eu vejo que ela [mãe] fez abobrinha, brócoli, essas coisas aqui, eu venho comer aqui e deixo ele sem comer [risos]!” **(O –residente há 15 anos)**

“De noite não tem janta em casa. De noite eu como um pão com ovo, pão com vina ou pão com margarina. Meu filho faz um bolo, faz bolinho. Ele mesmo faz... qualquer tipo de bolo. Pega as coisas, vai lá e faz, quando você chega em casa ele tá lá assando ...” **(V –residente há 6 anos)**

Conforme Poulain e Proença (2003), tanto a estrutura das refeições como o número de tomadas alimentares cotidianas são tidas no campo sociológico como um dos descritores do comportamento alimentar que se refere à concentração das práticas alimentares ao longo do dia. Sobre esse aspecto, há duas considerações distintivas empírica e semanticamente definidas pelos sujeitos em suas práticas. O café da manhã, o almoço e o jantar são as refeições que acolhem mais fortemente valores instituídos e normatizados socialmente. Para os autores, uma refeição completa na concepção brasileira compreende arroz, feijão, alguma preparação com carne, complemento, salada e sobremesa, onde as preparações salgadas são consumidas simultaneamente.

Estaria nessa prática portanto, a representação de uma norma social, que estrutura os modelos de conduta convenientes aplicados à alimentação diária, que se manifesta como “normal” e que é capaz de promover no comportamento alimentar a distinção entre uma verdadeira refeição e outro tipo de tomada alimentar.

Diez Garcia (1997, p. 465), a partir de achados sobre práticas alimentares no meio urbano, também confirma essa tendência avaliando que nas percepções da população estudada as refeições principais vinculam a comida a uma função nutricional, caracterizada como principal fonte de reposição energética para o corpo. O mesmo não acontece com os lanches, valorados como insuficientes ao atendimento dessa necessidade.

A partir das práticas declaradas, portanto, observa-se uma centralidade das grandes refeições, enquanto aparece uma subvalorização das tomadas alimentares complementares no sentido de sua fraca percepção enquanto “comida”, o que repercute na representação de uma prática mais liberada do rigor normativo, sendo por isso menos ritualizada como refeição.

Por outro lado, as tomadas alimentares fora das refeições, tais como os lanches e as ceias também têm papel fundamental na análise das práticas de consumo e suas repercussões nutricionais, por englobarem além de seu próprio conteúdo, os “consumos alimentares não codificados”, ou seja, alimentos sólidos ou líquidos declarados em práticas como “a toda hora eu como alguma coisinha” ou “a gente tá sempre beliscando” que, em sua imponderabilidade formal podem ser determinantes de desfechos negativos à saúde.

Destaca-se que, em meio às pressões sociais potencializadas pela mídia voltada às massas que vincula a imposição de uma estética corporal a uma identidade social conectada ao “estilo de vida” saudável, a permanência pelo consumo de alimentos mais calóricos aparece como uma contra-força social a essa cultura, em termos de práticas alimentares. Diez Garcia (1997, p. 465) refere a partir de outros autores¹²⁹ que a resistência dessa forma de consumo no meio urbano aparece preferencialmente entre trabalhadores braçais e nas classes sociais para as quais “a abundância representa um valor de ascensão”

Os costumes referentes aos rituais de alimentação cotidiana são permeados de simbolismos. Os símbolos podem ser entendidos como “conjuntos de significações

¹²⁹ MARTINS et al. Hábitos aterogênicos de grupos populacionais em área metropolitana da região sudeste do Brasil. *Revista de Saúde pública*, n. 28, p. 349-356, 1994 e ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*. São Paulo : Brasiliense, 1988

estruturadas e organizadas em sistemas de representações” que geralmente operam fora de uma percepção consciente. Entretanto, vinculam sentimentos de pertença a um grupo, assim como de diferenciação a outros grupos sociais (POULAIN e PROENÇA, 2003).

Na reflexão de Weber sobre as origens da formação cultural capitalista a partir do surgimento da classe dos empresários burgueses no processo de consolidação da classe média ocidental, encontra-se que mediado por um processo perseverante de educação formal institucionalizada e especialmente de caráter privado, ocorre a progressiva expansão dos costumes capitalistas (o *ethos* do “ascetismo secular”) a todo o conjunto de classes da sociedade. Esse processo traz em seu bojo a uma metodização e cientificação organizacional da vida social e econômica, que passam a ser submetidas a uma ordem racional, em detrimento do afetivo e do emocional (CUCHE, *op. cit.* 165).

Tem-se dentre os elementos da caracterização cultural burguesa a atenção aos detalhes, num processo de ritualização das atividades da vida cotidiana, como conteúdo de significado que representa a “distinção”. Dentre essas práticas as formalidades e maneiras normatizadas nos serviços à mesa assumem um caráter de importante valoração, onde o momento da refeição é conscientemente vivido como oportunidade privilegiada de socialização e de transmissão do “conjunto dos signos distintivos do grupo familiar burguês”¹³⁰ (*Idem*, p. 160-170). Esses elementos aparecem como descritores e organizadores do costume alimentar familiar no bairro, entretanto percebidos em sua tendência de fragmentação e dissolução:

“O costume é fazer ali na cozinha e aqui [copa], sempre aqui. E aqui, desde que eu cheguei, a mesa é no mesmo lugar, as cadeiras são as mesmas, só infelizmente os filhos não estão. E é engraçado que eles vêm hoje e meus filhos querem o lugar deles... cada um tem um lugar certinho...Isso aí é sagrado! Isso aí é o lugar dele. O pai fica na cabeceira esquerda, na cadeira da frente fica o terceiro filho, a filha mais velha fica do lado, daí vem eu e marido fica aqui. E agora, só tá eu e o meu marido e ele senta aí e eu aqui... continua o mesmo hábito.... É só o almoço mesmo. Aí quando vem os filhos, né, durante à tarde ou num sábado ou domingo, né, daí quando eu faço café, daí todo mundo senta.”(E – residente há 34 anos)

“Cada um vem num horário pra comer. Não tem um horário certo, antigamente não, tava todo mundo ali reunido na mesa, pai, mãe e os filhos, todos ali sentadinho comendo... Lindo, eu achava lindo isso. Achava muito bonito isso. E hoje em dia até os costumes lá em casa mudaram. Hoje em dia pega o prato de comida e vai sentar na cama pra comer, vai sentar no sofá, nunca, é difícil você sentar na mesa pra comer né? Nem nos finais de

¹³⁰ Cuche faz menção à escassez de estudos referentes à cultura burguesa, pela raridade com que as pessoas a reivindicam para si e aponta o trabalho empreendido por Béatrix Le Wita (1988), com mulheres egressas de duas instituições educacionais católicas francesas.

semana, nem quando vai visita, vai os irmãos, vai os tios, é difícil a gente ficar na mesa comendo. Um senta no sofá, outro senta no chão e outro senta na cama...” (S – residente há 51 anos)

“Nós não se reunimos mais em família, mas dentro de casa se reunimos pras refeições, isso manteve, nos horários. É onze e quinze, onze e meia [almoço]; seis e quinze, seis e meia [jantar].” (T – residente há 44 anos)

As pressões do viver urbano refletem na desestruturação dos costumes intrafamiliares relativos aos rituais às refeições. Apesar da possibilidade de manutenção das refeições em casa, o contexto dos processos de sua produção e das relações de sociabilidade sofrem significativas transformações em relação ao cotidiano antigo:

“Ah hoje em dia mudou muito, porque você compra um temperinho lá, você coloca na panela, coloca o arroz né, lava o arroz, coloca na panela, coloca na água e deixa cozinhar né? E no fogão a gás. Hoje em dia quase não tem mais fogão à lenha. Eu acho que a comida feita no fogão à lenha é mais natural que a no fogão a gás porque o fogão à gás não conserva né? Ele não conserva quente. Por exemplo, se você fizer agora no almoço e dali a meia hora vem outro comer, todos não tão mais ali na hora que é para comer...Quando o outro chega, vai ter que esquentar, daí vem outro e vai ter que requentar aí outro chega. Então não é a mesma coisa.” (S – residente há 51 anos)

“É difícil porque que nem o meu horário, de manhã no trabalho, daí eu tenho que ir fazer o almoço e um filho chega cansado e o marido não tá em casa, não almoça em casa... é mais difícil. Daí na hora do jantar assim, não tem, porque eu vou pra escola, vou estudar, daí eles ficam. Então muda tudo na vida da gente, a convivência da família. Não é mais aquela união, que todo mundo fica, né?” (N – residente há 36 anos)

“Aqui em casa não tem horário de refeição. Aqui comigo só mora meu filho mais velho, os outros moram com a avó ... eu vejo mesmo é nas férias e nos finais de semana, mas sempre falo por telefone. A minha mãe sempre come separado e a gente também, né... os horários são diferentes. E no final de semana eu não como em casa, né, como na casa das minhas amigas... Final de semana eu nunca como em casa... é muito difícil..” (V – residente há 6 anos)

“Eu mesmo tenho um costume que não é um costume próprio de mãe. Eu faço a minha comida e eu tenho que comer, porque eu gosto da minha comida quente. E cada um tem um horário pra chegar... e come em frente ao fogão, às vezes nem come na mesa. E o meu marido não tem hora pra comer. Porque sempre que ele trabalha assim, e na mesma hora que ele tá aqui ele tem que sair, então é assim, não tem horário também.” (D – residente há 15 anos)

Ainda no âmbito dos costumes relativos às práticas alimentares, não se pode deixar de mencionar a televisão como elemento catalisador das atenções e referencial de companhia, especialmente no horário do jantar e durante os dias de semana. Como elemento do sistema de objetos característico do modo de vida urbano, tem sido relacionado à quebra do ritual de disposição do serviços à mesa para as refeições (GARCIA, 1997, p. 462).

“Aí ninguém vai pra mesa [referindo-se ao horário do jantar]. Cada um pega o seu [prato de comida ou lanche de costume]... O meu filho vai pro quarto, sentar e assistir televisão, ou se não, come de pé” (E –residente há 34 anos)

Pelos relatos apresentados, é perceptível a dissolução das rotinas que estruturam a prática das refeições no ambiente doméstico. Essa transformação ocorre significativamente determinada pelo descompasso dos ritmos cotidianos intra-familiares, mediado pelas exigências do sustento econômico e do mercado profissional, que colocam as atividades do trabalho e da educação formal na centralidade do cotidiano. Atrelada ao atendimento a essa imposição experienciada no modelo de sociedade contemporânea, ocorre a secundarização da alimentação enquanto ritual de sociabilidade e de auto-cuidado, no sentido de uma prática que possibilita a reprodução da vida humana.

Na dimensão do urbano, Carlos (2004, p. 82) enfatiza a diferenciação do tempo, na perspectiva de que “a lógica da transformação da cidade acompanha a lógica da reprodução do capital”, salientando que esta, por sua vez, entra em contradição com a produção da cidade enquanto possibilidade do viver humano.

Em consonância a essa reflexão, Ortigoza (2005) afirma que no atual modelo de reprodução do mundo capitalista, com repercussões no âmbito da produção e do consumo, há uma tendência de reprogramação do cotidiano, numa nova perspectiva do tempo e do espaço, norteadas pelo tempo produtivista. Tal processo leva a uma prática diária onde o tempo das atividades sofre um severo gerenciamento.

É preciso mencionar que, mesmo no acelerado ritmo de vida urbano, em seu contexto de exigência da crescente participação da mulher no mercado de trabalho, permanece a incumbência ao gênero feminino das principais tarefas que resultam no provimento das refeições no nível doméstico, envolvendo práticas de aquisição, concepção e elaboração culinária dos alimentos.

No contexto do bairro, ainda nos finais de semana há uma tendência de manutenção do consumo alimentar no nível doméstico, reforçando a casa como lugar idealizado para a alimentação, num espaço de possibilidade do resgate das reuniões familiares. Além desse aspecto simbólico, reflete-se que a operacionalização da refeição dos finais de semana neste espaço, possibilita maior margem de manobra econômica, posto que o seu planejamento é realizado no âmbito da viabilidade, a partir orçamento doméstico.

Os finais de semana representam acontecimentos onde as práticas alimentares se transformam, em torno de uma produção culinária diferenciada. Especialmente o “almoço de domingo” figura como uma refeição mais ritualizada e que prevê a reconstrução da reunião familiar mediada pela mesa, que se estende também aos parentes mais próximos.

No contexto local, esta é uma ocasião onde a carne do consumo trivial aparece ressignificada, como elemento demarcador desse diferencial em relação ao cotidiano: instaura-se uma “ritualização do preparo” e se realiza um protagonismo masculino na tarefa de confeccionar a refeição. Entretanto, o papel da mulher ainda tem lugar na produção dos complementos, que se definem pelo arroz, a maionese de ovos com batatas e a farofa de mandioca, conjunto que caracteriza o padrão alimentar doméstico da “comida de domingo”.

Dentre as carnes, se destaca a supervalorização da carne de gado, ou “carne vermelha”, em relação às demais fontes alimentares dessa categoria. Sua ausência de priorização nos cardápios se vincula a restrições dadas mais em decorrência da doença e menos a razões econômicas.

“Na minha casa... Ah meu Deus do céu [comida do final de semana]! Meu marido gosta muito de assar carne, costela... Levanta já de madrugada pra meio-dia já estar pronta aquela costela. Domingo ele levanta às 6 horas da manhã já, pra o ritual da carne. Não é sempre, mas quando ele resolve fazer... é uma costelinha assada, com arroz, bastante salada, maionese, que eu faço. Nem essas de mercado eu compro, eu prefiro fazer. Ou se não, faz uma salada de batata...” (N – residente há 36 anos)

“Meu marido adora fazer carne. Então, de vez em quando o almoço é com ele.. Ele é daqui de Curitiba mesmo, só que ele é descendente de italianos, sabe? Então é muita massa que ele gosta.? Então a carne, geralmente a gente faz um churrasco ou uma picanha que ele gosta, né... Dificilmente, domingo é difícil eu ir pra cozinha, porque geralmente é ele que faz, né? Ou é posta recheada... Só quando é a vez do nhoque é que eu vou pra cozinha com ele [risos]. E quando os filhos vêm, né, que a gente adora fazer.. Daí a gente fica lá fora, né, estendemos a mesa pro churrasco, né? Aí ele inventa... eu faço a minha maionese e depois farofa e daí a gente vai tudo lá pra fora.” (E – residente há 34 anos)

“Então era uma maionese, um frango assado, um churrasco . Mas também um arroz.. Sou de origem italiana, então volta e meia eu digo pra [esposa] fazer uma polenta pra mim .Então polenta, ela faz, apesar de que não é como a minha mãe fazia. Porque a minha mãe pegava uma caçarola de ferro e ficava mexendo o fubá e ela pega essa Polentina, que parece meio comida de cachorro... Então, mando ela fritar dois ovos caipira, não desses ovos que parece que tá doente, que tá pálido. Então ovos caipira, mistura na polenta e come” (T – residente há 44 anos)

“Nós aqui agora, como estamos só nós 3 aqui, não muda muito o final de semana porque nós não podemos comer carne vermelha. Então é peixe e frango. Eu não ponho batata, não ponho aipim, nada dessas coisas assim. É mais a verdura mesmo, né? E sopa é com pouco óleo, pouco sal. E no final de semana a gente continua assim, porque não tem o que mudar. E a gente almoça mais em casa. É muito difícil a gente almoçar fora.” (M – residente há 36 anos)

Como variação do cardápio composto no entorno da centralidade do churrasco, as massas e a polenta figuram nas representações sociais como tradições da cultura italiana e também representam complementos da carne, que nesse caso se apresenta em preparações cozidas e com molhos, ou assadas em fornos dos fogões domésticos. Mesmo na manutenção das tradições culinárias, destaca-se que os modos de preparo incorporam ingredientes que sofrem processamento industrial, numa lógica de redução do tempo gasto nas atividades.

A esse respeito, Ortigoza (2005) argumenta que na atual intensificação das relações sociais em escala global há uma tendência de mundialização da cultura. Como processo inerente ao capitalismo, a capacidade de gerar o novo cria também o esvaziamento das escolhas subjetivas mediante uma constante “criação industrial da necessidade”. Nessa dinâmica, a manipulação e a padronização do gosto se expressam coletivamente e a cozinha perde seu caráter estritamente pessoal para se especializar incorporando conteúdos do industrial.

Assim, o contexto mundial da alimentação, aponta a necessidade de ser aprofundada a análise sobre a tendência crescente de separação entre produtores e consumidores; da disposição ao consumo de alimentos preparados e o declínio da habilidade culinária especialmente entre as classes médias (MINTZ, 2001).

Como preocupação recente, têm-se discutido, no âmbito da relação entre alimentação e cultura mundializada, a homogeneização dos diferentes setores da vida moderna, mediante o domínio do “industrialismo” na sociedade (DIEZ GARCIA, 2003; BRAGA, 2004. p. 41; ORTIGOZA, 2005).

Discute-se as alterações culinárias como conteúdo da relação entre comida e migrações explicando-as como adaptação mútua entre as estruturas profundas da culinária de origem e as da culinária do país receptor, o que resulta na produção de uma nova versão de um dado prato típico. Nesse processo de tradução cultural, apesar do desgarramento da cultura original, são mantidos elementos da essência do paladar das preparações, num processo de diluição que favorece o consumo em massa, ou seja, que se direciona ao atendimento de um “consumidor global” (DIEZ GARCIA, 2003).

Ainda em termos da alimentação como processo cultural, Cuche (2002, p. 225-233) discute que, em sua produção a partir de interações no interior de sociedades diferenciadas,

a cultura imigrante é vista por alguns autores¹³¹ na perspectiva da “bricolagem”, ou seja, na capacidade criativa de integração sistemática de elementos adquiridos por empréstimos culturais diversos, capazes de coexistir de modo coerente em esquemas culturais aparentemente pouco compatíveis. A arte inventiva desse processo, reside justamente na reinterpretação desses empréstimos como estratégia de inserção no novo conjunto cultural, sem contradizer a fidelidade à cultura de origem. Justamente no “cerne” dessa cultura original, onde residem as prescrições alimentares, é que, em muitos casos, essa bricolagem se estabelece.

Ao contrário das sociedades dominantes que receberam imigrantes, no contexto brasileiro as representações sociais relativas à dependência, colonização e periferia econômica constituem o pano de fundo de um “vazio” relativo à definição de identidade cultural. Este sentido, em contrapartida, exacerba uma idéia de nacionalidade integradora do outro e, portanto explicativa da aberta à absorção das culturas americana e européia em sua contra-representação de um “modo de vida superior¹³²” (DIEZ GARCIA, 2003).

Entretanto, é preciso considerar que no contexto da modernização das sociedades, certas preparações consideradas como marcadores étnicos (macarrão e outras massas, polenta, conforme declarados nos relatos) transmutam-se, à medida que inseridas no mercado global de alimentos, em “comidas etnicamente neutralizadas” (MINTZ, 2001).

Assim, a partir das inventividades culinárias resultantes do movimento migratório no cenário regional, não só se produziram combinações complementares à norma social brasileira (as massas e a polenta que coexistem com o arroz e o feijão), como também foi viabilizada a sua permanência, ressignificada nos usos de produtos e técnicas que habilitam a economia de esforço no plano cotidiano, a exemplo da substituição das formas de preparo manual doméstico pela utilização de produtos prontos e industrializados.

Nesse sentido, a partir das práticas alimentares relatadas, compreendidas como construção social na produção espaço-temporal do lugar, buscou-se também evidenciar os critérios de escolha de alimentos, buscando refinar elementos presentes na relação entre consumo alimentar e impacto nutricional, discutidos no item a seguir:

¹³¹ SCHNAPPER, D. Modernité et acculturation: à propos des travailleurs émigrés. *Communications* n. 43, mars., 1986 e SAYAD, A. *Les usages sociaux de la “culture des immigrés”*. Paris : CIEMI, 1978.

¹³² Conforme expresso em COUTO, J. G. *Quatro autores em busca do Brasil*. Rio de Janeiro : Rocco, 2000.

“O que mais se vende no mercado é arroz, feijão, açúcar, óleo, carne vende muito também, e mais o que ..é a cesta básica o que mais vende. Das carnes, mais é a carne de boi... vende mais a carne de primeira. Que nem: patinho, coxão mole, filé, posta branca, posta vermelha. Isso aí é o que vende mais. Supérfluo depende. A gente não sabe o que é superfluo prá uns e prá outros não, né? Sai bastante iogurte, né... sobremesas tipo [lácteas industrializadas]. Vende bastante produto da [marca de embutidos] também, pizzas prontas, lasanhas... O povo só compra o básico, o necessário, o estritamente necessário... O poder aquisitivo caiu. Agora aqui no nosso bairro todo mundo conhece a marca. Ninguém quer produtos sem marca.” **(J – residente há 12 anos)**

“ É o hábito. Eu vou no mercado, eu compro o que: o que é o básico, eu compro arroz, feijão, sal, sabe... essas coisas assim. Depois, se sobra ou se tá com o orçamento um pouquinho mais... aí que você vai pra verdura, mas se não é arroz, feijão e a carne, né? O que faz escolher, acho que é a qualidade. A qualidade na hora de cozinhar: cozinha rápido, não gruda e tem uma aparência assim... Agora não sei em termos de nutrientes...” **(A – residente há 12 anos)**

“Eles não vão pela qualidade, vão mais pelo que é mais barato né? Hoje em dia, tem várias marcas, tem vários produtos, então eles vão mais pelo que é mais barato, eles não vão porque aquele é mais gostoso ou aquele é bom, eles vão por aquele é mais barato.” **(S – residente há 51 anos)**

“Eu acho assim que as pessoas que vão no mercado elas querem sempre o mais bonito, né? Você olha um cacho de uva lindo e pensa: Ah... isso é muito bom! Mas quem sabe aquilo ali seja só bonitinho ! Você não sabe o que é aquele ‘bonitinho’, né? E eu acho que as pessoas vão muito pelo preço também . Tem um de cinquenta centavos e um de dois reais: ‘Ai não! Eu vou levar o de cinquenta centavos! Se eu posso levar um eu levo quatro, né?’ Então às vezes as pessoas nem pensam o porquê que é mais caro. Nem todas se importam com a marca. Depende da condição de vida.” **(N – residente há 36 anos)**

Os relatos apresentados remetem à reflexão de que contexto do tempo veloz da vida na cidade, se revela uma inversão no papel da alimentação como atividade cotidiana, antes norteadora da organização das atividades no núcleo familiar, agora submissa à fragmentação do tempo como exigência do mundo do trabalho. A invasão da lógica industrial no cotidiano, como requerimento à reprodução do capital em seu sistema influencia as práticas alimentares, que no meio urbano se realizam predominantemente por escolhas mediadas nas relações de mercado. Nestas, se situa a decisão final a respeito da seleção alimentar que realizará a nutrição do corpo, dada em última instância, no momento em que se estabelece a condição de acesso ao alimento.

No jogo do capitalismo, concorrem a aparência e o preço muito mais do que outros atributos relativos à qualidade do alimento. Em somatório, a falta de informação sobre a procedência dos alimentos *in natura* e de seu modo de produção, jogando simultaneamente com a secundarização cultural relativa aos alimentos crus; a falta de clareza na informação industrial quanto aos ingredientes e demais componentes presentes na produção dos

alimentos processados (aditivos químicos, hormônios, agrotóxicos) e das tecnologias empregadas em sua produção (emprego de organismos geneticamente modificados, irradiação, etc.), em contra-ponto à dinâmica da criação do desejo de consumo imposta pela mídia voltada à massa, são elementos demarcadores fundamentais na determinação das condições de segurança dos alimentos acessados pelos sujeitos enquanto consumidores.

Nesse sentido, os conteúdos desses processos podem ser identificados como componentes do sistema de valores urbanos, no campo alimentar, que se relacionam ao ritmo de vida cotidiano e aos padrões de circulação informacional das cidades. Além disso, também remetem a uma permeabilidade que favorece mudanças quanto aos modelos de preparo alimentar, sem definitivamente romper com as práticas tradicionais de elaboração e consumo.

A partir deste panorama, em conexão ao capítulo anterior, ressalta-se a importância do comércio varejista de pequeno porte, como estratégia de segurança alimentar e desenvolvimento territorial, no sentido do fortalecimento de circuitos locais e regionais de produção, distribuição e consumo alimentar. Essa ação estratégica deve ser pautada tanto no espaço governamental, mediado por políticas públicas, como no espaço da sociedade, envolvendo pequenos produtores, comerciantes e consumidores urbanos numa ação coletiva e privilegiando relações horizontais que promovam um sinergismo entre os agentes envolvidos no processo, que se realize para além da mera proximidade espacial (CONSEA, 2004, p. 7).

Como outro aspecto referente às práticas alimentares cotidianas, a alimentação dos finais de semana também representa uma possibilidade de consumo que instaura uma concepção diferencial relativa à comida, extrapolando o seu sentido primordial de nutrição do corpo. No plano nutricional, são abertas possibilidades de um incremento quali e quantitativo do consumo, especialmente em termos energéticos, que ultrapassam a referência da alimentação cotidiana. No sentido geográfico, essa prática, mediada pela alimentação incorpora signos do lazer, da apropriação de espaços no bairro e no seu entorno, do encontro e da socialização com os conhecidos, revitalizando a sua memória e identidade como um lugar particularizado da cidade:

“O final de semana aqui pra mim tem gosto de sorvete, uma que eu sou apaixonada por sorvete e no verão, nós temos uma sorveteria aqui que é um espetáculo, e aquilo fica ‘recheado’ de gente, sabe? Também é um “pontinho de encontro” que a gente vai e toma

um sorvetinho ali e pra conversar... Então são pessoas que eu conheci crianças, né, que abriram ali, então a gente tem uma intimidade ... E o negócio é que eu conheço todo mundo ali e a gente começa a conversar e quando vê a gente tá ‘forrado’ de amigos .. é no domingo, todo o domingo à tarde, no momento em que a gente tá mais sossegado, né?” (E – residente há 34 anos)

“Então, a gente não tem uma comida assim, de sair comer fora lanche, ou tipo assim, fazer uma festa. Bom é muito difícil eu sair [no final de semana], mas quando a gente sai, de vez em quando a gente vai no [restaurante]. É uma casa de massas, massa e frango, que fica ali perto. Já não é no bairro... Agora aqui no bairro, quando a gente sai... às vezes a gente sai sim, é: “Olha, vamos ali, né?”, porque ele [marido] gosta de tomar uma cerveja e daí a gente vai e come um lanche, um *cheese salad*. Mas isso é muito difícil porque aqui em casa a gente não é de lanche. Mas é o único canto assim que tem aqui...” (D – residente há 15 anos)

Ainda como dimensão das práticas alimentares declaradas, foram detectados elementos classificatórios da comida consumida, como conteúdos importantes da cultura alimentar local e que orientam comportamentos alimentares acumulados no tempo histórico do lugar:

“Eu morei na roça e me criei lá...A gente saía da roça um pouco mais cedo pra fazer o almoço. Bom, feijão tava cozido, aí já, a carne de porco ou se não o torresmo. Cortava um pedaço de tocinho assim [mostrando com as mãos o tamanho do pedaço] e fritava ali. Ah! Aquele torresminho...Aquele porco assado, com batata ou milho verde...!!![com expressão facial de prazer pela lembrança do gosto da comida]. Essa era *comida boa que sustentava a gente!*” (Z – residente há 45 anos)

" Como eu fui criada em Pernambuco, lá em cima, essas *comidas branca* assim não tinha. Daí era mocotó, *comida forte*, com cuzcuz de milho, costela cozida com mandioca, que é a 'vaca atolada'. Comida branca que eu falo é macarrão, maionese, essas coisinhas assim, que lá não é comum. O branco de lá é a mandioca. Até hoje lá em casa a gente come essa comida. Eu continuo fazendo" (Q – residente há 19 anos)

“Era tudo *selvagem*... tudo aquelas toceira enorme espalhada no campo...[referindo-se á característica do vegetal ‘radiche’, empregado para consumo na forma de saladas ou cozido em panelas de ferro, acompanhando a polenta]” (S – residente há 51 anos)

Conforme assevera Velho¹³³, citado por Canesqui (1988, p. 210), o significado e a experiência dos grupos sociais a respeito da relação sociedade-natureza é relevante para a explicação das práticas que geram a adoção ou rejeição de hábitos alimentares específicos. Para o autor, nessa significação de “natureza” e de “sociedade” experienciadas residem as atitudes dos diferentes grupos sociais acerca do trabalho e sobre as funções da comida, como conteúdos norteadores da vida social e dos hábitos alimentares.

¹³³ VELHO, O. G. Introdução. In: **Relatório do grupo de pesquisa do Museu nacional: projeto hábitos alimentares em camadas de baixa renda**. Rio de Janeiro : Museu Nacional, 1997. (documento mimeografado)

Neste sentido, as classificações de “comida forte e que sustenta”, de “comida branca” em relação à identidade social diferente do lugar de origem e “comida selvagem”, relativa à produção espontânea da natureza, denotam um conjunto de imagens que põem em evidência os conteúdos relativos à produção sócio-espacial do bairro. Nas significações dos sujeitos em torno da comida se manifestam elementos que contrapõem a ruralidade à urbanidade, revelam as diversidades culturais alimentares a partir dos movimentos migratórios e as transformações da relação entre sociedade e natureza como processos experienciados no lugar vivido.

De modo ainda mais contundente, os depoimentos que se seguem, evidenciam como o processo de urbanização da cidade e do lugar, enquanto conteúdo da realidade urbana imprimem significações transformadoras das escolhas alimentares para o consumo:

“Agora esse negócio de preá, se eu vejo hoje em dia... Deus me livre! Eu não chego nem perto! Mas quando eu era criança... Mas era muito gostosa a carne. Fazia assado, fazia cozido, fazia frito.” (S – residente há 51 anos)

“Eu me lembro uma vez que eu fui na casa de uma vizinha nossa, da minha mãe lá e ela tava fazendo a ‘ratarada’ [referindo-se ao preparo do preá]. E a gente criança, né, achava bom... Depois teve um tempo que a mãe falou como era, né.. Eu não via, só sei que eu comia, né.. Daí a minha mãe disse pra mim o que era, né?E eu era criança, mas ainda me lembro porque ficou [referindo-se ao fato como algo marcante], na hora que eu comi aquela coisa...[risos]. Deus do céu!” (G – residente há 60 anos)

A partir desse discurso pode-se dizer que a urbanização em seus processos de transformação da relação sociedade-natureza, atua na construção da ideologia alimentar também ao ressignificar crenças e padrões sociais de utilização de alimentos e das suas restrições relativas ao consumo. Dentre as dimensões componentes do conceito de ideologia alimentar, está a seleção do que é “comestível” a partir da sua procedência, além da sua produção e das formas possíveis de consumo. Entretanto, é preciso considerar a ideologia alimentar como um conhecimento construído socialmente, não sendo, portanto, um sistema rígido e uniforme de regras impostas ao consumo. Em sua relação com as práticas alimentares é permeável à incorporação de uma “ética de uso”, pautada mais fortemente pelo gosto e condições de acesso social e menos pelo caráter atribuído aos alimentos (CANESQUI, 1988, p. 212).

A esse respeito, Mintz (2001) salienta que a “comida da cidade” adquire um significado especial vinculado a sua procedência, o que se pode analisar no sentido de um *status* espacial inerente à representação do urbano.

Nessa representação, portanto, a comida original, proveniente do ambiente natural do lugar também perde seu *status* de valoração, à medida que os espaços construídos, como signos da cidade e do “novo” vão afastando o contato dos sujeitos com a natureza (o “velho” espaço) e os seus produtos alimentares.

Em síntese, buscou-se nos conteúdos presentes nas narrativas, o que é considerado como prática declarada, uma combinação de elementos para a reflexão sobre o espaço social alimentar na perspectiva do cotidiano.

Pela condução da abordagem geográfica, no conjunto desses processos foi procurado evidenciar a influência das transformações na relação sociedade-natureza, a partir da urbanização, nos conteúdos que constroem o consumo alimentar em seu aspecto qualitativo.

Quanto às tendências do perfil cotidiano das práticas alimentares declaradas pelos sujeitos é possível uma distinção entre os habitantes antigos e mais recentes do bairro. No primeiro caso, observa-se uma tendência de “modos de fazer” que remetem ao rural, onde a norma é pautada por alguma produção alimentar doméstica remanescente voltada ao consumo, uma estrutura de alimentação regrada em número e horários das refeições, o preparo doméstico é uma permanência valorada, o uso de carnes e saladas figura como complementos ao arroz e feijão, num conjunto estável que compõe a comida “trivial”. Em termos do perfil social, esse grupo se caracteriza por uma predominância de donas de casa, aposentados, trabalhadores autônomos ou com pequena jornada de trabalho diário e que operam um cotidiano mais estritamente vinculado ao espaço do bairro, numa aproximação entre o espaço vivido e o do trabalho.

No segundo caso, o modo urbano de vida é mais evidente numa reorganização de valores e práticas relativas ao modelo alimentar, manifestos na eliminação ou na substituição de grandes refeições por lanches rápidos, na quase total abolição do preparo doméstico e no incremento do uso de produtos industrializados. Neste perfil social situam-se predominantemente mulheres chefes de família, trabalhadores com carga horária integral ou dupla jornada de trabalho e estudo, numa operação cotidiana mais dinâmica entre o espaço do bairro e outros espaços da cidade.

Conforme já assinalado, esse esforço não se remete à análise das lógicas que conectam as representações e as práticas, mas à compreensão do papel dessas no

delineamento de desfechos relativos à saúde, no plano nutricional, a partir da discussão realizada a seguir.

III.3 – QUESTÕES SOBRE IMPACTO NUTRICIONAL NO ESPAÇO VIVIDO

A relação entre modo de vida, alimentação e saúde está evidenciada desde a “antiga medicina humoral”, que propunha mediante a “dieta” (em grego, sinônimo de modo de vida), um “regime de saúde” para a vida (FISCHLER, 1995, p. 294).

É questão indiscutível a necessidade alimentar como condição para a sobrevivência dos seres vivos. O diferencial para o homem, no sentido dos meios de satisfazer essa necessidade, conforme salienta Garine (1995, p.129-130), se deve ao fato de possuir uma fisiologia onívora e um caráter de sociabilidade envolvendo o aspecto cultural e simbólico, tornando-o capaz de construir condições favoráveis à subsistência em diferentes ambientes naturais.

Fischler (*op. cit.*, p. 22), aponta que uma das “particularidades destacáveis do *Homo sapiens* é o fato de que este se nutre também do imaginário, de que seus alimentos não somente nutrem como também significam”.¹³⁴

Para Roland Barthes¹³⁵ (*apud* CONTRERAS, 1995, p. 12), as escolhas alimentares dos sujeitos que, no limite, qualificam o seu consumo são produzidas na mediação de fatos alimentares que possuem amplo significado sócio-cultural, conferindo sutilezas praticamente imperceptíveis aos estudos tradicionalmente conduzidos nas áreas biológica, estatística e econômica.

Nas sociedades contemporâneas onde o modo de vida se conforma aos signos da “civilização industrial urbana” o consumo alimentar, quantificado em termos do acesso aos gêneros alimentícios, é freqüentemente reduzido à análise da renda como principal variável condicionante. Entretanto, os processos dinâmicos relativos às escolhas alimentares fogem a essa perspectiva quantitativa e requerem uma compreensão a partir dos contextos locais em sua específica complexidade histórica (GARINE, *op. cit.*, p. 156-157).

De acordo com Demo (1987, p. 14-24), parece haver um consenso a respeito de que a realidade social possui dimensões qualitativas. Entretanto, o autor reflete que a partir do

¹³⁴ “particularidades destacables del *Homo sapiens*, sobre el hecho de que el hombre se nutre también de lo imaginario, de que sus alimentos no solo nutren sino que también significan” (FISCHLER, 1995, p. 22)

¹³⁵ BARTHES, R. Pour une psychologie de l'alimentation contemporaine. *Annales*, 16, p. 977-986, 1961.

materialismo histórico, ficou demarcada a perspectiva de que as condições materiais de existência são fundamentais para a transformação dinâmica da história. Pela vantagem da dimensão quantitativa possuir um caráter palpável, visível, manipulável, decorre a percepção comum da importância prioritária da base material na determinação da condição de vida. Essa reflexão, entretanto, não trata de estabelecer uma polaridade entre quantidade e qualidade, mas de compreender a sua relação atuante na realidade como uma unidade de contrários, onde se estabelece uma necessidade interdependente entre essas duas faces da realidade.

Assim, como já mencionado no Capítulo I, freqüentemente a noção de qualidade de vida perpassa expressões materiais como casa, comida, trabalho, renda, onde tais coisas, apesar de não serem secundárias, não representam propriamente a qualidade. Ou seja, a qualidade de vida tem principalmente a conotação da dimensão do “ser”, onde a do “ter” é entretanto um instrumento necessário (*Idem*, p. 21).

Conforme discutido ao longo dos processos constituintes desse estudo, os conteúdos relativos aos significados da alimentação remetem a questões de ampla complexidade, sendo permeados de interações, condicionamentos e regulações de ordem biológica, desde a dimensão metabólica à psicológica; ecológica, relativa às interações entre o homem e seu ambiente vivido, como também de modelos sócio-culturais envolvendo as preferências e aversões, assim como as prescrições e restrições¹³⁶, que relacionam a qualidade do alimento em termos de seus efeitos sobre o corpo no plano material e psíquico (BLEIL, 1998, p. 5; CANESQUI, 1988, p. 211).

Entretanto, justamente a partir das dimensões cultural e simbólica presentes na prática alimentar, se discute até que ponto a ação humana relativa à alimentação tem relação direta com o atendimento ideal dessa exigência no plano biológico individual. É no contexto das sociedades urbanas industriais onde se evidencia os efeitos degradantes sobre a saúde relativos a uma alimentação superabundante. Num modelo de desenvolvimento tecnológico que determina a sedentarização no modo de vida, há simultaneamente a expansão de uma prática alimentar onde são valorizados alimentos energéticos à base de açúcares e gorduras, assim como as fontes de proteínas animais, somado ao crescente

¹³⁶ Suzana Bleil faz menção à discussão de Claude Fischler a respeito da alimentação moderna, no foco de análise biocultural, em CONTRERAS, J. Alimentación y cultura: reflexiones desde la Antropología. *Revista Chilena de Antropología*, n. 11, 1992, p. 101.

consumo de produtos processados, de valor nutricional discutível. Nessa contradição, situa-se o processo gerador de impactos negativos ao estado nutricional nos diferentes grupos sociais.

Estudos no campo das ciências sociais e biológicas (ORTIGOZA, 2005; DIEZ GARCIA, 2003; MINTZ, 2001) contemporaneamente têm-se voltado a reflexões sobre os efeitos subjetivos e objetivos da globalização não somente quanto aos padrões de consumo alimentar das populações, como aos valores impostos em termos da relação entre alimentação, corpo e saúde.

Tem sido identificada a convivência entre o homogêneo e o plural como característica da sociedade globalizada¹³⁷, o que implica na determinação de um “caráter cosmopolita” aos processos de produção e consumo, bem como a intensificação da geração de necessidades, na razão direta da afluência das sociedades (DIEZ GARCIA, 2003).

Assim, como conteúdos do cenário sócio-político mundial, discute-se que as constantes crises financeiras enfrentadas pelos países capitalistas periféricos evidentemente se manifestam em termos de efeitos sociais e de saúde pública. Neste contexto, se destacam os problemas nutricionais de diferentes naturezas e de manifestação simultâneas, tanto ligados a estados carenciais – desnutrição e insuficiências de micronutrientes específicos - como a doenças ou agravos não transmissíveis (DANT) derivados da alimentação - obesidade, diabetes, hipertensão arterial e alguns tipos de neoplasias.

As transformações nos hábitos de vida e de consumo alimentar intensificadas e aceleradas pelo modelo de desenvolvimento econômico e pelo processo de urbanização das sociedades, a exemplo do caso brasileiro, têm sido cientificamente associados à configuração de um ciclo perverso de destruição da qualidade de vida, com base na corrosão gradativa do estado nutricional num processo de caráter acumulativo nas diferentes fases do ciclo da vida (LE BIHAN; DELPUCH; MARIE, 2003, p. 43).

Ou seja, a contradição entre expropriação de muitos e acumulação de poucos do modelo capitalista, evidenciada em intensa proporção no cenário das grandes cidades, favorece a ocorrência da subnutrição na fase fetal e na infância que, por sua vez, na vigência de uma manutenção deste contexto sócio-econômico de vida, funcionam como

¹³⁷ Conforme IANNI, O. **A sociedade global**. 2 ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1993.

verdadeiras “portas de entrada” às doenças crônicas relacionadas à alimentação, em fases posteriores do ciclo da vida.

De um modo geral, diversos conteúdos do processo de urbanização, como o crescimento populacional, a industrialização e os decorrentes problemas ambientais e conseqüentes mudanças climáticas, além de macro-conjunturas econômicas (globalização) e alterações demográficas (envelhecimento da população), são fenômenos contemporâneos associados a repercussões sobre a questão alimentar - nutricional das sociedades. Nesta causalidade complexa determinada no entrelaçamento de múltiplos fatores residem as raízes da transformação nos modos de viver, de produzir e de consumir alimentos.

III.3.1 – Modo de vida, alimentação e saúde na perspectiva dos habitantes do bairro: o espaço das práticas

No contexto do bairro em estudo, como realidade inserida no processo de produção da metrópole, o aumento das distâncias exigindo o uso de transporte motorizado, a falta de espaços ao lazer, o confinamento doméstico associado ao crescimento da violência são conteúdos evidenciados a partir da produção histórico-social do espaço local que atuam diretamente na sedentarização das atividades cotidianas.

A perda quase que total das práticas de produção doméstica de alimentos voltada ao auto-abastecimento influencia e determina a dependência cada vez mais alta das relações de comércio, o que resulta num maior consumo de alimentos processados industrialmente, de qualidade nutricional inferior e geradora de riscos à saúde. A aceleração do ritmo no viver urbano, na imposição da vivência predominante de um tempo produtivo, deteriora a permanência das tradições da cultura alimentar local reduzindo as variedades alimentares naturais e cultivadas que sustentavam um certo balanceamento nutricional e, portanto, uma maior capacidade de proteção à saúde, dada pela dieta cotidiana.

Do quadro descrito, analisa-se a partir do foco geográfico dado na leitura das transformações no modo de vida do bairro no decorrer da urbanização da cidade, a configuração de situações de insegurança alimentar e nutricional na população.

No conteúdo dos discursos dos habitantes locais, são encontradas referências de correlação entre o modo de vida, as capacidades e limitações quanto à escolha, forma de

preparo e consumo de alimentos e implicações sobre a saúde, conforme apresentado a seguir:

“É o tempo. O pessoal trabalha demais e não tem muito tempo. Ele não tem mais tempo de vir almoçar, e aí é lanche, né? Porque antigamente não... Porque quando eu vim morar pra cá, meu marido ganhava pouco, depois ele foi fazer faculdade e então a graninha aumentou. Então, a alimentação de antigamente era boa. Então o que a gente fazia: era o arroz, o feijão, porque isso aqui é sagrado... Aí quando não tinha dinheiro pra comprar a carne o que a gente fazia: fazia uma salada de tomate, tinha um pé de limão pra limonada, né, batatinha frita de vez em quando, é omelete... Então minha filha é que diz: Mãe, nós tinha uma alimentação saudável. Hoje em dia, ela mesmo fala: Eu não tenho tempo pra comida, pra poder comer. Então usa muito lanche, muita porcaria. Então hoje... isso aí é o tempo, a falta de tempo. É o trabalho, porque você vê, é oito horas, não tem hora pro almoço, não tem nada... então é o trabalho mesmo que dá falta de tempo do pessoal.” (E – residente há 34 anos)

“Eu acho que tem a ver sim [saúde e alimentação], porque eu por exemplo faço quatro refeições por dia: tomo café da manhã, almoço, tomo café da tarde e janto e antes de dormir eu tomo ainda alguma coisa. Tem gente que ou por preguiça, ou falta de tempo, começam a comer *cheeseburger*, esses *cheese*.... Então, não vem pra casa almoçar, ou leva um almoço. O trivial, feijão, arroz e carne ou feijão, arroz e ovo. Então aquilo ali tem sustento. Agora, então você come um hambúrguer ou isso ou aquilo e aí ...”(T – residente há 44 anos)

“Num todo assim, eu sinto assim que hoje é o mais prático. É o mais rápido. Então se você vai comprar um peixe, hoje é: ‘Ah não, vou fritar um ‘chikenitos’[preparação pronta, congelada, de preparo mais rápido que o modelo tradicional a partir do alimento *in natura*]. (N – residente há 36 anos)

O conteúdo central das narrativas apresentadas se refere a duas categorias sinérgicas que caracterizam o modo de vida na sociedade urbana em sua ordenação submetida ao modelo industrial: tempo (acelerado e permanentemente contabilizado) e trabalho (ocupação diária hierarquicamente dominante). Ou seja, na dinâmica desses dois componentes se demarca o condicionante fundamental da qualidade alimentar dos sujeitos, onde a vida cotidiana é centrada no trabalho e o trabalho, na abolição da natureza é condição para o acesso à comida que, na cidade – e na razão direta de sua dimensão escalar, é mediado pelo mercado.

Na análise de Weber, voltada à compreensão do sistema de valores no comportamento econômico dos empresários capitalistas¹³⁸ figura a noção de “estilo”, de “modo de vida” como característica da classe média (considerada o *locus* social do progresso do capitalismo no ocidente). Ou seja, a noção de modo de vida, conota os “traços distintivos” da formação cultural da média burguesia com seus empresários em ascensão no

¹³⁸ WEBER, M. *L'Éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris : Plon, 1964.

início da era industrial e que protagonizam o processo de desenvolvimento do capitalismo moderno (CUCHE, 2002, p. 162).

Naquilo que Weber demarca como o novo *ethos*¹³⁹, ou seja, a inserção de novos “modos de fazer”, de costumes inovadores em relação aos tradicionais, está presente a valorização do trabalho não somente como meio de obtenção da base material necessária à vida, mas como sentido de realização da liberdade do homem moderno, na significação do “trabalho livre e assalariado” (*Idem*, p. 163).

Para tanto, esse novo modo de vida pressupõe a centralidade do trabalho no cotidiano vivido e requer o investimento essencial da energia e do tempo a essa atividade, que, por sua vez, se vincula ao sucesso profissional como simbologia da valoração humana na sociedade.

Pondera-se que na complexa condição social contemporânea esse sistema de valores se estende a todos os grupos sociais à medida da expansão do capitalismo como modo de produção global.

No conflito entre acumulação de bens e de pobreza, imagem síntese do cenário das grandes cidades latino-americanas o objetivo da vida cotidiana tem sido mais centrado na conquista de uma colocação no mercado de trabalho do que propriamente o sucesso profissional, sem entretanto descartar dessa situação o valor da “virtude” do trabalho, necessária à pertença social, ou seja, à possibilidade de inclusão. Na luta pela permanência da inclusão a relação entre alimentação e saúde se fragiliza, submetida à ordem da economia:

“Tem pessoas que não tem o que pôr na panela hoje em dia. Antigamente não. Antigamente era mais fácil pra comprar, era mais fácil pra plantar, tinha mais condições. Hoje em dia não. Hoje em dia o emprego é pouco, as pessoas não têm muitas vezes da onde tirar [dinheiro], fica catando latinha, papelão pra vender pra poder comprar comida. E hoje em dia os que têm emprego não se cuidam, a maioria não se cuida. Poucos pensam ‘Não, eu não vou fazer isso porque vai me fazer mal...’ ou ‘Ah não vou dar isso para os meus filhos porque vai fazer mal...’ Poucos pensam nisso. Eles tão pensando na economia, que eles vão fazer.” (S –residente há 51 anos)

“Embora tem momentos que os produtos eles tem um preço mais acessível, tem momentos que o preço vai muito lá em cima, né? Então, a pessoa às vezes acaba comendo certos

¹³⁹ Weber relaciona essa mudança cultural representada pelo “ascetismo secular” ao nascimento do protestantismo, incorporando uma visão do trabalho como prática que leva à efetiva realização da virtude (ascese). Desse modo, o lucro e a acumulação do capital ao contrário da ostentação, devem ser direcionados de maneira socialmente útil, convertidos em investimento. Assim também, o esforço do trabalho, a abstinência e a poupança assumem valores como “novas virtudes seculares”, constituindo-se na base disciplinar das sociedades industriais. Trata-se portanto, para o autor, da transformação do ascetismo religioso de inspiração protestante em ascetismo secular, a base cultural do empresariado capitalista.

produtos, certos alimentos, né... O hábito de fazer refeições fora de casa, comer em restaurante, em bar e essas coisas assim e acaba comendo tudo aqueles alimentos mais pesados, mais carregados de gordura, de itens que faz mal pra saúde. Então, é um hábito natural, uma mudança natural que eu acho que foi acontecendo e que isso vem prejudicando muito a saúde, né?” (L – residente há 18 anos)

Na dimensão da memória coletiva histórica referente à vida no lugar, a idealização do antigo está presente e se revela como marco referencial para a percepção das perdas da qualidade no viver. Ainda assim, os processos inerentes ao crescimento urbano e as exigências cotidianas dele advindas refletem uma noção de naturalidade do transcurso histórico, onde as transformações da alimentação representam um “preço a pagar” em nome do progresso do lugar que acompanha o desenvolvimento da cidade. Destacam-se dentre as perdas, aquelas referentes ao papel da alimentação tanto em seu conteúdo biológico, em termos de propriedades nutricionais percebidas como benéficas à saúde do corpo, como simbólico, enquanto agente de socialização:

“Acho que hoje, foram entrando os lanches rápidos, foi acabando a reunião da família em volta da mesa... Então as comidas também foram caindo a qualidade, graças aos lanches, ao ter que ser mais rápido. Quando eu digo cair a qualidade é o uso do azeite em tudo, é o uso da gordura, das frituras... É o deixar de lado o feijão com arroz, porque feijão demora pra cozinhar... Então é deixar de lado o feijão, o arroz e preparar um pão com qualquer coisa... é pizza, refrigerante, cachorro quente.. Ah... às vezes eu faço arroz e fica tudo [referindo-se ao pouco consumo da família]. Então eu nem uso fazer...(..)Outra coisa é que quando se faz promoção aqui nestes [mercados pequenos] a fila é grande demais. Então quando a gente consegue chegar até frutas e verduras elas já estão manuseadas, elas já perderam qualidade.. E como se diz a qualidade de vida hoje em dia todos correm muito, tem que fazer tudo rápido, já tá tudo, a vida tá cronometrada, o dia-a-dia tá cronometrado... E pra não passar pela fila do mercado, a gente acaba que deixa de comprar ou tem que sair do bairro pra fazer...” (C – residente há 35 anos)

Também referenciado ao modo de vida urbano e ao modelo de desenvolvimento da sociedade contemporânea, a alimentação se insere no campo da insegurança alimentar a partir da percepção social de risco, traduzida em diferentes dimensões de incerteza, como elemento que permeia cotidianamente as simbologias e práticas alimentares. A mudança no modelo de produção e as transformações nas práticas alimentares como exigência do modo de viver na cidade são percebidos como processos que potencializam a alimentação como ameaça à saúde:

“Eu acredito que algumas doenças que parece, aparenta, que pelo menos no meu conhecimento são novas, é em função da vida, do tipo de alimentação que se faz hoje. Da alimentação, do tipo de vida que se leva hoje, né? E não é só hoje, isso aí não começou de ontem pra hoje. A mudança dos hábitos de vida é de uns 30, 40 anos pra cá foi muito grande. De mudança da vida, eu acredito que a industrialização de alimentos mudou muito

o hábito de alimentação e isso consequentemente, vindo os produtos químicos existentes nos conservantes e numa série de alimentos, que deve fazer mal. Vem fazendo mal pra saúde. Esse eu acho que é um dos fatores e outro, o próprio tipo de alimentação. Porque a própria vida cada vez mais corrida que a gente vai levando, os hábitos de vida e de alimentação muda. A pessoa não tem tempo mais... o tempo é pouco muitas vezes pra se tomar uma refeição. Então passa ali na esquina, come ali na esquina e faz aquelas alimentação que não é... que na sequência não é a alimentação adequada. Eu tenho a minha visão assim de que eu vejo a vida. Não sei se tecnicamente é isso, mas a vida mudou muito nesse sentido. Nos hábitos de alimentação é muita coisa industrializada. O que você come, tá com fome, tá andando, não tem tempo pra parar e comer, você compra um pacotinho de salgadinho e sai comendo na rua, compra um chocolate ou um outro doce, tudo produtos que é industrializado e não faz tão bem pra saúde. Então, esse hábito de alimentação, eu acho que tem influenciado muito o surgimento ou as evidências de doença mais freqüente na população.” (L – **residente há 18 anos**)

“Hoje em dia a comida não é assim mais tão natural. Tem mais esses tempero que é misturado, essas coisa, salitre, mais essas coisa que faz mal, né? Antigamente não tinha. Antigamente o tempero era natural, que a gente plantava, né? Antigamente a gente tinha esses orégano que a gente tirava do quintal, cominho a gente tirava do quintal... E hoje em dia não! Hoje em dia é mais, como é que eu posso dizer, é mais químico, tem muita química. Tem.. conforme o tempero que a gente compra a gente passa mal, conforme o restaurante que a gente vai e come a gente passa mal... Porque é muita química, muito tempero que se misturam.(...)Antigamente não, antigamente era tudo natural, você colhia o próprio arroz, o próprio feijão né? Não tinha aquelas coisas, aqueles venenos pra matar fungos e não sei mais o que. Eu acho que é muita química, muita química que mistura, por isso que eu acho que tem a ver essas doenças com a alimentação. Antigamente não se ouvia falar de colesterol, antigamente não tinha ‘Ah esse fulano tem diabetes...’, antigamente não tinha isso.” (S – **residente há 51 anos**)

“Antigamente você sabia que se você comesse uma soja, era a soja mesmo. Hoje em dia já não é verdadeira. Hoje tem muita mistura, né? A aparência assim também pode enganar, né?...Eu não sei exatamente o que, mas tem muita coisa colocada nos alimentos. Frango, principalmente esses frango que a gente compra, né? Tá ali chocando, dali a pouco já é pintinho e depois galinha, em um mês você já come. Você não sente o gosto da carne. Aquele franguinho ali não é gostoso. É muito diferente daquele de antes, da panela...” (N – **residente há 36 anos**)

No campo das ciências sociais, Giddens e Beck¹⁴⁰ (*apud* GUVANT, 2002, p. 93) refletem que se vive contemporaneamente no que se conceitua como “sociedade de risco”, ou seja, os seres humanos têm vivenciado um cotidiano de decisões pautadas em termos de riscos cuja estimação é geralmente imponderável, sendo portanto permeada de dúvidas e ansiedade.

Como principal contribuição dessas discussões à questão alimentar está a sua inserção na temática dos riscos ambientais e tecnológicos, abordados na perspectiva das teorias sociais. Essa reflexão crítica é extremamente relevante para ao contexto das estratégias de segurança alimentar e nutricional, especialmente no que se refere às

¹⁴⁰ GIDDENS, A. *Living in a post-traditional society*. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASCH, S. *Reflexive modernization. Politics, traditions and aesthetics in the modern social order*. Cambridge : Polity Press, 1994; BECK, U. *Risk society. Towards a new modernity*. London : Sage Publications, 1992

incertezas e conflitos entre a sociedade comum e a científica quanto aos aditivos químicos e à transgenia na produção de alimentos¹⁴¹, que passam a ser analisados como riscos artificialmente manufaturados, produtos de uma sociedade da alta modernidade onde praticamente se considera a natureza como um “âmbito separado” da dimensão social.

A alimentação, em seu conteúdo artificializante advindo da tecnologia, passa assim a denotar um risco cotidiano, submetido à estimação exclusiva a partir do conhecimento científico que, por sua vez, na hegemonia do mercado, torna-se socialmente questionável posto que é suscetível a pressões econômicas e políticas.

Tal situação de insegurança alimentar e nutricional imposta à sociedade requer, como propõe os autores, a urgência da criação de espaços de negociação envolvendo a representatividade de diferentes atores sociais, rediscutindo e abrindo um diálogo democratizante acerca das decisões relativas às análises dessa categoria de risco.

As principais críticas dirigem-se aos procedimentos técnicos e quantitativos nas análises referentes à definição, avaliação e controle dos riscos adotadas internacionalmente, por estas desconsiderarem a mediação das interações sociais tanto na causalidade dos danos como na magnitude de suas conseqüências, e ainda, por não reconhecerem a existência de racionalidades diferenciais que repercutem nas diversas percepções sociais sobre os riscos.

O enfoque central dessa proposição participativa baseia-se, portanto, na consideração de que a capacidade de lidar ou transformar essa problemática está na condição de como tais riscos são percebidos socialmente (BECK, 1999¹⁴², *apud* GUIVANT, *op. cit.*, p. 94)

Em sentido oposto ao risco, porém complementar ao enfoque da questão alimentar-nutricional em sua relação com a saúde, devem ser também consideradas as percepções sociais a respeito da alimentação saudável.

Para o habitantes locais, o tempo antigo e o atual, como suporte de modos de vida diferenciais experienciados no lugar, fundamentam as conotações referidas à valoração dos

¹⁴¹ Áreas de incerteza na avaliação de risco alimentar reconhecidas pelo NATIONAL RESEARCH COUNCIL /INSTITUTE OF MEDICINE. *Ensure safe food. From production to consumption*. Washington : National Academy Press, 1998.

¹⁴² BECK, U. *World risk society*. London : Polity Press, 1999.

alimentos benéficos ou não à saúde, num foco que relaciona a diversidade na qualidade alimentar pela incorporação dos produtos industrializados:

“A gente vê que os nossos hábitos hoje alimentares, eles prejudicam muito a nossa saúde. Criam muitos problemas, né, de saúde. E nós, o que falta é uma educação. Nós temos que aprender a nos alimentar, a ter um hábito alimentar mais adequado, em função da diversidade de alimentos e de produtos que se tem disponível. E eu acho que tem muita coisa que a gente consome desnecessariamente e que acaba prejudicando a nossa saúde. Todo o tipo de alimento hoje consumido assim, de forma à vontade, sem controle, muitos alimentos fazem mal à saúde. (...)A população, de modo geral, pouca gente tem conhecimento de qual é o alimento que é bom pra ele consumir, a forma correta das quantidades de alimento, que tipo de alimento que não faça tanto mal à saúde.” (L – residente há 18 anos)

“Acho que hoje em dia é tudo muito porcaria. Antigamente era coisa mais natural. Eu vejo pelas crianças, pelas minhas crianças... Por exemplo, a época da mãe, a mãe dava mais fruta pra gente, era mais arroz, feijão, salada. Hoje não, é mais bolacha, é pão, é *cheese-salada*, salgadinho...Hoje em dia não é nada bom!” (R – residente há 15 anos)

“Saudável é fruta, é no lugar de você comer um pão, comer uma banana, né? É tão baratinho uma banana, né? Comer uma banana, uma maçãzinha, um leite...As pessoas não comem isso, porque eu acho que já é de praxe, né como se diz. Você chega numa casa: então o café da manhã tem que ser pão, doce, margarina e acabou. É assim. Eu pelo menos, acho que café da manhã, a primeira alimentação sua tem que ser bem saudável. Você não tem que sair de casa com a barriga...[gestual de desconforto], né? Então eu acho que é uma questão de costume mesmo.” (N – residente há 36 anos)

Os significados percebidos a respeito da relação entre alimentação e saúde se constroem a partir de escolhas codificadas na dimensão coletiva, conformando-se como um dos domínios da ideologia alimentar dos diversos grupos sociais. Os conteúdos aprendidos socialmente, revelam que a saúde a partir da alimentação perpassa valores da segurança de saciedade pela existência de abundância de comida, bem como do que é considerado como básico e está disponível, no sentido da viabilidade do acesso econômico na dimensão familiar.

A idéia de “comer o que se tem” também diz respeito à valoração da comida produzida em casa. Nesse sentido, envolve a dimensão do hábito construído a partir da possibilidade de auto-produção nos espaços do entorno doméstico (hortas e árvores frutíferas), uma prática historicamente viável à população local até os anos de 1970. A partir desse costume, a variedade tende a figurar como característica considerada e inerente à alimentação saudável, sendo significativamente representada pela incorporação de frutas e verduras à base alimentar composta pela tríade arroz, feijão e carne. Este sentido dá ao

significado daqueles alimentos o *status* de “recomendado”, ou seja, de impacto positivo à saúde:

“Aqui em casa é assim, o que a gente faz é bastante, mas nem sempre tem variedade, né? Se você faz a carne, é bastante. Se faz abóbora, é bastante, se faz pepino ou a beterraba, é bastante. Se faz aquilo que tem. O que eu aprendi, seria o arroz, o feijão, né, que é o principal, daí a carne e uma salada. E, né, a gente sempre tem uma fruta, de manhã é o pão, leite e margarina, quando pode tem um queijo, quando não pode... né? Só pode se a gente compra, né, se dá pra comprar. Mas acho que o principal, que sempre eu tento... que eu acho que é, é o arroz, o feijão, a verdura, né, e a carne, isso aí é porque não sei se é tão saudável, mas é que aqui em casa é hábito, né?. Se eu comer uma comida mais seca, uma farinha, uma gordura...pra mim já não é saudável, sabe? Uma verdura: a abóbora, se eu tiver com azia e eu comer uma abóbora, passa. Então eu acho assim, sabe? Agora já tipo, gosto de um jiló, gosto de quiabo....” **(D – residente há 15 anos)**

“Acho que assim, o povo, a gente assim aprendeu que é o que tem disponível, é o alimento básico: é o arroz, o feijão, a carne... Mas eu acho que muita gente perdeu o hábito de comer, de consumir verduras e legumes, por uma série de razões, devido às vezes até o custo ser um pouco elevado. Então, a gente precisa de reformular esse hábito de alimentação e consumir, procurar consumir realmente aquilo que é o mais recomendado, o que faz menos mal pra saúde. Então a gente, o alimento que a gente mais consome em casa é o arroz, o feijão, o macarrão... é a carne e legumes também, verdura, legumes...que é mais saudável, né?” **(L – residente há 18 anos)**

É temática de discussão atual, a inserção de conteúdos do discurso científico à construção sócio-cultural das práticas alimentares (DIEZ GARCIA, 2000; POULAIN e PROENÇA, 2003). Reflete-se nesta questão, um conflito de temporalidades diferenciais entre o acelerado desenvolvimento científico e a produção da cultura alimentar, dada na experiência do tempo histórico. Ou seja, na condicionante da ascensão e queda das teorias relativas ao processo saúde-doença o discurso científico, tendo como principais agentes os profissionais da área da saúde, dinamiza as referências sobre qual deve ser a alimentação capaz de manter o estado de saúde a partir do tempo da ciência, na velocidade de suas descobertas.

Guivant (*op. cit.*, p. 91-94) reflete ainda, sobre a existência de uma falta de consenso no próprio meio científico, sobre os riscos referentes à relação alimentos-saúde. Essa situação, não só estimula incertezas entre os consumidores como fragiliza a confiabilidade relativa às informações científicas e às instituições que as emitem. Numa sociedade operacionalizada mediante os meios técnico e informacional, o ponto central desse conflito entre o discurso comum e o dos peritos, se situa na contradição entre as informações largamente difundidas nos diversos meios de comunicação e as produzidas pelos profissionais de saúde, como também, na acelerada reorganização do conhecimento relativo à saúde a partir das constantes descobertas da ciência médica.

Fica reforçado assim, o contexto da insegurança alimentar pela incerteza advinda tanto das funções e efeitos dos alimentos sobre o organismo, quanto aos riscos à saúde veiculados pelos modelos e processos tecnológicos de produção alimentar.

Tal insegurança, no limite, conduz ao conflito experienciado cotidianamente, entre a idealização a respeito da alimentação saudável e as escolhas alimentares concretas, destinadas ao consumo. Ao mesmo tempo em que a mídia veicula o estímulo ao consumo de frutas e verduras como alimentos consoantes a um estilo de vida e de práticas alimentares promotores de saúde, contraditoriamente à significação de “saudável”, tais alimentos, na razão direta de seu acesso mediado pelo mercado, sofrem uma desconstrução de valor, passando a ser percebidos como catalisadores de risco. Este, é socialmente representado principalmente pelos “venenos” empregados no seu processo produtivo ou por componentes pertencentes ao universo do desconhecido, o que remete à incapacidade de juízo e de estimativa da magnitude dos danos à saúde que tais alimentos podem provocar:

“Como principalmente banana. Às vezes é um pedacinho só de outras [frutas], mas é aquele negócio: você já não aprecia, porque as frutas que se compra já não têm mais gosto, acho que por causa dos venenos que põem. A maçã que era cheirosa já não cheira mais, o pêssego era cheiroso e já não cheira mais .. não tem sabor. Essas nectarinas que foi inventada há uns vinte anos, antigamente não existia. Foi o casamento da ameixa com o pêssego, de enxerto. São coisas que não existiam. Muita coisa dessas não existiam.” (T – residente há 44 anos)

“...Ou uma salada, também você nem sabe o que você come. Daí você vai no mercado e pega um tomate lindo, maravilhoso, chega lá e abre ele, ele não tem... só tem um nada dentro. Então acho que mudou muito a qualidade de tudo e a gente não sabe o que tá comendo.” (N – residente há 36 anos)

Com isso, discute-se que o nível de satisfação das necessidades biológicas do homem em termos de sua nutrição sofre variações quali-quantitativas entre as sociedades. São definições do plano cultural e também distinções sociais as escolhas relativas ao que é comestível ou não entre os grupos humanos. Sabe-se entretanto, no sentido comum, que as preferências por determinados alimentos ou preparações culinárias se dão muito mais pelo paladar e até pelo hábito e por sua capacidade de proporcionar saciedade do que por qualquer suposição acerca de seu valor nutricional. Os alimentos de sabor doce constituem uma preferência inata, ao contrário dos amargos e também os que são familiares e varas vezes experimentados possuem maior chance de aceitabilidade (FISCHLER, *op. cit.*, p. 28)

Romo e Castillo (*op. cit.*, p. 14) comentam que nas discussões que inter-relacionam as questões de saúde-doença e cultura, as práticas alimentares e a nutrição remetem a encadeamentos com campos simbólicos diversos. Numa perspectiva antropológica são analisadas as percepções e representações sociais sobre saúde e enfermidades, a imagem e a estética corporal, o prazer alimentar e a alimentação nas relações interpessoais, enfatizando que todos estes processos são portadores de profundos componentes sócio-culturais.

Assim, enquanto os princípios gastronômicos, culinários, simbólicos, entre outros caracterizadores da conveniência de determinadas práticas alimentares, devem ser situados como conteúdos das normas sociais que estabelecem regras de conduta amplamente seguidas em dada sociedade ou grupo social, há que se considerar a influência de um outro tipo de regulação: a “norma dietética”, que tem como agente o discurso da ciência médica (POULAIN e PROENÇA, 2003).

A Nutrição como disciplina médica tem sua origem , especialmente no contexto norte-americano do final do século XIX, ligada a estratégias de integração social de diversos grupos sociais, dentre os quais, as populações migrantes e minorias étnicas (LEVENSTEIN¹⁴³ *apud* FISCHLER, *op. cit.*, p. 319-320).

No contexto nacional, os anos de 1930 representam o marco do “lançamento das bases científicas da alimentação racional”, dando início ao delineamento do objeto e do modelo científico da Nutrição. Destaca-se que, com referência ao estatuto de ciência por ela adquirido no foco da fisiologia e da biologia experimental dos alimentos e da análise das carências nutricionais, a partir da Primeira Guerra Mundial, fundamentaram-se as justificativas para a eleição do problema brasileiro “fome e subalimentação” como objeto de investigação. Caracterizado como fato social complexo, as bases da biossociologia, na interface do método fisiológico com o geográfico, constituíram primordialmente a especificidade da Nutrição como ciência em construção. Entretanto, historicamente foi-se consolidando um interesse dirigido aos processos patológicos em franca necessidade de resolução no país, a partir de interesses de múltiplas dimensões. Na gradativa incorporação da Nutrição à ciência médica, fortaleceu-se a perspectiva da racionalidade alimentar e justificou-se as medidas de educação, num movimento de oposição à má nutrição

¹⁴³ LEVENSTEIN, H. **Revolution at the table. The transformation of the American diet.** New York : Oxford University Press, 1988.

populacional (LIMA, 1997, p. 11-18), o que tem repercussões, até o momento atual, tanto no discurso científico como na prática social deste saber.

Pode-se dizer que a norma dietética tem tido uma influência marcante na regulação do comportamento alimentar contemporâneo a ponto de ser discutida uma tendência de subversão da culinária à ordem terapêutica, à medida da expansão, em termos populacionais, da magnitude das doenças relacionadas à alimentação (DIEZ GARCIA, 2000, p. 13).

“Comida com fibra...Eu como tudo com fibra. Pão a gente não come pão branco, a gente come broa integral, né, com fibras.... Minha intenção é procurar alguma coisa que eu possa intercalar dentro da minha alimentação, apesar de que o arroz já é integral, já tem tudo isso, né. Mas pra gente comer mais ‘cem por cento integral’, alguma coisa que eu possa colocar junto com o arroz que contenha fibra. Eu to pensando em comprar, eu não sei se isso funciona, porque eu vi entrevista, vi o pesquisador, né, é aquela farinha de maracujá. Agora não sei se isso tá funcionando... Ela pode também ajudar no triglicerídio, que eu também tenho alto. Porque eu não conhecia nada, mas graças a Nutrição, o que eu fiz, fui ler livros, fiz pesquisa, que eu sei que tudo o que você come vira açúcar, gorduras vira açúcar, né? É inacreditável que alto teor de gordura faz alto teor de açúcar! Eu vou muito atrás de informação...” (R – residente há 36 anos)

O componente de normatização alimentar dietética parece ter sua capacidade de modulação das práticas alimentares condicionada à percepção social de um outro tipo de relação, que vincula a alimentação à ocorrência de certos tipos de doença.

“Problemas de saúde ligados à comida tem sim, tem pessoas que elas não sabem que não podem isso, que não podem aquilo, que tem problema de diabetes, e comem muito doce, comem muita bobeira e então é isso... Acho que deveria ter assim, uma orientação melhor pras pessoas sobre alimentação. Ta tendo assim esse tipo de problemas porque as pessoas não se alimentam corretamente, da maneira que deve ser, né?...”(V–residente há 6 anos)

“ Eu me lembro que quando a gente era criança, não tinha esse negócio de diarreia, de ficar doente, de minha mãe se preocupar. Nós não tínhamos isso. Dificilmente se ficava doente. Hoje não, hoje, você vê, a maioria das crianças que eu vejo sempre tem um problema. E eu acho assim que é a má alimentação da pessoa. Não saber o que se come, não saber o porquê e o que vai fazer com o teu organismo. Acho isso importante!” (N –residente há 36 anos)

Fischler (*op. cit.*, p. 319) destaca a associação etimológica dos termos “razão” e “ração”, sendo este último, vocábulo de origem militar¹⁴⁴ cujo significado diz respeito à uma determinada quantia alimentar fixada ao indivíduo para viver e subsistir a cada dia. Ou seja, a racionalidade está inserida na dimensão alimentar não somente com o propósito de otimizar seu custo-benefício, como também de consolidar a maximização de seu controle.

¹⁴⁴ O autor se refere a FURETIÈRE, *Dictionnaire universel*, 1690.

Carrasco¹⁴⁵, mencionado por Diez Garcia (2000, p. 14) concebe o termo “racionalidade dietética”, à capacidade dos sujeitos em lidar no campo das práticas alimentares individuais, com “o que se deve comer”.

A partir desse conceito, considera-se que a gestão cotidiana deste controle remete à discussão sobre as representações e as práticas sociais que dizem respeito à relação entre a comida e à saúde-doença.

A alimentação como fato social manifesta-se na mediação de dois pólos sinérgicos, onde de um lado as práticas correspondem às ações efetivamente realizadas pelos sujeitos em termos do consumo alimentar e de outro, as representações, os discursos que lhes são associados e que atuam como determinantes, moduladores ou justificativa às práticas (POULAIN; PROENÇA, 2003).

Menéndez (1998, p. 93), ao referir-se às práticas, entende que essas não necessariamente são idênticas às representações e sim, "uma variedade de sintetização/seleção das representações em função da ação". Desse modo, tem-se que o processo saúde-doença, bem como a sua atenção, deve ser entendido como uma construção social, onde o perfil epidemiológico dos conjuntos sociais vai-se construindo mediante uma síntese de concepções e práticas provenientes de diferentes saberes.

Nesse sentido, Acioli (2001, p. 162) considera a existência de singularidades que imprimem vários sentidos às práticas entre sujeitos de um mesmo grupo social. Tal dimensão requer a percepção sobre seu conteúdo manifesto ou interiorizado, especialmente no campo do processo saúde-doença. Com base nas discussões da autora a partir da referência de Certeau¹⁴⁶, dentro das concepções do presente estudo, aproxima-se os conceitos de “tática” e “estratégia” ao campo da saúde, especificamente no foco da questão alimentar-nutricional.

Assim, identifica-se a presença de táticas em práticas alimentares dos sujeitos que se dirigem a ações promotoras da própria saúde, oportunizadas por ocasiões em que a racionalidade dietética entra em consenso com o fator econômico. Ou seja, podem ser evidenciadas no cotidiano, a adoção de atitudes frente a alimentação no sentido de “se sentir saudável”:

¹⁴⁵ CARRASCO, S. Cultura, alimentación y salud: una propuesta de análisis metodológico. In: MEDINA, X. (ed.) **La alimentación mediterránea** – historia, cultura, nutrición. Barcelona : Icaria Antrazyt, 1996, p. 377-383

¹⁴⁶ CERTEAU, M. de **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 7 ed. Petrópolis : Vozes, 1994

“A carne pra cozinhar já não compro a costela porque ela tem muita gordura e aquela gordura vai pro mal e aí a gente já compra o músculo, que é uma carne mais assim... [referindo-se ao menos teor de gordura como benefício à saúde] e quando vai ver, não é cara”(D – residente há 15 anos)

Ressalta-se como característica essencial das estratégias, o fato de poderem ser vislumbradas como possibilidade de ação mais autônoma, que incorpora o saber próprio, da experiência histórico-social na gestão cotidiana da promoção da saúde mediada pela alimentação, com uma exterioridade distinta, proveniente da normatização médica. Muitas vezes, a comprovação da longevidade ou da melhora do problema como processo vivenciado no âmbito familiar, é fonte legitimadora de táticas que se contrapõem àquela lógica dietética institucionalizada:

“Dizem que o azeite não deixa dar colesterol, né? Pois eu sempre comi banha e eu não tenho colesterol e não tenho diabetes, não tenho nada. E o meu pai também [falecido, aos 103 anos], o médico só foi dar esses remédios pro coração, pra pressão uns dois meses antes dele morrer. E eu ainda como com banha. Ah... eu preparo o feijão: primeiro com azeite, depois tem que ter um pouquinho de banha, bastante alho, cebolinha, né, daí fica gostosinho! E polenta, se eu vou fazer, faço com a banha. E como eu tava dizendo, eu não tenho colesterol, não tenho diabetes... Só tomo remédio pra pressão. Também com a idade, né, também sobe um pouquinho, mas só faz um ano agora, que eu to começando a tomar remédio pra pressão, porque antes disso nunca tinha tomado, né? Meu pai sempre cozinhou com banha e tudo e nunca tomou remédio nem pro coração! Só tomou porque a pressão dele tava alterada, né? ” (H – residente há 67 anos)

“Nós tomava leite de égua quando dava tosse comprida. Então a vizinha tinha uma égua lá, então nós conversava e ia andava uns quilômetros à pé e ia buscar, quando dava tosse comprida... São coisas que éramos feliz e não sabia... Quando se batia e doía, se tomava a arnica, garrafada de arnica no álcool pra passar se você se machucava ou então tomava com água pra passar a dor de dente ... Eu não sei se era fé ou... só sei que tirava [a dor]. E não tinha tanto problema assim...” (T – residente há 44 anos)

Nesse mesmo direcionamento conceitual, se pode considerar que a noção da relação entre alimentação e a causalidade de certos tipos de doença tende a imprimir uma racionalidade dietética preventiva, norteadora das práticas cotidianas:

“ ‘Enxertado’, assim, tipo lingüiça, chouriço, vina , enlatado... isso não pode fazer bem, né? Com esses caso de colesterol aí...Então não se come” (A – residente há 12 anos)

“Hoje, pelo menos, a gente se preocupa com a lavagem das mãos, com a maneira que você lava [alimentos], com o que você vai lavar, onde vai colocar o teu alimento, manter ele sempre tampadinho... Hoje você se preocupa mais com isso. Antigamente não, você não pensava no mal que podia fazer. Então era lavar assim e acabou. Hoje a gente já se preocupa mais com a qualidade. Principalmente de fruta, do que você vai comer, se é boa qualidade... É tanta coisa que pode estar dentro dos alimentos, né?...” (N – residente há 36 anos)

“A gente não faz regime, a gente procura é, comer mais o que não ‘dá’ muito colesterol. Lá em casa se come muito ovo, então isso a gente tá cortando, porque ovo é um ‘veneno’ para o colesterol né? Como minha mãe gosta muito de ovo, tenho uma filha que adora ovo e se deixar ela come uma dúzia sozinha, então a gente já tá diminuindo isso né, então a gente já não usa muito ovo. ...” (S – residente há 51 anos)

“Pra mim, pro meu filho e pro meu marido eu faço muito chá. Eu faço chá de melissa, faço chá de hortelã, de capim limão ... aquele ‘alevante’, né, tipo aquela erva forte. Eu planto lá em casa, o hortelã. Eu uso então, pra evitar a pressão alta, né? Pra acalmar, pra dar sono...” (Y – residente há 19 anos)

Ao contrário, a experiência da doença, gera uma racionalidade dietética de caráter terapêutico, compensadora dos impactos biológicos dados a partir da instalação da enfermidade. Essas práticas, no que concerne à alimentação, ora se realizam sob a forma de ações táticas, ora estratégicas. No último caso, quando da vigência da enfermidade, é reconhecida invariavelmente a busca de solução a partir da orientação médica, uma vez que o modelo assistencial tem a doença, ou o estado patológico como centralidade de organização e de oferta de serviços.

Nesse sentido, as estratégias alimentares se desenvolvem a partir de ações pautadas em um nexos externo, estruturado no discurso e na prática médica institucionalizada nos equipamentos de saúde e que são consentidos à medida que se dirigem ao enfrentamento do problema vivido.

“A gente usa fruta, verdura muito, e por causa da mãe também, por causa do colesterol dela né. Então agente usa muita verdura, usa muita fruta, beterraba, coco...essas coisas que é recomendado” (S – residente há 51 anos)

“Comida de domingo na minha casa sempre foi churrasco. Mas depois que o colesterol subiu... daí é só frango, peixe.” (R – residente há 36 anos)

No entanto, embora seja socialmente reconhecido que a cura se refere ao “espaço do médico” (ACIOLI, *op. cit.*, p. 164) as ações para combater a enfermidade a partir da alimentação – e não da medicalização, parecem sustentar a expectativa da reversão do quadro patológico. Nesse sentido, à referência da medicina hipocrática, o alimento assume a significação de medicamento, consolidando uma prática terapêutica, ainda que assumida informalmente, como uma operação estratégica, que burla a legitimidade da estrutura do conhecimento médico, ou funciona em complementação a este. A adoção de atitudes voltadas à atividade física são computadas nesse contexto como táticas, que simbolizam uma decisão de aproveitar as ações cotidianas como ocasião para propiciar cuidado à saúde:

“Eu tenho pressão alta Ah.. eu uso remédio que eu pego lá no postinho [referindo-se à Unidade de Saúde].... Agora eu tinha colesterol, mas sabe porque que eu sarei? Com folha de alcachofra. Fiz o chá de alcachofra e tomei durante doze dias. Quando fui lá [referindo-se ao serviço de saúde] e o cara tirou o meu sangue, leu e tava ótimo. Nunca mais voltou. De vez em quando que eu controlo. Não precisa nem tomar muito amargo, porque ela é bem amarga. E aí a gordura que eu tinha, porque eu tava com 78 quilos, agora eu to com 59. E eu não fico sem comer! Eu como de tudo. E continuo andando bastante... mesma coisa. E agora ainda pego a bicicleta e vou lá pra São José [referindo-se ao município vizinho] de bicicleta. Eles falam ‘andarilha’ pra mim, porque eu ando muito a pé. Faço tudo a pé.” **(H – residente há 67 anos)**

“A gente já usa mais é, comprar as coisas que não ‘subam’ muito o colesterol, por causa da mãe e das minhas duas irmãs né que têm pressão alta né? A gente tá usando essa farinha da multimistura, nós tamo usando pra mãe, isso, e a gente tá usando também a soja. Eu tive uns cursos de soja aí, eu participei, então a gente tá fazendo coisas com soja pra mãe... Leite [de soja], tá fazendo bolinho de soja, tá usando assim muito a soja, pra ela é bom. A gente tá colocando uma colherinha na comida pra ela. A sopa que a gente faz, a gente coloca uma colherinha da multimistura e dá pra ela. Porque ela emagreceu muito, sabe? Ela era bem gorda e emagreceu demais.” **(S – residente há 51 anos)**

“Eles evitam açúcar muito, né, o doce, o sal, a gordura... Tomam bastante leite, tomam bastante chá. E fazem umas coisas assim que ajude.. Eu vejo muito eles pegando aquela casca do maracujá, né, depois deixa no sol, torra ele e mói e toma uma ou duas colherinha desse por dia eles usam, pro diabetes. Pega a casca do maracujá, deixa alguns dias no sol, depois coloca ele no forno e torra. Depois faz ele virar uma farinha, um pó... daí eles usam no dia-a-dia. Nós tamos usando pro meu sobrinho que ele é diabético, tem cinco anos e usa insulina duas vezes por dia. Daí a comida dele é toda diferente das outras crianças.” **(V – residente há 6 anos)**

Ainda em outro sentido da relação alimentação-saúde, discute-se a simbologia da restrição, inerente ao esquema da “dieta” como manejo clínico das doenças de caráter crônico e que conduz à autoridade médica o controle desta prescrição a partir do monitoramento bioquímico, por exames laboratoriais (DIEZ GARCIA, 2000, p. 14-15), como instrumentos de juízo do sucesso ou não da submissão à norma terapêutica formal.

Em se tratando de processos permanentes, as enfermidades crônicas ligadas à alimentação requerem um esforço de tolerância, posto que imprimem mudanças significativas ao curso da normalidade cotidiana, impostas pela racionalidade que se opõe ao gosto em se alimentar.

“...Depois que eu tirei a minha vesícula, tudo o que eu como me faz mal. Gordura então, se eu comer uma coxinha ou um pastel eu tô perdida, sabe? Aí eu faço chá de boldo, porque me dá muita dor de cabeça... Toda vida eu tive. E gordura, né, quando eu tirei a vesícula, estourou tudo essa parte da vesícula então o médico disse que tava prejudicando os outros órgãos, né? Então tudo isso faz mal, né? E eu tenho problema de colesterol e pressão. Mas eu sou muito gulosa... Eu não consigo fazer regime!” **(G – residente há 60 anos)**

Esse processo estimula novas táticas e estratégias simultâneas, modos de fazer operacionados como oportunidade de resgate do prazer mediado pelo alimento como

sustentação da vida em outras dimensões, que não à exclusivamente fisiológica. Taticamente, na gestão do auto-cuidado, pode-se tirar proveito de situações que oportunizam o ganho efêmero do prazer alimentar. Estrategicamente, recorre-se a operações complementares próprias que se mesclam ao cuidado medicalizado da doença:

“Eu procuro me cuidar, não como doce... procuro não fazer, é difícil fazer. Se como é só pra provar, não é assim aquela coisa de comer e passar mal. E eu faço o controle direitinho, até amanhã tenho que ir no ‘postinho’ [Unidade de Saúde local]. Amanhã é dia de passar ali pra fazer avaliação e eu me cuido. É o frango sem a pele, a carne magra, leite desnatado, adoçante, sabe? Eu evito o máximo... O pãozinho francês eu tiro o miolo, se não eu como o integral, sabe, eu cuido bastante. Frutas assim bastante, bastante líquido... chá... eu levanto cedo e faço uma caneca e tomo aquele chá ‘assim por água’. Eu ponho carqueja, folha de amora, que amora é bom, né?. Aí coloco muitas vezes aquele chazinho assim que vem no pacotinho...Então eu pego um punhadinho, um pouquinho de cada e ponho numa caneca grande assim, ferve e tomo ele o dia inteiro, que nem água. Então é bom, porque ele é diurético, ele é depurativo do sangue, é um monte de coisa que ele faz...Eu tomo 4 comprimidos de ‘Daonil®’ [hipoglicemiante oral]. Agora que eu to diminuindo, to tomando um só de manhã e um antes do almoço, e muitas vezes à noite eu não tomo. Já tá bem ‘reguladinho’ [controle glicêmico] e se eu começo a tomar muito ele eu sinto dor aqui assim.” **(B –residente há 18 anos)**

Conforme Certeau (*op. cit.*, p. 47) enfatiza, “as táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição”.

No contexto das pressões sociais relativas ao apelo à estética corporal - como um campo significativo da problemática nutricional contemporânea à medida que as sociedades modernas tem-se convertido em “sociedades lipófobas”¹⁴⁷ - evidencia-se um terreno fértil de operações táticas, verdadeiras artimanhas, ou bricolagens de conteúdos normatizadores dos padrões socialmente impostos àqueles viáveis à condição de vida e, que contabilizam nada mais que a sensação de oportunidade de pertença a um espaço elitizado, a um grupo que acessa as tecnologias médicas mercantilizadas como solução rápida em oposição ao esforço sacrificial da privação alimentar:

“A maioria que eu conheço é tudo fórmula [referindo-se ao uso de remédios formulados para emagrecimento pelas mulheres]! Eu, né, já sou gordinha, e daí elas dizem: ‘Ah... Vai no ‘Doutor Tal’ lá que ele faz uma fórmula boa. Oitenta reais e você vai ver que você vai emagrecer! Em um mês você tá ó...[referindo-se ao sucesso em termos de perda de peso] Você vai estar muito bem. Eu te vendo a metade, você vai ficar bem magrinha!’ Aí eu falo: ‘Faça bom proveito, obrigado!’Elas vendem a metade dos comprimidos da fórmula e toma a outra metade, porque é caro. Fala que daí a gente só toma um [comprimido] por dia, no

¹⁴⁷ Conforme termo de Claude Fischler (1995, p. 297), para designar a hegemonia cultural contemporânea, veiculada pelas mídias voltadas às massas, produtora desenfreada da imagem de corpos esbeltos como ideal estético.

lugar de tomar dois. É interessante, né? E é fórmula de medicamento.. Tem até ‘Diazepan®’, tem de tudo, né? Imagina eu! Eu tenho problema de asma, né, então não tomo medicamento, tenho medo de tudo, pode dar reação, né? E com criança também... Gordinho é uma criança doente, também... Não tanto, mas tem crianças, né que comem, comem e depois vem, estão uma ‘bola’ de criança. Têm até problema cardíaco assim, desde pequenininho... Então, depois ela [mãe] quer que a criança emagreça. Aí vai lá e querem dar uma fórmula pra criança! Eu conheço gente assim: ‘Ele tá gordinho, vou mandar fazer uma fórmula!’ Meu Deus! Daí a pessoa fica magra, magra, magra... Daí não, agora tá doente! E daí elas dizem: ‘Vamos voltar lá [referindo-se a uma nova consulta médica]!’ ” (N – residente há 36 anos)

Certeau (*op. cit.*, p. 92-94) salienta que a exemplo dos estilos literários, também se pode distinguir “maneiras de fazer” cujos “estilos de ação” intervêm num campo que os regula num primeiro nível por um dado sistema (de informação, de comércio), mas inserindo neste uma maneira de oportunização, que obedece a outras regras, o que constitui um segundo nível. Este, imbricado no primeiro, insinua no sistema imposto ações portadoras de inventividade própria e que “organizam em surdina o trabalho do consumo”. Assim, diante de uma produção racionalizada, se posta outra diversa, um consumo permeado de astúcias, que se fragmenta conforme a ocasião e que se apresenta como “piratarias”, como “clandestinidades” quase invisíveis, posto que não possuem lugar próprio, mas que representam uma arte de utilizar aquilo que é socialmente imposto.

Cabe inserir no plano dessa discussão, a dimensão moral que a alimentação comporta, sendo que as escolhas e os comportamentos alimentares em sua submissão a diferentes normas sofrem aprovação mediante valores de juízo. Nesse caso, o açúcar pode ser considerado como uma questão alimentar típica, em virtude de seu indissociável vínculo ao prazer, que possui razões biológicas comuns à maior parte dos mamíferos, por representar uma fonte calórica rapidamente mobilizável. Entretanto, a sociedade ocidental tem estado em alerta quanto ao seu consumo excessivo, propiciado pela industrialização, que a partir do século XIX o torna um gênero alimentício de primeira necessidade. Na mesma direção, tem-se enfatizado estratégias para a diminuição do consumo de alimentos gordurosos, na centralidade dos efeitos cardiovasculares nefastos a partir do colesterol (FISCHLER, *op. cit.*, p. 267-268 e p. 315).

Assim, as representações sociais sobre a alimentação submetidas à orientação por diferentes matrizes instauram um dilema entre o agrado ao paladar e a disciplina no comer para regular a saúde do corpo (DIEZ GARCIA, 1997, p. 457). Inaugurado mediante a incorporação de elementos do discurso científico, há na prática cotidiana um modo

diferencial de relação com a comida, que revela não somente ambigüidades quanto ao prazer em oposição ao controle, mas também quanto ao *status* diferencial entre alimentos elaborados no plano doméstico e os produzidos industrialmente:

“Ah... a pessoa se encher de doce, dessas bolachas recheadas, salgadinhos... Eu não deixo meus filhos comerem esses salgadinhos! ... Comer demais e comer muita comida, né? Às vezes a pessoa tá com fome e enche um prato desse tamanho e ó, manda ver! Eu acho isso errado também! E eu faço muito grão de bico que eu gosto. Eu cozinho ele, só que aí já tá errado, né, porque eu faço ele com costelinha. Costelinha defumadinha. O certo é não comer, né? Mas não é sempre, né?.” (N – residente há 36 anos)

“Ah... hoje a gente já tem preguiça de trabalhar [risos]. De tanto que já trabalhou, né, quando tinha os filhos pequenos, porque eu tinha cinco. Nossa! Então agora é fugir da raia, né? Hoje eu sou tão gulosa, vivo comendo, queria ser magrinha, mas como tudo o que aparecer!... Eu sou gulosa porque quero tudo o que é coisa boa e que não pode comer, né? Se os ‘olhão’ vê, a boca já quer... É salgadinho que eu como, mas aquele de pacotinho [industrializado] não!.. É mais coxinha, empadinha, pizza. Eu compro, mas eu evito.. Se eu fizer, daí sim... come muito e daí... [referindo-se a conseqüências indesejáveis]. Mas eu não sou de comer muita coisa não.” (G – residente há 60 anos)

“O que causa mal estar,... ah, tipo assim, lingüiça, ‘coisa de lata’ [produtos enlatados], que aqui também não se usa muito. A gente não usa, porque eu não acho bom! Esses produtos comprados, refrigerantes, essas coisas assim... Eu já penso assim... Poxa, eu até gosto que meus filhos podem dar esse conforto pra eles [netos], né, mas meus meninos [filhos] não... meus meninos não foi criado assim... Era laranja, melancia, mamão, né, manga, coisas assim da casa... Igual... acho muito bonito isso aí, gosto que eles fazem, mas os meus... um chocolate, eu nem sabia. Na Páscoa e olhe lá! Pra eles era docinho de bala e doce feito em casa: era de mamão, abóbora, era o doce da laranja, né? Então, era coisas assim ... Bala, a gente fazia aqueles ‘puxa de açúcar’ e pingava na água, né, fazia as bala pra eles, nem se comprava...” (D – residente há 15 anos)

É preciso ressaltar, na abordagem das estratégias e táticas alimentares a sua dimensão como conteúdos de práticas de saúde. Como práticas, remetem à operacionalização de ações, que têm um espaço de realização. Nesse caso específico, apesar de sua interface com práticas médicas dadas no espaço institucionalizado, as análises apresentadas referentes às práticas alimentares de orientação terapêutica se referem basicamente ao espaço privado, do ambiente doméstico, concebido como lugar apropriado, condição fundamental à operação estratégica. Quanto às táticas, são permeadas pelo espaço do outro, na oportunidade de tirar partido de forças estranhas, o que remete a ações partilhadas entre a vizinhança, o comércio, os espaços públicos e o dos serviços de saúde.

Em suma, uma racionalização em relação à comida implica: na incorporação de procedimentos que requerem conhecimentos específicos relativos às propriedades funcionais dos alimentos e seu impacto metabólico; na capacidade de escolha e acesso

alimentar com base nesses critérios, mas, principalmente, na sublimação do sentido da alimentação voltado ao prazer.

Representa o controle disciplinar do corpo mediado pela comida, pautado no apelo do discurso da ciências médicas sustentado pela ameaça da doença (DIEZ GARCIA, 2000, p. 14) ou de seu agravamento, com complicações funcionais orgânicas. Do ponto de vista social, isso representa alterações em termos dos sistemas culinários, das estruturas culturais do gosto, de práticas sociais repletas de significações que são interiorizadas pelos sujeitos em sua experiência histórica, o que remete a uma complexidade notável e que possui interfaces com a bioética (FISCHLER, *op. cit.*, p. 321).

Pode-se dizer então, num resgate às proposições de Demo (*op. cit.*, p. 24), apresentadas no início dessa discussão, que a qualidade como conteúdo da dimensão da vida, é a conquista, mediada pelas bases materiais das potencialidades próprias, da capacidade de autodeterminação, como exercício de competência política.

Nessa mesma direção, a partir das concepções de Certeau, pode-se considerar que as operações táticas e estratégicas alimentares dos sujeitos, como conteúdos da inventividade humana requerida à gestão da vida cotidiana estão revestidas dessa dimensão política, ao representarem artimanhas individuais ou coletivas, de grupos sociais, para a obtenção da base material primordial à conquista da qualidade de vida. Essa, em sua inserção na dimensão da saúde, vincula a vitalidade do corpo como aptidão para o trabalho, categoria que catalisa ciclicamente o significado da pertença ao mundo da atividade, das inter-relações entre a sociedade e a natureza, donde se produz capacidade de provimento para a realização e a reprodução da vida.

Numa reflexão crítica da ciência da Nutrição, a partir da concepção de que o ser biológico é inaugurado em sua existência psico-social, Diez Garcia (1992, p. 72) aponta que “a abordagem do nutriente em detrimento da compreensão do universo do comer e da comida é uma tendência reducionista utilizada para enquadrar a nutrição nas ciências biológicas”. Nesta condição seu enfoque se dirige ao contexto da abordagem clínica das ciências médicas tradicionais, centrada na enfermidade, onde o nutriente como elemento de causalidade é reduzido da alimentação ou a ela acrescentado, no sentido de medicamento.

Com isso, se ratifica a exigência do diálogo interdisciplinar pautado pela questão alimentar-nutricional nas sociedades e em seus grupos específicos, considerando como

condição de validade científica, a complexa trama de construções culturais tecida nas experiências histórica e social e, mais que isso, as incertezas desse conteúdo no cotidiano vivido, gestadas nas contradições da realidade concreta.

III.3.2 Hipertensão arterial e nutrição: um ensaio de abordagem da relação espaço-saúde

As condições de nutrição dos sujeitos no contexto das sociedades têm sido tradicionalmente tratadas sob o olhar epidemiológico quantitativo, evidenciando especialmente a sua tendência evolutiva temporal como uma manifestação da qualidade de vida em diferentes territórios.

As justificativas sobre o comportamento complexo e heterogêneo perfil nutricional da população no momento histórico nacional são pautadas no processo de “transição epidemiológica” (CASTRO, 1995, p. 41-45; MONTEIRO et al. 2000, p. 247-255). Apesar de ser reconhecida a multiplicidade de fenômenos, bem como a diversidade de suas naturezas na dinâmica de interações que determinam o estado nutricional humano, as análises referentes à questão geralmente se focalizam em torno de “fatores de causalidade”, tratados muitas vezes de modo setorizado, portanto parcial, e, ao mesmo tempo, voltadas à descoberta de generalizações explicativas, dentro da lógica e legitimação no campo do discurso da ciência moderna tradicional.

Em termos de discussão teórica, Omran¹⁴⁸ foi que primeiro apresentou conceitualmente a transição epidemiológica como um fenômeno caracterizado por “mudanças nos padrões de morbimortalidade [que] tendem a se dar pela substituição da dominância das doenças transmissíveis pelas doenças crônicas e violências”. Este processo é analisado como decorrência de uma exposição dos sujeitos em uma população, tanto aos “riscos tradicionais - ausência de saneamento básico, poluição intradomiciliar e **desnutrição** [grifo nosso]”, quanto aos “riscos modernos - poluição industrial e violência”. Considera-se que esta justaposição de riscos acarretará um maior impacto nas populações pobres uma vez que, mediante tal sobrecarga acabam tendo reduzido o seu potencial de “ascensão social” (DUARTE *et al.*, 2002, p. 13-14).

¹⁴⁸ OMRAN, A. R. The epidemiologic transition a theory of the epidemiology of population change. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, v. 49, n. 4, p. 509-538, 1971.

Quanto a essa concepção, Laurell (1983, p. 143) aponta criticamente que, nas perspectivas tradicionais da doença, está presente um olhar “conformista” sobre o perfil patológico que evolui numa sociedade ao longo do tempo. Não é admitido que “cada sociedade **crie** [grifo nosso] seu próprio perfil patológico”, acreditando-se no desenvolvimento médico como fator diretamente ligado ao prolongamento da vida humana pela erradicação ou minimização das doenças infecciosas, o que “naturalmente” faz surgir outro perfil patológico, o das doenças crônicas.

Desse modo, a relação entre homem e natureza se constrói sobre um antagonismo, que é resolvido mediante uma relação de dominação. A explicação da “transição epidemiológica” se volta muito mais a uma concepção linear e desenvolvimentista da doença na sociedade, que vê a história da doença como simples resultado de forças produtivas relacionadas ao grau de domínio do homem sobre a natureza. Assim, a história da doença limita-se a sua eliminação progressiva em direção a uma aproximação cada vez maior da condição de saúde.

Esta concepção, apesar de reconhecer que há uma história da doença, paradoxalmente não confere caráter histórico e social ao processo saúde-doença. Acredita que a transformação é apenas a eliminação de uma parte da patologia (pela capacidade técnica e também pela capacidade de nutrir a população), que faz aparecer a outra (doenças crônicas).

Ainda a partir desta perspectiva, chama a atenção o caráter de “naturalidade” concedido à desnutrição - extensível aos demais transtornos nutricionais, que no âmbito conceitual da transição epidemiológica figura como um “risco tradicional”, ou seja, uma condição que se espera encontrar e que se caracteriza como um fenômeno que perdura.

Quanto às reflexões da Geografia da Saúde, particularmente quanto a alguns tipos de enfermidades ligadas à nutrição humana que ocorrem de modo intenso em determinados grupos e espaços populacionais, Iñigues Rojas (*op. cit.*, p. 706) destaca a contradição existente com relação ao marco teórico do processo saúde-doença, apontando que ao mesmo tempo em que se aceita a divisão da sociedade em classes, não se dispõe de informação de saúde sistematizada para estas distintas agregações humanas.

Numa outra perspectiva de articulação bio-social, mediante a aproximação da Epidemiologia às ciências sociais, tem-se a partir de Menéndez (*op. cit.*, p. 82) uma

importante reflexão epistemológica a partir da relação daquela ciência com a Antropologia Médica.

Como um dos principais pontos de convergência entre as duas ciências é apontada a suposição da existência de um processo evolutivo na saúde-doença, seja a partir de um modelo de história natural ou de história social, entendendo portanto a enfermidade como um processo; a proposta convergente em termos da prevenção da doença com vistas à limitação dos danos à saúde e, o reconhecimento de que as “condições de vida” estão intimamente relacionadas à causalidade, ao desenvolvimento, ao controle ou à solução dos problemas de saúde (*Idem*, p. 83-85).

Quanto ao último ponto, é colocado que o olhar epidemiológico cada vez mais tem assumido o conceito de “estilo de vida” como importante componente dos processos de adoecer e morrer, envolvendo a análise explicativa desde os processos crônicos até os danos à saúde e à vida a partir da violência social. O autor salienta, entretanto, que a Epidemiologia tende à redução do conceito como uma “conduta de risco” individual ou de um grupo específico, o que acarreta uma verdadeira deturpação de sua origem teórica - advinda da sociologia e da psicanálise¹⁴⁹ - formulada no sentido de produzir uma articulação entre as bases material e ideológica operantes no processo de desenvolvimento das enfermidades.

Assim, na perspectiva médico-antropológica, se vislumbra um marco metodológico diferencial e essencialmente importante à construção analítica acerca da questão alimentar nutricional nas sociedades, já que neste referencial teórico

é o contexto global que é posto em questão por intermédio do estilo de vida. Pensar isoladamente o risco de beber (...) ou de comer determinados alimentos pode ser eficaz para intervir em nível de condutas individuais, mas anula o efeito abrangente do problema (...) Em síntese, se, para a epidemiologia, o estilo de vida representa uma variável a mais, para a antropologia, integra uma forma global de vida, da qual o *risco* [grifo nosso] seria parte constitutiva (*Idem*, p. 84).

Ou seja, mediante essa abordagem o eixo de análise é desfocado do processo patológico mediado por condutas individuais/sociais, numa herança higienista de culpabilidade aos sujeitos, sendo relocado à estrutura sócio-cultural, que considera o conjunto dos processos sociais decisivos não somente à estruturação do fenômeno patológico, como relacionados às representações e práticas dos diferentes conjuntos sociais

¹⁴⁹ COREIL, J. et al. Life-Style. An emergent concept in the sociomedical sciences. *Culture, Medicine and Psychiatric*, n. 9, p. 243-255, 1985.

(do coletivo, do referente à normalidade em relação ao fenômeno específico), como fontes explicativas de sua interpretação.

Ressalta-se que a atitude de compreender seus nexos, se insere numa intenção investigativa voltada à consciência histórica dos processos; que se refere “ao mesmo tempo, ao que é comum, por comparação e ao que é específico, como contribuição peculiar” de cada sujeito e que se reporta ao senso comum como “um saber que se apóia em vivências e não em fundamentações racionalistas”, tendo origem e aperfeiçoamento no contexto do cotidiano (MINAYO, 2002, p. 84-90).

Como já destacado anteriormente, em complementaridade a esta visão compreensiva, não se perde o olhar crítico, que entende o discurso e o fazer das práticas alimentares no contexto da vida cotidiana, permeado pelo caráter ideológico das relações de trabalho e de poder constituídas na sociedade local que se articulam sob a influência de externalidades dadas em outros planos mais gerais (cidade-país-mundo).

Ou seja, o impacto da qualidade da alimentação sobre a saúde dos sujeitos, manifesto como “estado nutricional”, assume as formas diferenciais presentes nas desigualdades territoriais e nas distinções de posição dos mesmos na organização social. Assim, a questão nutricional se insere como campo de análise da “Epidemiologia das Desigualdades”. Nesse sentido, cabe a reflexão acerca dos transtornos nutricionais - especialmente os déficits que caracterizam situações de fome - como uma “desigualdade injusta”, e portanto, uma iniquidade, posto que, por decisão política, é redutível e pode ser evitada¹⁵⁰.

No cenário atual, ainda que a Geografia da Saúde tenha incorporado recursos tecnológicos da informática, ampliando o campo da análise de enfermidades associadas aos lugares a partir da constituição dos sistemas de informação geográfica (MELLO, 1998, p. 13-14), permanece o reconhecimento de lacunas teórico-conceituais quanto à espacialização de certas categorias do campo da saúde pública, requerendo um diálogo consistente com outras disciplinas, dentre as quais, a sociologia, o urbanismo, a cartografia e a antropologia, para uma melhor concretização do potencial analítico georreferenciado (NAJAR e MARQUES, 1998, p. 15).

¹⁵⁰ Os conceitos e diferenciais entre igualdade e equidade em saúde são discutidos em VIANNA, S.G., et al. **Medindo desigualdades em saúde no Brasil**. Uma proposta de monitoramento. Brasília: OPS/OMS/Ipea, 2001, p. 15-19.

Reafirmando essa potencialidade, Iñiguez Rojas (*op. cit.*, p. 703) reflete a partir de Sabroza¹⁵¹, que “no espaço organizado, integrado e profundamente desigual” componente contextual da sociedade contemporânea, a abordagem geográfica representa um importante aporte analítico às morbidades relacionadas à alimentação e nutrição, posto que propicia um olhar “histórico-dinâmico” que se impõe como exigência à compreensão do processo saúde-doença.

A mesma autora ainda resgata ser sugestivo que o prólogo elaborado por Sorre para a edição francesa da Geopolítica da Fome¹⁵² “consignasse que a geografia da alimentação é o capítulo inicial de toda a geografia humana”, alertando que a geografia médica, da alimentação, dos regimes alimentares, da malnutrição e em especial da fome, possuem bases teórico metodológicas capazes de realizar “uma aproximação mais estreita à vida dos homens e à sua saúde” (IÑIGUEZ ROJAS, 2003, p. 11).

Seja no campo das ciências sociais como no das biológicas, destaca-se que as desigualdades e iniquidades sociais, bem como o intenso fenômeno de urbanização da sociedade situam-se em destaque, dentre os processos que mais têm afetado as condições de vida e de saúde da população nas últimas décadas.

No contexto dos modelos de desenvolvimento e das conseqüentes crises econômicas dos países capitalistas periféricos, tem-se presenciado contemporaneamente um agravamento da deterioração das condições de vida no meio urbano. Dentre as principais situações, os prejuízos à qualidade da habitação, do acesso à educação e à atenção médica, da alimentação e da utilização positiva do tempo livre tem resultado em algum grau de impacto sobre a situação de saúde da maioria da população.

Assim, a problemática das profundas desigualdades nas condições de vida e saúde nas populações das grandes cidades tem sido objeto de preocupação das agências internacionais dedicadas ao setor, bem como de pesquisadores das ciências sociais e da saúde. Quanto as primeiras tem-se, desde o final da década de 1980, a adoção de linhas de investigação prioritárias que se voltam à análise dos diferenciais de saúde a partir das condições de vida no cenário das grandes áreas urbanas, na perspectiva do estudo da heterogeneidade dos perfis de morbimortalidade e necessidades de saúde em diferentes

¹⁵¹ SABROZA, P.C. **Espaço e produção de endemias**. Caracas : Segundo Taller de Alames (Asociación Latinoamericana de Medicina Social, 1991 (mimeo).

¹⁵² Referindo-se à obra de Josué de Castro: CASTRO, J. **Geopolítica da Fome**. São Paulo : Editorial Brasiliense, 1965.

espaços e populações locais¹⁵³. No que se refere à pesquisa científica, esta tem-se ocupado tanto da elaboração de construções teóricas na busca da qualificação do conhecimento relativo ao problema, como de abordagens pragmáticas visando caminhos mais adequados para a sua resolução (BLANCO GIL e SÁENZ ZAPATA, 1994, p. 10-11).

No cenário nacional também tem havido esforços para o desenvolvimento de metodologias habilitadas a mensurar e monitorar a equidade em saúde no país a partir da produção de indicadores quantitativos de desigualdades relativas ao financiamento, à oferta, ao acesso, utilização e qualidade dos serviços de saúde, bem como às condições de vida da população atendida no âmbito do SUS (VIANNA et al., 2001).

No campo da Medicina Social e tendo interface com a Geografia da Saúde, uma importante linha de investigação que se remete à relação entre cidade e saúde se desenvolve a partir de Giovanni Berlinguer¹⁵⁴, onde o autor propõe a categoria “malária urbana” para designar o conjunto de enfermidades manifestas em caráter massivo na cidade – sejam epidemias de processos infecciosos de caráter agudo ou processos degenerativos de caráter crônico ou ainda fenômenos psicossomáticos e de comportamento. Sua reflexão se direciona à discussão de que mesmo que a cidade ou qualquer meio não sejam considerados por si só como ambientes patógenos, “as condições materiais e a organização da vida urbana devem ser examinadas com base em sua crescente nocividade”(BLANCO GIL e SÁENZ ZAPATA, *op. cit.*, p. 27-28).

Destaca-se que a relação cidade-saúde tem sido abordada mais recentemente no campo do urbanismo, a partir de um enfoque ambiental. Na América Latina, a partir da década de 1990, a Organização Panamericana da Saúde e a Organização Mundial da saúde têm trabalhado a estratégia dos “municípios saudáveis”¹⁵⁵, que tem por princípio filosófico, a ênfase à saúde dos cidadãos, por parte dos dirigentes municipais, numa perspectiva ampliada do conceito de qualidade de vida que tem como base a ação intersetorial e a

¹⁵³ Organización Panamericana de la Salud/ Organización Mundial de la Salud. UNIDAD DE COORDINACIÓN DE INVESTIGACIONES. *Investigación em salud. Áreas temáticas y tipos de investigación*. Washington, DC, 1988

¹⁵⁴ BERLINGUER, G. *Malaria urbana. Enfermedad urbana. Patología de la metrópoli*. Madrid : Editorial Villalar, 1978.

¹⁵⁵ A filosofia de cidades saudáveis iniciou-se em fins dos anos de 1970, dentro de um processo de evolução conceitual da promoção da saúde e nos moldes propostos pela Carta de Ottawa. Inicialmente experimentada pela cidade de Toronto, expandiu-se para algumas cidades européias apoiadas pela OMS, difundindo-se mundialmente através de redes de cidades, países e regiões através do mundo; transformando-se em um movimento internacional.

participação social . No cenário nacional, tem-se destacado a pertinência desse movimento em favor da saúde como condição fundamental à qualidade de vida nas cidades, uma vez que o fenômeno global de urbanização atinge de maneira perversa os países do Hemisfério Sul, “caracterizado por uma ocupação caótica do espaço urbano acompanhado de pobreza; situação esta agravada pela ausência de infra-estrutura urbana”(OPAS, 2005)

Essas tendências reforçam a evidência de que as condições sociais e ambientais de vida figuram como principais determinantes da geração e do transcurso dos processos de saúde-doença, sendo aquelas produzidos mediante uma dinâmica de processos intervenientes que podem ser desvelados e analisados para a compreensão das condições que fazem emergir as enfermidades ou que ao contrário, são protetoras da saúde.

A despeito destas importantes considerações, ainda é procedente enfatizar que a influência da natureza no processo saúde-doença das populações tem sido revalorizada, na perspectiva da Geografia Sócio-ambiental. Longe do sentido de um determinismo ambiental, sua abordagem se volta à interação da questão saúde com processos de ordem cultural, política e econômico-social, não perdendo de vista que as condições do ambiente natural, assim como as desigualdades e iniquidades sociais possuem determinações dadas no modelo de desenvolvimento das sociedades (MENDONÇA, 2003, p. 218).

Deste contexto, emerge a necessidade, tanto no âmbito da pesquisa, como do planejamento de ações para a melhoria da saúde e nutrição populacionais, da compreensão das condições de vida, mediadoras dos diferenciais de saúde nos grupos sociais, como a "expressão concreta da forma com que cada grupo da população participa no processo geral de reprodução da sociedade, em um lugar, e num momento histórico determinado (CASTELLANOS¹⁵⁶, *apud* IÑIGUEZ ROJAS, *op. cit.*, p. 707).

No presente estudo, ao se tratar a questão alimentar-nutricional na relação espaço-saúde, focaliza-se a materialidade do impacto nutricional local no grupo de habitantes no bairro portadores de hipertensão arterial sistêmica e em atividade no Programa de Hipertensos da unidade de saúde de saúde local (rede municipal do SUS).

Para tanto, foram eleitos dois grupos populacionais adstritos à Unidade de Saúde do Bairro, segundo categorização do SISVAN:

¹⁵⁶ CASTELLANOS, P.L., *Perfiles de salud y condiciones de vida. Una propuesta operativa para el estudio de las inequidades en salud en América Latina*. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE EPIDEMIOLOGÍA, 1., 1992. Granada. *Anales*, 1992, p. 7-8.

- Adultos (faixa etária de 20 a 59 anos)
- Idosos (faixa etária de 60 anos e mais)

Esta abordagem remeteu-se ao universo populacional ($n = 1108$) de registros referentes à assistência ao Programas de Hipertensos ofertado na Unidade de Saúde local, tendo como fonte secundária de dados, os registros do prontuário eletrônico individual (Instrumento de Coleta de Dados 1 - Planilha de DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS - **ANEXO 1** e Instrumento de Coleta de Dados 2 - Planilha de DADOS CLÍNICOS - **ANEXO 2**) referentes às variáveis:

- de identificação: sexo, idade, naturalidade
- de endereço;
- de condição sócio-econômica: posição na ocupação; escolaridade, renda; tipo de habitação e saneamento; energia elétrica; destino do lixo; meio de transporte e busca por serviços de saúde;
- de estado nutricional: dados antropométricos (peso e altura) para cálculo do Índice de Massa Corporal ($IMC = \text{Peso}/\text{Altura}^2$), e construção do indicador recomendado para a avaliação nutricional de adultos¹⁵⁷(WHO, 1998) e idosos¹⁵⁸ (LIPSCHITZ, 1994);
- de saúde: registros de morbidade sobre doenças correlatas à alimentação e nutrição: diabetes (SBH, 2004)¹⁵⁹, dislipidemias (SBC, 2001)¹⁶⁰; nível de pressão arterial; e estágio de hipertensão arterial¹⁶¹ (SBC, 2004).

Como critérios de inclusão de casos para o ensaio de espacialização foram delimitados:

¹⁵⁷ Segundo WHO (1998), como classificação geral do estado nutricional de adultos a partir do Índice de Massa Corporal tem-se: $IMC < 18,5 \text{ kg/m}^2$ = baixo peso; $IMC \geq 18,5$ e $< 25 \text{ kg/m}^2$ = eutrófico; $IMC \geq 25$ e $< 30 \text{ kg/m}^2$ = sobrepeso e $IMC \geq 30 \text{ kg/m}^2$ = obesidade. Como qualificação dos graus de obesidade tem-se: $IMC > 25$ e < 30 = pré-obesidade e risco aumentado para comorbidades; $IMC \geq 30$ e $< 35 \text{ kg/m}^2$ = obesidade grau I e risco moderado para comorbidades; $IMC \geq 35$ e $< 40 \text{ kg/m}^2$ = obesidade grau II e risco grave para comorbidades; $IMC \geq 40 \text{ kg/m}^2$ = obesidade grau III e risco muito grave para comorbidades

¹⁵⁸ Para a classificação do estado nutricional de idosos a partir do Índice de Massa Corporal tem-se: $IMC \leq 22 \text{ kg/m}^2$ = baixo peso; $IMC > 22$ e $< 27 \text{ kg/m}^2$ = eutrófico; $IMC \geq 27 \text{ kg/m}^2$ = sobrepeso

¹⁵⁹ Valores de referência para glicemia de jejum: glicose 60 a 110 mg/dl = nível desejável

¹⁶⁰ Valores de referência do perfil lipídico em adultos: colesterol $< 200 \text{ mg/dl}$ = nível desejável; colesterol entre 200 e 239 mg/dl = nível limítrofe; colesterol $\geq 240 \text{ mg/dl}$ = nível aumentado; LDL colesterol $< 130 \text{ mg/dl}$ = nível desejável; LDL colesterol entre 130 e 159 mg/dl = nível limítrofe; LDL colesterol $\geq 160 \text{ mg/dl}$ = nível aumentado; triglicerídeos $< 150 \text{ mg/dl}$ = nível desejável; triglicerídeos entre 150 e 199 mg/dl = nível limítrofe; triglicerídeos $\geq 200 \text{ mg/dl}$ = nível aumentado.

¹⁶¹ Valores de referência para estágios de hipertensão arterial: Estágio 1(leve) = PA 140-159/90-99 mmHg; Estágio 2 (moderada) = PA 160-179/100-109 mmHg; Estágio 3 (grave) = PA $> 180 / > 110$ mmHg.

- residência nos limites da área de abrangência da Unidade de Saúde do bairro;
- existência de registro de endereço no cadastro individual;
- inscrição no Programa de Hipertensos da Unidade de saúde local, na categoria “ativo”;
- existência de registro de dados antropométricos (peso e altura) e níveis de pressão arterial na última consulta realizada no ano de 2004.

A produção dos indicadores nutricionais, de morbidade e sócio-econômicos foi realizada a partir de dados coletados em fonte secundária (prontuários eletrônicos da Unidade de Saúde) e processados a partir dos softwares Excel(Microsoft Office 2003) e Bio Stat¹⁶². Análises estatísticas da associação entre os fatores sócio-demográficos e clínico-nutricionais e a hipertensão foram feitas empregando-se o teste do qui-quadrado, com um nível de significância de 5% ($p < 0,05$).

A base cartográfica utilizada para o processo de espacialização foi a do IBGE(2000), tanto no que diz respeito aos setores censitários da área de estudo, como às informações demográficas e sócio-econômicas locais.

Os casos de hipertensão arterial foram georreferenciados a partir dos respectivos endereços domiciliares, sendo que, para a espacialização dessa informação foi utilizado o software ArcView GIS 3.3.

Destaca-se que a solicitação do banco de dados da Unidade de Saúde local, vinculada à rede básica municipal, foi autorizada e protocolada no Centro de Estudos de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba (Protocolo 30/2004). O projeto de pesquisa obteve aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Paraná em agosto de 2004, sob o registro nº 345, tendo sido cadastrado no CONEP no Grupo III.

Para além da quantificação e distribuição espacial, na perspectiva da produção do processo saúde-doença local, a discussão da enfermidade se relaciona à questão alimentar analisada mediante a abordagem histórica da urbanização do lugar e das transformações no modo de vida e nas práticas alimentares cotidianas. Considera-se nesse conjunto, os modos de acesso e consumo alimentar mediados pela configuração do comércio local.

¹⁶² AYRES, M; AYRES JR, M.; AYRES, D. L.; SANTOS, A. S. **Biostat 2.0**. Aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológica e médica, MCT/CNPq, 2000.

Ou seja, a questão nutricional como componente da SAN é dada a partir da produção de um ensaio de geografia nutricional, construído no enfoque da relação dinâmica entre ambiente, nutrição e saúde percebida pelos sujeitos no espaço vivido e singularizada mediante uma espacialização da hipertensão arterial em sua relação com o estado nutricional dos sujeitos portadores, segundo as condições sócio-econômicas de micro-áreas locais baseadas nos setores censitários do bairro.

Neste ensaio, se busca não somente revelar padrões de distribuição espacial de enfermidades conforme o modelo da Geografia Médica tradicional, mas de focalizar o processo saúde-doença inserido no contexto das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

Destaca-se que o foco social da análise privilegia atenção às características sócio-econômicas da população afetada, valorizando a localização da moradia, como lugar vivido no espaço urbano. Nesta perspectiva busca-se o desvelamento, a partir das diferenças sócio-espaciais, do fenômeno da distribuição desigual da saúde-doença enquanto processo, entre os grupos sociais no bairro, espaço entendido como conteúdo de uma realidade urbana.

Na perspectiva geográfica, fundamentada na categoria espaço, e, mediante a reconstrução histórica da ocupação do bairro, é possível pensar quais as características deste espaço urbano condicionam a presença de determinadas classes sociais, bem como a ocorrência de perfis diferenciais da hipertensão arterial segundo as características espaciais e segundo a inserção social dos grupos que o habitam. Ou seja, se busca analisar como e por que emergem condições patológicas durante o processo de ocupação evidenciando a relação espaço-saúde.

Em sua perspectiva analítica da questão saúde, o espaço como categoria da Geografia, é entendido a partir de uma produção histórico-social dada pela transformação da natureza mediante a ação humana e que em sua dinâmica processual pode gerar impactos negativos à saúde dos diferentes grupos sociais em um dado lugar.

Conforme a trajetória histórica sistematizada no Capítulo 1, foi possível evidenciar as transformações na produção social do bairro e, cujas configurações gerais atuais, são apresentadas a seguir.

Segundo o censo populacional mais recente (IBGE, 2000), a população total do bairro é de 20.976 habitantes, enquanto área delimitada administrativamente, normatizada

pelos agentes da gestão pública municipal. Enquanto espaço social, desenhado segundo a lógica normatizadora da gestão em saúde, engloba ainda 3 setores censitários do bairro Cajuru, ultrapassando o limite físico da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá no segmento sudeste da área. Esse segmento representa uma área de favelização, com um contingente adicional de população acolhida pelo serviço da unidade básica de saúde local correspondente a 2.564 habitantes.

A **FIGURA 8** ilustra a distribuição populacional segundo setores censitários, demonstrando um maior adensamento populacional na região leste do bairro (densidades demográficas entre 8 e 17 mil hab/km²).

A espacialização da ocupação populacional evidencia uma polaridade, com a tendência de concentração da população infantil (< 10 anos) na região centro-leste e do contingente de adultos e idosos (> 20 anos) na porção centro-oeste (**FIGURAS 9 e 10**). Tal fenômeno sugere associação com a localização das famílias segundo condição sócio-econômica, conforme as **FIGURAS 11 e 12**. Essas, sintetizam espacialmente o desfecho histórico apresentado no diálogo entre as narrativas dos habitantes locais e os processos sócio-econômicos e culturais sistematizados como fatos históricos da produção do bairro no processo de urbanização da cidade. Fica evidenciada a desigualdade sócio-espacial que se visualiza pela concentração da baixa escolaridade (responsáveis por domicílio na condição de analfabetos ou com primeiro grau incompleto) e baixa renda (< 3 salários mínimos) na faixa extremo-leste do bairro, que faz divisa com o Município de Pinhais e abriga áreas de ocupação irregular, não constantes no mapa oficial da cidade.

Quanto à condição de habitação, a **FIGURA 13** demonstra a superposição da condição de moradia com a espacialização da renda, bem como revela pela dimensão do habitar, as “ilhas” de ocupação irregular do espaço (domicílios cedidos e de outra condição, que não próprios ou alugados) presentes na área de estudo e narradas na vivência de habitantes locais.

Na **FIGURA 14** evidencia-se que os tipos de domicílio são condizentes com as características normativas de zoneamento do bairro (casas e construções de até 3 ou 4 pavimentos). Assim também, a configuração atual da distribuição domiciliar demonstra áreas de concentração dos conjuntos habitacionais (domicílios coletivos)

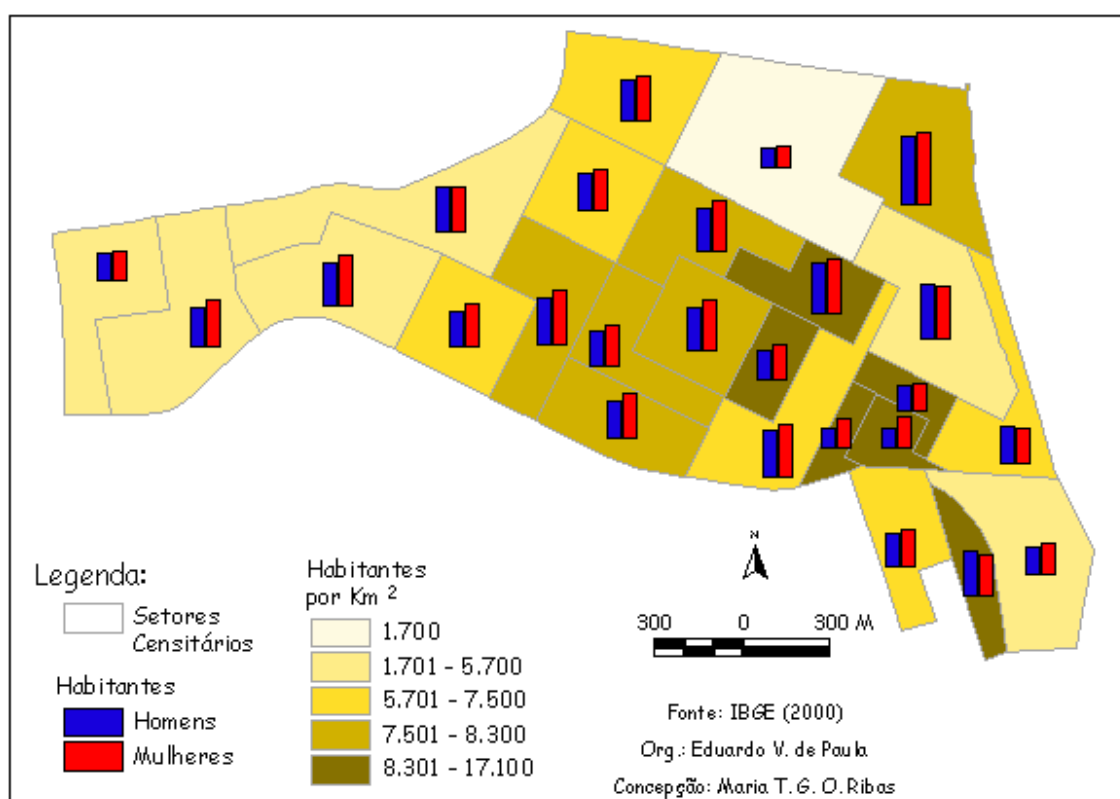


FIGURA 8 – Distribuição da população da área de estudo, segundo sexo e setores censitários (IBGE, 2000)

e o fenômeno da “febre dos sobrados” referido pelos habitantes locais, que se caracterizam como unidades múltiplas sobre um mesmo terreno (apartamentos), especialmente a partir da região oeste do bairro, mais proximal ao centro da cidade. Domicílios do tipo “casa” e na condição de “próprio” na faixa extremo-leste do bairro têm figurado como estratégia de pressão social para a regularização de posse dos terrenos, em área ainda não assumida pela gestão municipal. Domicílios improvisados se encontram concentrados em duas micro-áreas consideradas de risco pela gestão local de saúde, localizadas à beira do Córrego do Capão da Imbuia (em trecho não canalizado) e nas margens da BR 116, no limite oeste do bairro.

A partir da análise espacial, parece haver certa concordância entre a maior proporção de responsáveis por domicílio do gênero feminino e a concentração de domicílios com renda inferior a 3 salários mínimos. Esse conjunto evidencia a desigualdade econômica associada à de gênero, configurando uma condição de iniquidade que se associa à determinação de um maior risco de insegurança alimentar e nutricional intra-

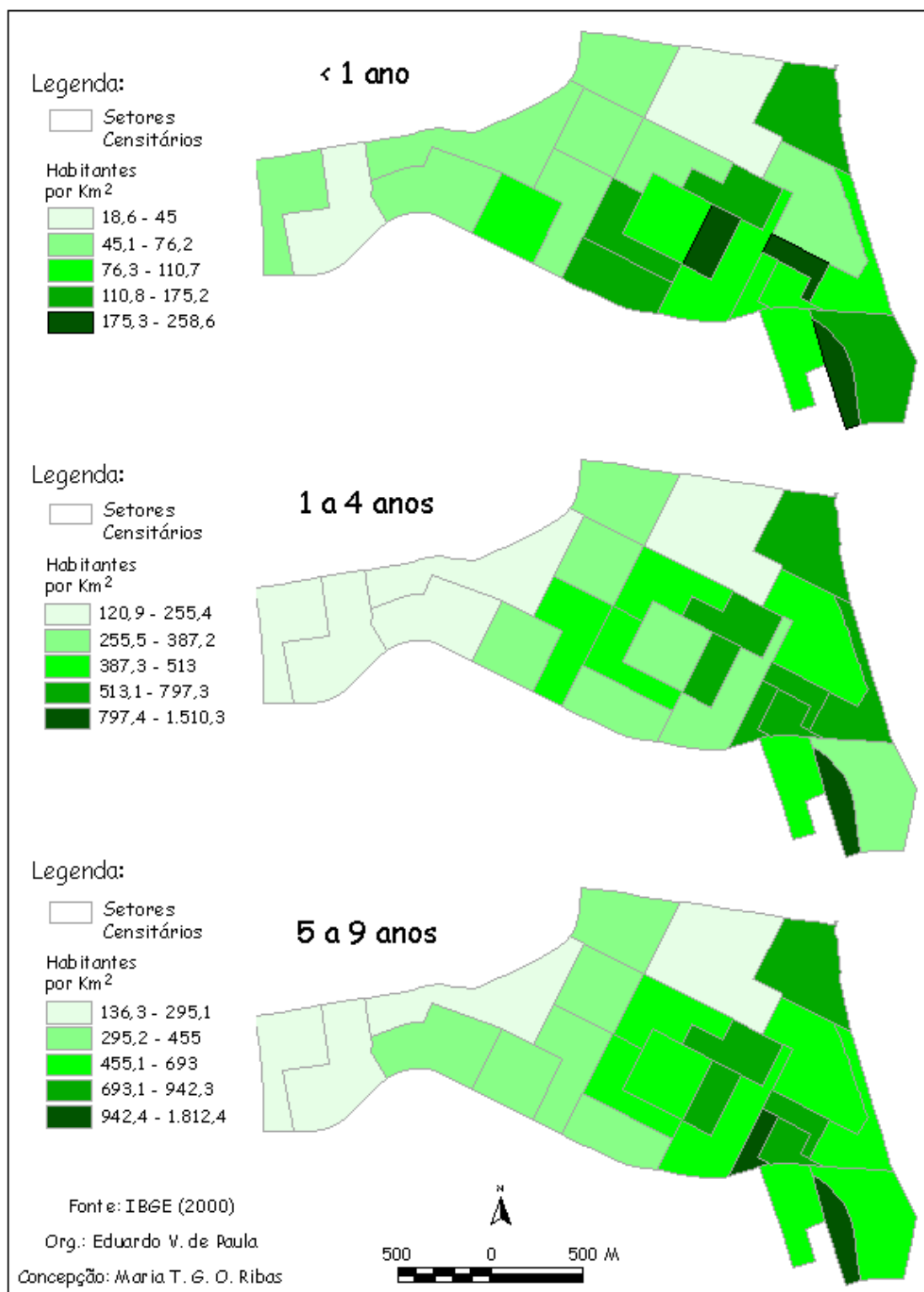


FIGURA 9 - Distribuição da população de crianças da área de estudo segundo setores censitários, IBGE (2000)

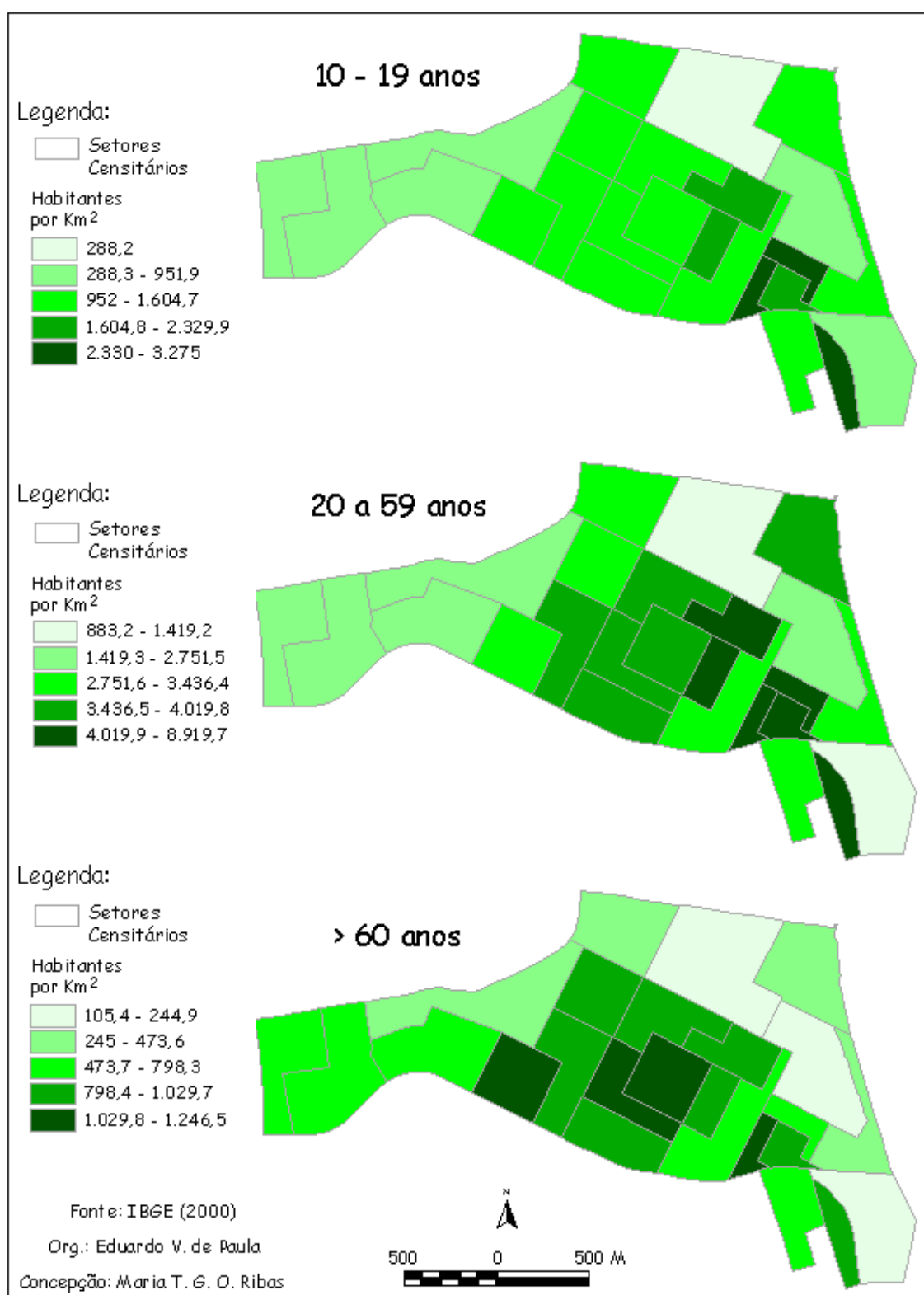


FIGURA 10 - Distribuição da população de adolescentes, adultos e idosos da área de estudo segundo setores censitários, IBGE (2000)

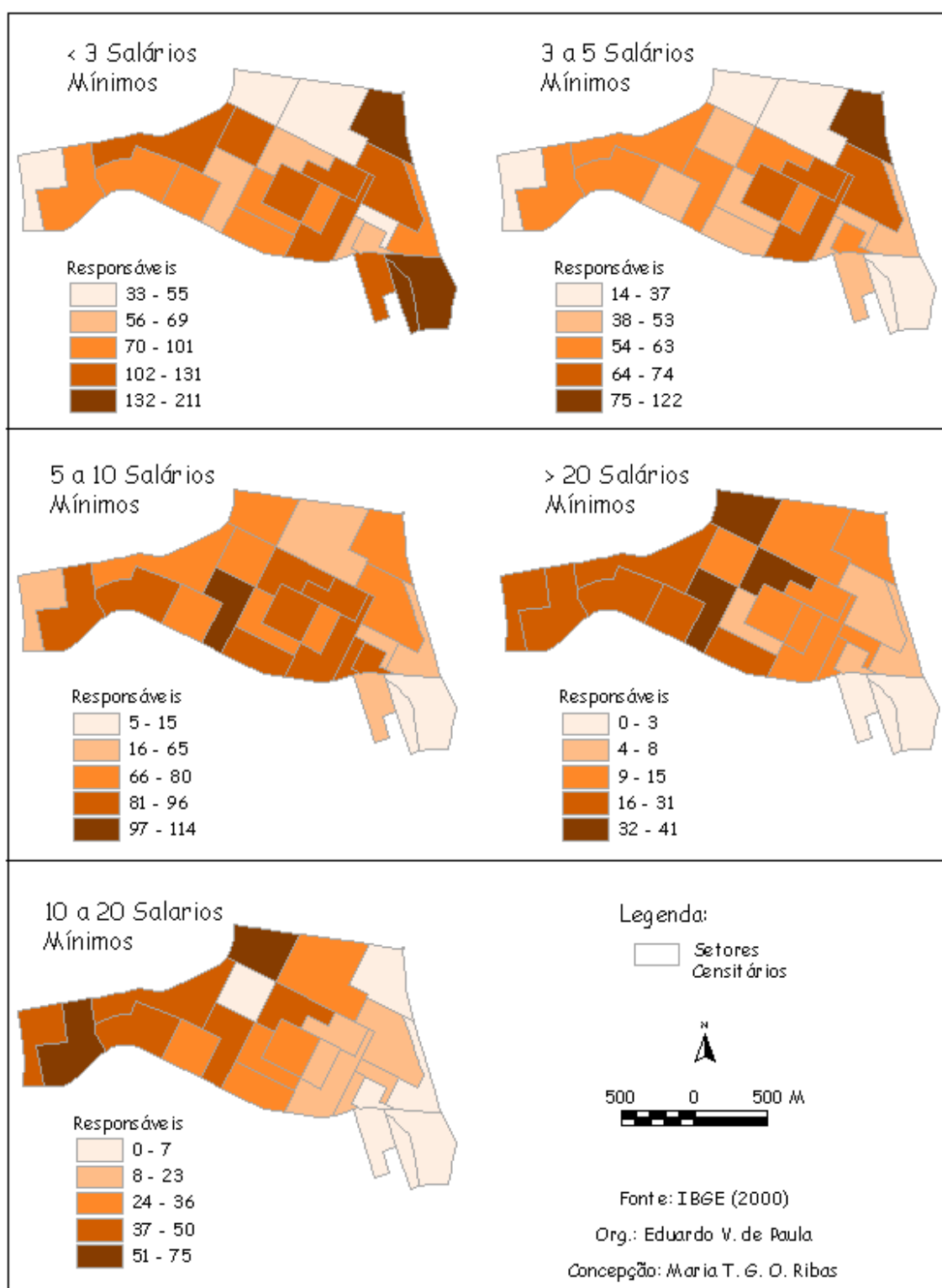


FIGURA 11 - Espacialização das faixas de renda na área de estudo por setor censitário, segundo número de responsáveis domiciliares.

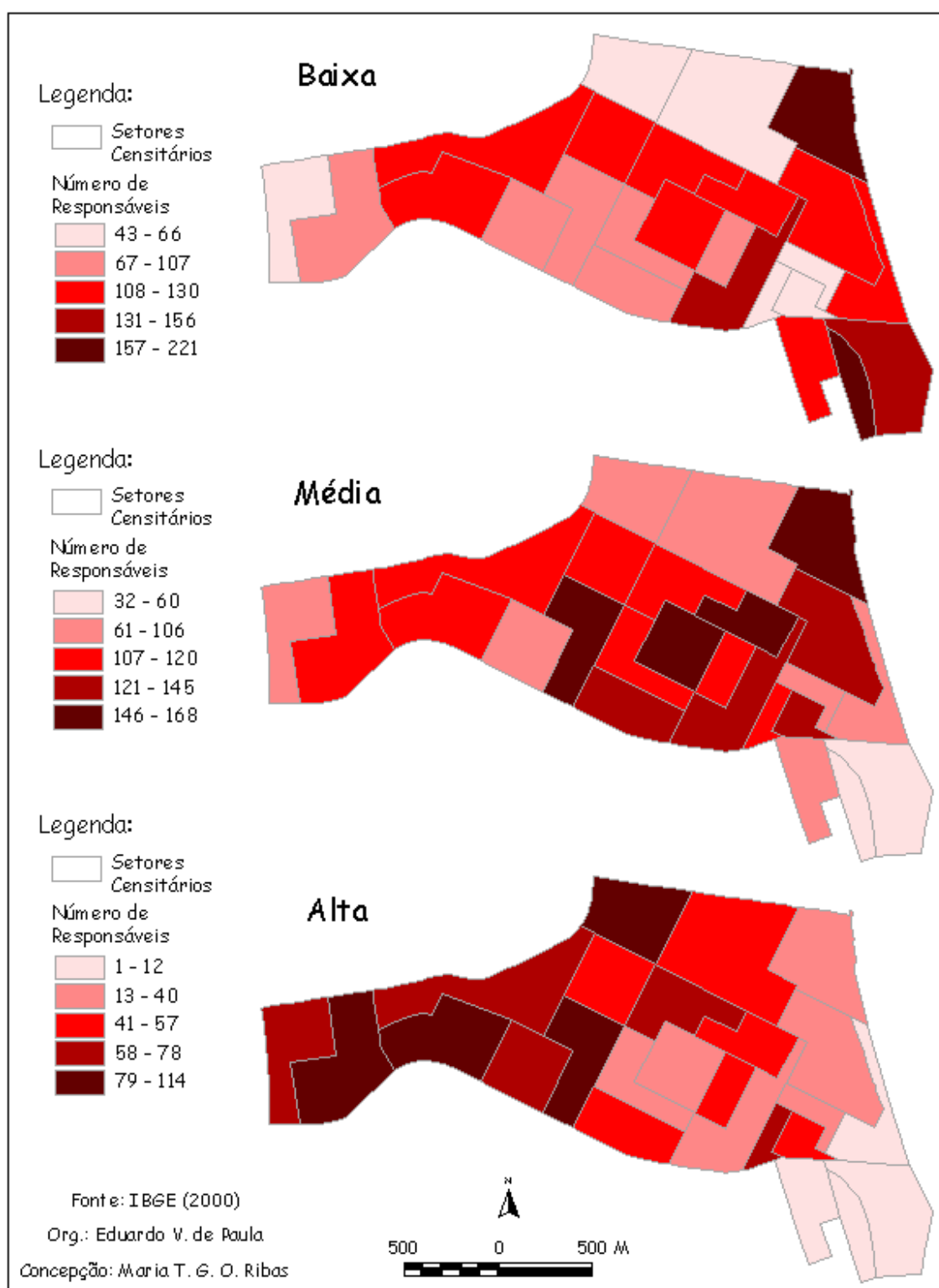


FIGURA 12 - Espacialização dos graus de escolaridade na área de estudo por setor censitário, segundo número de responsáveis domiciliares.

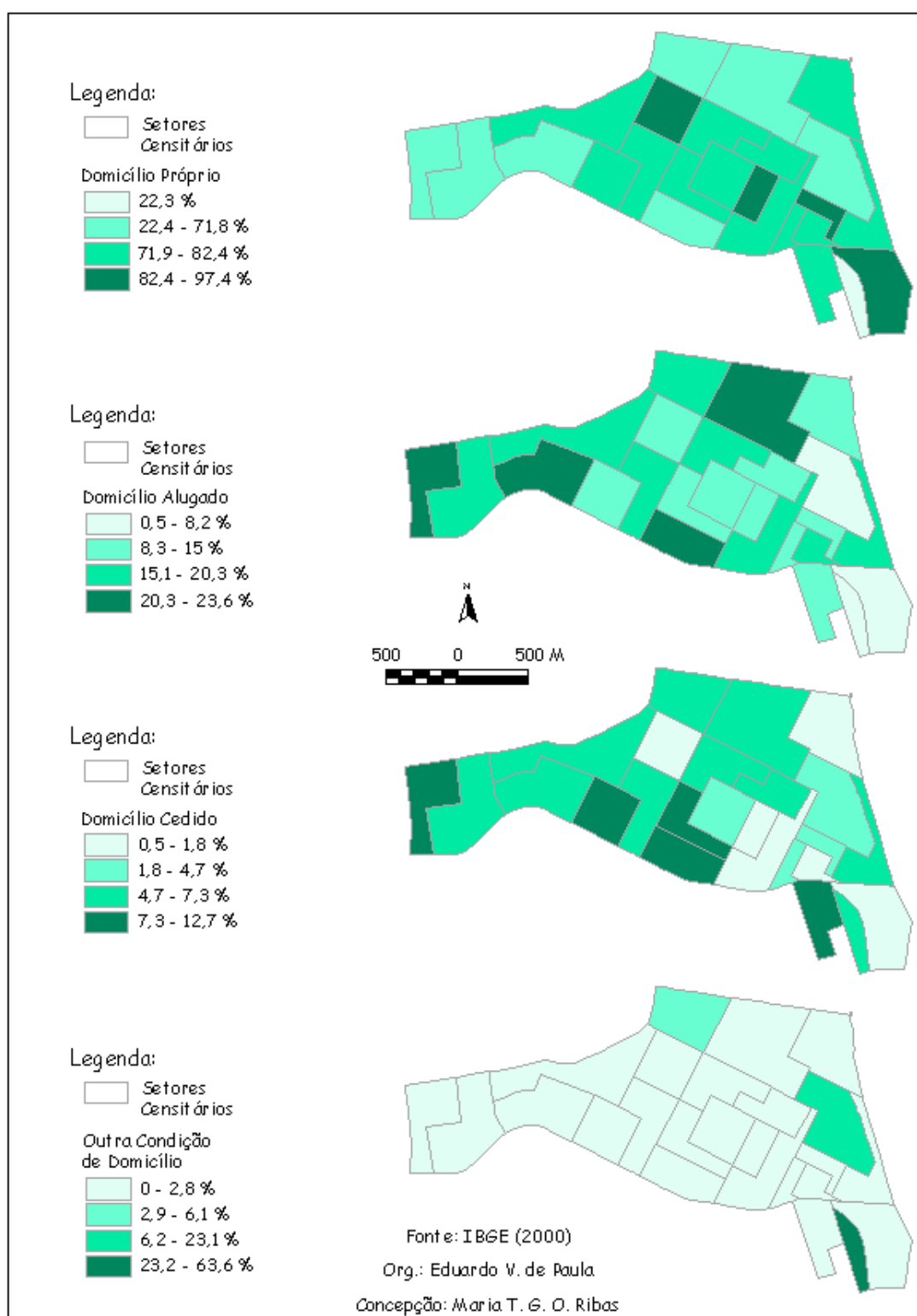


FIGURA 13 - Distribuição dos domicílios da área de estudo segundo condição de acesso e setores censitários, IBGE (2000)

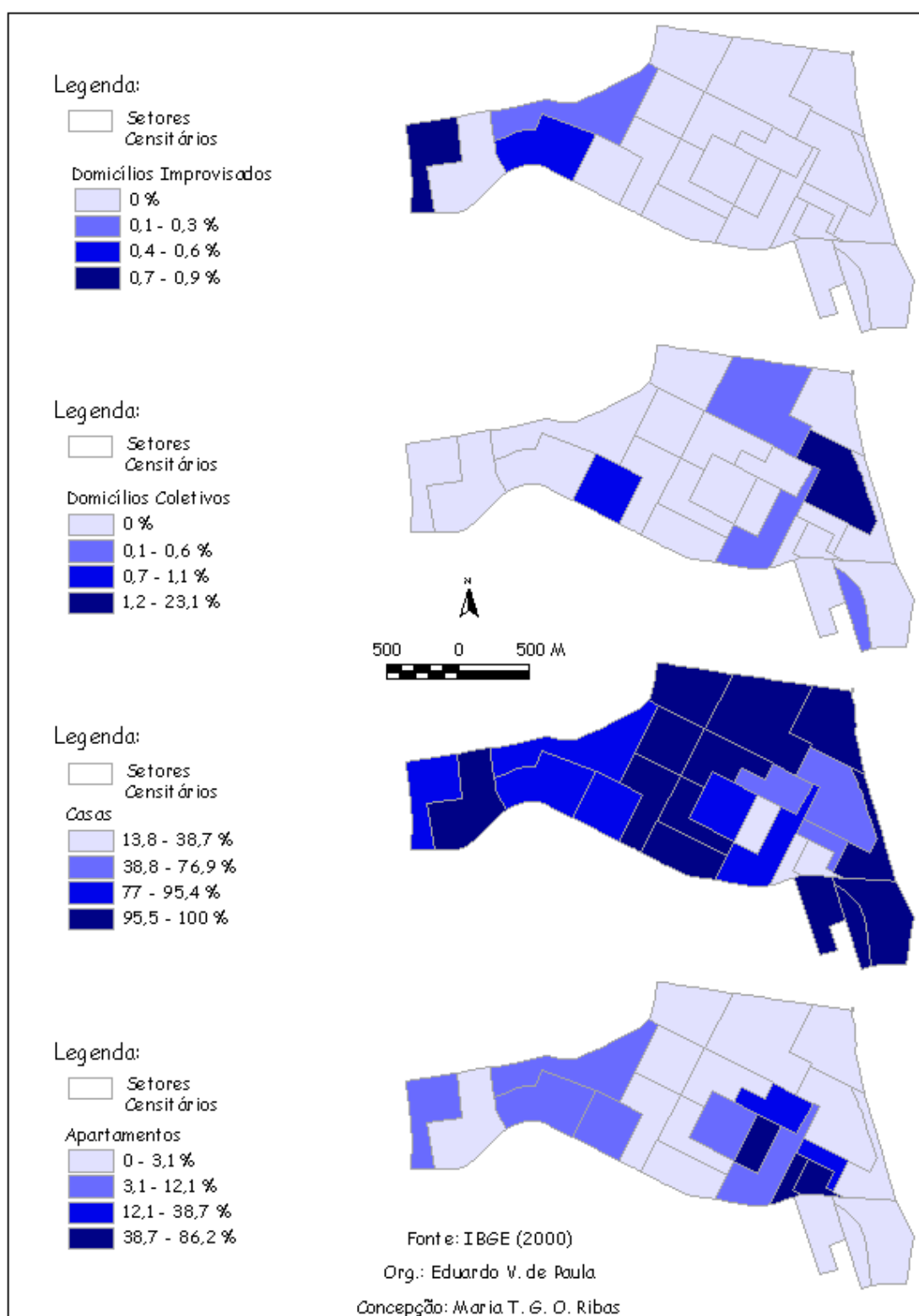


FIGURA 14 - Distribuição dos domicílios da área de estudo segundo tipo e setores censitários, IBGE (2000)

familiar (CONSEA, 2004, p.3). Assim também, aparecem maiores proporções de responsáveis por domicílio da categoria idosos, nos setores censitários que abrigam maior concentração de renda (categoria >10 salários mínimos) (**FIGURA 15**) o que pode ser relacionado à maior estabilidade econômica de residentes antigos ou à procura do local como lugar de residência a partir das migrações recentes da classe média, que tem buscado espaços menos verticalizados, com acessibilidade econômica e próximos ao centro dinâmico da cidade, conforme narrado por habitantes locais.

Nesse contexto sócio-espacial, discute-se a questão da hipertensão arterial, como fenômeno ilustrativo do desfecho nutricional.

No âmbito da questão demográfica, tem-se discutido que o envelhecimento populacional, fenômeno contemporâneo predominantemente observado em escala mundial e inclusive no Brasil¹⁶³, está relacionado ao aumento progressivo da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, dentre as quais se destacam as cardiovasculares. Desse modo, esse grupo de enfermidades vem requerendo a investigação aprofundada de suas características epidemiológicas, clínicas, terapêuticas, preventivas e de reabilitação (CAVALINI; CHOR, 2003, p. 8).

Nesse contexto, a hipertensão arterial constitui-se num um agravo de interesse à saúde coletiva, por ser reconhecida como o principal fator de risco modificável para doenças do aparelho circulatório.

Sua significância epidemiológica no cenário nacional, reside no fato de que desde o início da década de 1960, as complicações advindas da elevação dos níveis de pressão arterial, manifestas na forma de doenças cardiovasculares (cérebro-vascular, arterial coronariana e vascular de extremidades) têm figurado como as principais causas de óbito da população (SBC, 2002, p.8), bem como de internações hospitalares no âmbito do Sistema Único de Saúde. Entre as causas de morte, predominam as doenças cerebrovasculares e as doenças isquêmicas do coração entre habitantes com vinte e cinco ou mais anos de idade (98,2 e 91,5 por 100.000, respectivamente)¹⁶⁴. Entre as causas de internações hospitalares, predomina a insuficiência cardíaca congestiva, correspondendo a 35% do total de

¹⁶³ As autoras apóiam-se no estudo de VERAS, R.P., ALVES, M.I.C. A população idosa no Brasil: Considerações acerca do uso de indicadores de saúde. In: MINAYO, M.C.S. (org.). **Os muitos Brasis: Saúde e população na década de 80**. Rio de Janeiro/São Paulo: ABRASCO/Hucitec; 1995. p. 320-37.

¹⁶⁴ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Informática. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. **Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)**, 2000. [CD ROM]. Brasília (DF); 2002.

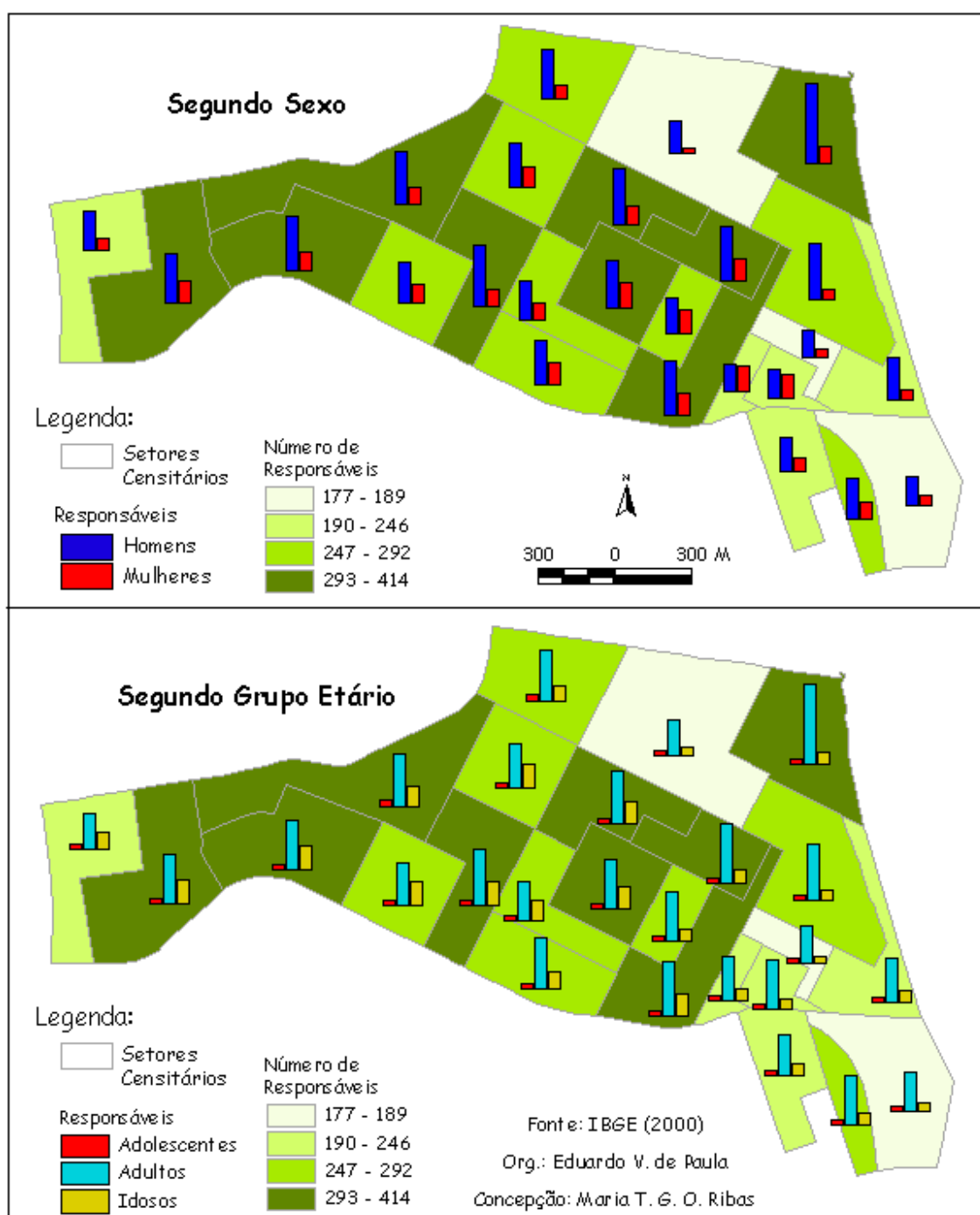


FIGURA 15 - Distribuição dos responsáveis por domicílio da área de estudo segundo sexo, grupo etário e setores censitários, IBGE (2000)

hospitalizações por doenças do aparelho circulatório na mesma faixa etária.¹⁶⁵ (LIMA-COSTA; PEIXOTO; FIRMO, 2004, p.1)

Apesar dos esforços para o manejo da hipertensão arterial terem conseguido reduções na mortalidade devida à doença cérebro-vascular e da doença arterial coronariana (20 e 13% respectivamente entre meados das décadas de 1980 e 1990), esse declínio ainda é pouco intenso quando comparadas a outros países. Destaca-se ainda no âmbito geográfico, diferenciais de tendência de risco de morte por doenças cardiovasculares segundo regiões havendo, conforme aponta a Sociedade Brasileira de Cardiologia declínio no Sudeste e Sul, estabilidade no Norte e aumento no Centro-Oeste (SBC, *op. cit.*, p. 8).

Apesar desse impacto, destaca-se a falta de estudos de prevalência da hipertensão arterial representativos do país. O panorama atual aponta a existência de estudos pontuais, concentrados em cidades das regiões Sudeste e Sul, com grande diversidade metodológica em suas conduções, demonstrando prevalências que sofrem variações entre 8 e 33% (LESSA; MENDONÇA e TEIXEIRA, 1996, p.390; SBC, *op. cit.*, p. 8).

Em suma, na condição da instalação da doença, o tratamento adequado da hipertensão arterial é reconhecido por diversos estudos como estratégia que reduz significativamente a mortalidade e a morbidade cardiovascular (LIMA-COSTA; PEIXOTO; FIRMO, *op. cit.*, p.1). Por outro lado, mediante o quadro exposto, evidencia-se, em termos da dimensão preventiva, que as medidas de manejo da hipertensão arterial representam um dos cuidados primordiais a serem acessados pela população no nível da atenção básica universal em saúde. Assim também, o conhecimento da distribuição da hipertensão arterial na população e a identificação de grupos vulneráveis são de grande interesse à orientação e focalização de políticas públicas de saúde, no horizonte da qualidade de vida.

Nas reflexões sobre a hipertensão arterial, tem-se considerado a rediscussão sobre as variações de sua ocorrência na população em termos de idade, sexo e raça serem atributos simplesmente resultantes de processos biológicos. Numa perspectiva sócio-ambiental, reflete-se que a ocorrência desse agravamento à saúde sofre a influência tanto da exposição ambiental quanto das experiências vividas dos sujeitos, relativas ao seu modo de vida,

¹⁶⁵ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Informática. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. **Movimento de Autorização de Internação Hospitalar**, 2000. [CD ROM]. Brasília (DF); 2001.

evidenciando uma inter-relação no plano da genética, da sociedade e do ambiente (SPRITZER, 1996, p. 199).

Nesse direcionamento, foi conduzido o levantamento descritivo das características sócio-demográficas e dos aspectos nutricionais de sujeitos portadores de hipertensão arterial e registrados como “ativos” no Programa de Hipertensos da Unidade de Saúde do bairro, numa perspectiva de análise espacial que se apresenta a seguir.

É preciso destacar que, em função da espacialidade específica do setor saúde municipal, nesse caso, a área de estudo extrapola os limites administrativos do Bairro Capão da Imbuia, incluindo setores pertencentes ao Bairro Cajuru.

TABELA 1 – HIPERTENSOS PARTICIPANTES DO ESTUDO, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS. UNIDADE DE SAÚDE IRACEMA (SMS), CURITIBA-PR, 2004.

<i>Características</i>	<i>n</i>	<i>(%)</i>
SEXO		
Masculino	220	35,03
Feminino	408	64,97
FAIXAS ETÁRIAS		
20 – 29 anos	3	0,48
30 – 39 anos	21	3,34
40 – 49 anos	88	14,01
50 – 59 anos	180	28,66
60 – 69 anos	181	28,82
70 – 79 anos	124	19,75
≥ 80 anos	31	4,94
ESCOLARIDADE		
Nenhuma	65	10,36
1 a 3 anos	337	53,66
4 a 7 anos	126	20,06
≥ 8 anos	73	11,62
Sem registro	27	4,30
RENDA (salário mínimo vigente = R\$ 260,00)		
< 2 salários mínimos	242	38,53
≥ 2 e < 5 salários mínimos	147	23,41
≥ 5 salários mínimos	42	6,69
Sem registro	197	31,37
Total	628	100,0

FONTE: PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS – UNIDADE DE SAÚDE IRACEMA – SMS CURITIBA, 2004

Dos 1108 usuários registrados no Programa de Hipertensos da Unidade de Saúde Iracema em janeiro de 2004, 628 (56,68%) enquadraram-se nos critérios de seleção para participação no estudo, classificados como usuários ativos e, portanto, recebendo assistência clínica e medicamentosa.

Conforme a **TABELA 1**, quanto ao perfil sócio demográfico dos participantes, destacam-se a predominância de hipertensos do sexo feminino (64,97%); de baixa escolaridade (64,02% possuem menos de 3 anos de estudo ou são analfabetos); com renda inferior a 2 salários mínimos (38,53%) e com idade média equivalente a 60,76 anos.

Em termos espaciais, observa-se uma tendência de concentração de casos de hipertensão na porção sudeste da área de estudo (**FIGURA 16**), onde localizam-se os setores censitários com maior densidade populacional na faixa etária de predomínio a hipertensão (20 a 59 anos) – **FIGURA 10**. Sob outro aspecto, é preciso considerar que essa parcela da área de estudo também tem como referência a unidade de saúde local. Desse modo, como o universo populacional estudado se remete a portadores de hipertensão arterial em acompanhamento terapêutico no nível da atenção básica em saúde, tal comportamento pode na verdade estar refletindo mais concretamente a dimensão da acessibilidade ao serviço de saúde do que a fatores relativos à distribuição da doença.

TABELA 2 – PERFIL CLÍNICO-NUTRICIONAL DOS HIPERTENSOS PARTICIPANTES DO ESTUDO, SEGUNDO SEXO. UNIDADE DE SAÚDE IRACEMA (SMS), CURITIBA-PR, 2004.

<i>Características</i>	<i>Masculino</i>		<i>Feminino</i>		<i>Total</i>		Qui-quadrado	p-valor
	n	%	n	%	n	%		
ESTÁGIOS DE HIPERTENSÃO ARTERIAL								
I (Leve)	54	8,60	118	18,79	172	27,39	1,927	0,38
II (Moderado)	138	21,97	233	37,10	371	59,08		
III (Grave)	28	4,46	57	9,08	85	13,54		
ÍNDICE DE MASSA CORPORAL (IMC)								
< 30 kg/m ²	154	24,52	266	42,36	420	66,88	5,259	0,15
30 – 39 kg/m ²	62	9,87	122	19,43	184	29,30		
40 – 49 kg/m ²	3	0,48	19	3,03	22	3,50		
≥ 50 kg/m ²	1	0,16	1	0,16	2	0,32		
DIAGNÓSTICO NUTRICIONAL¹								
Baixo Peso	14	2,23	16	2,55	30	4,78	4,308	0,23
Eutrofia	61	9,71	120	19,11	181	28,82		
Sobrepeso	115	18,31	197	31,37	312	49,68		
Obesidade	30	4,78	75	11,94	105	16,72		
Total	220	35,03	408	64,97	628	100,00		

FONTE: PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS – UNIDADE DE SAÚDE IRACEMA – SMS CURITIBA, 2004

¹ Conforme parâmetros de diagnóstico específicos para adultos e idosos, referidos na metodologia

A partir da **TABELA 2**, evidencia-se a predominância de casos no Estágio II (Moderado) de hipertensão e quase 2/3 do total de hipertensos diagnosticados com

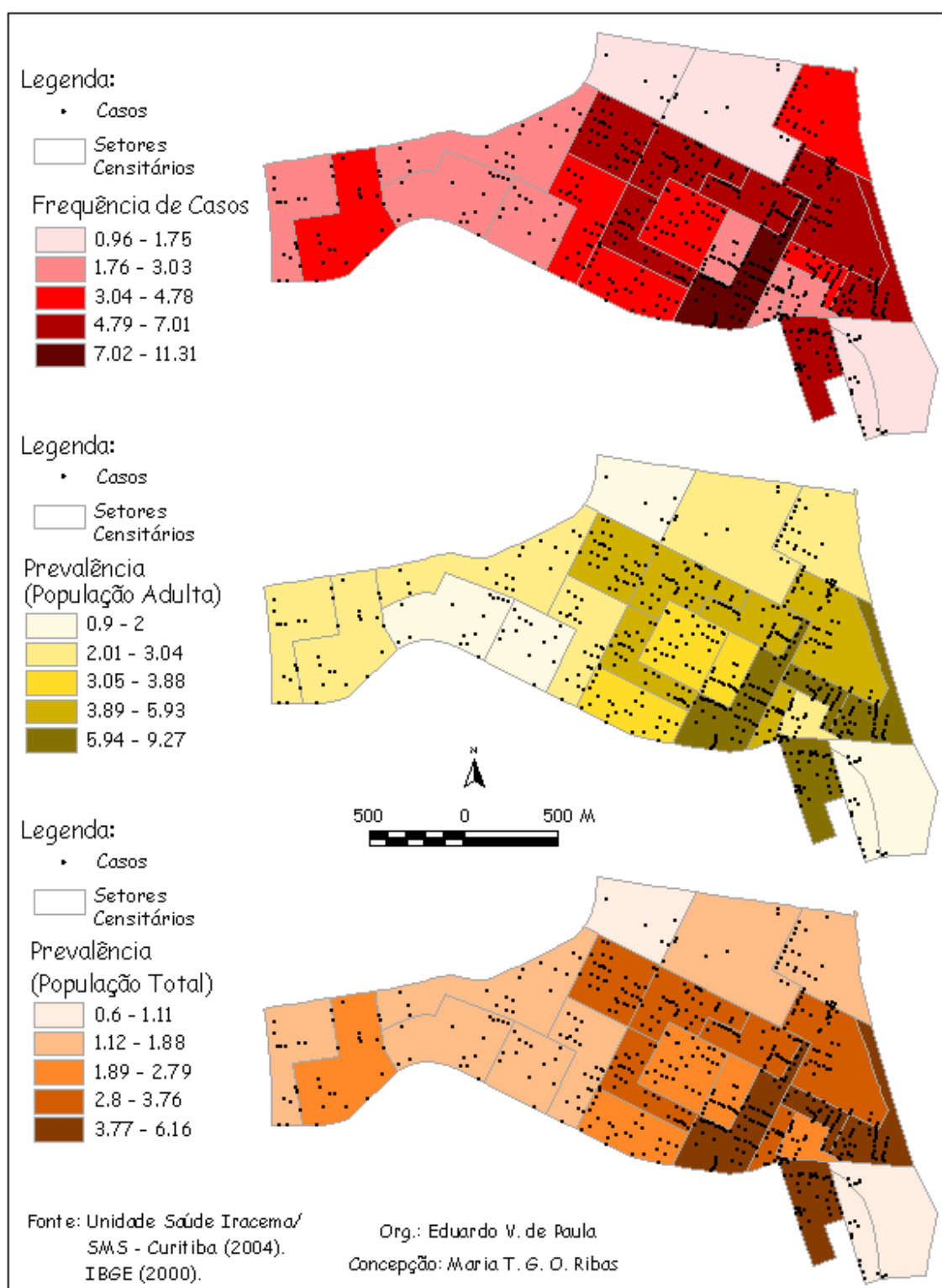


FIGURA 16 - Frequência dos casos de hipertensão estudados, prevalência na população adulta e total da área de estudo, segundo setores censitários, IBGE (2000)

sobrepeso ou obesidade. Merece destaque, na distribuição do IMC, que 33,12% (n = 211) situam-se em faixas superiores a 30 kg/m^2 , o que contribui em grau moderado para a instalação de comorbidades, a exemplo da hipertensão arterial. Relativamente ao perfil nutricional, o dado mais significativo, entretanto, fica evidenciado na ocorrência de 2 casos cujo IMC ultrapassa em mais de 10 kg, o parâmetro demarcador de risco muito grave para a existência de doenças associadas à obesidade ($\text{IMC} = 51 \text{ kg/m}^2$, no caso do sexo masculino e de 58 kg/m^2 , no feminino).

Considerando o nível de significância de 5% ($p < 0,05$), não foi possível constatar associação estatisticamente significativa entre as variáveis estágio da hipertensão arterial, classificação do IMC, estado nutricional e sexo.

Os valores médios dos níveis tensionais dos hipertensos situaram-se dentro da normalidade em ambos os sexos (131/83 mmHg para o sexo feminino e 138/87 mmHg para o masculino).

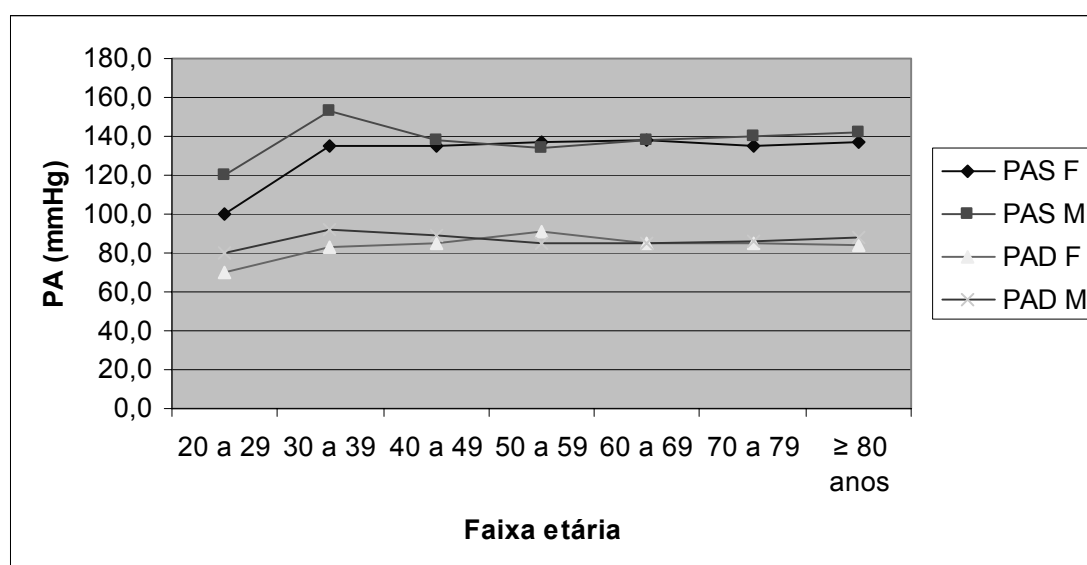


GRÁFICO 4 – Médias dos níveis de Pressão Arterial Sistólica (PAS) e Pressão Arterial Diastólica (PAD), dos hipertensos participantes do estudo, segundo sexo.

O **GRÁFICO 4** demonstra que entre a segunda e terceira décadas de vida, os níveis de PAS e PAD para o gênero feminino situaram-se em patamares inferiores quando em comparação ao masculino, permanecendo com valores quase que superpostos nas demais faixas de idade. O pico de PAD variou, segundo sexo, sendo mais precoce no masculino

(terceira década no grupo dos homens e quinta década no das mulheres) e apresentando valores superiores aos parâmetros de normalidade tensional (91,7 para os homens e 91,4 para as mulheres).

O gênero feminino sugere maior adequação da pressão sistólica sob tratamento clínico e medicamentoso, apresentando valores compatíveis com normotensão em todos os grupos etários, mesmo com tendência crescente dos níveis pressóricos, proporcional à elevação da idade. Quanto ao gênero masculino, novamente se destaca a faixa correspondente à terceira década de vida, que, no grupo de estudo, aparece como a menos equilibrada clinicamente, apesar do monitoramento pelo serviço de saúde, apresentando valores médios compatíveis com hipertensão sistólica e diastólica leves (153,3/91,7 mmHg).

Os dados levantados estão em consenso com um estudo populacional americano¹⁶⁶ realizado entre as décadas de 1970 e 1980, onde aproximadamente 40% das mulheres entre 55 e 64 anos de idade diagnosticadas como hipertensas apresentavam pressão diastólica sob controle, além de indicar que mais de 50% dos hipertensos sob tratamento apresentavam níveis pressóricos compatíveis com a normalidade. Em outro estudo baseado em comunidades¹⁶⁷, e voltado à detecção e acompanhamento de portadores de hipertensão, também demonstrou que as mulheres brancas obtiveram os maiores índices (44%) de alcance da meta de pressão arterial (alcance de 90mmHg de pressão diastólica quando ao ingresso estes fossem superiores a 100 mmHg ou decréscimo de no mínimo 10 mmHg, para os que ingressaram no estudo com pressão diastólica entre 90 e 99 mmHg). A partir dessas constatações, discute-se que questões relativas à motivação pessoal para a obtenção de cuidados médicos, bem como o acesso aos serviços de saúde em termos de custos, frequência, além da qualidade de atendimento prestado, são contextos a serem considerados em sua influência nas estimativas de prevalência da hipertensão arterial em grupos sócio-econômicos diversos. (SPITZER, *op. cit.*, p. 206-208).

Quanto à espacialização dos casos, observou-se o grande predomínio do controle da pressão arterial em níveis limítrofes entre a normalidade e o estágio leve da doença. Entretanto, foram evidenciadas ilhas que polarizam a qualidade do controle dos níveis pressóricos e onde os valores médios da pressão arterial segundo setores censitários

¹⁶⁶ National Health and Nutrition Examination Survey II (NHANES II), EUA, 1976-1980.

¹⁶⁷ Hypertension Detection and Follow-up Program (HDFP), EUA, 1977-1987.

encontram-se compatíveis com a normalidade ou com o estágio grave da doença. Nesse último caso, encontram-se como principais fatores clínicos e sócio-demográficos associados: concentração populacional entre 7 a 8 mil hab/km², predomínio do sexo feminino e de sobrepeso corporal, numa área de concentração de renda superior a 20 salários mínimos e alta escolaridade (nível superior). Esse conjunto de elementos informa sobre fatores biológicos de risco (sexo e estado nutricional), mas também revela um perfil sócio-econômico que tende à menor frequência ao serviço público de saúde, o que pode estar associado ao diferencial de achados sobre o controle da pressão arterial (**FIGURA 19**).

No cenário nacional, levantamentos recentes apontam que dos 30 milhões de hipertensos brasileiros, quase a metade não está submetida a tratamento. Por outro lado, das pessoas que têm acesso às medidas terapêuticas nos serviços de saúde, somente 6,5% conseguem atingir a meta de controle da pressão arterial, que deve estar abaixo de 140/90 mmHg (SBC, 2005).

Como consequência, tem-se que os o risco de mortalidade e de seqüelas torna-se muito maior, na vigência de níveis mais elevados da pressão arterial, quando em comparação com aqueles mantidos mais próximos da normalidade (SPITZER, *op. cit.*, p. 201).

Segundo afirmação de Lolio *et al.* (1993, p. 357), é reconhecida a maior frequência de diagnóstico da hipertensão arterial na razão direta da idade. Entretanto, nos grupos etários mais avançados, há uma tendência de decréscimo ou estabilização dos níveis pressóricos, o que pode indicar uma seleção da população mais idosa saudável, uma vez que nessa faixa ocorre a maior parcela da mortalidade dos hipertensos, com complicações mais severas a partir da enfermidade.

Ainda quanto à relação entre os níveis de pressão arterial e idade, sabe-se que há um comportamento diferencial entre as medidas sistólica e diastólica. Enquanto as médias da primeira tendem a sofrer aumento com a idade, de forma regular e contínua, as médias da segunda crescem até cerca da quinta década de vida, seguindo-se de um platô e um decréscimo nas faixas etárias mais elevadas, fenômeno que tem relação com a seleção natural dos sobreviventes mais controlados. Assim, a partir dessa trajetória diferencial dos níveis tensionais mínimo e máximo, segundo a idade, explica-se a tendência de haver uma

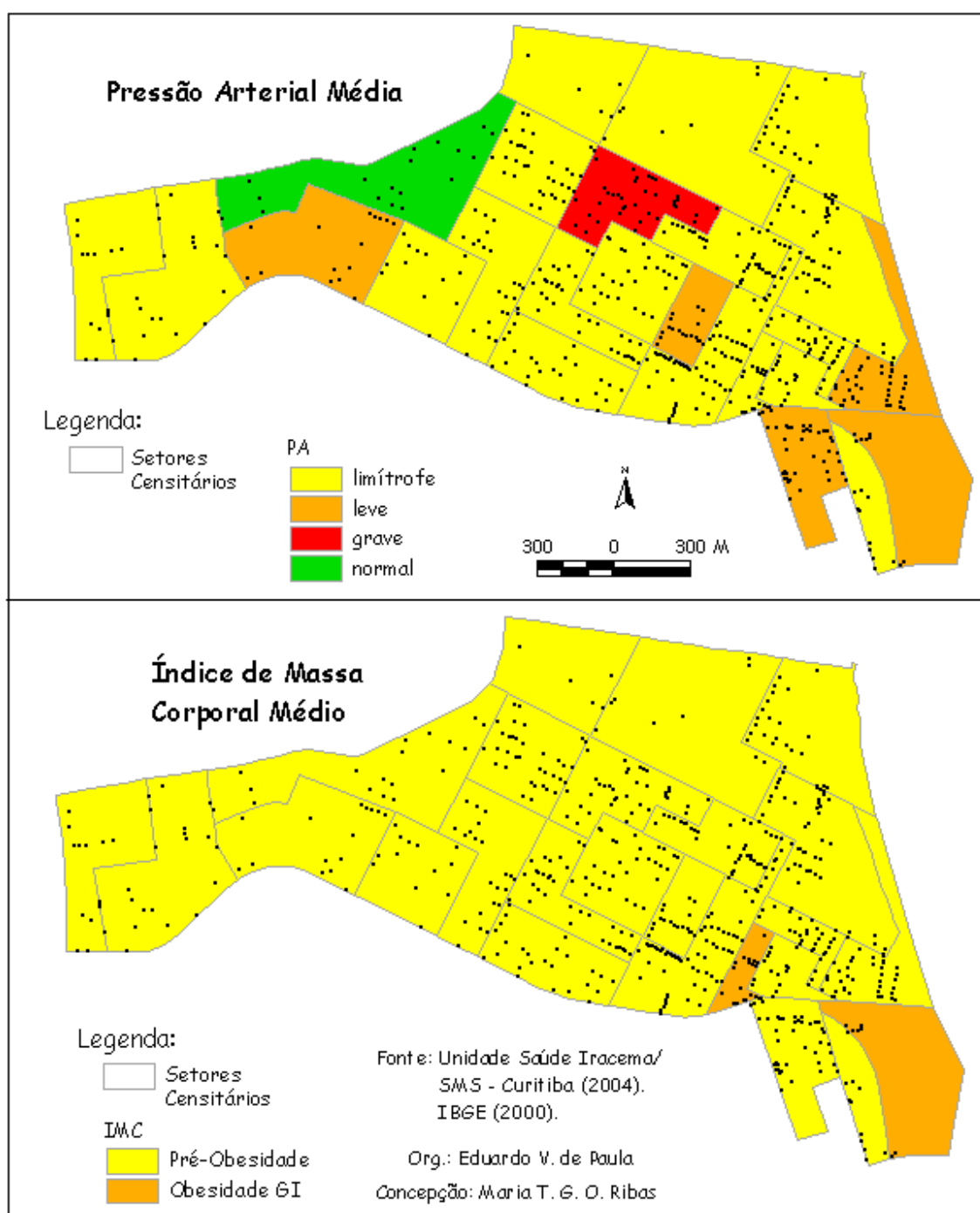


FIGURA 17 - Valores médios da Pressão Arterial(PA) e do Índice de Massa Corporal (IMC) dos casos de hipertensos estudados, segundo setores censitários, IBGE (2000)

maior prevalência de hipertensão sistólica isolada dentre os sujeitos mais idosos (SPITZER, *op. cit.*, p. 203).

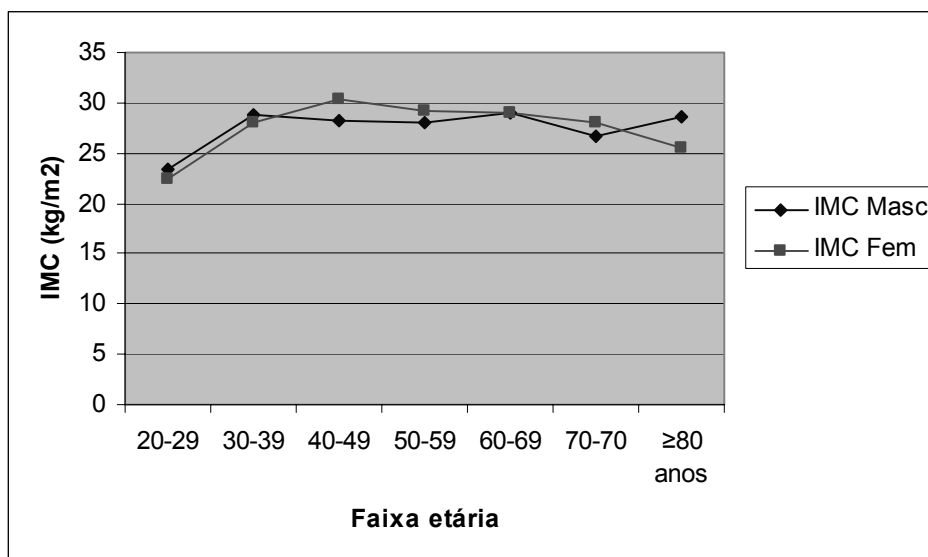
Pelo fato do estudo abordar sujeitos portadores de hipertensão arterial e com tratamento em curso, a curva demonstrada no GRÁFICO 1 apresenta-se com um comportamento diferencial em relação à fisiologia natural dos níveis pressóricos em relação à idade. Destaca-se como fator de influência, o fator longevidade dentre os participantes do estudo, sendo que conforme a TABELA 1, aproximadamente 25% possui idade superior a 70 anos e desses, 20% supera a oitava década de vida.

Em recente inquérito nacional, produzido no meio urbano e envolvendo aspectos relativos à hipertensão arterial, foi constatado que na amostragem populacional de Curitiba, em torno de 90% dos sujeitos com 25 ou mais anos de idade havia tido acesso à medição da pressão arterial nos 24 meses anteriores à pesquisa. Esse percentual chegou a 97,1% na faixa etária de 60 anos e mais, representando a maior cobertura, juntamente com Campo Grande, dentre as 15 capitais brasileiras estudadas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003, p. 135). Tem-se a partir desses resultados que o grau de acesso à medição de pressão arterial encontrado no inquérito foi elevado e aumentou para as faixas etárias de maior risco de desenvolvimento da doença, um contexto local que contribui para resultados positivos no manejo da hipertensão arterial.

No âmbito da nutrição humana, é reconhecida a associação entre a elevação dos níveis pressóricos arteriais e o aumento do peso corporal. Ou seja, o excesso de peso em relação à altura é tido com um dos principais fatores de risco à hipertensão arterial (SPITZER, *op. cit.*, p. 199; LOLIO *et al.*, *op. cit.* p. 360; WILLET, 2002, p. 39).

O GRÁFICO 2 demonstra que somente na faixa correspondente aos vinte anos, o IMC médio dos hipertensos situa-se no nível eutrófico. Destaca-se no grupo entre 40 e 59 anos, os valores superiores da massa corporal no gênero feminino, que em média situam-se no entorno do parâmetro demarcador da obesidade ($IMC \geq 30 \text{ kg/m}^2$).

Considerando-se a significativa presença de idosos dentre os participantes do estudo (53,5% - TABELA 1), o que requer um diagnóstico com parâmetros diferenciais de IMC, a obesidade teve uma prevalência de 16,72% (TABELA 2) entre os hipertensos. Entretanto, ao avaliar-se apenas o comportamento do IMC, obteve-se que 33,1% dos hipertensos apresentaram valores superiores a 30 kg/m^2 .



FONTE: Unidade de Saúde Iracema (SMS), Curitiba-Pr, 2004.

GRÁFICO 5 – Médias do Índice de Massa Corporal (IMC) dos hipertensos participantes do estudo, segundo sexo e faixa etária. Unidade de Saúde Iracema (SMS), Curitiba-Pr, 2004.

Considerando-se a significativa presença de idosos dentre os participantes do estudo (53,5% - TABELA 1), o que requer um diagnóstico com parâmetros diferenciais de IMC, a obesidade teve uma prevalência de 16,72% (TABELA 2) entre os hipertensos. Entretanto, ao avaliar-se apenas o comportamento do IMC, obteve-se que 33,1% dos hipertensos apresentaram valores superiores a 30 kg/m².

A distribuição dos valores médios de IMC dos hipertensos na área de estudo não demonstrou diferenciais de espacialidade (**FIGURA 17**). Entretanto, o perfil nutricional dos hipertensos segundo setores censitários, revela que o conjunto sobrepeso-obesidade tende a ser mais amplo nas áreas mais populosas e pobres (**FIGURA 19**) o que remete à discussão da insegurança alimentar, a questão da relação entre consumo alimentar, sedentarismo e confinamento espacial urbano.

O excesso de peso aumenta de duas a seis vezes o risco de hipertensão, sendo recomendado que o IMC se mantenha em níveis de normalidade como estratégia preventiva e de controle da elevação da pressão arterial (SBC, *op. cit.*, p. 30).

Segundo o comitê responsável pelas diretrizes alimentares para americanos, fornecidas pelo Departamento Nacional de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), há um

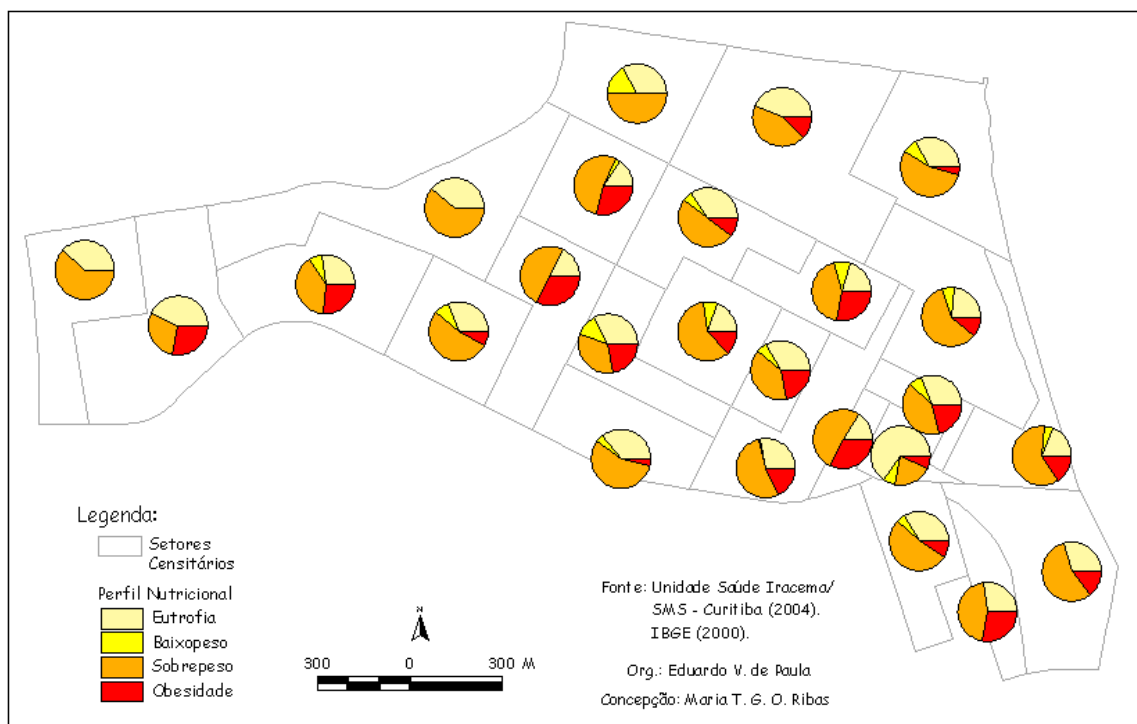


FIGURA 18 - Espacialização do perfil nutricional dos hipertensos estudados, segundo setores censitários, IBGE (2000)

consenso de que o risco para hipertensão, doenças cardíacas e diabetes começa a se elevar a partir de um valor de IMC de aproximadamente 22 kg/m^2 . Assim, o valor de 25 kg/m^2 foi definido como limite superior do peso saudável, mensurado a partir do IMC, com base em indícios de que níveis superiores a esse patamar elevam o risco de mortalidade prematura (WILLET, *op. cit.*, p. 44).

Pelas **FIGURAS 19 e 20**, percebe-se um comportamento quase que diretamente proporcional na espacialização dos graus de obesidade em relação aos estágios da hipertensão arterial. As áreas de maior concentração da hipertensão em estágio grave se polarizam entre setores de altas e baixas renda e escolaridade (conforme **FIGURAS 11 e 12**) suscitando uma análise mais aprofundada sobre diferenciais de modo de vida, acesso à informação e estresse, segundo o espaço vivido.

A esse respeito, Spritzer (*op. cit.*, p. 201) comenta que a tendência da associação entre doença coronariana e elevado status socioeconômico se reverteu nos últimos 10 anos, sendo esse atualmente o segmento que apresenta menores índices de mortalidade. Nessa

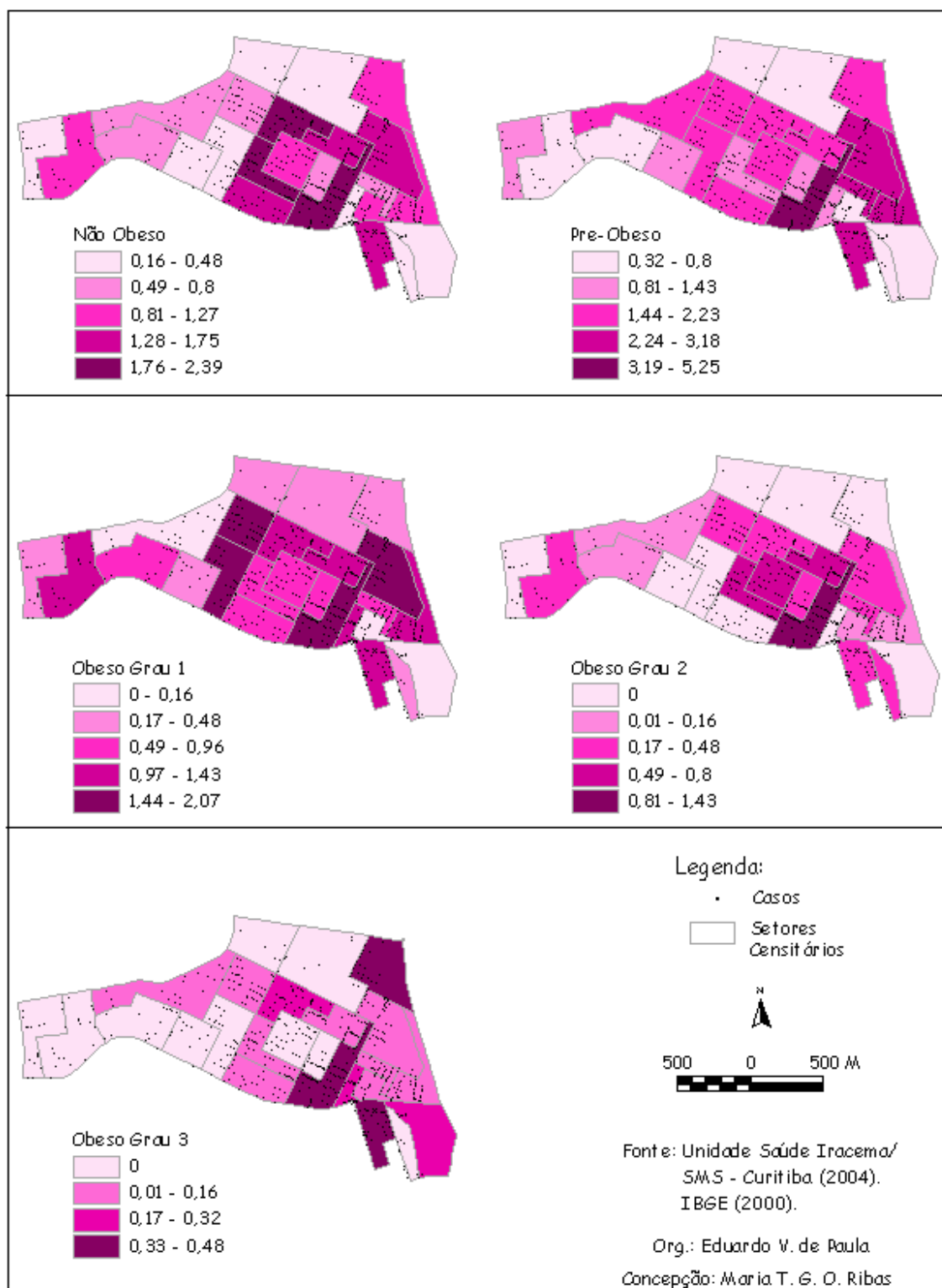


FIGURA 19 - Distribuição do estado nutricional hipertensos estudados com referência à obesidade, segundo setores censitários, IBGE (2000)

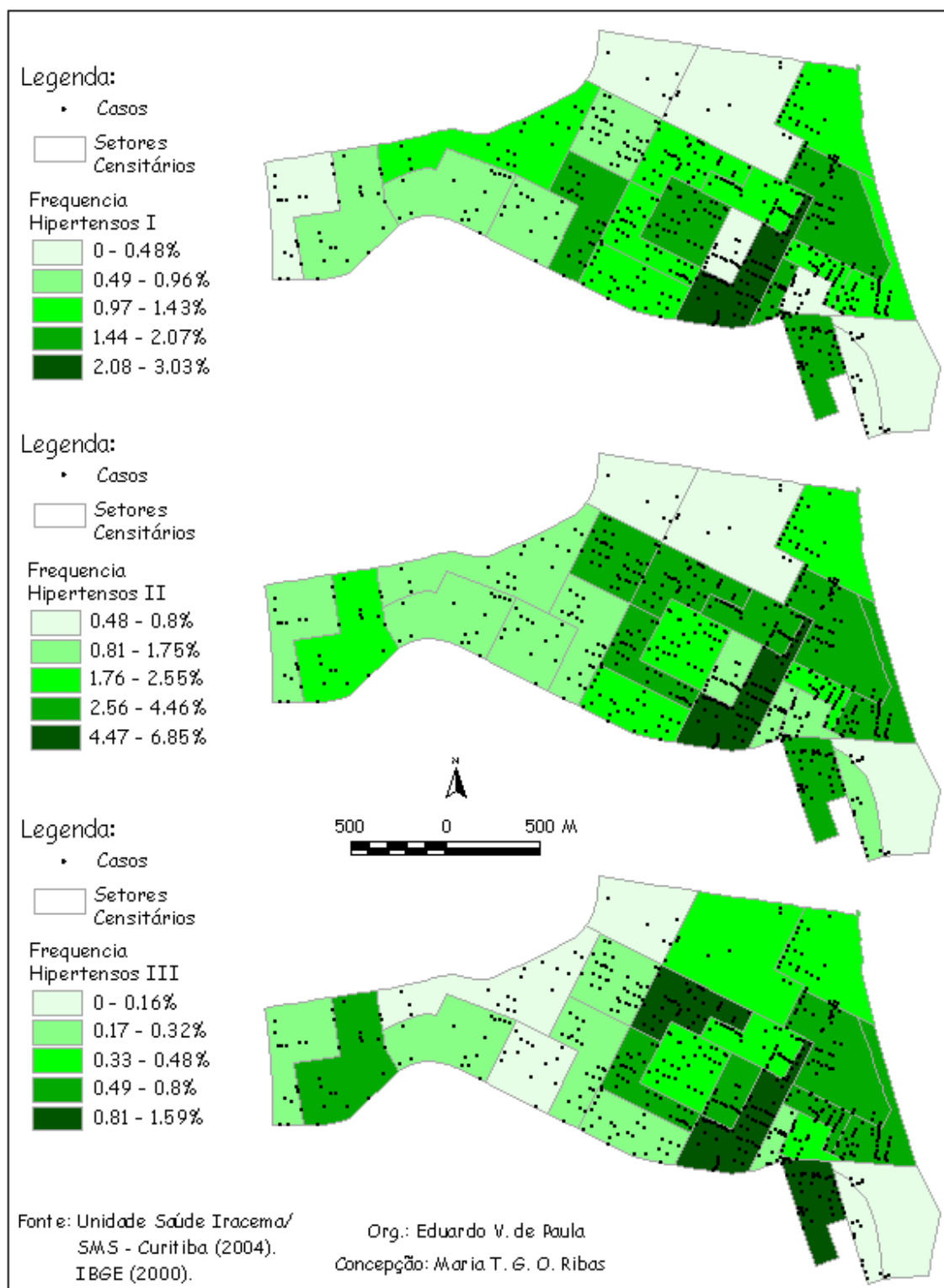


FIGURA 20 - Distribuição dos hipertensos estudados, segundo estágio da hipertensão arterial e setores censitários, IBGE (2000)

relação, o autor resgata que as análises explicativas perpassam questões como o estresse psicossocial, diferenças alimentares e de atividade física, massa corporal, bem como diferenciais de acessibilidade e de adesão aos cuidados de saúde.

Em estudo de área urbana quanto à prevalência e fatores de risco relacionados à hipertensão, a idade avançada, a obesidade e a baixa escolaridade figuraram dentre os fatores persistentes e significativamente associados à ocorrência da doença (PICCINI; VICTORA, 1994, p. 265)

A **TABELA 3** sintetiza um perfil dos hipertensos participantes do estudo tendo como referência a sua condição social. A partir dos dados obtidos em fonte secundária, a categoria “posição na ocupação” foi eleita como marcador da inserção dos sujeitos no âmbito das relações de trabalho, para um refinamento descritivo de aspectos referentes ao modo de vida e suas articulações ao processo saúde-doença.

A partir desse descritivo obteve-se que 65% dos hipertensos pertence às categorias “aposentado” e “sem ocupação”, sendo a maioria referida como “donas de casa” e onde se encontrou a maior proporção de casos de obesidade (31%). 3,7% dos casos encontravam-se na condição de “desempregado”. Constatou-se associação estatisticamente significativa entre as variáveis estágio da hipertensão arterial, estado nutricional, sexo, posição da família e posição dos hipertensos na ocupação ($p < 0,05$).

A maior proporção de sobrepeso e obesidade se deu na categoria “sem ocupação”, na predominância de donas de casa, o que subsidia os achados de altos valores do IMC médio feminino no grupo etário entre 40 e 59 anos de idade (**GRÁFICO 5**).

Como características descritivas dos participantes do estudo, em termos sócio-demográficos obteve-se que 64% possuíam baixa escolaridade, o que correspondeu ao primeiro grau incompleto e incluiu analfabetos (10,4% , conforme a **TABELA 1**); 16,4% vivem em habitações construídas a partir de material aproveitado; 69,5% usam veículos coletivos com principal meio de transporte; 84,5% são chefes de família ou cônjuges e 79% são naturais do interior do Paraná ou de outros Estados.

Ressalta-se que uma associação inversa entre as condições sócio-econômicas e os níveis de pressão arterial tem sido relatada em estudos epidemiológicos baseados em comunidades, bem como em residentes de áreas geográficas caracterizadas por privação sócio-econômica e outros índices sociais de estresse. Também há achados sobre relação

TABELA 3 – PERFIL CLÍNICO E SÓCIO-DEMOGRÁFICO DOS HIPERTENSOS PARTICIPANTES DO ESTUDO, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO. UNIDADE DE SAÚDE IRACEMA (SMS), CURITIBA-PR, 2004.

<i>Características</i>	<i>Apos¹</i>	<i>Desemp²</i>	<i>Empreg³</i>	<i>Sem Ocupação⁴</i>	<i>Sem Informação</i>	<i>Total</i>	<i>Qui- Quadrado</i>	<i>p</i>
Estágio HA								
I (Leve)	54 (8,6%)	4(0,6%)	62(9,9%)	49(7,8%)	3(0,5%)	27,4%	19,081	0,004
II (Moderado)	143(22,8%)	12(1,9%)	103(16,4%)	109(17,4%)	4(0,6%)	59,1%		
III (Grave)	22 (3,5%)	7(1,1%)	19(3,0%)	37(5,9%)	0	13,5%		
TOTAL	219(34,9%)	23(3,7%)	184(29,3%)	195(31,0%)	7(1,1%)	100,0%		
Est. Nutricional								
Baixo Peso	14 (2,2%)	0	3(0,5%)	12(1,9%)	1(0,2%)	4,8%	145,881	0,000
Eutrofia	69(11,0%)	6(1,0%)	50(8,0%)	53(8,4%)	3(0,5%)	28,8%		
Sobrepeso	106(16,9%)	13(2,1%)	98(15,6%)	93(14,8%)	2(0,3%)	49,7%		
Obesidade	30(4,8%)	4(0,6%)	33(5,2%)	195(31,0%)	7(1,1%)	16,7%		
Escolaridade								
Alta ⁵	6 (1,0%)	0	8(1,3%)	7(1,1%)	0	3,3%	7,906	0,245
Média ⁶	61(9,7%)	9(1,4%)	61(9,7%)	47(7,5%)	0	28,4%		
Baixa ⁷	145(23,1%)	13(2,1%)	105(16,7%)	136(21,7%)	3(0,5%)	64,0%		
Sem registro	7(1,1%)	1(0,2%)	10(1,6%)	5(0,8%)	4(0,6%)	4,3%		
Tipo Habitação								
Alvenaria	167(26,6%)	15(2,4%)	150(23,9%)	144(22,9%)	4(0,6%)	76,5%	9,539	0,389
Madeira	2(0,3%)	0	0	2(0,3%)	0	0,6%		
Mat. aproveitado	34(5,4%)	7(1,1%)	24(3,8%)	38(6,0%)	0	16,4%		
Outros	15(2,4%)	1(0,2%)	9(1,4%)	9(1,4%)	0	5,4%		
Sem registro	1(0,2%)	0	1(0,2%)	2(0,3%)	3(0,5%)	1,1%		
Saneamento								
Sist. Esgoto	210(33,4%)	23(3,7%)	172(27,4%)	185(29,5%)	4(0,6%)	94,6%	5,801	0,759
Fossa	6(1,0%)	0	8(1,3%)	7(1,1%)	0	3,3%		
Céu aberto	1(0,2%)	0	3(0,5%)	1(0,2%)	0	0,8%		
Outro	1(0,2%)	0	0	0	0	0,2%		
Sem registro	1(0,2%)	0	1(0,2%)	2(0,3%)	3(0,5%)	1,1%		
Transporte								
Coletivo	159(25,3%)	18(2,9%)	120(19,1%)	136(21,7%)	3(0,5%)	69,5%	5,509	0,480
Particular	11(1,7%)	2(0,3%)	18(2,9%)	15(2,4%)	0	7,3%		
Misto	48(7,6%)	3(0,5%)	45(7,2%)	42(6,7%)	1(0,2%)	22,1%		
Sem registro	1(0,2%)	0	1(0,2%)	2(0,3%)	3(0,5%)	1,1%		
Sexo								
Masculino	107(17,0%)	16(2,5%)	75(11,9%)	20(3,2%)	2(0,3%)	35,0%	86,615	0,000
Feminino	111(17,7%)	7(1,1%)	109(17,4%)	176(28,0%)	5(0,8%)	65,0%		
Posição Família								
Chefe	165(26,3%)	17(2,7%)	100(15,9%)	81(12,9%)	0	57,8%	53,307	0,000
Cônjuge	27(4,3%)	5(0,8%)	59(9,4%)	73(11,6%)	3(0,5%)	26,6%		
Outro	26(4,1%)	1(0,2%)	22(3,5%)	33(5,2%)	0	13,1%		
Sem registro	1(0,2%)	0	3(0,5%)	6(1,0%)	6(1,0%)	2,5%		
Procedência								
Curitiba	46(7,3%)	5(0,8%)	30(4,8%)	42(6,7%)	1(0,2%)	19,7%	3,334	0,770
Interior PR	103(16,4%)	12(1,9%)	99(15,8%)	100(15,9%)	1(0,2%)	50,2%		
Outro Estado	69(11,0%)	6(1,0%)	54(8,6%)	53(8,4%)	0	29,0%		
Sem registro	0	0	0	0	7(1,1%)	1,1%		
Total						100,0%		

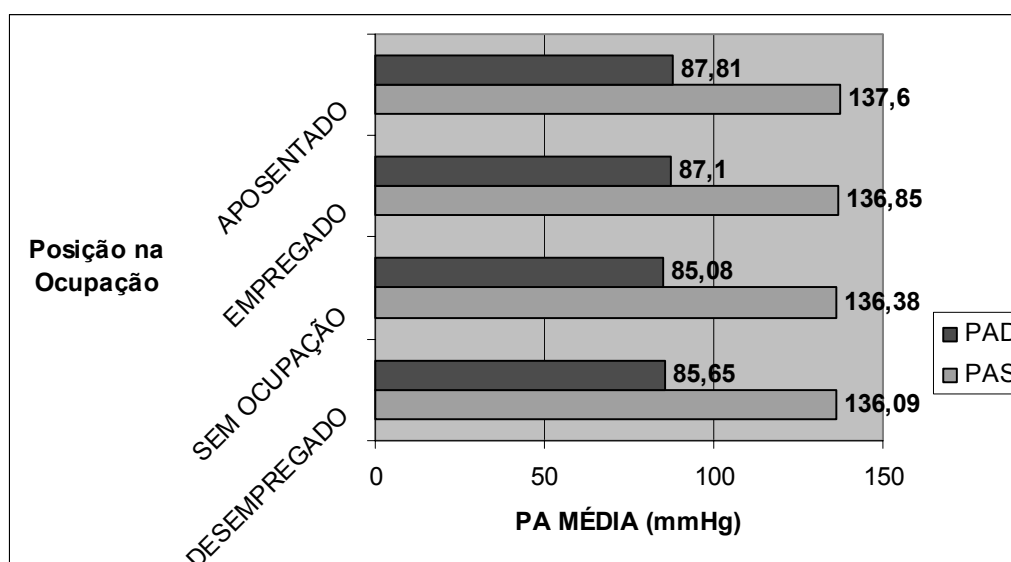
FONTE: PRONTUÁRIOS ELETRÔNICOS – UNIDADE DE SAÚDE IRACEMA – SMS CURITIBA, 2004

¹ **Aposentado:** envolveu as categorias ‘APOSENTADO’ e ‘VIVE DE RENDA’; ² **Desempregado:**; ³ **Empregado:** envolveu as categorias ‘EMPREGADO’ e ‘CONTA PRÓPRIA/AUTÔNOMO’;; ⁴ **Sem Ocupação:** envolveu as categorias ‘SEM OCUPAÇÃO’, ‘DONA DE CASA’ e ‘ESTUDANTE’; ⁵ Compreende: ‘ANALFABETO’; ‘ALFABETIZADO’ e ‘1º GRAU INCOMPLETO’; ⁶ Compreende: ‘1º GRAU COMPLETO’ a ‘2º GRAU COMPLETO’; ⁷ Compreende: ‘SUPERIOR INCOMPLETO’ a ‘MESTRADO’, todas nominadas conforme designação na fonte.

inversa entre nível educacional e médias de pressão arterial, especialmente dos níveis diastólicos e entre o gênero feminino, quando comparados grupos com escolaridade superior a 13 anos de estudo e inferior a 9 anos (SPRITZER, *op. cit.*, p. 201-207)

Quanto ao gênero, houve maior proporção de hipertensos masculinos aposentados (17,0%) e femininos sem ocupação (28,0%), embora para as mulheres, tenha havido uma proporção homogênea, porém menor (em torno de 17%) nas categorias aposentado e empregado. Segundo o levantamento efetuado, 91,3% (n = 178) da categoria “sem ocupação”, correspondeu a donas de casa. Com relação à posição na família, destaca-se que 57,0% (n = 207) constituíram-se de mulheres chefes de família.

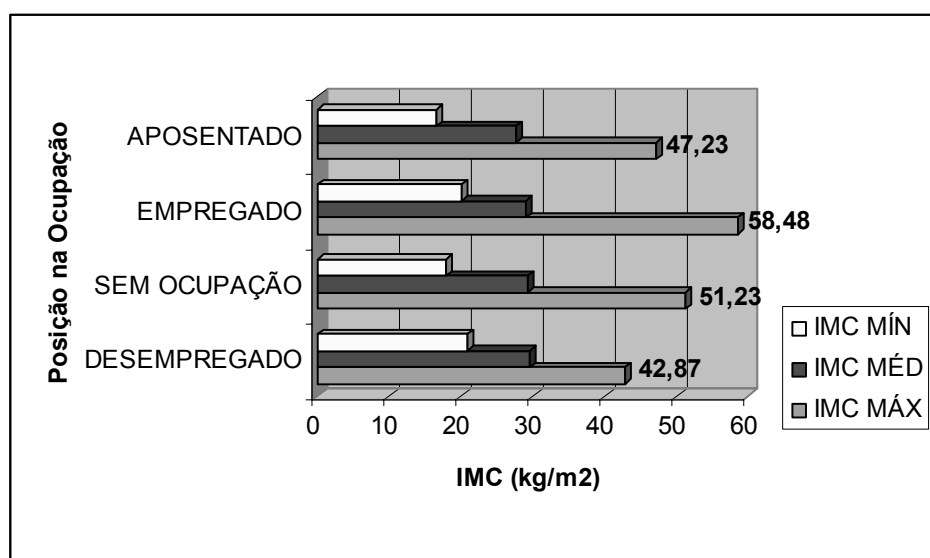
Desse conjunto de condições biológicas e sócio-demográficas associadas à hipertensão, onde concorrem a obesidade, a baixa renda e escolaridade, discute-se que representa uma condição de insegurança, referente ao acesso a recursos e informações, bem como às margens de manobra quanto ao ambiente social e material. Isso remete à necessidade de não somente implementar medidas preventivas e/ou terapêuticas da hipertensão, como ampliar a capacidade de leitura do contexto integral e complexo que gera o acúmulo de riscos à saúde e à enfermidades específicas como a hipertensão a partir do espaço vivido.



FONTE: Unidade de Saúde Iracema (SMS), Curitiba-Pr, 2004.

GRÁFICO 6 –Valores médios da Pressão Arterial Diastólica (PAD) e Pressão Arterial Sistólica (PAS) dos hipertensos participantes do estudo, segundo Posição na Ocupação.

Os níveis médios de pressão sistólica e diastólica encontraram-se dentro dos parâmetros de normotensão em todos os grupos sociais (GRÁFICO 3)



FONTE: Unidade de Saúde Iracema (SMS), Curitiba-Pr, 2004.

GRÁFICO 7 – Valores mínimo, médio e máximo do Índice de Massa Corporal (IMC) dos hipertensos participantes do estudo, segundo Posição na Ocupação.

Entretanto, houve variação quanto aos índices de massa corporal segundo posição dos participantes na ocupação. Os valores médios do IMC situaram-se próximos a 29 kg/m², sendo ligeiramente menores (27 kg/m²) entre o grupo dos aposentados, comportamento que pode estar associado ao fator etário, onde há uma tendência fisiológica de redução da massa corporal com o aumento da idade. Pela mesma razão, nesse segmento e no dos sem ocupação, foram encontrados valores mínimos de IMC compatíveis com um diagnóstico de baixo peso (16,65 kg/m², entre os aposentados e 17,85 kg/m² entre aqueles sem ocupação).

A esse respeito, Willet (*op. cit.*, p. 42-43), alerta que o excessivo baixo peso também se associa ao aumento do risco de morte prematura, especialmente em níveis de IMC inferiores a 17 kg/m². Ressalta que essa condição normalmente se associa ao tabagismo, ao sedentarismo e a alguns tipos de doença como as neoplásicas e cardíacas.

Ainda quanto ao IMC, destacam-se os valores máximos encontrados na classe dos empregados e dos sem ocupação, que superaram os 50 kg/m², atingindo mais que o dobro da massa corporal limite para o peso saudável e representando um risco gravíssimo de morbimortalidade, especialmente no curso simultâneo da hipertensão arterial. Destaca-se ainda que a classe dos desempregados apresentou o menor valor máximo de IMC, ainda assim, correspondente à obesidade em grau III, compatível com risco muito grave para comorbidades.

É preciso ressaltar que as discussões efetuadas tem como base um valor único que representa a massa corporal dos sujeitos participantes do estudo, fornecendo um diagnóstico nutricional numa perspectiva transversal. Entretanto, salienta-se que além do peso em sua proporção relativa à altura, a circunferência da cintura e o ganho de peso no decorrer das décadas de vida são importantes componentes de leitura de um diagnóstico nutricional amplo, em virtude de sua associação com os riscos aumentados de morbimortalidade por doenças cardio-circulatórias, diabetes e certos tipos de neoplasias, bem como com o desenvolvimento da hipertensão arterial e da hipercolesterolemia (WILLET, *op. cit.*, p. 40-49).

Contemporaneamente, tem sido foco de preocupação da abordagem clínica e epidemiológica, um conjunto de fatores de risco cardiovascular usualmente relacionados à deposição central de gordura (adiposidade abdominal) e à resistência à insulina, produzindo aumento nos níveis de glicose sangüínea. Também apresenta associação com a hipertensão arterial e a hipercolesterolemia. Esse complexo de transtornos recebeu a denominação de Síndrome Metabólica (SM) e possui estreita correlação com a doença cardiovascular, provocando a elevação da mortalidade geral em cerca de 1,5 vezes e a cardiovascular em aproximadamente 2,5 vezes¹⁶⁸ (BRANDÃO, 2004, p. 130).

Desse modo, a SM representa a combinação de pelo menos três dos seguintes componentes: obesidade abdominal, hipertensão arterial, elevação acima da normalidade da

¹⁶⁸ LAKKA H.M., *et al.* The metabolic syndrome and total and cardiovascular disease mortality in middle-aged men. *JAMA*, v. 288, p. 2709–2716, 2002. e GIRMAN C.J., *et al.* for the 4S Group and the AFCAPS/TexCAPS Research Group. The metabolic syndrome and risk of major coronary events in the Scandinavian Simvastatin Survival Study (4S) and the Air Force/Texas Coronary atherosclerosis Prevention Study (AFCAPS/TexCAPS). *Am J Cardiol*, v. 93, p. 136–141, 2004.

glicemia de jejum; níveis sanguíneos aumentados de triglicerídios e HDL-colesterol (*Idem*, p. 131).

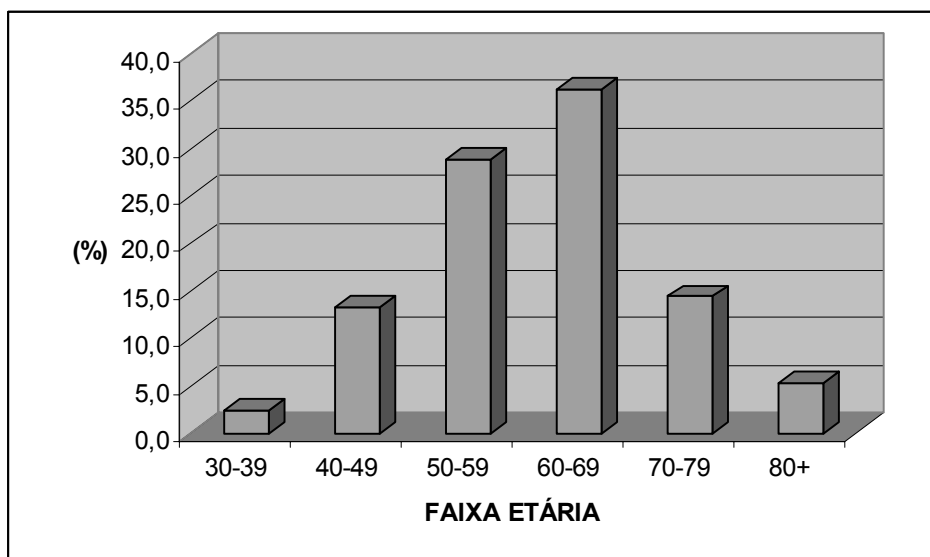
A partir dessas constatações como questões relevantes no âmbito da segurança nutricional, do universo de participantes do estudo, foi possível averiguar em um subgrupo de hipertensos ($n = 174$), a contribuição de parâmetros clínicos e bioquímicos aumentados no acúmulo de riscos associados à hipertensão. Não é do interesse do estudo o diagnóstico da SM em si, mas apenas apontar fatores de alteração do metabolismo que se dão em sinergia à ocorrência da obesidade e da hipertensão arterial, como discussão ilustrativa do desfecho nutricional na mediação do modo de vida urbano, conforme relatado e/ou experienciado por habitantes do bairro.

O subgrupo constituído para a análise do desfecho nutricional foi configurado a partir da existência de registro no banco de dados, de exames bioquímicos de interesse à análise nutricional proposta (glicemia de jejum, colesterol total, LDL-colesterol e triglicerídios) no prazo de até 30 dias anteriores à data da consulta avaliada. Foram selecionados os sujeitos que possuíam resultados referentes a todos os exames descritos.

Houve predominância de sujeitos na faixa etária de 40 a 59 anos de idade, sendo apresentados nos **GRÁFICOS 8 e 9** o perfil etário do subgrupo e a proporção de participantes com níveis elevados dos parâmetros clínicos e bioquímicos analisados.

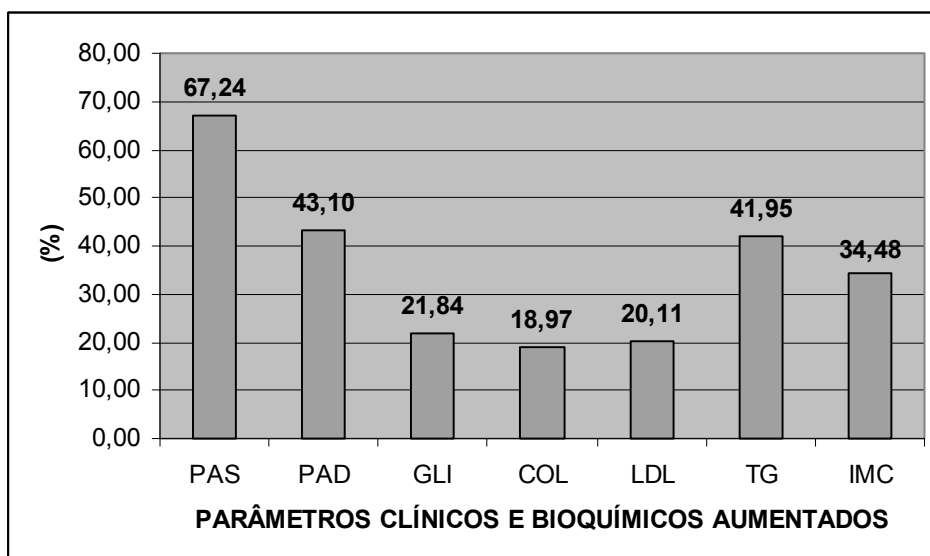
Destaca-se que a hipertensão arterial sistólica e diastólica simultâneas, assim como a obesidade estiveram presentes em respectivamente 39,1% ($n = 68$) e 34,5% ($n = 60$) dos sujeitos desse subgrupo (**GRÁFICO 9**). Em 8,6% ($n = 15$) dos participantes, todos os exames bioquímicos apresentaram valores compatíveis com a normalidade, assim como os níveis de PAS e PAD e o IMC. Em 12,1% ($n = 21$) dos sujeitos houve achados de valores elevados simultaneamente em 5 ou mais dos parâmetros analisados.

No **GRÁFICO 10**, pode-se evidenciar que a hipertensão arterial sistólica ($PAS \geq 130$ mmHg) é o principal componente de risco, havendo um ou mais fatores clínicos ou bioquímicos aumentados em associação e estando presente em 100% dos casos em que concorrem simultaneamente aumentos de 5 ou 6 parâmetros clínicos ou bioquímicos. A partir da coexistência de 2 ou mais fatores, a hipertensão arterial diastólica ($PAD \geq 85$ mmHg) assume uma contribuição crescente atingindo em torno de 90% dos casos com 5 ou



FONTE: Unidade de Saúde Iracema (SMS), Curitiba-Pr, 2004.

GRÁFICO 8 – Perfil etário do subgrupo de hipertensos participantes do estudo (análise do desfecho nutricional).

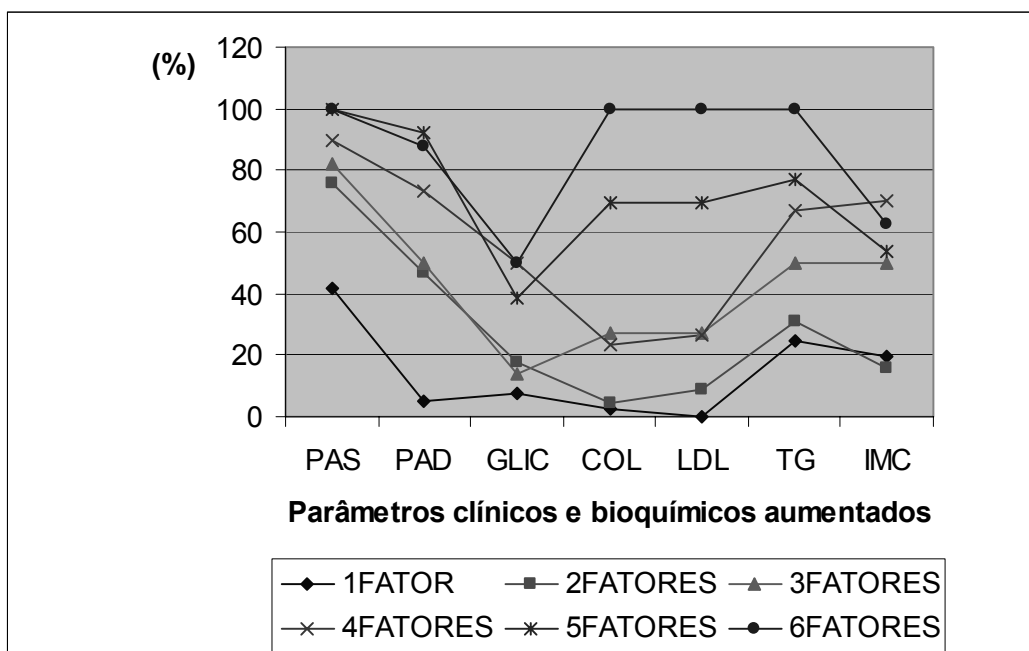


FONTE: Unidade de Saúde Iracema (SMS), Curitiba-Pr, 2004.

GRÁFICO 9 – Proporção do subgrupo de hipertensos participantes do estudo (análise do desfecho nutricional), portadores de valores aumentados de pressão arterial, glicemia de jejum, colesterol total, LDL-colesterol, triglicerídios e Índice de Massa Corporal.

6 parâmetros aumentados simultaneamente. Os triglicerídios aparecem aumentados ($TG \geq 150$ mg/dl) em respectivamente em 50, 67 e 77% dos casos com 3, 4 e 5 parâmetros

aumentados simultaneamente, também figurando em 100% dos que apresentam ao mesmo tempo 6 fatores alterados.



FONTE: Unidade de Saúde Iracema (SMS), Curitiba-Pr, 2004.

GRÁFICO 10 – Contribuição de parâmetros clínicos e bioquímicos aumentados no acúmulo de riscos associados à hipertensão arterial em um sub-grupo de hipertensos participantes do estudo. Unidade de Saúde Iracema (SMS), Curitiba-Pr, 2004.

No sub-grupo estudado, o aumento da glicemia (glicose sanguínea em jejum ≥ 110 mg/dl) sugere ser o fator menos relevante no acúmulo de riscos associados à hipertensão, estando presente entre 38 e 50% dos casos onde há coexistência de 4 ou mais fatores aumentados.

O aumento do colesterol total (COL ≥ 240 mg/dl) e do LDL-colesterol (LDL ≥ 160 mg/dl) assumem papel relevante na contribuição de riscos (70% em ambos) a partir do acúmulo de 5 fatores aumentados, estando presentes na totalidade dos casos onde coexiste o aumento de 6 parâmetros clínicos ou bioquímicos.

A obesidade (IMC ≥ 30 kg/m²) sugere uma tendência crescente de contribuição à medida que se somam os parâmetros clínicos ou bioquímicos aumentados, chegando a participar de 50 a 70% dos casos, a partir de 3 fatores simultaneamente alterados.

Estudos epidemiológicos têm apontado que não somente o alto nível de pressão arterial difere indivíduos hipertensos dos normais. Existe uma tendência da hipertensão

ocorrer em combinação a estilos de vida, fatores metabólicos e antropométricos que independentemente estão associados ao aumento das doenças cardiovasculares. Estudos recentes¹⁶⁹ demonstram que menos de 20% da hipertensão ocorre sem pelo menos 1 ou mais riscos associados, incluindo triglicerídios e LDL colesterol elevados, HDL colesterol reduzido, intolerância à glicose, hiperinsulinemia e hipertrofia ventricular esquerda (BARRETO *et al.*, 2001, p. 576).

Com o panorama apresentado, remete-se à escala local, a mundialmente discutida importância da alimentação para uma nutrição adequada, bem como da prática regular de atividades físicas como estratégias protetoras do impacto das doenças crônicas não transmissíveis. É reconhecido que hipertensão arterial sistêmica, hipercolesterolemia, ingestão insuficiente de frutas, hortaliças e leguminosas, sobrepeso ou obesidade, inatividade física e tabagismo são os fatores de risco mais importantes para a morbimortalidade relativa a esse tipo de enfermidade¹⁷⁰ (BRANDÃO, *op. cit.*, p. 132).

Apesar das práticas alimentares não terem sido abordadas de modo direto, com relação aos participantes do estudo, as relações sócio-espaciais que foram produzindo o cotidiano do bairro, em especial na dimensão da organização das tarefas ligadas à alimentação deram referência a um modo de vida cujas refeições noturnas domésticas tornaram-se valorizadas como exigência do tempo produtivo fora de casa, no trabalho e nos afazeres na cidade. Essa prática pode produzir repercussões metabólicas importantes, associadas ao aumento de fatores de risco ligados à obesidade e a doenças a ela associadas.

Conforme analisa Assis (2000, p. 18), a regulação do consumo alimentar tem sido associada a diferentes ritmos de ingestão, relativos à temporalidades anuais, sazonais, semanais ou diárias. Reafirmando os conteúdos discutidos no Capítulo 2 quanto ao ritmo semanal da ingestão de alimentos, autores¹⁷¹ identificaram aumento calórico, de macronutrientes e de bebidas alcoólicas nas refeições realizadas durante os finais de semana, quando em comparação às efetuadas nos demais dias, comportamento associado aos rituais de reunião e à maior flexibilidade no tempo de duração das refeições nestas ocasiões.

¹⁶⁹ KANNEL, W.B. Risk stratification in hypertension: new insights from the Framingham study. *Am J Hypertens*, v. 13, p. 3S-10S, 2000

¹⁷⁰ De acordo com a Organização Mundial da Saúde, em *The World Health Report 2002: Reducing Risks, Promoting Healthy Life*. Genebra: WHO, 2002.

¹⁷¹ A autora se reporta a referência do estudo de Castro (1991), contida em BELLISLE, F. **Le comportement alimentaire humain**. Bélgica : Institut Danone, 1999.

Quanto à alimentação diária, a autora comenta a articulação entre fatores sócio-biológicos e ambientais (a regulação hormonal de níveis de nutrientes, hábitos culturais e comportamentais, ciclo claro-escuro diário, entre outros condicionantes) na ritmicidade da ingestão de alimentos. Destaca a ocorrência de padrões circadianos de ingesta e ritmos similares de motilidade intestinal, secreções digestivas e absorção e concentração sangüínea de nutrientes.

No foco das questões discutidas quanto ao cotidiano alimentar atual no bairro, Lennerñas et al.¹⁷², referidos por Assis (*op. cit.*, p. 20) apontaram que a transferência das refeições do período vespertino para o noturno teve associação com níveis elevados de colesterol total e LDL-colesterol, e com a redução do HDL-colesterol, categoria lipídica protetora das artérias. Em seus achados, os autores analisam que esse fenômeno se relaciona ao aumento dos riscos para a obesidade e doenças cardiovasculares.

Tem-se discutido atualmente que a ingesta alimentar após às 18 horas tem influência positiva sobre o aumento do peso corporal devido a uma absorção metabólica preferencial dos lipídios no período noturno, gerando mais energia, e a conseqüente redução da metabolização dos carboidratos, da taxa metabólica basal e do quociente respiratório (PASCHOAL,1999). Esses processos refletem características fisiológicas do preparo orgânico para uma condição de repouso, ao contrário do que ocorre pela manhã, quando há utilização preferencial de carboidratos, para uma mobilização mais rápida de energia, necessária às atividades do decorrer do dia.

Com isso, a partir da variabilidade da eficiência metabólica dos alimentos no ciclo diário, tem-se que o horário cotidiano de realização das refeições pode produzir efeitos relativos à concentração plasmática hormonal, à temperatura e peso corporais, bem como à pressão sangüínea (WATERHOUSE¹⁷³, *apud* ASSIS, *op. cit.*, p. 19-20).

A partir das diferentes dimensões discutidas com relação à relação entre o modo de vida, o cotidiano alimentar e seu desfecho nutricional orgânico, evidencia-se que a obesidade representa uma questão relevante no modelo de determinação da hipertensão

¹⁷² LENNERÑAS, M.A.C.; AKERSTED, T.; HAMBRAEUS, L. *Nocturnal eating and serum cholesterol of three-shift workers*. **Scand. J. Environ Health**, v. 20, p. 401-406, 1994.

¹⁷³ WATERHOUSE, J.; MINORS, D.; ATKINSOS, G.; BENTON, D. *Chronobiology and meal times: internal and external factors*. **British Journal of Nutrition**, v. 77(Suppl. I), p. s29-s38, 1997.

arterial, constituindo-se em estratégia fundamental de prevenção do complexo bio-social que caracteriza situações de insegurança alimentar em seu desfecho nutricional patológico.

Ao mesmo tempo em que o peso demasiadamente excessivo vem sendo evidenciado especialmente entre as mulheres pobres urbanas, configurando-se no que se convencionou denominar “epidemia de obesidade”, é também uma condição passível de modificação, na consecução de serviços de saúde universalmente acessíveis e de qualidade, norteados a gestionar o problema na perspectiva de seu nexo de complexidade

Como considerações finais desse levantamento descritivo-quantitativo, reconhecem-se como limitações para o aprofundamento de discussões clínico-epidemiológicas no foco nutricional, a não realização da análise de parâmetros relativos à atividade física, consumo alimentar e ganho de peso individual, dimensões relativas ao modo de vida que possuem influência sobre a interpretação da condição do Índice de Massa Corporal. O refinamento da localização da adiposidade corporal, também é evidenciado como importante fator a ser analisado, à medida que significa um acúmulo de risco associado à hipertensão, doenças cardíacas, diabetes e dislipidemias, quando concentrada no plano tóraco-abdominal. Uma parte desses registros não estava contemplada no banco de dados de referência ao estudo e outra exigiria uma estratégia de mais longa duração do que o planejado na operacionalização da pesquisa.

Na percepção dos habitantes locais, os problemas de saúde ligados à alimentação permeiam todas as fases do ciclo vital e têm seu desfecho relacionado a práticas operadas e acumuladas ao longo da vida. Neste contexto, a hipertensão arterial figura como um dos elementos do processo saúde-doença mais evidentes relacionados à questão alimentar, sendo muitas vezes experienciado pessoalmente pelos próprios sujeitos ou no ambiente familiar:

“Tem de tudo, né? Começando por bebês... A mãe acaba de ter um filho e não quer amamentar. Aí enche a criança de ‘Mucilon®’ [alimento a base de farinha de cereais], aquela mistura. Então aquela criança fica ‘deste tamanho’. A mãe acha que é melhor ela fazer uma mamadeira, porque a criança vai crescer mais e engordar mais rápido. Depois, acho que depende do horário que a criança acorda. Então às vezes a criança estuda à tarde e ela levanta às onze horas da manhã. E aí o que ela faz: ela vai lá, come um pão, dois ou três pães, toma um ‘Nescau®’. E aí chega na hora do almoço, ela nunca vai comer, é automático que ela não coma, né? Acaba indo pra escola sem comer. E tudo vai mais do horário e da maneira que você ensina o teu filho. Eu acho assim que eles podem, principalmente adolescente, né, com pizza e tantas coisas, podem ‘pegar’ uma hipertensão, um problema cardíaco, né, devido ao que não vêem a consequência né, do que pode acontecer pra eles, e devido à falta de orientação. Adultos, pela parte da hipertensão, que

também pode acontecer com os adolescentes ... Eu acho que tudo é da formação, do que a pessoa fez desde o início e que vai-se acumulando, muito sal, etc. E também a falta de atividade, porque tem pessoas que ficam só parada, tá sempre sentada, na frente da televisão.. Não fazem nada! Não se preocupam de nadar um pouquinho, fazer uma caminhadinha pra ajudar. Tem gente com quarenta anos que diz: ‘Ah.. eu tô velha, não gosto...’ Não se preocupam nem com o corpo nem com o organismo delas .” (N – residente há 36 anos)

“Eu acho que o estresse né que faz a pessoa comer de uma maneira errada... às vezes a pessoa fica nervosa e você fala pra ela: ‘Ah, come um docinho, vai adoçar a vida...’Eu acho que tudo né, o dia-a-dia, o trabalho, a família ninguém, né, todo mundo tem o seu probleminha, ninguém vai dizer que é perfeito, porque não é né?Acho que o problema é mais excesso de peso e acho que em pessoas de mais idade, de um modo geral têm problemas de excesso de peso e pressão alta. É o que eu vejo, né?” (V– residente há 6 anos)

“Olha, eu tenho sessenta e dois anos e graças a Deus não tomo nada, minha pressão é doze por oito. Minha mulher já tem problema de pressão, porque é hereditário. Agora, a vida começa aos quarenta e de fato começa... Porque daí você começa a ir no médico, ir na farmácia, então ... E tem esse postinho de saúde, que a minha senhora pega remédio lá e vê a pressão.. E é outra coisa , porque você passou de uma idade, principalmente nós homens, porque nós, quando éramos guri abusávamos, então o reflexo vem agora. Não é a idade é o que você fez lá atrás ... Nós homens: festa, isso e aquilo, cigarro ... Eu fumava, da minha parte, fumei demais até. Então faz vinte, vinte e cinco anos que eu larguei. Eu vi que tava fazendo mal e larguei. Então é aquele negócio... eu tomava uma cerveja de manhã... Hoje, não vou dizer que eu não tomo cerveja socialmente, mas de vez em quando. É aquele negócio, ficar vendo todo mundo... e ninguém se cuida. Porque todo mundo tem problema de saúde... Uns dizem que é a alimentação. Vamos dizer que é, porque amaduram [as frutas e verduras] na base do veneno, é ou não é? Mas sei lá que coisa é.... Eu acho que a saúde em si, se você não se cuida, você vai sofrer, concorda comigo?” (T– residente há 44 anos)

Garine (*op. cit.*, p. 5) aponta que todas as sociedades concedem aos alimentos um certo caráter medicinal, mediante o princípio geral de que tanto o corpo quanto o espírito devem receber pelo ato alimentar, os produtos mais adequados, tanto no sentido material quanto simbólico. No contexto das sociedades ocidentais, o autor identifica na referência da medicina galênica, os princípios que correlacionam o equilíbrio dos humores a partir da ingesta alimentar com a condição de saúde do corpo.

Mediante um estudo da década de 1970¹⁷⁴, voltado à descrição do comportamento alimentar na sociedade moderna, foi possível nomear pelo menos vinte usos diferentes da alimentação onde, além da satisfação da fome e da promoção da nutrição do corpo figuravam a prevenção, diagnóstico e tratamento de enfermidades físicas e mentais. A partir dessa constatação, Contreras (1995, p. 16-17) discute que nas múltiplas motivações relativas à aplicabilidade da alimentação reside uma das razões da complexidade presente à

¹⁷⁴ BAAS, M.A.; WAKEFIELD, L.M; KOLASA, K.M. *Community nutrition and individual food behavior*. Minnesota : Burgess Publs., 1979, citado por CONTRERAS (1995).

escolha e pertinência dos alimentos a uma dada situação. Destaca ainda que apesar da importância dos critérios nutricionais ou de saúde na orientação dos comportamentos e práticas alimentares, estes representam apenas um dentre os diversos e poderosos condicionantes sócio-culturais relativos à alimentação.

Quanto à relação entre alimentação e a saúde-doença, pode-se ratificar, a partir de Gomes e Mendonça (2002, p. 117), a necessidade de não somente se abordar a enfermidade a partir das suas representações sociais correlatas, como também compreender como estas têm seu emprego e transformação no contexto das experiências da doença, onde também reside a possibilidade de emergência de outras representações sociais. Ou seja, os autores pressupõe, com base em Alves e Rabelo¹⁷⁵ (1999) que a forma como os sujeitos e grupos sociais assumem a condição de doença e se situam frente a ela é permeada de significados e gera “modos rotineiros de lidar” com a questão. Estes se configuram a partir da internalização de referências dadas no processo de interação social e que fundamentam a interpretação do fenômeno da doença.

Conforme discutido no segmento anterior (III.3.1), em última instância, a doença como fato, implica em transformações no modo de vida tanto no plano individual como social, sendo um campo gerador de estratégias, ou seja, ações relativas a escolhas, iniciativas e atitudes que se apóiam em referências sócio-culturais e que envolvem o campo das práticas alimentares. Essas decisões cotidianas quanto a esquemas de “lidar com” a doença foram bem demarcadas nos discursos dos habitantes locais.

Em alguns casos, a possibilidade de recorrer à medicalização representa um alívio da tarefa estratégica requerida pela doença, quanto à alteração do cotidiano alimentar estabelecido como ação habitual. Nesse sentido, Berger e Luckmann (1994, p. 77-78) discutem que as atividades humanas estão sujeitas ao hábito, ou seja, a um padrão, configurado pela frequência de repetição, que se torna apreendido como ação que pode ser reproduzida com economia de esforço. Os autores asseveram que nesse processo, embora esteja conservado o caráter significativo da ação, este se incorpora ao acervo de conhecimentos individuais ou socialmente partilhados que se tornam disponíveis para uma nova ação futura. Assim, as ações habituais oferecem uma diretividade e uma base de

¹⁷⁵ ALVES, P. C.; RABELO, M. C. Significação e metáforas na experiência da enfermidade. In: RABELO, M.C; ALVES, P.C.B; SOUZA, I.M.A. (Orgs.) **Experiência de doença e narrativa**. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 1999 (Antropologia e saúde)

fundamento estável à atividade humana. Mediante esse caráter, representam um alívio psicológico da carga das inúmeras possibilidades de decisão frente à diversidade dos fenômenos da vida, à medida que estreitam as opções, configurando-as num “modo de fazer” peculiar.

Esses fundamentos têm importância na análise da relação entre alimentação e saúde-doença, no contexto da carga psicológica configurada na “dieta”, enquanto um processo que instaura uma desestabilização da prática alimentar habitual. Nessa dimensão, discute-se que o medicamento figura como síntese e concretude de uma ação prática que economiza esforços de mudança no modo de vida:

“A única coisa assim de saúde, é que o meu marido agora é hipertenso, mas por causa da idade, né? Mas ele toma o remedinho dele assim, mas por enquanto tá tudo bom. Não tem nada que mudar na alimentação.. a única coisa que o hábito dele agora é diminuir o sal na comida, sabe? Mas é por conta... Eu mesma é que fico: ‘Olha você não faça isso, não pode comer muita gordura, muita coisa, né?’ Mas não, não tem nada de restrição assim....” (E – residente há 34 anos)

“Eu tenho problema de colesterol e pressão [pessoa com sobrepeso]. Eu uso remédio e compro dois que são bem caro, né? Até esqueci de tomar agora às três horas...Eu tomo esse e o da pressão..É só no remédio. Ah... eu não suporto chá...Quando eu vou pra praia com a minha nora, ela quase mata todo mundo de tanto fazer chá de melissa ... eu odeio [risos]! Esse chá [preto] não, só os medicinal que eu não gosto.Mas sei que é bom, né..E eu também não consigo fazer regime, sabe?” (G – residente há 60 anos)

Além dos conteúdos discutidos, e ainda dinâmica do cotidiano, cabe ressaltar, segundo a perspectiva de Gatrell (*op. cit.*, p. 9) que os lugares também podem ser considerados bons ou nocivos à saúde, devendo-se levar em conta que a percepção do risco por parte da população se torna tão importante quanto qualquer impacto mensurável sobre a morbidade.

Nesse sentido, na perspectiva dos habitantes locais, sob a referência comparativa entre o espaço vivido e o desejado, são evidenciadas necessidades relacionadas a dois aspectos fundamentais, no suporte ambiental à qualidade de vida: os espaços de lazer e os espaços especializados no cuidado à saúde, seja no plano assistencial, como no preventivo:

“Olha, é o lazer. Porque nós temos uma praça de lazer muito longe, pra nós aqui. Só que tem muita fila ali pras crianças... nós não temos mais ... Tem uma pracinha aqui no fundo do conjunto, mas é esquecida pela prefeitura aquilo ali....e é onde é perto da linha [do trem], onde vem muito traficante e ali fica... E outra coisa, fizeram aqui o Esporte [referindo-se à Universidade do Esporte], aqui embaixo, mas eles não dão muita... eles não abrem muito pro pessoal [referindo-se à falta de acesso dos moradores locais]. Porque você vai ter que fazer uma inscrição, aí você vai ter que esperar... Mas à tarde, não tem uma praça... falta ter uma praça, com uma cancha de esporte aqui embaixo. A gente batalhou, mas a gente não conseguiu isso. Então você pode ver que é difícil isso.” (E – residente há 34 anos)

“Ah! Aqui precisa de uma praça... Uma praça porque aquela pracinha ali não é muito boa, né? Acho que uma praça bem melhor, né, com bem mais atividades...No Bairro? Eu colocaria uma praça bem grandona, com bancos, com uma cancha pra jogar vôlei, uma cancha pra jogar futebol, um parquinho pras crianças, né, bem grandona...” **(V – residente há 6 anos)**

“Ah... eu vou falar por mim. Aqui não tem atividade nenhuma de lazer, principalmente pra pessoa adulta. Não só pros adultos, mas uma coisa assim, por exemplo, que a população aqui pudesse se reunir e jogar uma ‘bocha’ no final de semana. Ter um lugar que pudesse sentar tranquilo... Tem a canchinha de areia ali, mas não tem condições de se sentar ali pra poder bater um papo no final de semana ou durante o dia, sabe? Não tem centro de convivência, por mais que as pessoas se conheçam... mas não existe assim um lugar onde as pessoas possam se reunir(...). E aí o que eu acho assim, não é tanto estrutura física que eu tô dizendo, não existe é um centro de convivência! Não existe um estímulo pra isso....” **(A – residente há 12 anos)**

As necessidades sentidas pelos habitantes locais, em termos de espaços de lazer, possuem relação direta com o desfecho da condição nutricional individual. Conforme já discutido ao longo das análises presentes nesse estudo, a evolução de fenômenos característicos da sociedade contemporânea (urbanização, industrialização e os conseqüentes confinamento espacial, aumento do sedentarismo e do consumo de alimentos processados e de baixo valor nutricional) têm tido um impacto desfavorável à nutrição humana.

Nesse contexto, a atividade física como estratégia para a prevenção do sobrepeso e da obesidade em associação ao incentivo a práticas alimentares promotoras de saúde são conteúdos de crescente revalorização na pauta da formulação de políticas públicas de saúde, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional coletiva (FAO, 1996, p. 29-31; CONSEA, 2004, p. 81-85). Nesse âmbito, o papel do Estado é recomendado no sentido de considerar no planejamento urbano, mecanismos de incentivo a outros tipos de transporte que não o individual motorizado, bem como o equipamento de espaços, no entorno do lugar de moradia, com instalações esportivas economicamente acessíveis em caráter universal (LE BIHAN, DELPUCHE; MAIRE, 2002, p. 84).

Entretanto, discute-se, que a questão assume uma dimensão mais ampla do que a simples disponibilidade física desses equipamentos. Sob o foco das relações sócio-espaciais, a segregação se impõe como um conteúdo que atua condicionando a plena apropriação dos espaços - enquanto valor de uso - ofertados na relação sociedade-Estado e que não pode ser desconsiderado, em sua interface com as intersubjetividades partilhadas no lugar vivido:

“Então, para nós, aqui dentro [região extremo leste do bairro] não temos nenhum espaço pra uma cancha de futebol, uma praça não temos espaço... então não temos nenhuma atividade aqui dentro. A atividade que às vezes a gente tem, a gente vai participar em outra área. Porque no Capão da Imbuia, mais lá pro centro do Capão da Imbuia tem algum espaço. Então os moradores daqui eles se deslocam lá pra outra área pra fazer algumas atividades, desfrutar de algum lazer dentro do bairro, mas em outro espaço. Também, da mesma maneira, o Bairro Capão da Imbuia é um bairro que não desenvolveu nesse lado aí [referindo-se às relações sociais entre moradores]. Atividades desportivas também não temos aqui no Capão da Imbuia... nenhuma atividade desportiva, recreativa, de cultura. O bairro Capão da Imbuia neste sentido ele tá totalmente despreparado e não atendido aí nessa área. Toda a nossa necessidade de vida, de lazer, de vida social, nós vamos viver, buscar a participação em outros lugares.” (L - residente há 18 anos)

“Fazer uma caminhada, sair daqui e ir até o Botânico andar... Ou com tantas academias que tem aqui e é tão baratinho... Você paga aí 20 reais por mês pra fazer. Que você faça meia hora! Acho que é comodismo, um pouco. Também às vezes 15 reais, vinte reais, acham que faz falta...Aí... As muitas que eu conheço vão pouco. Acham que daí vão na academia só as juvenzinhas, bonitinhas, pra ‘malhar’ e ficar com o corpo bonito. As mais velhas acham que vão na academia só pra “pagar mico”, daí não vão (...)Tem muita pressão acho.. Não é o meu caso, porque eu tenho 47 anos. Se eu puder malhar, vou malhar, andar de a pé, andar de bicicleta! Porque faz parte da vida da gente ...” (N – residente há 36 anos)

Destaca-se desta condição, que um estudo atual sobre fatores de risco para doenças crônicas em São Paulo apontou diferenças significativas segundo gênero, sendo o excesso de peso e do consumo de bebidas alcoólicas, bem como o baixo consumo de frutas e hortaliças os fatores mais frequentes em homens. Para as mulheres, a hipertensão e o sedentarismo foram predominantes (MONTEIRO, *et al.*, 2005, p. 47).

Sob outro aspecto, na sua vinculação com a complexidade do “universo médico”, a doença ou o risco de adoecer, apesar de constituírem-se em fatos cada vez mais frequentes no cotidiano, representam uma condição experienciada no campo do desconhecido. Tal processo remete à necessidade sentida pelos sujeitos, de espaços concretos para prestar solução aos problemas de saúde.

“Pra mim.. Ah, já pensou se fizesse uma Unidade 24 horas ali na Universidade do Esporte? O que eu acho é o atendimento de saúde, porque pra nós, olha tem em tudo o que é lugar. Porque se você vai no postinho, não tem médico ali, pra onde que eles vão mandar nós? Pro Boa Vista, pro Boqueirão, aonde tem ‘24 hora’s. Se tivesse, se nós tivéssemos aqui um ‘24 horas’ pra nós aqui do Capão da Imbuia seria muito bom, seria uma beleza!.. Porque você vê a mãe doente, com uma criança nos braços, muitas vezes chovendo, pegar ônibus pra ir.. Fica totalmente difícil! (B – residente há 18 anos)

“Ah eu acho que o que a única coisa que tá faltando aqui no nosso bairro é um Posto de Saúde 24 horas, porque o pessoal aqui quando precisa de socorro tem que ir lá no Boa Vista [outra regional de saúde da cidade], né, porque nós só temos aqui o postinho de saúde ali. E eu acho que o atendimento é bom sabe, porque eles fazem coisas ali neste postinho que não

dá pra acreditar pra população. E o pessoal ainda reclama, né? Mas a gente, o que tá faltando mesmo é isso..”(J – residente há 12 anos)

“E acho que talvez, assim, ter um lugar pra ter essas conversas, tudo, estas palestras de várias coisas, né? Acho que seria interessante que o bairro tivesse um espaço pra você dar palestras, ter informação .. pra gente poder convidar as pessoas do bairro pra irem assistir..Acho que seria um espaço interessante o colégio, que é o maior espaço aqui, né? E ainda.. sempre ter um médico. O espaço físico também não é bom. O nosso espaço físico é muito pequeno [referindo-se á Unidade de saúde do SUS]. Faltam salas pro médico atender.. Eu acho que o espaço físico não é bom pro tamanho do nosso bairro e pro conteúdo de pessoas que é atendido, né? No Capão da Imbuia tem vinte e duas mil pessoas! A nossa unidade de saúde é muito pequena, então teria que ser maior... Falta espaço, é muito pouco espaço!” (V – residente há 6 anos)

Pinheiro (2001, p. 71-76), ao analisar essa temática na abordagem da estrutura de consumo de serviços de saúde no país, reflete que, historicamente, a assistência médico-curativa e o atendimento hospitalar representam a característica marcante na estruturação do atendimento prestado no sistema de saúde brasileiro, repercutindo no comportamento da demanda a esse serviço. A autora ainda ressalta, a partir de Mendes¹⁷⁶ que os níveis de atenção em saúde, articulam composições tecnológicas de diferentes densidades para a resolução de problemas de saúde na razão inversa de sua frequência.

Desse modo, pode-se dizer que os valores ideológicos assentados na racionalidade médica contemporânea também trazem a incorporação da alta tecnologia e da especialização médica no universo de exigências requeridas ao cuidado em saúde, manifestas como necessidades, no âmbito das representações sociais.

Tal processo, tem remetido à discussão sobre o consenso entre agentes e receptores dos serviços de saúde, a respeito do conceito de qualidade no atendimento, conteúdo que se insere no campo das necessidades de saúde (PINHEIRO, *op. cit.*, p. 83).

A saúde como direito universal, vinculada ao direito de cidadania e à superação das iniquidades gestadas na estrutura social do país são questões implícitas ao ideário da Reforma Sanitária brasileira. A partir desse pressuposto, Cecílio (2001, p. 113-116) insere as necessidades de saúde como categoria que potencializa a análise sobre a organização do processo de trabalho, os saberes e as práticas em saúde, na perspectiva da luta pela equidade e integralidade - para além do simples consumo e acesso aos serviços - como princípios operacionais do sistema de saúde. Para tanto, o autor considera que as necessidades de saúde são permeadas por quatro dimensões fundamentais, que se

¹⁷⁶ MENDES, E. V. **Uma agenda para a saúde**. São Paulo : Hucitec, 1996.

relacionam: ao modo de vida e sua tradução em diferentes necessidades de saúde; à necessidade de acesso e possibilidade de consumir a tecnologia disponível para a melhoria e o prolongamento da vida; à necessidade do vínculo entre sujeitos e agentes do cuidado em saúde num sentido que vai além da simples adscrição a um serviço e se direciona à afetividade, num “encontro de subjetividades” e, por fim, a necessidade de informação e educação em saúde como componentes do processo de construção da autonomia dos sujeitos relativa ao seu modo de vida.

Ressalta-se que essas dimensões assumem um caráter ainda mais abrangente e intrincado, quando as necessidades de saúde se referem a procedimentos clínicos que para o sucesso terapêutico requerem a contrapartida ativa e permanente dos sujeitos “pacientes”¹⁷⁷, como no caso dos transtornos nutricionais e suas comorbidades crônicas, a exemplo da hipertensão arterial.

Assim, discute-se a complexidade do atendimento às necessidades de saúde sentidas, como demandas no cotidiano do lugar vivido e em seu desfecho no espaço dos serviços especializados. Salienta-se que essa discussão, apesar de não ser objeto central do presente estudo, remete-se tanto ao seu conteúdo político, como processo que envolve as relações entre sociedade e Estado - concretizada na relação entre demanda e oferta de serviços - quanto de humanidade, envolvendo as subjetividades e intersubjetividades relativas às representações da saúde-doença e as estratégias de enfrentamento da enfermidade enquanto experiência vivida.

Nesse sentido, destaca-se que a dialética dessas duas dimensões, insere a saúde em termos de seus equipamentos de prestação de serviço, no jogo do investimento espacial desigual como realidade urbana e cuja normatização perpassa outras ordens de prioridade, que não à do direito à vida na cidade em sua dimensão plena, com qualidade.

“O nosso bairro, a gente diz é de ‘pé de chinelo’. Muita gente diz: ‘Eu tenho casa, tenho carro e tudo mais’. Mas comprou a casa há cinquenta anos atrás. Então, as pessoas aqui, pra ganhar mil cruzeiros por mês não é muito... Outro exemplo, era pra sair um Posto 24 horas aqui. Não saiu por que? Dito pelo prefeito e pela regional: ‘Fizemos lá no Centenário porque o pessoal de lá são de menos valor [no sentido de renda] do que daqui.’ E as pessoas desanimam de não ver a resposta. Então são coisas que, pra ganhar hoje... eu acho... a gente que tem um salário, felizmente dá pra viver tranquilo, acho quinhentos reais um ‘senhor salário’, mas a turma acha pouco! Sem dúvida, a gente vê lá bonito [referindo-se aos indicadores econômicos oficiais do bairro], mas eu te digo aqui a realidade...” (T – residente há 44 anos)

¹⁷⁷ Termo tradicionalmente empregado na relação médica, para designar a “pessoa doente, sob tratamento”, mas que também significa um estado de resignação, conformismo (FERREIRA, 1986, p. 1244).

CONCLUSÃO

Na síntese dos resultados desta pesquisa, a abordagem volta-se aos aspectos das multidimensões inerentes à questão alimentar–nutricional na sociedade urbana buscando sua objetivação a partir do conceito de SAN. Para tanto, percorreu-se um caminho focado nas relações dialéticas e historicamente determinadas entre processos, agentes e instituições sociais, na configuração concreta da problemática de estudo. Assim evidenciou-se a produção de uma cultura alimentar estabelecida a partir de um conjunto de práticas cotidianas que se transformam e se ressignificam na dinâmica do modo de vida do bairro, compreendido como uma realidade espacial inserida no processo de urbanização da cidade.

O longo caminho de retorno ao passado procedido no Capítulo I, sob a perspectiva da produção sócio-espacial da cidade e suas extensões na escala do bairro, se manteve como um processo delineador permanente das análises posteriores.

Esta geografia histórica levantada no diálogo entre a memória histórica e a memória coletiva de habitantes locais conduziu ao desvelamento do modo pelo qual a questão alimentar, como conteúdo de uma dada realidade espacial, dialeticamente se constitui em fenômeno basilar na determinação de processos e na atuação de agentes específicos que deram procedimento ao fenômeno da urbanização local.

No que se refere aos planos regional e local, a vida econômica e material sofreu o impacto das determinações de três processos essenciais: constituição de uma sociedade campeira com atividades voltadas à criação e invernagem do gado, influente entre os séculos XVIII e XIX; a formação de uma sociedade ervateira, atuante no século XIX até o início do XX e relacionada ao impulso inicial da indústria nos aglomerados urbanos e acelerando a urbanização regional; o estabelecimento de um sistema de colonização com imigrantes estrangeiros, a partir do século XIX, como estratégia para consolidar o abastecimento alimentar interno, atendendo especialmente as necessidades das cidades em crescimento e dando suporte à economia exportadora agrícola.

Nesse sinergismo processual deu-se a consolidação do sistema agro-alimentar como determinante fundamental do projeto emancipador da Província do Paraná e da instituição de Curitiba como cidade diferencial, projetada para sediar a capital do Estado. Ao mesmo

tempo, nesse andamento histórico, a acelerada exigência de urbanização da cidade imprime transformações ao acesso e às práticas alimentares dos cidadãos e determina impactos sobre a questão nutricional na dimensão coletiva da população, conforme evidenciado no bairro em estudo.

O trajeto histórico delineado vai evidenciando que o bairro, até o seu reconhecimento enquanto unidade territorial administrativa da cidade, em meados dos anos de 1970, se identifica como periferia geográfica, em termos de sua ocupação pouco densa e da distância ao referencial do centro. Com o crescimento e a consolidação do eixo leste da cidade, apesar da sua atual posição pericentral, permanece evidenciando aspectos de transição para uma nova periferização, na lógica social, materializada e percebida espacialmente pelo investimento desigual relativo a agentes públicos e privados, na ordem dos interesses normativos da gestão urbana.

Apropriando-se metaforicamente de um termo associado à temática da nutrição social, pode-se dizer que a “fome de cidade” - enquanto projeto de se tornar um espaço cada vez mais preferencial à realização do capital financeiro, traz consigo outras “fomes” de dimensões múltiplas, sentidas pela população cidadina. Dentre essas necessidades figuram as de acesso e consumo de produtos, bens, serviços e informação, simultaneamente à do direito humano à alimentação adequada e à assistência para uma vida com saúde.

Dentro da concepção de Michel de Certeau (2002, p. 44), numa transposição ao contexto da sociedade brasileira, tem-se que nas situações de vida onde é experienciada a falência da garantia dos direitos cidadãos em termos desses acessos, nasce o contexto das inseguranças. Nessa perspectiva foi inserida no estudo a insegurança alimentar e nutricional que, como experiência vivida exige, na prática humana cotidiana, “um acréscimo de astúcia”.

Nesse sentido, o Capítulo II descreve, a partir da reconstrução do cotidiano em diferentes temporalidades no espaço vivido desde os anos de 1950-60 até a atualidade, a experiência alimentar mediada pelo modo de vida urbano.

Aspectos desse modo de vida foram retratados tendo como suporte o movimento dinâmico do processo histórico-social de produção do espaço vivido. Nessa contextualização, foi evidenciado que as bases do sistema alimentar configurado no bairro recebem influência dos componentes da sociedade campeira (caças, assados cárneos) e da

colonização europeia (produtos de horticultura e massas como preparações culinárias complementares) num período associado ao caráter espacial de ruralidade ainda vigente no lugar, nos anos de 1950-60. Posteriormente esse sistema se complementa e ressignifica em suas práticas, na influência das migrações recentes a partir dos anos de 1970-80 (incorporação de preparações regionais do sudeste e nordeste), bem como do caráter global da diversificação alimentar (produtos industrializados obtidos a partir de super e hipermercados) inserido num processo de adensamento populacional local, em franco andamento da metropolização da cidade.

Os cotidianos diferenciais nas décadas estudadas foram focados a partir dos componentes alimentação, atividades de trabalho e lazer, considerados como principais suportes da determinação do estado nutricional dos sujeitos.

Percebeu-se historicamente, o nítido esfacelamento do papel da alimentação no gasto do tempo e nos rituais do dia-a-dia. Nesse processo revelou-se o desaparecimento da produção alimentar no entorno doméstico, com a submissão do acesso aos alimentos à dependência das relações de mercado e às exigências da lógica temporal do espaço urbano.

Na tendência moderna característica dos espaços urbanos, há o desvencilhamento da noção ecológica de regime alimentar geograficamente condicionada (SORRE, 1984, p. 41). A industrialização agroalimentar se associa ao fenômeno de afastamento total da consciência social da produção do que é consumido, convertendo os alimentos em artefatos, cujo caráter é extra-temporal e extra-espacial (FISCHLER, 1995, p. 209-210).

Ainda no contexto do lugar, observou-se a tendência de conversão das refeições em mais uma das mecanicidades cotidianas, desvestidas da essencial socialização, sumarizadas à reposição de energia para a aptidão física ao tempo produtivo.

Essa dimensão da mecanização da vida constitui-se num requisito da divisão social do trabalho que, quanto mais avançada, mais obriga à exatidão humana, onde o desperdício temporal se vincula à representação da perda de oportunidades e vantagens da vida em sociedade. Assim, o modo de viver sofre a regulação constante das atividades, imprimindo um fazer que considera a vida em seus acontecimentos, sob o aspecto da medida, submetida ao tempo (HALBWACHS, 1990, p. 91).

O direcionamento da urbanização em seu trajeto entrelaçado ao processo de industrialização, como signo de modernidade social e caminho para a instalação da lógica

da produção capitalista em suas diversas fases de expansão, sustenta a porta de entrada para a transformação do modo de viver e se alimentar experienciados.

A organização do cotidiano local se transforma ao ponto da inversão de seu ordenamento quando, na experiência concreta vivida, a racionalidade do dia deve ser iniciada pela noite que o antecede, num nítido congestionamento das atividades domésticas nesse turno e na ocupação dos tempos livres dos finais de semana para esse mesmo fim. Sinais de que na ordem do tempo produtivo, o tempo da vida se consome.

Na leitura desses processos sinérgicos, foi possível evidenciar a dialética da alimentação, em seus arranjos específicos, em relação à situação espaço-temporal das sociedades. No bairro, da temporalidade antiga à contemporaneidade vivida, vê-se a inversão da alimentação como estruturante do tempo cotidiano, para a alimentação estruturada por esse mesmo tempo. No sentido radical da questão, para Fischler (*op. cit.*, p. 208) restam duas categorias existenciais da alimentação: como necessidade fisiológica, acomodada aos produtos industriais modernos, ou como forma de ócio, onde o ato de cozinhar relaciona mais ao lazer ou à ocupação do tempo livre, desfazendo-se de seu vínculo exclusivo de atividade cotidiana (*Idem*, p. 197).

Tem-se o mundo cotidiano vivido, inscrito hoje num verdadeiro mosaico de linguagens, de signos sobrepostos, produzindo diversidade de combinações. Nesse sentido, a complexidade do meio técnico-científico-informacional como mais uma dimensão do conteúdo urbano moderno, articulado à globalização da economia (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 52-53) traz em seu bojo, múltiplos agentes disseminadores de modos de lidar com a alimentação na dimensão do cotidiano.

A sociedade contemporânea vive sob uma “camuflada vigilância”, onde as normatizações assumem um caráter difuso sobre valores e comportamentos, especialmente nos modos de consumo (CARLOS, 1997, p. 307), onde a alimentação é um grande “nicho de mercado” e se relaciona a outros consumos, como o lazer e a saúde. Nesse contexto, o Estado, os especialistas das ciências médicas, os industriais, o movimento dos consumidores e a mídia representam esses agentes sociais veiculadores de valores dietéticos diversos e que se misturam ruidosamente ao cotidiano alimentar na forma de prescrições, advertências, proibições (FISCHLER, *op. cit.* p. 195). Como conceito da modernidade, no plano alimentar surge a exigência do “consumo consciente”, que

contrapõe a culinária em seu caráter hedônico à nutrição e à estética ideal do corpo. Dualidade prazer-disciplina da questão alimentar moderna.

Nos intrincados processos de estruturação do espaço social alimentar, a questão nutricional emerge como dimensão complementar, manifesta no estado orgânico que reflete somaticamente o desfecho biológico individual da alimentação, enquanto prática construída e representada no plano coletivo.

Como ilustração desse desfecho nutricional, foi abordada descritivamente a hipertensão arterial a partir do levantamento das características sócio-demográficas e dos aspectos clínico-nutricionais de sujeitos portadores da enfermidade, registrados como ativos no Programa de Hipertensos da Unidade de Saúde do bairro, numa perspectiva de análise sócio-espacial.

Alguns aspectos relevantes dizem respeito ao registro de casos já a partir da segunda década de vida, à predominância no gênero feminino, na faixa etária entre 50 e 69 anos (média = 60,8 anos), com escolaridade inferior a 3 anos de estudo formal e em situação de renda inferior a 2 salários mínimos. 60% ingressam no Programa com níveis moderados de hipertensão e, por ocasião do levantamento, 33% apresentaram IMC superior a 30 kg/m².

Houve diferença significativa entre as frequências da hipertensão e da obesidade segundo posição dos sujeitos referente à ocupação, sendo a primeira mais frequente entre aposentados (35%) e a segunda entre hipertensos da categoria sem ocupação (31%), maciçamente representada por mulheres registradas no serviço de saúde como donas de casa. Os valores médios do IMC situaram-se em todas as categorias de posição na ocupação em torno de 29 kg/m², entretanto atingiram valores máximos superiores a 50 kg/m² nas categorias empregado e sem ocupação, representando mais do que o dobro do valor limite para o peso saudável.

Em um subgrupo analisado quanto a parâmetros clínicos e bioquímicos associados à hipertensão, 12% apresentou associação de pelo menos cinco fatores (hipertensão arterial sistólica, hipertensão arterial diastólica, hiperglicemia, hipercolesterolemia, LDL-colesterol elevado, hipertrigliceridemia e obesidade), sendo os componentes lipídicos aumentados os principais contribuintes em associação à elevação da pressão arterial.

Especialmente, foi percebido um comportamento polarizado da hipertensão em relação às condições sócio demográficas, sendo a localização dos casos mais graves

associada tanto a áreas de maior concentração de alta, como de baixa renda. Já a obesidade associada à hipertensão demonstrou maior tendência em áreas mais pobres e populosas. O conjunto complexo de condições de risco associadas (hipertensão grave, obesidade, baixa renda, baixa escolaridade, alta densidade populacional, desocupação profissional) remete ao aprofundamento de reflexões que articulem uma abordagem integral, para além do biológico, das questões de saúde ligadas à alimentação e nutrição, especialmente no cenário das metrópoles em sua multiplicidade de estresses impostos à vida humana. Ressalta-se que o “complexo hipertensão arterial” tem agregado de modo crescente um contingente cada vez mais precoce de grupos etários nas grandes cidades.

Nas já analisadas submissões da alimentação na estruturação do cotidiano afloram ações de resistência, consubstanciadas em práticas estratégicas e táticas, que se produzem no foco da alimentação e de sua relação com a saúde, conforme discussão do Capítulo III. A implosão das oportunidades da vivência do uso do espaço como apropriação, no cenário da metropolização, vai tornando o cotidiano tático, à medida que a ordenação das atividades do dia-a-dia requer um trânsito predominante nos espaços externos, não familiares, espaços de negociação e de fluxos informacionais diversos.

Nas artes do fazer¹⁷⁸ da vida cotidiana, as estratégias de cultivo em espaços minúsculos e as práticas que envolvem alimentos e ervas na gestão doméstica da doença como experiência humana, se revelam como necessidade permanente do resgate da integralidade na relação humana com a natureza, que se dá não somente no plano físico, mas na dimensão espiritual, da essência existencial, sendo plenamente povoada de significados.

Por fim, no espaço desejado, idealizado como condição da vida plena na cidade, a humanização espacial é conteúdo do projeto coletivo da sociedade do Capão da Imbuia. Nesse desejo intersubjetivo, permeado de astúcias e inventividades, estratégica e taticamente operacionalizadas nas lacunas e oportunidades do cotidiano urbano, persiste a sustentação da perspectiva de uma participação democrática, como viabilidade do sentimento de pertença ao espaço vivido, novamente numa exigência vital e manifesta de superação do isolamento entre os homens e a natureza, na escala colossal da cidade:

¹⁷⁸ Conforme terminologia empregada por Certeau (2002).

“A população já fez e tá fazendo de tudo pra melhorar de condição, entende? Mas falta criar oportunidade pra que essa população possa sentar numa pracinha e bater papo, entende? Ali nós temos aquela pracinha, mas não tem uma árvore ali. Não existe uma árvore, não existe um banco... O único banco que existe ali é tomado pra outros fins e o pessoal do bairro mesmo, quando vai usar aquela cancha tem problema. Fica bem limitado....E uma outra coisa então que eu acho que devia ter a nível institucional e de condição de urbanização de qualquer tipo de cidade é isso. Só dar um alvará pra construção se a pessoa deixar pelo menos 10% da área pra plantar uma árvore, plantar uma grama ou fazer qualquer tipo de canteiro. Eu acho que a nível de planejamento eu acho que as cidades deveriam ter isso: pra emitir uma alvará de construção, desde que a pessoa se comprometesse com um canteiro pelo menos, pra ter alguma coisa. Até pra plantar, por exemplo, o boldo, em vez de ficar comprando Sonrisal® que vai fazer mal pro estômago! Faz um chazinho de boldo, um chá de melissa, de erva cidreira, de capim limão ... Coisas assim que resolvem muito no dia-a-dia, nem que seja o efeito psicológico da questão...” (A – morador há 12 anos)

Há nessa intenção, a necessidade do espaço humanizado, assim como de ser compreendida e eticamente considerada, na gestão urbana, a nocividade da cidade coisificada, distante da obra, longínqua da festa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“... Minha ilusão era de que os mundos escrito e não-escrito se esclareceriam mutuamente; que as experiências de vida e as experiências literárias seriam complementares(...) Hoje posso afirmar que sei muito mais sobre o mundo escrito do que antes: nos livros a experiência ainda é possível, mas seu domínio termina na margem branca da página. Em contraposição, o que ocorre ao meu redor me surpreende a cada vez (...) Já presenciei muitas mudanças em minha vida, no mundo exterior, na sociedade que me rodeia, e ainda assim, nada posso prever: para mim, para as pessoas que conheço, e muito menos para o futuro da humanidade. (...) Sei que compartilho minha ignorância com aqueles que, ao contrário, fingem saber: economistas, sociólogos, políticos; mas o fato de não estar sozinho não me anima. Poderia me animar pensando que a literatura sempre compreendeu algo mais que as outras disciplinas, mas isso me faz lembrar que os antigos viam nas ciências humanas uma escola de saber, e percebo o quanto hoje a própria idéia do saber é inalcançável. (...) Acho que escrevemos para dar ao mundo não-escrito uma oportunidade de expressar-se através de nós. (...) Os poetas e escritores que admiramos criaram em suas obras um mundo que para nós parece o mais significativo, contrapondo-o a um mundo que também para eles carece de significado e perspectiva. Acreditando que seu gesto não era muito diferente do nosso, levantamos nossos olhos da página para sondar a escuridão.”
Ítalo Calvino¹⁷⁹

O movimento essencial, originador dessa intenção de pesquisa, foi uma atitude de compreensão do fenômeno alimentar e de seu desfecho nutricional na sociedade submetida à vida urbana.

O caminho de sua abordagem teve como ponto de partida o entendimento de que a construção dos fenômenos da realidade é dada mediante processos dinâmicos que se complementam, se conflitam e se qualificam em constante ressignificação.

Assim, considerou-se que a questão alimentar-nutricional tal como se manifesta no real, demanda a leitura de processos múltiplos que requerem uma perspectiva de articulação. Desse real, se compreendeu que a análise explicativa devesse partir do modo de vida das pessoas, como elemento construtivo de suas condições de acesso ao alimento, bem como das práticas alimentares enquanto ações objetivas formuladas numa concertação de atitudes subjetivas e representações coletivas/ intersubjetivas.

Esse modo de vida, entendeu-se como intrinsecamente construído no espaço/mundo vivido, espaço da experiência concreta e de suas abstrações memoráveis, representáveis. Com as sistematizações elaboradas no presente estudo, se tencionou buscar, mediante uma

¹⁷⁹ CALVINO, I. A palavra escrita e a não escrita. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

pesquisa empírica e a respectiva mediação teórica, iluminar pelo olhar geográfico as relações que determinam o fenômeno indo além de sua aparência, de sua visão imediata – e paradoxal, à medida da realidade apontar a convivência entre a fome e a obesidade, para a sua compreensão como um processo social complexo.

O principal desafio metodológico à abordagem do problema de pesquisa foi o de realizar uma complementaridade a partir de uma perspectiva de orientação crítica¹⁸⁰ - em relação a considerar o espaço de vida das pessoas como fenômeno socialmente produzido, no sentido de uma dialética sócio-espacial - conjugada a uma condução humanista. Ou seja, entendeu-se ser necessário considerar a condição humana em seus valores, sentimentos e memórias como elemento de papel central, tanto ao desvelamento dos nexos presentes nas práticas alimentares cotidianas, quanto à produção social do lugar, como instrumento para se chegar à compreensão de suas transformações na dimensão espacial, em sua relação com as modificações do modo de viver e de se alimentar.

Novo desafio apresentou-se pelo fato de não ser desejada uma leitura do complexo a partir de sua ordenação e redução em simples partes, e sim, numa condução dialética, assumir o enfrentamento do real, em sua complexidade, a partir da dinâmica entre o geral e o particular¹⁸¹ que está presente na escala do lugar, no espaço do cotidiano alimentar.¹⁸²

A partir da perspectiva geográfica¹⁸³ entendeu-se o bairro enquanto espaço que é produzido numa sinérgica ação das determinações da totalidade com as particularidades que caracterizam os modos e ritmos de vida cotidianos, as representações, projetos e desejos intersubjetivados na sociedade local.

Também foi levado em conta, no âmbito da reflexão crítica do cotidiano como objeto teórico - em seu caráter dinâmico, pleno de ação e envolvendo o campo subjetivo - a necessidade de percorrer um caminho de equilíbrio entre a macro e a micro-orientação analítica, sob pena de incorrer-se em racionalismos ou em subjetivismos reducionistas.

¹⁸⁰ Aqui entendida não como vinculação à corrente do pensamento geográfico, mas em sua significação vocabular essencial, no sentido de uma atitude de análise das relações presentes na configuração do fenômeno estudado.

¹⁸¹ Destaque dado por Castro, (1997, p. 57-59), quanto aos procedimentos metodológicos para a abordagem regional e dos lugares.

¹⁸² Conforme análise sobre o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana (PETERSEN, 1995, p. 31)

¹⁸³ Com apoio nas reflexões de Carlos (1997, p. 309) sobre as conexões inerentes à prática social vivida na dimensão do lugar.

No fundamento da geografia humanista¹⁸⁴, encontrou-se fortalecimento ao pressuposto de que a compreensão buscada na leitura do fenômeno ultrapassasse a investigação da experiência cotidiana *per se*, numa abordagem articuladora das perspectivas dos atores com um arcabouço teórico revelador dos processos e forças sociais não imediatamente aparentes no nível das percepções e comportamentos do senso comum (SMITH, 1984, p. 359). Ou seja, buscando um contexto que considerasse os processos que mais significativamente modulam e limitam as experiências vividas (EYLES, 1989, p. 103).

Daí o esforço de uma abordagem combinadora das perspectivas dos sujeitos em seu espaço vivido com esse arcabouço teórico, em direção ao contexto social do cotidiano, onde se configuram as experiências alimentar e nutricional em seu desfecho.

Na consecução desse caminho, foram valoradas as subjetividades inegavelmente presentes na prática alimentar, enquanto uma prática sócio-cultural. Entretanto, não se deixou de contabilizar as dimensões estruturais que influenciam o modo de vida na cotidianidade do lugar e que, dialeticamente podem ser lidas como manifestação das relações consubstanciadas no coletivo sobre o plano individual biológico, a partir da análise do fenômeno nutricional.

Ressalta-se que a familiaridade com o campo de pesquisa foi o principal facilitador à interação entre pesquisador-sujeitos, necessária à abordagem eleita, relativa ao problema em tela. São relações humanas construídas gradativamente no tempo, de início permeadas pela mútua percepção, pela aproximação e finalmente pela permissão de partilhas do saber, das histórias de vida, das práticas do dia-a-dia. Neste ponto, considera-se residir a grande riqueza oportunizada pela metodologia proposta, que permitiu ou viabilizou um traço de legitimidade à produção do conhecimento sobre o fenômeno estudado, enquanto experiência humana.

Na perspectiva do envolvimento dos discursos narrados por habitantes do bairro como dado analítico fundamental da pesquisa, levou-se em conta as reflexões críticas a respeito das narrativas e representações nas dimensões humana e social enquanto conceitos aplicáveis à ciência.

¹⁸⁴ Conforme salienta Eyles (1989, p. 103).

Observou-se teorizações¹⁸⁵ que discutem como característica do ato narrativo, um impulso ordenador aos eventos e que se relaciona aos padrões de uma ordem social, à significância dos valores de um grupo que elabora sua própria história. Isso confere à narrativa um caráter moralizante da realidade - compreendendo-se “moral” como qualidade inerente à vida social, o que leva à reflexividade quanto a relação entre o narrado e o real (BARBOSA, 2003, p. 24-25).

Nesse direcionamento, encontrou-se em Lefebvre (1983, p. 9-10), o argumento de que na vigência de relações, da linguagem, do discurso, há também falsidades, que estão na dependência das forças que se ocultam sob as palavras e o gestos. O autor considera a dinâmica entre as representações coletivas, impostas a partir do exterior à consciência individual e as representações que vem de dentro, desde a constituição do sujeito em sua história individual, como em sua gênese em escala social. Assim também, reflete que as representações são dinâmicas, mas circulam ao redor de fixos, representados pelas instituições, símbolos, arquétipos. Elas interpretam a vivência e a prática humanas, intervindo sobre elas, sem entretanto dominá-las e sendo possível distingui-las a partir da análise das práticas vividas (*Idem*, p. 27-28). Ou seja, as representações ampliam, deslocam e transpõem certas realidades, mas são verdadeiras em relação ao conteúdo que suportam, como respostas à problemática do real (*Idem*, p. 60).

Assim, se reconhece que o valor das narrativas pessoais no campo das ciências sociais, como representação dos acontecimentos da vida, reside no acesso que elas oferecem à experiência dos sujeitos, caracterizando-se como viabilidade de construção do real (BARBOSA, *op. cit.*, p. 16-17). Foi considerado na pesquisa que as narrativas e memórias do grupo representaram destaques às lembranças de acontecimentos e às experiências vividas na dimensão do coletivo, sendo resultantes de suas próprias vidas ou de suas relações de proximidade, de contato frequente (HALBWACHS, 1990, p. 45), sendo portanto relacionadas ao espaço vivido.

Destaca-se a importância da contribuição teórica a partir das reflexões de Henri Lefebvre na sua visão que contempla as dimensões histórica, social e humana para as análises do espaço não como categoria abstrata, mas na busca das razões de seus arranjos e configurações. Num momento em que a sociedade se torna quantitativa e qualitativamente

¹⁸⁵ Conforme reflexões a partir de WHITE, H. *The value of narrativity in the representation of reality*. In: MITCHELL, W.J.T. (ED.) *On narrative*. Chicago and London : The University of Chicago Press, p. 1-23, 1981.

mais densa, em termos do volume dos aglomerados populacionais que as cidades representam, e também, quanto à complexificação das relações a partir da inserção e disseminação das tecnologias e seus instrumentos como conteúdos da vida diária, sua recusa ao determinismo econômico tradicional da corrente marxista de pensamento¹⁸⁶ se direciona à compreensão de como os homens produzem o seu modo de viver e nisso, inclui a micro escala, do fazer social no espaço do cotidiano.

Nesse ponto, se construiu uma interface de diálogo com Michel de Certeau, que alerta desde o princípio de sua clássica obra sobre o cotidiano¹⁸⁷, a importância de se considerar essa “quase não-história”, essas ações pulverizadas que se significam em “artes do fazer”, em práticas que se articulam com a noção social de possibilidade de apropriação nos espaços do cotidiano vivido.

Tais reflexões e formalizações conceituais a respeito das práticas humanas viabilizaram a objetivação analítica da questão alimentar-nutricional em sua complexidade social, histórica, cultural, econômica e geográfica – onde a alimentação se dá como vínculo metabólico primordial entre o homem e a natureza.

Aos olhos do pesquisador, os cotidianos narrados foram-se desvelando nessas complexidades. Foram dando confirmação a que a vida cotidiana é o contexto social plausível e o mundo pessoal em que se crê e onde se vive uma “biografia significativa”¹⁸⁸.

Em suma, vive-se como principal contradição do tempo atual e relativa ao espaço contemporâneo a conexão, mediada pelas tecnologias de informação e de comunicação, ao mesmo tempo que a fragmentação, promovida pela partilha contrastante dos espaços econômicos dentro e entre as nações do globo – o que resulta de uma geografia de “credores-devedores”¹⁸⁹.

Nesse contexto, se encontram as cidades que, no cenário dos países capitalistas periféricos se avolumam em seus espaços/lugares/bairros internos a partir do fenômeno migratório. A migração interna, tal como observado no Bairro Capão da Imbuia, é o destino das transferências espaciais de massas humanas ressignificando o nomadismo primordial.

¹⁸⁶ Conforme trecho de sua carta a Octávio Paz, no preâmbulo da obra “*La presencia y la ausencia*”(1983), Lefebvre fala sobre o “ascetismo e a secura de um materialismo mais abstrato que o idealismo, que discorre sobre a vida ignorando o vivido”.

¹⁸⁷ CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 7 ed. Petrópolis : Vozes, 2002

¹⁸⁸ De acordo com o pensamento de Eyles (1989, p. 103).

¹⁸⁹ Conforme expressão referida na análise de MONTEIRO, C.A.F. A interação homem-natureza no futuro da cidade. In: BECKER, B.K; CHISTOFOLETTI, A.; GEOGER, P. (orgs.) **Geografia e meio ambiente no Brasil**. 3 ed. São Paulo : HUCITEC;ANNABLUME, 2002

Esse, não mais orientado pela relação natureza-sociedade, mas pelo domínio de pequenos grupos sobre grandes massas sociais, o que estabelece os limites suportáveis à vida nos lugares.

Nos espaços do viver se instaura a insegurança, sendo a mais fundamental, aquela relativa à questão alimentar-nutricional.

A experiência vivida no decorrer da pesquisa, proveu sentido a que a “filia”¹⁹⁰ ao lugar vivido e particularizado na imensidão da cidade reside na familiaridade, como um caráter estabelecido em muito pela estabilidade dos referenciais do espaço natural ou construído. Uma estabilidade que alivia as pressões sobre o modo de viver o cotidiano, pautado nos espaços e relações sociais até certo ponto conhecidas e não ameaçadoras – gerenciáveis mediante estratégias e táticas. Mais do que isso, o espaço, particularizado/familiarizado como lugar do viver, se revelou como conteúdo de afetividades, de conexão, mediada pela antiga paisagem natural, às dimensões holística e hedônica da vida. Numa complementação dos contrários, o espaço vivido atual, em suas fragmentações, desvelou-se também na dimensão das lutas solitárias e solidárias, como um componente significativamente contabilizado à consecução de um projeto social de qualidade de vida na cidade.

Esse processo se mostrou a partir de dois fenômenos aparentemente contraditórios, mas que se inter-relacionam enquanto forças que dão sentido ao espaço vivido. Ao mesmo tempo que provêm uma certa homogeneidade, como fundamento da necessidade de segurança essencial à vida em sua dinâmica, também fomentam as aspirações do sujeitos, com base na concretude de seus problemas e sofrimentos vividos. Nisso, pode-se pensar a vida cotidiana não somente como rotina, fragmentação, mecanização, mas num sentido de politização, num campo onde a alimentação e a nutrição adequadas, no contexto da saúde, encontram permeabilidade como conteúdos significantes da noção de direito humano.

O espaço vivido, experienciado e interpretado pelos sujeitos figurou como necessidade sentida nas dimensões da saúde e do lazer, como exigência de humanização. Mas antes de tudo, o espaço escolhido para viver é desejo e esperança permanentes da cidade como possibilidade:

¹⁹⁰ A partir da expressão “topofilia”, na referência da geografia humanista em TUAN, Y. **Topophilia**. São Paulo : Difel, 1980, para sistematizações sobre atitudes e valores relacionados ao meio ambiente físico do homem.

“Eles [referindo-se aos migrantes rurais] vêm, porque acreditam que aqui em Curitiba têm uma oportunidade melhor de trabalho, ganham mais... Porque no interior do Paraná eles pagam muito pouco, né, o salário... é muito pouco...e tem muita pouca oportunidade de trabalho no Norte do Paraná. Pela minha visão que eu tenho, isso se realiza sim. Porque acredito que se situa melhor, arruma um emprego melhor, ganha melhor. Aqui na minha rua, tirando uma família que veio do Maranhão, quase toda a rua é Norte do Paraná. De lá, eles vem de roça, dessas coisas. Aqui, as mulheres, né, [trabalham] de doméstica, as meninas algumas voltam a estudar e daí arranjam um emprego melhor; os homens trabalham mais como pedreiro, carpinteiro... A gente... eu acredito que lá eles não tinham oportunidade e nem ganhavam tão bem quanto tão tendo mais oportunidade aqui e ganhando melhor aqui, né? É melhor aqui, se estabelecem melhor. Ah eu acho que lá [no campo] sobra aquele pessoal de antigamente, né, que vão ficando, vão ficando... e numa situação bem precária. Os que ficam lá é aqueles que têm o seu pedaço de terra, que os filhos ficaram lá com eles porque têm o seu sítio, né, pra cuidar, seus boi, suas vaca pra cuidar, né. E as pessoas que vem pra cá, acredito que era assim igual ao meu pai, né, que não tinha, ele não tinha nada, ele só trabalhava, ele era empregado. Ah.. meu pai plantava arroz, plantava feijão, plantava milho... sempre pra alguém, sítio, fazenda. Porque lá, pra você trabalhar num sítio você ganha uma casinha. Você vai com a tua mulher, com teus filho tudo pra aquela casinha lá. Daí você come o que você planta, você tem um porquinho, você tem uma galinhazinha, né... Eu lembro muito pouco de lá, de quando eu era menina, né.. Mas eu não queria voltar pra lá não... Eu quero ficar aqui [risos]. Eu adoro a natureza, adoro mato, adoro plantas, adoro bichos... mas não queria voltar não...” (V – morador há 6 anos)

Não se trata de exaltar uma utopia urbanista, mas de caminhar ao reencontro da razão existencial desse espaço que, num processo sem reversão, se torna predominantemente o lugar da morada do homem sobre a Terra. A gestão da questão alimentar-nutricional é, pois, fundamento imprescindível ao direito à vida na cidade.

A partir da abordagem geográfica abre-se à gestão da alimentação e nutrição urbana uma ampliação quanto às conexões sócio-ambientais da questão alimentar-nutricional, no requerimento da reflexão e de operacionalidades que as encaminhem no campo do “direito à segurança”, no âmbito das políticas públicas. De forma contrária/complementar, a alimentação e nutrição suscitam um repensar da geografia, na perspectiva da análise da questão saúde, uma vez que tratam do primordial das relações humanas em sociedade, com a natureza, ou, da questão primeira, mobilizadora de toda a produção sócio-espacial.

Nesse sentido, nos ritmos diversos do cotidiano desvelados pelo estudo, ficaram evidenciados os diferenciais de tempo e espaço da alimentação e, portanto, de sua localização e priorização nas atividades do dia-a-dia. Considera-se a leitura desse processo como elemento crucial a ser relevado nas reflexões e práticas do serviço de saúde, no direcionamento a uma integralidade de atenção e resolubilidade à problemática alimentar-

nutricional nas sociedades urbanas contemporâneas, como determinante pontual ao desfecho de enfermidades de larga escala.

Também o ensaio descritivo a partir da espacialização da hipertensão arterial como estratégia para ilustrar o desfecho nutricional, longe de ter sido proposto como análise quantitativa nos moldes epidemiológicos tradicionais, suscita a emergência de novos estudos numa abordagem que contemple o diálogo intersetorial para uma análise concreta e integral da configuração complexa relativa à insegurança alimentar e nutricional no urbano.

Essa complexidade envolve contemporaneamente as dimensões política (das estratégias econômicas globais; da definição do sistema nacional de SAN e sua respectiva Lei Orgânica) e da sustentabilidade planetária (na ordem dos modelos de produção alimentar ambientalmente saudáveis). Entretanto, essas amplas questões se tornam menores à medida que, nessa perspectiva relacional, para além da complexidade a alimentação se dirige à transcendência, posto que é a forma fenomenal da natureza se consubstanciar em humanidades.

Pela Geografia, dedicada à questão da nutrição humana, se mediatiza/potencializa a evidência dessa ética, como chamado essencial da Segurança Alimentar e Nutricional. Não mais como denúncia, mas como anúncio da possibilidade de um fazer renovado.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, S. Os sentidos das práticas voltadas para saúde e doença: maneiras de fazer de grupos da sociedade civil. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (orgs.) **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro : IMS/UERJ/ABRASCO, 2001, p. 157-166.

ALMEIDA, E. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico informacional e os novos serviços. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro : Record, 2001.

ALMEIDA FILHO, N.; ROUQUAYROL, M. Z. **Introdução à Epidemiologia**. 3 ed., Rio de Janeiro: MEDSI, 2002.

ANDRADE, M. C. de. **Caminhos e descaminhos da geografia**. 3. ed. Campinas : Papirus, 1989. (Série Educando)

ASSIS, M. A. A. de Comportamento alimentar e ritmos circadianos de consumo. In: SIMPÓSIO SUL-BRASILEIRO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: HISTÓRIA, CIÊNCIA E ARTE, 1., 2000. Florianópolis. **Anais**. Florianópolis : UFSC, Departamento de Nutrição, 2000. p. 17-21.

BALBIM, R. A quinta dimensão do espaço. Cotidiano e práticas espaciais. In: SOUZA, M. A. A. (org.) **Território brasileiro. Usos e abusos**. Rio de Janeiro: Edições Territorial, 2003, p. 154-173.

BALHANA, A P. **História do Paraná**. Curitiba : Grafipar, 1969.

BARBOSA, S. R. C. S. Ambiente , qualidade de vida e cidadania. Algumas reflexões sobre regiões urbano-industriais. In: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (orgs.) **Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável**. 2 ed., Campinas : Editora da Unicamp, 1995. (Coleção Momento)

BARBOSA, M. F. **Experiência e narrativa**. Salvador: EDUFBA, 2003.

BARCELLOS, J. A . S. Territórios do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (orgs.) **Territórios do cotidiano. Uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul : Ed. Universidade/UFRGS/Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. p. 40-48.

BARRETO, S. M., PASSOS, V. M. A., FIRMO, J. O. A. *et al.* Hypertension and clustering of cardiovascular risk factors in a community in Southeast Brazil: the Bambuí Health and Ageing Study. **Arq. Bras. Cardiol.**, v.77, n.6, p.576-581, dez., 2001

BATISTA-FILHO, M.; RISSIN, A.. Vigilância alimentar e nutricional: antecedentes, objetivos e modalidades. A VAN no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9 (supl.1), p. 99-105, 1993

BLANCO GIL, J.; SÁENZ ZAPATA, O. **Espacio urbano y salud** . Guadalajara : Universidad de Guadalajara, 1994 (Colección Fin de Milenio, Serie Medicina Social)

BLEIL, S. I. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Cadernos de Debate**, v. VI, 1998, p. 1-25.

BERGER, P. L; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 11 ed. Petrópolis : Vozes, 1994 (Antropologia, 5)

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. **Portão: o bairro na história da cidade**. v. 6, n. 47, nov., 1980

_____. **Colônia D. Augusto: uma introdução à sua história**. v. 9, n. 71, mar. 1983.

_____. **Mercês. Do túnel do pirata ao Bar Botafogo**. v. 12, n. 74, maio, 1985

_____. **Os franceses em Curitiba**. v. 16, n. 84, jul., 1989

- _____. **Shopping Popular**. v. 18, n.96, abr., 1992
- _____. **Curitiba, origens, fundação, nome**. v. 21, n. 105, jun., 1995
- _____. **Rui Barbosa. A praça na trilha do tempo**. v. 23, n. 119, dez., 1996.
- _____. **Passeio Público. O primeiro parque público de Curitiba. Do projeto de criação até a segunda gestão de Cassio Taniguchi**. v. 28, n. 12, ago., 2001.
- BRAGA, V. Cultura alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. **Saúde Rev.**, Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 37-44, 2004.
- BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer Um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro : Graal, 1981.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Rede Interagencial de Informações para a Saúde. **Indicadores e dados básicos para a saúde**. Brasília, 1998.
- CALVINO, I. A palavra escrita e a não-escrita. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.) **Usos & abusos da história oral**. 2 ed., São Paulo : Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CANESQUI, A.M. A dietética popular. Comida de pobre;comida de rico. **Saúde em Debate**, n.4, 1986, p. 48-53.
- _____. Antropologia e alimentação. **Rev. Saúde públ.**, v. 22, n. 3, 1988, p. 207-216.
- CARLOS, A . F. A. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A . A . de; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (orgs.) **O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização**. 3 ed. São Paulo : HUCITEC/ANPUR, 1997. p. 303-309 (Geografia: Teoria e Realidade, 20).
- _____. A cidade e o urbano. In: IPARDES/CTD. **Programa governança democrática. Curso: gestão urbana e políticas participativas**. Curitiba : IPARDES/CTD, 2004(a). p. 1-3.
- _____. **O espaço urbano. Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo : Contexto, 2004
- CARVALHO, M.S.; CRUZ, O. G. Análise espacial por micro-áreas: métodos e experiências. In: VERAS, R. P. (org.) **Epidemiologia: contextos e pluralidade**. Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ/ABRASCO, 1998, p. 79-89. (Série Epidemiológica, 4)
- CARVALHO, M. S.; PINA, M. F. de; SANTOS, S. M. dos (orgs.) **Conceitos básicos de sistemas de informação geográfica e cartografia aplicados à saúde**. Brasília : Organização Panamericana da Saúde/Ministério da Saúde, 2000
- CASTRO, I. E. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M. A . A . de; SANTOS, M.; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (orgs.) **O novo mapa do mundo. Natureza e sociedade de hoje**. 3 ed. São Paulo : HUCITEC/ANPUR, 1997. p. 56-63 (Geografia: Teoria e Realidade, 21).
- CASTRO, I. R. R. **Vigilância alimentar e nutricional: limitações e interfaces com a rede de saúde**. Rio de Janeiro : Fiocruz, 1995.
- CASTRO, J. de. **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2001
- CAVALINI, L.T.; CHOR, D. Inquérito sobre hipertensão arterial e déficit cognitivo em idosos de um serviço de geriatria. **Rev. Bras. Epidemiol.** v. 6, n. 1, p. 7-17, 2003
- CECÍLIO, L.C.O. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em saúde. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (orgs.) **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro : IMS/UERJ/ABRASCO, 2001, p. 113-126.
- CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar**. 3 ed., Petrópolis : Vozes, 2000.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano:1. artes de fazer**. 7 ed. Petrópolis : Vozes, 2002.

CESTA BÁSICA DIEESE. Curitiba: DIEESE, jun. 2004.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 12 ed. São Paulo : Ática, 2001.

CHAVES, N. Panorama nutricional do Brasil. In: LACAZ, C. S. (org.) **Introdução à geografia médica do Brasil**. São Paulo : Ed. Universidade de São Paulo, 1972, p. 519-542.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional. Brasília, jul. 2004.

CONTRERAS, J. (org.) **Alimentación y cultura.Necesidades, gustos y costumbres**. Barcelona : Universitat de Barcelona, 1995. (Estudi General, Ciències humanes i socials, 3)

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed., Bauru : EDUSC, 2002.

CURITIBA. Prefeitura Municipal de Curitiba. Secretaria Municipal da Saúde. **Boletim SISVAN Curitiba**. n. 44, ago./dez., 2002

_____. Prefeitura Municipal. Instituto Municipal da Administração Pública. **Guia de serviços públicos cidade de Curitiba**. Curitiba : Prefeitura Municipal de Curitiba, 2002.

_____. Prefeitura Municipal de Curitiba. Secretaria Municipal da Saúde. **Boletim SISVAN Curitiba**. n. 45, jan./ jun., 2003.

CURITIBA Secretaria Municipal de Saúde. Centro de Epidemiologia. Divisão de Vigilância Epidemiológica. SISVAN-Curitiba, 2001.

_____. Secretaria Municipal de Saúde. Centro de Epidemiologia. Divisão de Vigilância Epidemiológica. SISVAN-Curitiba, 2004.

DEMO, P. Avaliação qualitativa. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987 (Coleção polêmicas do nosso tempo, 25)

DIEZ GARCIA, R. W. Práticas e comportamento alimentar no meio urbano: um estudo no centro da cidade de São Paulo. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, v. 13, n.3, p. 455-467, jul.-set., 1997.

_____. A culinária subvertida pela ordem terapêutica: um modo de se relacionar com a comida. SIMPÓSIO SUL-BRASILEIRO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: HISTÓRIA, CIÊNCIA E ARTE, 1, 2000, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis : UFSC, Departamento de Nutrição, 2000, p. 13-16.

_____. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Rev. Nutr.** [online]., vol.16, no.4, p.483-492, out./dez. 2003 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732003000400011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2005.

DINIZ FILHO, L. L. Certa herança marxista: elementos para repensar a geografia crítica. In: MENDONÇA, F.; KOSEL, S. (orgs.) **Elementos da epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba : EDUFPR, 2002. p. 77-108.

DORFMAN, A. As escalas do território e sua articulação: uma revisão. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (orgs.) **Territórios do cotidiano. Uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul : Ed. Universidade/UFRGS/Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. p. 99-108.

DUARTE, E. C. et al. **Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo exploratório**. Brasília : Organização Pan- Americana da Saúde, 2002.

ESTEVES, K. C. M. Desce mais uma rodada. **Food Service News**, n. 14, jun./jul., 2004 a, p. 17-19.

_____. Linha de montagem na alimentação. **Food Service News**, n. 14, jun./jul., 2004 b, p. 13-16.

EYLES, J. The geography of everyday life. In: GREGORY, D. ; WLFORD, R. **Horizons in human geography**. London, 1989, p. 102-117.

FENIANOS, E. E. **Bigorrrilho: seu apelido é Champagnat**. Curitiba : UniverCidade, 1997 (Coleção Bairros de Curitiba, 11)

_____. **Bairro Alto e Atuba. Sementes de Curitiba**. Curitiba : UniverCidade, 1999 (Coleção Bairros de Curitiba; v.6)

FERRARA, L. d'A. Um olhar entre vizinhos. Espaço social: linguagem e interpretação. In: **Espaço & Debates Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, n. 29, p. 32-41, 1990.

_____. Lugar na cidade: conhecimento e diálogo. In: SOUZA, M. A . A . (org.) **Território brasileiro. Usos e abusos**. Rio de Janeiro: Edições Territorial, 2003, p. 118-129.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, M. U. Epidemiologia e geografia: o complexo patogênico de Max. Sorre. In: **Cadernos de Saúde Pública**, v. 7, n. 1, p. 301-309, jul./set., 1991.

FERREIRA, R. A. A normalização da medicina no Brasil no século XX. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 9, n.4, out./dez., 1999. Disponível em:

<<http://www.bibliomed.com.br/lib/ShowDoc.cfm?LibDocID=13142>> Acesso em: 03 out.2002.

FISCHLER, C. **El (h)omnívoro. El gusto, la cocina y el cuerpo**. Barcelona : Editorial Anagrama, 1995.

FLEURY, S. Governo Lula: continuísmo no primeiro ano.Mudanças no segundo? **Democracia Viva**, 20, fev./mar., 2004, p. 8-12

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Aproveite o que a sua alimentação tem de melhor**. Brasília : INAN, 1996.

FREITAS, M. C. S. de. Educação nutricional em agonia. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v.6, n.2, p. 110-116, 1993.

GARINE, I. Los aspectos socioculturales de la nutrición. In: CONTRERAS, J. (org.) **Alimentación y cultura.Necessidades, gustos y costumbres**. Barcelona : Universitat de Barcelona, 1995. (Estudi General, Ciències humanes i socials, 3), p. 129-169

GATRELL, A. C. **Geographies of health: an introduction**. Oxford : Blackwell Publishers Ltd., 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo : Atlas, 1995.

GOMES, C. C. Conhecer o lugar e transformar o mundo. O espaço geográfico como possibilidade. In: SOUZA, M. A . A . (org.) **Território brasileiro. Usos e abusos**. Rio de Janeiro: Edições Territorial, 2003, p. 483-494.

GOMES, P.C.C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2000.

GOMES, R.; MENDONÇA, E. A . A representação e a experiência da doença: princípios para a pesquisa qualitativa em saúde. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (orgs.) **Caminhos do pensamento. Epistemologia e método**. Rio de Janeiro : Fiocruz, 2002, p. 107-132. (Coleção Criança, Mulher e Saúde)

GONÇALVES, M. F. Processo de urbanização no Brasil: delimitação de um campo de pesquisa. In: **Espaço & Debates Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, n. 28, p. 67-79, 1989.

_____. Uma de muitas facetas da paradoxal urbanização brasileira. In: SCARLATO, F. C.; SANTOS, M.; SOUZA, M. A . A . de; ARROYO, M. (orgs.) **O novo mapa do mundo. Globalização e espaço latino-americano**. 3 ed. São Paulo : HUCITEC/ANPUR, 1997. p. 56-63 (Geografia: Teoria e Realidade, 22).

GRIVETTI, L. E. Nutritional geography: history and trends. *Nutritional Anthropology*, v. 23, n. 2, p. 1-16, 2000.

GUIVANT, J. S. Riscos alimentares: novos desafios para a sociologia ambiental e a teoria social. **DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE. Riscos coletivos – ambiente e saúde**, n. 5, 2002, p. 89-99

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis : Vozes, 1987.

- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo : Vértice, 1990.
- HOERNER JR. V. **Ruas e histórias de Curitiba**. 2 ed. Curitiba : Artes & Textos, 2002.
- ĨNIGUEZ ROJAS, L. Geografia y salud: temas y perspectivas en América Latina. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 701-711, out./dez., 1998.
- _____. Geografia y salud. Entre historias, realidades y utopías. **Caderno Prudentino de Geografia (AGB)**, n. 25, 2003, p. 9-28.
- IPARDES. **Indicadores e mapas temáticos para planejamento regional**. Curitiba, 2000.
- _____. **Caderno estatístico. Município de Curitiba**. Curitiba, maio, 2002.
- _____. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba : IparDES, 2003.
- IPEA. **Segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Brasília: IPEA, 1996. (Cadernos Comunidade Solidária, 2).
- IPEA; IBGE; UNICAMP;IPARDES. **Redes urbanas regionais: sul**. Brasília, 2000. (Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6)
- IPPUC. História do planejamento. Disponível em
<www.ippuc.org.br/pensando_a_cidade/index_hist_planej.htm> Acesso em: 12 jan. 2005.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia científica**. 4 ed. São Paulo : Atlas, 2004.
- LAURELL, A . C. A saúde-doença como processo social. In: NUNES, Everardo Duarte (org). **Medicina social: aspectos históricos e teóricos**. São Paulo : Ed. Global, 1983.
- LE BIHAN, G.; DELPUCH, F.; MARIE, B. **Alimentação, nutrição e políticas públicas**. São Paulo : Instituto Pólis, 2003 (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 4)
- LEFEBVRE, H. **La presencia y la ausencia**. Contribucion a la teoria de las representaciones. México, DF : Fondo de Cultura Económica, 1983.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo : Editora Moraes, 1991.
- LEITE, M. A. F. P. Natureza e cultura: paisagem, objetos e imagens. In: **Território brasileiro. Usos e abusos**. Rio de Janeiro: Edições Territorial, 2003, p. 174-185.
- LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo : EDUSP, 1999 (Acadêmica, 25).
- LESSA I, MENDONÇA G.A., TEIXEIRA M.T. Doenças crônicas não-transmissíveis no Brasil: dos fatores de risco ao impacto social. **Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana**, v. 120, p. 389-413, 1996.
- LIMA-COSTA, M.F.; PEIXOTO, S.V.; FIRMO, J.O.A. Validity of self-reported hypertension and its determinants (the Bambuí study). **Rev. Saúde Pública**, v. 38, n. 5, p. 1-5, 2004
- LIMA, E. S. Gênese e constituição da educação alimentar: uma síntese. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, v.7, n.2, Rio de Janeiro, 1997, p. 9-29.
- LIMA, N. Geografia cidadã - contribuindo para a emoção como categoria de análise para a geografia. In: **Território brasileiro. Usos e abusos**. Rio de Janeiro: Edições Territorial, 2003, p. 146-153.
- LINS, M. E. P. **Educadores nutricionais: quem somos e a que viemos? Contribuições para analisar e repensar a disciplina educação nutricional como elemento formador e objeto de trabalho do nutricionista**. Rio de Janeiro, 1990. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- LIPSCHITZ, D. A. Screening of nutritional status in the elderly. **Primary care**, v. 21, n. 1, p. 55-67, 1994.
- LOLIO, C. A. et al. Hipertensão arterial e possíveis fatores de risco. **Rev. Saúde Pública**, v. 27, n. 5, p. 357-362, 1993.
- MAGALHÃES, R. **Fome. Uma (re)leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro : FIOCRUZ, 1997.

MARX, M. **Cidade no Brasil. Terra de quem?** São Paulo : Nobel, Edusp, 1991

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregados nos anos 90.** São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MAYOL, P. O bairro. In: CERTEAU, M de.; GIARD, L.; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar** 3 ed. Petrópolis : Vozes, 2000, p. 37-45.

MELLO, J. B. F. de. Geografia humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, n.52, v.4, out./dez., 1990, p. 91-115.

MELLO, M. P. , de. Prefácio. In: NAJAR, A. L.; MARQUES, E. C. **Saúde e espaço. Estudos metodológicos e técnicas de análise.** Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 1998, p. 13-14.

MENDES, I.H.; PEDOTTI, M.A. Cidadão saudável no bairro. **Divulgação em Saúde para Debate,** Rio de Janeiro, n. 19, p. 19-23, nov. 2000.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. In: MENDONÇA, F. ; KOSEL, S. (orgs.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea.** Curitiba : Editora UFPR, 2002, p. 121-144 (Série Pesquisa, 69).

_____. Aquecimento global e saúde: uma perspectiva geográfica - notas introdutórias. **Terra Livre,** São Paulo, v. I, n. 20, p. 205-221, jan/jul., 2003.

MENÉNDEZ, E. L. Antropologia médica e epidemiologia. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.) **Teoria epidemiológica hoje: fundamentos, interfaces, tendências.** Rio de Janeiro : FIOCRUZ/ABRASCO, 1998, p. 81-103.

MENEZES, F. O conceito de segurança alimentar. In: TONI, A. (Coord.) **As faces da pobreza no Brasil: programa de trabalho. Actionaid Brasil.** Rio de Janeiro: Arte Maior, 1998, p. 59-89

_____. Segurança alimentar e mobilização social no Brasil. In: MALUF, R. S.; COSTA, C. **Diretrizes para uma política municipal de segurança alimentar e nutricional.** São Paulo: Pólis, 2001, p. 11-14

MENEZES, F.; BURLANDY, L.; MALUF, R. Construção de uma política de segurança alimentar e nutricional. In: **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Olinda : CONSEA/ Centro de Artes Gráficas SESC-SP, 2004 , p. 2-8.

MESQUITA, Z. Cotidiano ou quotidiano? In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (orgs.) **Territórios do cotidiano. Uma introdução a novos olhares e experiências.** Porto Alegre/Santa Cruz do Sul : Ed. Universidade/UFRGS/Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. p. 12-26

MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. Apresentação. Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (orgs.) **Territórios do cotidiano. Uma introdução a novos olhares e experiências.** Porto Alegre/Santa Cruz do Sul : Ed. Universidade/UFRGS/Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. p.7-10.

MINAYO, M. C. S. Hermenêutica-dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (orgs.) **Caminhos do pensamento. Epistemologia e método.** Rio de Janeiro : Fiocruz, 2002, p. 83-107. (Coleção Criança, Mulher e Saúde)

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. Apresentação. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. (orgs.) **Caminhos do pensamento. Epistemologia e método.** Rio de Janeiro : Fiocruz, 2002, p. 9-16. (Coleção Criança, Mulher e Saúde)

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A. ; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva,** v. 5, n. 1, p. 7-18, 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação Geral de Agravos e Doenças Não Transmissíveis. **Inquérito domiciliar sobre comportamentos de risco e morbidade referida de doenças e agravos não transmissíveis.** Brasil, 15 Capitais e Distrito Federal, 2002-2003. Brasília, 2003.

MINTZ, S. W. **Comida e antropologia: uma breve revisão.** *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. out. 2001, vol.16, n.47 p.31-42. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092001000300002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 27 abr. 2005

MONTEIRO, C. A. et al. Da desnutrição para a obesidade: a transição nutricional no Brasil. In: MONTEIRO, C. A. (org.) **Velhos e novos males da saúde no Brasil.** 2 ed. São Paulo : Hucitec, NUPENS/USP, 2000, p. 247-255. (Saúde em Debate, 91)

_____. Monitoramento de fatores de risco para doenças crônicas por entrevistas telefônicas. **Rev. Saúde Pública**, v. 39, n.1, p. 47-57, 2005.

MONTEIRO, C.A.F. A interação homem-natureza no futuro da cidade. In: BECKER, B.K.; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICH, F.; GEIGER, P.P (orgs.) **Geografia e meio ambiente no Brasil.** 3 ed., São Paulo : Hucitec; Annablume, 2002.

MORAES, A. C. R. **Geografia. Pequena história crítica.** 17. ed. São Paulo : Hucitec, 1999

MOREIRA, R. O racional e o simbólico na geografia. In: SOUZA, M. A. A. de; SANTOS, M.; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (orgs.) **O novo mapa do mundo. Natureza e sociedade de hoje.** 3 ed. São Paulo : HUCITEC/ANPUR, 1997. p. 46-55, (Geografia: Teoria e Realidade, 21).

NADALIN, S. O. **Paraná: ocupação do território, população e migrações.** Curitiba : SEED, 2001 (Coleção história do Paraná: textos introdutórios)

NAJAR, A. L.; MARQUES, E. C. Apresentação. In: NAJAR, A. L.; MARQUES, E. C. **Saúde e espaço. Estudos metodológicos e técnicas de análise.** Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 1998, p. 15-20

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná.** Curitiba : SEED, 2001 (Coleção história do Paraná: textos introdutórios)

OLIVEIRA, D. de . **Curitiba e o mito da cidade modelo.** Curitiba : Ed da UFPR, 2000 (Pesquisa, 48)

OPAS. Tema:Municípios/Cidades Saudáveis. Disponível em:

<<http://www.opas.org.br/coletiva/temas.cfm?id=28&area=Conceito>> Acesso em:20 jul.2005

ORTIGOZA, S. A. G. **A proliferação do “gosto global” no Brasil.** Disponível em:

<<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/necc/Artigo%20Silvia%20GEOUSP.htm>> Acesso em: 01 maio 2005

PASCHOAL, V. **Cronobiologia dos nutrientes.** Blumenau, 1999. Palestra proferida no Curso de Pós Graduação em Nutrição Ortomolecular da VP Consultoria Nutricional.

PEDROSO, E.R.P. **Tendências atuais da assistência à saúde no Brasil.** Disponível em:

<<http://www.bibliomed.com.br>> Acesso em: 08 out.2002.

PEREIRA, M.R.M; SANTOS, A .C.A .(orgs.) . **300 ANOS. Câmara Municipal de Curitiba 1693-1993.** Curitiba , 1993.

PETERSEN, S. R. F. O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (orgs.) **Territórios do cotidiano. Uma introdução a novos olhares e experiências.** Porto Alegre/Santa Cruz do Sul : Ed. Universidade/UFRGS/Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995(a). p. 30-39.

_____. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (orgs.) **Territórios do cotidiano. Uma introdução a novos olhares e experiências.** Porto Alegre/Santa Cruz do Sul : Ed. Universidade/UFRGS/Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995(b). p. 49-66.

PEDRAZA, D. F. Food availability as a determining factor of Food and Nutritional Security, and its representations in Brazil. **Rev. Nutr.** . jan./fev. 2005, vol.18, no.1,p.129-143. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732005000100012&lng=pt&nrm=iso> . Acesso em: 27 abr. 2005.

- PICCINI, R.X.; VICTORA, C.G. Systemic arterial hypertension in an urban area of southern Brazil: prevalence and risk factors. **Rev. Saúde Pública**, v. 28, n. 4, p. 261-267, ago., 1994
- PINHEIRO, R. As práticas do cotidiano na relação oferta e demanda dos serviços de saúde: um campo de estudo e construção da integralidade. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (orgs.) **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro : IMS/UERJ/ABRASCO, 2001, p. 65-112.
- POULAIN, J-P.;PROENÇA, R. P. C. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. **Rev. Nutr.** out./dez. 2003, vol.16, no.4 p.365-386. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732003000400001&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 27 abr. 2005.
- QUEIROGA, E. F. O lugar da praça: pracialidades contemporâneas na megalópole do sudeste brasileiro. In: In: SOUZA, M. A . A . (org.) **Território brasileiro. Usos e abusos**. Rio de Janeiro: Edições Territorial, 2003, p. 130-145.
- RAMALHO, M. L. O uso do território - técnica e fome. In: In: In: SOUZA, M. A . A . (org.) **Território brasileiro. Usos e abusos**. Rio de Janeiro: Edições Territorial, 2003, p. 548-560.
- RELPH. E. C. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, n.4, v.7, abr., 1979, p. 1-25.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social. Métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo : Atlas, 1999.
- ROCHA, A. D. et. al. Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2000.
- ROMO M., M. ; CASTILLO D., C. Metodologías de las ciencias sociales aplicadas al estudio de la nutrición. **Rev. chil. Nutr.**, v. 29, n. 1, abr., 2002 p. 14-22. Disponível em:
<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-75182002000100003&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 20 maio 2004.
- SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. São Paulo, Belo Horizonte : EDUSP, Livraria Itatiaia, 1978 (Coleção Reconquista do Brasil, v.9)
- SALEM, G. **La santé dans la ville. Géographie d'un petit espace dense: Pikine (Sénégal)**. Paris : Éditions Karthala et Orstorm, 1998.
- SÁNCHEZ, J-E. Metropolização e modernidade. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A . A . de; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (orgs.) **O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização**. 3 ed. São Paulo : HUCITEC/ANPUR, 1997. p. 293-302 (Geografia: Teoria e Realidade, 20).
- SANTOS, C.R.A. dos. **História da alimentação no Paraná**. Curitiba : Fundação Cultural, 1995 (Farol do Saber)
- _____. **Vida material. Vida econômica**. Curitiba : SEED, 2001 (Coleção história do Paraná: textos introdutórios)
- SANTOS, M. **Espaço e método**. 3 ed. São Paulo : Nobel, 1992.
- _____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. Apresentação - Josué de Castro e a geografia da fome. In: CASTRO, J. de. **Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 29-30.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro : Record, 2001.
- SILVA, A. Los imaginarios urbanos en America Latina. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (orgs.) **Territórios do cotidiano. Uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul : Ed. Universidade/UFRGS/Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. p. 93-98.
- SILVA, A. A. D. da **Conexidade, complexo geográfico. Vidal de La Blache, Pierre Monbeig**. São Paulo, 2002. 191 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo.

_____. Complexo geográfico, espaço vivido e saúde. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 25, 2003, p. 97-109.

SILVA, A. C. Ponto de vista. O pós-marxismo e o espaço cotidiano. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (orgs.) **Territórios do cotidiano. Uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul : Ed. Universidade/UFRGS/Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. p. 27-29

SMITH, S. J. Practing humanistic geography. **Annals of the American Geographers**, v. 74, n. 7, 1984, p. 353-374.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. III Diretrizes brasileiras sobre dislipidemia e diretrizes de prevenção da aterosclerose. **Arq. Bras. Cardiol**, v. 77, supl. III, 2001.

_____. IV Diretrizes brasileiras de hipertensão arterial. **Arq. Bras. Cardiol**, v. 82, supl IV, 2004.

_____. **Brasil tem 30 milhões de hipertensos**; 48% não tratam a doença. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/uolnews/saude/reportagens/2005/04/26/ult2746u6.jhtm>
Acesso em 20 mai 2005.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO. I Diretriz brasileira de diagnóstico e tratamento da síndrome metabólica. **Rev. Soc. Bras. de Hipertensão**, v. 7, n. 4, 2004.

SPOSITO, E. S. Pequenas argumentações para uma temática complexa. In: MENCONÇA, F. ; KOSEL, S. (orgs.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba : Editora UFPR, 2002, p. 63-76 (Série Pesquisa, 69).

SPRITZER, N. Epidemiologia da hipertensão arterial sistêmica. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 29, p. 199-213, abr./set. 1996.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1993, p. 97-116.

SORRE, M. A adaptação ao meio climático e biossocial - geografia psicológica. In: MEGALE, J. F. (org.) **Max. Sorre**. São Paulo : Ática, 1984. p. 30-86, (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 46)

SOUZA, M. A. A. de. O ensino da geografia na virada do século. In: SOUZA, M. A. A. de; SANTOS, M.; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (orgs.) **O novo mapa do mundo. Natureza e sociedade de hoje**. 3 ed. São Paulo : HUCITEC/ANPUR, 1997. p. 29-35, (Geografia: Teoria e Realidade, 21).

SOUZA, M. J. L. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **R. bras.Geogr**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 139-172, abr./jun., 1989.

TOZI, F. Geografias da desigualdade. Uso do território brasileiro e fome. In: SOUZA, M. A. A. de (org.) **Território brasileiro. Usos e abusos**. São Paulo : Edições Territorial, 2003. p. 495-506

UCHIMURA, K. Y.; BOSI, M. L. M.. Programas de comercialização de alimentos: uma análise das modalidades de intervenção em interface com a cidadania. **Rev. Nutr.** [online]. out./dez. 2003, vol.16, no.4 p.387-397. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732003000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2005.

UFPR; IPARDES; IPPUC. **Mapa da pobreza de Curitiba**. Curitiba, out., 1997.

ULTRAMARI, C.; MOURA, R. (org.) **Metrópole grande Curitiba! Teoria e prática**. Curitiba : IPARDES, 1994. In: OLIVEIRA, D. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba : SEED, 2001. p. 11

UNICAMP;UNERJ;INAN. **Estudo multicêntrico sobre consumo de alimentos**. Campinas: UNICAMP-NEPA, 1997. Relatório final.

UNS; ABRANDH; CONSEA. Coletânea de estudos de casos nacionais do SCN. In: SIMPÓSIO REALIZANDO O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA PARA ATINGIR AS METAS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO. Brasília, 32ª sessão anual, março, 2005.

VALENTE, F.L.S. Em busca de uma educação nutricional crítica. In: VALENTE, F.L.S. (Org.) **Fome e desnutrição. Determinantes sociais**. São Paulo: Cortez, 1986. p. 66-94.

_____. Direitos humanos à segurança alimentar e nutricional no Brasil. In: MALUF, R. S.; COSTA, C. **Diretrizes para uma política municipal de segurança alimentar e nutricional**. São Paulo: Pólis, 2001, p. 7-10

_____. **Seminário nacional de segurança alimentar e nutricional**. Olinda, 2002(a). 13 p. (Documento preparatório).

_____. Segurança alimentar e nutricional: transformando natureza em gente. In: VALENTE, F.L.S (org.) **Direito humano à alimentação. Desafios e conquistas**. São Paulo : Cortez, 2002(b)

VASCONCELOS, P. A. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus : EDITUS Editora da UESC, 1999.

VELOSO, M.L.C. et al. **Índices de preços ao consumidor: compreendendo seus resultados**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/coluna-1999-09-12.html>> Acesso em: 16 abr.2002.

VIANNA, S.G; NUNES, A; SANTOS, J. R. S; BARATA, R. B. **Medindo as desigualdades em saúde no Brasil. Uma proposta de monitoramento**. Brasília : OPAS/OMS/IPEA, 2001

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba : Gráfica Vicentina, 1982

WATHERHOUSE, J.; MINORS, D.; ATKINSOS, G., BENTON, D. Chronobiology and meal times: internal and external factors. **British Journal of Nutrition**, v. 77(Suppl. I), p. s29-s38, 1997.

WILLET, W.C. **Coma, beba e seja saudável**. Guia de alimentação da Harvard Medical School. Rio de Janeiro ; Campus, 2002)

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Obesity: preventing and managing the global epidemic – Report of a WHO consultation on obesity**. Geneva, 1998.

ANEXOS

ANEXO 1 - ROTEIRO 1: GRUPOS FOCAIS

UFPR - SCT - MESTRADO EM GEOGRAFIA

PESQUISA: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PRODUÇÃO DA CIDADE. REFLEXÕES A PARTIR DO BAIRRO CAPÃO DA IMBUÍ (CURITIBA-PR)

PROPONENTE: MARIA TERESA GOMES DE OLIVEIRA RIBAS

ROTEIRO - GRUPOS FOCAIS

HABITANTES ANTIGOS (A)

- Sobre a origem dos participantes (procedência, ocupação, tempo de residência no bairro)
- Sobre o bairro no passado (identificação temporal sobre "passado", memórias da paisagem do lugar, marcos de identificação espacial, ocupação do lugar, atividades desenvolvidas)
- Sobre permanências e mudanças no espaço (observar relatos com expressões "mudança", "transformação", "não existe mais", "ainda existe")
- Sobre a origem dos habitantes do lugar em geral
- Sobre o bairro hoje (observar ocorrência de identidades diferenciais nos grupos sociais). Sobre a relação bairro-cidade. Sobre o espaço vivido.
- Sobre a alimentação neste contexto histórico do lugar
 - tipos de alimentos, receitas de infância;
 - formas e locais de obtenção;
 - costumes, tradições alimentares (finais de semana, festividades...)
- Sobre como imaginam o bairro no futuro (espaço-alimentação-saúde)

HABITANTES RECENTES (B)

- Sobre a origem dos participantes (procedência, ocupação, tempo de residência no bairro)
- Sobre a motivação para a fixação no bairro (por que viver no lugar?)
- Sobre auto-imagem como habitantes recentes do bairro e como são percebidos no lugar (como se vêem e como acham que são vistos)
- Sobre viver no lugar (cotidiano, alimentação, saúde). Sobre a relação bairro-cidade.
- Sobre como imaginam o bairro no futuro (espaço-alimentação-saúde)

ANEXO 2 - ROTEIRO 2: ENTREVISTAS

UFPR - SCT - MESTRADO EM GEOGRAFIA

PESQUISA: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PRODUÇÃO DA CIDADE. REFLEXÕES A PARTIR DO BAIRRO CAPÃO DA IMBUÍ (CURITIBA, PR)

PROPONENTE: MARIA TERESA GOMES DE OLIVEIRA RIBAS

ROTEIRO - ENTREVISTAS (HABITANTES ANTIGOS E RECENTES)

- Sobre o cotidiano no bairro (atividades do dia-a-dia, fins de semana, dias atípicos- feriados, festas) Sobre o cotidiano no passado e hoje. Sobre produção alimentar.
- Sobre sentir o lugar. Sobre mudanças desse sentir no tempo (relações sociais, vizinhança, paisagem...)
- Sobre a relação alimentação-espço no bairro e na cidade (trajetórias/lugares de aquisição e consumo; procedimentos/critérios de escolha e de aquisição)
- Sobre a relação casa-alimentação (espaços de produção, preparo, consumo). Sobre mudanças dessa relação no tempo (habitantes antigos)
- Sobre a práticas alimentares no cotidiano (o preparar, o consumir, rituais do dia-a-dia e dos dias atípicos, permanências e mudanças no tempo)
 - Sobre a relação alimentação-cotidiano (valores)
- Sobre condições de vida e de saúde no lugar (relação espaço - tempo - qualidade de vida) - Observar menção de doença(s)
 - Sobre alimentação e doença (o fazer cotidiano - práticas)
 - Sobre a relação alimentação-estado nutricional-doença

ANEXO 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

PESQUISA: "Segurança Alimentar e Nutricional na produção social do espaço: um olhar geográfico sobre modo de vida urbano, práticas alimentares e impacto nutricional num bairro da periferia de Curitiba-PR"

(Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa PUCPR - Protocolo nº 345-2004)

PROPONENTE: Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, portador do documento (RG, CPF) de número _____, voluntariamente participante da pesquisa "SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PRODUÇÃO DA CIDADE. REFLEXÕES A PARTIR DO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA (CURITIBA,PR)", dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Paraná, de autoria de Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas, **AUTORIZO** o emprego de meus depoimentos relatados à pesquisadora, na forma de entrevista individual ou em grupo, como fonte de informação sobre fatos da história do bairro e sobre características da alimentação cotidiana, que servirão para a análise do referido estudo, do qual tenho conhecimento. Atesto que as informações por mim prestadas são verdadeiras e estou ciente de que na publicação destas, com finalidade exclusivamente acadêmica (dissertação, exposição, livro ou artigos em revistas técnicas), serão excluídos quaisquer elementos que possam me identificar como informante, tendo a garantia de sigilo e confidencialidade quanto à minha participação. Confirmo ter sido esclarecido de que posso me retirar do estudo havendo razões do meu interesse, sem que isso tenha qualquer tipo de prejuízo à minha pessoa, devendo neste caso, comunicar minha decisão à pesquisadora.

Assinatura: _____

Data: _____

Para contato com a pesquisadora:
Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas
Fones: 262-7073 e 9199-4182
e-mail: teresagomes@uol.com.br

ANEXO 4 - LEVANTAMENTO DOS PONTOS DE COMÉRCIO

UFPR - SCT - MESTRADO EM GEOGRAFIA
 PESQUISA: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PRODUÇÃO DA CIDADE
 – REFLEXÕES A PARTIR DO BAIRRO CAPÃO DA IMBUÍ

NOME DO ESTABELECIMENTO	TIPO	CÓDIGO DO TIPO	ENDEREÇO	Nº	ANO DE INSTALAÇÃO
		1 SUPERMERCADO			
		2 VERDURARIA			
		3 AÇOUGUE			
		4 LANCHONETE			
		5 BAR			
		6 MERCEARIA			
		7 DOCERIA			
		8 PANIFICADORA			
		9 DIST. DE BEBIDAS			
		10 MINI MERCADO			
		11 OUTRO			